DICIONÁRIO DA
IDADE MÉDIA

Organizado por H.R. LOYN
com 250 ilustrações



JORGE ZAHAR EDITOR

DICIONÁRIO DA IDADE MÉDIA

DICIONÁRIO DA

IDADE MÉDIA

Organizado por
HENRY R. LOYN
Professor Emérito de História Medieval,
Universidade de Londres

Com 250 ilustrações

Tradução:
ÁLVARO CABRAL
Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas,
Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa

Revisão Técnica:
HILÁRIO FRANCO JUNIOR
Professor de História Medieval, Universidade de São Paulo

Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

Título original:
The Middle Ages - A Concise Encyclopaedia

Tradução autorizada da primeira edição inglesa
publicada em 1989 por Thames and Hudson Ltd.,
de Londres, Inglaterra

Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 240-0226 / fax: (21) 262-5123
e-mail: jze@zahar.com.br

Ilustração da capa: Pierre Salmon, Réponses à Charles VI
et Lamentation au Roi, 1409 (Paris, Biblioteca Nacional)

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

D541 Dicionário da Idade Média / organizado por
Henry R. Loyn; tradução, Álvaro Cabral; revisão
técnica, Hilário Franco Júnior. — Rio de Janeiro:
Jorge Zahar Ed., 1997: il.

Tradução de: The Middle Ages: a concise
encyclopaedia
ISBN: 85-7110-151-5

1. Idade Média - Dicionários. I. Loyn, H.R.
2. (Henry Royston).

CDD — 940.1403
97-1721 CDU — 940 (038)

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA: BREVE PANORAMA MEDIEVAL

FRANKLIN DE OLIVEIRA

A grande maioria dos brasileiros continua prisioneira do preconceito forjado pelos historiadores liberais do século XIX, que definiam a Idade Média como um "período de trevas". É preciso soterrar, de vez, equívoco tão grosseiro. O Medievo não significa somente a fundação da Europa em suas bases cristã e romana. No bojo da Idade Média gerou-se o mundo moderno. Lá, com Ockham, Oresme e outros, surgiram os fundamentos da ciência contemporânea, como tão claramente comprovou Pierre Duhem. Ao chamarem de obscurantista a Idade Média, os historiadores liberais a ela opuseram o grande clarão do Renascimento. Ao fazê-lo, esqueceram duas coisas: os inúmeros proto-renascimentos que ocorreram durante o Medievo, e o fato de que os homens geniais da Renascença formaram-se no chamado Baixo Medievo. E mais: esqueceram a revivescência dos sentimentos religiosos no Quatrocento, e ainda, que a Renascença não começou com os humanistas e Petrarca, mas com Francisco de Assis. E mais: que o Medievo foi uma eclosão contínua de Renascenças: a Carolíngia, a do Século XII, a Franciscana, a Otoniana, a Escolástica, a Nominalista. Duas Renascenças assinalaram o início da Idade Média: a Carolíngia, no século IX, que promoveu a latinização dos povos germânicos e sua conquista espiritual pela Igreja Católica, e a do Século XII, quando se dá, nos conventos, a ressurreição dos estudos clássicos, fonte do humanismo europeu. Precedendo uma outra Renascença medieval — a da Escolástica, já referida —, ocorre com a Patrística o encontro do Cristianismo com o mundo. Esse encontro foi preparado pelos padres gregos, sobretudo Clemente e Orígenes. É o momento da maturidade do platonismo, que ilumina toda a Idade Média. Como pode um período tão rico em fatos culturais, que modelaram a fisionomia do Ocidente, ser chamado de "época das trevas"?

É claro que a civilização medieval foi uma civilização eminentemente religiosa, mas não divorciou o homem da terra. Ela, a terra, se transformou em sua oficina. Explodiram as invenções: a do arado, a do moinho d'água e do moinho de vento, a dos teares etc. Se a atividade rural continuou sendo a base de tudo, um insurgente artesanato provocou um movimento de urbanização. Com o nascimento das cidades aceleraram-se as trocas, desenvolveu-se o comércio. Delinearam-se as bases de uma economia monetária. Não há erro em dizer que no século XII estabeleceram-se princípios econômicos que ainda hoje regem a nossa civilização.

Mas, quando se inicia a Idade Média?

Suas origens datam do final do Império Romano (começo do século V) e sua vigência histórica estende-se até o século XVI, quando se instaura a grande Renascença Italiana, que ela preparou. O Convento e o Castelo são os seus emblemas, mas o maior de todos é a catedral gótica, que parecia procurar abolir as fronteiras entre o finito e o infinito. Erwin Panofsky, o extraordinário historiador da arte, formado na escola de Warburg, e que fundou uma nova disciplina — a história da produção das imagens —, viu no gótico a trasladação estética da Escolástica.

Sociedade densamente hierarquizada, a Idade Média foi, por isso mesmo, cenário de revoltas sociais contínuas que têm o seu paradigma na Jacquérie, em que os camponeses oprimidos tentaram quebrar os grilhões do feudalismo assassinando os seus senhores, violando suas mulheres. A de 1358 foi seguramente a mais sangrenta de todas as revoltas sociais do século XIV.

Se o cenário social alberga insurreições camponesas, há no pólo oposto talvez a maior criação humana medieval: a Universidade, que surge em Praga, Pádua, Bolonha, Salamanca, Paris, Montpellier, Oxford, Cambridge, Viena, Cracóvia e Heidelberg. Em Toledo funda-se a escola dos grandes tradutores árabes, que redescobrem Aristóteles. Ao lado dos pensadores laicos formam-se, nos Países Baixos e na Renânia, as correntes dos místicos: Mestre Eckhart, João Tauler, Henrique Suso e Jan Van Ruysbroeck. Há a caça às feiticeiras. E há Dante. E há Giotto. Nas cidades flamengas, pintores como os irmãos Eyck, Rogier van der Weyden, e escultores como Sluter ampliam gloriosamente o patrimônio cultural do Ocidente. Se os nomes de Dante, Petrarca, Villon e o lirismo dos trovadores provençais não bastassem para assegurar a grandeza literária medieval, teríamos para assegurar esta mesma grandeza a poesia proletária dos goliardos. Esses poetas, que exaltavam o vinho e o amor físico, foram os críticos existenciais da sociedade medieval, rebelados contra as estruturas estabelecidas, "Jograis vermelhos", se assim se pode dizer.

Abelardo é a primeira figura do intelectual moderno. Chamaram-lhe de cavaleiro da dialética.

Abelardo e Heloísa. Ela tem 17 anos, é bela e culta. O amor que os une realça o significado da mulher no mundo, reforçando a teoria do amor natural tal como ele aparece no Romance da Rosa, um século depois. A aparição de Heloísa ao lado de Abelardo é a glorificação da carne, do amor carnal que mais tarde os humanistas iriam considerar o principal requisito da plenitude do ser humano. Estamos longe do lirismo abstrato dos trovadores e da aura do Tristão e Isolda, em que pese o erotismo intenso da lenda. Ao falar dos homens da Idade Média, um historiador moderno não se conteve, e exclamou: "Mas esses homens somos nós mesmos!" Nossa modernidade vem de lá, queiramos ou

não.

Há um fato singelo, mas que fulmina o mito do obscurantismo medieval. Ele é encontrado no traje, sobretudo no vestuário feminino. A Idade Média tinha aversão às cores sombrias. As mulheres medievais usavam roupas que seguiam a linha do corpo, expondo-lhes sobretudo o busto — não tinham nada de monacal. Serviam ao corpo e não à alma.

Mas a valorização da mulher padeceu, na Idade Média, de grave limitação, consubstanciada no "direito de pernada": versão popular do ijus primae noctis. A camponesa que casasse era obrigada, na primeira noite de núpcias, a entregar a sua virgindade ao patrão ou ao capataz por ele indicado.

Era intenso o cultivo da vinha no Medievo. O vinho estava sempre presente em todos os momentos, festivos ou não, da sociedade medieval, que distinguia entre o escravo, tratado como coisa, e o servo da terra, que podia possuir família, além de uma minúscula propriedade onde praticava a agricultura de sobrevivência.

A partir do século XIII, o ponto de partida da reflexão econômica é o mesmo de Adam Smith: o problema da divisão do trabalho. Em um curso ministrado em 1763, em Glasgow, Adam Smith conservava ainda o esquema do tratado dos escolásticos. Só mais tarde, no Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, separará a filosofia moral da ciência econômica, emancipando esta última.

Apesar de manter o seu universalismo religioso, no final da Idade Média surgem os espaços nacionais: nascem os Estados. O latim, língua comum, se assim podemos dizer, perde a sua hegemonia cultural. Surgem as línguas nacionais. Começa a se desenvolver uma analogia entre o mundo e o homem, entre o macrocosmo e esse universo em miniatura que é o ser humano.

Publica-se a grande enciclopédia de Adelardo de Bath que explora longamente a anatomia e a fisiologia humanas. O humanismo medieval não esperou pelo humanismo renascentista para penetrar os segredos do corpo. E retornou à concepção estóica do mundo como uma fábrica: ela produz segundo a vontade do homem. A oposição entre a razão e a experiência se torna menor graças a Roger Bacon e Rober Grosseteste. O empirismo começa a dar sinais de vida.

A Idade Média é constituída de ciclos: o de Carlos Magno, o de Alexandre, o Grande, o de Rolando, o do rei Artur, do qual demanda um ideal de justiça e de fé religiosa, de procura da bem-amada inatingível, da galanteria cavaleiresca, dos sentimentos de honra, do misticismo e das façanhas guerreiras. Mas esses ciclos guardam entre si profundas diferenças. No bretão, predomina o sentimento amoroso; no ciclo carolíngio, a predominância é guerreira.

A necessidade de delimitar o gigantesco território que se estende da Antigüidade à Modernidade determinou a criação do período medieval e da divisão tripartida do mundo — Antigüidade Clássica, Época Romana e Idade Média —, divisão que veio a ser consagrada em 1583, por Christoph Keller, embora nunca se registrasse concordância e unanimidade quanto a tais delimitações.

Só no século XVIII, na França, conceituação e limites do Medievo foram aceitos. Essa aceitação chegou à Inglaterra, e estendeu-se ao Continente Europeu. Superado esse problema, surgiu um outro: o das subdivisões. A Idade Média não era vista como uma unidade inconsútil. Na França, chamou-se Alta Idade Média ao período que se prolongaria até as Cruzadas; e Baixa Idade Média ao período que se iniciou logo após e terminou no século XV. Os alemães e os ingleses preferem outra subdivisão: Alta Idade Média (séculos XII e XIII).; Idade Média Tardia, para o período terminal; Primeira Idade Média (séculos XI a XIII) e Última Idade Média (séculos XIII a XV). Há outras designações em inglês: Alta Idade Média e Idade Média Central. Todas estas divisões contêm, porém, o seu grão de arbitrariedade histórica.

Desde o humanismo renascentista a Idade Média é vista de diversos ângulos. O mais importante deles é o de Erasmo de Rotterdam, o príncipe do humanismo, que lhe negou o obscurantismo. Mas a reabilitação do Medievo começa, de fato, com os românticos, na Alemanha e na França. Goethe não ficou insensível a tal revalorização. Na Alemanha, sobretudo Novalis levou mais longe a apologia da Idade Média. Na França, Chateaubriand restaurou o prestígio dos temas medievais, embora a sua Idade Média seja inteiramente convencional. Em Notre Dame de Paris, Victor Hugo nos dá uma fremente imagem do Medievo. Mérimée iniciou os estudos sobre a arte românica sob a influência do escritor escocês Walter Scott que, nos seus romances em estilo épico, usou temas do período medieval. Ainda na Inglaterra, Lorde Acton colocou a Antigüidade Clássica e a Idade Média no mesmo pé de igualdade.

O gótico, os pintores flamengos, os construtores de catedrais, os trovadores provençais e os goliardos compuseram a legenda áurea da arte e da literatura medievais. Mas, pergunta-se, numa civilização eminentemente religiosa, não houve espaço para a música, a manifestação mais alta da transcendência divina no homem?

Houve. A primeira obra da literatura moderna é o Hinário da Igreja Latina. O Te Deum é o maior documento do espírito de resistência aos romanos, nos terríveis séculos IV a VI. A lírica especificamente cristã do Ocidente latino inicia-se com os hinos da Igreja. Os modelos desses cantos litúrgicos já existiam no Oriente, mas é sobretudo Ambrósio quem os introduz na igreja Ocidental.

Ninguém ignora que o lirismo trovadoresco deriva das formas da poesia da Igreja Cristã, apesar dos trovadores provençais serem heréticos e anticlericais. As cortes da Provença eram heterodoxas. No entanto, o primeiro fato a antecipar o nascimento do lirismo trovadoresco foi a mística de São Bernardo e de Hugo de Saint-Victor.

As cartas trocadas entre frades e monges dos séculos X, XI e XII, cartas de louvor à mulher amada, cartas impregnadas da influência de Ovídio foram as fontes onde os trovadores saciaram sua sede de beleza. O trovadorismo provençal celebra o florescimento da vida, tal como a exortação à alegria é feita pela hinologia da Páscoa. Trovadores e minnesaenger aprenderam e incorporaram à sua poética as formas e os ritmos da igreja Medieval. Esses poetas fizeram apenas um caminho inverso: partiram do santo para o profano.

Cai gloriosamente a noite medieval. Prorrompe, irrompe implodindo luz, o Renascimento. Mas Thode, Burdach, Carl Neumann, Sabatier, Gebhart, Zabughin, Garin e tantos outros são unânimes em afirmar que o Renascimento foi gestado no útero da Idade Média. A compreensão deste fato é essencial para a nossa própria compreensão: o Brasil é descoberto na Renascença, mas a sua civilização se faz sob o signo do Medievo.

Hoje, grandes historiadores ingleses e franceses, dentre os quais se destacam Georges Duby e Jacques le Goff, Guy Fourquin e George Holmes, estão desmontando o mito alinhavado pelos historiadores liberais do século XIX, sobretudo por Michelet. A revisão é total, assentada no rigor da análise documental, que torna a fraude da história um fato arquivável.

Por tudo isto, por se colocar sempre contra a prostituição da história, o editor Jorge Zahar teve a coragem de empreender a edição brasileira deste Dicionário da Idade Média, que não pode faltar a nenhuma biblioteca. Confiou a sua tradução a Álvaro Cabral — homem de saber, e não apenas tradutor competentíssimo, que enriqueceu este dicionário com algumas notas sobre o Medievo Português —, e a sua revisão técnica a um especialista, Hilário Franco Junior, professor de história medieval da Universidade de São Paulo. A idoneidade da edição está plenamente assegurada, para honra da indústria editorial brasileira.

Guia do leitor para uso deste livro

A Idade Média foi dominada durante muito tempo, no espírito do grande público, por imagens de façanhas cavaleirescas e ritual cortesão, pelo fervor espiritual e pela sangüinária violência dos cruzados. Esses conceitos pitorescos têm sido propensos a obscurecer o verdadeiro valor do período como uma idade de real progresso em todas as áreas, de evolução política e social, de criatividade artística e intelectual, de avanço comercial e científico.

É uma tarefa enorme fazer justiça a esse panorama deformado, e tivemos que ser necessariamente seletivos. O intuito preponderante, do começo ao fim do volume, foi fornecer tanto ao principiante quanto ao especialista uma apresentação sumária do pensamento atual sobre os protagonistas, eventos e temas principais relacionados com a história da Europa — desde a Escandinávia até o Oriente Médio — entre os anos de 400 e 1500, aproximadamente. Dentro desse vasto campo geográfico e histórico, tentamos estabelecer um equilíbrio entre verbetes concisos, fatuais, sobre batalhas, tratados, indivíduos e localizações principais, e um tratamento mais discursivo de tópicos de vivo interesse como background. O dicionário deve, portanto, ser de comprovada utilidade para estudantes e estudiosos como um aide-mémoire, para verificar rápida e facilmente fatos essenciais; e como estimulante guia e companheiro para o leitor curioso, com um interesse mais genérico sobre o período.

Um dicionário como este, de caráter enciclopédico, deve ser mais do que uma inerte coleção de fatos essenciais e, a fim de habilitar o leitor a seguir uma criativa linha de investigação de verbete para verbete, as remissões foram especialmente organizadas para auxiliar a liberdade de movimento, dentro do texto, sem prejudicar a legibilidade. A maioria dos nomes próprios não participou das remissões, uma vez que quase todos eles, como se pode supor, têm verbetes específicos. Os assuntos enumerados no final de um verbete encaminham o leitor para tópicos afins ainda não mencionados, mas que poderão ser de interesse complementar.

Obras gerais de referência são sugeridas na Nota bibliográfica da p.371, mas títulos mais específicos foram também fornecidos em praticamente todos os verbetes para proporcionar uma completa e atualizada bibliografia. Preocupamo-nos em indicar títulos recentes e facilmente acessíveis, salvo quando publicações mais antigas continuam sendo as obras que representam o tratamento clássico de determinado assunto. Quanto aos verbetes onde não é dada qualquer referência bibliográfica, as remissões conduzirão o leitor para um verbete mais extenso, associado, onde os títulos pertinentes são indicados.

As ilustrações foram especialmente escolhidas por seu interesse documental; os

números entre colchetes no final de um verbete indicam páginas em outras partes do livro onde ilustrações referentes ao assunto do verbete podem ser encontradas. Também se oferecem dois mapas gerais nas pp. XII e XIII, e numerosos mapas menores e quadros genealógicos foram inseridos ao longo do texto. Os verbetes mais substanciais são atribuídos aos seus autores de acordo com a chave fornecida na p. XI, com a Lista de colaboradores.

A minha dívida como organizador deste dicionário é grande para com numerosos amigos, colegas e estudantes pesquisadores, que me ajudaram nos verbetes apropriados às suas respectivas especialidades. A dra. Anne Dawtry, á falecida sra. Jane Hebert e a sra. Sara-Jane Webber atuaram como subeditoras para algumas seções nas fases iniciais do empreendimento; a sra. Michelle Brown, a dra. Elizabeth M. Hallam, a sra. Elizabeth Lockwood e a dra. Cathy Harding prestaram considerável ajuda nas fases subseqüentes. As sras. Miriam van Bers, Helena Reid e Anne Markinson mantiveram o editor de texto sob controle, garantindo que as inevitáveis dificuldades não se tornassem incontroláveis. Meus agradecimentos a todos e, em especial, ao quadro editorial da Thames and Hudson.

HENRY LOYN

Nota da edição brasileira

Dois tipos de informações foram acrescidos ao texto original para melhor servir aos leitores de língua portuguesa: em alguns casos, informações de conteúdo, quase sempre complementando dados sobre a história de Portugal medieval; mais freqüentemente, informações bibliográficas, indicando traduções em língua portuguesa ou espanhola em substituição às mesmas obras citadas em inglês, ou ainda fazendo indicações extras em verbetes importantes ou desprovidos de bibliografia. Todos esses acréscimos aparecem entre colchetes, assinalados com NT quando devidos ao tradutor, sendo os demais de responsabilidade do revisor técnico.

Lista de colaboradores

DB Dr. David Bates, professor titular de História, University College, Cardiff

CB Christopher Brooke, professor de História Eclesiástica (Dixie Professor), Gonville and Caius College, Cambridge

RB Dra. Rosalind Brooke, docente de História, Universidade de Cambridge

MB Michelle Brown, assistente de pesquisa, Departamento de Manuscritos, British Library, Londres

SB Sarah Brown, Divisão de Arquitetura, Royal Commission on the Historical Monuments of England, Londres

RAB R. Allen Brown, professor de História, King's College, Universidade de Londres

TJB T. Julian Brown, professor de Paleografia, King's College, Universidade de Londres

DC David F. L. Chadd, diretor, Escola de História da Arte e Música da Universidade de East Anglia

WD Wendy Davies, professora de História, University College, Londres

AD Dra. Anne Dawtry, professora de História, Chester College, Chester

PD Dr. Peter Denley, professor de História, Westfield College, Universidade de Londres

ADD Alan Deyermond, professor de Espanhol, Westfield College, Universidade de Londres

GE Dr. Gillian Evans, Fellow, do Fitzwilliam College, Cambridge

JF Jill Franklin, Universidade de East Anglia

PG Philip Grierson, professor Emérito e Fellow do Gonville and Caius College, Cambridge

EMH Dra. Elizabeth M. Hallam, conservadora-assistente do Public Record Office, Londres

CH Dra. Catherine Harding, Departamento de Arte, Queen's University Kingston, Canadá

JH Jane Herbert, Westfield College, Universidade de Londres

RH Rosalind Hill, Professora Emérita de História, Westfield College, Universidade de Londres

GK Dr. Gillian Keir, Westfield College, Universidade de Londres

CHK Dr. Clive Knowles, professor de História, University College, Cardiff

CHL C. Hugh Lawrence, Professor Emérito de História, Royal Holloway and Bedford New College, Universidade de Londres

EL Elizabeth Lockwood, Westfield College, Universidade de Londres

HRL Henry Loyn, Professor Emérito de História, Westfield College, Universidade de Londres

DL David Luscombe, professor de História Medieval, Universidade de Sheffield

GM Professor Geoffrey Martin, Conservador do Public Record Office, Londres

RIM Robert I. Moore, professor-assistente de História Medieval, Universidade de Sheffield

JLN Dra. Janete Nelson, professora de História, King's College, Universidade de Londres

DN Donald M. Nicol, professor de Grego Moderno e História, Língua e Literatura Bizantinas, King's College, Universidade de Londres

CP Ciaran Prendergast, Royal Holloway and Bedford New College, Universidade de Londres

JR-S Jonathan Riley-Smith, professor de História, Royal Holloway and Bedford New College, Universidade de Londres

NR Nicolai Rubinstein, Professor Emérito de História, Westfield College, Universidade de Londres

DJS Dr. D. Justin Schove, diretor da St. David's School, Beckenham

IS Ian Short, professor de Francês, Birkbeck College, Universidade de Londres

JS Jane Symmons, Westfield College, Universidade de Londres

TSS T.S. Smith

RT Dr. Rodney Thomson, Departamento de História, Universidade da Tasmânia

S-JW Sara-Jane Webber, Westfield College, Universidade de Londres

sw Steven Wilson, School of Oriental and African Studies, Universidade de Londres
GZ George Zarnecki, Professor Emérito, Courtauld Institute of Art, Londres

A

Abádida, dinastia Fundada pelo vizir e cádi Abu el-Kacim Maomé Ibn-Abbad (1023-42), em cujas veias corria sangue árabe e espanhol, a dinastia Abádida governou Sevilha entre a queda do califado de Córdova e a conquista almorávida da Espanha muçulmana. Durante o seu domínio, Sevilha tornou-se o mais próspero dos reinos taifa, que eram os Estados sucessores do califado, absorvendo um certo número de taifas menores e conquistando Córdova em 1070. A corte abádida era o centro de uma brilhante cultura poética; os próprios reis eram poetas. O último da linhagem, al-Mu'tamid, foi deposto e aprisionado pelos almorávidas em 1091.

□ D. Wasserstein, The Rise and Fall of the Party-Kings (1986)

Abássida, dinastia Os califas abássidas ou sucessores de Maomé exerceram autoridade sobre grande parte do mundo muçulmano, coincidindo o seu período de maior triunfo nas artes e na política com o reinado de Harun al-Rachid (786-809), um contemporâneo de Carlos Magno. Subiram ao poder à frente das facções xiitas que se opunham aos omíadas mas, após suas vitórias no final da década de 740, quando todo o mundo muçulmano, exceto a Espanha (que permaneceu leal aos omíadas), ficou-lhes submetido, adotaram os ritos sunitas da maioria e transferiram sua capital de Damasco mais para leste, construindo a grande e nova cidade de Bagdá. A influência persa, com suas tradições de absolutismo oriental, tornou-se predominante na administração abássida; os interesses da dinastia concentraram-se cada vez mais no Oriente, com vistas às grandes rotas comerciais para a Índia e a China. Um califado separado foi estabelecido no Egito e na Palestina sob o domínio dos fatímidas no século X, e os abássidas viram seu papel reduzido ao de líderes religiosos e cerimoniais, passando o efetivo poder para os turcos seljúcidas, que conquistaram Bagdá em meados do século XI e, finalmente, para os mongóis, que aboliram o califado em 1258. [213]

□ The Cambridge History of Islam, vol. I, org. por P. Holt, A. Lambton e B. Lewis (1970)

Abbon de Fleury, Santo (954-1004) Um dos homens mais eruditos de seu tempo, Abbon escreveu tratados sobre autoridade papal, astronomia e matemática. Educado nas escolas de Fleury, Reims e Paris, apoiou os reformadores de Cluny e, após um período de exílio na Inglaterra, foi eleito abade de Fleury em 988. Já tinha então a reputação de ativo reformador monástico, determinado a manter os mosteiros livres de controle episcopal e secular. Desempenhou um papel na renovação beneditina inglesa, especialmente na abadia de Ramsey.

□ D. Knowles, The Monastic Order in England (1950); P. Cousin, Abbon de Fleury-sur-Loire (1954)

Abd el-Malik califa 685-705 (n. 647) Foi o verdadeiro responsável pela consolidação do poder da dinastia Omíada. Cognominado pelos historiadores como "o pai dos reis", ele e seus quatro filhos dominaram o califado até a década de 740 e, sob a direção deles, a partir de sua base em Damasco, a fé islâmica propagou-se desde as regiões montanhosas da Espanha até a província de Sind na Índia. A contribuição pessoal de Abd el-Malik consistiu em reconciliar facções rivais e em estimular o controle militar no Ocidente (Cartago caiu em 698) e no Oriente. Destacaram-se dentre os atributos imperiais da dinastia, o consumo ostensivo e a construção da grande mesquita de Ornar, mais conhecida como a "Cúpula do Rochedo".

Abd el-Rahman I governante omíada da Andaluzia 756-88 (n. 731) Último membro remanescente da dinastia Omíada após sua derrubada pelos abássidas; em 756 instalou-se como emir independente de Córdova, na Espanha. Durante seu reinado, pôde controlar as várias facções no interior da Espanha e obteve até o apoio dos bascos cristãos contra as incursões dos francos. Por exemplo, a tentativa de Carlos Magno de conquistar a Espanha em 778, auxiliado por Ibn el-Arabi de Saragoça, fracassou em conseqüência de uma aliança entre Abd el-Rahman e os berberes cristãos da região basca. Os francos foram derrotados e sua retaguarda completamente eliminada no desfiladeiro de Roncesvalles, nos Pireneus, na batalha que deu origem ao famoso poema épico, a Canção de Rolando, uma vez que Rolando, o governador da Bretanha, estava entre os que aí morreram. Após o falecimento de Abd el-Rahman, a guerra civil eclodiu de novo no reinado de seu filho, Hisham I (788-96), e prosseguiu durante quase um século.
□ P. Hitti, History of the Arabs (1951)

Abelardo, Pedro (1079-1142) Filósofo e teólogo, natural de Le Pallet, perto de Nantes. Sua carreira foi incomumente variada para um mestre escolástico: foi educado em Loches ou Tours sob a orientação de Roscelino de Compiègne, estudou em Paris com Guilherme de Champeaux e em Laon com Anselmo de Laon. Polemizou violentamente com todos esses mestres. Lecionou em escolas de Paris, Melun e Corbeil até 1119, quando casou secretamente com Heloísa, sobrinha do cônego Fulbert de Paris. Após o nascimento do filho de ambos, Astrolábio, Abelardo foi castrado à força por agentes de Fulbert. Tendo providenciado o ingresso de Heloísa como freira no convento de Argenteuil, Abelardo tornou-se monge no vizinho mosteiro abacial de Saint-Denis. Mas não tardou em voltar ao

ensino e em 1121 sofreu sua primeira condenação como herético em Soissons.

A partir de 1122, lecionou num retiro rural em Quincey, na Champagne, e desde cerca de 1127 foi abade de Saint-Gildas-de-Rhuys, na sua Bretanha natal. Em ambos os lugares Abelardo viu-se perseguido por dificuldades mas, enquanto abade, providenciou para que Heloísa iniciasse um novo convento em Quincey, dedicado ao Paracleto. Por volta de 1136 reapareceu nas escolas de Paris, onde teve dentre seus ouvintes João de Salisbury. Uma segunda e mais devastadora condenação ocorreu num Concílio realizado em Sens, em 1140, e essa foi confirmada pelo papa Inocêncio II. A derrota veio após veementes debates entre, de um lado, Abelardo e seus adeptos, que incluíam Arnaldo de Bréscia, e, do outro, Bernardo, o influente abade de Claraval, e muitos bispos da França. Abelardo retirou-se então para a abadia de Cluny, onde contou com a amizade do abade Pedro, o Venerável. Morreu no priorado de Saint-Marcel, em Chalon-sur-Saône, em (ou logo após) 1142. Pedro, o Venerável, transferiu os restos mortais de Abelardo para o Paracleto, onde Heloísa permaneceu como abadessa até falecer em 1164.

Retratar Abelardo como um paladino da emancipação intelectual do domínio de monges que eram inimigos do saber, da cultura e da pesquisa, é simplificar as tensões que culminaram nas duas condenações de Abelardo por heresia. Dentre seus críticos estavam homens de indiscutível talento, não só Bernardo de Claraval mas também Guilherme de Saint-Thierry e Hugo de Saint-Victor, enquanto que Abelardo (ele próprio um monge na maior parte de sua vida) se deliciava em disputas provocantes. Na História Calamitatum [História das Minhas Desgraças], Abelardo responsabiliza a inveja de seus rivais e o seu próprio orgulho por seus fracassos. Mas conquistou o interesse e a devoção de mais de uma geração de estudantes por ter tornado a lógica de Aristóteles clara e por ter explorado com brilhantismo as funções e limitações da linguagem.

Como filósofo, Abelardo foi corretamente descrito como um não-realista. No início de sua carreira, afastou-se da concepção predominante que via os universais (por exemplo, gênero, espécie) como coisas existentes (res). Distinguiu-se mais por suas penetrantes glosas a textos de Aristóteles do que pela criação de uma síntese filosófica. Em teologia, Abelardo examinou criticamente as tradições recebidas do pensamento cristão; sua obra Sic et Non é uma tentativa de resolver as aparentes contradições existentes no âmbito do ensino cristão através da aplicação da dialética. Seus métodos não eram incomuns para a época, mas suas conclusões foram julgadas imprudentes por muitos. Seus ensinamentos teológicos refletiram seu não-realismo dialético; apresentou a Trindade em termos de atributos divinos (poder, sabedoria e amor) e não de pessoas divinas. Considerou o trabalho de redenção do Cristo menos como um fato objetivo (a libertação do homem do pecado ou do demônio) do que como um exemplo de ensino e sacrifício que provoca uma

resposta subjetiva ao amor divino. Na ética, Abelardo afastou-se da preocupação com ações para dedicar-se ao estudo da intenção e do consentimento. Sua tendência para a interiorização também ficou evidente nas substanciais contribuições literárias, legislativas e litúrgicas que fez para o estabelecimento do convento do Paracleto, tendo Heloísa como abadessa: as monjas eram exortadas a estudar e orar, e a não se sentirem tolhidas, mais do que o necessário, por observâncias externas. Abelardo admirava as figuras contemplativas que tinham sido modelos de sabedoria e virtude, fossem eles pagãos, como Sócrates ou Platão, Cícero ou Sêneca, profetas, como Elias ou João Batista, ou monges cristãos primitivos, como Antônio e Jerônimo. Todos eles amaram a sabedoria e todos, portanto, como Cristo, mereceram o nome de filósofos.

As avaliações sobre o que, em termos gerais, Abelardo realizou são, inevitavelmente, complacentes ou críticas em excesso. Suas contribuições originais para a ascensão da Universidade de Paris e do movimento escolástico medieval receberam por vezes uma atenção exagerada, mas ele produziu urna impressão muito forte sobre os escolásticos de seu tempo, mesmo que rapidamente seus interesses e livros tenham sido rejeitados ou, na melhor das hipóteses, podados por seus sucessores. As suas principais obras são, na lógica, Dialectica, e os comentários sobre a lógica aristotélica; na teologia, o já citado Sic et Non e a Theologia (tendo ambas as obras passado por sucessivas revisões), a Ethica o Scite te ipsum [Ética ou Conhece-te a Ti Mesmo], comentários sobre o início do Gênese e sobre a Epístola aos Romanos, e o Dialogus inter Judaeum, Philosophum et Christianum [Diálogo entre um Judeu, um Filósofo e um Cristão]. Hoje, sua popularidade deve-se principalmente à correspondência com Heloísa. As cartas podem não ter circulado antes de meados do século XIII, e sua autenticidade é contestada algumas vezes, sobretudo por causa da dificuldade em interpretar as letras dos autores. Mas o seu caso de amor despertou considerável interesse não só imediato mas ao longo de toda a Idade Média. Abelardo foi também um talentoso poeta e músico. DL

□ E. Gilson, Heloise and Abelard (1953); D.E. Luscombe, The School of Peter Abelard (1969); Abélard en son Temps, org. por J. Jolivet (1981)

Abu Bakr califa 632-34 O primeiro califa ou sucessor de Maomé e sogro do Profeta. Venceu as facções no interior da Arábia, expandiu o Islã em toda a Península Arábica e, no último ano de sua vida, obteve sobre as forças bizantinas grandes vitórias que abriram o caminho para a conquista da Palestina. Seu principal instrumento em suas iniciativas militares foi o general Khalid ibn el-Valid, "Espada de Alá," conquistador final de Damasco (635).

□ P. Hitti, History of the Arabs (1951)

Acordo de Kenilworth (1266) Negociado entre Henrique III e os barões ingleses, foi um importante acordo constitucional que pôs fim à tentativa baronial de reforma governamental iniciada em 1258. Deu aos rebeldes a oportunidade de recuperarem suas terras, em troca de sua aceitação da restauração da monarquia.
□ F.M. Powicke, King Henry III and the Lord Edward (1947)

Acúrcio, o Glosador (c. 1182-1260) Natural de Florença e professor de Direito na Universidade de Bolonha, é especialmente famoso por seus comentários sobre o Código, Institutos e Digesto de Justiniano, os quais se tornaram leitura obrigatória para o estudo dessas obras nas universidades medievais. Faleceu em Bolonha e foi sepultado no adro da igreja da Ordem Franciscana. Seu filho Francisco também foi um jurista de considerável renome, tendo feito seu doutorado em direito com apenas 17 anos de idade.
□ W. Ullmann, Law and Politics in the Middle Ages (1975)

Adão de Bremen (m.c 1081) Cônego de Bremen que se tornou diretor da escola da catedral dessa cidade em 1066. Escreveu uma história eclesiástica em quatro livros, nos quais descreveu a expansão do Cristianismo na Europa setentrional, sobretudo nas dioceses de Bremen e Hamburgo. A obra termina com um valioso tratado sobre a situação da Dinamarca no terceiro quartel do século XI.
□ B. Schmiedler, History of the archbishops of Hamburg-Bremen (1959)

Adelaide, Santa (931-99) Segunda esposa de Oto I, o Grande, e filha de Rodolfo II de Borgonha. Em 947 tornou-se noiva de Lotário, filho de Hugo, rei da Itália. Após a morte de Lotário em 950, ela foi capturada e encarcerada por Berengário, margrave de Ivrea, porque se recusou a casar com seu filho. Fugiu em 951, buscando refúgio em Canossa. Casou no mesmo ano com Oto, o Grande, e foi coroada imperatriz em 962. Acompanhou Oto em sua terceira campanha na Itália, em 966, e depois da morte do marido permaneceu ativa no governo até se desentender com seu filho, Oto II. A reconciliação ocorreu em 983 e ela foi nomeada vice-rei na Itália. Desempenhou um importante papel no governo durante a menoridade de Oto III, junto com a viúva de Oto II, Teófane, e foi destacada defensora da reforma cluniacense.
□ K.J. Leyser, Rule and Conflict in an Early Medieval Society (1979)

Adelardo de Bath (1090-1150) Monge, matemático e cientista inglês que traduziu para o latim algumas das obras dos matemáticos islâmicos Al-Khwarismi e Abu Machar. Acredita-se que tenha sido também ele quem introduziu no mundo ocidental o conhecimento do astrolábio, um instrumento científico (herdado dos gregos através dos

árabes) para informar a hora mediante a observação do Sol, e para encontrar latitudes e calcular altitudes. Sua tradução de uma versão árabe de Euclides tornou-se um compêndio clássico de geometria no mundo ocidental.
□ F.J.P. Bliemetzrieder, Adelhard von Bath (1935); M. Clagett, Dictionary of Scientific Biography, org. por C.C. Gillespie (1970)

Ademar (m. 1098) Bispo de Le Puy. Nomeado legado apostólico para a Primeira Cruzada, acompanhou os cruzados na expedição ao Oriente Próximo. Negociou com o imperador Aleixo Comneno em Nicéia, restabeleceu alguma disciplina entre os cruzados e morreu pouco depois da tomada de Antioquia.
□ G.J. d'Adhémar Labaume, Adhémar de Monteil, évêque du Puy (1910)

adocionismo Ver heresia adocionista

Adriano I papa 772-95 Um dos mais influentes papas no período inicial da Idade Média, Adriano convidou Carlos Magno e os francos a apoiá-lo contra a pressão lombarda. A intervenção provou ser decisiva: o reino lombardo foi esmagado e Carlos Magno adotou o título de rei dos lombardos. Adriano manteve intato, de forma bastante habilidosa, o controle papal no centro da Itália em face da nova situação política, reparou e reconstruiu a própria cidade de Roma, e abriu caminho, mediante uma série de delicadas negociações com Constantinopla, para uma nova ordem no Ocidente, a qual foi simbolizada, em ultima instância, pela coroação imperial de Carlos Magno em 800 pelas mãos do sucessor imediato de Adriano, o papa Leão III.
□ D. Bullough, The Age of Charlemagne (1966)

Adriano IV (Nicolau Breakspear) papa 1154-59 (n.c 1100) O único inglês que até hoje ascendeu ao trono papal. Natural de Abbot's Langley, perto de St. Albans, foi cônego da abadia de Saint-Ruf, nas vizinhanças de Aries, na França, da qual foi eleito abade em 1137. Foi nomeado cardeal-bispo de Albano pelo papa Eugênio III (1148-53), e depois serviu como legado papal na Escandinávia. Organizou os negócios do arcebispado de Trondheim e estabeleceu acordos que resultaram no reconhecimento de Uppsala como sede do metropolita sueco. Após seu regresso, Breakspear foi bem recebido pelo sucessor de Eugênio, Anastácio IV, e com a morte deste último foi eleito papa. Embora tivesse coroado Frederico Barba-Ruiva como soberano do Sacro Império Romano-Germânico em 1155, seu pontificado foi seriamente perturbado por disputas com Frederico, as quais ainda não tinham sido resolvidas ao tempo da morte de Adriano.
□ W. Ullmann, "The Pontificate of Adrian IV", Cambridge Historical Journal (1955); R.

Southern, “Pope Adrian IV”, Medieval Humanism and other Studies (1970)

Aécio Flávio (c. 396-454) General romano. Natural do Baixo Danúbio, era filho de um general romano e de uma nobre italiana, mas passou boa parte de sua juventude como refém, primeiro dos godos e mais tarde dos hunos. Em 435, fez uso de auxiliares hunos ao subjugar os borgonheses, mas quando os hunos se tornaram uma real ameaça para o Império Romano, sob o comando de Átila, Aécio foi forçado a atacá-los. Em maio de 451 sustou-lhes o avanço em Orléans mas não conseguiu obter uma vitória decisiva, e Átila pôde se dedicar a novas conquistas na Itália. Aécio foi assassinado em 454 pelo imperador Valentiniano III, que temia que os continuados êxitos de Aécio como comandante das forças militares romanas acabassem resultando em sua própria deposição em favor do general.

Afonso I rei das Astúrias 739-57 Genro de Pelágio (líder visigodo da resistência asturiana contra a invasão árabe) e provavelmente descendente de reis visigodos. Afonso foi escolhido para governar as Astúrias quando seu cunhado Fafila foi morto por um urso. No prazo de um ano, a revolta das guarnições bérberes por toda a Península Ibérica e a guerra civil resultante, deram a Afonso a oportunidade de ultrapassar as fronteiras de seu pequeno e montanhoso território, e conquistar terras muito ao sul do rio Douro; a Galícia, a Cantábria, La Rioja e parte de Leão caíram em seu poder. As áreas meridionais foram devastadas e evacuadas, criando uma extensa terra de ninguém, e as regiões setentrionais foram fortalecidas dos pontos de vista demográfico e militar. Quando Afonso morreu, o reino das Astúrias estava solidamente estabelecido e estendia-se desde a costa atlântica da Galícia até a fronteira oriental de La Rioja; no século seguinte, converteu-se no reino de Leão.
□ C. Sánchez-Albornoz, Orígenes de la nación española: el reino de Asturias, vol. I (1972)

Afonso V, o Magnânimo rei de Aragão 1416-58 (n. em 1395) Neto de João I de Castela e filho de Fernando de Antequera, foi criado na corte castelhana até seu pai ser coroado rei de Aragão em 1412. Sucedeu ao pai como rei em 1416 e, durante seu reinado, defrontou-se com numerosos problemas: a aristocracia aragonesa tinha ciúmes dos conselheiros castelhanos de Afonso e, ao mesmo tempo, o campesinato catalão estava constantemente procurando conquistar sua independência da Coroa.

Foi bem-sucedido, porém, no prosseguimento da expansão ultramarina de Aragão. Pacificou a Sardenha e a Sicília em 1420 e, após inúmeras dificuldades, conseguiu conquistar Nápoles em 1442. Transferiu depois sua corte para ali e nunca mais voltou à Espanha. Quando morreu, em 1458, sucedeu-lhe em Nápoles seu filho ilegítimo Berrante

(ou Ferdinando I) e em Aragão seu irmão João. O cognome “o Magnânimo” atribuído a Afonso V foi ganho em conseqüência de seu generoso patrocínio a numerosos humanistas da Renascença.

Afonso VI rei de Leão e Castela 1065-1109 Segundo filho do rei Fernando I e neto de Sancho III de Navarra, Afonso tinha 25 anos quando herdou o reino de Leão de seu pai. Seis anos de lutas com os irmãos, que tinham herdado outras partes do reino de Fernando, culminaram na derrota de Afonso na batalha de Golpejera (janeiro de 1072). Foi exilado para a cidade muçulmana de Toledo mas, nove meses depois, foi bafejado pela sorte: o assassinato de Sancho II de Castela trouxe o monarca exilado de volta ao poder para governar Leão, Castela e Galícia.

Apesar de sinistros boatos de cumplicidade no assassinato de Sancho, a até de incesto com sua irmã, Afonso provou ser um governante enérgico e vitorioso, dos pontos de vista militar, político e cultural. Trabalhou em prol da reconciliação das três partes do seu reino e estabeleceu sua ascendência sobre os reinos taifa do sul muçulmano, conquistando Toledo em 1085. Influenciado por suas esposas francesas, e dando prosseguimento à política europeizante de Sancho III, Afonso fortaleceu a hegemonia cluniacense sobre os mosteiros espanhóis, nomeou bispos franceses para as suas sés, estimulou as peregrinações a Santiago de Compostela (residências francesas proliferaram nas cidades ao longo das estradas de peregrinação), substituiu a liturgia moçárabe (ou visigótica) pela liturgia romana do resto da Europa, apesar da resistência popular, e substituiu igualmente a velha escrita visigótica pela Carolíngia; a expansão da arquitetura românica na Espanha também data do tempo de Afonso VI.

A implacável insistência de Afonso em coletar tributos dos reinos taifa — descritos por um historiador recente como uma rede de proteção — provou ser contraproducente no ano seguinte à vitória do monarca em Toledo; desesperados, os reis muçulmanos apelaram para os almorávidas, que derrotaram os exércitos de Afonso em Segrajas (1086). A política de Afonso para com os governantes muçulmanos nativos tornou-se mais conciliatória; ele já percebera a importância da tolerância religiosa, ao adotar o título de “Imperador de Duas Religiões” após a queda de Toledo. Mas era tarde demais: os almorávidas tinham chegado para ficar, e seguiu-se uma série de derrotas, somente mitigadas pela bem-sucedida defesa de Toledo e pelas vitórias do caído em desgraça e exilado condestável de Afonso, Rodrigo Diaz, El Cid, que conquistou Valência em 1094. Valência seria abandonada em 1102, e o único filho de Afonso foi morto na esmagadora derrota em Uclés (1108). O rei faleceu em 1109 e a ausência de um herdeiro varão mergulhou seu assediado reino em guerra civil, deixando o seu genro, Afonso I de Aragão,

como figura dominante na Espanha cristã.
□ [R. Menéndez Pidal, La España del Cid, 2 vols. Madri, Espasa-Calpe, 7a. ed., 1979; C. Estepa Diez, El reinado de Alfonso VI, Madri, Hullera Vasco-Leonesa, 1985]

Afonso VIII, o Nobre rei de Castela 1158-1214 Filho do rei Sancho III. A menoridade de Afonso foi perturbada por lutas internas e pela intervenção do vizinho reino de Navarra nos assuntos castelhanos. Essa interferência culminou em 1195 num ataque conjunto a Castela por parte de Navarra e Leão mas que Afonso pôde frustrar com êxito. Suas relações com Aragão foram sempre boas e, em 1179, os dois Estados assinaram o Pacto de Cazorla, pelo qual ficou decidida a demarcação da futura fronteira entre Castela e Aragão, a vigorar assim que se consumasse a reconquista da Espanha aos mouros. Foi essa guerra contra os mouros que absorveu as energias de Afonso VIII entre 1172 e 1212. Embora tivesse sido derrotado pelos mouros em 1195, foi-lhe possível, com a ajuda de Pedro II de Aragão, alcançar grande vitória contra eles na sangrenta batalha de Navas de Tolosa (1212) e assim contribuir decisivamente para a destruição do poderio almôada na península hispânica. Afonso VIII casou com uma filha de Henrique II da Inglaterra e fundou a primeira universidade da Espanha.
□ J. Gonzalez, El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII, 3 vols., Madri, CSIC, 1950

Afonso X, o Sábio rei de Leão e Castela 1252-84 (n. 1221) Primogênito de Fernando III e de Beatriz da Suábia. Como presumido herdeiro, participou nas campanhas de seu pai, incluindo o cerco de Sevilha, e manifestou desde cedo interesse em desenvolver o castelhano como língua literária e técnica: em 1251 encomendou uma tradução do árabe. Os historiadores vêem Afonso como um fracasso, por causa de sua ruinosamente dispendiosa e, em última instância, humilhante campanha para eleger-se titular do Sacro Império Romano, e por causa da rivalidade em torno da sucessão, o que redundou em revolta e deposição. Os historiadores culturais, por outro lado, vêem-no como um sucesso: foi o mecenas de uma brilhante corte de poetas, intelectuais, artistas e músicos; foi um grande patrocinador do vernáculo, deixando o castelhano, no final de seu reinado, como veículo natural para todos os gêneros de prosa. Embora a obra tivesse começado no reinado de Fernando III, Afonso X deu uma contribuição incomparavelmente maior, criando a prosa castelhana, tal como Alfredo, o Grande, tinha criado a prosa anglo-saxônica. Entretanto, os dois lados de Afonso são interdependentes e o mesmo padrão pode ser freqüentemente observado em sua vida política e em sua vida cultural.

Afonso, que casara com Violante, filha de Jaime I de Aragão, sucedeu ao trono de Castela e Leão em 1252. Não era tarefa fácil ser o herdeiro dos triunfos de Fernando III, e

o desejo de afirmar-se como um digno sucessor levou o novo rei a invadir o Algarve (redundando num compromisso que favoreceu Portugal), a tentar anexar Navarra (teve que se contentar com a suserania nominal) e a reivindicar a Gasconha, com o argumento de que sua avó era filha de Henrique II da Inglaterra. A pretensão foi abandonada num tratado de 1254, e a irmã de Afonso casou com Eduardo I; o terceiro filho deles e, durante 10 anos, herdeiro do trono inglês, recebeu o nome de Afonso. Uma aventura externa muito mais demorada (1256-75) foi o objetivo obstinadamente perseguido de se eleger para o Sacro Império Romano-Germânico. Afonso, que reivindicava seus direitos através de sua mãe, gastou vultosas somas para influenciar os eleitores — muito mais do que Castela podia permitir-se dispender — de modo que o descontentamento interno aumentou; um historiador recente intitulou como "Os Caminhos da Ruína" um ensaio sobre a política econômica e financeira de Afonso X. Foi eleito em 1257, mas um veto papal desfez todo o seu trabalho, e o monarca nunca mais voltou a estar tão perto do êxito. Não obstante, persistiu por mais 18 anos, e somente uma revolta da nobreza castelhana o forçou a renunciar a suas pretensões.

Dois dos irmãos de Afonso rebelaram-se contra ele (1255 e 1269) e um terceiro foi sumariamente executado por sua ordem (1277), mas as piores dissensões no seio de sua família ocorreram após a morte do seu filho primogênito Fernando, em 1275, durante uma invasão marroquina que durou até 1279. O filho mais velho de Fernando deveria ter sido declarado herdeiro do trono mas o segundo filho de Afonso, Sancho, obteve uma alteração da lei e, quando o monarca tentou anulá-la, Sancho revoltou-se com o apoio dos nobres e uma assembléia privou Afonso de seus poderes e prerrogativas. Procurou ajuda muçulmana mas em vão, e morreu sem ter recuperado pleno controle sobre o reino.

As realizações culturais de Afonso, o Sábio, formam um profundo contraste com essa crônica de fracassos políticos: enciclopédicos códigos jurídicos em vernáculo, uma extensa coleção de traduções e adaptações de obras científicas arábicas (incluindo as Tábuas Afonsinas, usadas por astrônomos em toda a Europa durante cerca de três séculos), a maior e melhor coleção de poesia mariana em qualquer idioma vernáculo (ao invés de suas outras obras, os poemas que formam a coletânea intitulada Cantigas de Santa Maria não foram escritos em castelhano mas na língua lírica convencional da maioria da península, o galaico português e duas obras históricas: uma história universal [Grande y General Estoria] e uma história da Espanha [Crónica General de España]. Entretanto, assim como há sólidas realizações em meio aos fracassos políticos (alguns avanços no caminho da Reconquista e, de suma importância, a criação da marinha castelhana), também a obra cultural do rei e de seus colaboradores mostra sinais de desmedida ambição e alguns grandiosos projetos abortaram. O principal código de leis, Las

siete partidas, nunca foi promulgado em vida de Afonso, e as duas histórias, ambas ideologicamente vinculadas às ambições imperiais do monarca, ficaram inacabadas. ADD

□ E.S. Procter, Alfonso X of Castile, Patron of Literatura and Learning (1951); The Worlds of Alfonso the Learned and James the Conqueror, org. por R.I. Burns (1985); J.R. Craddock, The Legislative Works of Alfonso X, el Sabio, Research Bibliographies and Checklists 45 (1986) [C. Estepa Diez, J. Faci et alii, Alfonso X, Toledo, Museo de Santa Cruz, 1984]

afresco A pintura em afresco foi imensamente popular na Idade Média. No século XIII e em especial nas igrejas e mosteiros góticos italianos, essa forma de arte atingiu a sua mais perfeita expressão. Os afrescos proporcionavam uma alternativa mais rápida e menos dispendiosa que os mosaicos, uma outra importante forma de decoração mural na era medieval.

Havia um certo número de etapas na pintura em afresco. Em primeiro lugar, a superfície a ser coberta era revestida com uma camada de gesso de média para fina (arriccio). Nessa etapa, o artista podia fazer um esboço a mão livre da composição, usando uma substância argilosa de cor vermelha ferruginosa conhecida como sinopia. Se a obra era para ser executada em buon fresco, ou afresco verdadeiro, o artista, trabalhando de cima para baixo na parede, aplicava apenas o gesso suficiente para um dia de trabalho; essas pequenas seções de gesso mais fino eram conhecidas como giornate. O artista aplicava então os. seus pigmentos, diluídos em água pura, a esse pouco gesso; os pigmentos fixavam-se permanentemente no reboco ainda úmido. Uma forma menos duradoura de pintura em afresco era o fresco al secco, no qual os pigmentos eram aplicados na parede depois do gesso secar. Em muitos afrescos medievais em que se usou a técnica al secco, as cores descarnaram.

□ E. Borsook, The Mural Painters of Tuscany (1960); U. Procacci, Sinopie e affreschi (1961)

África A totalidade da África do Norte era parte integrante do mundo clássico e do começo da Idade Média, mas só lentamente os ocidentais tomaram conhecimento do resto do continente africano. Em 429, no decorrer das "andanças tribais" dos povos germânicos, os vândalos passaram da Espanha ao norte da África e estabeleceram um reino que englobou grande parte da Argélia e Tunísia atuais, com seu centro em Cartago. A província foi reconquistada pelo Império Bizantino (533-48), mas as invasões muçulmanas do século VII provocaram uma radical e permanente alteração nas estruturas políticas do mundo mediterrâneo. Em 700, todo o norte da África estava em mãos muçulmanas e, 20 anos depois, também a maior parte da Espanha. Mercadores muçulmanos abriram rotas através

do Saara desde o século VIII e seu controle político do Egito e do vale do Nilo asseguraram o contato contínuo com o Sudão e a Etiópia, e o perfeito conhecimento dessas regiões.

O envolvimento ocidental direto ocorreu em certa medida com os cruzados, mas só a partir do final da Idade Média e das arrojadas expedições portuguesas, encorajadas pelo Infante D. Henrique, se iniciou a metódica exploração européia. Após a tomada de Ceuta (1415), os portugueses foram os pioneiros de uma série de viagens ao longo da costa africana ocidental — inicialmente numa tentativa de flanquear os mouros no Marrocos. O êxito comercial dessas viagens, graças à importação de especiarias pela Europa, acelerou seu desenvolvimento; esperava-se alcançar as especiarias de melhor qualidade da Índia e incentivar o lucrativo comércio com os árabes.

Em 1482, toda a costa da Guiné era conhecida e em 1487 Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança. Dez anos depois, Vasco da Gama empreendia sua histórica viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia, aportando em Calicute em setembro de 1498. Foi o começo de uma era de expansão ultramarina européia.

[A data inicial das grandes viagens ultramarinas portuguesas na Idade Média foi 1432, quando Gil Eanes dobrou o Cabo Bojador e pôs fim às lendas do Mar Tenebroso. Entre 1440 e 1445, Nunco Tristão descobria os cabos Branco e das Palmas; em 1462 atingia-se o Cabo Verde, descobria-se a Serra Leoa e eram exploradas as rias do Senegal. A chamada Costa da Mina é explorada em 1471 por João de Santarém e Pedro Escobar, construindo-se dez anos depois o castelo de São Jorge da Mina. Em 1484 é a vez de Diogo Cão explorar a costa do Congo e chegar à foz do rio Zaire. Os navegadores que mais se distinguiram nessa primeira fase dos descobrimentos africanos, antes das navegações decisivas de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, foram — além dos já citados — Tristão da Cunha, Gonçalvez Zarco, Álvaro Fernandes, Afonso Gonçalves, Dinis Fernandes, Gonçalo Velho e Afonso de Aveiro. NT]

□ The Pelican History of Africa (1968)

Agobardo de Lyon (769-840) Arcebispo de Lyon. Natural da Espanha, ele foi primeiro para Lyon como companheiro do enviado de Carlos Magno, Leidradis. Ordenado sacerdote em 804, sucedeu a Leidradis como arcebispo de Lyon em 816. Em conseqüência de seu apoio a Lotário I contra o imperador Luís, o Pio, foi deposto e banido no Concílio de Théonville em 834; mas reconciliou-se com Luís e foi reintegrado em seu cargo em 838, falecendo em Saintonge em 840. Seus principais escritos foram dirigidos contra o adocionista Felix de Urgell, e também condenou a superstição e a prática do ordálio.

□ A. Cabannis, Agobard of Lyon (1953)

Agostinho, Santo (354-430) Bispo de Hipona. Um dos quatro grandes Pais da Igreja latina. Tendo nascido em Tagaste de pai pagão e mãe cristã, Agostinho foi criado como cristão mas não batizado. Estudando retórica na Universidade de Cartago e depois ensinando retórica na Itália, Agostinho abandonou totalmente sua criação cristã, seguindo primeiro as crenças neoplatônicas e, depois, maniqueístas. Em 385, porém, foi convertido ao Cristianismo por Santo Ambrósio e batizado no ano seguinte. Voltando ao norte da África, foi ordenado padre e, finalmente, bispo de Hipona em 395.

Esteve ativo em seu papel pastoral e muito contribuiu para a refutação das doutrinas de vários grupos de heréticos, como os maniqueístas e os donatistas. É sobretudo conhecido como filósofo e teólogo. Suas obras incluem as Confissões, onde relata a sua própria conversão, vários sermões sobre os Evangelhos e A Cidade de Deus (413-26). Nesta última obra, Agostinho tentou responder às críticas daqueles que rejeitaram o Cristianismo com o argumento de que Deus tinha consentido que Roma caísse, procurando mostrar-lhes a escala gigantesca do universo e o plano de Deus para o homem, no âmbito do qual a queda de Roma era apenas uma gota no oceano. Considerou que todos os homens pertenciam a uma das duas cidades: a cidade de Deus, composta por todos os fiéis, e a cidade dos descrentes. Foi o primeiro teólogo cristão a expressar a doutrina da salvação do homem por graça divina.

Também escreveu uma série de diretrizes para a vida clerical, destinadas a um certo número de mosteiros locais, e que foram usadas no século XI como base da chamada Regra de Santo Agostinho. Sua atitude geral para com o governo político, que atribui à natureza pecaminosa do homem e, no entanto, vê como um meio efetivo de canalização das conseqüências maléficas do pecado, provou ser imensamente influente no pensamento eclesiástico medieval. AD

□ P.R.L. Brown, Augustine of Hippo (1967), Religion and Society in the Age of Augustine (1972) [A. Hamman, Santo Agostinho e seu tempo, S. Paulo, Paulinas, 1989]

Agostinho, Santo (m. 604) Arcebispo de Canterbury. Italiano por nascimento, Agostinho tornou-se monge e depois prior da abadia de Santo André no monte Célio, uma das sete colinas de Roma, antes de ser escolhido pelo papa Gregório 1 para chefiar uma missão de conversão à Inglaterra, em 596. Desembarcando no Kent em 597, Agostinho e seus companheiros foram bem recebidos pelo rei Etelberto, cuja esposa Bertha já era cristã. Etelberto deu a Agostinho uma casa em Canterbury e permissão para pregar ao seu povo. Sabiamente, Agostinho não tentou abolir o paganismo no Kent de uma só vez mas buscou, pelo contrário, fazê-lo gradualmente, enquanto que, ao mesmo tempo, incorporava à liturgia da Igreja muitos costumes pagãos e, sempre que conveniente, usava antigos

templos pagãos para fins cristãos. Seus métodos foram coroados de êxito e, em 601, o rei Etelberto e muitos de seus súditos tinham aceito o Cristianismo. Na própria Canterbury, Agostinho instalou sua sé metropolitana de clérigos seculares. Também fundou um mosteiro dedicado aos santos Pedro e Paulo (depois chamado de Santo Agostinho) e bispados em Londres e Rochester.

□ H. Mayr-Harting, The Corning of Christianity to Anglo-Saxon England (1972)

agostinianos, cônegos Ordem religiosa de sacerdotes criada no século XI, que obedecia a uma Regra baseada nos escritos monásticos de Santo Agostinho de Hipona. Foi uma decorrência do movimento de reforma da Igreja que conclamava o clero secular a adotar uma vida comum e regular. Foi especialmente popular em Roma, sul da Alemanha e Lorena, onde controlou com freqüência grupos de igrejas ou formou os cabidos de catedrais. Na Inglaterra, somente uma catedral, a de Carlisle (1133), era servida por cônegos agostinianos, e poucas casas agostinianas, como a de Barnwell, no Cambridgeshire, foram fundadas a fim de desempenhar tarefas paroquiais na localidade. A tendência da maioria das casas agostinianas era, pelo contrário, servir aos peregrinos (como em Walsingham) ou aos enfermos (como em St. Bartholomew, Smithfield, Londres). Embora algumas casas fossem estabelecidas na Inglaterra durante o século XI, o período de maior crescimento foi no século seguinte, durante os reinados de Henrique I e Estêvão. As casas de cônegos agostinianos eram pequenas pelos padrões monásticos, consistindo usualmente em não mais de 12 cônegos e um prior.

□ J.C. Dickinson, Origins of the Austin Canons (1950); L. Verheijen, La règle de St. Augustin (1967)

agostinianos, frades Ordem religiosa criada a partir de muitos grupos diferentes de eremitas italianos, incluindo os valdenses ortodoxos, os quais foram organizados em 1256 numa ordem mendicante pelo papa Alexandre IV. Renunciando à sua anterior atividade apostólica, os frades agostinianos juntaram-se a outras ordens mendicantes vivendo nas cidades uma vida de apostolado inspirada na Regra de Santo Agostinho de Hipona.

□ R. Brooke, The Corning of the Friars (1975)

agricultura As generalizações acerca da agricultura européia na Idade Média devem ser atenuadas pela ênfase sobre as profundas diferenças regionais e também pela grande diversidade dentro das regiões. Os conhecimentos técnicos básicos necessários a um cultivo bem-sucedido de cereais estavam ao alcance de todas as comunidades européias desde os tempos neolíticos, mas sua aplicação e organização era uma questão muito diferente, dependente da natureza dos solos, do equilíbrio de atividades pastoris e agrárias,

do clima, da proximidade do mar e de uma dúzia ou mais de outras importantes variáveis. Os hábitos sociais e os costumes fundiários também estavam intimamente relacionados com a prática agrária.

O Império Bizantino preservou as estruturas clássicas básicas em princípios da Idade Média, com um persistente e forte elemento comercial e monetário na economia. Do século VIII em diante verificam-se claras semelhanças entre os desenvolvimentos bizantino e ocidental na administração da propriedade fundiária e na exação e natureza da mão-de-obra. Influentes grupos de camponeses livres aparecem na Anatólia e em partes dos Balcãs. No mundo ocidental, o Império Carolíngio e seus sucessores, incluindo a Bretanha e posteriormente as comunidades escandinavas e eslavas, consideraram a agricultura de suprema importância econômica durante a maior parte da Idade Média. O período não foi estéril em avanços técnicos, sobretudo nas áreas que, por razões de fertilidade do solo e de clima, constituíram o centro nevrálgico da economia agrária medieval: a França ao norte do Loire, a Lorena e as terras da Francônia, o sul e o leste da Inglaterra.

Uma economia senhorial bastante desenvolvida, que nunca foi completamente isolada, porém mais propensa à auto-suficiência do que a depender dos mecanismos de mercado, surgiu na Europa Carolíngia dos séculos VIII e IX. Uso extensivo de azenhas, métodos melhorados de atrelagem de animais para serviços de lavoura e maior eficiência na fertilização do solo com adubos orgânicos e na rotatividade de culturas, causaram lentamente um impacto sobre a demografia. Sempre que a paz pôde ser mantida (e a proteção contra as invasões bárbaras registrou uma substancial eficácia no século XI), a economia senhorial provou ser capaz de sustentar um constante aumento de população. Seus métodos clássicos de lavoura baseavam-se no sistema de três campos: a cada ano, em rotação, o trigo era cultivado num campo; num outro, a aveia, a cevada, o feijão e as leguminosas, enquanto que um terceiro campo era apenas alqueivado; em algumas regiões, era mais comum o sistema de dois campos, um cultivado e um alqueivado. A cada aldeia era anexada uma área de pastagem, a qual assegurava a obtenção de forragem para o gado. Mas o fundamental era o arado e a divisão da terra em faixas, algumas pertencentes ao senhor e outras aos seus homens, o que conjugava proteção e um esforço coletivo de trabalho, e que propiciou o florescimento das comunidades.

A superestrutura da civilização medieval dos séculos XII e XIII baseou-se nessa bem-sucedida economia senhorial, mas em fins do século XIII já eram evidentes as inadequações em sua organização básica. As fomes e as pestes do século XIV são, conforme foi sugerido, sintomas de uma economia que ultrapassou o seu ponto de

saturação. A conversão dos serviços de mão-de-obra em pagamentos monetários ao senhor tinha se generalizado, e as tentativas para voltar a impor o serviço feudal contribuíram para a inquietação e as revoltas camponesas do final da Idade Média. O status do camponês variou muito, e as distinções jurídicas nem sempre condiziam com a realidade econômica e social. A escravatura clássica tinha declinado nos tempos carolíngios, embora elementos característicos dela ainda pudessem ser encontrados no período central da Idade Média. A tendência, porém, foi para substituir a escravidão por um regime uniforme de servidão, mas na maioria dos senhorios, homens livres (que deviam pouco mais do que serviço judicial aos seus senhores), agricultores e prósperos artesãos viviam lado a lado com servos de gleba a fim de trabalhar diretamente nas terras senhoriais três dias por semana e até mais.

Também havia variações nas técnicas básicas. Os campos abertos eram comuns quando as condições do solo eram boas, mas em outras áreas optava-se por terrenos menores, cercados e retangulares. Em algumas regiões, para lavrar a terra mais levemente persistia o arado, um utensílio herdado dos tempos romanos; em outras passou a dominar a charrua, capaz de abrir sulcos profundos, enquanto que em áreas remotas, como as ilhas escocesas, continuaram sendo usados arados primitivos de escarificação superficial. A colonização trouxe suas próprias técnicas, como na Floresta Negra no século XII ou no avanço alemão sobre as terras bálticas da Pomerânia e da Prússia Oriental nos séculos XII e XIII; um status mais livre era a recompensa normal para o colono empreendedor. No século XII, a introdução do moinho de vento, originário do Oriente, contribuiu para a eficiência geral, sobretudo nas grandes propriedades. O surgimento de livros sobre métodos de lavoura e a maior divulgação das técnicas de adubar com marga e cal também depõem a favor da eficiência agrícola nas grandes propriedades reais, senhoriais e eclesiásticas. O desempenho da agricultura medieval no sustento de populações em tempos perigosos não deve ser subestimado, mas, por volta de 1300, novas técnicas e uma nova atitude em relação à terra eram indispensáveis para se obter novos progressos.

Ver clima; fome; moinhos; vinho [64,130, 259]

□ [B.H. Slicher van Bath, História agrária da Europa Ocidental, Lisboa, Presença, 1987; G. Duby, Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval, 2 vols. Lisboa, Edições 70, 1987-1988; R.-H.Bautier, A economia na Europa medieval, Lisboa, Verbo, 1973.]

Aidan (c. 600-51) Bispo de Lindisfarne e santo britânico. Inicialmente monge em Iona, instalou-se depois na ilha de Lindisfarne e tornou-se seu primeiro bispo em 635. Foi extremamente influente na reconversão ao Cristianismo do povo de Nortúmbria, tarefa

empreendida por solicitação do rei Osvaldo (634-42). Após a morte de Osvaldo na batalha de Hatfield, Aidan continuou e intensificou seus esforços sob a égide do novo rei Oswy (642-70), até sua morte em Bamburgo, a 31 de agosto de 651.

□ Bede's Ecclesiastical History of the English People, org. por B. Colgrave e R.A.B. Mynors (1969)

Ailly, Pierre d' (1350-1420) Bispo de Cambrai. Teólogo eminente e mais tarde chanceler da Universidade de Paris, d'Ailly é lembrado principalmente pelo papel que desempenhou em sanar o Grande Cisma no papado. No início, aceitou a idéia de um Concílio ecumênico como o melhor meio de resolver o cisma; posteriormente, porém, apoiou as pretensões papais de Bento XIII, antes de voltar, uma vez mais, à posição conciliarista. Foi de Bento XIII que ele recebeu primeiro o bispado de Le Puy (1395) e depois o de Cambrai (1397). Como bispo de Cambrai, desempenhou papel de destaque no Concílio de Pisa (1409) e, sobretudo, como o principal porta-voz francês no grande Concílio de Constança (1414-18). Em 1411, d'Ailly era feito cardeal pelo Papa João XXIII e serviu depois como legado papal sob Martinho V. Também mereceram destaque suas sugestões a respeito da reforma do calendário, as quais foram finalmente postas em vigor por Gregório XII, e seus escritos, os quais incluíram Imagem do Mundo, uma obra onde sustenta a idéia de que o mundo é redondo e as Índias Orientais poderiam, portanto, ser alcançadas desde a Europa navegando tanto para oeste como para leste. Ver conciliar, movimento.

□ E.F. Jacob, Essays in Conciliar Thought (1953), [Ymago Mundi, org. por E. Buron, 3 vols., Paris, Maisonneuve, 1930.]

Aix-la-Chapelle (Aachen) Originalmente um povoado romano. Em 765 foi aí construído um palácio pelo rei Pepino, o qual foi posteriormente reconstruído por Carlos Magno, tornando-se assim a cidade o centro do Império carolíngio. Sínodos aí foram celebrados e desde a coroação de Luís I, o Piedoso, em 813, até a de Fernando I em 1531, os reis alemães continuaram sendo nela coroados. A cidade também ficou célebre como lugar de peregrinação, pois lá estavam expostas as relíquias coletadas pelos carolíngios; um culto adicional desenvolveu-se no século XII em torno do túmulo de Carlos Magno. Em 1172, Aix-la-Chapelle foi fortificada com muralhas que seriam ampliadas por Guilherme da Holanda em 1250. No final da Idade Média, a cidade era estrategicamente importante na manutenção da paz na região compreendida entre o Mosa e o Reno. Ver Alcuíno

Alain de Lille (1128-c.1203) Um dos mais importantes mestres das escolas de Paris. Conhecido como doctor universalis, ficou famoso por suas contribuições para a teologia e a filosofia, incorporando fortes elementos místicos e neoplatônicos numa filosofia que

argumentou serem as verdades internas da religião suscetíveis de descoberta mediante o exercício da razão pura e simples. Ele simboliza parte do paradoxo da Renascença do século XII, na medida em que estava ativo na escolástica e, no entanto, era atraído para os cistercienses. O núcleo central de seus ensinamentos consistiu em sua definição da natureza como intermediária efetiva entre Deus e a matéria, e enfatizou a analogia, e também a distinção, entre nascimento natural, o qual depende das leis da natureza, e o nascimento do espírito resultante do batismo e da regeneração sacramentai.
□ [E. Gilson, La filosofia en la Edad Media, Madri, Gredos, 1965]

alamanos Confederação de tribos germânicas que começaram pressionando as fronteiras do Império Romano no século III e no século V registraram sua maior expansão territorial quando penetraram na Alsácia e na Suíça. Em 496, os alamanos foram subjugados pelo rei franco Clóvis I, que os incorporou aos seus domínios. Confederação precariamente unida, os alamanos colocavam suas forças militares sob a chefia conjunta de dois comandantes durante as campanhas, mas, na maior parte do tempo, encontravam dificuldades para permanecer unidos e não possuíam um núcleo comum de governo centralizado.

alanos Povo pastoril e nômade que ocupava inicialmente a região das estepes a nordeste do Mar Negro. Estão descritos na literatura romana do século I como um povo guerreiro especializado na criação de cavalos. Durante os séculos seguintes, realizaram freqüentes incursões nas províncias caucasianas do Império Romano. Os alanos foram derrotados pelos hunos e no começo do século V deslocaram-se na direção oeste e penetraram na Gália. Alguns deles estabeleceram-se perto de Orleans, mas a grande maioria acompanhou os vândalos na invasão da Península Ibérica e do norte da África.
□ B.S. Bachrach, The Alans (1969)

Alarico I rei dos Visigodos 395-410 Lembrado pelo saque de Roma em 410, Alarico foi uma personalidade mais complexa do que o saqueador selvático e implacável da lenda histórica. Serviu como um proeminente comandante dos godos confederados no tempo do imperador Teodósio, e somente com a morte deste (395) é que decidiu instaurar seu reino visigodo no Adriático. Na primeira década do século V, continuou desempenhando um papel destacado na política imperial, e mesmo depois do saque de Roma tomou a iniciativa de um acordo com as autoridades imperiais. Foi o choque simbólico, tanto quanto a realidade da tomada de Roma, o que levou os historiadores da época e os que se lhes seguiram a considerar o ano de 410 como o fim do Império Romano.
□ T. Hodgkin, Italy and her Invaders, vol. I (1916)

Alberti, Leon Battista (1404-72) Arquiteto e humanista da Renascença, natural de Veneza e educado em Pádua e Bolonha. Durante sua vida, a fama de Alberti teve origem no seu livro Della Famiglia. Nessa obra, guiada pelo princípio aristotélico, revivido por Santo Tomás de Aquino, de que a arte imita a natureza, Alberti postulou que cada criança deve ser educada de acordo com a sua própria natureza. Como arquiteto, restaurou o palácio papal em Roma para Nicolau V (1447-55), construiu o palácio Rucellai (1446) e a fachada de Santa Maria Novella (1456) em Florença, e projetou as igrejas de São Sebastião (1460) e Santo André (1470) em Mântua, e de São Francisco em Rimini. Também escreveu De Pictura (1435), uma exposição teórica da arte italiana, e De Re Aedificatoria (1452), obra que exerceu importante influência sobre a arquitetura renascentista. [Para uma informação mais detalhada, ver o verbete sobre Alberti no Dicionário do Renascimento Italiano. Rio, Jorge Zahar Editor, 1988, pp. 19-20. NT]

□ F. Borsi, Leon Battista Alberti: The Complete Work (1977)

Alberto I de Habsburgo imperador germânico 1298-1308 (n. 1250) Primogênito de Rodolfo 1. Em 1282 foi investido por seu pai no governo dos ducados da Áustria e da Estíria. Rodolfo, porém, foi incapaz de garantir a sucessão ao trono do Sacro Império para seu filho e, após sua morte em 1291, os príncipes escolheram Adolfo de Nassau para rei.

Em 1298, Alberto derrotou Adolfo na Batalha de Göllheim e pôde então obter sua própria eleição para a Coroa germânica. Durante seu reinado, Alberto desempenhou um papel ativo na política européia. Manteve sua posição explorando habilmente a rivalidade entre Filipe IV da França e o papa Bonifácio VIII, renovou as pretensões alemãs à Turíngia, interferiu com êxito numa disputa pelo trono húngaro e pôde garantir a coroa da Boêmia para seu filho Rodolfo. Sua derrota durante o ataque desencadeado contra a Turíngia em 1307, e a morte de seu filho no mesmo ano, enfraqueceram seriamente a posição de Alberto na Europa Oriental. Seu governo também foi ameaçado pela revolta dos arcebispos renanos e do conde palatino do Reno, que se indignaram muito com a abolição por Alberto de todos os tributos introduzidos no Reno desde 1250. Embora essa revolta fosse sufocada com a ajuda das cidades, a agitação prosseguiu com maior intensidade na Suábia, e quando partiu para resolver mais esse problema, Alberto foi assassinado por seu sobrinho João em 1° de maio de 1308.

□ F.R.H. du Boulay, Germany in the Late Middle Ages (1983)

Alberto V (II) de Habsburgo imperador germânico 1438-39 (n. 1397) Titular do ducado da Áustria em 1404, Alberto governou ativamente o país apenas a partir de 1411. Auxiliou Sigismundo, rei dos romanos e da Boêmia e Hungria, contra os hussitas e, em retribuição

foi-lhe concedida a mão de Isabel, filha e herdeira de Sigismundo, celebrando-se o casamento em 1422. Após a morte de Sigismundo em 1437, Alberto sucedeu-lhe no trono da Hungria, mas, embora fosse também coroado rei da Boêmia em 1438, não conseguiu obter o domínio dessa região. Esse mesmo ano presenciou ainda a sua eleição como rei dos romanos (com o título de Alberto II) pelos príncipes alemães reunidos em Frankfurt, uma honra que ele parece não ter ativamente procurado. Seu reinado, porém, foi efêmero; em 1439 morreu em campanha no Langendorf, enquanto defendia os húngaros contra as investidas turcas.

Alberto de Colônia (Alberto Magno), Santo (c. 1190-1280) Filósofo medieval. Natural da Suábia, estudou em Pádua antes de ingressar na Ordem Dominicana. Em 1245 foi para Paris, onde lecionou com grande êxito durante muitos anos. Foi aí que se encontrou pela primeira vez com Tomás de Aquino, sobre quem exerceria considerável influência. Em 1254 foi nomeado Superior da Ordem Dominicana na Alemanha, antes de ser eleito para o bispado de Regensburg em 1260; foi durante esse período que ele condenou as obras do filósofo árabe Averróis. Em 1262 retirou-se para Colônia, onde permaneceu até sua morte, se excetuarmos um breve período em 1270, quando foi à Áustria a fim de pregar a favor da Oitava Cruzada. Conhecido como doctor universalis, deu contribuições permanentes para a filosofia, a teologia e a história da ciência. Sua obra foi um dos principais instrumentos para a transmissão na Europa ocidental do saber aristotélico sobre o mundo natural.

□ S.M Albert, Albert the Great (1948)

albigenses Seita herética baseada em crenças cátaras. Teve seu início por volta de 1144, perto da cidade de Albi, no sul da França, devendo seu êxito ao apoio da nobreza e à vida ascética levada pelos perfecti, a qual estava em contraste flagrante com o mundanismo do clero local. A seita era suficientemente poderosa para realizar em 1167 o seu próprio sínodo em Saint-Félix-de-Caraman, nos arredores de Toulouse.

No começo, a Igreja tentou combater a propagação da refinada heresia cátara pela persuasão. Foram inúteis os esforços de São Bernardo, em 1147, para reconvertê-los, e Inocêncio III enviou pregadores ao Languedoc em 1198 e 1203 mas sem obter o menor êxito.

Em 1208, o legado papal Pierre de Castelnau foi assassinado, o que levou Inocêncio III a desencadear a Cruzada contra os albigenses. A estratégia papal consistiu em transferir a propriedade da terra das mãos de simpatizantes cátaros para senhores ortodoxos, que ajudariam na repressão da heresia. Embora o conde Raimundo de Toulouse,

o principal patrocinador cátaro, se retratasse rapidamente, os cruzados famintos de terras, comandados por Simon de Montfort, o Velho, não se detiveram e deram início a massacres e incêndios em massa, devastando Béziers e Carcassonne. Tais ações puseram fim às esperanças papais de que os cátaros abjurassem o credo maniqueísta e aceitassem de novo o catolicismo.

A vitória decisiva dos cruzados em Muret (1213) eliminou o apoio da nobreza aos cátaros, e em 1226 a região já se encontrava sob o efetivo controle da Coroa francesa, embora só depois do horrendo massacre em Montségur (1244) a seita fosse substancialmente eliminada e forçada à clandestinidade. Indícios de ressurgimento esporádico da heresia foram assinalados durante todo o período final da Idade Média, apesar dos instrumentos repressivos da Inquisição. Ver cátaros; heresia

□ P. Belperron, La Croisade contre les Albigeois (1945); B. Hamilton, The Albigensian Crusade (1974); J. Sumption, The Albigensian Crusade (1978)

Alboíno rei dos lombardos 565-c.72 Tendo sucedido ao trono lombardo durante a ocupação do território a oeste do Danúbio conhecido como Panônia, Alboíno derrotou os gépidas em sua fronteira oriental, matou o rei Cunimundo e raptou e casou com Rosamunda, filha de Cunimundo. Em 568, invadiu a Itália a convite do general bizantino Narsés, que entrara em conflito com o imperador Justino II. Partindo da Lombardia, conquistou o Piemonte e a Toscana, assim como grande parte do Benevento e de Spoleto. Seu avanço, porém, foi sustado em Pavia, que resistiu durante três anos ao assédio das forças de Alboíno. Por volta de 572, Alboíno foi assassinado, segundo parece por instigação da esposa, a quem ele tinha insultado forçando-a a beber em uma taça feita com o crânio de seu pai.

□ T. Hodgkin, Italy and her Invaders, vol. 5 (1916); L. Schmidt, Die Ostgermanen (1969)

Albornoz, Gil (1310-67) Natural de Cuenca, na Espanha, educado em Saragoça e Toulouse, tornou-se arcediago de Calatrava e conselheiro de Afonso XI (1312-50), rei de Castela. Em 1337 foi nomeado arcebispo de Toledo e em 1350 ascendeu ao cardinalato. Ativo contra os muçulmanos, participou na batalha de Tarifa (1340) e na tomada de Algeciras (1344). Depois da morte de Afonso XI e sua sucessão por Pedro, o Cruel, Albornoz deixou a Espanha. Foi nomeado cardeal-legado na Itália e muito contribuiu para restaurar aí a autoridade papal. Em 1362, tinha preparado o caminho para o regresso de Urbano V a Roma e faleceu enquanto o escoltava desde Avignon para ali. Também é conhecido por seu trabalho sobre a constituição da Igreja de Roma e pela fundação do Colégio de S. Clemente para estudantes espanhóis em Bolonha.

□ E. Emerton, Humanism and Tyranny (1925)

Alcântara, Ordem de Um documento que é quase certamente falso situa a fundação da ordem em 1156, anterior, portanto, à de Calatrava, mas a mais antiga prova idônea aponta para 1176 como a verdadeira data de fundação. Originalmente conhecida como Ordem de San Julian de Pereiro, obedecia à Regra Cisterciense e era, em certa medida, dependente de Calatrava, embora estabelecesse gradualmente sua autonomia. Em 1494, os Reis Católicos anexaram o Mestrado de Alcântara à Coroa, não muito depois de terem feito o mesmo com o de Calatrava (1482) e por idênticas razões.

□ J.F. O'Callaghan, 'The Foundation of the Order of Alcantara, 1176-1218", The Catholic Historical Review, 47 (1962)

Alcorão O livro sagrado muçulmano. Compõe-se de suras ou capítulos, contendo cada uma das mensagens que os muçulmanos crêem ser revelações de Alá (Deus) transmitidas aos homens através do profeta Maomé. Zayd ibn Thabit, por ordem do primeiro califa, Abu Bakr, iniciou a tarefa de estabelecer um texto definitivo do Alcorão após a morte de Maomé (632), e completou essa obra em 651. Ver Islã

□ W. Montgomery Watt, Bell's Introduction to the Qur'an (1970) [Alcorão Sagrado, trad. S.El Hayek, S. Paulo, Tangará, 1975; R. Blachère, O Alcorão, S. Paulo, Difel, 1969]

Alcuíno (735-804) Natural de Nortúmbria, Alcuíno tornou-se o bibliotecário da catedral de York, antes de viajar para a corte de Carlos Magno na Francônia em 782. Desempenhou aí um papel proeminente na Renascença Carolíngia e fundou a escola do palácio em Aix-la-Chapelle, onde eram ensinadas as sete artes liberais de acordo com o sistema educacional de Cassiodoro. Seus próprios escritos incluíram obras sobre retórica, lógica e dialética, uma revisão do sacramentário gregoriano, uma edição do lecionário e colaborações para os Libri Carolini, um tratado escrito por ordem de Carlos Magno contra os Iconódulos, que tinham voltado a ocupar uma posição importante em Bizâncio em 787. Suas mais importantes contribuições eruditas são a sua revisão da Vulgata e suas volumosas cartas, as quais foram coligidas no século IX para servir como modelo de composição latina. Também teve parte ativa na condenação do arcebispo Elipando de Toledo e da heresia adocionista. Fundou uma importante biblioteca e escola na abadia de São Martinho de Tours, onde foi abade nos últimos anos de sua vida (790-804).

□ E.S. Duckett, Alcuin, a Friend of Charlemagne (1956); L. Wallach, Alcuin and Charlemagne (1959); S. Allott, Alcuin of York. c. 732-804 (1974)

Aldhelm, Santo (639-709) Parente do rei Ine de Wessex, foi educado em Malmesbury e, mais tarde, estudou em Canterbury sob a orientação de Santo Adriano. Tornou-se diretor

da escola de Malmesbury e em 675 era nomeado seu abade. Após a divisão do Wessex em duas dioceses, Aldhelm foi nomeado para o bispado mais ocidental, que tinha sua sé em Sherborne. Grande construtor, edificou a catedral de Sherborne e igrejas em Frome, Bradford-on-Avon, Corfe, Langton, Maltravers e Wareham. Suas obras mais influentes foram uma carta para o rei britânico Geraint sobre a fixação da data da Páscoa, e um tratado sobre a virgindade dedicado às monjas de Barking, o qual continuou sendo copiado durante todo o período anglo-saxônico. Seu estilo latino era elaborado, devendo algo às influências célticas, mas também se harmonizava consideravelmente com o latim continental do seu tempo e com o ensino da Escola de Canterbury; faltava-lhe a incomum simplicidade e franqueza de seu contemporâneo Beda. Sabe-se que seus versos religiosos em anglo-saxão (os quais não sobreviveram) contribuíram muito para a propagação do Cristianismo em todo o Wessex. Seu corpo foi sepultado em Malmesbury.

□ M. Winterbottom, "Aldhelm's Prose-Style and its Origin", Anglo-Saxon England, 6 (1977); Aldhelm, the Prose Works, trad. de M. Lapidge e M. Herren (1979)

Aleixo I Comneno imperador do Oriente 1081-1118 (n. 1048) Terceiro filho de João Comneno e sobrinho de Isaac I (imperador 1057-59), Aleixo arrebatou o trono a Nicéforo III Botaneiates em 1081. Restaurou o debilitado poderio militar de Bizâncio rechaçando os normandos para a Grécia ocidental em 1081 e derrotando os pechenegues dez anos depois. Também logrou sustar novas incursões dos seljúcidas na Anatólia. Suas façanhas foram prejudicadas por sua relutância em limitar o poder dos magnatas em Bizâncio e pela Primeira Cruzada, a qual perturbou o acordo de Aleixo com os muçulmanos e levou à perda de muitos antigos territórios gregos, que passaram a mãos ocidentais.

□ The Alexiad of Anna Comnena, trad. de E.R.A. Sewter (1969)

Alemanha A história da Alemanha na Idade Média está intimamente ligada à história da Itália e à idéia de "império" (Sacro Império Romano). Somente no século IX, com a desintegração do Império Carolíngio, é que adquiriu forma a idéia de Alemanha como unidade política distinta. Pelo Tratado de Verdun (843), Luís, o Germânico, neto de Carlos Magno, recebeu as terras francas orientais, essencialmente os territórios dos saxões, suábios, bávaros e francos a leste do Reno. As fronteiras estavam longe de ser estáveis e é imprudente falar-se de um reino da Alemanha na plena acepção da palavra, antes que a dinastia Otoniana tenha imposto sua vontade aos diversos ducados no século X, baseando sua força nas antigas regiões geograficamente centrais e de importância política e estratégica crucial da Lorena Carolíngia, em combinação com os ducados da Francônia e da Saxônia.

A criação de um reino alemão, o I Reich, coincidiu com um ressurgimento de ambições imperiais, e Oto, o Grande, foi coroado imperador em Roma, em 962. A autoridade real na Alemanha provinha de quatro fontes principais: poderio militar, rigoroso controle da Igreja, insistência no direito de nomeação de cargos ducais, e os atributos mais amplos que decorriam do envolvimento na Itália e do título imperial, um eco consciente do passado carolíngio. Oto I pretendia ser o verdadeiro herdeiro de Carlos Magno, embora o alcance de seu governo efetivo estivesse limitado à Alemanha e ao Reino Central (Lorena, Borgonha e Lombardia). A estabilização da fronteira oriental depois da grande vitória sobre os húngaros na batalha às margens do rio Lech (955) e o estabelecimento de uma impressionante faixa de territórios fronteiriços forneceram um trampolim para a expansão posterior e criaram condições para que florescesse a vida institucional.

Mesmo assim, algumas fraquezas fundamentais subsistiram na constituição alemã; a monarquia chegara relativamente tarde à cena e a independência da nobreza ganhara raízes profundas. As crises em torno da Questão das Investiduras, no reinado de Henrique IV (1056-1106), deram ensejo ao surgimento de forças desintegradoras. Foram eleitos anti-reis, mormente Rodolfo da Suábia, em Forchheim (março de 1077), e a nobreza alemã habituou-se a agir coletivamente contra o monarca, acabando por forçar Henrique V a entrar em acordo com a Igreja (1122). As guerras civis enfraqueceram a monarquia num momento crítico de expansão e colonização, quando muita riqueza nova estava sendo gerada — sobretudo em benefício da nobreza. Princípios eletivos eram lugar-comum no mundo medieval e não necessariamente prejudiciais à monarquia, mas, no começo do século XII, eram afirmados em condições que encorajaram a instabilidade dinástica.

Os êxitos da família Hohenstaufen, com sua força baseada na Suábia (1138-1254) e, em especial, a eleição de Frederico Barba-Ruiva, em 1152, geraram uma revitalização, embora as tentativas de reafirmação da autoridade real fossem dificultadas pela independência recém-estabelecida dos pequenos principados. O uso inteligente de vínculos feudais foi a chave para a política de Frederico. Deu a seu primo, o guelfo Henrique, o Leão, mãos livres no interior da Alemanha, como duque da Saxônia e da Baviera, durante mais de 20 anos, e foi sob seu patrocínio que um impulso foi dado ao processo de colonização alemã a leste, ao longo do Báltico. Quando Henrique provou, finalmente, ser desleal, contribuindo para a derrota de Barba-Ruiva em Legnano (1176) ao não lhe enviar os reforços pedidos, foi mediante processo feudal que o rei o levou à justiça e declarou confiscadas a maior parte de suas terras e riquezas.

O acordo celebrado após a queda de Henrique em Gelnhausen (1179-80) representa

uma tentativa de legalização de uma monarquia feudal, que no entanto viria a fracassar. Aos Hohenstaufen faltava a forte base territorial que era essencial ao êxito de tal projeto, e a disputada sucessão (1197-1212) debilitou o principado Hohenstaufen, penosamente construído como um núcleo de poder real. Mesmo assim, apesar de toda a sua preocupação com a Itália e, em especial, a Sicília, Frederico II (1212-50) estava muito longe de ser insignificante na Alemanha. Seus privilégios a favor da Igreja e dos príncipes não eram, em si mesmos, sintomas de fraqueza; mas, no final de seu reinado, era dolorosamente óbvio que das duas poderosas forças constitucionais envolvidas no acordo de 1180 — o rei e os grandes príncipes — o futuro estava com os príncipes. A rejeição dos Hohenstaufen e o longo Interregno (1254-73) agravaram o processo. Em 1273 era eleito Rodolfo de Habsburgo e no restante da Idade Média o poder político, a nível real, permaneceu com duas dinastias que retiraram sua autoridade de terras predominantemente não-alemãs: os Habsburgos, com sua lenta consolidação sobre o Danúbio Médio desde sua base austríaca, e a casa de Luxemburgo, que construiu uma impressionante base de poder na Boêmia.

Sob o mais forte dos reis da segunda casa acima mencionada, Carlos IV (1346-78), uma constituição salvaguardando os processos de eleição para a monarquia foi consubstanciada no Edito de Ouro (1356). Sete eleitores, recrutados entre os grandes príncipes, assumiriam a responsabilidade pela eleição dos reis-imperadores. Os próprios príncipes alemães tornaram-se cada vez mais independentes, muitos deles virtuais soberanos em seus próprios territórios. Um crescente elemento urbano e mercantil encontrou um substitutivo para a autoridade e a proteção reais na criação de ligas de cidades, como a Liga Hanseática e as ligas das cidades do sul da Alemanha. A realeza ainda servia como ocasional referência para as lealdades alemãs, mas o centro do interesse constitucional transferiu-se nos séculos XIV e XV para os principados e para as cidades. Na fronteira oriental, as façanhas dos Cavaleiros Teutônicos e as pressões constantes da colonização e da iniciativa mercantil antecipavam a força política e o poderio militar de regiões como o Brandenburgo e a Prússia. Ver baviera; Hohenzollern, dinastia; gibelinos; Rupert de Wittelsbach HRL

□ J. Fleckenstein, Early Medieval Germany (1978); K. Leyser, Medieval Germany and its Neighbours (1982); F.R.H. du Boulay, Germany in the Later Middle Ages (1983); H. Fuhrmann, Germany in the High Middle Ages (1986)

Alexandre III papa 1159-81 (n. Orlando Bandinelli em Siena, 1105) Professor de direito em Bolonha e depois cardeal, antes de ser eleito papa em 1159. Como jurista especializado em direito Canônico, resolveu numerosos litígios sobre disciplina e prática eclesiásticas, os

quais culminaram na realização do Terceiro Concílio de Latrão (1179). Durante boa parte do seu pontificado, Alexandre teve a oposição do imperador germânico Frederico Barba-Ruiva, que se recusava a sancionar sua eleição como papa e apoiava a candidatura rival do cardeal Otaviano como papa Vítor IV. Alexandre viu-se forçado a fugir para a França por duas vezes, em 1162 e 1166; mas, depois da derrota do imperador pela Liga Lombarda em 1176 na batalha de Legnano, ele pôde forçar Frederico a aceitar a paz em Veneza, em 1177. Alexandre também deu algum apoio a Tomás Becket e cooperou na tentativa de reconciliação entre Becket e o rei inglês Henrique II.

□ M. Pacaut, Alexandre III (1956); Boso's Life of Alexander III, org. por P. Murray (1973)

Alexandre IV papa 1254-61 (n. Rinaldo di Segni em Anagni, 1199) Nomeado cardeal-diácono por seu tio Gregório IX em 1227, e cardeal-bispo de Óstia em 1231, antes de se tornar papa em 1254. Deu prosseguimento à guerra papal contra os Hohenstaufen da Sicília, excomungando Manfredo, o filho bastardo de Frederico II, e concedendo a Sicília como feudo papal a Edmundo, o filho mais novo de Henrique III da Inglaterra. Na Europa, impôs a obediência religiosa, aumentando os poderes da Inquisição na França, e também contribuiu muito para incrementar a eficiência da administração papal. No leste, tentou realizar uma união com Bizâncio e organizar uma cruzada contra os tártaros. Morreu em Viterbo.

□ S. Sibilia, Alessandro IV (1961); W. Ullmann, The Papacy and Political Ideas in the Middle Ages (1976)

Alexandre VI papa 1492-1503 (n. Rodrigo de Bórgia, c. 1431, em Jativa, Espanha) Estudou direito em Bolonha antes de ser eleito cardeal em 1456 e papa em 1492. Mais um príncipe da Renascença do que um Santo Padre, subordinou os interesses da Igreja às suas ambições políticas e à ampliação da fortuna de sua família. Embora encorajando, em princípio, a guerra contra os turcos otomanos, Alexandre não relutou em celebrar um tratado com eles em 1494 contra Carlos VIII da França, que estava pretendendo o reino de Nápoles e Sicília. Durante o seu pontificado, Alexandre reorganizou as finanças papais, restaurou o castelo de Santo Ângelo e persuadiu Michelangelo a traçar planos para a reconstrução de São Pedro em Roma, embora nunca fossem, de fato, executados.

□ The Borgia Pope, Alexander the Sixth, trad. de RJ. Sheed (1942)

Alexandre Nevsky, Santo (c. 1220-63) Em 1236, Alexandre foi feito príncipe de Novgorod por seu pai, o Grão-Duque Yaroslav II. Como o sul e o leste da Rússia estavam ficando cada vez mais firmemente submetidos ao domínio mongol, o principado setentrional de Alexandre cresceu em importância. Frustrou as ambições suecas de forma

decisiva ao derrotá-los na batalha do rio Neva (julho de 1240) e em 1242 esmagou os Cavaleiros Teutônicos numa grande batalha travada sobre a superfície gelada do lago Paipus [hoje Pskov]. Aceitou o senhorio mongol na Rússia, fazendo inclusive uma visita pessoal ao Grão-Cã. Em conseqüência de sua cooperação, em 1252 os mongóis reconheceram Alexandre como príncipe supremo da Rússia, nomeando-o grão-duque de Vladimir e Kiev, no lugar de seu deposto irmão André. Suas vitórias, sobretudo a batalha sobre o gelo, tornaram-se lendárias e asseguraram-lhe a posição de herói nacional na Rússia medieval; o papel que desempenhou na resistência contra o avanço do catolicismo levou a Igreja Ortodoxa a reconhecê-lo como santo.

□ G. Vernadsky, The Mongols and Russia (1953)

Alexandria Capital provincial do Egito nos tempos romanos, declinou em importância após a queda do império. Em 616 foi conquistada pelos persas e em 642 pelos árabes, que estabeleceram uma nova capital em Fustat (Cairo). Alexandria viu-se daí em diante reduzida ao papel de uma base comercial e naval. Entretanto, a cidade voltou a crescer em importância durante as Cruzadas do século XII e nas campanhas contra os mamelucos no século XIII. Tornou-se também um importante centro para o comércio de especiarias entre o Ocidente e o Oriente, até a descoberta do caminho marítimo para a Índia em 1498.

alfândegas A partir de meados do século XII, direitos aduaneiros eram pagos pelo vinho importado e um sistema de alfândegas nacionais nos portos foi gradualmente estabelecido depois que o rei João Sem Terra promulgou em Winchester, em 1204, uma lei aduaneira pela qual ficou criado um imposto de um quinto sobre todas as importações por via marítima, exceto para o tráfico costeiro. Isso não foi permanentemente bem-sucedido, mas em fins do século XIII direitos aduaneiros, sobretudo sobre vinhos e lãs, constituíam um elemento de suma importância nas finanças reais, e assim foi durante toda a Idade Média.

□ N.S.B. Gras, The Early English Customs System (1918); E.B. Fryde, Studies in Medieval Trade and Finance (1983)

Alfredo, o Grande rei de Wessex 871-99 (n. 849) Filho caçula do rei Etelwulf de Wessex. É possível que seu pai o destinasse à carreira eclesiástica, porquanto Alfredo visitou Roma em 853 e foi ritualmente recebido pelo papa. Com a morte de Etelwulf (858), seus quatro filhos sucederam-lhe, cada um por sua vez. Somente durante o reinado de Etelred (866-71) Alfredo começou a desempenhar um papel proeminente; embora Etelred tivesse filhos

jovens, Alfredo tinha provavelmente sido designado herdeiro do trono.

Em 866, os Vikings atacaram a Inglaterra, dominando primeiro a Nortúmbria e depois East Anglia. Em 868, Alfredo contraiu matrimônio com uma parente do rei de Mércia, como parte de uma aliança defensiva entre mercianos e saxões ocidentais. Essa aliança vigorou até 877 mas a partir de 874 Mércia também estava sob domínio viking, e os ataques vikings contra Wessex tornaram-se cada vez mais sérios de 871 — ano em que Alfredo subiu ao trono — em diante. Sua vitória em Edington (878) aliviou a pressão e, na década de 880, o estabelecimento viking em East Anglia e a partida de uma numerosa força viking para a Francônia setentrional permitiram a Alfredo empreender uma ambiciosa estratégia defensiva que requeria uma mobilização sem precedentes de homens e de recursos, tendo por base burhs fortificados e com guarnições militares permanentes. Ele anexou parte de Mércia, incluindo Londres, colocando o chefe merciano Etelred sob sua autoridade e ligado a ele pelo casamento com sua filha Etelfled. Os príncipes galeses do sul também reconheceram a suserania de Alfredo. Renovados ataques vikings (892-96) foram repelidos com êxito e Alfredo morreu em 20 de outubro de 899, deixando o Wessex mais unificado e com uma monarquia mais forte.

A união de Wessex e Mércia provou ser permanente. Alfredo tinha procurado contatos mais estreitos com a Europa continental, especialmente com a Francônia, cuja realeza e cultura o inspiraram. Desenvolvendo as tradições vernáculas nativas, Alfredo patrocinou a tradução para o inglês arcaico de obras como Pastoral Care, de Gregório Magno, e a realização em vernáculo da Crônica Anglo-Saxônica, na qual a recepção papal de 853 a Alfredo foi apresentada como uma sagração regia. Ao fazer circular esses textos e ao promover a alfabetização da aristocracia no vernáculo, Alfredo difundiu deliberadamente a ideologia monárquica ao lado da cultura cristã. Embora sua reputação posterior seja parcialmente mítica, as realizações ímpares de Alfredo justificam seu cognome de "o Grande". Ver Asser JLN

□ P. Wormald em The Anglo-Saxons, org. por J. Campbell (1982); Alfred the Great: Asser's Life of King Alfred and other contemporary sources, trad. S. Keynes e M. Lapidge (1983)

Alhambra Castelo construído nas colinas da cidade andaluza de Granada entre meados do século IX e 1162. Em 1248, o novo governante násrida de Granada, Maomé I, que expulsara os almôadas, iniciou a construção de um palácio no mesmo local. Cada um de seus sucessores acrescentou novas torres, pavilhões, pátios e portões monumentais, até que, ao tempo de Maomé V (1362-91), o Alhambra ficou virtualmente completo. Dotado de amplos pátios e de jardins supridos de água em abundância, e prodigamente decorado numa característica mistura de estilos islâmicos e ocidentais, tornou-se com inteira

justiça o mais famoso edifício da Espanha muçulmana e talvez o mais famoso de toda a península. Os reis de Espanha adicionaram construções após a reconquista de Granada e alguns danos foram causados ao longo dos séculos mas, depois das restaurações, o complexo sobrevivente é, em sua maior parte, o Alhambra do final do século XIV.

Ali (600-61) Primo e genro de Maomé. Foi recebido muito jovem na casa de Maomé, casou com sua filha Fátima e participou da Hégira, a migração de Meca para Medina em 622. Após a morte de Maomé em 632, as pretensões de Ali ao califado foram contrariadas, primeiro a favor de Abu Bakr e, depois, de Ornar e Otmã. Com o assassinato de Otmã em 656, Ali foi aclamado califa mas, acusado de participar no assassinato do seu predecessor, alguns de seus adeptos uniram-se ao vingador de Otmã, o governador da Síria, Moawia, e o próprio Ali foi assassinado em 661. O conflito em torno do califado dividiu permanentemente o Islã em dois campos: de um lado, a tradicionalista maioria sunita que se opôs a Ali e, do outro, os xiitas, que sustentaram ter sido Ali e seus sucessores nomeados por determinação divina.

almôadas (do árabe al-muwahhidün: crentes na unidade de Deus) Movimento religioso muçulmano fundado (c. 1120) nas montanhas do Atlas como reação contra o estéril legalismo dos almorávidas, cujo puritanismo original fora, por esse tempo, corrompido. Os almôadas pregavam um regresso à estrita moralidade e ao texto das escrituras. Invadiram a Espanha em 1146 e em 1172 tinham conquistado todas as áreas muçulmanas, exceto as Baleares. O Estado almôada centralizado, governado desde Marrakesh pelo emir, era ainda menos tolerante a outras religiões do que os almorávidas tinham sido (em acentuado contraste com a política tolerante do califado de Córdova e dos reinos taifa que lhe sucederam); a emigração de moçárabes cristãos e de judeus para o norte enfraqueceu a Espanha muçulmana cultural e economicamente. Os almôadas venceram uma importante batalha em Alarcos (1195) e pareciam estar prestes a invadir os reinos cristãos, mas seu poder foi quebrado em 1212 na decisiva batalha de Navas de Tolosa, e em poucas décadas seus sucessores estavam confinados ao reino de Granada, um anacronismo dentro de uma vigorosa, embora ainda dividida, Espanha cristã.
□ [P. Guichard, Al-Andalus. Estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente, Barcelona, Barral, 1976; G.-H. Bousquet, Les berbères, Paris, PUF, 1967]

almorávidas (do árabe al-murãbit: devotos residentes numa comunidade religiosa fronteiriça) Tribo muçulmana fundamentalista originária do Saara meridional que conquistou o norte da África e passou para a Espanha em 1086, a pedido dos reis muçulmanos, que desejavam proteção contra as extorsões de Afonso VI de Leão e

Castela. O governante almorávida Yusef ibn Tashufin derrotou as forças de Afonso em Sagrajas (1086) e outras batalhas, e voltou seu poder contra os reinos taifa hispano-muçulmanos, que ele considerava decadentes; o reino abássida de Sevilha foi derrubado em 1091. O êxito militar dos almorávidas devia-se, em parte, ao seu fanatismo puritano e, em parte, às suas inovações táticas, incluindo o emprego de três fileiras de arqueiros e tambores que aterrorizavam os inimigos. Gradualmente, porém, os almorávidas abrandaram em contato com a civilização da Espanha muçulmana e, na década de 1140, o império desmoronou sob o duplo golpe de revoltas na Espanha e de ataques no norte da África pelo novo poder emergente dos almôadas. As ilhas Baleares permaneceram em mãos almorávidas até 1203, quando caíram em poder dos almôadas. [Ver bibliografia de almôadas]

Alp Arslan sultão seljúcida 1063-72 (n. 1029) Sucedendo a seu pai como governante de Curasão em 1059 e a seu tio Tugril Beg como sultão em 1063, conquistou a Armênia e a Sebastéia antes de invadir o Império Bizantino em 1064. Embora fosse derrotado em 1070, obteve uma retumbante vitória sobre o imperador bizantino Romano IV em Manzikert, em 19 de agosto de 1071, um golpe do qual o Império Bizantino nunca se recuperou por completo. Alp Arslan foi assassinado quando tentava conquistar o Turquestão.

alquimia A alquimia praticada na Europa no período final da Idade Média era, simultaneamente, uma ciência, com suas precisas leis próprias, e uma arte secreta e mística, gravitando em torno da transmutação de metais sem valor em prata e ouro, libertando-os de suas impurezas. Tinha possuído sempre um lado científico e um lado místico desde que surgiu e se desenvolveu inicialmente em Alexandria, nos primeiros quatro séculos da nossa era. Os primeiros astrólogos aduziram de Aristóteles a teoria segundo a qual a base de todas as substâncias era prima materia. Os quatro elementos (fogo, ar, terra e água) derivam todos dela e, em diferentes combinações, formaram toda a matéria; por conseguinte, metais preciosos poderiam ser criados a partir de outras substâncias. Dos astrólogos mesopotâmicos veio a idéia de que o tempo mais propício para tentar uma transmutação podia ser previsto por meios astrológicos. Considerava-se que cada metal estava ligado a um planeta, e símbolos e códigos místicos foram criados para outras substâncias e para vários processos químicos.

A alquimia continuou florescendo no Império Bizantino e, nos séculos VIII e IX, foi descoberta e adotada pelos invasores muçulmanos. Alquimistas árabes desse período, em especial Jabir ibn Hayyan (Geber) e seus seguidores, basearam-se em idéias helenísticas anteriores e produziram numerosos e influentes tratados. Extraíram dos chineses o

conceito de “medicina”, um agente que podia transformar outros metais em ouro e que, se comido, podia conferir a imortalidade. Isso ficou conhecido como a “pedra filosofal” e passou a ser a meta primordial dos alquimistas subseqüentes, no caminho da realização de seu propósito fundamental. Outros alquimistas árabes modificaram a teoria aristotélica dos elementos ao sugerir que todos os metais eram formados pela combinação de duas substâncias: enxofre, que representava as propriedades do fogo, e mercúrio, que representava as qualidades da água. A mistura correta dos dois produziria ouro ou prata. As idéias místicas consubstanciadas no Corpus Hermeticum, uma compilação efetuada entre os séculos I e III da nossa era e contendo as revelações ocultistas do deus egípcio Thoth ou Hermes Trismegistos, também foram adotadas. Um enfoque experimental mais prático foi preferido pelo notável médico Avicena, entre outros.

A alquimia era pouco conhecida no início do período medieval no Ocidente. Tratados isolados abordando o assunto foram, contudo, produzidos, sendo seus exemplos Compositiones ad Tingenda, do século X, que fornece conselhos práticos sobre o uso de metais em trabalhos de arte, e o mais místico, Mappe Clavicula. Depois que os cruzados chegaram à Terra Santa, e a Itália meridional e a Sicília caíram em poder dos normandos, as características idéias alquímicas dos árabes começaram a aparecer em escritos ocidentais. Provavelmente a primeira tradução de um texto árabe sobre alquimia foi a de Roberto de Chester, no Book of Morienus (1144), sendo dada como justificação o fato de que o Ocidente ignorava “o que é a alquimia e qual a sua composição”. No século XIII, eruditos como Arnaldo de Villanova, Alberto Magno e Roger Bacon realizaram gigantescas compilações enciclopédicas, nas quais a explicação alquímica da natureza da matéria desempenhou um importante papel. Nos últimos anos do século, a circulação de outros importantes tratados focalizando a alquimia (o Turba Philosophorum e as obras do alquimista espanhol Jabir, nome suposto inspirado no do mestre árabe Geber) resultou num surto de experimentação e de produção de novos escritos alquímicos no século XIV. O lado mais simbólico e oculto da alquimia também foi estimulado no decorrer desse processo e floresceu de novo, apesar das tentativas papais no sentido de colocar fora de lei as práticas alquímicas como um ramo da feitiçaria. Uma indicação do crescente caráter secreto do saber e das tradições dos alquimistas é o fato de que, no século XV, quando muitas obras de ciência estavam sendo impressas, tratados alquímicos continuaram circulando em manuscrito. As críticas dos humanistas da Renascença e de contestadores como Pico della Mirandola não lograram suprimir os alquimistas, e algumas de suas idéias continuaram aceitas por muitos séculos.

Apesar do sigilo e dos relativamente poucos praticantes da arte, a literatura medieval está repleta de histórias sobre os êxitos e fracassos dos alquimistas. Os aspirantes

devem ter recebido inspiração da história de Nicolau Flamel (1330-1418), um escrivão parisiense cuja fortuna se dizia ter por origem a descoberta, em 1382, de um modo de produzir prata e ouro a partir do mercúrio. Sua fortuna foi gasta em obras de devoção e caridade, e sua história tornou-se amplamente conhecida. Em contraste, Chaucer, em The Canon's Yeoman's Tale, demonstra o medo e a suspeição com que os alquimistas eram encarados, e descreve a penúria e o desespero a que a obsessão com a alquimia podia levar. Vasari oferece-nos uma história ainda mais triste, no começo do século XVI. O artista italiano Parmigianino, cujos experimentos alquímicos o levaram à loucura, encarceramento e, por fim, à morte prematura. EMH

□ L. Thorndike, A History of Magic and Experimental Science (1923-58); G. Sarton, Introduction to the History of Science (1927-47) [A. M. A. Goldfarb, Da alquimia à química, S. Paulo, Nova Stella-EDUSP, 1987]

Ambrósio, Santo (339-97) Filho do prefeito pretoriano da Gália, Ambrósio foi nomeado governador da Emília e Ligúria em Milão, em 370. Após a morte de Auxêncio, o bispo ariano de Milão em 374, Ambrósio foi eleito seu sucessor, apesar de nunca ter sido batizado cristão; em uma semana tinha sido instruído na fé cristã, batizado e sagrado bispo. Ambrósio passou então a estudar as Escrituras e as obras de pensadores cristãos como Orígenes e São Basílio, e tornou-se rapidamente um teólogo influente. Uma vez que Milão era a capital administrativa do Império Ocidental no século IV, Ambrósio também desempenhou um papel importante na política, aconselhando o jovem imperador Graciano e reprovando o seu sucessor, Teodósio. Também atacou vigorosamente o Arianismo e teve importante papel na redução de sua influência no Ocidente. Ambrósio é lembrado como um dos quatro doutores da Igreja primitiva e pela posição de defesa da superioridade dos valores espirituais acima e contra o poder do Estado.

□ F.H. Dudden, The Life and Times of St. Ambrose (1935)

amor cortesão (amour courtois, höfische Mínne) Termo criado em 1883 por Gaston Paris, o amor cortesão recebeu sua mais delicada expressão nas canções dos trovadores do século XII no Languedoc. A natureza real desse código altamente ritualizado de amor continua discutível; numerosas fontes foram sugeridas — a Ars Amatoria de Ovídio, a poesia hispano-árabe e o pensamento platônico, entre outras —, mas a linguagem e as imagens do amor cortesão refletem, acima de tudo, o ambiente feudal, palaciano, em que o conceito se desenvolveu.

Os protagonistas assumiram distintos papéis: o amante submetido à sua dama como o cavaleiro ao seu senhor, jurando leal e permanente serviço. Chamando a atenção para o seu pretz ("valor") e valor ("coragem") — ainda mais reforçados por seu nobre e puro amor —, ele solicitava mercê ("piedade") e alguma recompensa. Embora a dama pudesse parecer a figura dominante nesse drama privado, ela estava obrigada pelas convenções a condescender com as solicitações razoáveis do cavaleiro, da mesma forma que um senhor estava obrigado a recompensar seus fiéis seguidores; se ela não oferecesse algum favor ou esperança, era tachada de cruel e sem coração. A natureza adúltera do amor cortesão tem sido muito debatida e freqüentemente exagerada; há pouquíssimos casos em que a dama era explicitamente uma mulher casada. Entretanto, ela era quase sempre inatingível, em virtude de sua alta posição ou distância física e por medo da censura social; paradoxalmente, era a própria distância dela que dava valor ao paciente sofrimento do amante. Os merecimentos da amada podiam ser aumentados por mostrar mercê a um digno e merecedor pretendente; contudo, a dama que se submetia depressa demais era condenada.

A luta íntima do amante entre o seu desejo de satisfação imediata e sua consciência do valor moral implícito em batalhar pelo inatingível; entre as ambições pessoais e as restrições sociais externas; entre o estado auto-imposto de submissão e a necessidade irresistível de expressar dor e ressentimento: são essas antíteses que emprestam à poesia de amor cortesão sua tensão dramática e riqueza emocional.

O verdadeiro amor, ou Fin'amors, contrastava com os Fals'amors da maioria, caracterizado pela inconstância, a insinceridade e o ciúme mesquinho, o que os excluía da elite amorosa. O Fin'amors foi cada vez mais "cristianizado" em fins do século XII, quando a imagem do amante ansioso foi assimilada a um código de busca religiosa de Deus, em que as virtudes cristãs foram adquiridas através do serviço a Maria.

A tradição propagou-se do Languedoc até a Itália, influenciando o dolce stil nuovo (La Vita Nuova, de Dante), e na direção norte, onde se fundiu com a tradição alegórica francesa para produzir obras como Lancelot, de Chrétien de Troyes, e o Roman de la Rose, de Guilherme de Lorris. Outras respostas incluem o Parzival de Wolfram von Eschenbach, na Alemanha, Troilus de Chaucer e Confessio Amantis de Gower, na Inglaterra. [A mesma tradição está representada na literatura portuguesa pelo romance Amadis de Gaula, de Vasco de Lobeira (século XII).] Ver André Capelão; cavalaria; literatura [327]

□ CS. Lewis, The Allegory of Love (1936); M. Lazar, Amour Courtois et "Fin'amors" (1964); The Meaning of Courtly Love, org. por F.X. Newman (1968)

Ana Comnena (1083-1148) Princesa bizantina e filha de Aleixo I Comneno, ficou

principalmente conhecida pela biografia que escreveu de seu pai, a Alexíada. Em 1091 ficou noiva de Constantino Ducas, com quem Aleixo compartilhava o trono. No mesmo ano, Aleixo depôs Constantino e elevou seu próprio filho João ao status de co-imperador. Ana nunca perdoou o irmão por isso e, com a morte de Aleixo em 1118, Ana e sua mãe Irene tentaram destronar João em favor de Nicéforo Briênio César, marido de Ana. A tentativa foi frustrada e João colocou Irene e Ana num convento. Ana começou então a escrever a Alexíada, a qual, embora sofra aqui e ali de certa confusão cronológica e de omissões, constitui a melhor fonte para o reinado de Aleixo.

□ The Alexiad of Anna Comnena, trad. de E.R.A. Sewter (1969)

anais Juntamente com as Vidas de santos e as crônicas, os anais eram uma importante forma de escrita histórica na Alta Idade Média. Consistiam em breves relações cronológicas de eventos que eram importantes na história de um reino, bispado ou mosteiro. A mais antiga coleção ainda existente de anais é constituída pelos Annales S. Amandi (708-810); outros famosos anais europeus incluem os Annales Laurissenses Maiores, os Anais Reais, os Annales Bertiniani (que cobrem toda a história da Francônia Carolíngia, 741-882), os Anais de Hildesheim (818-1137), os Anais Quedlinburg (913-1025) e os Annales Flodoard (919-68). Na Grã-Bretanha, as mais efetivas e úteis coleções de anais são as incorporadas à Crônica Anglo-Saxônica, compilada em 891 por inspiração do rei Alfredo e continuada numa versão remanescente (a Crônica Peterborough) até 1155; e, do lado céltico, os Annales Cambriae que, compilados em 954, continuam até fins do século XIII.

Anagni, Humilhação de (setembro de 1303) Cena da prisão do papa Bonifácio VIII por Guilherme de Nogaret, a qual marca o momento culminante da luta entre o papa e o rei francês Filipe IV. Apoiado pela família Colonna, Nogaret entrou em Anagni em 7 de setembro e capturou Bonifácio, encarcerando-o no palácio Gaetani. O povo local, porém, sublevou-se em defesa do papa e libertou-o três dias depois, ao mesmo tempo que expulsava Nogaret e seus homens da cidade. Em 12 de setembro, Bonifácio foi reconduzido a Roma solenemente mas nunca se recuperou por completo de sua humilhação e faleceu um mês depois no palácio Vaticano. A detenção de um papa por funcionários de um monarca secular repercutiu de forma chocante em toda a Cristandade e, no entanto, o poder de Filipe não foi afetado.

André Capelão Escritor do final do século XII, que em latim exerceu sua atividade na corte do conde de Champagne a partir de aproximadamente 1170. André escreveu o que logo foi reconhecido como um tratado clássico sobre o amor cortesão, De Arte Honeste

Amandi. Ele baseou algumas de suas idéias na Ars Amatoria de Ovídio, mas também foi consideravelmente influenciado por noções poéticas transmitidas através da Espanha muçulmana.

□ The Art of Courtly Love, trad. de J.J. Parry (1959) [Traité de l'amour courtois, org. por C. Buridant, Paris, Klincksieck, 1974]

Angelico, Fra Giovanni de Fiesole (1378-1455) Pintor italiano de afrescos e frade dominicano. Batizado Guido di Pietro, adotou o nome de Fra Giovanni ao ingressar no convento de São Domingos em Fiesole (c. 1418-21), mas ficou conhecido como Beato ou Fra Angelico pela doçura de seu espírito e de sua arte. Suas primeiras obras foram muito influenciadas pelo estilo conhecido como gótico internacional, como seu uso de fundos dourados, figuras elegantes e delicadas, roupagens ricas e esvoaçantes. Os afrescos de São Marcos em Florença são considerados pela crítica o melhor exemplo da pureza espiritual de seu estilo. Em 1445, começou trabalhando nos afrescos da Capela do Sacramento no Vaticano, depois destruída, seguindo-se-lhes as cenas do Juízo Final na catedral de Orvieto. Em 1447 voltou ao Vaticano a pedido do papa Nicolau V a fim de pintar cenas das vidas dos santos Estêvão e Lourenço na recém-construída Capela Nicolau. Sua carreira de pintor foi interrompida por um breve período entre 1449 e 1452, quando foi prior de Fiesole, mas regressou depois a Roma, onde faleceu em 1455 e foi sepultado na igreja de Santa Maria sopra Minerva.

□ J. Pope-Hennessy, Fra Angelico (1974)

anglo-saxões Termo usado para designar as tribos de origem germânica ocidental que se instalaram na parte oriental da Grã-Bretanha no século V e vieram a exercer domínio sobre a Inglaterra e também sobre partes da Baixa Escócia no decorrer dos séculos seguintes. O termo foi usado primeiro por autores do século VIII para distinguir os anglos, saxões e jutos que tinham se estabelecido na "Inglaterra", daqueles das mesmas raças que tinham permanecido no continente. Eles tinham consciência de sua herança continental e foram pouco afetados pela cultura dos bretões nativos. Parte da herança latina, é certo, foi-lhes devolvida com sua conversão ao Cristianismo, ocorrida principalmente no século VII. Persistiu, porém, a consciência de diversas origens tribais e seus reis eram conhecidos como reis dos Saxões do Sul ou Saxões do Oeste, dos Anglos do Leste, dos Mercianos ou dos Nortumbrianos. Quando o reino foi unificado, o título de "rei dos ingleses" ou rex Anglorum passou a ser a designação mais utilizada, mas anglo-saxão continua sendo um termo conveniente para o conjunto de povos germânicos e sua língua até a época da Conquista Normanda da ilha britânica.

□ P. Hunter Blair, An Introduction to Anglo-Saxon England (1978); F.M. Stenton, Anglo-Saxon England (1971)

Anjou Região do centro-oeste da França, o Anjou converteu-se num condado em tempos carolíngios, e nos séculos X e XI foi ampliado pelos condes Foulques III Nerra e Godofredo Martel. A casa reinante angevina alcançou o apogeu com Godofredo Plantageneta, conde de Anjou de 1131 a 1151, e sua esposa Matilda, viúva do imperador Henrique V e filha do rei Henrique I da Inglaterra. Após a morte de Henrique I, Godofredo pôde apossar-se da Normandia, tomando-a ao sucessor do monarca falecido, Estêvão de Blois, em 1144; e por volta de 1153, o filho e sucessor de Godofredo, Henrique II, foi conhecido como herdeiro de Estêvão na Inglaterra, tornando-se rei no ano seguinte. Os Plantagenetas detinham agora a Inglaterra, a Normandia e o Anjou numa vasta reunião territorial a que se somou a Aquitânia, que Henrique juntou aos seus domínios após seu casamento com a herdeira Leonor em 1152.

Embora o ciúme entre os filhos de Henrique fosse a causa de sérios conflitos familiares, o "império" permaneceu intato até 1204, quando a Normandia e o Anjou foram confiscados por Filipe II da França ao rei João Sem Terra. Entre 1245 e 1285, Anjou foi considerado dependência da Coroa francesa por Carlos, irmão de Luís IX. Foi ele quem, como Carlos I, rei da Sicília, fundou a nova casa de Anjou, a qual deu reis para Nápoles, Hungria e Polônia. O condado foi incorporado às terras da Coroa francesa em 1480. Ver Foulques IV; Foulques V.

□ L. Halphen, Le Comté d'Anjou au XIe siècle (1906); R. Southern, The Making of the Middle Ages (1953); O. Guillot, Le Comté d'Anjou et son Entourage au XIe siècle (1972)

Anselmo, Santo (1033-1109) Arcebispo de Canterbury. Natural de Aosta, na Lombardia, Anselmo tornou-se monge na abadia de Bec, na Normandia, onde estudou teologia com Lanfranc. Em 1078 era nomeado abade de Bec, sucedendo ao seu fundador, Herluino, e em 1093 era escolhido para o cargo de arcebispo de Canterbury. Desde essa data até 1106, esteve envolvido numa série de disputas, a primeira com Guilherme Rufus e, depois, com Henrique I, a respeito da questão da supremacia papal e das relações entre Igreja e Estado na Inglaterra. Os debates, que vieram a concentrar-se na Questão da Investidura de prelados, terminaram em 1107 com uma solução de compromisso: as formalidades de investidura passaram para o arcebispo e a hierarquia eclesiástica, enquanto que ao rei eram deixados os meios de influenciar a eleição e de salvaguardar seus interesses feudais nas grandes propriedades da Igreja.

No transcurso desse conflito, Anselmo foi forçado a passar dois longos períodos no

exílio. Durante o primeiro deles (1097-1100), escreveu a sua mais influente obra teológica, Cur Deus Homo [Por que Deus se fez Homem?], na qual estabelece, de um modo refinado, a doutrina ortodoxa referente à Encarnação. Fora de qualquer dúvida, o mais hábil teólogo a ocupar as funções de arcebispo de Canterbury, Anselmo provou ser também uma das mentes mais criativas de toda a escolástica do século XII. Seu princípio básico, credo ut intelligam [Creio para compreender], tornou-se matéria para algumas das mais fecundas e construtivas discussões dessa época.

Após a morte de Anselmo, o monge Eadmer de Canterbury escreveu um relato sobre a vida do santo que abriu novas perspectivas no campo da biografia.

□ R. Southern, St. Anselm and his biographer (1963)

Anselmo de Laon (c. 1050-1117) Depois de estudar sob a orientação de seu homônimo Santo Anselmo na escola monástica de Bec, Anselmo lecionou em Paris, onde suas idéias sobre o realismo foram apoiadas por seu aluno, Guilherme de Champeaux. Em 1100 regressou à sua cidade natal de Laon, e foi aí que Pedro Abelardo se tornou um de seus alunos. Em seus escritos teológicos, Anselmo foi muito influenciado por idéias platônicas e neoplatônicas, transmitidas ao mundo medieval através dos escritos de Santo Agostinho de Hipona. Uma de suas mais conhecidas obras é a Glossa interlinearis, um completo comentário sobre a Bíblia Vulgata Latina, se bem que apenas uma pequena parcela de sua volumosa obra sobreviveu.

□ G. Lefebvre, De Anselmo Laudunensi scholastico, 1050-1117(1895)

Anskar Santo (801-65) Missionário na Escandinávia. Educado em Corbie, na Picardia, onde se tornou monge, transferiu-se depois para Corvey, na Vestfália, onde foi nomeado bispo de Hamburgo; mais tarde, depois que os dinamarqueses saquearam Hamburgo com grande ferocidade em 845, Anskar foi arcebispo da sé conjunta de Bremen e Hamburgo. A partir de seus centros germânicos setentrionais ele encorajou expedições missionárias à Dinamarca e à Suécia. Seus êxitos variaram de acordo com o apoio dado pelos reis e com as reações pagãs mas, na pior das hipóteses, ele e seus pupilos abriram parte da Escandinávia à mensagem cristã e conseguiram instalar igrejas, sobretudo nas feitorias mercantis de Birka, na Suécia, Hedeby e Ribe na Dinamarca.

□ C.H. Robinson, Anskar, Apostle of the North (1921)

Antioquia Cidade síria e residência de um dos patriarcas da Igreja primitiva que, no século III, tornou-se sede de uma escola de teologia que defendia a interpretação literal da Bíblia, em oposição à interpretação mais alegórica proposta pelos teólogos alexandrinos.

Em 341, Antioquia foi escolhida para sediar um concilio eclesiástico assistido pelo imperador oriental Constantino II e uma centena de bispos, o qual, a respeito da questão da substância de Cristo, adotou um ponto de vista próximo do Arianismo e rejeitou os ensinamentos do Credo de Nicéia. A cidade declinou de importância ainda nos primeiros tempos da Idade Média, em parte por razões naturais (uma série de terremotos no século VI), mas sobretudo por causa da confusão política gerada pelo êxito muçulmano ao ocupar a maior parte da Síria. O seu prolongado cerco durante a Primeira Cruzada foi um evento crítico e, após sua tomada em 1098, Antioquia tornou-se o centro dos principados "normandos" na Terra Santa. Sob os seus primeiros dois príncipes, Boemundo de Tarento (1098-1111) e Rogério (1112-19), o Estado de Antioquia passou a ocupar toda a região entre a Cilícia ao norte e a Síria central ao sul. Quando Jerusalém caiu nas mãos de Saladino, em 1187, Antioquia sobreviveu como baluarte latino e assim se manteve até ser tomada e brutalmente saqueada pelo exército de Baybars I em 1268.

Aquino, Santo Tomás de (1225-74) Filósofo e teólogo cristão. Natural de Rocca Secca, perto de Aquino, na Itália meridional, Tomás foi educado primeiramente em Monte Cassino e depois na Universidade de Nápoles, antes de ingressar na Ordem Dominicana em 1244. Os dominicanos enviaram-no a Paris, onde estudou com Alberto Magno, que viria a exercer uma profunda influência em sua obra posterior. Aquino passou o resto de sua vida lecionando tanto em Paris (1252-59, 1269-72) como na Itália (1259-69, 1272-74), onde foi o responsável pela elaboração de um programa de estudo a ser adotado nas Escolas Dominicanas. Embora escrevesse um manual para a duquesa de Brabante sobre como tratar seus súditos judeus e um tratado sobre o governante modelar intitulado De Regimine Principum, Aquino não foi primordialmente um pensador político mas um teólogo. Acima de tudo, estava convencido de que era possível reconciliar os escritos de Aristóteles com os princípios da teologia cristã. Em Summa contra Gentiles (1259-64), por exemplo, ele defende a doutrina cristã dos ataques islâmicos e judaicos, não argumentando a partir de uma posição de fé mas, pelo contrário, apoiando-se na razão pura deduzida dos escritos aristotélicos. Um método escolástico análogo foi usado em sua maior mas inacabada obra, a Summa Theologica (iniciada em 1266), a qual consiste numa declaração das crenças de Aquino sobre todos os mistérios cristãos, argumentando uma vez mais a partir de uma posição de lógica, assim como de uma de revelação. Suas idéias foram rejeitadas por alguns escolásticos liderados por João Duns Scotus, e a tendência das universidades foi para se dividirem em dois campos: tomistas e scotistas. O aforismo tomista, por exemplo, de que "a Razão não destrói a fé mas a aperfeiçoa", e sua análise da base teológica para uma guerra justa, tiveram um impacto de enorme influência.

□ F.C. Copleston, Aquinas (1955); J. Maritain, St. Thomas Aquinas, trad. J.W. Evans e P. O'Kelly (1958); J.A. Weisheipl, Friar Thomas d'Aquino: His Life, Thought and Works (1975) [MD. Chenu, Santo Tomás de Aquino, Rio, Agir, 1967; A. Kenny, São Tomás de Aquino. Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1981; Suma Teológica, org. por A. Correa 11 vols., Porto Alegre, Sulina, 1980-1981]

árabes Nome dado aos povos semíticos da Península Arábica que, no século VII, foram os primeiros convertidos ao Islã e que dominaram essa religião durante o período do Emirado Omíada. Entretanto, com a tomada do poder pelos abássidas em 750, os árabes perderam sua hegemonia sobre o Islã. A capital do império foi então transferida para Bagdá, onde predominavam não os interesses árabes mas os persas. Ver sarracenos; Espanha
□ N. Daniel, The Arabs and Medieval Europe (1979) [B. Lewis, Os árabes na História, Lisboa, Estampa, 1982]

Aragão Reino medieval do nordeste da Península Ibérica que (à semelhança de Castela) iniciou sua expansão no século XI, quando Sancho III de Navarra o legou em testamento a seu terceiro filho, Ramiro I. Em 1110, Aragão já tinha duplicado seu território e, no decorrer do século XII, ampliou-o ainda mais quando se uniu, através de casamento, à Catalunha. Tendo expulso os mouros de seus domínios, os reis de Aragão voltaram suas vistas para o além-mar. Em 1282 estabeleceram-se na Sicília, em 1320 na Sardenha e em 1442 dominavam Nápoles. As longas ausências de seus monarcas tendiam a tornar os nobres aragoneses mais independentes do que seus congêneres castelhanos. Por isso Aragão continuou seguindo uma política bastante independente, mesmo depois da união das duas coroas em 1475. Ver Afonso V; Pedro III
□ J.N. Hillgarth, The Spanish Kingdoms 1250-1516 (1976-78)

Arbroath, Declaração de (1320) Documento em que, após suas vitórias em Bannockburn (1314) e outras localidades, Roberto I Bruce e outros barões escoceses se comprometeram com a causa da independência escocesa. Em decorrência disso, Eduardo II assinou, em 1322, uma trégua com os escoceses que seria anos depois formalizada na Paz de Northampton (1328). Pelos termos desse tratado, a Inglaterra renunciava às suas pretensões de suserania sobre a Escócia e assim os sonhos de independência escocesa de Bruce eram formalmente realizados.

Arianismo Crença herética que surgiu na Igreja primitiva em virtude dos ensinamentos do sacerdote alexandrino Ario (256-336). Em face da dificuldade teológica de combinar a divindade de Cristo com a unidade de Deus na Trindade, Ario propôs a noção segundo a

qual o Filho não era co-eterno com o Pai. No Concílio de Nicéia (325), o debate gravitou em torno da questão de saber se o Filho era "da mesma substância" que o Pai. Atanásio liderou os adeptos do ponto de vista que se tornou ortodoxo: o Pai e o Filho eram efetivamente "da mesma substância", o que levou à condenação do Arianismo. Ario foi banido para a Ilíria e morreu às vésperas de sua reconciliação com a Igreja. Seus ensinamentos, porém, continuaram sendo muito influentes quase, segundo parece, por acidente histórico. Muitas das tribos germânicas situadas além da fronteira do Império Romano foram convertidas por missionários liderados por Wulfila, um bispo ariano e, assim, o Cristianismo ariano tornou-se a característica predominante de um certo número de ostrogodos na Itália (até meados do século VI), de visigodos na Espanha (até fins do século VI) e dos vândalos no norte da África.

Aristóteles (384-322 a. C.) Filósofo grego e aluno de Platão em Atenas, tornou-se por volta de 343 o preceptor de Alexandre, filho de Filipe da Macedônia. Com a morte de Filipe em 335, Aristóteles regressou a Atenas, onde fundou a escola peripatética nos arredores da cidade. Aí era empreendida a investigação científica sobre assuntos tais como a música, física, metafísica, matemática e astronomia, numa tentativa de incrementar o entendimento do homem acerca do mundo natural. Esse interesse científico levou Aristóteles, em seus oito livros da Política e nos dois tratados sobre a Ética, a considerar o homem como sendo nada mais do que uma espécie superior de animal social e político. Embora os escritos de Aristóteles fossem conhecidos dos romanos, o estudo de suas obras declinou e desapareceu quase totalmente após a queda do Império Romano. O conhecimento de suas obras limitava-se ao estudo de traduções de duas de suas obras menores e a um certo número de comentários feitos por Boécio. Nos séculos XII e XIII, entretanto, a Política e a Ética começaram sendo redescobertas, em conjunto com os escritos de outros autores gregos, como Platão, Galeno e Hipócrates, especialmente através das traduções de fontes muçulmanas por eruditos judeus na Espanha. Os escritos de Aristóteles sobre o homem como animal político e social pareciam conflitar com a geralmente aceita teologia agostiniana, a qual concordava em que o homem era naturalmente social mas que sua existência política era inatural e só se fazia necessária por causa do pecado. Muitos escolásticos, incluindo Tomás de Aquino, iniciaram a tarefa de reconciliar as filosofias aristotélica e agostiniana, e o debate que se seguiu continuou por mais de uma centena de anos. Ver Aquino, Santo Tomás de; Duns Scotus, João.
□ F. van Steenberghen, Aristotle in the West (1955)

Armênia Antigo reino situado entre os rios Araxes (hoje Araks) e Jura, incluindo as águas

superiores do Eufrates. Por volta de 390, a Armênia estava dividida em duas partes sob a jurisdição dos bizantinos e dos persas, respectivamente. Embora a Armênia bizantina fosse rapidamente assimilada ao Império, houve muita resistência na Armênia persa às tentativas de conversão da população cristã local ao zoroastrismo. Depois de 653, a Armênia estava, pelo menos nominalmente, sob a suserania dos árabes mas permaneceu virtualmente independente e governada por cristãos. No século XI, o país foi devastado pelos sultões seljúcidas Tugril Beg e Alp Arslan. Muitos armênios emigraram para a Pequena Armênia na parte ocidental do moderno Curdistão. Esse novo reino tinha laços estreitos com o Ocidente; na época da Primeira Cruzada, foram os armênios que ajudaram Balduíno de Bolonha a estabelecer o condado de Edessa [atual Urfa, na Turquia, NT], enquanto que Leão II (1187-1219) jurou vassalagem ao imperador do Ocidente, Henrique VI, e reformou a administração armênia de acordo com modelos ocidentais. No século XIV, o assassinato de dois dos seus reis, Guido de Lusignan em 1344 e Constantino I em 1374, desencadeou a guerra civil na Armênia e deixou o reino impotente para resistir ao avanço mameluco. Em 1375, a capital, Sis, foi tomada e o último rei deposto.
□ T.S.R. Boase, The Cilician Kingdom of Armenia (1978)

armadura Havia três tipos de armadura medieval: (1) armadura macia, de tecido acolchoado e couro; (2) de malha formada por anéis metálicos interligados, a chamada cota-de-malha; (3) de chapa metálica, cuirbouilli (couro embebido em cera aquecida), osso de baleia ou chifre; chapas, no caso, podiam ser placas grandes e inteiriças, chapas menores rebitadas ou costuradas no tecido ou pequenas chapas interligadas (construção laminada).

Essas eram técnicas antigas, mas após a extinção do Império Romano virtualmente desapareceram da Europa ocidental as armaduras de chapa inteira, com exceção dos elmos. As armaduras laminadas eram usadas pelos vândalos, pelos francos do tempo de Carlos Magno, pelos vikings e no leste europeu. A cota-de-malha manteve-se em uso, mas até cerca de 1250 a armadura macia e a de chapa predominaram. A Idade Média assistiu à transição da malha para a armadura inteiriça, por volta de 1250. Aproximadamente em 1330 existiam defesas metálicas para a maior parte do corpo. No começo do século XV, essas antigas couraças tinham evoluído para uma armadura alwite (branca) completamente desenvolvida.

Ao tempo da conquista normanda da Inglaterra, o equipamento defensivo consistia numa cota-de-malha (hauberk ou byrnie), elmo e escudo. As cotas-de-malha tinham freqüentemente uma espécie de capuz e eram usadas sobre um acolchoa-mento para o corpo (aketon) e a cabeça (coil). Os elmos eram usualmente cênicos com protetor para o

nariz. Também eram conhecidos os elmos com viseira móvel e os elmos de uma só peça para cobrir o crânio como uma calota esferóide. Os escudos eram de madeira com revestimento de couro e reforçados com metal. Eram longos e no formato de pipa ou, ocasionalmente, circular e convexo. Introduções posteriores incluíram a capa para usar sobre a armadura, talvez como proteção contra o calor e a chuva, ou para fins heráldicos. Entre c. 1150 e começos do século XIII, os elmos desenvolveram-se, passando dos formatos redondo e cilíndrico ao "grande" elmo (dotado de cimeira e penacho, com vistas à mais fácil identificação). O antigo bacinete (chapel-de-fer), semelhante ao capacete dos exércitos modernos, também reapareceu e, por volta de 1220, tornou-se popular a cervellière, uma espécie de calota usada por baixo do elmo, ou com viseira.

O reaparecimento da armadura original é obscuro. Os reforços na proteção do corpo ocorreram a partir do início do século XIII, com o emprego da chapa metálica desde 1250, aproximadamente. Durante as primeiras décadas do século XIV, a defesa mais comum do tronco era a couraça, com revestimento de chapa metálica (mais tarde, apareceu a brigandine). Essas formas evoluíram e aperfeiçoaram-se e, por volta de 1330, o equipamento completo de uma armadura incluía a couraça (sketon), o espaldar e a cotoveleira (protetores do braço: vambraces), a capa, usada sobre a armadura (gambeson), a cota-de-malha e o coxote (protetores da bacia e das coxas:(chausses), a joelheira (poleyn ou protetor do joelho), a greva (protetor da perna: schynbalds ou greaves), os sapatos-polainas de ferro (sabatons), o escudo, o aventai] (substituto da coifa de armas) e o bacinete, suplementado, se sem viseira, pelo elmo.

Por volta de 1410, esse conjunto evoluiu para uma cobertura mais extensa. O peitoral (a couraça que cobre a parte anterior do tronco) tornou-se independente e, com a couraça posterior, o saiote e, mais tarde, o gorjal, formaram a defesa básica. Peças tubulares articuladas foram desenvolvidas para as pernas. Essas formas sólidas requeriam apenas a remoção de seus freqüentes revestimentos de pano para tornar-se uma verdadeira armadura branca (alwite).

Com a adoção no início do século XV da alwite, surgiram estilos regionais, sendo o norte da Itália (Milão e Bréscia) e o sul da Alemanha (Nuremberg, Landshut e Augsburgo) os principais centros de produção. Foram populares as variantes de bacinetes (armet na Itália, sallet na Alemanha). Os escudos eram agora, em grande parte, redundantes. A partir de 1460 floresceu o estilo alemão alto gótico, favorecendo formas mais esguias com caneluras para desviar as flechas.

Cumpre lembrar que a maioria destes aperfeiçoamentos aplicava-se unicamente às armaduras da alta nobreza. As da pequena nobreza variavam, ao passo que a soldadesca contava apenas com a armadura macia, com alguma proteção de malha, bacinetes para a

cabeça e escudos para aparar os golpes. Havia também uma distinção entre a armadura de batalha e a decorativa, para desfiles. Para os torneios, armaduras reforçadas suplementavam a armadura de combate; peças especiais para duelo com lança e trajes defensivos mais pesados não tardaram a aparecer. Um cavalo ou mula transportava a armadura até ao local onde seria envergada e, a partir do século XII, o corcel de batalha era freqüentemente coberto por um arnês de cota-de-malha ou pano. Ver heráldica; cavalaria; guerra MB

□ F.M. Kelly e R. Schwabe, A Short History of Costume and Armour, vol. I (1931); C. Blair, European Armour (1958); J. Mann, European Arms and Armour, vol. I (1962)

Arnaldo-Amalric Abade de Cister (França) em 1192-1209 e arcebispo de Narbonne em 1209-25. Enviado como legado pelo papa Inocêncio III para pregar contra os albígenses, Amalric assumiu a liderança espiritual da cruzada contra eles após a morte de Pierre de Castelnau em 1207. No pavoroso massacre de Béziers, atribuiu-se-lhe a estarrecedora exortação aos cruzados, logo obedecida com total desenvoltura: "Matem-nos a todos. Deus escolherá quem é inocente."

□ B. Hamilton, The Albigensian Crusade (1974)

Arnaldo de Bréscia (1100-55) Reformador religioso radical. Depois de estudar em Paris com Abelardo, tornou-se cônego agostiniano e foi nomeado prior de Bréscia. Enfatizou a necessidade absoluta de pobreza clerical e o abandono do poder temporal pela Igreja. Condenado por suas opiniões em 1139, foi banido da Itália e refugiou-se na França, ensinando na escola de Mont-Saint-Geneviève, em Paris. Reconciliou-se com a Igreja por um breve período no Papado de Eugênio III, mas depois que se aliou a um partido político rebelde em Roma, o qual tentou abolir o poder temporal do Papado, foi excomungado em 1148. Foi expulso de Roma em 1155, capturado pelo imperador Frederico I e entregue ao prefeito de Roma, que o sentenciou à morte. Seus seguidores, os arnaldistas, foram condenados pelo Concílio de Verona em 1184.

□ G.W. Greenaway, Arnold of Brescia (1931)

Arnulfo, Santo (c. 580-c. 640) Bispo de Metz. Nomeado para a sua sé em 614, Arnulfo foi um proeminente conselheiro do rei merovíngio Dagoberto I (628-39), antes de renunciar ao seu bispado a favor de uma vida de solidão. Tornou-se primeiro um eremita nas montanhas dos Vosges e depois um monge no mosteiro de Remiremont, às margens do rio Mosela.

Arpád (c. 850-905) Chefe dos magiares que por volta de 895 liderou seu povo desde as

margens do Dnieper até o território semidesabitado do Médio Danúbio. Estabeleceu-se como duque e iniciou a dinastia Arpádia, que se manteve no controle da Hungria até 1301. A partir de 899, os magiares continuaram sua expansão para oeste, penetrando na Itália e na Alemanha, e somente depois de sua derrota por Oto, o Grande, na batalha de Lechfeld (955), é que se viram finalmente confinados à própria Hungria. No reinado de Estêvão I (Santo Estêvão, m. 1038), que foi coroado rei em 1000, a dinastia aceitou o Cristianismo ocidental, dependente do papa.

Arquipoeta (m. c. 1165) Poeta latino anônimo, provavelmente da Renânia, que solicitou o patrocínio de Reinaldo de Dassel, arcebispo de Colônia e chanceler de Frederico Barba-Ruiva. Sua obra mais famosa, Confessio, expressa com brilhantismo os tormentos e paradoxos da Renascença do século XII, fortemente combatida pela Igreja e contudo exultante em sua recém-descoberta vitalidade e em sua confiança na razão e na natureza. Ver goliardos, poetas

□ H. Waddell, The Wandering Scholars (1935)

arquitetura Grande parte dos nossos conhecimentos sobre arquitetura medieval baseia-se, inevitavelmente, em exemplos eclesiásticos. O Cristianismo foi buscar muitas de suas formas arquitetônicas nos edifícios romanos pagãos, modificando-os de acordo com suas necessidades litúrgicas, e as basílicas e as igrejas de plano central dos primórdios do período cristão continuaram sendo edificadas, até os dias de hoje.

Com a conquista da Europa ocidental pelos povos germânicos, os desenvolvimentos arquitetônicos no leste e no oeste seguiram caminhos distintos. Em Bizâncio, o domo tornou-se característico, sendo o de Santa Sofia em Constantinopla (consagrada em 537) o exemplo mais audacioso. As igrejas bizantinas combinaram freqüentemente os tipos de cruz grega e domo-octogonal (Hosios Lukas, 1011), e seus exteriores tornaram-se ricos graças ao uso de materiais contrastantes e de decoração escultórica. Com o seu fim em 1453 devido à queda de Constantinopla frente aos turcos, as tradições artísticas bizantinas sobreviveram apenas nos países balcânicos e na Rússia.

Embora alguns edifícios de destaque estivessem sendo construídos na Itália, Espanha (antes da invasão árabe de 711), Gália e Inglaterra anglo-saxônica, foi somente na esteira da renovação Carolíngia que estruturas mais ambiciosas e originais foram empreendidas. Carlos Magno desejou recriar a glória de Roma, não da Roma pagã mas da Roma cristã de Constantino, o Grande; assim, por exemplo, a porta de Lorsch é uma versão do século IX, ainda que algo distante, do Arco de Constantino em Roma. A capela palatina imperial em Aix-la-Chapelle, entretanto, teve por modelo a igreja octogonal com domo de São Vitale em

Ravena, construída por Justiniano (consagrada em 548). O desenvolvimento do monasticismo encorajou um novo tipo de edificação, necessária para o culto e o trabalho de vastas comunidades. A famosa planta preservada do mosteiro de Saint Gallen constitui um layout ideal para uma abadia Carolíngia — um modelo a ser seguido. A vista da abadia de Centula (Saint-Riquier, consagrada em 799), hoje destruída, é conhecida através de uma gravura que mostra em que medida uma igreja medieval diferia de uma igreja cristã primitiva, dando ênfase igual às extremidades leste e oeste da basílica e empregando torres opostas. As torres ocidentais, que continuaram populares na arquitetura cristã, foram iniciadas nesse período, embora existisse o precedente das igrejas sírias dos séculos V e VI.

A desintegração do Império Carolíngio resultou no declínio da atividade de construção em quase toda a Europa. A reativação foi devida, em grande parte, à reforma da vida religiosa inspirada pela Ordem de Cluny e ao surgimento de uma Alemanha forte com a dinastia Otoniana, herdeira do Império Carolíngio. A arquitetura Otoniana deu prosseguimento às inovações do século IX, adicionando novos elementos como a alternação de pilastras e colunas nas arcadas da nave (Gernrode, 960; São Miguel de Hildesheim, 1013-33), e essas características foram transmitidas às construções românicas.

O estilo românico na arquitetura evoluiu durante o século XI e alcançou o apogeu no século seguinte, embora algumas experiências, sobretudo com a abóbada de pedra, fossem iniciadas no final do século X em igrejas monásticas da costa mediterrânea. Essas primeiras construções românicas espalharam-se da Lombardia à Catalunha, na direção oeste; na direção leste, até a Dalmácia e na direção norte até a Borgonha. A combinação das realizações técnicas desses edifícios com o monumental estilo otoniano produziu algumas das mais impressionantes igrejas românicas.

Além de abobadar grandes vãos e de tornar assim uma construção mais segura — visto que a madeira estava sempre sujeita a provocar incêndios em edifícios iluminados com velas — o pedreiro românico introduziu uma grande inovação: o coro com deambulatório e capelas irradiantes na abside oriental. Isso era ideal para a exposição de sacrários com relíquias e para a fácil circulação de grandes multidões de peregrinos, porquanto a peregrinação tinha-se convertido num movimento universalmente popular. A grande abadia de Cluny e as igrejas de peregrinação de Saint-Martin-de-Tours, de Saint-Sernin em Toulouse e de Santiago de Compostela tinham todas esse tipo de coro. Os interiores das construções românicas estão divididos em vãos, mediante o uso de colunas, semicolunas e outros recursos.

A arquitetura românica e a anglo-normanda contribuíram para a evolução da abóbada

de nervuras que passou a ser característica essencial do estilo medieval tardio: o gótico. A expansão da Ordem Cisterciense ajudou a divulgar as primeiras formas góticas por toda a Europa, do Atlântico ao Vístula. A primeira estrutura gótica foi o coro de Saint-Denis, a abadia real dos arredores de Paris (1140-44). As igrejas românicas precisavam ter paredes muito espessas a fim de suportar o peso da abóbada de pedra; o engenhoso arquiteto de Saint-Denis reduziu o peso das abóbadas empregando, em vez de arcos semicirculares, arcos e nervuras ogivais, o que lhe permitiu cobrir vãos de diferentes larguras e formas. Os compartimentos entre as nervuras que suportam o peso eram preenchidos com alvenaria leve, e as nervuras eram sustentadas não por paredes maciças mas por pilastras ou colunas mais finas. Além disso, o espaço de parede pôde ser então reduzido pela introdução de enormes janelas com vitrais. Novos desenvolvimentos objetivaram a obtenção de maiores alturas, como nas catedrais de Chartres, Reims, Amiens e Beauvais. Arcobotantes nessas e em outras edificações, ligando as nervuras da abóbada aos contrafortes das naves laterais, receberam formas mais finas e graciosas, aumentando a beleza dos exteriores.

Durante algum tempo, as formas românicas e góticas continuaram lado a lado mas, por volta do segundo quartel do século XIII, a vitória do novo estilo francês era completa. Paris, capital de uma França agora poderosa, durante o reinado de São Luís (1226-70), tornou-se um centro cultural e artístico que inspirou todo o mundo cristão. A Sainte-Chapelle em Paris (1243-48), construída para alojar as relíquias da coroa de espinhos do Cristo, é "um espaço fechado por vitrais", com os intricados ornatos rendilhados da janela repetidos em relevo nas paredes. O chamado gótico radiante substituiu o alto gótico da primeira metade do século XIII e as catedrais de Colônia e Estrasburgo constituem célebres versões alemães desse estilo, enquanto que na Inglaterra, o mecenato de Henrique III (por exemplo, a abadia de Westminster) pretendia claramente rivalizar com seu primo francês.

A Inglaterra desempenharia um importante papel no desenvolvimento do gótico tardio. O estilo arquitetônico conhecido por gótico decorado (1280-1375), com ênfase cada vez maior na decoração de todos os gêneros — molduras ricas e intricadas, modelagem superficial e abóbadas de rede, incorporando grande profusão de liernes [nervuras de pedra] — prenuncia a última fase da arquitetura gótica: o estilo perpendicular na Inglaterra e o flamboyant na França. Ambos são expressões de uma arte em que o virtuosismo técnico e a opulência decorativa passaram a ser um fim em si mesmos.

Das edificações seculares durante a Idade Média, as mais impressionantes são os castelos e as fortificações, mas também existem, especialmente na Itália, importantes

edifícios civis. A maioria das pessoas comuns vivia em casas de madeira e sobre estas pouco se sabe. São as residências da gente rica, construídas em pedra, as que sobreviveram em quantidades razoavelmente grandes.

O arquiteto medieval adquiriu seus conhecimentos não através de treinamento teórico, mas no trabalho prático, no decorrer do qual obtinha alguns conhecimentos de matemática e geometria que o habilitavam a elaborar projetos, fazer plantas e desenhos. Deixava muitos dos detalhes para serem resolvidos enquanto o edifício estava sendo construído e, não raras vezes, quando um projeto demonstrava ser ambicioso demais ou excessivamente oneroso, tinha que ser modificado no transcorrer da obra. O arquiteto organizava o fornecimento de materiais de construção e de maquinaria para içar cargas, e fiscalizava pessoalmente todas as fases da obra, desde as fundações até o telhado. Também era ele quem desenhava os gabaritos de que os pedreiros e carpinteiros precisavam para fazer molduras, capitéis, nervuras, bases e outros elementos decorativos. Um arquiteto de talento tinha todas as probabilidades de se tornar um homem próspero e até famoso. Ver vitral; gótico; românico; escultura; igreja de aduelas

□ K.J. Conant, Carolingian and Romanesque Architecture (1959); P. Frankl, Gothic Architecture (1962); J. Harvey, The Master Builders. Architecture in the Middle Ages (1971) [H.E. Kubach, Arquitectura Románica, Madri, Aguilar, 1974; L. Grodecki, Arquitectura Gotica, Madri, Aguilar, 1977]

arte Ver arquitetura; afresco; vitral; manuscritos, iluminação de; mosaico; pintura e as artes menores; escultura

artes liberais A educação básica para a elite instruída da Idade Média consistia na aprendizagem das artes liberais. A tradição vinha diretamente dos tempos clássicos, através dos escritos de Santo Agostinho, e foi refinada e transformada numa estrutura de ensino por Cassiodoro e Boécio, no começo do século VI. A divisão formal das artes liberais em Trivium e Quadrivium data provavelmente do período carolíngio e continuou sendo a base teórica da educação medieval até o século XII.

O Trivium, ou encontro de três caminhos, consistia em gramática, dialética e retórica. Esses três ramos continham as disciplinas necessárias para o serviço na Igreja e, gradualmente, também na administração secular: domínio da estrutura da língua, capacidade para apresentar argumentos e apreciação da força do discurso em prosa e poesia. Um equilíbrio instável era mantido inicialmente entre o uso de textos clássicos e bíblicos como exemplos na instrução, com a balança pendendo fortemente, desde os tempos carolíngios, para o lado das Escrituras. A segunda parte do syllabus era mais

científica; o Quadrivium, ou encontro de quatro caminhos, incluía aritmética, geometria, astronomia e música. Ver educação [348]

□ [A. Murray, Razón y sociedad en la Edad Media, Madri, Taurus, 1982]

Artevelde, Jacques van (m. 1345) Nas fases iniciais da Guerra dos Cem Anos, Van Artevelde, um próspero mercador de Gand, assumiu o controle da cidade como aliado de Eduardo III da Inglaterra. Bruges e Ypres juntaram-se a ele numa federação de cidades flamengas, mas seu assassinato em julho de 1345 redundou no retorno do conde. Quase 40 anos depois (1381), numa época de grande agitação social, os cidadãos de Gand procuraram de novo uma liderança na pessoa de um representante da família: o filho de Jacques, Filipe (1340-82). Após os êxitos iniciais, que voltaram a produzir a aliança de Bruges e Gand, Filipe foi morto em batalha contra o poder condal, apoiado pela França. Não obstante, o nome de Van Artevelde perdurou como símbolo da independência urbana flamenga.

□ H. van Werveke, Jacques van Artevelde (1948)

Artur Lendário rei britânico que aparece num ciclo de romances medievais como o soberano dos cavaleiros da Távola Redonda. A narrativa básica encontrou fama na Historia Regum Britanniae de Geoffrey de Monmouth (1136-38), mas foi ampliada por Chrétien de Troyes e Roberto de Boron, que adicionaram alguns dos elementos mais românticos da saga, como Excalibur, a espada na pedra, a descoberta do Santo Graal e os amores de Lancelote e Guinevere. A verdade histórica acerca de Artur é mais difícil de determinar. Nennius, no século IX, e os Annales Cambriae, no século X, falam de Artur como líder da resistência galesa ao avanço saxão, a qual culminou na vitória de Artur na batalha de Mons Badonicus (Mount Badon); tal história não recebe confirmação, porém, nos escritos de Gildas. O máximo que se pode dizer com segurança é que Artur parece ter sido um chefe de clã britânico que capitaneou uma força militar ao longo das linhas fronteiriças romanas, agindo em nome dos reis britânicos, e que pode ter tido uma participação decisiva para garantir a vitória numa importante batalha em Mount Badon, nos primeiros anos do século VI. □ L. Alcock, Arthur’s Britam (1970); S. Knight, Arthurian Literature and Society (1983)

Ásia Menor Área de terra limitada pelo Mar Negro ao norte, o Mediterrâneo ao sul, o Egeu a oeste e a Armênia a leste. Inicialmente parte do Império Bizantino no século XI, foi conquistada pelos turcos seljúcidas comandados por Solimão ibn Cutalmiche, que fixou sua capital em Nicéia e fundou o sultanato de Rum. Em conseqüência da Primeira Cruzada, a parte ocidental da Ásia Menor voltou ao controle bizantino, sendo Nicéia devolvida ao Império pelos latinos enquanto que o imperador Aleixo I Comneno reconquistava a maior

parte do território costeiro entre Nicomédia e Ata-lia. Após a queda de Constantinopla em poder dos latinos em 1204, Nicéia passou a ser o quartel-general do contra-ataque bizantino, finalmente bem-sucedido em 1261. Depois de 1265, entretanto, os bizantinos não conseguiram proteger com eficácia a Ásia Menor contra as crescentes invasões, primeiro pelos mongóis e, depois pelos turcos, que liderados por Otmã tiveram uma vitória decisiva perto de Nicéia em 1301.

assassinos Seita religiosa de muçulmanos xiitas fundada por volta de 1090 pelo persa Hassan ibn Sabbah e que durante dois séculos aterrorizou a Pérsia e a Síria. Era uma Ordem secreta governada por um grão-mestre, conhecido como o "Ancião da Montanha". Os assassinos estavam divididos em sete classes, de acordo com o grau de iniciação nos segredos da Ordem. Os fedayin ou "devotos", que executavam assassinatos cumprindo regras de estrita obediência, pertenciam ao quinto grupo. Supõe-se que tinham visões de êxtase sob a influência do haxixe, o que deu origem ao nome da Ordem: hashishin (o que, com o tempo, se corrompeu para assassino).

□ M.G.S. Hodgson, The Order of the Assassins (1955); B. Lewis, The Assassins (1967)

Asser (m. c. 909) Bispo de Sherborne. Autor de uma Vida do Rei Alfredo que acrescenta sobre esse personagem muita informação que não figura na Crônica Anglo-Saxônica ou outras fontes. Asser também inclui muito material autobiográfico. Natural do País de Gales, tornou-se monge no convento de St. David's em Dyfed e depois, na década de 880, foi um dos principais conselheiros de Alfredo, ajudando-o na elaboração de um programa educacional e dividindo seu tempo, no começo, entre St. David's e a corte dos saxões ocidentais. Foi regiamente recompensado por seus serviços, recebendo o controle das casas religiosas de Congresbury e Banwell, no Somerset, e tornando-se bispo com extensa jurisdição no West Country, incluindo a Cornualha. Foi finalmente nomeado para a importante sé de Sherborne, entre 892 e 901.

□ Asser's Life of King Alfred, org. por D. Whitelock (1959); Alfred the Great Asser's Life of King Alfred and other contemporary sources, trad. de S. Keynes e M. Lapidge (1983)

Astolfo rei dos lombardos 749-56 Foi eleito após o destronamento de seu irmão Raquis. O principal objetivo de Astolfo era unir a Itália sob controle lombardo. Em 751 apoderou-se do exarcado de Ravena, ameaçando assim muitos dos antigos territórios bizantinos na Itália que estavam sendo pretendidos pelo Papado. Em 756, o avanço dos lombardos foi sustado através da invasão da Itália pelo rei franco Pepino III, o Breve. Os lombardos foram derrotados e grande parte de seu antigo território foi cedida aos francos pelo

Papado. Foi durante essas campanhas que Astolfo morreu em conseqüência de um acidente. □ O. Bertolini, Roma e i Langobardi (1972); C. Wickham, Early Medieval Italy (1981)

astrologia Arte de predizer acontecimentos na Terra mediante a observação dos movimentos do Sol, Lua e demais corpos celestes, a qual impregnou as concepções e perspectivas dominantes nos últimos tempos da Idade Média. Os astrólogos aconselhavam imperadores e reis (por exemplo, Guido Bonatti na corte do imperador Frederico II), e houve cátedras de astrologia em muitas universidades. Grandes pensadores, como Alberto Magno, foram profundamente influenciados por idéias astrológicas, e médicos eminentes, como John Fusoris, aperfeiçoaram instrumentos astrológicos como auxílio na cura de seus pacientes. Escritos do período refletem claramente essa influência dominante: no Conto do Cavaleiro, por exemplo, Chaucer retrata Saturno como uma divindade sumamente poderosa, influente e individualista. Entretanto, só a partir do século XII a astrologia ganhou um forte impulso. Foi então que a redescoberta e tradução de muitos textos científicos e filosóficos do grego e do árabe para o latim pôs os homens de saber da Europa ocidental em contato com as poderosas idéias das grandes tradições astrológicas anteriores.

Segundo parece, a astrologia originou-se na Mesopotâmia, onde no primeiro milênio a.C, se desenvolvera tanto a ciência astronômica de rastrear os movimentos do Sol, Lua e estrelas, quanto a arte astrológica de adivinhação baseada nessas observações científicas. Os dois ramos, astronomia e astrologia, iriam manter-se virtualmente indistinguíveis um do outro por muitos séculos; os gregos, que se apoiaram nos conhecimentos astrológicos mesopotâmicos e egípcios, utilizaram, por um lado, sua nova compreensão dos princípios geométricos para descrever as órbitas dos planetas; e, por outro lado, equipararam os corpos celestes ao seu próprio panteão de deuses. Também desenvolveram inteiramente a idéia das 12 constelações do cinturão zodiacal. No século II a.C. começaram a ser elaborados horóscopos pessoais com base na configuração dos corpos celestes no momento do nascimento. Assim, eram determinadas a posição e as relações do Sol, Lua, planetas e constelações, bem como a influência exercida pelas 12 casas dos planetas, Sol e Lua, que faziam parte do firmamento e governavam assuntos tais como riqueza, casamento e morte. Apesar da oposição dos filósofos epicuristas, a astrologia foi aceita pelos estóicos e influenciou rapidamente toda a observação científica. Na medicina, por exemplo, várias funções e órgãos do corpo foram associados a diferentes combinações de planetas e constelações.

Os romanos, que tinham seus próprios métodos de adivinhação, não acolheram

favoravelmente, no início, a astrologia grega. Entretanto, o imperador Augusto cultivou-a como uma arte real e tentou em vão impedir os astrólogos populares de inflamarem a plebe. A Igreja cristã primitiva traçou uma distinção entre astronomia e astrologia, rejeitando esta última como superstição pagã; ela foi regularmente condenada por concílios eclesiásticos. Santo Agostinho resumiu as críticas patrísticas à astrologia em sua Cidade de Deus: o mundo não é governado pelo acaso ou os fados mas pela providência divina, e os astrólogos que predizem o caráter de um homem pelos astros fazem o trabalho de demônios na medida em que escravizam o livre-arbítrio da espécie humana. Alguns dos seus contemporâneos adotaram um ponto de vista mais tolerante; Firmicus, por exemplo, acreditou que os astrólogos podiam ser postos à prova e comprovar-se a exatidão de seus vaticínios, e que os ensinamentos deles podiam mostrar aos pecadores o modo correto de viver. A prática da astrologia teve prosseguimento na Gália, ao que parece, até a queda do Império Ocidental.

Após muitos séculos de declínio, as idéias astrológicas ressurgiram no Ocidente no período carolíngio. No século XI, Raul Glaber escreveu sobre prodígios e portentos, e há indícios de influência astrológica árabe nas obras de muitos dos seus contemporâneos. Só no século XII os textos astrológicos árabes foram traduzidos em grande escala para o latim; depois, as idéias de autores muçulmanos como al-Kindli — que sugeriu poderem os astros irradiar influências ocultas e explicou a magia pela astrologia — reentraram na corrente dominante do pensamento intelectual europeu juntamente com o Corpus das idéias astrológicas gregas. Alguns tradutores, como Juan de Espanha, passaram a escrever seus próprios tratados astrológicos, e Bernardo Silvester combinou o interesse pela astrologia com a geomancia. Alguns dos mais eminentes homens de saber do século XIII, como Alberto Magno e Roger Bacon, aceitaram a influência dos astros sobre eventos terrenos, embora outros, incluindo Tomás de Aquino, que considerou serem muitos acontecimentos mais acidentais do que predeterminados, tenham assumido uma opinião mais cética. Entretanto, todos eles foram influenciados em maior ou menor grau por conceitos astrológicos.

No período final da Idade Média, a astrologia foi usada em grande escala para predizer acontecimentos: em 1337, por exemplo, Godofredo de Meaux previu fome e distúrbios em conseqüência do aparecimento de um cometa e, como tantos outros, atribuiria a Peste Negra a uma conjunção planetária maligna. A Guerra dos Cem Anos também proporcionou aos astrólogos uma oportunidade de ouro para prever acontecimentos, e Carlos V da França tinha muitos a seu serviço. O uso de prognósticos astrológicos em medicina também era generalizado, e influía em matérias tais como o diagnóstico e a cura de doenças, assim como a data mais propícia para efetuar uma

cirurgia. Entretanto, críticos como Tomás de Aquino tiveram seus sucessores. No começo do século XIV, o papa condenou algumas noções astrológicas como parte de sua ofensiva contra a magia e a bruxaria; e, cerca de 50 anos depois, Nicolau d'Oresme negou com veemência a influência do oculto e criticou a astrologia do seu tempo como perniciosa e desorientadora. O teólogo do início do século XV, Jean Gerson, sublinhou a ausência de confiabilidade da arte, mas talvez o mais fulminante ataque contra a astrologia tenha sido o de Pico della Mirandola na década de 1490 [na obra Disputationes adversus astrologiam divinatricem libri XII NT]; nessa mesma década, as obras astrológicas de Simon de Phares foram condenadas pelo Parlamento de Paris e pela Sorbonne. O humanismo renascentista e o surgimento de novos métodos astronômicos contribuíram muito para abalar a credibilidade da astrologia nos mais altos níveis intelectuais, mas sua influência popular iria perdurar através dos séculos. EMH

□ L. Thorndike, A History of Magic and Experimental Science (1923-58); G. Sarton, Introduction to the History of Science (1927-47); J. Tester, A History of Western Astrology (1987)

astronomia Desde os seus mais recuados tempos, a astronomia esteve estreitamente ligada à astrologia e, tal como esta, se bem que em menor medida, sofreu um eclipse no começo da Idade Média e um ressurgimento no século XII. Os mesopotâmicos, egípcios e gregos deram todos suas próprias contribuições para a astronomia da era clássica, a qual dominou o pensamento astronômico até ao século XVI. Os mesopotâmicos, por exemplo, teriam sido os primeiros a identificar e dar nomes às 12 constelações do zodíaco, e a rastrear seus respectivos cursos através dos céus, ao passo que os egípcios descobriram que a duração do ano anda muito próximo dos 365 dias. A astronomia grega assentou nessas bases mas também se vinculou à especulação filosófica. Para Aristóteles, o cosmo era esférico, com a Terra fixa em seu centro e a Lua, as estrelas e os planetas gravitando em suas próprias órbitas em torno dela. A observação da variação na luz oriunda dos planetas sugeriu que essa noção tinha suas falhas, e Êudoxo de Cnido tentou explicar o movimento dos planetas em termos de esferas concêntricas girando em torno de seus eixos. O comportamento errático de alguns corpos celestes também tinha que ser explicado; em seu livro Almagesto (c. 150 a.C), o grande astrônomo e astrólogo de Alexandria, Ptolomeu, atribuiu isso à influência de epiciclos, círculos deferentes e equantes, permitindo voltas de retrogressão. Um certo número de astrônomos árabes, como Al-Bitruji (Alpetragius), voltariam às idéias de Êudoxo.

A Igreja cristã primitiva condenou as práticas astrológicas e grande parte desse

saber perdeu-se, mas nas obras patrísticas foi traçada uma distinção entre astrologia e astronomia, sendo esta última alvo de muito menos críticas. Santo Agostinho admitiu nada haver de superstição em traçar o curso dos astros, e que o conhecimento do trajeto da Lua era útil para prever a data da Páscoa. Advertiu, contudo, contra uma preocupação com a astronomia, em virtude de sua estreita relação com a perniciosa arte da astrologia. No início da Idade Média, praticamente nenhum trabalho especulativo foi executado em astronomia no Ocidente, mas seu permanente valor prático foi reconhecido. Habilitações astronômicas eram requeridas para um cálculo rigoroso das datas festivas da Igreja e, por volta de 525, Dionísio Exiguo inventou um método de cálculo de anos pela era cristã, gradualmente adotado na Europa ocidental. Beda, o Venerável, entre outros, mostrou em sua obra um considerável interesse por cronologia. Com o ressurgimento do saber clássico, do reinado de Carlos Magno em diante, a astronomia voltou a ter o seu lugar reconhecido, sendo aceita entre as quatro artes mais avançadas do Quadrivium. Todo teólogo e filósofo precisava ter algum conhecimento de astronomia, que se tornou um assunto bastante popular no final da Idade Média.

Os séculos XII e XIII assistiram à tradução para o latim de muitas das mais célebres obras gregas e árabes sobre astronomia. De vital importância foi a tradução de Almagesto por Gerardo de Cremona em 1175, mas as idéias de Êudoxo e de seus seguidores árabes também chegaram à Europa pela mesma época e, no século XIII, as duas concepções distintas alimentaram importantes controvérsias intelectuais nas universidades. De um lado estavam aqueles que apoiavam o sistema epicêntrico de Ptolomeu, do outro, os adeptos do sistema homocêntrico de Al-Bitruji; e entre os contendores estava Roger Bacon, que se considerou incapaz de aceitar totalmente uma ou outra explicação. Nesse meio tempo, a astronomia era envolvida no crescente entusiasmo pela astrologia e muitos trabalhos foram realizados tendo em vista fins astrológicos. Assim, no começo do século XIII, William, o Inglês, um médico e astrólogo exercendo sua atividade em Marselha, enfatizou a importância de tabelas astronômicas corretas a fim de permitir a realização de predições acuradas. A preocupação com tais meios de cálculo estava muito generalizada; cite-se entre os mais importantes as Tábuas Afonsinas, elaboradas para Afonso, o Sábio, rei de Castela e Leão, no final do século XIII. Um outro permanente interesse astronômico era o calendário. No século XIII já estava claro que o ano juliano era excessivamente longo, e Roger Bacon e Roberto Grosseteste, seguidos no século XIV por Jean de Meurs, estavam entre os que tentaram sem êxito reformá-lo. O ajuste foi finalmente realizado na maior parte do Ocidente em 1582, mas alguns Estados, como a Inglaterra, persistiram mesmo então, durante muitos anos, no uso do método mais antigo de cálculo, pelo qual havia ainda menos correspondência entre as estações e

as datas de calendário.

A crescente precisão e complexidade da astronomia e da astrologia no final da Idade Média dependia de instrumentos astronômicos acurados. A mais importante peça básica de equipamento era o astrolábio, provavelmente inventado por astrônomos helenísticos, mas largamente usado no Ocidente medieval. Um tratado de Chaucer mostra que o astrolábio era tanto um auxiliar para o cálculo de latitudes e declinações como um meio de observação dos céus. Também foram construídas versões mais complicadas, muitas por médicos-astrólogos. No começo do século XV, por exemplo, John Fusoris produziu um refinado equatório mecânico para calcular horóscopos. Ricardo de Wallingford, astrônomo-abade de St. Albans, inventou numerosos instrumentos, incluindo o rectangulus, utilizado para fazer observações, e um extraordinário, dispendioso e elaborado relógio astronômico construído para a sua abadia por volta de 1320.

Importantes críticos da astrologia, como Nicolau d'Oresme no século XIII e Jean Gerson no século XIV, possuíam consideráveis conhecimentos astronômicos. Oresme, por exemplo, discutiu até a possibilidade da rotação diurna da Terra, embora sem renunciar à idéia platônica de um universo geocêntrico. Somente em 1543 é que Nicolau Copérnico publicou, pela primeira vez, a sua teoria heliocêntrica (isto é, centrada no Sol), assim revolucionando todo o pensamento astronômico. Ver cometas; eclipses. EMH

□ R.R. Newton, Medieval Chronides and the Rotation of the Earth (1972); O. Pedersen, Early Physics and Astronomy (1974)

Atanásio, Santo (c. 296-373) Bispo de Alexandria. Filho de pais cristãos, Atanásio foi educado na escola catequética de Alexandria, antes de se tornar diácono e secretário do bispo. Em 325, compareceu ao Concílio de Nicéia, que condenou a heresia ariana, e após sua eleição para o bispado de Alexandria em 328 defendeu vigorosamente os cânones desse Concílio, apesar da perseguição. Atanásio também deu ajuda prática aos primeiros grupos de monges no Egito e escreveu uma Vida de Santo Antônio do Egito. Seus escritos incluem um famoso tratado sobre a Encarnação, mas ele é principalmente lembrado pelo Credo Atanasiano, composto para o Concílio de Nicéia, no qual ele afirma que o Cristo e Deus Pai são de uma só substância, um credo que continua sendo até os dias de hoje a fundamental declaração de fé na maioria das Igrejas Trinitárias cristãs, ortodoxas orientais e ocidentais.

Atenas, ducado latino de Um dos principados que foi estabelecido pelos cruzados após a conquista de Constantinopla em 1204. Embora a própria Constantinopla fosse reconquistada

pelos gregos em 1261, Atenas permaneceu nas mãos dos latinos por mais 200 anos. Governado primeiro pela família Villehardouin e depois por Gautier de Brienne, em 1311 o ducado foi atacado e tomado pela Grande Companhia Catalã. Em 1381, entretanto, o ducado submeteu-se voluntariamente a Pedro IV de Aragão, antes de cair em poder dos turcos otomanos no século XV.

Átila rei dos hunos 434-53 Originalmente, dividia o governo dos hunos com seu irmão Bleta, mas passou a reinar sozinho depois de matá-lo (445). Por volta de 441, devastou grande parte dos Balcãs e em 447 cruzou o Danúbio, assolando a Germânia e a França. Em 451, seu avanço foi sustado em Orleans por uma aliança de forças imperiais e visigóticas, e pouco depois sofreu nova derrota numa batalha nos Campos Cataláunicos, a planície da Champagne [situada entre Chalôns-sur-Marne e Troyes]. Em 452, invadiu a Itália, destruiu Aquiléia, saqueou Milão e Pavia. Foi impedido de entrar em Roma pelas súplicas de São Leão e a promessa de tributo do imperador Valentiniano III.
□ E.A. Thompson, A History of Attila and the Huns (1948)

augustale ou agostaro Moeda de ouro de padrão clássico introduzida pelo imperador Frederico II no reino da Sicília em 1231, e mantida com um tipo diferente por Carlos de Anjou até 1278. Pesava 5,25 gramas mas era de apenas 20 quilates e meio, contendo assim 4,48 gramas de ouro puro.

aurora boreal Visões de estranhos fenômenos no céu, registradas em crônicas e descritas, por exemplo, como "luzes santas", podem ser freqüentemente explicadas como manifestações da aurora polar. Em 793, os "ígneos dragões voadores" associados aos ataques vikings na Nortúmbria foram descritos como "uma chuva de sangue" por Alcuíno, que observou a aurora boreal de um telhado em York. Em 10 de setembro de 1173, Gervásio, em Canterbury, fez uma descrição idônea de uma aurora vermelha nas regiões setentrionais e "raios brancos como lanças… atravessando a vermelhidão". Muitas descrições de fenômenos ativos referem-se-lhes em termos de batalhas celestiais entre o Oriente e o Ocidente. Os espetáculos de "luzes do Norte" atingem seu ponto culminante de 11 em 11 anos e são observáveis em extensas regiões. Algumas visões celestiais de cruzados no Oriente Médio foram registradas nas mesmas noites em que a aurora boreal foi relatada na Normandia e no Iraque, e coincidem, de fato, com relatos de espetáculos luminosos vistos na mesma época no Extremo Oriente. Os momentos culminantes ocorrem freqüentemente em conjunção com os do ciclo de manchas solares, e — para dar um exemplo do bem documentado início do século XII na Europa ocidental — foi possível deduzir que 1111, 1119, 1128 e 1137 foram anos de intensidade máxima na atividade das

manchas solares. Também em termos gerais, as provas cumulativas sugerem que o Sol esteve muito ativo no século VI e no final do século XIV, ao passo que no século VII, em meados do XI e no XV, manchas solares e auroras boreais foram muito menos freqüentes. Ver astronomia; cometas.

□ D.J. Schove, Sunspot Cycles (1983)

Áustria Originalmente, um território fronteiriço (Ostmark ou "marca leste") no sudeste da Alemanha, criado pelos carolíngios e otonianos como zona militar-tampão contra as invasões bárbaras ao longo do Danúbio. Tornou-se um margraviato no século X e um ducado dentro do Império quando em 1156 foi concedido a Henrique II (Jasonmirgott) de Babenberg o título de duque, com extensos poderes, em compensação pela perda do seu ducado da Baviera. Os Babenbergs conservaram o ducado por grande parte do século seguinte, até que a linhagem se extinguiu em 1246. Após uma luta pelo poder na qual os interesses boêmios estavam intimamente envolvidos, os Habsburgos emergiram como a família dominante e governaram o ducado desde 1282 até o século XX. No final da Idade Média, a anexação de territórios na Caríntia (1335), Tirol (1363) e Trieste (1382) elevou a Áustria à categoria de um poderoso principado; foi cada vez mais considerada, no século XV, o centro natural do Império, com Viena como a principal cidade imperial.

□ A.W.A. Leeper, A History of Medieval Austria, org. por R.W. Seton-Watson e C.A. Macartney (1941)

ávaros Tribo nômade mongol originária da Ásia central, que em meados do século VI assolou o sul da Rússia, os Balcãs e a Boêmia, liderada por seu cã, Baian. Em 561, a expansão ávara para oeste foi sustada na Turíngia pelo rei merovíngio Sigeberto I da Austrásia e concentrou-se então, com a ajuda lombarda, na conquista da planície húngara, a qual estava em poder dos gépidas. Depois da partida dos lombardos para a Itália, em 568, os ávaros estabeleceram-se na Hungria, usando-a como base para a dominação dos eslavos e para um ataque desencadeado contra o Império Bizantino. Embora chegassem às portas de Constantinopla em 617, o prosseguimento do avanço foi sustado pela revolta vitoriosa dos eslavos do sul e do oeste (622-26) que limitou efetivamente o poder dos ávaros, uma vez mais, às fronteiras da Hungria.

Entretanto, seu poderio no Ocidente só foi quebrado quando Carlos Magno empreendeu uma série de vitoriosas campanhas contra eles (791-97). No início do século IX, os ávaros começaram a perder sua identidade. Depois de 805, muitos deles converteram-se ao Cristianismo e foram absorvidos pelos búlgaros, eslavos e, finalmente, pelos magiares.

□ J.B. Bury, The Invasion of Europe by the Barbarians (1928)

Averróis (1126-98) Nome latinizado do filósofo islâmico Ibn-Rushd Abu al-Walid, natural de Córdova, na Espanha. Em sua juventude estudou jurisprudência, teologia, matemática, medicina e filosofia, e obteria mais tarde importantes posições administrativas nos governos islâmicos de Yacub Yusuf e de Yusuf Yacub Al-Mansur na Espanha, além de servir como médico da corte. Em 1196 foi banido juntamente com outros filósofos mas reabilitado antes de sua morte em 1198 no Marrocos. Escreveu numerosas obras sobre medicina e filosofia mas granjeou sua maior fama através de seus comentários a obras como De Anima e Metafísica de Aristóteles, os quais foram traduzidos para o latim e extensamente usados nas universidades da Europa cristã no século XIII, em especial na de Paris, onde Siger de Brabante era o mais destacado seguidor de Averróis. A grande ênfase dada por Averróis à obra aristotélica e sua oposição à influência da religião sobre a filosofia levaram à desconfiança por parte dos ortodoxos. Alberto Magno e Tomás de Aquino atacaram os averroístas e em 1270 seus erros foram condenados formalmente pela Igreja.
□ J.H. Randall Jr., The School of Padua and the Emergence of Modern Science (1961); Ibn Rushd, The Encyclopaedia of Islam, vol. 3 (1971)

Avicena (c. 980-1037) Médico, cientista e filósofo árabe. Dominando a lógica, a geometria e a astronomia desde muito cedo, Ibn-Sina Abu-Ali al-Hussein não tardaria em tornar-se igualmente um especialista em medicina e filosofia. Tendo ascendido a uma posição importante depois de curar o sultão de Bokhara, passou a maior parte de sua vida ativa nas cortes de vários dignitários muçulmanos na Pérsia. Foi profundamente influenciado por pensadores gregos, tanto Aristóteles quanto os neoplatônicos, e criou um elaborado sistema filosófico que envolveu o mundo natural e a posição do homem na natureza e na sociedade. Sua obra foi traduzida para o latim e tornou-se um elemento significativo no desenvolvimento da escolástica medieval. A ênfase dada por ele à abordagem religiosa da filosofia atraiu os ortodoxos, e o próprio Tomás de Aquino ficou devendo a Avicena elementos que usou na estrutura da Suma.

A obra médica de Avicena foi ainda mais influente e o seu Cânone de Medicina, traduzido por Gerardo de Cremona, foi uma autoridade até o século XVII.
□ S.M. Afnan, Avicenna, his life and works (1958)

Avignon Cidade da Provença, famosa na Idade Média como residência do Papado no exílio durante o século IV e ainda cercada pelas muralhas que foram construídas nessa época. A

história dos primeiros tempos de Avignon foi bastante tempestuosa, porquanto foi severamente hostilizada tanto pelos bárbaros do norte quanto pelos sarracenos antes de ficar ligada sucessivamente aos reinos de Borgonha e de Aries e aos domínios dos condes da Provença, Toulouse e Forcalquier. Embora a cidade obtivesse status republicano no final do século XII, viu-se desmantelada em 1226 por Luís VIII em conseqüência de seu apoio aos albigenses, e também foi forçada a submeter-se aos condes de Toulouse e Provença em 1251. Em 1309, o papa Clemente V escolheu Avignon como sua residência, e em 1348 a cidade foi vendida a Clemente VI por Joana, condessa da Provença, daí a Cúria ter permanecido em Avignon até Gregório XI regressar a Roma em 1377. Dois antipapas residiram também em Avignon, Clemente VII e Bento XIII, este último até sua expulsão e fuga para a Espanha em 1408. O período de 1309-77 é às vezes conhecido por cativeiro ou exílio babilônico. Avignon permaneceu como possessão papal após o regresso a Roma e só viria a ser anexada ao reino da França em 1791.
□ G. Mollat, The Popes at Avignon 1305-78 (1963)

Azincourt, batalha de (25 de outubro de 1415) Travada no dia de São Crispim entre as forças de Henrique V da Inglaterra e o exército francês comandado por Albret, condestável da França. Os ingleses tinham estado em campanha na região do Somme e os franceses tentaram barrar-lhes o caminho para Calais mas foram completamente desbaratados. Seus cavaleiros pesadamente armados foram impotentes contra as mais versáteis forças inglesas, cuja maior eficácia residia em seus besteiros. Calcula-se que cinco mil soldados franceses foram mortos e outro milhar aprisionado, ao passo que os ingleses teriam sofrido perdas de poucos homens de armas e infantes. Ver Guerra dos Cem Anos
□ A.H. Burne, The Agincourt War (1956) [Ph. Contamine (apres.), Azincourt, Paris, Julliard, 1964]

Azo, o Glosador (c. 1150-1230) Jurista bolonhês, foi nomeado professor de direito civil na universidade de sua terra natal e também teve papel ativo na vida municipal de Bolonha. É principalmente conhecido por suas leituras comentadas do Código, as quais foram reunidas e compiladas por seu aluno, Alessandra de Sant'Aegidio. Nessas leituras, Azo desenvolveu uma exposição metódica do direito romano que foi de considerável utilidade para os juristas de seu tempo. □ Select Passages from the Works of Bracton and Azo, org. por F.W. Maitland, Selden Society VII (1895)

B

Bacon, Roger (1214-92) Filósofo e cientista inglês. Nasceu em Ilchester, no Somerset, estudou em Oxford e foi protegido de Roberto Grosseteste, bispo de Lincoln, antes de abandonar o escolasticismo a fim de se dedicar ao estudo da linguagem e à ciência experimental. Em 1250 voltou a Oxford e ingressou na Ordem Franciscana, mas não tardaram a surgir dúvidas a respeito de sua ortodoxia e em 1257 foi proibido de dar aulas, sendo enviado para o convento da Ordem em Paris. Graças à intervenção do papa Clemente IV, Bacon foi autorizado a regressar a Oxford em 1265, onde continuou escrevendo e realizando experimentos. Após a morte de Clemente, porém, Bacon foi novamente condenado por sua Ordem e chegou mesmo a ser preso. Suas obras principais incluem Opus Majus, um tratado científico escrito para seu protetor, Clemente IV, e o Compendium Studii Philosophiae, um compêndio incompleto do saber existente no século XIII, no qual atacou o sistema educacional da Idade Média. Na compreensão e no domínio prático das ciências naturais, química e física, estava muito à frente do seu tempo. Deram-lhe o título de doctor admirabilis por seu vasto saber e extraordinária capacidade de invenção (deixou diagramas e planos para máquinas a vapor, máquinas voadoras etc), mas também foi suspeito, em parte por inveja, em parte por incompreensão pura e simples, de feitiçaria e de se dedicar à magia negra.

□ D.C. Lindberg, Roger Bacon's Philosophy of Nature (1983)

Bajazet I (Bayazid) sultão otomano c. 1389-1402 Consolidou o domínio turco na Ásia Menor pela supressão da Bulgária (que já tinha sido conquistada por seu pai, Murad I), a invasão da Valáquia em 1394 e a derrota do exército cruzado sob o comando de João Sem Medo, herdeiro da Borgonha, na batalha de Nicópolis, em 1396. Embora subjugasse todas as dinastias turcas secundárias na Ásia Menor, colocando-as sob seu domínio em 1390-93, não conseguiu tomar Constantinopla, foi derrotado por Tamerlão perto de Ancara em 1402 e morreu no cativeiro.

Balduíno I rei de Jerusalém 1100-18 Com a morte de seu irmão Godofredo de Bulhão, "Defensor do Santo Sepulcro", Balduíno, que tinha sido conde de Edessa desde 1098, foi eleito o primeiro rei do recém-criado reino cruzado de Jerusalém. Apesar dos graves problemas políticos, militares e econômicos com que se defrontava, ele provou ser um governante capaz, hábil e bem-sucedido. Repeliu as forças egípcias e, com ajuda genovesa, tomou os importantes portos de São João de Acre, Cesaréia e Sídon. Pelo competente uso de sua autoridade como senhor feudal, apreciável estímulo a colonizadores e negociantes

italianos, e com o apoio da Igreja, Balduíno logrou estabilizar os alicerces do seu novo reino.

Balduíno IV, o Leproso rei de Jerusalém 1173-85 (n. 1160) Aos 12 anos de idade, Balduíno, filho de Amalric I e de Inês de Courtenay, sucedeu ao trono de seu pai, se bem que já tivesse contraído a lepra que faria de sua vida um tormento. Enfrentou dois grandes problemas que, a dois anos de sua morte, iriam ser provadamente fatais para o reino: as facções surgidas no seio da nobreza, intensificadas pelo casamento de sua irmã e herdeira Sybil com Guy de Lusignan, e o crescente poder de Saladino, conquistador da Síria e sultão do Egito. A coragem pessoal e a sabedoria de Balduíno eram indiscutíveis, e chegou a infligir uma derrota militar a Saladino em Montgisard (1177). Preparou com uma regência moderada a sucessão para seu jovem sobrinho, Balduíno V (1185-86), mas a morte do rapaz em Acre deixou o caminho aberto para a sucessão de Guy de Lusignan e a perda de Jerusalém para Saladino em 1187

□ [S. Runciman, Historia de las Cruzadas, 3 vols., Madri, Alianza, 1973]

Baldus de Obaldus, Pietro (1320-4400) Jurisconsulto italiano, mestre em direito Canônico e direito civil. Tendo-se diplomado na Universidade de Perúgia em 1344, Baldus lecionou em Bolonha até 1351, quando regressou à Perúgia, sua terra natal. Aí permaneceu até 1390, quando aceitou um cargo docente em Pavia, onde ficou até morrer. Além de produzir textos didáticos sobre direito romano e Canônico, que incluíram comentários sobre a obra de Justiniano e sobre as Decretais, Baldus era um advogado que gozava de considerável reputação. Em 1380, por exemplo, foi convocado a Roma pelo papa Urbano VI para ajudá-lo em sua luta contra Clemente VII. Mas Baldus talvez tenha alcançado o auge da fama por sua contribuição para o estudo do direito feudal, no comentário sobre o Usus Feudorum.

□ J.A. Wahl, Baldus de Ubaldis: a study in reluctant Conciliarism (1974)

Ball, John (m. 1381) Sacerdote e reformador social inglês. Defensor da igualdade entre todos os homens, desempenhou um importante papel instigando a rebelião camponesa através de sua pregação. Encarcerado devido a essa pregação ousada, foi libertado pelos rebeldes liderados por Wat Tyler durante sua marcha sobre Londres. Mais tarde foi recapturado pelas autoridades e enforcado em St. Albans em 15 de julho de 1381. Ver Camponeses, Revolta dos

Bannockburn, batalha de (24 de junho de 1314) Batalha em que Roberto Bruce frustrou as tentativas inglesas para socorrer uma guarnição sitiada em Stirling. O governador de Stirling prometera render-se aos escoceses se não tivesse recebido auxílio militar da

Inglaterra até uma determinada data. A fim de cumprir o prazo fixado, uma força inglesa marchou para a Escócia e foi esperada pelos escoceses um pouco ao sul de Stirling, em terreno íngreme flanqueado por um pequeno regato, o Bannock, que deu o nome à batalha (Bannock burn significa precisamente "regato Bannock" NT.]. A capacidade de Bruce como general, a forma como dispôs sua infantaria, e o êxito dos lanceiros escoceses para neutralizar a infantaria, desbarataram o formidável exército feudal sob o comando de Eduardo II, cujos remanescentes fugiram primeiro para Dunbar e depois para o sul, cruzando a fronteira. A vitória dos escoceses e a subseqüente rendição de Stirling quebraram a hegemonia inglesa na Escócia, que fora conseguida por Eduardo I. Na história da guerra, Bannockburn ilustra o ressurgimento de uma infantaria bem desenvolvida no plano tático, apoiada por arqueiros, em contraste com a preeminência do cavaleiro montado. Ver Arbroath, Declaração de

□ G.W.S. Barrow, Robert Bruce (1976)

Barbour, John (1316-95) Poeta e eclesiástico escocês. Arcediago de Aberdeen, tornou-se depois um alto funcionário do Tesouro escocês. É freqüentemente considerado o pai da literatura escocesa, sendo sua mais famosa obra, The Bruce, um poema heróico sobre a vida e as aventuras de Roberto Bruce e seu lugar-tenente, Sir James Douglas.

□ L.A. Ebin, "John Barbour's Bruce", Studies in Scottish Literature, 9 (1972)

Barcelona Cidade portuária espanhola do Mediterrâneo que deve sua importância na Idade Média à sua posição estratégica. Os reis visigodos Ataulfo e Amalric fizeram de Barcelona sua capital em 414-18 e 531, respectivamente. Foi conquistada pelos muçulmanos em 713 e reconquistada pelos francos em 801. Após a unificação de Aragão e da Catalunha, Barcelona transformou-se em importante centro mercantil, possuindo em 1258 seu próprio código de direito marítimo e comerciando com o Báltico, o Mar do Norte e Alexandria. Era o centro da Grande Companhia Catalã, que controlou e dominou o ducado de Atenas durante a maior parte do século XIV. Em 1430, a magistratura da cidade estabeleceu uma universidade em Barcelona. A importância da cidade declinou no século XV, depois da unificação de Aragão e Castela.

□ [P. Bonnassie, La Catalogue du milieu du X à la (in du XI siècle, 2 vols., Toulouse, Université de Toulouse-Le Mirail, 1975-1976; C. Batlle Gallart, Barcelona a mediados del siglo XV, Barcelona, El Albir, 1976]

Bartolo de Sassoferrato (1313-57) Jurista italiano. Depois de estudar primeiro em Perúgia e depois em Bolonha, onde recebeu seu doutorado em 1334, Bartolo foi nomeado professor de direito em Pisa (1339). Em 1343 regressou à Perúgia, onde permaneceu até

sua morte. Celebrizou-se por seu comentário sobre o Código de Justiniano e por sua aplicação do direito romano aos problemas de seu tempo através do uso do método escolástico. Sua preocupação principal era reconciliar os ensinamentos universais (segundo ele os via) do direito romano com os costumes locais, e em suas tentativas para o conseguir foi levado a argumentar que o costume local dependia da vontade soberana do príncipe, uma conclusão que contribuiu consideravelmente para as atitudes do século XIV em relação à natureza da soberania.

□ C.N.S. Woolf, Bartolus of Sassoferrato (1913); M.H. Keen, "The Political Thought of the Fourteenth-Century Civilians" em Trends in Medieval Political Thought, org. por B. Smalley (1965)

Basiléia, Concílio de (1431) Concílio geral da Igreja convocado para levar a efeito uma reforma eclesiástica, tratar da crescente ameaça dos hussitas e chegar a um acordo com a Igreja grega. O Concílio teve um comparecimento pequeno e foi comprovadamente um desastre do ponto de vista conciliar, embora tenha conseguido trazer muitos hussitas de volta ao seio da Igreja. Numa tentativa para controlar as atividades do Concílio de um modo mais efetivo, o papa Eugênio IV dissolveu-o em 1437 e transferiu a discussão de seus temas para um novo Concílio em Ferrara e depois em Florença, a fim de ultimar o acordo com os gregos. Alguns dos bispos presentes em Basiléia recusaram-se, porém, a sancionar a mudança para Ferrara e, em 1439, elegeram o duque de Sabóia como o antipapa Félix V e declararam Eugênio herege. A desorientação causada pela existência simultânea de dois concílios ecumênicos permitiu que os príncipes seculares da Europa fortalecessem seu controle sobre as Igrejas nacionais, e também confirmou a autoridade constitucional do Papado.

Basílio I imperador de Bizâncio 867-86 (n. 812) Filho de uma família armênia pobre, ganhou o favor do imperador Miguel III e foi por este nomeado co-imperador em 866. Em 867 assassinou o seu benfeitor Miguel e estabeleceu a dinastia macedônia (867-1056). Numa tentativa para apaziguar Roma, removeu o patriarca Fócio e reintegrou seu rival Inácio no Patriarcado, embora Fócio voltasse a gozar do favoritismo imperial após a morte de Inácio. Basílio reconquistou Bari e partes da Calábria aos sarracenos e desbaratou os árabes que estavam sitiando Dubrovnik. Reorganizou a marinha bizantina e em 872 desencadeou um ataque contra os paulicianos na Ásia Menor. Por iniciativa sua, foi iniciada uma revisão do Código de Justiniano. Compilou um manual de direito intitulado o Prochiron e principiou a Basílica, uma nova coleção de leis.

Basílio II, o Carniceiro Búlgaro imperador de Bizâncio 963-1025 (n. 958) Tendo subido ao trono ainda menor de idade, adquiriu o poder efetivo após derrubar seu tio Basílio, o Eunuco, em 983. Entre 987 e 989 sufocou a revolta de Bardas Focas com a ajuda de Vladimir, príncipe de Kiev, a quem recompensou com a mão de sua irmã, Ana Porfirogênita. Em 991, Basílio atacou a Bulgária e diz-se que em 1014 capturou e cegou 14.000 búlgaros, poupando apenas um olho de um homem em cada cem, para que ele pudesse guiar seus compatriotas de volta à pátria. Em 1018 tinha anexado toda a Bulgária, embora deixasse a Igreja independente. A fim de preservar o tradicional sistema bizantino de soldados-agricultores oriundos do campesinato, suprimiu implacavelmente a aristocracia. Durante seu reinado, o patriarca omitiu o nome do papa Sérgio IV (909-12) da liturgia, assim começando o cisma formal entre Roma e a Igreja ortodoxa.
□ S. Runciman, A History of the First Bulgarian Empire (1930)

Baviera Região da Alemanha situada entre os Alpes e a Boêmia, que na Idade Média formou um dos ducados constituintes do Sacro Império Romano-Germânico. Região semi-independente sob o mando do seu duque, Tassilo, a Baviera foi forçada a aceitar a soberania de Carlos Magno em 787 e tornou-se parte do reino franco. Com a fragmentação do Império Carolíngio, o ducado recuperou boa parte de sua independência anterior e, no começo do século X, o duque Arnulfo, o Mau, passou a executar sua própria política externa, autônoma em relação a seus vizinhos eslavos, e a outorgar-se o direito de nomear bispos e cunhar moedas. A dinastia Saxônica apropriou-se dos direitos de nomeação para o ducado e Henrique, irmão de Oto I, tornou-se duque em 947, ampliando as fronteiras bávaras após a vitória no rio Lech em 955 e estabelecendo a Ostmark, que constituiu o alicerce da futura Áustria. Seu neto Henrique II (Santo Henrique) tornou-se imperador (1002-24). Em 1070, o ducado passou para as mãos da família Guelfa, mas após a queda de Henrique, o Leão, em 1180, Oto de Wittelsbach tornou-se duque. A família Wittelsbach, com sucesso variável, continuou governando o principado da Baviera, o qual emergiu no mundo moderno como um dos elementos mais estáveis na comunidade política alemã, sob a direção de Alberto, o Prudente (1460-1508).

Bayeux, tapeçaria de Famoso bordado do século XI com 70 metros de comprimento por 0,50 m de largura, atualmente em Bayeux, e executado em lãs coloridas sobre pano de linho. A obra narra a história da conquista normanda da Inglaterra desde a visita do conde Haroldo à Normandia até sua morte no campo de batalha. Uma curta seção, hoje desaparecida, dava provavelmente prosseguimento à história até a coroação de Guilherme, o Conquistador, como rei da Inglaterra em dezembro de 1066. Constitui uma inteligente

exposição do ponto de vista normando, retratando Haroldo como um bravo guerreiro que traiu seu juramento de lealdade ao duque Guilherme e subiu ao trono da Inglaterra como um perjuro e um usurpador. A vitória do duque Guilherme na batalha de Hastings é interpretada como a justa retribuição e o triunfo de uma causa legítima. É provável que a tapeçaria tenha sido executada em Canterbury a partir dos desenhos de um artista associado à abadia de Santo Agostinho, e encomendada por Odo, bispo de Bayeux e conde de Kent, por ocasião da sagração da catedral de Bayeux em 1077.

□ The Bayeux Tapestry, org. por F. Stenton (1958); The Bayeux Tapestry, org. por D. Wilson (1985)

Beatriz (m. 1290) Jovem senhora da nobreza florentina a quem Dante dedicou a maior parte de sua poesia. Usualmente identificada como Beatriz Portinari, era a esposa de Simão de Bardi e morreu com apenas 24 anos de idade. Em 1293, Dante descreveu seu amor espiritual por Beatriz em La Vita Nuova, mas sua principal glorificação dela deu-se na Divina Comédia (1308-20), na qual Beatriz é a intercessora de Dante no Inferno, seu alvo enquanto viaja através do Purgatório e, finalmente, seu guia no Paraíso.

□ [E. Gilson, Dante et Béatrice, Paris, Vrin, 1974; H. Franco Junior, "O poeta que amava o amor: o discurso amoroso de Dante Alighieri", Ler História, 11, 1987, p. 15-27]

Beaufort, família Família que descende da união de John de Gaunt, duque de Lancaster, com Catarina Swynford. Seus filhos foram legitimados por Ricardo II em 1397, e deles descenderam os duques de Somerset e os condes e marqueses de Dorset do século XV. Henrique Tudor (Henrique VII) descendia pela linha materna de John Beaufort (1373-1410), primogênito de John de Gaunt e Catarina, que, como conde de Somerset e marquês de Dorset, foi um destacado partidário de Ricardo II contra o Conselho dos Lordes.

O mais interessante e importante dos filhos Beaufort de John de Gaunt foi Henrique (1377-1447), mordomo real, bispo e cardeal. Foi ungido bispo de Lincoln em 1398 e transferido para Winchester em novembro de 1404. Como chanceler real em 1403 e de novo em 1413-17 e 1424-26, foi um destacado administrador e importante figura política no reino inglês. Também exercitou seus consideráveis talentos num palco mais amplo, desempenhando papel ativo no apoio a Martinho V no Concílio de Constança e, depois de nomeado cardeal em 1425, atuando como legado papal num complexo e, em última instância, malogrado esforço para organizar uma cruzada contra os hussitas na Hungria e Boêmia. Coroou o jovem Henrique VI como rei da França em Paris (1431), mas sobressaiu-se como um proeminente negociador da paz com as revividas forças francesas. Em seus últimos anos, concentrou-se nos assuntos internos em Winchester, e é principalmente

lembrado pelo restabelecimento do Hospital de Santa Cruz, em Winchester.

O terceiro irmão, Thomas Beaufort, foi um leal servidor de Henrique IV e Henrique V. Foi nomeado chanceler em 1410 e também exerceu cargos na Aquitânia e na Normandia. Foi feito conde de Dorset em 1412 e duque de Exeter em 1416. Granjeou boa reputação como soldado e foi executor do testamento de Henrique V. A família sobreviveu à Guerra das Duas Rosas apesar de uma série de desastres políticos, durante os quais três sucessivos condes e duques de Somerset foram assassinados ou decapitados. Os atuais duques de Beaufort descendem de Henrique, terceiro duque de Somerset (um lancastrense e firme adepto de Henrique VI), que foi executado após a batalha de Hexham em 1464.

□ R.L. Storey, The End of the House of Lancaster (1966)

Becket, São Tomás (1117-70) Educado no priorado de Merton, Surrey, e na Universidade de Paris, tornou-se secretário de um mercador em Londres, antes de ingressar no serviço do arcebispo Teobaldo de Canterbury. Em 1154, por recomendação do arcebispo, Becket foi nomeado chanceler real por Henrique II e demonstrou ser um eficiente e leal servidor. Em 1162, foi nomeado arcebispo de Canterbury.

Após sua eleição, mudou sua orientação política e começou resistindo vigorosamente às constantes violações das liberdades eclesiásticas por parte do monarca. A situação tornou-se crítica a respeito da questão de clérigos criminosos, sustentando Becket que eles não deveriam ser punidos pelos tribunais seculares. Recusou-se a aceitar as Constituições de Clarendon (1164) e fugiu para a França, apelando para o papa Alexandre III. As negociações foram muito demoradas e acrimoniosas, e nova crise ocorreu quando Henrique II teve seu herdeiro coroado pelo arcebispo de York em 1170. Deu-se uma reconciliação que provou ser apenas temporária.

Becket não conseguiu chegar a um acordo com os bispos que tinham apoiado a coroação do jovem rei, e Henrique, em sua ira, proferiu palavras em sua corte na Normandia que instigaram quatro de seus cavaleiros a atravessar o Canal e assassinar Becket em sua própria catedral, a 29 de dezembro de 1170. O homicídio chocou profundamente a opinião pública em toda a Cristandade. Henrique foi forçado a fazer penitência pública e Canterbury converteu-se num grande centro de peregrinação. Becket foi rapidamente canonizado (1173). Ver Foliot, Gilberto

□ D. Knowles, "Archbishop Thomas Becket", Proceedings of the British Academy (1949); F. Barlow, Thomas Becket (1986)

Beda, o Venerável (672-735) Monge, teólogo e historiador. Natural de Nortúmbria, foi enviado muito jovem para o mosteiro de São Pedro e São Paulo em Wearmouth e Jarrow,

onde se tornou primeiro diácono e depois padre. Seus escritos são muito diversos; escreveu sobre gramática e cronologia, compôs muitos e valiosos comentários sobre as Escrituras, e compilou uma história das Vidas dos abades de Wearmouth e Jarrow, bem como, em métricas, uma Vida de São Cuteberto; também popularizou a datação de eventos a partir do nascimento de Cristo. Sua mais importante obra, aos olhos modernos, é a Ecclesiastical History of the English People, uma obra-prima no estilo e no uso de um método histórico de inexcedível rigor, a qual relata a história da conversão da Inglaterra ao Cristianismo e a história da Igreja inglesa até a época em que a obra foi escrita (731). Beda foi o notável produto da Renascença nortumbriana, e sua obra continuou exercendo poderosa influência ao longo de toda a Idade Média.

□ Bede's Ecclesiastical History of the English People, org. por B. Colgrave e R.A.B. Mynors (1969); P.H. Blair, The World of Bede (1970)

Bedford, John, duque de (1389-1435) O mais velho dos irmãos sobreviventes do rei Henrique V (m. 1422). Já possuidor de grande experiência em administração inglesa, John tornou-se virtualmente o regente na França em nome de seu sobrinho Henrique IV, então uma criança. Após êxitos iniciais, os quais dependeram consideravelmente da aliança borgonhesa, Bedford sofreu severos reveses infligidos por Joana d'Arc. O papel que desempenhou no julgamento e execução de Joana enegreceu sua reputação. Ele morreu em Rouen, num momento em que a desintegração da aliança borgonhesa significou o fim do domínio inglês e o início das fases finais da Guerra dos Cem Anos.

Beguinas (Beguinos) Poderosa força dentro da Igreja ocidental desde o início do século XIII, as Beguinas eram comunidades de mulheres, no começo, com freqüência, de origem urbana e abastada ou comparativamente abastada, que dedicaram suas vidas, por vezes com grande austeridade, a fins filantrópicos: assistência aos leprosos, doentes e pobres. O foco inicial das Beguinas foi Liège, na primeira década do século XIII, e esse nome parece ter-lhes sido dado depreciativamente pelos ortodoxos, que as associavam aos hereges albigenses. Propagaram-se ao longo das rotas de comércio do noroeste europeu e foram excepcionalmente poderosas em Colônia, onde comunidades beguinas ainda existiam no século XVIII. Mantinham estreitas ligações com os franciscanos mas nunca foram aceitas como Ordem. Seus equivalentes masculinos eram conhecidos como "beghards" [beguinos], em alusão a Robert le Bègue (o Gago), pregador de Liège. Devoção a Deus, celibato e emprego em boas obras eram suas características dominantes. As relações com a Igreja institucional foram difíceis durante toda a Idade Média, e a suspeita de heresia nunca foi afastada. No século XV, muitas comunidades beguinas tinham-se convertido virtualmente

em instituições de caridade.
□ [R.W. Southern, A Igreja Medieval, Lisboa, Ulisséia, s/d]

Belisário (c. 505-65) General bizantino. Tendo servido primeiro na guarda pessoal de Justiniano, foi nomeado depois comandante do exército. Em 530 levou a efeito uma vitoriosa campanha contra os persas e sufocou o motim conhecido por Nike, em Constantinopla, em 532. Foi-lhe confiado o comando da expedição à África vândala (533), quando tomou Cartago e aprisionou o rei vândalo. Em nome de Justiniano, invadiu a Sicília e a Itália (535), combateu aí os ostrogodos e conquistou-lhes a capital, Ravena, em 540. Na década de 560 caiu em desgraça e foi envolvido numa conspiração contra o imperador, embora tivesse sido reintegrado na plena posse de suas honrarias antes de sua morte.
□ L.M. Chassin, Bélisaire (1957); R. Graves, Count Belisarius (1938)

Bento de Aniane, São (m. 822) Espanhol de nascimento, Bento começou em 780 a promover a estrita observância da Regra de seu homônimo do século VI, São Bento de Núrsia, em sua comunidade monástica de Aniana. Sua fama não tardou em crescer e ele foi nomeado por Luís, o Pio, para superintender a reforma dos mosteiros francos, impondo-lhes uma versão estrita da Regra de São Bento em 817. O movimento não sobreviveu por muito tempo à morte de Bento de Aniane, visto que muitas casas religiosas, inclusive Saint-Denis, em Paris, relutavam em abandonar seus próprios costumes adotados de longa data; mas sua Regra revista tornou-se geralmente aceita como o enunciado ortodoxo da observância beneditina.
□ W. Williams, "St. Benedict of Aniane", Downside Review, 54 (1936); C. H. Lawrence, Medieval Monasticism (1984)

Bento de Núrsia, São (c. 480 - c. 550) O "patriarca dos monges ocidentais" foi um abade italiano algo obscuro em seu próprio tempo. Tudo o que se conhece de sua vida é derivado do segundo livro dos Diálogos do papa Gregório Magno, escritos por volta de 593-94. Natural da região de Núrsia, hoje Norcia — a data tradicional de 480 é simples conjetura — foi enviado a escolas em Roma, contudo desgostoso com a vida de deboche da capital, fugiu para Afide sem completar sua educação e daí para a solidão de Subiaco, onde adotou a vida ascética, vivendo durante três anos numa caverna. Atraiu discípulos a quem organizou em pequenas comunidades de 12 membros. Finalmente, mudou-se para Monte Cassino, onde construiu um mosteiro no topo de um cerro e que ele próprio dirigiu até morrer. Em 577, Cassino foi saqueado pelos lombardos, ficando deserto e em ruínas durante 140 anos. Foi no decorrer desse período, ao que parece, que um grupo de monges oriundos da Gália chegou a Monte Cassino, exumou o corpo de São Bento e o transferiu

para a abadia de Fleury Saint-Benoêt no Loire. Os monges de Cassino negaram mais tarde esse traslado, pelo que ambos os mosteiros reivindicam a posse do corpo do santo.

A Regra de São Bento contém um prólogo e 73 capítulos, estabelecendo um plano detalhado e coerente para a organização interna e a vida cotidiana de uma comunidade monástica. A análise interna da Regra prova que ela foi compilada e ampliada ao longo de um decênio, talvez por volta de 535-545. Recentes estudos textuais mostraram que não é tão original quanto outrora se acreditou, e que Bento se apoiou substancialmente na Regra do Mestre, uma obra anônima composta na Itália uns 40 anos antes. Ambas as Regras devem muito à tradição monástica oriental, especialmente aos escritos de João Cassiano.

Embora São Bento reconheça a vocação do eremita, considera um mosteiro uma comunidade completamente cenobítica vivendo em uma casa — uma espécie de mosteiro rural — e dirigida por um pai espiritual, um abade, que é eleito pelos irmãos. Em comum com outros legisladores monásticos primitivos, ele admite que a maioria dos monges, incluindo o abade, serão leigos, sendo ordenados apenas alguns deles a fim de celebrar a Eucaristia semanal. Ele providencia para que pais doem filhos ao mosteiro a fim de serem criados como monges, prática que se tornou uma importante fonte de recrutamento na Idade Média. A Regra requer que o postulante adulto passe por um ano de noviciado antes de professar seus votos, os quais incluem uma promessa de estabilidade — permanecer na mesma comunidade até a morte. São Bento considera a pobreza pessoal e a obediência centrais para a profissão de monge. A Regra requer que o noviço renuncie completamente à propriedade de bens pessoais; tudo é propriedade comum da coletividade. Pressupõe-se que um mosteiro será sustentado por dotações na forma de terras, que serão em muitos casos cultivadas por locatários. Mas ele parece não ter previsto a grande riqueza fundiária acumulada por muitas abadias nos séculos seguintes. À semelhança de outros autores ascéticos, São Bento faz da total obediência à vontade do superior o princípio básico da vida monástica.

O mosteiro deve ser "uma escola do serviço ao Senhor", programada para treinar na vida espiritual os que nele ingressam. Para esse fim, a Regra ocupa o dia do monge com uma rotina cuidadosamente ordenada de oração em comum, leituras e trabalhos manuais. A estrutura do dia é determinada pelas horas de culto, a que São Bento deu o nome de opus dei: as oito missas diárias cantadas no oratório monástico (o ofício divino da noite ou Vigília, o ofício das primeiras horas do dia ou Matinas, Laudes, as horas canônicas que se seguem às Matinas, Prima, a primeira das sete horas canônicas, Terça, Sexta, Nona, Vésperas e Completas, as últimas horas canônicas do ofício divino). É recomendado ao monge que evite o contato com o mundo exterior e se mantenha em clausura o maior

tempo possível, mas a Regra faz da hospitalidade uma obrigação solene — o hóspede deve ser recebido como se fosse o próprio Cristo.

Embora a Regra inclua um Penitencial (lista de punições para violações da disciplina monástica), a ascese de São Bento não é excessivamente rigorosa ou cruel. Permite oito horas de sono no inverno e seis horas no verão com direito à sesta. O suprimento alimentar, se não é copioso, é adequado; a carne é proibida, exceto para os doentes, mas as refeições podem incluir uma ração moderada de vinho. A moderação da Regra de São Bento e seu detalhamento recomendaram-na aos fundadores monásticos, mas seu estabelecimento como código-padrão de observância ainda levaria algum tempo a consolidar-se. Nenhum mosteiro romano parece tê-la adotado antes do século X. Na Gália do século VII é mencionada (primeiramente em Solignac, c. 629) em conjunção com a Regra céltica de São Columbano como guia para a vida cenobítica. Essa "Regra mista" persistiu nas abadias francas até os Sínodos de Aix-la-ChapelIe, celebrados em 816 e 817, sob os auspícios do imperador Luís, o Pio, os quais prescreveram a Regra Beneditina como modelo exclusivo de observância monástica do Império Carolíngio. O agente do imperador na promoção desse modelo foi um monge oriundo da aristocracia gótica da Gália meridional que também se chamava Bento: São Bento de Aniane. Ver Fontevrault; Geraldo de Brogne

CHL

□ C. Butler, Benedictine Monachism (1961); D. Knowles, The Monastic Order in England (1963); C.H. Lawrence, Medieval Monasticism (1984) [C.J. Nesmy, São Bento e a vida monástica, Rio, Agir, 1962]

Beowulf Poema épico de cerca de 3.000 versos, freqüentemente datado do século VIII, embora tendo sobrevivido num único manuscrito de c. 1000 que se encontra atualmente na Cottonian Collection da biblioteca do Museu Britânico. Trata-se de um poema altamente requintado em estrita métrica aliterativa e que se constitui em uma inestimável fonte, tratada criticamente, sobre a sociedade anglo-saxônica, sobretudo no que se refere aos ideais de realeza, lealdade, serviço e vínculos de parentesco. O poeta era cristão e tinha alguns conhecimentos de Virgílio e de tradições clássicas, embora a substância de sua história seja germânica, tratando das façanhas de seu herói epônimo na Dinamarca e sul da Suécia.

As três grandes batalhas de Beowulf contra o monstro Grendel, contra a ainda mais monstruosa mãe de Grendel e contra o dragão que guarda o tesouro, situam-se entre as mais brilhantes passagens da literatura germânica primitiva e têm sido assunto de numerosas análises como alegorias do conflito entre o Bem e o Mal. Existe uma forte

corrente da crítica moderna que coloca a elaboração do poema em uma data mais próxima da do manuscrito (que alguns consideram escrito pela mão do poeta), entre o final do século X e o começo do XI.

□ J.R.R. Tolkein, "Beowulf: the monsters and the critics" Proceedings of the British Academy, 22 (1936); D. Whitelock, The Audience of Beowulf (1951); The Dating of Beowulf, org. por C. Chase (1981); Beowulf, org. por M. Magnusson, S. Mackie e J. Glover (1987), [trad. A.G. Galvão, S. Paulo, Hucitec, 1990]

berberes Nativos da África do Norte que resistiram com êxito à dominação, primeiro dos romanos e depois dos árabes. Aceitando voluntariamente o Islã em 711, os berberes auxiliaram os árabes na conquista da Espanha visigoda. Durante o período almorávida, os berberes governaram a Espanha e o norte da África até o século XII.

□ [G.H. Bousquet, Les Berbères, Paris, PUF, 1967]

Berengário de Tours (c. 1000 - c. 88) Teólogo e autor da heresia eucarística. Educado em Chartres, tornou-se superintendente da Escola de Tours em 1031, e em 1041 foi nomeado arcediago de Angers. Seguiu e desenvolveu a doutrina de Ratramno, que no século IX negou a existência da presença real do Cristo na Eucaristia. Berengário sustentou que, na consagração, a transubstanciação não ocorria nos próprios elementos mas somente nos sentimentos dos crentes. Suas doutrinas foram condenadas em 1050 e suas opiniões encorajaram teólogos da Igreja, como Lanfranc e Guitmund, arcebispo de Aversa, a tornar mais rigorosa a doutrina da Igreja sobre a Eucaristia.

□ A.J. Macdonald, Berengar and the reform of Sacramental Doctrine (1930)

Bernardino de Siena, São (1380-1444) Natural de Massa di Carrera, Bernardino ingressou na Ordem Franciscana em 1402 e juntou-se aos Observantes no ano seguinte, instalando-se primeiro em Colombaio, perto de Siena, e mais tarde em Fiesole, nas vizinhanças de Florença. Em 1417, tornou-se Vigário-Geral dos franciscanos observantes e, graças à sua influência, o número de suas casas aumentou de umas 20 para mais de 200. Por sua orientação, o movimento afastou-se da vida eremítica e os frades foram encorajados a tomar uma parte mais ativa na Igreja como pregadores e professores, estabelecendo escolas de teologia em Perúgia e Monteripido para a instrução deles. Em 1443, Bernardino exonerou-se de suas funções e voltou a pregar, mas sua saúde declinava e ele faleceu no ano seguinte em Aquila.

□ J. Origo, The World of San Bernardino (1963)

Bernardo, São (1090-1154) Abade de Clairvaux (Claraval). Nasceu em Fontaine, na

Borgonha, e ingressou na Ordem Cisterciense em 1112. Em 1115 foi enviado a Clairvaux para fundar a terceira casa de Cîteaux (Cister). Na data da morte de Bernardo, Clairvaux contava com cerca de 700 monges, enquanto que suas próprias casas irmãs incluíam Rievaulx no Yorkshire (1132), Whitland (1140) e Margam (1147) no País de Gales. [O mosteiro Cisterciense de Alcobaça, Portugal, um dos mais belos e grandiosos espécimes dos monumentos cistercienses, é de 1178. NT]

Bernardo também teve grande influência na Igreja como um todo; em 1146 foi nomeado pelo papa Eugênio III para pregar a Segunda Cruzada e exerceu um papel preponderante na condenação dos escritos de Pedro Abelardo. Suas próprias obras incluem numerosos sermões e um tratado teológico sobre o amor de Deus; mas seus mais famosos escritos são, talvez, as cartas que endereçou a Pedro, o Venerável, abade de Cluny, nas quais condena o caráter cerimonial e a suntuosidade da liturgia cluniacense. Durante a ultima década e um pouco mais de sua vida, foi o defensor do pensamento ortodoxo no Ocidente, tendo grande influência em sua vida política e espiritual.

□ J. Leclercq, Études sur S. Bernard et le texte de ses écrits (1953); Bernard of Clairvaux: Studies presented to Dom J. Leclercq (1973) [Obras completas de San Bernardo, 7 vols., Madri, BAC, 1983-1990J

Bernardo Gui (1261-1331) Inquisidor. Frade dominicano que atuou como inquisidor em Toulouse desde 1307 até os primeiros anos da década de 1320, Bernardo produziu um formidável opúsculo por volta de 1325, conhecido como Practica lnquisitionis Heretice Pravitatis [Prática da Inquisição na Perversidade Herética]. E a mais importante de suas numerosas obras escritas, fixando os procedimentos da Inquisição, sua justificação e também, de passagem, fornecendo muitos esclarecimentos acerca das crenças de valdenses, cátaros, beguinos e judeus. O opúsculo não é completamente original, aproveitando muito de autores anteriores sobre o tema, mas a experiência prática do autor adiciona elementos impressionantes à descrição de uma instituição arbitrária e muito temida.

□ G.G. Coulton, Inquisition and Liberty (1938)

Bernardo de Chartres (m. c. 1130) Um dos maiores professores do início do século XII e eminente humanista da Escola de Chartres até 1124, é hoje lembrado principalmente pelo comentário que lhe é atribuído por João de Salisbury, de que os modernos devem ser comparados aos antigos como anões empoleirados nos ombros de gigantes; podem ver mais e mais longe, não por qualquer virtude intrínseca que lhes seja própria mas por que foram içados pela grandeza dos gigantes. Mergulhado no estudo da gramática e da lógica,

Bernardo contribuiu muito para fortalecer o conhecimento do platonismo no Ocidente, mas parece claro que sua preeminência era pessoal e que atribuir continuada preponderância à Escola de Chartres após seu afastamento em 1124 é distorcer o verdadeiro quadro. Paris, e não Chartres, é que emerge como o principal centro de investigação escolástica e humanista no segundo quartel do século XII. Ver Renascença do século XII
□ Renaissance and Renewal in the Twelfth Century, org. por R.L. Benson e G. Constable (1982)

Berno (850-927) Primeiro abade de Cluny. Ingressou na Ordem Beneditina na abadia de Saint-Martin em Autun, reformou o mosteiro de Baume-les-Messieurs e em 890 fundou a abadia de Gigny, antes de ser solicitado por Guilherme, o Piedoso, duque da Aquitânia, para fundar uma nova abadia em Cluny em 909. A nova abadia, que estava colocada sob a autoridade direta da Santa Sé, tornou-se extremamente popular, e muitas outras casas, incluindo a abadia de Souvigny, foram também confiadas aos cuidados de Berno. Antes de morrer, Berno nomeou Santo Odo para suceder-lhe como abade de Cluny.

besante Nome dado na Europa ocidental à moeda corrente bizantina de ouro (solidus ou nomisma), a qual, até a década de 1030, era praticamente de ouro puro e pesava 4,55 gramas. Após um período de depreciação, foi restabelecida em 1092 com o nome de hyperpyron (em italiano, perpero), que tinha apenas 20 e meio quilates em vez de 24. A nova moeda, por sua vez, também foi progressivamente adulterada nos séculos XIII e XIV, até que deixou de ser cunhada na década de 1350, embora o termo hyperpyron fosse conservado como moeda de conta.
□ [P.D.Whitting, Monnaies byzantines, Friburgo, Office du Livre, 1975]

bibliotecas Tal como são hoje usadas e entendidas, as bibliotecas constituem um legado dos primórdios da Europa e da era dos manuscritos. Embora bibliotecas pessoais e institucionais fossem uma característica importante da cultura greco-romana, nenhuma sobreviveu à dissolução do Império Romano ocidental. Entre o final do século VI e meados do século VIII, as igrejas européias, sobretudo as comunidades monásticas, possuíam pequenas coleções de livros básicos, o mesmo acontecendo com um pequeno número de indivíduos (em sua maioria clérigos, exceto no litoral mediterrâneo); mas não havia bibliotecas na plena acepção da palavra.

Verdadeiras bibliotecas — coleções consideráveis de livros focalizadas num núcleo de textos clássicos, estáveis, seguras, acessíveis e adequadamente conservadas — surgiram de súbito no Império franco com Carlos Magno (768-814). Foram iniciadas em catedrais e abadias como parte do programa do imperador de reanimar o saber latino-cristão em seus

domínios. Em fins do século IX, algumas dessas bibliotecas continham entre 200 e 500 livros, e nunca cresceriam muito além disso. Entre o colapso do Império Carolíngio e ó século XII, as bibliotecas propagaram-se por toda a Europa na esteira da atividade missionária e da reforma monástica.

Muitas generalizações que podem ser feitas acerca das bibliotecas européias no século IX são válidas até cerca de 1300. Dentro desse período, com poucas exceções, as bibliotecas existiam em instituições religiosas: catedrais e as muito mais numerosas abadias beneditinas. Entre 200 e 500 livros constituía uma grande coleção, como as que se poderiam encontrar numa populosa casa monástica. A composição de tais coleções, e mesmo os livros específicos que nelas figuravam, eram semelhantes em dado momento em toda a Europa. As bibliotecas eram catalogadas, tendo sobrevivido até nossos dias listas do século IX em diante. Essas coleções eram para uso dos membros das comunidades que as alojavam; das pessoas de fora, somente as particularmente privilegiadas podiam ter acesso a elas. Entretanto, os livros eram comumente emprestados por uma comunidade a outras, muitas vezes para recopiá-los, o que indica um dos principais métodos pelos quais as bibliotecas eram formadas; esse trabalho de cópia poderia ser feito in loco ou onde o exemplar estava guardado, quer pelos próprios clérigos ou por copistas profissionais. O outro principal método de aquisição era por doação, um ato virtuoso realizado por aqueles que se tornaram monges ou cônegos depois de terem feito uma carreira universitária. Alguns catálogos de bibliotecas registraram os nomes dos doadores e os títulos de seus livros, e essas listas indicam que uma biblioteca individual tenha usualmente entre 6 e 24 livros, embora alguns bibliófilos ricos — cujo número aumentou a partir do século XII — pudessem ter muito mais. Até o século XIV, as instituições religiosas não conservavam seus livros num recinto especial, nem mesmo num único lugar. Os livros eram guardados em arcas ou armários, o mais importante deles geralmente perto da entrada da casa do cabido, outros talvez na própria igreja. Segurança e manutenção eram de responsabilidade do chantre. As instituições escreviam, com freqüência, alguma forma de identificação da propriedade em seus livros, uma inscrição ex-libris, seguida por um severo anátema contra roubo ou dano. Quando foram construídos recintos especiais para biblioteca, durante os séculos XIV e XV, eles foram equipados como mobiliário especializado — estantes ou leitoris — e os livros eram colocados em posição própria e presos com corrente.

Importantes mudanças intelectuais e sociais afetaram o desenvolvimento das bibliotecas européias entre os séculos XIII e XV. A primeira delas foi o crescimento das universidades. Inicialmente, como as escolas anteriores, não possuíam suas próprias

bibliotecas. Isso era um problema, pois o número crescente de novas universidades, de estudantes e de textos prescritos para estudo criou uma demanda de livros sem precedente. Isso pôde ser enfrentado, em parte, simplificando e barateando a produção de livros, mas estes ainda eram dispendiosos. Uma solução era tornar acessível o grande número de bibliotecas institucionais já existentes. Os franciscanos ingleses, na segunda metade do século XIII, criaram o primeiro "catálogo unificado", arrolando autores e obras, bem como a indicação das bibliotecas monásticas onde poderiam ser encontradas, usando-se para tanto um sistema de números e uma explicação. Mas, finalmente, as universidades tiveram que fundar suas próprias bibliotecas; estas situavam-se nos colégios constituintes, o mais antigo em Paris (a Sorbonne), seguido de Oxford (Merton College), em fins do século XIII. A segunda influência importante foi a crescente classe de leigos ricos e instruídos, nobres ou mercadores, para quem o patrocínio do saber e a posse de belos livros eram manifestações de status social. Reis e príncipes tinham desde há muito possuído pequenas coleções de livros devocionais para seu uso pessoal ou de exemplares de luxo de obras que lhes eram dedicadas e presenteadas. Tais livros, freqüentemente em vernáculo, continuaram formando o núcleo de suas bibliotecas ao norte dos Alpes — sendo as mais famosas as dos reis da França e dos duques de Borgonha e de Berry. Entretanto, naquelas áreas influenciadas pelo humanismo, sobretudo em seu berço do norte da Itália, príncipes-mercadores com gostos e ambições mais esclarecidos possuíam consideráveis bibliotecas cujo conteúdo era generosamente emprestado ao seu círculo de relações eruditas. A biblioteca do convento de São Marcos, em Florença, fundada em 1444 por Niccolò Niccoli e Cósimo de Medici, foi a primeira biblioteca da Europa que realizou empréstimos públicos. Os livros de propriedade de todas essas pessoas eram profissional e esplendidamente executados.

Durante todo esse período, dos séculos IX ao XV, os livros básicos das bibliotecas institucionais mantiveram-se razoavelmente constantes: as obras dos grandes padres latinos e uma seleção de clássicos pagãos. Com o avançar do tempo, somaram-se-lhes um pequeno número de trabalhos de literatura técnica sobre assuntos tais como direito e medicina, os escritos de teólogos europeus e de estudiosos da Bíblia, e itens de interesse local, como as crônicas relacionadas com a vida da própria instituição e do país onde esta se situa. O acesso a novo material tornou-se torrencial nos séculos XII e XIII, formado pelos textos usados em escolas e universidades: livros bíblicos glosados e as obras de Aristóteles e seus comentadores árabes e ocidentais. Os humanistas italianos acrescentaram mais clássicos latinos e, pela primeira vez, escritos gregos, tanto pagãos quanto cristãos. Durante esse período, o público leitor, em especial o leitor de latim, era uma fração minúscula da população e, antes de 1300, estava limitado ao clero. Mesmo

assim, dado que os livros eram terrivelmente dispendiosos, ler um livro de biblioteca era uma experiência muito mais comum para a pessoa instruída do que a propriedade pessoal de um volume. Assim, o papel das bibliotecas institucionais na preservação e disseminação do conhecimento foi vital, ao passo que o papel desempenhado por livros de propriedade privada foi insignificante antes do século XIV. Ver livros manuscritos; caligrafia RT

□ J.W. Clark, The Care of Books (1902); The Medieval Library, org. por J.W. Thompson (1939); F. Wormald e C.E. Wright, The English Library before 1700 (1958); Medieval Scribes, Manuscripts and Libraries; Essays presented to N.R. Ker, org. por MB. Parkes e A.G. Watson (1978)

Biondo, Flavio (1392-1463) Humanista, historiador da Antigüidade romana e secretário da Cúria papal. Tendo ingressado no serviço papal em 1433, foi nomeado scriptor [escrevente] das letras apostólicas e, com exceção de um breve período (1449-53), permaneceu nesse cargo até morrer. Considerado um dos fundadores da historiografia moderna, suas obras incluem as Décadas, uma história geral cobrindo o período de 410-1410, e publicado em Veneza, em 1483; Roma Instaurata, um catálogo descritivo dos monumentos e ruínas de Roma, completado em 1446 e publicado em 1471, e Italia Illustrata, uma descrição arqueológica e histórica da Itália que fornece valiosas informações sobre os monumentos existentes na Itália quatrocentista.

□ D. Hay, ‘The Decades of Flavio Biondo”, Proceedings of the British Academy (1959)

Bizâncio Antiga cidade grega no Bósforo, transformada na cidade de Constantinopla por Constantino, o Grande, em 330. Converteu-se na nova Roma, segunda capital do Império Romano, o centro de irradiação do que é conhecido como civilização bizantina. Sua cultura era um amálgama de grega, romana e cristã; sua língua oficial era o grego, embora seus cidadãos se chamassem romanos. Suas leis baseavam-se no direito romano, e suas vidas estavam impregnadas de fé cristã em sua forma ortodoxa.

A conversão de Constantino ao Cristianismo e a fundação de Constantinopla determinaram o futuro da parte oriental do Império Romano. Quando a parte ocidental foi invadida pelos bárbaros no século V, a Nova Roma adquiriu ainda maior importância como residência do imperador e do seu bispo, o patriarca de Constantinopla. Foi daí que, no século VI, Justiniano dirigiu a reconquista do norte da África, Itália e Espanha, com sucesso limitado. Mas no século VII o mundo mediterrâneo era permanentemente afetado pela chegada dos árabes e dos eslavos. Os árabes conquistaram as mais ricas províncias de Bizâncio no leste; os eslavos instalaram-se nos Balcãs e na Grécia, introduzindo uma

cunha que rachou ao meio o antigo mundo romano. Constantinopla e seus territórios remanescentes estavam empobrecidos e separados do Ocidente; sua sobrevivência dependia da defesa.

Os imperadores dos séculos VII e VIII, principalmente Heráclio I e Leão III, dividiram as províncias em "temas" ou zonas militares, cada uma com o seu próprio comandante. Os agricultores locais forneciam e equipavam os soldados em troca de um direito inalienável à terra que cultivavam. Os padrões sociais e econômicos anteriores foram assim radicalmente mudados. Foram os exércitos das "temas" que asseguraram a sobrevivência do Império, rechaçando os eslavos na Europa e os árabes na Ásia Menor.

Os missionários partiram para espalhar o evangelho do Cristianismo ortodoxo entre os eslavos e os russos — e com ele a cultura, a arte e as letras bizantinas. Um novo puritanismo refletiu-se no movimento iconoclasta iniciado por Leão III, quando decretou que a verdadeira religião não tinha necessidade de auxílios visuais. Sua política provocou um virulento conflito mas, quando a batalha pela sobrevivência tinha sido ganha, a tradição reafirmou-se. O iconoclasmo também aprofundou a brecha entre cristãos ocidentais e orientais, porquanto o papa declarou essa doutrina herética. Em 800, ele coroou um imperador de sua própria escolha na pessoa de Carlos Magno.

A idade dourada de Bizâncio foi, aproximadamente, de 850 a 1050. O Império estendia-se de novo desde o sul da Itália até a Síria e Armênia. Dispunha de um exército e de uma marinha poderosos, e de uma economia monetária vigorosa, baseada em sua moeda de ouro. A vitoriosa dinastia dos imperadores "macedônios", iniciada com Basílio I em 867, reforçou o mito de sua superioridade e permanência por decisão divina. Eles encomendaram alguns dos mais refinados produtos da arte e da arquitetura bizantinas; o saber e a literatura floresceram graças ao mecenato de homens como o patriarca Fócio e o imperador Constantino VII Porfirogêneto. Os soldados-imperadores, Nicéforo II Focas e João I Tzimiskes, levaram as fronteiras orientais mais longe do que nunca. Basílio II solucionou o demorado problema de seus vizinhos setentrionais anexando implacavelmente a Bulgária. Mas o declínio começou pouco depois de sua morte em 1025; o sistema de "temas" foi abalado pelo crescimento de uma nova classe de aristocráticos proprietários rurais hereditários, aptos a comprar as terras aos camponeses livres, e a autoridade centralizada começou a desmoronar. Em 1071, os turcos seljúcidas derrotaram o exército bizantino em Manzikert, na Armênia, e penetraram na Ásia Menor. No mesmo ano, os normandos conquistaram a última possessão bizantina no sul da Itália.

O declínio de Bizâncio coincidiu com o renascimento da Europa. Os ocidentais chegavam ao Oriente Médio primeiro como peregrinos à Terra Santa, e depois como cruzados. Sua presença e ações fortaleceram os preconceitos bizantinos contra eles. O

cisma entre as Igrejas de Roma e de Constantinopla, dramaticamente anunciado em 1054, era sintoma de uma divergência ideológica muito mais profunda. Os mercadores venezianos que acompanhavam os cruzados adquiriram um extraordinário apetite pela riqueza de Bizâncio. Em 1204, eles saciaram-no através da Quarta Cruzada, que encontrou (ou perdeu) seu caminho para Constantinopla.

Durante um certo tempo, a Nova Roma e grande parte de seu território estiveram sob administração latina, estrangeira. Bizâncio nunca se recuperou totalmente do choque da Quarta Cruzada. Os latinos foram expulsos de Constantinopla em 1261 e um Império fragmentado continuou vivendo por quase 200 anos. No século XIV produziu um notável renascimento de arte, erudição e vida monástica. Mas sua estrutura, economia e defesas tinham sido despedaçadas; não encontrou força bastante para resistir ao novo e vigoroso ataque dos turcos otomanos quando irromperam na Ásia Menor. Os apelos de ajuda dirigidos ao Ocidente obtiveram pouca ressonância, os papas não acudiriam a cristãos que estavam em cisma com Roma. Em 1439, no Concílio de Florença, o imperador engoliu seu orgulho e foi proclamada a união das Igrejas grega e romana. A maioria de seus súditos denunciou o acordo como uma traição à sua fé ortodoxa, mas era tarde demais: os turcos já tinham conquistado a maior parte da Europa oriental. Constantinopla estava isolada. Em 29 de maio de 1453, após uma longa e heróica resistência, as muralhas da cidade que tinha, durante mil anos, defendido o flanco oriental da Cristandade, foram quebradas pela nova tecnologia da artilharia pesada. A Constantinopla bizantina converteu-se na Istambul turca, capital do Império Otoniano. Ver Igreja Ortodoxa Oriental; Ducas, dinastia; Isauriana, dinastia: Nicéia, império de; Paleólogo; Trebizonda, império de DN

□ G. Ostrogorsky, History of the Bizantine State (1968); D.M. Nicol, The Last Centuries of Byzantium 1261-1453 (1972); D. Obolensky, The Byzantine Commonwealth (1974); R. Browning, The Byzantine Empire (1980); C. Mango, Byzantium, the Empire of New Rome (1980); M. Angold, The Byzantine Empire, 1025-1204 (1984) [A. Vasiliev, Historia del Imperio Bizantino, 2 vols., Barcelona, Joaquin Gil, 1946; L. Bréhier, El mundo bizantino, 3 vols., México, UTEHA, 1955-1956; S. Runciman, A civilização bizantina, Rio, Zahar Editores, 1961]

Blondel Trovador da corte de Ricardo Coração de Leão. De acordo com os relatos sobre o cativeiro de seu real senhor, Blondel teria identificado Ricardo em seu castelo-prisão ao escutar o rei cantando uma de suas canções favoritas; isso possibilitou abrir as negociações para o resgate do monarca.

Boaventura, São (1221-74) Natural de Bagnoreggio, perto de Orvieto, Boaventura tornou-se franciscano em 1243, estudou com Alexandre de Hales em Paris e em 1253 tornou-se mestre na Escola Franciscana dessa cidade. Em 1257 foi eleito Geral da Ordem. Embora Boaventura sustentasse muitas das idéias originais de São Francisco, rejeitou a posição extremada dos Espirituais que condenavam o saber em sua busca da pobreza absoluta. Entre 1266 e 1268, escreveu um comentário à Regra de São Francisco que ajudou a remodelar a Ordem como um todo, mas também alienou ainda mais os Espirituais. Boaventura desempenhou um papel influente na Igreja. Em 1273 foi nomeado cardeal-bispo de Albano, enquanto em 1274 assumia um papel de destaque no Concílio de Lyon, o qual pôs temporariamente fim ao cisma entre Oriente e Ocidente. Teólogo místico, Boaventura advogou uma abordagem mais emocional dos mistérios divinos, em vez do método puramente racional empregado pelo seu contemporâneo Tomás de Aquino. Seus principais escritos incluem o Breviloquium, o Itinerarium Mentis ad Deum e um comentário sobre as Sentenças de Pedro Lombardo.

□ S. Bonaventura 1274-1974, org. por J.G. Bougerol (1973-74) [São Boaventura, Obras escolhidas, org. por L.A. De Boni, Porto Alegre, Sulina, 1983]

Boccaccio, Giovanni (1313-75) Natural de Certaldo ou de Florença, foi desde muito cedo colocado no banco Bardi e estudou direito antes de se voltar para a literatura. Grande parte de sua juventude foi passada em Nápoles mas, depois de 1340, regressou a Florença, onde teve uma vida ativa em embaixadas à Romanha, Milão, Nápoles e Avignon (1365) e como um dos magistrados florentinos para um mandato de dois anos já no período final de sua vida. É principalmente recordado por sua grande contribuição para a literatura vernácula, sobretudo por seu Decameron (c.1350), uma comédia humana baseada na extensão do bem e do mal no ocaso da sociedade medieval. O enredo diz respeito a dez jovens aristocratas que se retiram para uma colina da região de Fiesole durante a peste, instalam uma corte de prazer e contam histórias uns aos outros sobre vários temas, em sua maior parte explicitamente sexuais. Seu realismo, tom secular e exploração profunda e voluptuosa da natureza humana, sua cupidez e sexualidade, não tardaram em exercer inegável influência numa escala européia, se bem que Boccaccio lamentasse muitos anos depois a falta de gravitas [seriedade] da obra.

Seus escritos posteriores em latim, produzidos sob a influência de Petrarca, reagem fortemente contra o espírito do Decameron que, não obstante, permaneceu como uma das mais importantes obras da literatura européia, admirada e copiada por humanistas e poetas desde Chaucer até os principais escritores italianos do século XVI.

□ C. Muscetta, Boccaccio (1972) [V. Branca, Bocado y su epoca, Madri, Alianza, 1975;

Decamerão, trad. T. Guimarães, S. Paulo, Abril, 1970]

Boécio (Anísio Mânlio Torquato Severino, 480-524) Educado em Atenas e Alexandria, o romano Boécio exerceu considerável influência sobre o desenvolvimento do pensamento medieval. Em 510, foi cônsul de Roma durante o governo do rei ostrogodo Teodorico, o Grande, até que, acusado de traição, foi encarcerado em Pavia e executado. Enquanto esteve na prisão escreveu Consolatio Philosophiae [Consolação da Filosofia], na qual descreveu a busca da sabedoria e o amor a Deus como as verdadeiras fontes da felicidade humana. Embora pretendesse traduzir todo o Corpus da obra de Platão e Aristóteles para o latim, esse projeto nunca foi concluído. Seu uso do método aristotélico provou exercer imensa influência no início da Idade Média. Pensadores cristãos aceitaram Boécio como um de seus grandes mestres e sua obra era amplamente conhecida. Alfredo, o Grande, traduziu a Consolatio para o anglo-saxão. Foi principalmente através da influência de Boécio que o esquema romano de divisão da educação em sete artes liberais foi adotado como base do sistema medieval de ensino. [267]

□ Boethius: His Life, Thought and Influence, org. por M. Gibson (1981); H. Chadwick, Boethius (1981)

Boêmia Território que no início da Idade Média era predominantemente povoado por uma etnia eslava conhecida como tchecos. Estes eram governados pela dinastia Premislida, por volta de 870-1306, a qual aceitou o Cristianismo na sua forma ocidental no século IX. As relações com povos eslavos vizinhos (morávios e poloneses), com magiares e sobretudo com germânicos, eram conturbadas e com freqüência hostis, se bem que, no século XIII, a influência germânica fosse muito forte e os boêmios se vissem aceitos como importante unidade política no âmbito do Sacro Império Romano-Germânico. Depois de 1306, com a morte do último monarca da antiga dinastia, João de Luxemburgo, filho do imperador Henrique VII, foi escolhido para rei. O reino boêmio alcançou o seu apogeu político com o filho e sucessor de João, Carlos IV, Sacro Imperador Romano em 1346-78, que fundou a grande Universidade de Praga em 1348 e elaborou uma constituição imperial (a Bula de Ouro de 1356), a qual confirmou o rei da Boêmia como um dos sete eleitores. A posterior história medieval boêmia é dominada por lutas religiosas em que as aspirações nacionais tchecas se entrelaçaram com profundas paixões religiosas dirigidas contra a riqueza e as doutrinas da Igreja. A morte de João Huss na fogueira, durante o Concílio de Constança (1415) precipitou uma luta implacável, no decorrer da qual o gênio militar do general hussita Ziska ganhou grande independência, confirmada por um ajuste entre os hussitas moderados e os católicos em 1433. Ver Venceslau

□ F. Dvornik, The Making of Central Europe (1949); R. Betts, Essays in Czech History (1969); J.F.N. Bradley, Czechoslovakia (1970)

Boemundo I (1052-1111) Príncipe de Antioquia. Primogênito de Roberto Guiscard, duque normando da Apúlia e Calábria. Boemundo lutou ao lado de seu pai contra o Império Bizantino em 1081-85. Embora deserdado na morte do pai (1085), Boemundo reuniu um exército e juntou-se à Primeira Cruzada em 1096. Em 3 de junho de 1098 foi o principal responsável pela tomada de Antioquia, tornando-se o seu primeiro príncipe latino. Em 1100 foi feito prisioneiro pelo emir de Capadócia e, após sua libertação, foi atacado em 1104 pelo imperador bizantino Aleixo Comneno, que reclamava Antioquia como feudo do Império; a frota bizantina devastou muitas das propriedades de Boemundo na Cilícia. Regressando ao Ocidente, Boemundo revidou atacando os bizantinos na Dalmácia, mas foi derrotado e forçado a aceitar as condições que estabeleciam a suserania bizantina sobre Antioquia.

bogomilos Adeptos de uma seita herética que surgiu na Bulgária em meados do século X, e que no século seguinte se propagou pela Ásia Menor e Provença. Devendo sua origem ao Maniqueísmo, os bogomilos eram dualistas que acreditavam na existência de um Deus bom, criador do espírito, e de um Deus mau, criador do mundo material. Foram esmagados na Bulgária em 1211 mas sobreviveram na Bôsnia por quase dois séculos após a invasão tártara. Foi somente em 1340 que os missionários franciscanos começaram pregando o Catolicismo na Bôsnia e só em 1450 o rei Tomé obrigou seus súditos a aceitarem o Cristianismo ortodoxo. Os adeptos bogomilos restantes fugiram então para a Herzegovina, onde muitos deles se converteram ao Islamismo. Ver albigenses
□ D. Obolensky, The Bogomils (1948) [S. Runciman, Le manichéisme médiéval. L'hérésie dualiste dans le Christianisme, Paris, Payot, 1972]

Boileau, Etienne de (c. 1205 - c. 70) Seus laços de família eram com Orléans, onde ele exerceu o cargo de preboste, mas granjeou sua reputação como advogado e administrador a serviço de São Luís, a quem acompanhou na malfadada cruzada de 1250. Uma medida de sua importância é que um resgate de 2.000 libras de ouro tenha sido pago para retirar Boileau de seu cativeiro. No regresso à França, recebeu o honorífico e rendoso cargo de preboste de Paris, e foi a experiência adquirida nessa função que o habilitou a escrever o Livre des Métiers [Livro dos Ofícios], uma fonte de primordial importância para a história da indústria do século XIII, de sua organização e, na verdade, do desenvolvimento urbano medieval e das guildas e corporações profissionais.

□ R. de Lespinasse e F. Bonnardot, Les Métiers et Corporation de la Ville de Paris (1879); E. Farei, La Vie quotidienne au temps de St. Louis (1938)

Boleslau I, o Grande (também cognominado "o Valente") rei da Polônia 992-1025. Filho de Mieszko I, o primeiro príncipe cristão da Polônia, Boleslau sucedeu a seu pai em 992. Em 996, conquistou a Pomerânia e subseqüentemente ocupou a cidade tcheca de Cracóvia. Aumentou ainda mais sua influência por sua defesa do bispo Adalberto de Praga (que foi mais tarde martirizado e finalmente canonizado) e por sua coroação no ano 1000, pelas mãos do imperador Oto III. Após a morte de Oto, Boleslau não perdeu nenhuma oportunidade de expandir as fronteiras da Polônia. Penetrou até o Elba e ocupou grande parte da Boêmia antes de obter vantajosas condições de paz em Bautzen, em 1018. Antes de sua morte, atacou ainda Yaroslav, grão-duque de Kiev, a quem desbaratou nas margens do rio Bug, que nessa época formava a fronteira natural entre a Rússia e a Polônia.

Bolonha, Universidade de Fundada no século XI em conseqüência do ressurgimento do interesse pelo estudo do direito, a fama de Bolonha era tão grande em meados do século XII que o imperador Frederico I convocou seus doutores em leis a Roncaglia para emitirem um parecer em seu conflito com as comunidades lombardas. À semelhança da Universidade de Paris, a de Bolonha estava organizada em nações e em 1265 estas incluíam estudantes vindos de países tão distantes como a Inglaterra, a Polônia e a Hungria. O prestígio de Bolonha baseou-se principalmente na obra de dois homens: Irnério, que por volta de 1080 separou o estudo do direito das outras artes, e Graciano, que em 1140 unificou o direito Canônico em seu Decretum e o distinguiu da teologia. Hondrio III concedeu à Universidade um certo grau de autonomia em 1218 e mais adiante, nesse mesmo século, lá começou a se desenvolver uma notável escola de medicina.
□ CM. Ady, The Bentivoglio of Bologna (1969)

Bonifácio, São (c. 675-754) Apóstolo da Germânia. Batizado com o nome de Winfrith de Crediton, Bonifácio nasceu em Devon e foi educado em Exeter e em Nursling (Hampshire). Sua primeira expedição missionária à Frísia em 716 foi um fracasso, mas em 719 recebeu instruções papais para empreender trabalho evangélico a leste do Reno. Foi sagrado bispo dos germanos em 722 e arcebispo em 732, quando instalou finalmente sua sé em Moguncia [Mainz em alemão]. Ao longo de sua carreira, permaneceu em contato ativo com sua pátria, que lhe forneceu muitos missionários e considerável apoio material. Em contrapartida, Bonifácio provou ser uma grande fonte de energia espiritual para a Igreja inglesa, encorajando, instruindo e admoestando o Estado secular e a ordem espiritual.

Na própria Germânia, fundou numerosos bispados, incluindo as sés de Salzburgo, Regensburg e Passau, no sul, Würzburgo, Erfurt e Büraburg, no norte. Criou mais tarde a abadia de Fulda, da qual ele próprio foi abade. Os francos apoiaram suas missões com o poder militar e Bonifácio tornou-se uma figura-chave em acontecimentos que culminaram na reforma eclesiástica na Francônia, na década de 740, durante o reinado de Pepino, o Breve. Apoiou a deposição do último rei merovíngio e coube-lhe sagrar Pepino, em 751, como rei dos francos; com efeito, o papel de Bonifácio no campo missionário, como reformador ativo, ajudou a estabelecer uma fecunda parceria entre Roma e a nova monarquia cristã da Francônia. Em 754, Bonifácio partiu para uma nova tentativa de conversão dos frísios mas, em 5 de junho, foi martirizado em Dokkum com cerca de 50 companheiros.

□ W. Levison, England and the Continent in the Eighth Century (1946)

Bonifácio VIII papa 1294-1303 (n. Benedetto Gaetani em Anagni, c. 1233) Estudou direito antes de se tornar cardeal-diácono em 1281, cardeal-bispo em 1291 e, finalmente, papa em 1294. Deu substanciais contribuições para o direito Canônico no Liber Sextus, uma análise dos principais desenvolvimentos jurídico-eclesiásticos desde 1234 até seus próprios dias. Conflitou com os reis da França e da Inglaterra em torno da questão de tributação do clero e em sua Bula Clericis Laicos (1296) estabeleceu o princípio de que tal tributação requeria o prévio consentimento papal para que pudesse ser considerada legalmente válida. Em Roma, e na Itália de um modo geral, tornou-se cada vez mais poderoso, derrotando seus arqui-rivais, a família Colonna, em 1298, e proclamando com pleno êxito o primeiro Ano Santo em 1300 (comemorado pelo afresco de Giotto na igreja de São João de Latrão em Roma). As relações com o monarca francês Filipe IV tornaram-se cada vez mais tempestuosas, sobretudo depois da prisão do amigo de Bonifácio, Bernard Saisset, bispo de Poitiérs, em 1301. Um excesso de confiança levou o papa a promulgar a Bula Unam Sanctam [Una e Santa] em 1302, e é uma das ironias da história medieval que essa declaração extrema em favor da supremacia teocrática papal, quer em questões espirituais quer em temporais, fosse divulgada num momento em que as monarquias da Inglaterra e da França estavam construindo fortes sistemas estatais que envolviam um rigoroso controle da temporalidade de suas respectivas Igrejas. A reação francesa à divulgação da Unam Sanctam foi rápida e brutal: o papa foi capturado, maltratado em Anagni e faleceu em 1303, principalmente em conseqüência do tratamento impiedoso que recebeu e da humilhação sofrida. [200]

[Em Portugal, coube ao rei D. Dinis (1261-1325), usando de grande sagacidade diplomática, tomar a decisão de desvincular a autoridade real da jurisdição da Santa Sé,

em resposta à Bula Unam Sanctam e na esteira do movimento de fortalecimento do Estado que se registrava na França e na Inglaterra. As divergências com o clero puderam ser sanadas sem a ocorrência de graves conflitos. Ver Clemente V; Filipe IV, o Belo; Templários NT]

□ T.S.R. Boase, Boniface VIII (1933)

Bórgia, família Família de origem espanhola que desempenhou um importante papel na política da Itália. Em 1455, Afonso Bórgia, bispo de Valência, foi eleito papa, adotando o nome de Calisto III, e a família mudou-se para Roma. Ele favoreceu enormemente seus parentes, sobretudo seu sobrinho Rodrigo Bórgia, a quem fez cardeal. Em 1492, o próprio Rodrigo era eleito como papa Alexandre VI, e passou a maior parte de seu pontificado consolidando o poder de sua própria família. Em 1496, fez seu filho Giovanni (m. 1497) duque de Benevento; nomeou seu segundo filho, César (n. 1476), cardeal em 1493. Em 1498, César foi dispensado de seus votos, casou com uma princesa francesa e empreendeu em seguida a conquista da Romanha e Úmbria. Era totalmente inescrupuloso; a fim de proteger suas fronteiras setentrionais, assassinou o marido de sua irmã Lucrécia e casou-a com o futuro duque de Ferrara. Também eliminou o cardeal Paolo Orsini e o duque de Gravina, que estavam resistindo ao seu governo em Urbino. Após a morte de seu pai em 1503, César foi banido de Roma pelo papa Júlio II e preso na Espanha, mas escapou e morreu combatendo em Castela (1507).

□ M. Mallett, The Borgias (1969)

Borgonha O primeiro reino de Borgonha foi criado no século V nos vales do Saona e do Ródano pelos burgúndios, um povo germânico cuja pátria tradicional situava-se às margens do Báltico e na ilha de Bornholm. As lendas sobre a movimentação deles através do continente e de seus conflitos com os hunos nos anos caóticos de meados do século V, constituem a base do maior poema épico alemão da Idade Média Central: a Canção dos Nibelungos. Historicamente, eles ficaram sob o domínio dos francos no início do século VI, embora preservando certa identidade legal e étnica.

Com a desintegração do Império Carolíngio no século IX, surgiram duas unidades políticas: o reino do Borgonha, que passou depois de 1032 para mãos imperiais, e o ducado de Borgonha, o qual se tornou parte do reino da França e era governado por um ramo secundário dos capetos (1031-1361). O reino formava um tampão entre a França e a Itália, e consistia essencialmente no vale inferior do Ródano e territórios para leste, incluindo Lyon, Vienne, Aries e o condado da Provença até o Mediterrâneo. O ducado localizava-se a leste de Saona, com importantes centros em Dijon e Autun, e causou o maior impacto

sobre a civilização medieval através de sua vida monástica nos séculos XI e XII; fortemente influenciado por Cluny, foi ainda a pátria de Vézelay e Cîteaux (Cister).

A situação territorial foi ainda mais complicada no século XII pelo surgimento de uma Borgonha Cisjurana virtualmente independente (depois de 1127), no início governada pelos condes de Mâcon, o chamado Franco-Condado, Besançon e as terras férteis entre o curso setentrional do Saona e o Doubs. No século XIV, o ducado e o condado uniram-se (1384) quando Filipe, o Calvo, duque de Borgonha, casou com Margarida de Flandres, herdeira do Franco-Condado, iniciando assim um século de grandeza borgonhesa. Os duques buscaram os ingleses como aliados em seus esforços para evitar o controle francês e, sob Filipe, o Bom (1419-67), e Carlos, o Temerário (1467-77), criaram uma poderosa unidade política ao longo da chamada "linha crítica" da Europa ocidental, dividindo franceses e alemães. Uma ampla renovação da erudição, da arte, da literatura e da civilização teve lugar nessa Borgonha alargada do século XV. Ver Maria de Borgonha

□ J. Calmette, The Golden Age of Burgundy (1962); R. Vaughan, Valois Burgundy (1975)

Boron, Roberto de Escritor que inspirou um vasto ciclo Graal-Lancelote de romances arturianos e completou sua cristianização associando-o à história bíblica. Ignora-se se chegou a completar a sua pretendida Grant Estoire dou Graal; apenas dois fragmentos sobrevivem: Verse Joseph e Merlin. Versões em prosa desses romances, o Didot-Perceval, o Mort Artu, a Vulgata ou o ciclo Walter Map e o ciclo Pseudo-Boron foram-lhe atribuídos mas são muito provavelmente de redatores posteriores que se apoiaram em sua obra. Roberto era, ao que se supõe, de Boron (Borgonha) e de formação clerical. Ele menciona ter lido sua obra para Gautier de Montbéliard que partiu em Cruzada (1202) e suas obras foram provavelmente produzidas em Montbéliard (Borgonha), por volta de 1200. Ver Santo Graal

□ W.A. Nitze, "Messire Robert de Boron: Enquiry and Summary", Speculum, 28 (1953); L. Charvet, Des Vaus d'Avalon à la Queste du Graal (1967)

Bósnia Originalmente parte da Sérvia, a Bósnia tornou-se uma entidade política independente em 960. No século XII, a Bósnia foi invadida pelos húngaros e converteu-se oficialmente ao Cristianismo latino nos banatos de Kulin Col (c. 1204) e Ninoslav (m. 1250). Entretanto, os hereges Bogomilos continuaram sendo numerosos na Bósnia até o século XV, quando muitos deles foram convertidos ao Islã depois que o país passou a estar sob o controle dos turcos. Só em 1463 é que a Bósnia se tornou oficialmente uma província turca.

□ S. Seton-Watson, A Short History of the Yugo-Slavs (1938)

Botticelli, Sandro (1445-1510) Pintor florentino. Filho de um curtidor, foi primeiro aprendiz de ourives antes de estudar arte com Fra Filippo Lippi. Em 1470 começou trabalhando independentemente, tendo participado da decoração do Palazzo dell'Arte na Cercania e executado vários afrescos na Capela Cristina (1481). Sua principal obra foi em Florença, onde foi patrocinado pela família Medici; para ela executou seus dois mais famosos quadros: Primavera e O Nascimento de Vênus. Na década de 1490 tornou-se adepto de Savonarola e, daí em diante, suas pinturas foram predominantemente austeras e de temática religiosa.

□ R. Lightbown, Sandro Botticelli (1978)

Bouvines, batalha de (27 de junho de 1214) Batalha em que Filipe II da França obteve uma vitória decisiva contra uma coalizão formada pelas forças de João Sem Terra e do Sacro Imperador Romano Oto IV. O plano imperial da campanha fracassou quando João Sem Terra, que deveria instigar a revolta contra Filipe na região oeste da França, foi derrotado em La Roche-aux-Moines, perto de Angers, em 2 de julho de 1214. Usando essa vitória, Filipe voltou todo o poderio de seu exército contra Oto e obteve uma vitória decisiva em Bouvines, na Flandres. Essa vitória fortaleceu bastante o monarca francês, ao passo que João da Inglaterra e Oto IV tiveram que enfrentar sérios problemas internos em conseqüência da derrota. Bouvines é considerado o símbolo do surgimento da França como a potência dominante na Europa do século XIII.

□ G. Duby, Le Dimanche de Bouvines (1973)

Bracciolini, Poggio (1380-1459) Humanista e calígrafo renascentista. Embora servisse como secretário na Cúria papal em 1415 e de novo em 1423, Bracciolini passou grande parte de seus anos de formação visitando bibliotecas monásticas em toda a Europa, empenhado em descobrir obras perdidas de antigos autores romanos. Foi através do estudo dessas obras, muitas das quais tinham sobrevivido até os dias de Bracciolini em exemplares do século IX, que ele foi levado a inventar o estilo humanista de escrever baseado na escrita Carolíngia.

As mais importantes obras de Bracciolini, as quais incluem De Avaritia (1428-29), De Varietate Fortunae (1431-48) e De Nobilitate (1440), destacam-se de outros escritos moralistas da época por causa do talento do autor para a apresentação acurada do caráter e da conversação humanos. Nos últimos anos de sua vida, Bracciolini devotou-se menos a empreendimentos de natureza intelectual por causa de seu envolvimento nos assuntos administrativos como chanceler da cidade de Florença (desde 1453).

□ E. Walser, Poggius Florentinus (1914)

bracteado (do latim bractea = folha) Nome dado pelos estudiosos a partir do século XVII aos pennies muito finos e de uma só face que eram cunhados em muitas partes da Alemanha setentrional e algumas terras vizinhas (Escandinávia, grande parte da Europa central e oriental) desde meados do século XII até o final do século XIII. Mais tarde, aos pennies das mesmas regiões que são em alto relevo e menores no diâmetro deu-se o nome de Hohlpfennige (pennies côncavos).

Bracton, Henrique de (m. 1268) Juiz régio desde 1245, Bracton teve uma carreira ativa como jurista, serviu no King's Bench [O Supremo Tribunal de Justiça inglês] como juiz para os condados do sudoeste e, nos últimos anos de sua vida, atuou como membro de uma comissão dotada de poderes para acolher as queixas dos deserdados, depois da rebelião de Montfort. Também demonstrou ser um dos mais destacados pensadores jurídicos de seu tempo, e seu tratado De Legibus et Consuetudinibus Angliae [Sobre as Leis e os Costumes da Inglaterra], escrito na década de 1250, converteu-se numa obra clássica e de autoridade competente para os juristas do final da Idade Média, Seu método de classificação e análise foi influenciado, indubitavelmente, pelo direito romano, mas a substância do seu tratado, com ênfase sobre a jurisprudência, encarnou a essência do direito consuetudinário inglês. No nível constitucional superior, Bracton não seguiu os princípios arbitrários encontrados no Código de Justiniano, como faziam, por exemplo, colegas franceses do seu tempo, mas sustentou, pelo contrário — conforme declarou numa famosa sentença — que o rei estava sujeito ao império da lei: "O próprio rei não deve estar abaixo de nenhum homem mas submetido a Deus e à Lei, porque é a lei que faz o rei."
□ Bracton on the Laws and Customs of England, trad. S.E. Thorne (1977)

Bretanha Até o século VI, a Bretanha era conhecida como Armórica [topônimo derivado do celta Armor, que significa "região do mar" NT] mas, em conseqüência da migração proveniente da Grã-Bretanha durante os dois séculos precedentes, passou a ser conhecida como Britannia Minor ou Pequena Bretanha. Sua população no início da Idade Média era quase inteiramente céltica, falando uma língua estreitamente relacionada com o córnico e o galês; por volta do século IX, a fronteira lingüística situava-se na parte leste da península (excluindo Rennes e Nantes). Os reis francos apareceram para controlar grande parte da Bretanha oriental durante os séculos VI, VII e começos do VIII. Os carolíngios realizaram um esforço combinado para conquistar a Bretanha completamente, organizando numerosas expedições entre 753 e 824. A reação liderada pelo bretão Nominoe (que derrotou Carlos, o Calvo, em 845) e seus sucessores foi ainda mais complicada por

ataques vikings na década de 860 e resultou no desenvolvimento de uma identidade política própria na Bretanha, durante o qual seus governantes adotaram temporariamente títulos reais. Um arcebispado separado foi criado para a Bretanha, em Dol. A partir de meados do século X, um ducado único foi estabelecido, com uma história contínua e estreitamente interligada com a Normandia e seus últimos soberanos, os reis Capeto.

□ L. Fleuriot, Les Origines de la Brétagne (1980)

Brétigny, tratado de (1360) A França sofreu muito nas fases iniciais da Guerra dos Cem Anos com as desastrosas derrotas militares infligidas pelos ingleses (Crécy 1346, Poitiers 1356), a que se somaram as devastações da Peste Negra, a turbulência constitucional e as pilhagens realizadas pelas Grandes Companhias. O rei João II, o Bom foi feito prisioneiro em Poitiers mas a paz só foi estabelecida, finalmente, quando se negociou um tratado em Brétigny, perto de Chartres, em maio de 1360, e o mesmo foi selado em Calais a 24 de outubro. O rei João foi libertado de seu cativeiro inglês, combinou-se um resgate de três milhões de coroas em ouro a ser pago a prestações, e o ducado da Aquitânia, com seu território aumentado, foi cedido a Eduardo III em plena soberania, juntamente com Calais e Ponthieu. Em contrapartida, Eduardo abandonou sua pretensão ao trono francês. O tratado assinalou um dos pontos altos da Inglaterra na Guerra dos Cem Anos, embora restassem ainda brechas legais que impediram uma solução de questões constitucionais básicas a respeito de soberania. O rei João II voltou cavalheirescamente à Inglaterra quando as condições de sua soltura não foram cumpridas em sua plenitude, morrendo no cativeiro em 1364.

□ [E. Perroy, La guerra de los cien años, Madri, Akal, 1982]

Brian Borumha rei da Irlanda c. 1005-14 (n. 941) Em 976 tornou-se rei de Thomond no lugar de seu irmão assassinado Mahon, e em 978 rei de Munster, com seus principais centros em Tara e Cashel. Durante os 20 anos seguintes, forçou as tribos de Munster e Cashel a submeterem-se-lhe e derrotou os dinamarqueses em Co, Dublin. Tão grande foi seu êxito que por volta de 1005 forçou Malaquias, principal rei da Irlanda, a reconhecer sua soberania. Em 1014, pegou de novo em armas contra os dinamarqueses mas foi morto na batalha de Clontarf, a 23 de abril.

Brígida, Santa (m. c. 525) Filha de pais humildes, nasceu em Vinmeras, perto de Kildare (Irlanda). Foi batizada por São Patrício e tornou-se monja muito jovem. Consta que teria fundado mais tarde o mosteiro de Kildare e assim contribuído especialmente para a expansão do Cristianismo na Irlanda. Pouco mais se sabe de sua vida, a qual ficou envolta em lenda, mas seu culto era certamente popular, só perdendo para o do próprio São

Patrício. A Vida de Santa Brígida foi traduzida para o francês arcaico, o inglês medieval e o alemão, e na Inglaterra e no País de Gales muitas igrejas, incluindo St. Bride's, na Fleet Street (Londres), foram-lhe consagradas. Ver célticas, Igrejas

□ K. Hughes, Early Christian Ireland (1972)

Brunelleschi, Filippo (1377-1446) Artista e arquiteto florentino de extraordinário talento. Sua experiência anterior no trabalho com metais levou-o a participar no concurso para o desenho das portas do batistério em Florença (o qual foi ganho por Lorenzo Ghiberti), mas sua carreira, daí em diante, direcionou-se solidamente para a arquitetura, onde seu sentido de proporção, preocupação com espaço e perspectiva, e domínio das leis matemáticas e científicas de construção o habilitaram a criar, embelezar ou iniciar os edifícios que ainda hoje contribuem tanto para a elegância e a dignidade de sua cidade natal: o Spedale degli Innocenti, a Antiga Sacristia em S. Lorenzo, as basílicas de S. Lorenzo e S. Spirito, e, sobretudo, a magnífica cúpula da catedral. A influência de Roma (que seu biógrafo Manetti nos diz ter sido visitada por ele na companhia de Donatello) foi grande, mas as atenções foram mais recentemente atraídas para a igual ou até mais poderosa influência de Ravena e Bizâncio.

□ E. Battisti, Brunelleschi (1981)

Bruno, São (m. 965) Arcebispo de Colônia desde 953. Filho mais novo de Henrique I, o Passarinheiro (919-36), irmão de Oto, o Grande, e também cunhado do rei carolíngio Lotário I, rei da França em 954-86, e do poderoso ancestral dos Capeto, Hugo, o Grande, duque dos francos em 923-56. Bruno desempenhou um papel importante na política européia, como arquichanceler real a partir de 950, como duque da Lorena desde 955 e como partidário do movimento em prol da coroação imperial de seu irmão Oto em Roma, em 962. Deixou a reputação de poderoso líder espiritual e intelectual; contribuiu muito para criar a chamada Renascença Otoniana e foi um proeminente reformador eclesiástico, principalmente da observância monástica em Lorsch e Corvey. Na política francesa, também desempenhou um papel estabilizador, e seu governo no ducado da Lorena ajudou a garantir a posição deste como parte integrante do reino alemão, embora sua administração futura fosse prefigurada pela delegação da autoridade de Bruno a dois príncipes, Godofredo na Lorena Baixa e Frederico na Lorena Alta.

Bruno, São (c. 1030-1101) Fundador da Ordem Cartuxa. Educado em Reims e Colônia, foi cônego da catedral de Colônia antes de ser nomeado professor de teologia e gramática em Reims, em 1052. Veio a ser mais tarde chanceler da diocese de Reims mas renunciou ao

cargo e à autoridade de que estava investido a fim de se dedicar à vida eremítica. Juntou-se inicialmente aos seguidores de Roberto de Molesme mas depois mudou-se para a diocese de Grenoble, onde o bispo Hugo lhe cedeu a terra montanhosa e florestal de La Chartreuse. Em 1084, Bruno e seus companheiros aí construíram suas celas e um oratório para viver uma existência de solidão, pobreza e austeridade. Em 1090, Bruno foi convocado a Roma por seu antigo aluno, Urbano II, para aconselhá-lo em questões de reforma eclesiástica. Tendo recusado o arcebispado de Reggio, morreu em La Torre, que tinha fundado na Calábria, segundo as mesmas normas que haviam inspirado a Grande Cartuxa, após sua partida de Roma.

□ A. Ravier, Saint Bruno (1967)

bruxaria No final da Idade Média havia na Europa a crença generalizada em conciliábulos de bruxas canibais e adoradoras do Diabo que praticavam o mal por meio de artes mágicas. A intensidade crescente da perseguição a supostas bruxas culminaria, finalmente, nas grandes caçadas em que, nos séculos XVI e XVII, milhares de pessoas encontraram a morte. Não obstante, houve áreas, como na Inglaterra, onde o estereótipo da bruxa progrediu pouco, tanto em círculos educados quanto na consciência popular. Além disso, mesmo onde o estereótipo se convertera em ortodoxia estabelecida, nunca deixou de haver gente importante que o rejeitou. A bruxaria continuou significando coisas diferentes para pessoas diferentes durante toda a Idade Média.

Nos tempos clássicos, a idéia de magia (ou seja, causar a ocorrência de eventos através de meios externos mas não-naturais) estava bem estabelecida, e acreditava-se que a magia podia ser usada tanto para fins benéficos quanto maléficos. Desde o começo, a Igreja cristã atacou toda a magia como maléfica, herética e inspirada diabolicamente. Entretanto, na era de seu avanço triunfante, a Igreja não temeu a magia e acabou por entendê-la como uma ilusão engendrada pelo demônio para ludibriar o homem. Por outro lado, os limites para a influência da Igreja nessa matéria na sociedade em geral foram demonstrados pela permanente distinção feita na lei secular entre as chamadas magia branca e magia negra. A magia branca, com suas inúmeras manifestações por toda a Europa, estava freqüentemente associada, o que não deixa de ser uma ironia, aos símbolos sagrados e poderes mágicos da Igreja, e suas celebrações persistiram mesmo depois do advento do Iluminismo.

As atitudes começaram a se alterar na Idade Média Central. Em círculos educados, havia um interesse crescente pelas idéias da magia ou invocação ritual. Inevitavelmente, a detalhada investigação teológica pelos escolásticos das legiões celestiais, seus graus, relações e poderes, encorajou a especulação sobre os membros das legiões demoníacas.

Tornou-se corrente a noção de que os possuidores de saber, ou magos, podiam invocar espíritos, controlá-los por meio de conjuros ou feitiços, e usá-los para seus próprios planos e desejos. Tal desenvolvimento foi vigorosamente atacado pela Igreja: o papa João XXII, na bula Super Illius Specula, promulgada na década de 1320, condenou a magia ritual como diabolismo e heresia. A sociedade ocidental estava cada vez mais propensa a sentir-se insegura e ansiosa a respeito dos poderes do Mal e, como as provas apresentadas no julgamento de supressão dos Templários (1307-14) pareciam demonstrar, menos inclinada a rechaçar a magia como irreal. Como o processo provou, o ataque clerical à magia foi um importante fator na formação de idéias posteriores sobre bruxaria. As crenças populares sobre magia sempre tinham existido, indo desde a magia branca até a feitiçaria. Na tentativa de incutir um certo nexo a esse conjunto amorfo de idéias populares durante o século XIV, a Igreja chegou gradualmente à conclusão de que toda a feitiçaria envolvia um pacto implícito com o demônio. Em 1398, a Universidade de Paris condenou a bruxaria como idolatria e heresia, e vinculou assim, de modo inelutável, a bruxaria ao diabolismo.

Tem sido largamente sustentada a idéia de que a bruxaria medieval era um culto ou seita com suas raízes no culto romano de Jano e em práticas populares e ritos de fertilidade. Diz-se que as seitas heréticas dos séculos XII e XIII eram propagadoras desse culto e estavam diretamente ligadas às bruxas do final da Idade Média. Investigações recentes descartaram idéias desse tipo e formularam sérias dúvidas sobre a validade da teoria de que o estereótipo da bruxa surgiu no século XIII nos julgamentos de hereges acusados de catarismo. Não obstante, a demonização das seitas heréticas pela sociedade, no começo um subproduto da perseguição, começou mais tarde a estimulá-la. Além disso, essas perseguições acarretaram um novo procedimento legal inquisitorial em que a acusação não é apresentada por um indivíduo, como nos trâmites acusatórios normais, mas pelas autoridades. O acusado era interrogado em segredo, quase nenhuma defesa lhe era permitida, e sua confissão era-lhe extraída através de tortura. Gradualmente, os vários elementos de feitiçaria, magia ritual e diabolismo fundiram-se no conceito de bruxaria como adoração do Diabo. O período crucial nessa fusão parece ter sido o começo do século XV, quando os acusados de feitiçaria e magia foram tratados como heréticos e seguidores dos demônios, e julgados de acordo com procedimentos inquisitoriais. Desse tempo em diante, os julgamentos de bruxas, ao produzirem confissões manipuladas, reforçaram e refinaram o estereótipo em desenvolvimento. O processo era encorajado por um crescente acervo de literatura erudita sobre o assunto, sendo duas das mais influentes obras Formicarius (1435), de João Nider, e Malleus Malefícarum (1486), de Jacob Sprenger e Henrique Institoris.

Por causa da vasta perseguição desenvolvida na região suíça de Vaiais, em 1428, o

estereótipo acabado da bruxa apareceu desde cedo. Na Inglaterra, França e Alemanha, e em menor medida na Itália, houve grande número de julgamentos de bruxas no restante do século XV, com as perseguições e as fogueiras atingindo o auge em 1455-60 e 1480-85. Em 1459, por exemplo, um julgamento em massa em Arras redundou num verdadeiro reinado do terror na cidade. Na Inglaterra, em contraste, os julgamentos de bruxas foram virtualmente desconhecidos na Idade Média, talvez em parte resultado do sistema judicial, com base no direito consuetudinário, e em parte, à resistência inglesa a muitas das idéias sobre bruxas que tinham ampla aceitação no resto da Europa. TSS

□ R. Kieckhefer, European Witch Trials: their Foundation in Learned and Popular Culture (1976) [N. Cohn, Los demonios familiares de Europa, Madri, Alianza, 1980; J.R. Russell, Witchcraft in the Middle Ages, Ithaca, Cornell University Press, 1972]

Bulgária Em sua origem, os búlgaros eram um povo não-eslavo de origem asiática que só adquiriu organização política no século IX, embora por essa época já estivessem tão maciçamente misturados com os eslavos e outros habitantes que constituíam, na verdade, um agrupamento étnico virtualmente novo, no qual predominavam a língua e os costumes eslavos. A migração do Volga para os Balcãs tinha começado no século V, atingindo o auge no século VII. Em 864, durante o canato de Bóris I (852-89), os búlgaros foram convertidos ao Cristianismo ortodoxo oriental. Seguiu-se um período de expansão e assimilação com Simeão I (893-927) quando, com o título de Czar (César), governou seu "império dos gregos e búlgaros", o qual se estendia do Adriático ao Egeu e ao Mar Negro. Politicamente, os búlgaros continuavam sendo uma séria ameaça para o Império Bizantino, até ocorrer sua selvática derrota às mãos do imperador Basílio II, o Carniceiro Búlgaro, em 1014. Um segundo e poderoso império búlgaro nasceu no final do século XII mas, debilitado por pressões de todos os lados e pela pretensão de independência por parte de príncipes de menor importância, os búlgaros viram-se forçados à subordinação pelos tártaros, sérvios e, finalmente, na última década do século XIV, pelos turcos otomanos. Ver Samuel

□ S. Runciman, The First Bulgarian Empire (1930); D.M. Lang, The Bulgarians(1976); J,.V". Fine Jr., The Early Medieval Balkans (1983)

Burchard bispo de Worms 1000-25 Reformador eclesiástico que publicou em 1012 o Decretum, que continha excertos do direito Canônico classificados por assuntos. Isso foi um grande avanço em relação às coletâneas anteriores de direito Canônico, as quais adotavam a abordagem cronológica. Sua obra sobre jurisdição eclesiástica foi considerada

uma autoridade na matéria em todo o Ocidente durante quase um século, e só começou a ser lentamente substituída pelo ressurgimento do direito romano e os escritos de homens como Ivo de Chartres e, finalmente, de Graciano.

□ A.M. Koeniger, Burchard von Worms und die deutsche Kirche seiner Zeit 1000-25 (1905)

Buridan, Jean (c. 1297-depois de 1358) Discípulo de Guilherme de Ockham em Paris, de cuja Universidade foi reitor em 1327, e onde estava ainda ativo como filósofo e professor em 1358. Representou uma posição nominalista extrema no mundo filosófico, e seus comentários sobre a lógica e o pensamento aristotélico em geral permaneceram influentes no final do período medieval e no começo do moderno. É principalmente lembrado por seu tratamento independente e cético da questão do livre-arbítrio, o que levou logicamente à limitação de tal liberdade. A analogia que lhe é atribuída comparava o livre-arbítrio a um burro, incapaz de agir e morrendo de fome, quando colocado entre dois pastos ou montes de feno eqüidistantes. Essa imagem (o burro de Buridan) não é encontrada em suas obras escritas que chegaram aos nossos dias e supõe-se que seja um de seus recursos orais favoritos em aula, ou então uma paródia criada por seus adversários filosóficos.

□ G. Leff, Paris and Oxford Universities in the Thirteenth and Fourteenth Centuries (1968)

C

Cade, Jack (m. 1450) Irlandês de nascimento, Cade foi residir em Kent depois de servir como soldado na França, nas fases finais da Guerra dos Cem Anos. Surgiu como cabeça de uma rebelião no verão de 1450 e conduziu os rebeldes até Londres em 4 de julho, conseguindo a execução de James Fiennes, barão Saye e Sele, e do xerife de Kent, William Crowmer. Cade retirou-se então para Southwark e, a 6 de julho, foi impedido de reentrar em Londres pelos cidadãos. A paz foi negociada pelo arcebispo de York e o bispo de Winchester, e Cade foi perdoado mas continuou liderando os rebeldes. Eles arrombaram a prisão de Southwark e tentaram apoderar-se do castelo de Queenborough. Cade foi ferido e capturado em 12 de julho mas morreu antes de ir a julgamento. Sua rebelião teve efeito pouco duradouro, mas serviu para manter viva a tradição de descontentamento agrário e ajudou a chamar a atenção para o desgoverno na corte de Henrique VI.

□ R.A. Griffiths, The Reign of Henry VI (1981)

Caedmon (m. c. 680) Beda, em sua Ecclesiastical History of the English People, faz uma enternecedora descrição de Caedmon, o primeiro poeta inglês que conhecemos pelo nome. Conta ele como Caedmon, um humilde servo nas propriedades da abadessa de Whitby, sentia tanta vergonha de sua falta de talento para a poesia e a música que se afastava da companhia dos outros quando a harpa era passada de mão em mão, até que, certa noite, por intercessão de uma visão divina que se lhe apresentou quando estava adormecido nos estábulos, revelou-se capaz de transmitir em versos melodiosos passagens das escrituras e de textos religiosos. A abadessa Hilda recebeu-o como um irmão no mosteiro e Beda preserva um fragmento do poema que ocorreu a Caedmon na visão, o que é suficiente para sugerir a existência de uma refinada tradição de poesia aliterativa.

□ M. Alexander, The Earliest English Poems (1977)

Calatrava, Ordem de A mais antiga das Ordens Militares da Espanha medieval. Calatrava combinou os ideais monásticos e de cavalaria no modelo estabelecido no século XII pelos Templários e Hospitalários. A Ordem foi fundada em 1158 pelo abade Raimundo de Fitero, cujos monges empreenderam a defesa da cidade de Calatrava, em Castela-a-Nova, contra os almôadas. Em 1164, a Ordem foi reconhecida pelo papa e formalmente filiada à Ordem Cisterciense, cuja Regra adotou. Quando foram fundadas a Ordem de Alcântara e outras Ordens Militares, foram concedidos direitos como seus visitadores aos mestres de Calatrava. No século XIV, a sede da Ordem foi instalada em Almagro e, em seu apogeu, a Ordem possuía cerca de 350 cidades, vilas e aldeias com mais de 200.000

habitantes. No século XV, suas filiações e funções tinham mudado muito; era uma associação de nobres envolvidos em política, e então, em 1489, os Reis Católicos anexaram o mestrado à Coroa.

□ J.F. O'Callaghan, The Spanish Military Order of Calatrava and its Affiliates: Collected Studies (1975)

Calcedônia, Concílio de (451) O quarto Concílio ecumênico da Igreja, convocado pelo imperador Marciano em 451 e assistido por 600 representantes eclesiásticos. Aprovou os Credos de Nicéia (325) e Constantinopla (381) e aceitou o Tomo de Leão I como base para novas reformas doutrinárias. Mais importante, condenou o monofisismo e afirmou a crença ortodoxa básica de que Cristo, embora uma pessoa, possuía duas naturezas. Finalmente, o Concílio decretou que, daí em diante, o Patriarcado de Constantinopla devia ser considerado a segunda mais importante sé em todo o Império, subordinada unicamente à sé de Roma.

calendários Os numerosos métodos medievais de calcular datas tornaram os calendários sumamente importantes. Muitos manuscritos litúrgicos eram precedidos de um calendário, freqüentemente de acordo com o uso de um determinado centro, e a inclusão neles dos dias de santos locais específicos ajuda muito na localização de tais obras. Os calendários também figuravam em documentos oficiais (como no Livro Negro do Tesouro inglês), em obras de devoção particular e em produtos para uso universitário. Portanto, grande parte da comunidade possuía meios de avaliação cronológica, embora as práticas variassem.

A Idade Média herdou o calendário romano Juliano (Estilo Antigo), usado até a introdução do calendário Gregoriano (Novo Estilo) pelo papa Gregório XIII em 1582, e até por mais tempo em algumas regiões. O calendário Juliano, introduzido por Júlio César em 45 a.C, continha um ano de 365 dias, com um dia extra a cada quatro anos para corrigir a discrepância entre o ano do calendário e o ano solar (calculado como 365V4 dias), sendo 24 de fevereiro duplicado num annus bissextilis a cada quatro anos, a partir de 4 d.C. O ano estava dividido em 12 meses, contendo cada um períodos de Calendas, Nonas e Idos (sendo os dias após os Idos calculados de trás para diante desde as Calendas seguintes); os dias reais das Calendas, Nonas e Idos eram às vezes excluídos dos cálculos. Dies Aegyptiacae também apareciam, representando dias aziagos. Esses dias romanos eram comumente usados, mas competiam desde longa data com o moderno sistema de cálculo dos dias do mês e com a datação por referência às festas da Igreja e à divisão eclesiástica do ano em semanas. A datação baseada em dias e festas de santos era obviamente popular no seio da Igreja e os cronistas usavam-na com freqüência, mas só a partir do século XIII isso se tornou usual em cartas e documentos. Também

especificavam feiras, dias de vencimento de aluguéis e ocasiões semelhantes. Um outro método de contar dias era o "costume de Bolonha" (consuetudo Boloniensis), um sistema predominantemente notarial indicando o dia por sua posição nos primeiros 16 (15 nos meses de 30 dias) ou nos últimos 15 dias do mês.

O ano histórico começa no 1° de janeiro, à semelhança do ano civil romano que foi usado até o século VII, mas suas conotações pagãs levaram à formulação de um ano cristão (annus gratis ou annus domini). Esse ano resultou da Tábua Pascal Dionisíaca, compilada por volta de 525, e calculada a partir da Encarnação, AD 1. Foi usada por Beda e não tardou em ser adotada por todos os países cristãos da Europa ocidental, exceto a Espanha. Usava-se o Natal, a Anunciação ou a Páscoa para determinar em que ponto do calendário começava o ano da graça. O Natal foi usado teoricamente por Beda e tornou-se popular, sendo utilizado no Império até o segundo quartel do século XIII, pelo Papado (962-1098), pela realeza inglesa até os Plantagenetas, em cartas comuns (antes do século XII) e pelos beneditinos. A Anunciação (Dia de Nossa Senhora, 25 de março, calculado a partir do 25 de março precedente) foi adotada por Aries no final do século IX, propagando-se pela Borgonha e norte da Itália, e usada pela chancelaria papal até por volta de 1145. Sobreviveu em Pisa até 1750, com a designação de calculus Pisanus. O uso do 25 de março (calculado a partir do Natal) como ponto de partida talvez se deva, em última instância, à influência de Cluny, e foi adotado pelos cistercienses. A rivalidade com Pisa levou à sua adoção por Florença (calculus Florentinus). Estendeu-se à França e à chancelaria papal (depois de 1098) e persistiu na Inglaterra desde o final do século XII até 1752 (denominado secundum consuetudinem ou secundum cursum et computationem ecclesiae Anglicanae). O cálculo a partir da Páscoa (mos Gallicanus) foi introduzido por Filipe Augusto mas nunca foi popular. A Alemanha restabeleceu esporadicamente o cálculo a partir de 1° de janeiro.

Outros tipos de ano foram freqüentemente usados com o ano da graça ou em vez deste. Um desses métodos era a indicção, originalmente uma estimativa civil, que calculou a partir de AD 312 em ciclos de 15 anos. Havia três datas de abertura: 1) a Indicção Grega ou Constantinopolitana, começando em 1° de setembro e usada pelo Papado até 1087; 2) a Indicção Bedana, Cesárea ou Imperial (Indicção de Constantino), começando em 24 de setembro, usual na Inglaterra e adotada pelo Papado com Alexandre III; 3) a Indicção Romana ou Pontificai, começando em 25 de dezembro ou, ocasionalmente, 1° de janeiro, utilizada de modo esporádico pelo Papado e em outros locais. As in-dicções mostravam simplesmente o lugar do ano num ciclo de 15 anos não especificado; eram usadas para privilégios formais e documentos legais até serem relegadas para uso notarial em fins do século XIII. (Para encontrar o número de indicção do ano, subtrair 312 do ano

da graça e dividir por 15.) O começo da indicção era ocasionalmente usado para iniciar o ano da graça (por exemplo, Ecclesiastical History, de Beda.) Os anos pontificais e de início de reinados figuravam em documentos oficiais e estavam relacionados com a pessoa em cuja jurisdição eles eram emitidos. Havia outros anos, como o ano financeiro do Tesouro inglês (de um dia de São Miguel, 29 de setembro, ao outro). Espanha, Portugal e sudoeste da Gália mantiveram a Era Hispânica, começada a 1° de janeiro de 38 a.C. e usada em algumas regiões até o século XV. (Para encontrar o ano da graça equivalente, subtrair 38.)

A importância do cálculo das festas móveis originou numerosos esquemas dentro do calendário, tornando-o "perpétuo" (continuamente funcional). O Número de Ouro (numerus aureus, cyclus decemnovennalis) calculava a data da lua pascal. Empregava ciclos de 10 anos a contar de 1° de janeiro de 1 a.C, sendo o número para cada ano (1-19) o Número de Ouro. (Para achá-lo, soma-se 1 ao ano da graça, divide-se por 19 e o resto será igual ao Número de Ouro, salvo se for igual a 0, quando será 19.) A Epacta (epacta lunaris) estabelecia a relação entre o ano solar e a fase da Lua em 22 de março, a mais antiga data pascal. (Para achar o número da Epacta, dividir o ano da graça por 19, multiplicar o resultado por 11 e dividir por 30.) A Letra Dominical (littera dominicalis) determinava a Páscoa pelo estabelecimento da seqüência de dias da semana a seguir ao plenilúnio pascal. As letras A-G indicavam um ciclo de sete dias a partir de 1° de janeiro; a Letra Dominical do ano era a de seu primeiro domingo (se o domingo caía a 4 de janeiro, a letra era D). Os anos intercalares ou bissextos tinham duas letras, uma antes e uma depois de 28 de fevereiro. As Concorrentes (concurrentes septimanae) representavam o número de dias entre o último domingo do ano precedente e 1° de janeiro. Correspondiam às Letras Dominicais por terem ambos os métodos o mesmo objetivo.

Os calendários eram freqüentemente ilustrados, sendo os esquemas mais populares, ambos de origem clássica, os trabalhos dos meses (calendários ocupacionais) e os signos zodiacais. Esquemas especializados incluíam os calendários astronômicos e médicos. A iconografia calendarista aparecia também em outros veículos, como pedra e vitral. Ver Páscoa, data da [96] MB

□ Handbook of Dates, org. por CR. Cheney (1970); F.P. Pickering, The Calendar Pages of Medieval Service Books (1981)

caligrafia A maioria dos exemplos remanescentes de caligrafia antiga tardia e medieval foi obra de copistas especialmente treinados para escrever livros ou documentos — às vezes as duas coisas. Na caligrafia vertical convencionalmente usada em livros, cada letra separada era formada por um certo número de traços de pena, enquanto que as letras na escrita documental cursiva eram feitas com menos traços e podiam ser ligadas umas às

outras de várias maneiras. A letra vertical tinha em vista, primordialmente, a legibilidade; a cursiva preocupava-se não só com a legibilidade mas também com a rapidez. Diferentes tipos de caligrafia literária e documental foram usados em todos os períodos: um saltério seria escrito mais formalmente do que comentários nas margens de um texto clássico; uma bula papal ou cartas régias mais decorativamente do que um registro notarial ou uma epístola particular. Exemplos de caligrafia de copistas inábeis, alguns dos quais também eram escritores, são muito raros antes do século XV, quando a habilidade para escrever estava começando a ser considerada ponto pacífico. Além de um ou mais tipos e até mesmo de estilos de escrita, o treinamento de um copista incluía os sistemas de pontuação e abreviação, os quais, tal como a própria caligrafia, variavam consideravelmente conforme períodos e áreas.

O desenvolvimento geral da arte caligráfica na Europa ocidental foi determinado predominantemente por quatro fatores. A caligrafia vertical podia evoluir para a cursiva através de mudanças no ductus das letras (isto é, no número, ordem e direção de seus traços componentes); daí, a gradual evolução, no período romano, do AEBDGP vertical maiúsculo para o cursivo aebdgp minúsculo. Inversamente, o rápido ductus de uma escrita cursiva documental podia ser elaborado a fim de criar uma nova escrita vertical apropriada para livros. Assim que uma nova escrita tivesse adquirido um estilo normatizado, novos desenvolvimentos comprometiam quase sempre sua qualidade e, por vezes, até sua legibilidade. Finalmente, uma escrita antiquada podia ser substituída de forma deliberada por uma versão mais ou menos revista de alguma escrita anterior mais adequada e atraente. Um ou mais desses fatores atuou em cada uma das seis fases principais do desenvolvimento da caligrafia na Europa ocidental depois de cerca de 400.

Na fase antiga tardia (séculos V e VI), importantes textos clássicos como Virgílio ainda podiam ser escritos em capital rústica (1), a escrita romana original para livros; mas a maioria dos textos pagãos e cristãos era em escrita livresca uncial (2), uma escrita mais simples e ainda formal, derivada da cursiva romana primitiva. A semi-uncial (4), uma nova escrita baseada na cursiva da época, rivalizava com a uncial no século VI; os apontamentos escolares nas margens de livros profissionalmente escritos apresentam-se num despretensioso cursivo literário. A cursiva romana tardia (3) de documentos oficiais e notariais, uma caligrafia algo decorativa, tinha atingido a maturidade por volta de 350. Os padrões são elevados e o sistema de escrita era suficientemente diversificado para satisfazer todas as necessidades de uma sociedade altamente letrada. Os alfabetos semi-uncial e cursivo são facilmente reconhecíveis como os ancestrais de todas as escritas européias subseqüentes. No leste europeu, os textos de direito romano eram escritos em versões regionais da caligrafia uncial e semi-uncial.

Durante a fase pré-carolina (séculos VII-VIII), a escrita uncial ainda era amplamente usada para textos bíblicos e litúrgicos, e a elaborada variedade romana foi engenhosamente imitada em muitos centros anglo-saxônicos; mas outros textos foram escritos em várias minúsculas pré-carolinas, baseadas em tipos regionais de escrita documental derivados da cursiva romana posterior. Esses tipos incluíam a minúscula visigótica na Espanha e a minúscula beneventana no sul da Itália, as quais sobreviveram até os séculos XII e XIII, respectivamente. Na França, os tipos locais desenvolveram-se em scriptoria monásticos ou de catedrais, como Luxeuil (5), Corbie e Laon. As escritas insulares, que os irlandeses ensinaram aos anglo-saxões (século VII) e se propagaram a certos scriptoria do continente (sobretudo os das missões anglo-saxônicas e irlandesas na Alemanha), parece descenderem da caligrafia da Grã-Bretanha sub-romana (século V). O sistema, que incluía diversos graus de minúscula (6) e semi-uncial (7), nada devia à escrita continental sua contemporânea; mas os anglo-saxões aperfeiçoaram-no sob a influência da escrita livresca antiga tardia, que eles conheciam de livros mais antigos importados da Itália. Para os textos no vernáculo, a minúscula irlandesa durou até o século IX e a minúscula anglo-saxônica até o século XII.

A crucial fase Carolina (final do século VIII ao século XII) começou com novas escritas livrescas experimentais em numerosos scriptoria influenciados pela renovatio cultural de Carlos Magno; algumas eram simplificações sóbrias e diretas da minúscula pré-carolina, ao passo que outras dependiam substancialmente da semi-uncial romana. A minúscula Carolina canônica (8), que surgiu por volta de 800 no Scriptorium do palácio de Carlos Magno e em Saint-Martin-de-Tours, devia algo a ambas as tendências. A nova escrita tornou-se quase universal no continente por volta de 850 e dominou o sul da Alemanha e a Itália central (9) até fins do século XII.

A fase protogótica (final do século XI - final do século XII) originou-se na Inglaterra e em partes da França setentrional, influenciada pela versão da minúscula Carolina, incorporando características da minúscula anglo-saxônica do seu tempo, que tinha sido adotada nos scriptoria ingleses em torno de 950 para textos em latim (10). A minúscula protogótica (11) logo substituiu a Carolina como escrita livresca dos Países Baixos, norte da Alemanha, Escandinávia e Espanha. Entre, aproximadamente, 875 e 1125, a escrita documental pré-carolina tinha sido substituída na maioria das áreas por escritas documentais Carolina ou protogótica, as quais, entretanto, mantiveram com freqüência a qualidade decorativa de suas predecessoras.

Durante a fase gótica (final do século XI - início do século XVI), numerosos tipos de minúscula mais pesada e mais comprimida (textura) foram usados para fins literários,

desde os textos litúrgicos (12) aos universitários (13) e ao vernáculo; depois do século XIV, os tipos superiores só sobreviveram para textos bíblicos e litúrgicos, enquanto que os inferiores foram substituídos pelos da caligrafia livresca cursiva gótica. Alguns mandados régios ingleses já eram escritos em caligrafia semi-cursiva por volta de 1150 e, em 1230, a cursiva anglicana gótica plenamente desenvolvida (14) era a norma para todos os documentos e registros públicos e privados na Inglaterra. Um cursivo documental semelhante estava em uso em toda a Europa por volta de 1250 e a maior parte de seus tipos regionais mais antigos tinha sido abandonada em 1375-1425, em favor de um tipo elegante que fora aperfeiçoado na chancelaria real francesa por volta de 1350 (15); as caligrafias quinhentistas da secretaria e da corte na Inglaterra descenderam desse cursivo gótico francês e da escrita anglicana, respectivamente.

Na Itália, com a escrita protogótica limitada a regiões de influência francesa nos extremos norte e sul, a minúscula Carolina deu lugar, por volta de 1200, a caligrafias livrescas góticas, incluindo a litera rotunda típica de livros litúrgicos e a litera bonomiensis (16) dos compêndios jurídicos, ambas introduzidas por copistas da Universidade de Bolonha. Também de origem bolonhesa foi a cursiva notarial gótica, enquanto que a cursiva mercantil gótica era de origem toscana. Petrarca (m. 1374) escreveu em minúsculas semigóticas que criaram moda e incluíram tipos de cursiva largamente usadas por notários e alguns humanistas (17) no século XV. A litera hybrida (18), criada depois de 1425 nos Países Baixos e norte da Alemanha, baseou-se na escrita semigótica dos breves papais.

A fase final, humanística, principiou em Florença (c. 1400) quando Poggio Bracciolini inaugurou a litera antiqua (19), uma versão revista da minúscula Carolina da Toscana do século XII. Niccolò Niccoli cruzou-a com a sua própria cursiva mercantil (c. 1420) para produzir a mais rápida e mais econômica cursiva humanística que é a ancestral direta de toda a moderna caligrafia européia. Ambas as escritas se destinavam à transmissão de textos clássicos mas, por volta de 1460, a cursiva (20) tinha sido adotada para breves papais e correspondência diplomática. Os tipos romano e itálico basearam-se na litera antiqua (c. 1460) e na cursiva (c. 1500), respectivamente. Na Itália, por volta de 1500, os livros litúrgicos e a correspondência comercial ainda eram em caligrafia gótica, e os documentos notariais, em sua maioria, na semigótica, mas o triunfo de escritas e de desenhos humanísticos de caracteres estava assegurado. No resto da Europa, a escrita gótica sobreviveu até o século XVIII, e na Alemanha até 1945. Ver manuscritos, estudos TJB

□ E.M. Thompson, An Introduction to Greek and Latin Paleography (1912); E.A. Lowe, Codices Latini Antiquiores (1934-71); B. Bischoff, G.I. Lieftinck e G. Battelli, Nomenclature

des écritures livresques (1954); B. Bischoff, Paläographie des Römischen Altertums und des Abendländischen Mittelalters (1979)

Calmam, União de (1397) Assembléia de nobres escandinavos que uniu os reinos da Noruega, Dinamarca e Suécia sob uma única Coroa. Foi prescrita uma regra comum de sucessão, embora cada Estado mantivesse suas próprias leis. O primeiro rei dessa província unida foi Érico da Pomerânia, neto do rei Alberto da Suécia, embora a união nunca fosse totalmente ratificada por causa da recusa dos prelados noruegueses em terem qualquer participação no processo. A instigadora de toda a iniciativa foi Margaret, filha de Valdemar da Dinamarca, esposa de Haakon VI da Noruega e tia-avó de Érico, em cujo nome ela governou como regente. As tensões entre as próprias comunidades escandinavas e a intromissão da Liga Hanseática diminuíram a força da União (que no entanto continuou até 1523) após a morte de Margaret em 1412.

Camponeses, Cruzada dos Nome dado a um movimento espontâneo no interior da França quando começaram a circular notícias da captura do rei Luís IX na Cruzada (1250). Liderados por um visionário, os "cruzados" entregaram-se à pilhagem e devastação pelo caminho, tendo que ser suprimidos pelas forças reais. Mesmo assim, o movimento indica o grande carinho e respeito que o povo tinha pelo rei.
□ A.S. Atiya, The Crusade in the Later Middle Ages (1938)

Camponeses, Revolta dos Agitações camponesas ocorreram esporadicamente no decorrer de toda a Idade Média, associadas, de um modo geral, a mudanças históricas. Antes do século XIV, os movimentos eram localizados e de âmbito limitado, como os que defendiam o estabelecimento de comunas rurais na Itália do século XI e a emancipação de vilas (as vilas francas, isentas de tributos) na França dos séculos XII e XIII. As questões sobre liberdade, serviços laborais, arrendamentos, impostos, acesso a direitos comuns e a administração de justiça, eram desde longa data motivos de litígio, mas do século XIV até o início do século XVI, a agitação popular tornou-se mais concentrada e violenta, talvez como subproduto das dificuldades e mudanças econômicas com que a Europa se defrontava. Os ambiciosos movimentos de massa fracassaram totalmente na realização de seus objetivos, mas como fator de mudança gradual ajudaram a que tais metas fossem finalmente alcançadas.

As ações camponesas do final da Idade Média incluem a revolta na Flandres marítima (1323-27), a Jacquérie em redor de Paris (1358), o movimento Tuchin na França central (da década de 1360 até o final do século XIV), a sublevação inglesa de 1381 e as guerras dos

remensas na Catalunha (nas décadas de 1460 e de 1480).

A "Grande Revolta" inglesa (1381) é uma das melhores documentadas (por exemplo, n a Anonimalle Chronicle e na Crônica de Froissart). A Peste (1348-49) e epidemias causaram um declínio de população que afetou as relações entre camponeses e proprietários rurais. O Regulamento de Trabalhadores (leis laborais reacionárias que tentaram congelar os salários e vincular a mão-de-obra aos senhores) revogava as melhorias que vinham sendo obtidas nas condições de trabalho do campesinato, causando indignação, a par das queixas contra um governo incompetente — conselheiros impopulares, gastos excessivos com a guerra, tributos, em especial o novo imposto por cabeça, abusos na cobrança do fisco e na administração de justiça.

A ação do governo contra a evasão fiscal redundou em levantes no Essex e no Kent em finais de maio de 1381. Os rebeldes do Kent ocuparam Dartford, Maidstone e Canterbury (10 de junho), destacando-se Wat Tyler como seu líder, ao passo que os homens do Essex atacaram a propriedade dos Cavaleiros de São João, cujo grão-mestre, Sir Robert Hales, era também seu tesoureiro. Os rebeldes de Kent e Essex reuniram-se em Blackheath (12 de junho), quando John Ball se lhes dirigiu com um discurso radical. Um encontro com Ricardo II foi assim abortado, e os rebeldes prosseguiram em sua ação contra as propriedades de figuras destacadas do governo. Em 13 de junho, eles entraram em Londres sem encontrar oposição, já tendo os londrinos destruído o palácio Savoy de João de Gaunt. Ricardo encontrou-se com os rebeldes em Mile End (14 de junho) e concordou com as exigências deles, incluindo a abolição da servidão da gleba e a captura de traidores. Os rebeldes ocuparam a Torre, decapitaram Sudbury e Hales, e massacraram os flamengos. Ricardo teve novo encontro com os rebeldes remanescentes em Smithfield (15 de junho), onde Tyler apresentou mais reivindicações e foi morto pelo prefeito de Londres. Os rebeldes dispersaram-se e Ricardo revogou todas as concessões que lhes tinham sido feitas (2 de julho). O movimento de Londres foi acompanhado por outros no sudeste (East Anglia e os Home Counties), com surtos esporádicos em outras localidades, e os artesãos e a pequena nobreza também participaram.

O ano de 1381 inaugurou um século de sublevações regionais (incluindo a de William Cade, em 1450, e a revolta da Cornualha em 1497); e embora a Revolta dos Camponeses fracassasse a curto prazo, ela pôs fim à tributação experimental na Inglaterra, reduziu os gastos militares (permitindo a trégua de 1394 com a França) e deflagrou uma resistência à servidão que a tornou tão improfícua que acabaria gradualmente por extinguir-se. MB

□ R.H. Hilton, Bondmen made free (1973); E.B. Fryde, The Great Revolt of 2381 (1981); R.B. Dobson, The Peasants' Revolt of 1381 (1970)

Canção de Gesta Nome genérico para os 80 a 100 poemas épicos medievais em francês arcaico, usualmente anônimos, que constituem a maior parte das lendas em torno de Carlos Magno. Essa literatura, dominada por preocupações feudais e aristocráticas, narra as façanhas guerreiras dos grandes barões merovíngios e carolíngios. Os poemas formam dois grupos que coincidem em parte. O primeiro grupo ocupa-se da luta entre a França cristã, liderada por Carlos Magno, e o Islã; Rolando e seus poemas afins pertencem a esse grupo. A segunda série inclui os poemas dos barões, como Girart de Roussillon, Doon de Mayence, Ogier, o Danês, e Raoul de Cambrai. Os poemas apresentam o novo ideal de um herói que se dedica a lutar contra os inimigos de Deus. Os personagens refletem os valores dos ouvintes, comungando com o amor dos poetas pela descrição intricada e estilizada. Ao combinar a tradição oral local e os temas convencionais, foi produzida uma literatura de complexa vitalidade.

□ M.D. Legge, Anglo-Norman Literature and its Background (1963); R.S. Loomis, The Development of the Arthurian Romance (1963)

Canção de Rolando (Chanson de Roland) A mais célebre e a melhor das épicas medievais francesas, a Canção de Rolando sobrevive em sua mais antiga forma num manuscrito anglo-normando que compreende 3.998 decassílabos em rima atoante. Essa versão que, ao que tudo indica, é de proveniência normanda, data provavelmente do início do século XI. Num estilo convencional, a narrativa descreve de forma habilmente estruturada a heróica derrota dos francos nos Pireneus em 778, a morte de Rolando, impulsiva mas inteiramente confidente, a vingança dos cristãos, com a ajuda de Deus, contra o inimigo sarraceno, e a punição de Ganelon, cuja vingança pessoal contra Rolando o levara a desprezar traiçoeiramente suas obrigações feudais para com seu suserano, Carlos Magno.

□ D.D.R. Owen, The Legend of Roland (1973) [La chanson de Roland, org. por J. Bédier, Paris, Piazza, 1928; A canção de Rolando, trad. L. Vassalo, Rio, Francisco Alves, 1988]

Canuto, o Grande rei da Dinamarca 1019-35 e da Inglaterra 1016-35 (n. c. 995) A primeira viagem de Canuto à Inglaterra teve lugar em 1013, quando invadiu a ilha com seu pai, Sewyn Barba. Forqueada, e participou na derrota de Etelred, o Irresoluto. Após a morte de Etelred (1016), Canuto neutralizou a resistência de Edmundo Ironside para tornar-se rei da Inglaterra. No início, ele foi ativamente hostil em relação aos nativos da ilha e premiou generosamente seus próprios seguidores, mas após seu casamento com a viúva de Etelred, Ema de Normandia, em 1017, Canuto mostrou-se muito mais disposto a usar

elementos locais em sua administração.

Em 1019, Canuto tornou-se também rei da Dinamarca. Aí, sua posição estava constantemente ameaçada pelo perigo de ataques vindos da Noruega e da Suécia, embora, em 1026, o equilíbrio fosse ao menos parcialmente restabelecido, pelo papel que Canuto desempenhou no destronamento do rei norueguês Olaf II Haraldsson (Santo Olavo). Canuto também era conhecido como um promotor do comércio e um patrono da Igreja, fundando mosteiros e realizando até uma peregrinação a Roma (1027). Foi sucedido por seu filho bastardo Haroldo Pé-de-Lebre (m. 1040) e depois por seu filho legítimo Harthecnut (m. 1042).

□ L.M. Larson, Canute the Great (1912)

Capetíngia, dinastia Série contínua de reis da França desde a ascensão ao trono de Hugo Capeto até 1328. Em 987, a dinastia adotou esse nome por causa do apelido dado a Hugo, em alusão a uma capa (capet) característica que usava. Hugo descendia de Roberto, o Forte, marquês de Nêustria (m. 866), cujos descendentes se situavam entre os homens mais fortes da Francônia ocidental no século seguinte; três deles (Odo, 887-98, Roberto, 922-23 e Raul, 923-36) ostentaram título régio.

Os primeiros Capeto pouco mais podiam fazer do que se manter aferrados à sua base de poder em torno de Paris, mas sob Filipe I (1060-1108) e ainda mais com Luís VI, o Gordo (1108-37), os domínios reais foram lentamente consolidados em redor de Paris e Orléans, com importantes extensões ao norte na direção do Canal. O abade Suger, que atuou virtualmente como primeiro ministro dos monarcas no reinado de Luís VI e primeiros anos do reinado de Luís VII (1137-80), muito contribuiu para promover o culto da realeza, e os poetas e juristas da segunda metade do século XII aumentaram o prestígio da realeza francesa considerando-a descendente direta dos carolíngios e tendo mesmo raízes merovíngias. Em virtude da força do rei angevino da Inglaterra, Henrique II, pouco desse potencial pôde ser concretizado até a derrota de João Sem Terra em 1204 e a conseqüente aquisição da Normandia, do Anjou e de boa parte do Império Plantageneta por Filipe II Augusto; o prestígio moral e religioso de seu neto Luís IX (São Luís, 1226-70) elevou a reputação da dinastia ao seu mais alto grau. Ver Filipe IV, o Belo

□ E.M. Hallam, Capetian France 987-1328 (1980)

Carlos I, o Calvo rei da França 840-77 (n. 823) Filho mais moço de Luís, o Piedoso, e seu único filho com a imperatriz Judite. O reinado de Carlos assistiu à formação de um reino franco ocidental que mais tarde se tornou a França, e assinalou, em grande parte graças ao seu patrocínio das artes e da erudição, o apogeu da Renascença Carolíngia. Também oferece um exemplo excepcionalmente bem documentado do modelo inicial de política

medieval, dominada por rivalidades no seio da família real e por concomitantes sectarismos aristocráticos. Os planos de sucessão de Luís, o Piedoso, envolveram deserdar seu neto, Pepino II da Aquitânia, a favor de Carlos. Com a morte de Luís (840), seu primogênito, o imperador Lotário, em aliança com Pepino, tentou excluir Carlos. Numa contra-aliança com seu meio-irmão, Luís, o Germânico, Carlos derrotou Lotário e Pepino em Fonteney (junho de 841) e em Verdun (agosto de 843), assegurando assim uma divisão das regiões centrais da Francônia entre ele próprio, Lotário e Luís. Carlos ganhou o território a oeste do Escalda, mais a Aquitânia; as terras francas ocidentais, que formaram a sua base de poder, deram o nome ao seu reino.

Na primeira metade do seu reinado, Carlos enfrentou repetidas revoltas sectárias na Aquitânia, em parte ligadas ao apoio a Pepino, e na Nêustria, associadas ao separatismo bretão; esses problemas eram agravados por ataques vikings que atingiram o auge por volta de 845-65. As rivalidades carolíngias prosseguiram: em 858, Luís, o Germânico, explorou a dissidência para expandir-se a leste do Sena e invadir o reino de Carlos. Apoiado por importantes nobres e eclesiásticos, Carlos recuperou rapidamente o controle. A segunda metade do seu reinado registrou sucessivos êxitos na defesa inovadora contra os vikings, na manutenção mais firme do apoio aristocrático, em alguma centralização administrativa no nordeste e na aquisição de território através de sucessivas redistribuições carolíngias. Finalmente, Carlos obteve a Coroa imperial (873) como imperador Carlos II, mas faleceu a 6 de outubro de 877.

□ Charles the Bald: Court and Kingdom, org. por M. Gibson e J. Nelson (1981); R. McKitterick, The Frankish Kingdoms under the Carolingians (1983)

Carlos V, o Sábio rei da França 1364-80 (n. 1338) Embora somente sucedesse ao trono em 1364, a carreira política de Carlos começou alguns anos antes, em 1356, quando entabulou negociações com os ingleses para a libertação de seu pai, João III, o Bom, que tinha sido capturado na batalha de Poitiers. Carlos estava obrigado pelos tratados de Brétigny e Calais a tentar pagar um resgate de três milhões de coroas de ouro aos ingleses, assim como a ceder-lhes grande parte do sudoeste da França. Entretanto, com a morte do pai em 1364, Carlos começou revertendo sua anterior capitulação. Com a ajuda e orientação do grande soldado Bertrand DuGuesclin — pois ele próprio não tinha formação militar — restaurou a ordem nos territórios franceses, reorganizou o exército e criou uma marinha; em 1375, tinha recuperado muitos dos territórios anteriormente cedidos à Inglaterra. A fim de fortalecer a sua posição, procurou derrotar a poderosíssima casa da Bretanha e conseguiu despojar o rei de Navarra da maior parte de suas terras francesas. Carlos também foi um mecenas das artes: construiu o Hotel de Saint-Pol e redecorou o

Louvre como uma sede condigna para a sua magnífica biblioteca.
□ J. Calmette, Charles V (1945)

Carlos VI, o Bem-Amado rei da França 1380-1422 (n. 1369) Coroado em Reims, Carlos passou grande parte de sua menoridade sob o controle de seu tio, Carlos, o Temerário, duque da Borgonha. Em 1388 começou governando sozinho e, com a ajuda dos antigos conselheiros de seu pai, iniciou um programa de reforma administrativa. A partir de 1392, porém, Carlos começou sofrendo de crises periódicas de loucura e o controle político passou para as mãos das várias facções rivais de sua família, a principal delas constituída pela esposa de Carlos, Isabel da Baviera, e seu irmão, o duque de Orléans. Em 1418, o filho de Carlos, o delfim Carlos, declarou-se regente, mas em 1420 Henrique V da Inglaterra foi proclamado regente e tornou-se herdeiro do trono francês em virtude de seu casamento com a princesa real Catarina de Valois.

Carlos VII, "le bien servi" rei da França 1422-61 (n. 1403) Após a morte de seu pai em 1422, Carlos defrontou-se com uma grave situação. Seu governo só era reconhecido no sul da França, uma vez que o norte aceitara como rei Henrique V da Inglaterra, a quem Carlos VI designara como seu herdeiro, além do fato de existir também uma poderosa aliança anglo-borgonhesa. Em 1429, entretanto, a sorte de Carlos VII começou mudando, principalmente através da Donzela de Orléans, Joana d'Arc. Ela recuperou a confiança do exército de Carlos, libertou Orléans e promoveu a coroação de Carlos VII como rei em Reims.

Após a captura e execução de Joana (1431), Carlos deu continuidade às vantagens conseguidas; em 1435 celebrou a paz com a Borgonha e em 1436 conquistou Paris, enquanto que em 1453 consumava a conquista da Guiana, pondo fim à Guerra dos Cem Anos. Por influência de seus conselheiros, que incluíam Pierre de Brézé e Jacques Coeur, Carlos reorganizou a administração e superou suas dificuldades financeiras graças à obtenção do direito permanente de criar tributos sem a permissão prévia dos Estados Gerais. Também fortaleceu a autoridade real sobre a Igreja francesa na chamada Sanção Pragmática de Bourges, em 1438. Seu favorecimento a conselheiros recrutados na burguesia inspirou a rebelião por parte da nobreza ao longo de seu reinado, sendo o mais famoso exemplo a revolta da Praguérie, em 1440, liderada pelo filho de Carlos, o delfim Luís XI.
□ M.G.A. Vale, Charles VII (1974)

Carlos I de Anjou rei da Sicília e de Nápoles 1266-85 (n. 1226) Conde de Anjou e da Provença. Irmão mais novo do rei Luís IX da França, a quem acompanhou numa cruzada

ao Egito em 1248-50, os condados de Anjou e Provença foram-lhe outorgados como apanágios da Coroa francesa em 1246. Na década de 1260, auxiliou o Papado em sua guerra contra os Hohenstaufen, derrotando Manfredo, o filho ilegítimo de Frederico II, na batalha de Benevento (1266), e capturando e executando Conradino, último membro sobrevivente da dinastia, em 1268. Nessa altura dos acontecimentos, Carlos manteve o reino da Sicília como feudo papal. Seu governo, entretanto, estava longe de ser popular; sua transferência da capital de Palermo para Nápoles e o seu uso de funcionários franceses deflagraram a rebelião comumente conhecida como as Vésperas Sicilianas (1282). Carlos foi expulso do reino em 1284 e enquanto planejava uma contra-ofensiva faleceu.

Carlos IV de Luxemburgo Sacro Imperador Romano 1355-78 (n. 1316) Neto do imperador Henrique VII, Carlos sucedeu a seu pai, João de Luxemburgo, como rei da Boêmia em 1346, quando este último foi morto na batalha de Crécy, na qual Carlos também combateu. No mesmo ano, ele foi eleito para o trono germânico no lugar do deposto Luís da Baviera e em 1355 tornou-se imperador. Como rei da Boêmia, Carlos centrou sua administração mais nesse país do que na própria Alemanha e durante seu reinado a Boêmia desfrutou de um período de grande prosperidade. Em Praga, construiu uma ponte sobre o rio Ultava e fundou a Universidade em 1348. O Palatinato Superior foi anexado à Boêmia em 1355, assim como os principados de Jaue e Schweidnitz, na Silésia, que constituíram parte do dote de sua terceira esposa, a princesa polonesa Ana (m. 1362). Carlos era aliado dos papas de Avignon, e isso o habilitou a obter o controle da Borgonha (1365). Em 1376, pouco antes de sua morte, Carlos também conseguiu garantir o trono germânico para seu primogênito, Venceslau, uma ação sem paralelo durante todo o século anterior. Talvez tenha ficado mais conhecido como o autor da Bula de Ouro de 1356, a qual fixou os procedimentos a serem seguidos nas eleições imperiais. [16]
□ J. Speracek, Karl IV (1978); F.R.H. du Boulay, Germany in the Later Middle Ages (1983)

Carlos Magno rei dos francos 768-814 e imperador 800-814 (n. 742) Uma grande figura tanto na lenda quanto na história, às vezes parece quase uma ampliação de suas reais proporções. Seus contemporâneos enfatizaram sua estatura física, sua força, sua irrequieta energia (quer nadando e caçando, quer governando e guerreando), sua simplicidade, sua curiosidade e argúcia intelectuais. Se não conseguiu aprender a escrever (essa era, no século VIII, uma ocupação altamente especializada e ele começou tarde sua aprendizagem), Carlos mostrou-se de uma esplêndida competência em outros campos culturais, como na leitura e na controvérsia; era um competente lingüista, tanto em latim

quanto em sua língua natal, o alemão austrasiano, e interessava-se profundamente pela matemática, astronomia e, sobretudo, astrologia. Sua escola palaciana em Aix-la-Chapelle, orientada pelo humanista inglês Alcuíno, tornou-se o motor da vida intelectual para o mundo ocidental.

É difícil, por vezes, avaliar até que ponto as dignidades régias eram uma novidade para a família de Carlos. O título real tinha sido outorgado a seu pai, Pepino, em 751, quando Carlos tinha apenas 9 anos de idade. Como que para enfatizar a nova natureza cristã do reino franco e a transmissão do poder real dos merovíngios para a nova dinastia, Carlos e seu irmão Carlomano, os dois jovens príncipes, receberam a consagração em 753. Com a morte de Pepino (768), o reino franco foi dividido entre os dois irmãos, um ajuste infeliz que quase redundou em guerra civil. A morte de Carlomano em 771 deixou o caminho livre para Carlos entrar na posse integral da herança e nos 40 ou mais anos subseqüentes coube ao rei dos francos dominar e remodelar a vida política do Ocidente.

Suas realizações podem ser resumidas de forma simples: ele consolidou e aperfeiçoou o reino cristão dos francos herdado de seu pai; estendeu a autoridade implícita desse reino a todas as outras comunidades cristãs existentes na Europa ocidental continental até a fronteira com o Império Bizantino na Itália meridional; ampliou ainda mais essa autoridade mediante uma política de incentivo aos esforços missionários e de fortalecimento militar em todos os povos germânicos continentais, estabelecendo uma sólida fronteira militar com os dinamarqueses e os povos eslavos, e derrotando os ávaros, que foram forçados a retroceder para suas terras do Danúbio Médio. Numa grande cerimônia em Roma, no dia de Natal de 800, o papa Leão III coroou Carlos como Imperador e Augusto, imperador dos romanos. Isso foi uma adequada conclusão para o trabalho de um chefe militar que tinha submetido ao controle político e militar os povos românicos e germânicos cristãos ou recém-cristianizados da Europa ocidental.

O processo de consolidação das comunidades cristãs iniciara-se cedo no reinado de Carlos. Em 773, ele invadiu o reino lombardo do norte da Itália, em parte para defender o interesse papal, e derrotou o rei lombardo (que se retirou para um mosteiro), assumindo a Coroa de ferro da Lombardia. Na Alemanha meridional, os bávaros tinham se convertido ao Cristianismo, e Carlos, por pressão política maciça e por força militar, pôde compelir o duque Tassilo a aceitá-lo como seu senhor feudal. Na Espanha, apesar de um desastre em Roncesvales (778), no qual morreu o conde Rolando, Carlos impôs sua autoridade na orla setentrional, criando a Marca Espanhola. A extensão da realeza cristã dependia essencialmente do que provou ser o mais imediato problema político do reinado de Carlos, a conquista e conversão dos saxões e frísios, vizinhos dos centros favoritos do monarca na Lorena, especialmente em Aix-la-Chapelle (Aachen). As primeiras campanhas, até 780,

foram pouco mais do que incursões punitivas, mas nos 20 anos seguintes a conquista tornou-se o objetivo. O massacre de prisioneiros em 782, o uso aberto da Igreja nos interesses do exército e dos governantes francos, a resistência heróica do chefe saxão pagão Widukind, e medidas como a retirada forçada de populações camponesas, obscureceram a reputação de Carlos e dos francos; mas o resultado foi, sem dúvida, coroado de êxito. A conversão compulsória trouxe saxões e frísios para dentro do novo Império; e, paradoxalmente, foi a partir da Saxônia, no século X, que o Império Carolíngio foi, por sua vez, revivido.

A administração de um Império tão vasto e complexo (para o seu tempo) mostrou-se inoperável e só em parte eficaz; entretanto, havia elementos de força em seu seio e o precedente carolíngio serviu como modelo para muitos dos reinos cristãos que lhe sucederam no Ocidente. Carlos promulgou capitulares, dispositivos jurídicos de caráter geral destinados à aplicação em todo o Império, sobretudo nos anos que se seguiram à coroação do monarca como imperador do Ocidente. Apoiava-se maciçamente nos condes, que estavam investidos de poderes civis e militares num território confiado à sua guarda, e na Igreja, através dos bispos e abades. Do seu centro real, enviava comissários (Missi Dominici) com autoridade para fiscalizar a atuação dos governos locais. A interpenetração das esferas eclesiástica e secular deu um certo sabor teocrático à realeza e ao Império. O próprio Império era vasto demais para que a base econômica ruralizada e senhorial existente pudesse sustentá-lo, e o século IX assistiu à sua divisão de acordo com o que passou a ser o padrão medieval familiar: o reino da França, um Reino Central (Lorena, Borgonha e Lombardia) e um reino da Alemanha (que acabou estreitamente ligado ao Reino Central).

A força e a personalidade dinâmica de Carlos foram necessárias para criar o Império e, sem ele, os elementos desintegradoras ganharam impulso rapidamente. É um tributo à sua personalidade, assim como à sua habilidade militar e política, que tanto tenha sobrevivido. Sua obra situa-se no final de uma idade, o período sub-romano, e no início de um novo, o Sacro Império Romano, do qual iriam emergir as monarquias feudais familiares da Idade Média Central. Ver Libri Carolini [11] HRL

□ H. Fichtenau, The Carolingian Empire (1957); D.A. Bullough, The Age of Charlemagne (1965); F.L. Ganshof, Frankish Institutions under Charlemagne (1968); The Carolingians and the Frankish Monarchy (1971); H.R. Loyn e J. Percival, The Reign of Charlemagne (1975) [J. Boussard, La civilización Carolíngia, Madri, Guadarrama, s/d; L. Halphen, Carlos Magno e o Império Carolíngio, Lisboa, Inicio, s/d; R. Mussot-Goulard, Charlemagne, Paris, PUF, 1984]

Carlos Martel (688-741) Mordomo do palácio da Austrásia a partir de 719. Filho ilegítimo

de Pepino de Herstal, Carlos deu prosseguimento à consolidação do poder político franco que caracterizou a obra de seu pai, estendendo sua autoridade sobre toda a Austrásia, Nêustria e Borgonha, e obtendo o reconhecimento de suserania por parte da Aquitânia. Embora oficialmente fosse apenas o mordomo do palácio, concedeu livremente cargos eclesiásticos e seculares, governando de modo efetivo durante alguns anos sem necessidade de estabelecer um rei merovíngio fantoche. Apoiou-se nas finanças da Igreja para equipar seu exército, um ato que lhe granjeou reputações contraditórias entre os autores eclesiásticos. Os germes de instituições feudais rudimentares podem ser encontrados em suas disposições militares. É principalmente lembrado por sua grande vitória sobre uma incursão muçulmana maciça em território franco, obtida em 732 em Poitiers, a qual é hoje reconhecida não só como símbolo da resistência e do ressurgimento cristãos, mas também como uma grande façanha militar. O governante muçulmano Abd el-Rahman foi morto e as baixas muçulmanas foram muito pesadas; a Francônia estava salva, ao passo que os domínios islâmicos na Espanha eram assolados por guerras civis. Foi em virtude dessa vitória que Carlos ganhou seu apelido Martel, "o martelo".
□ [J. Deviosse, Charles Martel, Verviers, Marabout, 1978]

Carlos, o Temerário (1433-77) Duque de Borgonha. Filho de Filipe, o Bom, e de Isabel de Portugal, Carlos assumiu o governo da Borgonha durante a última doença de seu pai e imediatamente entrou em conflito com o rei francês Luís XI. Tornando-se duque por direito próprio em 1467, passou a ampliar seus domínios até o Reno, mas isso acarretou o confronto com o imperador germânico, Frederico III, e com os suíços, que temiam a perturbação do equilíbrio de poderes na Europa em conseqüência da expansão territorial borgonhesa. Carlos foi morto durante essa luta numa batalha com os suíços travada às portas de Nancy em 1477. Com sua morte, findou o mais ambicioso dos planos políticos borgonheses.
□ R. Vaughan, Charles the Bold (1973)

carmelitas (Frades Brancos) Ordem mendicante fundada em meados do século XII por eremitas no Monte Carmelo. Na Regra da Ordem (1206-14) era recomendada uma vida eremítica, embora os carmelitas possuíssem um oratório comum; abstinência, jejum e silêncio também eram praticados. Em 1238 foram expulsos da Palestina pelos muçulmanos e estabeleceram sua principal base em Chipre. Com o papa Inocêncio IV, no final da década de 1240, a constituição carmelita foi harmonizada com a dominicana e a Ordem foi autorizada a ter casas nas cidades. No final do século XIII já havia mais de 150 casas em toda a Europa e sua popularidade persistiu, em certa medida, até fins da Idade Média. Uma

Ordem de freiras carmelitas foi criada no século XV. □ D. Knowles, The Religious Orders in England (1948)

Carmina Burana Coleção de canções latinas, atribuídas a estudantes e letrados errantes dos séculos XII e XIII, que contêm elementos de penetrante sátira à ordem vigente, assim como de regozijo em poesia amorosa, expressando deleite pela natureza, juventude e vida estudantil. A obra do Arquipoeta é transmitida através dessa coleção, a qual foi reunida por um editor anônimo no segundo quartel do século XIII, possivelmente na abadia de Benediktbeurer, na Baviera, Ver goliardos, poetas; vagantes
□ J. Lindsay, Medieval Latin Poets (1934); Carmina Burana, org. por A. Hilke, O. Schumann e B. Bischoff (1970) [Carmina Burana, trad. L. Molles, Barcelona, Barral, 2ª ed., 1981]

Carolíngia, dinastia A história da família Carolíngia começou no século VII, quando o rei merovíngio Clotário II nomeou Pepino de Landen (m. 640) mordomo do palácio da Austrásia. Pepino foi sucedido nessas funções por seu sobrinho Pepino, o Moço, dito de Herstal (m. 680) e em seguida pelo filho deste último, Carlos Martel, que deu seu nome à dinastia.

Entretanto, o primeiro membro da família a ostentar o título real foi Pepino, o Breve, que em 750 depôs o último dos monarcas merovíngios, Childerico III, e foi coroado rei da Francônia (751) com beneplácito papal. Os carolíngios atingiram o apogeu com o filho de Pepino, Carlos Magno. Este, graças a um reinado imbuído de grande vigor pessoal, manteve coeso os extensos domínios do seu Império e em 800 recebeu o título imperial do papa em Roma. Com sua morte, em 814, Carlos Magno foi sucedido em todos os seus domínios por seu único filho, Luís I, o Piedoso, mas com a morte deste em 840 o Império foi dividido à maneira tradicional entre seus três filhos. Pelos termos do Tratado de Verdun (843), Lotário, o primogênito (m. 855), recebeu o Reino Central, que abrangia partes da Itália, a Lotaríngia e a Provença; Luís, o Germânico (m. 876), recebeu a Francônia oriental, enquanto que Carlos II, o Calvo (m. 877), recebeu a parte ocidental do reino de seu pai. Todos esses territórios voltaram a ser divididos entre seus filhos e netos, de modo que, 60 anos após a morte de Carlos Magno, a unidade de seu Império já tinha desaparecido por completo.

Os membros dos respectivos ramos da família, entretanto, continuaram governando seus reduzidos patrimônios até o século X: na Francônia oriental até a morte de Luís, o Menino, neto de Luís, o Germânico, em 911; e na Francônia ocidental até a morte do último dos descendentes de Carlos, o Calvo, Luís V, que não teve filhos (987).
□ H. Fichtenau, The Carolingian Empire (1957); E. James, The Origins of France: from

Clovis to the Capetians 500-1000 (1982); R. McKitterick, The Frankish Kingdoms under the Carolingians (1983)

Carolíngia, Renascença Nome dado ao florescimento da arte, arquitetura e saber que teve lugar na corte de Carlos Magno e seus sucessores. Gravitando em redor da escola do palácio real de Aix-la-Chapelle, essa Renascença tinha como seu principal objetivo a reunião de todos os remanescentes do passado clássico. Isso envolveu a cópia de manuscritos clássicos e o uso de modelos clássicos de arquitetura (como na igreja do palácio de Aix-la-Chapelle que inspirava-se na igreja de Justiniano de São Vitale em Ravena — apesar da influência do estilo da Europa do Norte em sua execução — e era enriquecida com colunas do palácio de Teodorico). Isso também levou ao desenvolvimento de um novo tipo de escrita muito clara, conhecida como minúscula Carolina, que teve grande influência na história da caligrafia medieval e foi o principal modelo para o chamado tipo romano quando a imprensa foi inventada no século XV.

Os intelectuais mais destacados incluíam Alcuíno (m. 804), um erudito da Nortúmbria, excelente professor e epistológrafo, que ajudou a criar uma versão melhor da Vulgata; o historiador e gramático Paulo, o Diácono, oriundo da Lombardia; o poeta visigodo Teodulfo, bispo de Orléans (m. 821); e, de uma geração ligeiramente mais moça, Eginhard (m. 840), que escreveu uma soberba biografia de Carlos Magno. A ênfase característica sobre a latinidade e a herança romana prosseguiu durante todo o século IX nas obras de humanistas do calibre de Rábano Mauro, Valfrido Estrabão, Duns Scotus e numerosos construtores de igrejas e artistas anônimos, muitos trabalhando em escolas de catedrais e em mosteiros como Corbie, Saint-Martin-de-Tours (onde Alcuíno era abade), Reichenau e St. Gallen.

□ D.A. Bullough, The Age of Charlemagne (1965); W. Ullmann, The Carolingian Renaissance and the Idea of Kingship (1969) [Ph. Wolff, O despertar da Europa, Lisboa, Ulisséia, 1973]

Carrara, família Família latifundiária que dominou a história de Pádua no século XIV. Com destaque para Francisco, o Velho (1350-88), a família Carrara defendeu a independência da cidade contra as ambições de Milão e Veneza — em última análise, sem êxito. Francisco foi um mecenas das artes, especialmente interessado em afrescos e moedas, e Petrarca deixou-lhe em herança a maior parte de seus livros.

Cartuxa, Ordem Ordem monástica fundada em 1084 por São Bruno de Colônia no vale de La Chartreuse [Cartuxa é a latinização do topônimo Chartreuse NT], ao norte de Grenoble. O modo cartuxo de vida proporcionava a oportunidade de viver como eremita no seio de uma comunidade religiosa. Cada monge tinha sua própria cela onde orava, comia, estudava

e dormia, mas também se encontrava diariamente com seus confrades na igreja para o ofício da noite, missa matinal e Vésperas. Cada mosteiro cartuxo tinha também um certo número de irmãos leigos que viviam uma vida comunal e forneciam a mão-de-obra necessária para o funcionamento regular da casa.

A Ordem nunca foi muito popular, possivelmente por causa da austeridade do seu modo de vida, e em 1521 existiam apenas 195 mosteiros cartuxos [duas casas cartuxas estavam em Portugal, sendo uma em Évora e a outra em Caxias, perto de Lisboa NT]. Na Inglaterra, o número de casas cartuxas foi sempre muito pequeno, com exceção de Witham, no Somerset, fundada no século XII por Henrique II. A título de reparação, ainda que parcial, pelo assassinato de São Tomás Becket, não houve priorados cartuxos na Inglaterra até o século XIV, quando diversas casas foram fundadas, incluindo a Cartuxa de Londres e o Priorado de Mount Grace no Yorkshire. Uma Regra foi elaborada pelo quinto prior, Guigis de Chatel, em 1127, e com modificações serviu como base da observância Cartuxa de elementos cenobíticos e eremíticos para os séculos seguintes. Isso levou à orgulhosa afirmativa Cartuxa de que a Ordem nunca foi reformada porque nunca foi deformada.

□ E.M. Thompson, The Carthusian Order in England (1930); D. Knowles, The Monastic Order in England (1963)

Cashel, sínodo de (1172) Reunião da Igreja irlandesa convocada pelo legado papal (que era também o bispo de Lismore), a qual promulgou decretos de reforma para a Igreja local e reconheceu Henrique II da Inglaterra como rei da Irlanda. [210]

Casimiro III, o Grande rei da Polônia 1333-70 (n. 1310) Na época da sucessão de Casimiro ao trono, a Polônia estava passando por sérias dificuldades. Embora seu pai, Vladislav I, tivesse conseguido unir a Grande e a Pequena Polônia sob uma só Coroa, ainda havia numerosas diferenças regionais entre os dois territórios que constituíam uma fonte potencial de conflito. Além disso, Casimiro enfrentava a guerra em duas frentes, com João de Luxemburgo, rei da Boêmia, que queria a Polônia para si, e com os Cavaleiros Teutônicos, que disputavam os direitos da Polônia à Pomerânia oriental. Por volta de 1349, entretanto, Casimiro tinha estabelecido a paz com ambos os adversários e ampliara seu reino mediante a anexação da Rússia Vermelha e Masóvia. Consolidou ainda mais suas fronteiras casando duas de suas filhas com os mais importantes vizinhos da Polônia, a primeira com Luís de Brandenburgo em 1345 e a segunda com Wenzel, filho do Sacro Imperador Romano, Carlos IV, em 1369.

Dentro da própria Polônia, Casimiro iniciou a tarefa de unir as várias províncias do

reino sob uma única administração. Embora a Rússia Vermelha e Masóvia conservassem suas próprias leis consuetudinárias, as leis escritas da Grande e Pequena Polônia foram codificadas, enquanto que um tribunal especial de arbitragem era estabelecido em Cracóvia. Casimiro também incrementou o potencial econômico da Polônia através da fundação de numerosas cidades reais com amplos privilégios comerciais, ao mesmo tempo que a fundação de uma universidade em Cracóvia, em 1364, assegurou para o país um lugar no mundo intelectual da Europa medieval.

Cassiodoro, Flávio Magno Aurélio (c. 490-580) Natural de Silácio, na Itália, Casssiodoro iniciou sua vida pública como administrador a serviço dos reis ostrogodos da Itália. De 507 a 511 serviu como questor, em 514 foi nomeado cônsul e em 526 tornou-se chefe do serviço civil. Em 540 renunciou à carreira política e regressou às propriedades de sua família em Vivarium, onde fundou um mosteiro. Aí se dedicou a coligir muita literatura pagã e cristã, que era copiada pelos seus monges, e assim foi o responsável pela sobrevivência de uma substancial quantidade de saber clássico que de outra forma teria se perdido. O mais importante dos escritos do próprio Cassiodoro, Instituição das Letras Divinas e Humanas, dedicado aos monges de Vivarium, não só examina o estudo das Escrituras como faz também uma breve exposição do saber do seu tempo, baseado nas sete artes liberais tal como tinham sobrevivido à época.
□ J.J. O'Donnell, Cassiodorus (1979)

Castela Nome usado pela primeira vez no século IX para referir-se a um pequeno distrito, politicamente fragmentado, nas montanhas cantábricas ao norte de Burgos. A importância de Castela só emergiu no século X, quando Fernando Gonzalez (m. 970) se fez conde de toda Castela e estabeleceu sua capital em Burgos. No século XI, o condado perdeu sua independência quando passou para o domínio de, primeiro, Sancho III de Navarra e, depois, de seu filho Fernando I de Leão. No século XII, porém, foi Castela quem assumiu o principal papel na reconquista da Espanha aos mouros e não tardaria em suplantar Leão em importância. No século XIII, Castela controlava a totalidade da Península Ibérica com exceção de Portugal e de Aragão, e da região em torno de Granada, ainda em poder dos mouros. Embora as tentativas castelhanas de conquistar Portugal fossem derrotadas em 1385, Aragão e Castela passaram a estar unidos, pelo menos nominalmente, com o casamento entre Fernando de Aragão e Isabel de Castela, em 1469; assim se criaram os alicerces da Espanha moderna. Ver Afonso VI; Afonso VIII; Afonso X
□ [J. Valdeon, El reino de Castilla en la Edad Media, Bilbao, Moreton, 1968; H. Franco Junior, Peregrinos, monges e guerreiros. Religiosidade e Feudo-Clericalismo em Castela medieval,

S. Paulo, Hucitec-EDUSP, 1990]

castelos O castelo talvez seja o mais conhecido e o menos compreendido dos monumentos medievais. Era a residência fortificada e a fortaleza residencial de um senhor; essa dualidade de função é peculiar ao castelo na história das fortificações e aponta para a sua feudalidade. Todos os edifícios refletem a sociedade que os produz, e os castelos são o produto característico de uma sociedade feudal, dominada por uma aristocracia militar para a qual eles são a moldura apropriada. Embora existissem também palácios e casas não fortificadas, assim como residências dotadas de fortificações comparativamente ligeiras, conhecidas na Inglaterra como manors, na França como maisons fortes e em Portugal como solares, os castelos estavam entre as mais prestigiosas das casas senhoriais no período feudal e converteram-se também em símbolos da nobreza feudal. O castelo era a residência fortificada não só do rei ou príncipe, mas de qualquer senhor; e enquanto representa, portanto, aquela fragmentação ou delegação de poder civil e militar que é essencialmente feudal, também é propriedade estritamente privada, em oposição à pública, sede e centro do senhorio de um homem, de sua família, seus servidores e dependentes: um conceito muito diferente da vila ou cidade fortificada, a chamada praça forte.

Com exceção das defesas lineares, as fortificações do período pré-feudal eram comunais e públicas, como, por exemplo, os acampamentos da idade do Ferro, os acampamentos e cidades amuralhadas romanos, seus sucessores merovíngios e carolíngios, os burghs anglo-saxônicos, ou os grandes acampamentos vikings como Trelleborg. Por outro lado, excetuando-se as defesas lineares e as praças fortes, as fortificações modernas, começando na Inglaterra com os fortes costeiros de Henrique VIII, são, ao invés do castelo, puramente militares e, uma vez mais, são edificações públicas, pertencentes ao Estado.

É essencial sublinhar que o papel residencial do castelo era, pelo menos, tão importante quanto o castrense. Tanto quanto qualquer consideração tática ou estratégica, é isso o que pode explicar a localização de um castelo; suas suntuosas acomodações internas — salões, alcovas, capelas etc; e (combinados com a solidez do castelo como lugar seguro) tais usos subsidiários como tesouraria, arsenal e prisão; e, enfim, sua função geral, quer real ou senhorial, como centro do governo local. É significativo que, na França, o berço do feudalismo, a palavra Château foi conservada para a grande casa, embora já não seja fortificada. Na Inglaterra, o castelo de Windsor continua sendo a principal residência da rainha, e Arundel, a do primeiro duque de Norfolk. Os suntuosos aposentos em ambos nada têm, obviamente, de casernas, nem a majestade da Capela de

São Jorge, em Windsor, tem algo a ver com uma capela de quartel.

E igualmente importante enfatizar que o papel militar do castelo não era apenas defensivo. A defesa determinou seu traço e todas as características arquitetônicas mais salientes. Uma grande torre de menagem dominava o conjunto como último reduto, mas também continha as melhores acomodações residenciais. Sólidas e robustas muralhas, com ameias e caminho de ronda, cercavam o castelo, entremeadas de torres salientes como baluartes — torre de ângulo, torre de flanquear — de guaritas e seteiras, capazes de abrir fogo de flanco na face exterior exposta; a entrada era defendida e reforçada por posternas, barbacãs e taludes que precediam a chegada à ponte levadiça, e que, em caso de ataque, revelavam-se como a melhor forma de defesa; muralhas, torres e portas eram, com freqüência, adicionalmente protegidas por galerias salientes de madeira (adarves) ou de pedra (machicólis). Grandes cercos, como os de Rochester (1215), Bedford (1224) ou Kenilworth (1266) na história inglesa, são as ocasiões mais conhecidas na história dos castelos. Mas a razão pela qual os castelos tinham que ser atacados e tomados por um exército inimigo era que controlavam todas as terras circunvizinhas por meio da tropa montada neles aquartelada. O raio de ação do castelo correspondia ao raio de ação do cavalo e do cavaleiro armado, não ao limitado alcance dos armamentos defensivos que ali tinham sua base e que, pela forma como eram dispostos, faziam dele um lugar quase inexpugnável. Na análise militar, o papel ofensivo do castelo é primordial, seu papel defensivo, secundário, embora ambos os aspectos se conjuguem para decidir uma guerra.

O castelo teve sua origem na França setentrional, possivelmente no século IX mas com certeza no século X, concomitantemente com o advento da própria sociedade feudal. Os mais antigos castelos conhecidos ainda remanescentes são os de Doué-la-Fontaine (c. 950) e de Langeais (c. 994), ambos na região do Loire. Pertenceram a grandes senhores, príncipes feudais em ascensão (respectivamente, Teobaldo, conde de Blois, e Fulque, o Negro, conde de Anjou), que estavam nessa época fundando seus principados feudais. Na Inglaterra, os castelos chegaram por volta de 1066 com os normandos, que impuseram suserania feudal a um antigo reino; levaram subseqüentemente os castelos com eles para o País de Gales, Escócia e Irlanda. Estando os castelos tão intimamente vinculados ao feudalismo, o declínio daqueles foi sintomático da lenta decadência deste; a pólvora teve muito pouco a ver com esse fato.

[O feudalismo não teve em Portugal a mesma importância, como organização política e social, que no resto do Ocidente, o que significou que o castelo, durante a Idade Média, poucas vezes teve como destinação a residência de um nobre, seus homens de armas, vassalos e dependentes. Alguns foram residências reais — como, por exemplo, os castelos de Guimarães e de Leiria, que abrigavam os monarcas e suas cortes nos deslocamentos

pelo país. Entretanto, em sua grande maioria, os castelos tinham funções sobretudo estratégicas e estavam quase sempre confiados às Ordens religiosas e militares responsáveis pela formação territorial e, mais tarde, de defesa das fronteiras e das vias de penetração de eventuais invasores. Estavam nesse caso as Ordens dos Templários e de Santiago e castelos como os do Almourol e de Palmela. Muitos castelos foram adaptações de anteriores edificações castrenses mouras (alcáceres), como o de Lisboa. Vila da Feira, Óbidos, Ourém, Montemor, Santarém possuem ainda hoje exemplares bem conservados de castelos medievais. NT] Ver feudalismo; guerra RAB

□ W. Anderson e W. Swann, Castles of Europe (1970); R.A. Brown, English Castles (1976); The Architecture of Castles (1984). [G. Fournier, Le Château dans Ia France médiévale: essai de sociologie monumentale]

Catalã, Grande Companhia Tropa mercenária espanhola, chefiada pelo alemão Roger de Flor, que em 1303 foi alugada pelo imperador bizantino Andrônico II para combater os turcos. A Companhia derrotou os otomanos mas, como não lhe fosse feito o pagamento combinado, voltou-se contra os antigos patrões e devastou o Estado bizantino. Após o assassinato de Flor em 1306, a Companhia concentrou suas atenções na Europa. Em 1308, aliou-se aos turcos da Anatólia em seus ataques contra a Macedônia e a Trácia. Finalmente, em 1311, derrotou Gautier de Brienne, duque de Atenas, na batalha de Céfiso, e instalou-se ela própria no ducado pela maior parte do século XIV (até 1388), introduzindo costumes e idioma catalãos, e reconhecendo a suserania dos governantes aragoneses da Sicília.

□ A History of the Crusades, vol. 3, org. por H.W. Hazard (1975); J.N. Hillgarth, The Spanish Kingdoms 1250-1516, vol. I (1976)

Catarina de Siena, Santa (1347-80) Filha de um tintureiro de Siena, Giacomo Benincasa, Catarina rejeitou o casamento desde muito cedo, devotando-se a uma vida de orações, penitências e boas obras. Depois de ingressar na Ordem Dominicana como Terciária, ela reuniu à sua volta um certo número de seguidores e juntos viajaram por toda a Itália pregando o arrependimento e a reforma da Igreja. Catarina estava particularmente ansiosa por ver o Papado reinstalado em Roma e foi a Avignon exortar o papa Gregório XI a voltar para lá. Depois da morte de Gregório em 1378, ela apoiou Urbano VI contra o seu rival de Avignon, e morreu a serviço de Urbano em Roma, em 1380. Suas composições literárias, que foram sempre ditadas por causa de seu analfabetismo, incluem o Livro da Doutrina Divina, que passou a ser considerado uma das mais importantes obras místicas do século XIV. Catarina influenciou consideravelmente seu Confessor e biógrafo, Raimundo de Cápua,

que em 1380 se tornou Geral dos dominicanos e iniciou a fundação de conventos de Observantes.
□ Life of Catherine of Siena, org. por C. Kearns (1980)

cátaros Grupo de heréticos que desafiou seriamente os principais dogmas do Cristianismo ortodoxo. Suas crenças derivavam dos ensinamentos de um mestre religioso do século III na Mesopotâmia chamado Mani, que tentou conciliar o Cristianismo com antigas idéias persas e interpretou o mundo como o campo de batalha entre as duas poderosas forças do Bem e do Mal, a vida do espírito e a vida da carne. As atitudes resultantes, vagamente rotuladas de maniqueísmo, levaram à rejeição da teologia cristã básica referente ao papel de Deus na criação, à humanidade do Cristo na Encarnação e à ressurreição do corpo. A desconfiança profunda dos cátaros em relação às coisas materiais, consideradas províncias do demônio, fez com que os mais convictos dentre eles renunciassem à atividade sexual, especialmente quando se tratava de procriar, praticassem uma forma austera de vegetarianismo e se recusassem a cumprir obrigações seculares, como aquelas que pediam a formulação de um juramento.

Os cátaros entraram na Europa ocidental no começo do século XI, vindos da Bulgária, e muitos foram condenados à morte e executados, por suas crenças heréticas, em Orléans. O mais famoso grupo floresceu no sul da França em fins do século XII, e foram chamados de albigenses por terem seu principal centro em Albi, no Languedoc. Os adeptos estavam divididos em duas categorias: os perfecti, ou "perfeitos", e os credentes, ou "crentes", que viviam uma vida normal mas se esperava que recebessem a absolvição ou consolamentum em alguma fase da existência, antes de morrer. Após a absolvição, esperava-se que também esses se sujeitassem à intensa austeridade dos perfecti. Ver Robert le Bougre; valdenses
□ S. Runciman, The Medieval Manichee (1947) [R. Nelli, Os cátaros, Lisboa, Edições 70, 1980]

catedrais A principal igreja de uma diocese, assim chamada porque continha o assento ou cathedra de um bispo ou arcebispo. Na Igreja primitiva esses edifícios eram freqüentemente despretensiosos, mas quando as obrigações políticas e administrativas dos bispos aumentaram, sentiu-se a necessidade de um centro solene para a diocese, sobretudo nas grandes cidades como Constantinopla, Roma e Ravena. Desde os tempos do Império Carolíngio no Ocidente, imponentes edifícios românicos e depois góticos passaram a simbolizar a majestade e o poder da fé e de seus servidores. A organização da catedral era freqüentemente complexa. O bispo permaneceu como figura-chave durante toda a

Idade Média, mas outros dignitários eclesiásticos, nem sempre em total concordância com o bispo, tendiam a aumentar e florescer em torno das catedrais. Na Inglaterra, por exemplo, a partir do século X, monges serviam nas catedrais, inclusive Canterbury, Winchester e Worcester, exercendo o bispo a função de um abade que presidia a um capítulo monástico. Após a conquista normanda, o sistema ampliou-se e capítulos monásticos foram instalados em Durham, Norwich, Ely e Bath. Nos demais lugares, as catedrais eram comumente confiadas a uma comunidade de clérigos, chamados cônegos, organizados em capítulos, a maioria dos quais adquiriu o direito de eleger os seus próprios deões.

A própria existência de grandes edifícios, que freqüentemente exigiam um século ou mais para construir e reclamavam constante cuidado e atenção para manter, levou ao desenvolvimento de um forte senso de coletividade entre os membros do cabido de uma catedral, na maioria das dioceses. As grandes façanhas arquitetônicas dos construtores de catedrais na Idade Média ainda podem ser admiradas por toda a Europa, de Trondheim a Palermo. Inglaterra, Espanha e norte da França são especialmente ricos em grandes catedrais sobreviventes, como as de Durham ou Canterbury, Burgos e Toledo, Amiens e Chartres. Ver arquitetura

□ [D. Macaulay, A catedral. História de sua construção, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1979; J. Gimpel, Les bâtisseurs de cathédrales, Paris, Seuil, 1973]

cavalaria Corretamente descrita como "o código secular de honra de uma aristocracia marcial-mente orientada", a cavalaria floresceu em seu contexto europeu ocidental entre meados do século XII e o século XVI. Há muitos elementos diferentes na evolução do que se converteu num complexo conjunto de regras e convenções que se aplicavam primordialmente aos guerreiros aristocráticos, mas que também tiveram um profundo efeito no próprio funcionamento da sociedade medieval.

Inicialmente, o impacto da Igreja foi grande e a noção de comportamento cavaleiresco pode ser apropriadamente atribuída a um abrandamento das épicas virtudes de bravura em combate e de coragem na adversidade, a uma atitude mais gentil, invocando um certo grau de respeito pela vida e a dignidade humanas, até mesmo quando estavam envolvidos inimigos mortais. A benção de estandartes, a inclusão de preces litúrgicas de especial intercessão a favor dos guerreiros que defendiam a Cristandade contra os pagãos, e o crescente interesse pelos santos-guerreiros, São Miguel e São Jorge, antecederam as Cruzadas mas coincidiram com a ascensão do guerreiro montado e armado na Europa Carolíngia e Otoniana.

A evolução da sociedade feudal na Idade Média Central, tanto na Europa ocidental

quanto nas Cruzadas, gerou condições especialmente favoráveis ao desenvolvimento dos ideais de cavalaria, com seus elementos gêmeos, mas nem sempre inseparáveis, de Cristianismo e de belicosidade. Associado etimologicamente (chevalier, "cavaleiro") à elite montada da sociedade feudal, a cavalaria desenvolveu suas instituições, regras e convenções características no decorrer dos séculos XII e XIII, por iniciativa tanto de poetas quanto de legisladores. As cerimônias de armar cavaleiro, de concessão de armas, de adoção de insígnias e brasões como distintivos de nobreza, enfatizaram os atributos seculares da aristocracia militar dominante. A formação de Ordens Militares para as Cruzadas também voltou a introduzir um forte elemento religioso.

O torneio passou a ser uma instituição característica do mundo da cavalaria, reprovado pela Igreja mas florescente durante a segunda metade do século XII e durante todo o século XIII. Os arautos tornaram-se figuras importantes e influentes, em parte por causa do papel que desempenharam na regulamentação dos torneios. Apesar de todos os perigos dos torneios, também chamados justas — e as baixas eram, com freqüência, muito pesadas — o mundo feudal secular adotou-os como proveitoso campo de adestramento para jovens guerreiros e como grandes espetáculos nos quais a coragem e o valor militares podiam ser exibidos de forma vibrante e colorida.

Um outro elemento se inseriu fortemente na história cavaleiresca: as mulheres estavam presentes como espectadoras nos torneios, e as idéias de servir à sua dama e de amor cortesão acabaram por entrelaçar-se com a noção do guerreiro ideal. Um poema do século XIII estipulou quatro obrigações para um cavaleiro: repudiar o falso julgamento e a traição, honrar as mulheres, assistir à missa diariamente e jejuar às sextas-feiras. De modo geral, os poetas tratando de temas ligados à história de Roma, à história de Carlos Magno e seus paladinos, ou à de Artur, da Távola Redonda e do Santo Graal, ajudaram a implantar de maneira firme noções de comportamento cavaleiresco na consciência ocidental.

Essas idéias sobreviveram à perda da Terra Santa e, na verdade, viram-se fortalecidas no período final da Idade Média, sobretudo pelo patrocínio de grandes reis e duques, e pela formação de Ordens de cavalaria como a Ordem da Jarreteira, na Inglaterra, e a Ordem do Tosão de Ouro, na Borgonha. Cavaleiros andantes, consubstanciando o espírito de aventura e o fervor religioso, saíam em busca do Santo Graal ou da união com Deus, tornando-se parte significativa da consciência poética do Ocidente. A heráldica e o interesse pela genealogia asseguraram que as tradições de descendência e de boa família continuaram sendo uma forte característica do grupo dominante; mas era prestada atenção crescente à noção de que honra e nobreza de maneiras significavam mais do que nobreza de raça.

A cavalaria civilizou lenta mas seguramente uma sociedade militar que, partindo das rudes e violentas raízes do mundo épico do início do século XI, floresceu através do romance, secular e religioso, dos séculos XII e XIII, para culminar no mundo formal e regulamentado do período medieval final, quando os cavaleiros, pelo menos em teoria, também eram cavalheiros. Ver amor cortesão; cavaleiros

□ B.B. Broughton, Dictionary of Medieval Knighthood and Chivalry (1986); J. Barker, The Tournament in England 1100-1400(1987) [G. Duby, A sociedade cavaleiresca, S. Paulo, Martins Fontes, 1989; M. Keen, La caballería, Barcelona, Ariel, 1986; V.D. da Silva, Cavalaria e nobreza no fim da Idade Média, Belo Horizonte, Itatiaia-EDUSP, 1990]

cavaleiros Com sua indumentária específica, seus petrechos e todo um vistoso cerimonial, o cavaleiro foi um elemento característico da sociedade e da cultura européias durante boa parte da Idade Média. Em essência, o cavaleiro combinava as funções de ginete, armado de lança e espada, e as de servidor; o primeiro é representado pelas comuns nomenclaturas euro-ocidentais de knight, chevalier, cavaliere, caballero e Ritter, e o segundo pelo inglês arcaico cniht e o alemão knecht (servo, serviçal). Apesar das tentativas no sentido de se apontar na equites romana ou nas tropas montadas dos bárbaros a origem do desenvolvimento da cavalaria, esse caráter dual do cavaleiro surgiu, ao que tudo indica, bem mais tarde, no Império Carolíngio dos séculos IX e X, quando as práticas medievais mais antigas de vassalagem e recomendação (a obtenção por um homem livre da proteção e provisão de um senhor, em troca de serviço ou mercadorias) foram ampliadas para incluir o serviço militar e a doação de terras pelo senhor (um feudo, domínio, benefício). As inovações da época em equipamento de montar e em armaduras (sobretudo o estribo e a ferradura) serviram para ampliar a prestação de serviço a cavalo, produzindo o guerreiro especialista montado ou cavaleiro.

As origens utilitárias da cavalaria foram gradualmente obscurecidas pelas implicações financeiras e políticas da posse da terra por cavaleiros e da manutenção de armas, o que levou cada vez mais à identificação do cavaleiro com as classes superiores, um processo que estava virtualmente completo por fins do século XII. A imagem do cavaleiro foi muito favorecida e exaltada, nos planos cultural e moral, durante as Cruzadas, quando a própria Igreja se preocupou com a ética da cavalaria, incutindo-lhe uma natureza quase religiosa como o braço secular da Igreja, responsável pela proteção e defesa dos fracos e da própria instituição. Isso foi realçado pela instituição das Ordens Religiosas de Cavalaria no começo do século XII.

O crescimento da prática cortesã e cavaleiresca durante o século XII cristalizou ainda mais o conceito medieval de cavaleiro, assumindo conotações místicas e

românticas, favorecidas pela proliferação de uma literatura de cavalaria consubstanciada primordialmente nas canções de gesta e nos romances de aventura. As exigências para treinamento (aprendizado como pajem e escudeiro) de um cavaleiro até ser armado, e os elaborados rituais de investidura sofreram considerável evolução; esses rituais incluíam, por exemplo, um banho preparatório, vestuário, vigília noturna e a declamação da frase: "Sê um cavaleiro", acompanhada de uma leve pancada no ombro (a esse gesto simbólico chamavam os ingleses dubbing, os franceses colée, paumée). No século XIII, a prerrogativa de armar cavaleiro era geralmente privativo de um príncipe reinante. Do mesmo modo, surgiu um código humanizante de comportamento do cavaleiro (cavalheiro), envolvendo reverência pela religião e pelas damas da nobreza, e uma etiqueta de combate em relação a outros cavaleiros. Em fins do século XII desenvolveu-se ainda um orgulho acentuado pela ancestralidade, o que exaltou a ascendência patriarcal e a herança por progenitura; e, associado à necessidade de clara identificação em combate, encorajou o progresso da heráldica.

Tais elaborações prosseguiram durante os séculos XIV e XV; o cavaleiro declinou como importante força militar quando suas energias passaram a ser cada vez mais canalizadas para torneios e cerimônias de grande pompa e riqueza. Criaram-se ordens seculares predominantemente honoríficas (como a Ordem da Jarreteira, na Inglaterra, em 1348) e, no século XVI, a transformação do cavaleiro em gentil-homem (gentilhomme na França, gentleman na Inglaterra) estava virtualmente completa. Um outro fator nessa transformação foi o papel político do cavaleiro, adquirido na Inglaterra do final do século XIII, onde ele tomou assento no Parlamento como um "cavaleiro do condado", contribuindo para a perpetuação moderna da cavalaria como um sinal de privilégio. Ver armadura; cavalaria; guerra; heráldica [28] MB

□ R. Barber, The Knight and Chivalry (1974); R. Rudorff, Knights and the Age of Chivalry (1974); B. Arnold, German Knighthood 1050-1300(1985)

Cavaleiros da Espada (Fratres Militiae Christi, Irmãos da Milícia de Cristo) Uma pequena Ordem Militar alemã, fundada por volta de 1202 no turbulento campo missionário báltico da Livônia (hoje Estônia, Letônia e Lituânia). Violenta oposição pagã e a rivalidade comercial dos bispos de Riga forçou-os, em 1230, a negociar uma união com a Ordem Teutônica, já interessada na área graças à absorção da pequena Ordem de Dobrin. Poucos progressos foram feitos até que uma considerável parte da força dos Cavaleiros da Espada foi aniquilada em Saulen (1236), levando Gregório IX a impor a união. Livônia continuou perturbando os Cavaleiros Teutônicos, resistindo à conversão, rebelando-se e ocasionando conflitos com os príncipes russos. Somente em 1290 a área foi decisivamente unida ao

território prussiano, embora a atividade persistisse na Lituânia (com intervenção polonesa) e atingisse um clímax na derrota teutônica em Grünwald (1410).
□ F. Benninghoven, Der Orden der Schwertbrüder (1965)

Cavaleiros de São João (Hospitalários) Cavaleiros de Jerusalém, Rodes e Malta. Essa Ordem Militar Religiosa originou-se como um hospital beneditino para peregrinos nas vizinhanças do Santo Sepulcro e foi fundada por volta de 1070 por comerciantes de Amalfi. Essa instituição de caridade, dedicada à distribuição de esmolas, hospitalidade e assistência aos enfermos, floresceu sob o patrocínio de Godofredo de Bulhão (m. 1100) e, sob a direção do grão-mestre Geraldo, cristalizou-se numa Ordem (confirmada em 1113). Estabeleceu hospitais e comendadorias na Europa e no Oriente, e foi completamente transformada numa Ordem Militar (com votos monásticos à semelhança dos Templários) para defesa dos peregrinos. Os Hospitalários e seus rivais Templários formaram a melhor força combatente em ação na Terra Santa.

Após a queda de Acre (1291), assinalando a perda da Terra Santa, os Hospitalários mudaram-se para Chipre, onde instalaram a Grã-Comendadoria em Kolossi; mas depois que conquistaram Rodes (1307), o grão-mestre Foulques de Villaret aí estabeleceu em 1310 seu novo quartel-general, formando efetivamente um Estado soberano independente que se beneficiou dos confiscos templários. Os Hospitalários continuaram combatendo os muçulmanos para o controle do Mediterrâneo oriental até serem compelidos à rendição por Solimão, o Magnífico (1522). A Ordem declinou subseqüentemente, transferindo sua sede principal para Malta (1530), onde continuou suas atividades antimuçulmanas. A conquista de Malta por Napoleão (1798) pôs fim efetivo à Ordem, a qual foi restaurada em Roma (1878) como uma organização secular de caridade.
□ A History of the Order of the Hospital of St. John of Jerusalem, org. por L. Butler (1967); The Medieval Nobility, org. por Reuter (1978)

Cavaleiros do Templo (Templários) A primeira das Ordens Militares Religiosas, destinada a suprir e proteger os Estados cruzados. Os Templários originaram-se por volta de 1115 nas atividades de Hugo de Payens (m. 1136) e cavaleiros franceses seus companheiros (os Pobres Soldados de Cristo), dedicados à proteção dos peregrinos entre Jaffa e Jerusalém. Obtiveram o apoio de Balduíno de Jerusalém por volta de 1118 e, subseqüentemente, o de Bernardo de Claraval, que os elogiou em seu panfleto, De Laude Novae Militiae, e elaborou sua Regra monástica, aprovada pelo Concílio de Troyes em 1128. A Bula de Inocêncio II (1139) estabeleceu sua vassalagem exclusiva ao papa, e os Templários desenvolveram uma constituição com um grão-mestre eleito, províncias,

distritos e preceptorados individuais, adotaram uma túnica branca com cruz vermelha e construíram características igrejas redondas do tipo que ainda hoje pode ser visto na Temple Church em Londres.

Ao contrário dos Hospitalários, a quem influenciaram, os Templários empenharam-se primordialmente em campanhas militares contra os muçulmanos. Muitíssimo populares e enriquecidos por doações durante as Cruzadas, tornaram-se poderosos na Europa e no Oriente, dedicando-se à atividade de banqueiros. A queda de Acre (1291) e sua transferência para Chipre deixou-os sem objetivo definido e, como banqueiros, impopulares. Resistiram às tentativas de fusão com seus rivais Hospitalários, e conflitos com Filipe IV da França levaram o monarca, de acordo com o papa Clemente V, a planejar a extinção da Ordem. Acusações de heresia provocaram sua supressão (Concílio de Viena, 1312)); o grão-mestre Jacques de Molai e outros foram executados e os bens da Ordem confiscados, passando para os Hospitalários e príncipes seculares. A Ordem foi restabelecida em Portugal como Ordem de Cristo.

[O restabelecimento da Ordem do Templo como Ordem de Cristo em Portugal ocorreu em 1318, no reinado de D. Dinis. O espólio templário era imenso, acumulado desde: sua instalação em Portugal com a fundação do reino para auxiliar D. Afonso Henriques na tarefa de Reconquista. Seu primeiro Mestre, Gualdim Pais, foi cruzado, edificou o castelo e convento de Tomar, sede da Ordem, os castelos de Almourol e Idanha, e consolidou o avanço das fronteiras portuguesas até o sul do Alentejo. Grande parte dos territórios do Ribatejo e Alentejo era propriedade templária quando a Ordem foi suprimida e substituída pela Ordem de Cristo. Seu poderio financeiro contribuiria substancialmente, um século depois, para a empresa de descobrimentos marítimos, iniciada pelo Infante D. Henrique, grão-mestre da Ordem. A arquitetura templária em Portugal está patente no convento de Cristo em Tomar, onde subsiste sua famosa rotunda, e no panteão de Santa Maria do Olival. NT]

□ E. Simon, The Piebald Standard: A Biography of the Knights Templar (1959)

Caxton, William (1422-91) Tipógrafo inglês. Natural de Kent, Caxton foi aprendiz de um influente negociante de tecidos de Londres, Robert Large, em 1439. Com a morte de Large em 1441, ele viajou para Bruges a fim de completar seu treinamento e, por volta de 1464, tinha alcançado a influente posição de governador em exercício da Liga dos Aventureiros Mercantis nos Países Baixos. Durante uma visita a Colônia em 1471, aprendeu a arte tipográfica. Regressando à Inglaterra, foi responsável pela publicação do primeiro livro impresso inglês, o Recuyel of the Histories of Troye (1474). Em 1476 instalou uma impressora em Westminster, onde imprimiu 96 livros, incluindo Canterbury Tales, de

Chaucer, e Morte d'Arthur, de Malory. Seu assistente Wynkyn de Worde sucedeu-lhe no negócio. Ver imprensa

□ N.F. Blake, Caxton: England's First Publisher (1976); G.D. Painter, William Caxton (1976)

Celestino V papa 1294 (n. Pietro de Merone, 1209-96) Foi primeiro monge beneditino e depois eremita nos montes Abruzos, onde fundou a Ordem Celestina para os seus seguidores. Quando foi eleito papa já estava com 85 anos de idade. Carente de habilidade administrativa, tornou-se dependente de Carlos II de Nápoles e encheu a Cúria de seus partidários; Celestino tampouco teve êxito em suas tentativas de estabelecimento da paz entre Aragão, de um lado, a França e a Inglaterra, do outro. Durante o seu pontificado, mostrou-se favorável aos Espirituais franciscanos, permitindo-lhes que se separassem da Ordem. Após um pontificado de apenas cinco meses, Celestino renunciou e Benedetto Gaetani foi eleito em seu lugar como papa Bonifácio VIII. Como alguns consideraram a abdicação de Celestino um ato ilegítimo, não lhe foi consentido voltar à vida eremítica, sendo mantido em rigoroso confinamento até sua morte.

célticas, Igrejas O Cristianismo chegou às comunidades célticas da Grã-Bretanha nas fases finais do domínio romano e alastrou-se para além da velha fronteira imperial até a Irlanda e a Escócia nos séculos V e VI. Os cristãos celtas deram uma contribuição especial para a cena européia em dois aspectos: pela inspiração e reputação de seus santos, e por sua atividade missionária direta no continente. santos celtas Diz a tradição que, durante o século VI, uma grande quantidade de pessoas das regiões célticas da Grã-Bretanha tornaram-se santos ascéticos, retirando-se freqüentemente para ilhas, e que muitos desses santos partiram para distantes e ignotas paragens, influenciando as populações locais e fundando mosteiros pelo caminho. Essa tradição exagera o número de pessoas envolvidas e o ascetismo delas, e concentra indevidamente a atividade no século VI. Entretanto, há evidência de viagens de alguns santos do século VI e houve, indubitavelmente, um movimento de fundação monástica durante o período final daquela centúria e ao longo da seguinte na Grã-Bretanha ocidental e na Irlanda; essas fundações eram caracteristicamente feitas em lugares centrais, não isolados. As melhores provas existentes referem-se a movimentos de galeses, viajando do País de Gales para a Irlanda nos séculos V e VI, e para a Cornualha e a Bretanha nos séculos VI e VII.

Como os mesmos santos eram venerados no País de Gales, Cornualha e Bretanha, autores medievais e outros mais recentes supuseram erradamente que a única explicação possível para o tão difundido culto comum eram as origens também comuns. Não havia contudo uma Igreja céltica dotada de organização unitária e prática comum em todas as

áreas celtas. A prática e as instituições eram extremamente diversas nas diferentes regiões; os clérigos celtas nunca se reuniram como um grupo nem reconheceram uma figura que lhes presidisse. Compartilhavam, porém, de uma característica comum: a veneração de santos locais secundários, como Cadogou Mochutu, sem culto pan-europeu, parece ter sido muito mais habitual e mantida por muito mais tempo nas regiões célticas do que em outras. A missão céltica para o continente O movimento monástico dos séculos VI e VII encorajou alguns indivíduos a procurarem obter sua plena realização espiritual fazendo uma peregrinação para longe de seu lar e país, cortando todo o contato com fontes conhecidas de apoio e alcançando a superação do próprio eu através da luta espiritual. Durante essas peregrinações, faziam-se pregações e novas fundações monásticas eram erguidas como fonte de contínuo apoio espiritual para a população, fosse ela pagã ou já cristã.

A missão céltica para o continente era dominada por irlandeses, embora incluísse também alguns britânicos. O mais famoso desses primeiros peregrinos foi São Columba, que saiu do norte da Irlanda por volta de 565 e fundou o mosteiro de Iona ao largo da costa oeste da Escócia. Embora Iona fosse de considerável importância em missões para os pictos e os ingleses pagãos, Columba conservou seu interesse pela política irlandesa e voltou freqüentemente à Irlanda.

Um peregrino mais típico foi São Columbano. Educado em Bangor, partiu por volta de 590 para a Europa continental, tendo como objetivo encontrar-se com os governantes merovíngios dos francos; com o patrocínio deles, fundou mosteiros em Annegray, Luxeuil e Fontaines. Depois desentendeu-se com os governantes e, em dado momento, foi forçado a deixar o país. Mais tarde, viajou pela Francônia oriental e entrou na Itália, encorajando a fundação de mosteiros em São Galeno e, finalmente, em Bobbio, onde morreu em 615. Outros se lhe seguiram, alguns parando, como Fursa, por volta de 630, na East Anglia pagã antes de passar ao continente; outros, como Tomiano, bispo de Angoulême, exercendo o cargo no seio da Igreja franca; ainda outros, como Ciliano de Würzburg (martirizado em 689), viajando para regiões pagãs que o fizeram chegar ao leste europeu.

O exemplo dos irlandeses levou outros a estabelecerem mosteiros na Francônia: Richarius, um nobre da Picardia que fundou Saint-Riquier, e Wandregisl, que fundou Saint-Wandrille, por exemplo. O movimento monástico prosseguiu no século VII e começo do VIII, mas foi suplantado em meados do século VIII pela missão inglesa à Alemanha pagã. Entretanto, uma esfera de influência irlandesa tinha sido estabelecida na Suíça, Áustria e sul da Alemanha, e isso foi um manancial de tradições duradouras. No século XII, numerosos mosteiros nessa área proclamavam-se de origem irlandesa, mesmo quando isso não era verdade, e fica muito difícil distinguir características intrinsecamente

irlandesas no âmbito do primitivo monasticismo medieval no continente.

Os centros estabelecidos pelos irlandeses, ou através de influência irlandesa, não foram importantes meramente por razões espirituais, pois contribuíram para o progresso do saber e da educação; lugares como Luxeuil, sua filial Corbie, e Bobbio, revestiram-se de significado especial na produção e cópia de manuscritos — obras clássicas, patrísticas e jurídicas. O principal movimento monástico pode ter terminado em fins do século VIII, mas o movimento de indivíduos irlandeses prosseguiu, e as cortes francas continuaram atraindo homens de saber irlandeses durante todo o século IX. O poeta e pensador Sedúlio e o teólogo e filósofo João Escoto Erígena destacaram-se entre os muitos estrangeiros que deram valiosas contribuições para o renascimento intelectual carolíngio, e a tradição que associou a Irlanda e o saber continuou sendo uma força poderosa no desenvolvimento europeu. Ver Aidan WD

□ G.H. Doble, The Saints of Cornwall (1960-70); L. Bieler, Ireland: Harbinger of the Middle Ages (1963); E.G. Bowen, Saints, Seaways and Settlements in the Celtic Lands (1969)

cesaropapismo Teoria de governo segundo a qual os poderes régios e sacerdotais combinam-se para ser exercidos por um único governante leigo. A idéia promanou do conceito do imperador romano clássico como chefe da Igreja e do Estado, uma vez que era cultuado como uma divindade. O primeiro imperador cristão, Constantino (306-37), tentou controlar a Igreja promulgando os princípios religiosos a serem observados por seus súditos como dogmas, e nomeando e demitindo pessoalmente os dignitários eclesiásticos. Apesar das promulgações do Concílio de Calcedônia (451), essa política foi mantida pelos imperadores Zenão (474-91) e Justiniano. Embora na Idade Média a autoridade papal fosse largamente aceita no Ocidente, os imperadores bizantinos continuaram exercendo o papel dual como chefe do Estado e da Igreja, e isso, em parte, foi responsável pela ruptura com a Igreja romana.

□ [S. Runciman, A teocracia bizantina, Rio, Zahar Editores, 1978]

Champagne, feiras da Nas encruzilhadas das estradas que vinham de Flandres, Alemanha, Itália e Provença, essas feiras converteram-se no mercado internacional da Europa nos séculos XII e XIII. A lã inglesa, as especiarias e os corantes mediterrâneos, as peles e os linhos alemães, os artigos espanhóis de couro, eram as principais mercadorias de troca. As grandes feiras duravam 49 dias cada, e eram em número de seis: uma em Lagny e em Bar-sur-Aube, duas em Provins e duas em Troyes. A primeira semana passava-se recebendo mercadorias e a última liquidando contas. Assim, as feiras tornaram-se regulares e importantes centros bancários. O final do século XIII assistiu ao

declínio das feiras, com o crescente uso das comunicações marítimas entre o norte da Europa e o Mediterrâneo, e a expansão do estado de guerra na França. Ver comércio
□ [F. Bourquelot, Études sur les foires de Champagne, 2 vols., Paris, Le Portulan, 1970]

Chaucer, Geoffrey (c. 1340-1400) Um dos maiores poetas ingleses, Chaucer foi também um homem de negócios e um londrino ativo nos círculos da corte, principalmente sob o patrocínio de João de Gaunt, duque de Lancaster. Viajou muito, sobretudo pela Itália na década de 1370, e seus cargos incluíram o controle de importantes aspectos dos serviços aduaneiros em Londres. Durante um certo período, foi também secretário na administração das obras no palácio de Westminster, na Torre de Londres e na Capela de São Jorge, em Windsor. Sua obra publicada começou aparecendo no final da década de 1360 mas é pelas criações de sua maturidade, mormente Troilo e Créssida (c. 1382) e, acima de tudo, os Contos de Canterbury (depois de 1382), que Chaucer é principalmente lembrado.

Escolheu o inglês como o principal veículo de sua obra numa época em que o triunfo da língua nativa sobre o francês ainda não estava assegurado de forma absoluta, e introduziu estilos franceses e italianos de prosódia que acabaram substituindo a predileção tradicional do inglês pelo verso aliterativo. Sua combinação soberba de realismo e visão imaginativa, sua humanidade e senso de comédia, destacam-no como um dos maiores espíritos criativos da época. A estrutura dos Contos de Canterbury (contados por um grupo de peregrinos, um perfil transversal da sociedade de seu tempo, na viagem de Southwark para o túmulo de São Tomás Becket, em Canterbury) deve muito ao Decameron de Boccaccio, mas o tratamento é inglês, original e especialmente valioso para todos os historiadores interessados no pensamento e nas atitudes sociais do final do século XIV.
□ D. Brewer, Chaucer, the Criticai Heritage 1385-1933 (1978) [G. Chaucer, Os contos de Cantuária, trad. P. Vizioli. S. Paulo, T.A. Queiroz, 1988; J. Batista Neto, As viagens de Chaucer a Itália, S. Paulo, FFLCH-USP, 1977]

China A conquista mongol da China começou por volta de 1206, quando Gêngis Khan ascendeu a uma posição de supremacia entre os povos mongóis das estepes e iniciou um período de expansão. Aliando-se ao Estado Tangute no nordeste do Tibete em 1209, Gêngis Khan passou então a atacar a dinastia Chin, que governava o Estado setentrional chinês de Juchen. Em 1215, ele tinha tomado a capital de Ta-tu (Pequim) e reduzido o território Chin a uma pequena área da China central. Em 1250, os mongóis reiniciaram seus ataques, dessa vez contra a dinastia Sung da China meridional. Sob a liderança dos netos de Gêngis Khan, o Grão-Khan Mangu e seu irmão Kublai Khan, os mongóis invadiram e dominaram o Estado Sung e em 1276 já controlavam também a capital, Lin-an (Hangchow), onde

estabeleceram a dinastia Yuan (1279-1368). Na esfera governamental, os mongóis introduziram poucas mudanças quer na China setentrional ou na meridional, porquanto permitiram que permanecesse tudo o que parecia ser o melhor da administração e religião existentes na China da época. O impacto da civilização chinesa sobre o mundo ocidental foi mínimo, embora viajantes para "Cathay", como Marco Polo, trouxessem de volta histórias do século XIII em diante que ajudaram a enriquecer a imaginação ocidental.
□ China among equals, org. por M. Rossabi (1983)

Chipre Tendo passado para o domínio grego após a queda do Império Romano no Ocidente, Chipre foi tomada pelos árabes em 644. Nos séculos que se seguiram, a história política da ilha foi turbulenta. Reconquistada pelos gregos, capturada de novo pelos árabes de Harun al-Rachid e finalmente devolvida à influência bizantina pelo imperador Nicéforo Focas (963-69). Em 1191, em retaliação pelo tratamento dispensado aos seus cruzados pelo imperador Isaac Comneno, Ricardo I de Inglaterra conquistou a ilha e vendeu-a aos Cavaleiros Templários, que pouco depois a revenderam ao rei de Jerusalém, Guy de Lusignan. Sob o governo de Guy, de seu irmão Amaury e seus sucessores, a administração da ilha assemelhava-se à da Europa feudal. Durante os séculos XIV e XV, a influência italiana tornou-se mais importante; entre 1376 e 1464 a cidade mercantil de Famagusta esteve em mãos dos genoveses, enquanto que em 1489, após a morte do rei Jaime III, a ilha toda passou para a esfera do império veneziano, assim permanecendo até ser capturada pelos turcos em 1571.
□ G. Hill, A History of Cyprus (1948-52)

Chrétien de Troyes (c. 1135-83) Escrevendo para um público culto nas cortes aristocráticas da França setentrional entre 1165 e 1180 (Maria, condessa da Champagne, e Filipe, conde de Flandres, estavam entre seus patrocinadores), Chrétien destaca-se como a mais influente e inovadora figura da literatura vernácula do século XII. Fundador do gênero romanesco, suas obras foram traduzidas e imitadas por toda a Europa. Inspirou-se num corpus de lendas arturianas, essencialmente célticas, e na cultura e sociedade cortesã de seu tempo; suas obras mais conhecidas incluem cinco longos poemas narrativos: Erec e Enide, Cligès, Yvain ou o Cavaleiro do leão, Lancelote ou o Cavaleiro da carreta e Percival ou o Conto do Graal.

Sua principal preocupação parece ter sido as atitudes, hábitos e crenças que caracterizavam a cavalaria de seu tempo, e suas implicações morais. A ação de seus romances concentra-se na busca de aventuras por parte do cavaleiro andante, que diante de vários problemas e crises, precipitados usualmente pelo amor, cresce em estatura

quando adquire uma identidade e novos valores, o que o habilita a realizar melhor seu potencial individual e a cumprir plenamente seu papel na sociedade. Com seu último e inacabado romance, Percival, é introduzida uma dimensão religiosa onde antes estava presente o amor por uma mulher como a influência mais civilizadora e enobrecedora sobre o homem. Alguns críticos contentam-se em interpretar as obras de Chrétien como ilustrativas da reconciliação da necessidade dual do homem entre o amor dentro do casamento e a aventura. Outros preferem ler nas entrelinhas, vendo-o como um provocante, até subversivo, formulador de questões difíceis.

É possível que os leitores modernos de Chrétien se impressionem com sua constante variação de tom e, em particular, sua justaposição de ostensivo realismo e óbvia fantasia. Além de sua versátil manipulação do octossílabo, sua exploração teatral do diálogo e da retórica, e de sua habilidade na estruturação da narrativa, a erudição discreta de Chrétien, seu talento para a observação e a análise psicológica (especialmente do amor), seu humor e penetrante uso de ironia combinam-se para dar um sentido de desenvolta elegância e refinamento à sua obra. Ver romances de aventura IS

□ J. Frappier, Chrétien de Troyes (1957); L. Topsfield, Chrétien de Troyes: A Study of the Arthurian Romances (1981)

Chrysoloras, Manuel (1350-1415) Nobre bizantino e fundador dos estudos gregos na Itália renascentista. Chegou pela primeira vez à Itália em 1394 numa missão diplomática para o imperador Manuel II. Em 1396 era nomeado professor de grego na Escola de Florença. Depois de 1400 residiu permanentemente na Europa, lecionando em Veneza, Milão, Pavia e Roma. O papa Gregório XII enviou-o em diversas missões, e Chrysoloras faleceu quando participava do Concílio de Constança (1414-1418). Suas traduções de Homero e Platão para o latim, bem como sua gramática grega, muito contribuíram para reanimar o estudo do grego no Ocidente. Foram seus alunos, entre outros, Leonardo Bruni e Guarino de Verona.

□ G. Cammeli, I dotti Bizantini e le origini dell’humanesimo: I Manuele Crisolora (1941)

Cid, el (Rodrigo Diaz) (c. 1043-99) Nascido na aldeia de Bivar, perto de Burgos, de uma família de infanzones, o mais baixo grau na hierarquia da nobreza castelhana. Armado cavaleiro por Sancho II de Castela, Rodrigo passou a ser o seu alférez (porta-estandarte mas, de fato, comandante-em-chefe) e derrotou Afonso VI de Leão em Golpejera (1072). Alguns meses depois, o assassinato de Sancho e a volta de Afonso aos tronos de Leão e Castela afastaram Rodrigo do centro do poder. Embora Afonso combinasse o casamento de Rodrigo (1074) com Jimena Diaz, de sangue real leonês, como um gesto de

reconciliação, a desconfiança persistiu. (Rodrigo e Jimena não eram aparentados: Diaz não era um sobrenome mas um patronímico, "filho ou filha de Diego".) Cortesãos invejosos da alta nobreza teciam intrigas contra Rodrigo, a quem viam como uma ameaça, tanto por suas qualidades pessoais quanto por ser membro de uma nova classe vigorosa.

A oportunidade deles chegou em 1081, quando Rodrigo efetuou uma incursão contra o reino muçulmano de Toledo. Foi banido e colocou-se a serviço do emir de Saragoça, cujo exército comandou por vários anos com grande êxito; nada havia de insólito em tais alianças até a invasão dos almorávidas. Aí lhe foi dado o título árabe de sayyid ("senhor"), hispanizado como Cid. Uma reconciliação com o rei Afonso (1087) durou apenas dois anos e, banido de novo, Rodrigo avançou para sudeste, usando seus talentos militares e políticos e seu íntimo conhecimento dos muçulmanos hispânicos para formar o reino de Valência, sua esfera de influência. Manteve os almorávidas em xeque (foram suas as únicas vitórias obtidas contra eles por qualquer general cristão nessa época) e, quando o seu protegido, o rei de Valência, foi assassinado num golpe pró-almorávidas (1092), El Cid sitiou a cidade, que se rendeu após dois anos de cerco. A partir de 1094, Rodrigo governou Vâlência, nominalmente para Afonso, na prática como soberano (por exemplo, nomeou um monge francês de Cluny para bispo). Desbaratou uma ofensiva almorávida e, de novo reconciliado com Afonso, manteve Valência em seu poder até sua morte.

O único filho de Rodrigo e Jimena morreu em combate sem deixar descendência. Uma de suas filhas casou com um príncipe navarro e a outra com o conde de Barcelona. Seus descendentes vieram a ser reis de Castela e de Leão no século XII, e o sangue de Rodrigo penetrou na linhagem real inglesa em meados do século XIII através de Leonor de Castela. El Cid é retratado pelos historiadores árabes como um opressor cruel, mas pela Historia Roderici do século XII e pelas lendas do mosteiro de São Pedro de Cardeña (onde ele e Jimena estão sepultados) como um santo leigo. O homem real poderá destacar-se com maior clareza do Poema del Cid (c. 1207), ainda que boa parte do enredo seja ficção; Rodrigo é apresentado como um governante bravo, leal, sagaz e realista — talvez o único herói épico que se preocupou com sua capacidade em pagar seus soldados. Baladas posteriores, das quais Le Cid de Corneille descende indiretamente, oferecem um quadro mais fantasioso.

ADD

□ S. Clissold, in Search of the Cid (1965) [R. Menendez Pidal, La España del Cid, 2 vols., Madri, Espasa-Calpe, 7ª ed., 1979; Poema de mio Cid, org. por I. Michael, Madri, Castalia, 1980]

cidades O desenvolvimento de uma vida urbana própria é um importante aspecto da

Europa medieval. Nos últimos séculos do mundo antigo, a civilização dos gregos e romanos, em sua mais plena forma, era urbana, e sua literatura e instituições refletiam valores urbanos. Na verdade, o Império Romano era a maior das antigas cidades-Estado, com seus privilegiados súditos gozando de uma cidadania comum a todos. O colapso final do governo centralizado no século V e o gradual povoamento do Ocidente por invasores germânicos, enfraqueceu a economia urbana do Império e, com ela, sua cultura. A subseqüente reaglutinação de populações urbanas é um aspecto significativo da nova cultura da Idade Média, surgida das ruínas de Roma.

Tal mudança nunca foi precisa e completa. Em grande parte da Europa continental, a Igreja cristã manteve tradições do governo romano e, portanto, algo de vida urbana, na medida em que utilizou as fundações remanescentes para apoiar-se nelas. A diocesis romana tornou-se uma instituição eclesiástica; a civitas tribal e as capitais provinciais da Gália, como Paris, Reims ou Tours, tornaram-se sés episcopais. A transição da Antigüidade para a Renascença na Itália foi mais breve e mais ambígua do que no resto da Europa, e na própria Roma e cidades maiores, as populações concentradas sugerem certa continuidade de instituições. Mesmo ao norte dos Alpes, em lugares como Bordéus, e na Espanha e Norte da África antes das invasões árabes, vestígios do sistema jurídico e administrativo romano sobreviveram no novo período, com escolas para sustentá-los.

Essas sobrevivências tiveram apenas efeitos leves na Gália setentrional, Bretanha e bacia do Reno, onde a influência romana tinha sido sempre atenuada pela distância do Mediterrâneo. Na Grã-Bretanha, algumas cidades romanas foram inteiramente abandonadas, como Silchester (Calleva Atrebatum) no Hampshire, e Venta Icenorum no Norfolk. De modo geral, entretanto, a importância estratégica dos melhores locais garantiu alguma continuidade de ocupação, e a questão a debater consiste em apurar em que medida e quando as comunidades podem ser consideradas urbanas. Uma cidade caracteriza-se por uma certa densidade de povoamento, que supera a capacidade da comunidade para produzir seu próprio alimento; um padrão de ocupação que inclui a permuta regular de bens e serviços; e um status civil bem definido. A população das cidades medievais era densa, pelos padrões contemporâneos, mas nunca muito numerosa. Na Inglaterra, somente Londres se aproximava dos 50.000 habitantes, ao passo que as maiores cidades provincianas ficavam perto dos 10.000. Os burgos rurais menores contavam com artesãos e mercadores, mas somavam apenas algumas centenas de habitantes. No continente, os maiores centros eram superiores a Londres, e a proporção entre a metrópole e a cidade de mercado era correspondentemente ampliada. Todas tinham em comum o fato de dependerem da zona rural para obtenção da maior parte de seu alimento e para a imigração.

O status civil, conceito indefinível nos primeiros tempos, não deve ser considerado exageradamente. Não obstante, o interesse comum de reis e bispos conferiu a alguns lugares uma preeminência especial. Os palácios reais e as comunidades religiosas tinham que ser sustentados, e onde suas propriedades estavam muito espalhadas, os transportes e um sistema de trocas originavam e mantinham mercados em localidades antigas e novas. A Igreja, em particular, necessitava de incenso e de outros produtos que a Europa ocidental não podia fornecer, e tanto as especiarias do Oriente quanto as peles do Norte encontravam uma clientela permanente. Embora esse comércio a grande distância nunca cessasse, esteve durante alguns séculos nas mãos de mercadores e transportadores que freqüentavam as feiras e outros locais temporários, em vez de povoações permanentes. Os frísios eram um dos povos que mantinham tal comércio, até serem finalmente eclipsados pelos vikings. A crise das invasões escandinavas do Ocidente, as quais destruíram alguns dos primeiros entrepostos, como Dorestadt, ajudaria mais tarde a encaminhar o comércio e uma administração mais ordenada para cidades populosas e mais eficazmente defensáveis.

A partir do século X, a sociedade européia era sustentada por uma rede de núcleos urbanos, embora suas condições e dimensões variassem muito. Na Inglaterra, onde o poder real foi precocemente consolidado, as cidades caracterizavam-se por um certo grau de dependência consentida e de uniformidade. Por mais danosas que as incursões escandinavas tivessem sido, a reação contra elas produziu um sistema relativamente bem planejado. O nome em inglês arcaico para um forte, burh, passou gradualmente a significar um burgo (borough = cidade pequena e cercada de muralhas de defesa). Durante um século antes da conquista normanda, burgos fortificados foram comumente centros de administração, com seus tribunais próprios, mercados protegidos e privilégios especiais para os seus habitantes. Também possuíam casas de moeda que cunhavam peças de excepcional qualidade, sob rígido controle real.

Por toda a Europa, as cidades refletiram as condições políticas vigentes pelo seu grau de autonomia ou de subordinação. Na França, a autoridade dos reis atingia mais levemente os súditos fora de seus próprios domínios, mas se as vilas e cidades estavam livres de controle real, tinham que levar em conta a presença de condes e outros senhores locais. As maiores cidades alemãs beneficiaram-se do declínio da força dos imperadores, e aquelas que finalmente expressaram seu poderio na Liga Hanseática já desfrutavam de substancial independência em seus territórios. Na Itália, Pisa, Gênova e Veneza possuíam frotas mais poderosas do que as da Hansa, enquanto que centros interiores de comércio e comunicações, como Milão, Florença e Siena, podiam mobilizar exércitos para se

protegerem e aos seus hinterlands.

Para cada uma das novas cidades-Estado, entretanto, havia muitos milhares de pequenas povoações, as quais se pareciam com suas vizinhas maiores no tocante a funções e pretensões, e eram essenciais à existência não só das cidades maiores mas também dos nobres poderosos, leigos ou eclesiásticos, com quem cidades como Veneza tratavam e rivalizavam. Embora no período formativo dos séculos XI e XII, burgueses e cidadãos brigassem com reis, prelados e nobres, e fossem usualmente intimidados por eles, suas querelas escondiam uma forte interdependência. Cidades e mercadores aspiravam ao controle de seus próprios negócios, mas precisavam e desejavam a proteção do Estado quando estavam longe. Reis e nobres não viam com agrado a conduta altiva dos cidadãos e alarmavam-se com a propensão destes para formar associações juramentadas, especialmente as Comunas do século XII. Tais manifestações pareciam subversivas e ameaçadoras, mas ao mesmo tempo a aristocracia recorria às cidades não só para obter suprimentos, como também para cobrar os tributos com que era paga a proteção política e para conseguir empréstimos junto aos comerciantes que, ao contrário dos agricultores, podiam produzir em qualquer estação do ano.

O comércio, com algumas indústrias, mantinha as cidades; a administração das leis assegurava-lhes a independência. Num período em que comunidades de toda espécie se distinguiam por seus costumes, os das cidades eram marcados (entre os usos que poderiam ser encontrados em qualquer comunidade rural) por prescrições que favoreciam um grau de relativa liberdade pessoal, a livre disposição de bens, incluindo com freqüência sua legação testamentária, a observância e execução de contratos e o ressarcimento de dívidas. Tais costumes não eram uniformes, mas constituíam um meio conveniente para salvaguardar e desenvolver as regras que definiam e protegiam a comunidade. As cidades permutavam, de bom grado, informações sobre tais matérias; a mais antiga carta entre duas municipalidades inglesas descreve os termos da carta régia de Northampton para benefício dos burgueses de Lancaster, que em 1200 estavam procurando obter a concessão de iguais privilégios. Os direitos do burgo normando de Breteuil (Eure) foram outorgados a inúmeras localidades da Inglaterra, Gales e Irlanda por senhores anglo-normandos, e os direitos consuetudinários de Magdeburgo propagaram-se a centenas de cidades da Europa oriental quando cavaleiros, mercadores e artesãos alemães avançaram em direção às planícies do Vístula e do Dniester.

Protegidos por muralhas e definidos por seus direitos, os cidadãos viviam em comunidades distintas mas não isoladas. Súditos de seus senhores e soberanos, exceto numa minoria de verdadeiras cidades-Estado, os cidadãos administravam a lei em seus próprios tribunais e lançavam seus próprios impostos. Fundavam e patrocinavam igrejas e

capelas; mantinham escolas e hospitais, estradas e pontes. Seus funcionários mantinham livros de atas e redigiam sentenças dos tribunais, escrituras e outros documentos cartoriais, escrituravam os livros contábeis e escreviam crônicas em que eram celebrados os mitos e os fatos históricos da cidade. Os públicos a que se dirigiam eram exigentes e atentos aos seus próprios interesses, mas não ignoravam a existência de um mundo mais vasto. Os nobres tinham casas na cidade, e os cidadãos mais prósperos e bem-sucedidos adquiriam propriedades no campo. Uns e outros patrocinavam os mesmos artistas e artesãos. As próprias cidades adotavam alguns dos adornos da sociedade aristocrática. Os homens dos Cinque Ports, cujos barcos compunham a força naval permanente do rei, e os cidadãos de Londres, eram coletivamente intitulados barões em determinadas ocasiões solenes. As municipalidades passaram a exibir brasões, escudos de armas e outros distintivos heráldicos.

Uma das primeiras ocasiões para tais exibições ocorreu com o uso de um selo comum para autenticar atos realizados em nome da cidade. Selos municipais apareceram no norte da Europa no século XII e estabeleceram-se rapidamente como uma das marcas do privilégio urbano. Quando os negócios cívicos tornaram-se mais complexos, havia selos para tribunais especializados e para funcionários individuais. As divisas dos primeiros selos inspiravam-se tanto em símbolos religiosos quanto em heráldicos, em paisagens da cidade com seus portões e muralhas, e ocasionalmente em retratos. O selo de Doullens (Somme) reproduz as cabeças dos Scabini, ou magistrados municipais, por exemplo.

O selo era uma expressão da unidade dos cidadãos; o cerimonial era outra, especialmente os rituais da irmandade ou da guilda. As guildas, com sua irmandade juramentada e a sanção de uma paz especial entre os irmãos, estavam perfeitamente ajustadas às condições da vida urbana. Só por breve tempo estiveram associadas aos benefícios e ao exercício do governo democrático, mas dotaram todas as classes da sociedade dos meios de associação formal. As corporações religiosas e sociais possibilitaram agremiações para a magistratura e sociedades beneficentes para os cidadãos em geral. As guildas de ofícios, sujeitas à fiscalização municipal, regulamentavam as admissões e as condições de trabalho em cada profissão, e zelavam pelo bem-estar dos artesãos. Todas as corporações públicas e a maioria das corporações privadas tinham sede numa igreja ou capela, e mantinham sacerdotes como seus capelães. Do século XIV em diante, e sobretudo com o recrudescimento do culto de Corpus Christi, os autos teatrais patrocinados pelas guildas giravam em torno de temas bíblicos, sendo organizados pelas municipalidades no ritual do ano civil.

A crise econômica do final da Idade Média acarretou sérios problemas para as

cidades. Sob pressão de uma população crescente, desde o século XI até fins do século XIII, muitos e novos centros urbanos foram estabelecidos e emancipados, hoje assinalados apenas, com freqüência, por topônimos como Newton, na Inglaterra, e seus equivalentes Vila Nova, Villeneuve, Neumarkt etc. no continente. Numa economia estacionária ou em contração, nem todas as novas urbes foram viáveis e algumas entraram em declínio. Ao mesmo tempo, novos centros de fabricação de vestuário floresceram no sul da Inglaterra, embora uma população especializada corresse o risco de desemprego cíclico, o que era um sério problema nas cidades flamengas de Gand, Bruges e Ypres no início do século XVI. Entretanto, as cidades continuaram atraindo imigrantes do interior e, a par da decadência em algumas zonas, há evidência da subdivisão e da construção mais intensiva em outras áreas, bem como da multiplicação de edifícios especializados, como as estalagens. A chaminé, despejando à sua volta a fumaça dos quartos do andar térreo, em vez de o fazer através dos andares superiores, era uma característica das casas urbanas desde, pelo menos, o século XII, tal como era também a estreita fachada para a rua, formada pela oficina ou loja, e uma entrada para carruagens que dava para um longo e variadamente ocupado pátio, do qual muitos exemplos sobrevivem hoje por toda a Europa.

A imagem da cidade medieval amuralhada, compacta e densamente edificada não é falsa, embora a realidade seja mais complexa. As muralhas e portas serviam mais freqüentemente para regularizar o tráfego e facilitar a cobrança dos tributos do que para defender a cidade de ataques. Havia hortas e pomares do lado de dentro das muralhas, e até as maiores cidades possuíam campos extramuros. Eram um lembrete de que a comunidade rural era dominante na sociedade medieval, tal como a comunidade urbana o é na sociedade moderna. Contudo, as cidades desempenharam funções vitais na concentração de pessoas e misteres, e na produção de riqueza. As universidades, que desalojaram os mosteiros como centros de saber e tornaram-se vitais para a Igreja e o Estado como locais de treinamento para administradores, foram lídimos produtos da cidade medieval. Também o foram, num outro sentido, as viagens de exploração que abririam um mundo mais vasto para as potências européias na era renascentista. Ver comércio; feiras; guildas; lã, comércio de; universidades; ver também cidades individualmente registradas GM

□ M.W. Beresford, New towns of the Middle Ages (1967); S. Reynolds, An Introduction to the history of English medieval towns (1977) [Ph. Dollinger, La Hanse, Paris, Aubier, 1964; R.S. Lopez, A cidade medieval, Lisboa, Presença, 1988]

ciência No sentido de que a ciência envolve a busca da verdade em todos os ramos do conhecimento, sustenta-se com freqüência que a Idade Média na Europa foi um período

relativamente estéril; entretanto, um exame atento dos principais ramos do conhecimento humano leva a uma considerável modificação de tal ponto de vista. É verdade que a teologia era considerada a rainha das ciências e, como tal, podia ter, e teve, um sério impacto sobre o livre exercício do intelecto. Superstições irracionais, crenças profundamente enraizadas na magia, animismo pagão tenuemente disfarçado por um verniz cristão, serviram também para inibir a investigação científica de fenômenos naturais.

Não obstante, a transmissão do saber clássico por homens doutos da estirpe de Boécio e Beda, no começo da Idade Média, e o trabalho de eruditos dos séculos XII e XIII, apoiados em fontes árabes, produziram significativos esclarecimentos e avanços. Pelos árabes foram transmitidos o uso do ábaco, o conhecimento matemático e os progressos na álgebra; e em fins da Idade Média os algarismos árabes eram de uso comum no Ocidente, sobretudo na Itália, nas comunidades mercantis mais avançadas. Gerberto d'Aurillac (papa Silvestre II, 996-1003) foi um matemático precocemente notável, ao passo que Roger Bacon, na Inglaterra (1214-92) e Leonardo de Pisa (Fibonacci, m. c. 1240) deram significativas contribuições originais. A astronomia foi estudada em profundidade, embora com as inevitáveis distorções devidas ao fato de apoiar-se em Ptolomeu e ao estreito relacionamento estabelecido com a astrologia. A base experimental da alquimia, embora corrompida pela busca do "elixir da vida" e da "pedra filosofal" serviu para lançar os fundamentos da química. Remédios populares e o interesse pelas propriedades curativas das plantas resultaram num acúmulo de conhecimentos talvez mais efetivos na prática, do que sob a tímida forma que muitas vezes assumiram quando foram registrados por escrito. Nicolau d'Oresme, bispo de Lisieux (m. 1382), anteviu descobertas na física e as leis do movimento planetário, incluindo a proposta de que a Terra girava em torno do seu eixo.

Nos campos científicos práticos da arquitetura, construção de castelos, catedrais, igrejas e barcos, a Idade Média apresenta uma invejável lista de realizações. Em muitas questões práticas relacionadas com uma sociedade predominantemente agrária, foram obtidos avanços positivos e permanentes: a utilização de animais nas tarefas de lavrar a terra, a manutenção da fertilidade do solo, drenagem, o desenvolvimento de eficientes técnicas de moagem. Os moinhos de vento foram introduzidos na Europa desde o inundo árabe no decorrer do século XII. Uma melhor apreensão de técnicas mecânicas acumulou-se em fins da Idade Média, e foram realizados progressos nos campos da ótica, da construção de relógios, e na elaboração de processos para uma cunhagem mais eficiente de moeda.

É a ausência de confiança no que o mundo moderno passou a reconhecer como

método científico, que dá à Idade Média sua precária reputação; na prática, porém, muitos progressos lentos mas permanentes foram feitos na compreensão de fenômenos naturais e no uso de recursos naturais. Ver Geraldo de Cremona; medicina [40, 315]

□ L. Thorndike, A History of Magic and Experimental Science (1923-58); C.H. Haskins, Studies in the History of Medieval Science (1926); [J. Gimpel, A Revolução Industrial da Idade Média, Zahar Editores, 1977]; D.C. Lindberg, Science in the Middle Ages (1978)

Ciompi, revolta dos (1378) Uma sublevação de artesãos em Florença, dirigida contra o elevado grau de controle exercido pelas principais guildas nos negócios da cidade. Os rebeldes, que exigiram salários mais altos e uma participação das guildas menores na administração da cidade, assumiram o controle da municipalidade em 22 de julho e assim deram origem a um dos governos mais democráticos de toda a história de Florença. Um pequeno grupo, os Ciompi, cardadores e espadeladores de lã que auferiam salários muito baixos, estavam porém insatisfeitos com o novo regime e em agosto rebelaram-se contra ele; as guildas maiores e menores uniram-se então num supremo esforço para derrotá-los. Embora após a supressão dos Ciompi as guildas menores permanecessem nominalmente no controle, as guildas mais importantes começaram tomando de novo a iniciativa e quatro anos depois tinham recuperado o poder. Ver Lando, Miguel de

□ F. Schevill, Medieval and Renaissance Florence (1961)

Cirilo, São (826-69) Apóstolo dos eslavos. Natural de Tessalônica, Cirilo tornou-se bibliotecário de Santa Sofia, em Constantinopla, e uma figura influente na corte. Em 868, satisfazendo um pedido de Roteslav, príncipe dos eslavos ocidentais, Cirilo e seu irmão Metódio foram enviados como missionários cristãos à Morávia pelo imperador Miguel III. Eles converteram muitos ao Cristianismo e traduziram a liturgia e algumas das Escrituras para o eslavo, tendo Cirilo inventado para esse fim um novo alfabeto. Tiveram problemas com os missionários alemães que os tinham precedido e foram forçados a sair. Cirilo morreu em Roma em 869, mas Metódio voltou mais tarde à Morávia e tornou-se arcebispo dos eslavos ocidentais. Na própria Morávia, a influência germânica e a liturgia latina persistiram e passaram a dominar após um acordo em 872, mas em todas as demais regiões, entre os povos eslavos, para o leste na Rússia moderna e para o sul na moderna Iugoslávia, a contribuição de Cirilo provou ser permanente; a escrita cirílica, baseada em sua adaptação do alfabeto grego aos sistemas de sons eslavos, tornou-se o instrumento normal para a liturgia e o trabalho litúrgico.

D S. Runciman, A History of the First Bulgarian Empire (1930)

Cisneros, Francisco Ximenes de (1436-1517) Arcebispo de Toledo. Cardeal espanhol que, após a capitulação dos mouros de Granada (1492), se recusou a sancionar a prometida tolerância religiosa. Suas ações resultaram numa longa e implacável insurreição por parte dos muçulmanos, a qual só terminou em virtude de um decreto (1502) que lhes concedia a alternativa de banimento ou conversão. Portanto, muitos mouros tornaram-se cristãos nominais ou moriscos, mas suas convicções religiosas permaneceram duvidosas.

□ J. Garcia Oro, Cisneros y la reforma del clero español en tiempo de los Reyes Catolicos (1970)

Cister, Ordem de Uma das novas Ordens religiosas que cresceram no começo do século XII em resposta ao apelo por maior ascetismo. Fundada por Roberto, abade de Molesmes, que tinha deixado sua própria abadia por discordar da brandura de sua observância religiosa, a Ordem adotou para seu nome o do pequeno povoado de Cîteaux, na região de Dijon. [Cister é o topônimo derivado do latim Cistercium, nome da povoação romana antepassada de Cîteaux. NT] O objetivo da ordem Cisterciense era viver de acordo com a Regra de São Bento interpretada literalmente. Embora o próprio Roberto fosse obrigado a voltar a Molesmes em 1099, sua obra teve continuidade com os dois abades seguintes de Cister, Alberico (1099-1100), que obteve o formal reconhecimento papal da Ordem, e Estevão Harding (m. 1134), que foi o responsável pela compilação de grande parte do primeiro documento legislativo da ordem, a Carta Caritatis (Carta do Amor Divino).

A máxima expansão da Ordem, entretanto, ocorreu sob a direção de São Bernardo, abade de Clairvaux (ou Claraval), uma figura eminente tanto na própria Ordem quanto na Cristandade como um todo. O crescimento da Ordem foi rápido: em 1132 já havia casas cistercienses na França, Itália, Alemanha, Inglaterra e Espanha; posteriormente atingia países tão distantes como a Noruega, a Sicília e a Romênia. Por volta de 1200 havia mais de 500 casas cistercienses e esse número aumentaria para uma estimativa de 742 casas no início do século XVI.

[Os monges cistercienses entraram com D. Henrique de Borgonha no que viria a ser o Condado Portucalense, na primeira década do século XII. Fundado o reino português pelo filho de D. Henrique, D. Afonso I, em 1140, a Ordem Cisterciense acompanhou a expansão para o sul e em 1178 era fundado o mosteiro de Alcobaça, um dos mais grandiosos espécimes de toda a arquitetura Cisterciense do século XII. NT]

Os cistercienses estavam divididos em dois tipos diferentes de monges: os monges de coro, muitos dos quais eram padres e, portanto, dotados de boa educação, e os irmãos leigos, que cultivavam os campos ou cuidavam do erário e das transações comerciais dentro do mosteiro. Portanto, os cistercienses propiciavam a homens comuns, de

antecedentes não-aristocráticos, a oportunidade muito solicitada de se dedicarem à vida monástica. Em conseqüência da estrita observância da Regra de São Bento, a liturgia dos cistercienses era muito mais simples do que a dos beneditinos seus contemporâneos. Suas construções monásticas também eram mais singelas, com poucos detalhes decorativos e, no século XII pelo menos, a maioria de suas igrejas eram simples e quadrangulares. Para resistir às tentações mundanas, os cistercienses escolheram lugares ermos para as suas abadias; Fountains e Rievaulx, por exemplo, foram instaladas nas charnecas do Yorkshire, enquanto que umas 15 casas estavam situadas nas terras baldias a leste do rio Elba, na Alemanha.

Economicamente, portanto, a Ordem de Cister tornou-se muito importante, uma vez que foi responsável pela recuperação e arroteamento de muitos territórios marginais, integrando-os à agricultura. Os cistercienses visavam a auto-suficiência, cultivando seu próprio trigo e criando seu próprio rebanho a fim de lhes fornecer lã para os hábitos. Ao contrário dos beneditinos, os cistercienses não arrendavam suas vastas propriedades rurais a lavradores leigos; cultivavam eles próprios suas terras através de uma série de granjas ou quintas administradas pelos irmãos leigos. Uma outra característica notável da Ordem Cisterciense era a estreita vigilância mantida pela abadia de Cister sobre as outras casas da Ordem. Esperava-se que todos os abades cistercienses viajassem anualmente a Cîteaux para um capítulo geral, embora fossem feitas exceções por causa das distâncias envolvidas. Nesse capítulo geral eram elaboradas regulamentações válidas para toda a Ordem, e cada abade era repreendido ou elogiado. Além disso, o abade de cada casa-mãe era responsável por visitas a todas as suas filiais. A utilidade dessa estrutura constitucional não tardou em ser reconhecida por toda a Igreja, e no IV Concílio de Latrão (1215) a obrigação de realizar periodicamente capítulos gerais foi imposta a todas as Ordens religiosas. AC

□ Statuta Capitulorum Generalium Ordinis Cisterciensis, org. por J.M. Canivez, vol. I (1933); C.N.L. Brooke, The Monastic World (1974) [L.J. Lekai, Los cistercienses, Barcelona, Herder, 1987]

Clara de Assis, Santa (1194-1253) Nascida em Assis, no seio da família Offreduccio, Clara foi tão profundamente inspirada pela vida de São Francisco que em 1214 renunciou a todos os seus bens materiais e juntou-se a ele na Porciúncula. Relutante em permitir que mulheres participassem de sua vida errante de pedinte e pregador, Francisco instalou Clara e suas companheiras numa casa adjacente à igreja de São Damião em 1215, fundando assim a Ordem das Clarissas Pobres. Embora fosse uma Ordem de clausura, devendo muitas de suas tradições à Regra de São Bento, as Clarissas Pobres levaram uma vida de

grande austeridade e pobreza, logo se tornando extremamente populares. Em fins do século XIII havia 47 casas só na Espanha, enquanto que conventos de Clarissas Pobres eram estabelecidos também na Inglaterra, França e Boêmia. [Em Portugal, o convento de Santa Clara, em Coimbra, foi fundado por Isabel de Aragão (1274-1336), esposa do rei D. Dinis e canonizada no século XVII. A Rainha Santa, como ficou popularmente conhecida, tem seu corpo incorruto exposto na igreja do convento. NT]

□ J. Moorman, A History of the Franciscan Order (1968); R.B. e C.N.L. Brooke, "St. Clare", Medieval Women, org. por D. Baker (1978) [D. Elcid, Clara de Asis. La hermana ideal de San Francisco, Madri, BAC, 1981. Os escritos de Santa Clara, trad. G. van Buul e S. Lunter, Petrópolis, Vozes, 1981]

Claredon, Constituições de (1164) Decretos de Henrique II da Inglaterra que tentaram estabelecer um relacionamento formal entre Igreja e Estado. Nas Constituições, os apelos a Roma eram proibidos sem a permissão real; todos os litígios entre clérigos respeitantes a benefícios tinham que ser ouvidos no tribunal régio; era requerida autorização regia para clérigos deixarem o reino e também para grandes vassalos serem excomungados. Houve grande oposição ao decreto, que estipulava que clérigos criminosos deviam ser julgados primeiro em tribunal secular e só depois enviados ao tribunal eclesiástico, reservando-se também o tribunal secular o direito de punição. Embora pretendendo regulamentar usos comuns no reinado de Henrique I, as Constituições não foram aceitas por São Tomás Becket e pelo clero inglês; os costumes prejudiciais à Igreja foram abandonados por Henrique II em Avranches (1172) após o assassinato de Becket.

□ C. Duggan, 'The Becket Dispute and the Criminous Clerks", Bulletin of the Institute for Historical Research (1962); W.L. Warren, The Governance of Norman and Angevin England 1086-1272 (1987)

Clemente V papa 1305-14 Depois de estudar direito Canônico em Orléans e Bolonha, foi nomeado bispo de Commignes em 1295 e arcebispo de Bordéus em 1299. Gascão de nascimento, foi coroado papa em Lyon e, de fato, nunca esteve na Itália. Em 1309 transferiu a Cúria para Avignon e nomeou nove novos cardeais franceses. Na maioria dos casos, não conseguiu exercer influência sobre o rei francês Filipe IV. Isentou Filipe de culpa na questão do julgamento do papa Bonifácio VIII, a quem Filipe denunciara e encarcerara; e a pedido do monarca aboliu a Ordem dos Templários no Concílio de Viena em 1312. Entretanto, Clemente fez muito em prol da centralização da administração papal, e também fundou a Universidade de Perúgia em 1307.

[O Concílio de Viena decidira, a pedido de Filipe, o Belo, que os bens da extinta

Ordem dos Templários fossem transferidos para a Ordem de São João de Jerusalém. Contudo, o rei D. Dinis decidiu fundar uma Ordem exclusivamente portuguesa, sob controle direto da Coroa, a Ordem de Cristo, a qual viria a desempenhar tão relevantes serviços na era dos descobrimentos. O Infante D. Henrique foi mestre da Ordem e seus cavaleiros foram muitos dos descobridores de novas terras e novos mares. NT] D G. Mollat, The Popes at Avignon (1952)

Clermont, Concílio de (1095) Foi nesse Concílio que, em conseqüência de um pedido de auxílio militar contra os muçulmanos formulado pelo imperador Aleixo I Comneno, o papa Urbano II deu início à Primeira Cruzada. A intenção de Urbano era não só auxiliar os bizantinos mas também reconquistar Jerusalém para o Cristianismo e canalizar os incômodos e belicosos cavaleiros para uma útil campanha fora da Europa. Sua pregação foi acolhida com um notável grau de entusiasmo por todos os presentes ao Concílio, muitos dos quais se apressaram em assumir seus votos de cruzados com gritos de Deus volt ("Deus o quis"), frase que se converteu no grito de guerra da campanha.
□ H.E.J. Cowdrey, "Pope Urban II's preaching of the First Crusade", History (1970)

clima O clima da Europa na Idade Média era geralmente mais quente do que na Pequena Época Glaciária que se seguiu (1590-1850), sendo os séculos mais quentes comparáveis ao século XX e os mais frios ao século XIX. As provas referentes ao início da Idade Média vêm especialmente dos estudos dendrocronológicos, na medida em que os anéis concêntricos existentes no tronco das árvores refletem flutuações da temperatura estivai; nos períodos medievais posteriores, os cronistas fornecem informações sobre gelo e neve, sendo assim possível determinar a temperatura de cada década. As flutuações na precipitação pluviométrica são difíceis de avaliar para o começo da Idade Média, embora as mudanças na densidade da turfa corroborem a hipótese de que na época das migrações do século V as planícies da Europa setentrional estavam especialmente secas.

A principal seqüência de mudança climática foi, portanto, a seguinte: por volta de 400, o tempo seco e quente, e até 800 foi principalmente quente, embora verões mais amenos tivessem ocorrido em meados do século VI e finais do século VII. O período de 800-950 foi particularmente frio, mas seguiu-se-lhe uma fase de muito calor (950-1100), o período em que a Groenlândia foi colonizada. Os verões voltaram a ser frios na primeira metade do século XII mas muito quentes na segunda metade. Ocorreram então flutuações de menor importância, mas uma outra fase fria em meados do século XV foi seguida de um longo período quente que começou em 1470 e durou até 1560. Durante os períodos quentes da Idade Média fazia-se vinho em muitas regiões do norte da França e, como o

Domesday Book confirma, vinhedos foram cultivados com êxito em regiões da Inglaterra.

No período de 1000-1500, provas documentais tornam possível determinar com maior precisão as características de quase todas as décadas. Algumas, como a de 1090 (época da Primeira Cruzada), de 1190 e de 1360 (quando a expansão demográfica cessou), foram muito chuvosas no noroeste da Europa; outras, como as décadas de 1130, 1200, 1300 e 1470, foram excepcionalmente secas.

As más colheitas, crises demográficas e fome refletem com freqüência uma série de anos chuvosos na Europa, os quais resultaram em epidemias de tifo no inverno, ergotismo nas localidades onde se cultivava o centeio e distomatose hepática das ovelhas, com todas as suas desastrosas conseqüências para a economia. No noroeste europeu, os anos de 1125, 1151, 1174, 1193, 1195, 1224, 1233, 1256, 1257, 1258, 1271, 1294, 1315, 1316, e 1330 foram excessivamente úmidos. O período de 1257-58 caracterizou-se por chuvas abundantes em toda a Europa (possivelmente associadas às erupções vulcânicas desse período), o que provocou uma fome tamanha que os pobres devoravam carne de cavalo, cascas de árvores ou coisas piores. Em 1315 e 1316, as chuvas foram ainda mais fortes e a enchente de São Swithin de 17 de julho de 1316 explica em parte a lenda.

Existem boas provas de décadas de invernos quentes no noroeste da Europa, centradas em torno de 1187, 1197, 1240, 1292, 1387 e 1475. Décadas de invernos frios foram aproximadamente as de 1128, 1206, 1218, 1305,1376,1398,1403,1422, 1436, e 1455. Invernos frios prolongados ocorreram em 671, 764, 860, 913, 1074, 1150, 1205, 1225, 1282, 1306, 1264, 1299, 1408, 1423, 1435, 1443, 1458, 1460, 1465, 1481 e 1491.

As provas inglesas estão espalhadas mas são comparativamente abundantes; sabe-se, por exemplo, que o inverno de 764 foi excepcionalmente severo, perdurando a neve e o gelo pela primavera adentro, e que o ano de 871, quando houve uma grande mortandade de pássaros, também sofreu um inverno muito rigoroso. Um quadro completo em escala européia só será possível quando todas as provas forem reunidas tanto do sul como do norte da Europa, com detalhes referentes às secas e ao frio, a extensos incêndios no verão (como em 764 e 1089 na Inglaterra) e às queixas relativas à chuva excessiva, enchentes e outros desastres dessa natureza. Ver dendrocronologia

□ H.H. Lamb, Climate: present, past and future (1972) [E. Le Roy Ladurie, Histoire du climat de-puis d'an mil, Paris, Flammarion, 1967]

Clóvis rei dos francos 480-511 (n. 465) Filho de Childerico I, tornou-se rei dos francos sálios em Tournai, em 480. Aumentou seu poder pela força bruta, eliminando inimigos como o rei Cloderico de Colônia. Em 486 derrotou Siágrio, um governador romano independente, em Soissons; e no decorrer dos 20 anos seguintes obteve vitórias decisivas

contra os alamanos e os visigodos, adquirindo o controle da maior parte da Gália, com exceção do litoral mediterrâneo. Em 508, o imperador Anastácio reconheceu-o como cônsul e patrício. Seu poder foi enormemente favorecido por sua conversão ao Cristianismo católico numa época em que a maioria das tribos bárbaras tinha aderido ao Arianismo. Em seu código jurídico, a Lei Sálica (508), Clóvis combinou elementos das tradições germânicas e romanas. É geralmente reconhecido como o fundador da monarquia francesa histórica.
□ E. James, The Origins of France from Clovis to the Capetians (1982)

Cluny, abadia de Fundada em 910 pelo duque Guilherme, o Piedoso, da Aquitânia e colocada sob a estrita proteção do Papado, a abadia alcançou seu apogeu com os abades Odilo (994-1048) e Hugo, o Grande (1049-1109). Durante esse período, Cluny contou com mais de 300 monges e possuía mais de 200 dependências. Para fazer face a essa expansão, a igreja abacial foi reconstruída duas vezes em pouco mais de um século, sendo Cluny II dedicada em 981 e Cluny III no início do século XII. O período de grandeza de Cluny, entretanto, chegou ao fim com o desastroso abadado de Pons (1109-22). Embora isso fosse parcialmente remediado pelo prudente abade Pedro, o Venerável (1122-57), este foi incapaz de neutralizar as crescentes tendências na Igreja, como um todo, no sentido do ascetismo e de uma simplificação da liturgia. Ver Berno; Odo [352]
□ J. Evans, The Romanesque Architecture of the Order of Cluny (1938); K.J. Conant, Cluny, les églises et ia maison du chef d'ordre (1968)

Cluny, Ordem de Ordem de beneditinos reformados, a qual recebeu seu nome da abadia de Cluny, na Borgonha francesa. Embora seguindo nominalmente a Regra de São Bento, os cluniacenses davam grande ênfase ao elemento litúrgico da vida monástica, dispondo assim de pouco tempo para o trabalho manual, que era executado por criados leigos. Embora inicialmente as casas reformadas por Cluny permanecessem independentes do ponto de vista constitucional, durante o século XI a abadia começou a reunir um grande número de dependências sobre as quais mantinha rigoroso controle. Todos os monges cluniacenses deviam obediência direta ao abade de Cluny, enquanto que a todos os priores era solicitado o comparecimento a um capítulo geral que se realizava anualmente na casa matriz. Uma vez que Cluny tinha sido fundada em dependência direta do Papado, a Ordem pôde, com o tempo, livrar-se da jurisdição episcopal e, daí em diante, nomeou os seus próprios Visitadores. Extremamente influente na reforma moral da Igreja, reconhece-se hoje que os cluniacenses tiveram uma influência apenas indireta na situação que levou à declaração de monarquia papal por Gregório VII e à Questão das Investiduras.

□ L.M. Smith, Cluny in the Eleventh and Twelfth Centuries (1930); J. Evans, Monastic Life at Cluny 910-1157 (1931); G. Constable, Cluniac Studies (1980)

Código de Justiniano (Codex Justinianus) Coleção de leis e textos jurídicos da antiga Roma reunida por ordem do imperador Justiniano I. O Código consistia em quatro partes: o Codex Constitutionum (527-34), uma coletânea de antigas leis romanas reunidas em 10 livros; o Digesto (530-33), que consiste em 50 livros de citações de juristas romanos; os Institutas (533), um compêndio elementar de instituições jurídicas para aqueles que estudam direito; e Novellae (514-65), uma coleção de todas as leis promulgadas pelo próprio Justiniano. Com exceção das Novelas, que foram escritas parcialmente em grego, o Código foi escrito em latim e tornou-se a obra clássica de referência sobre direito romano em grande parte da Idade Média. Ver direito; Triboniano
□ P. Collinet, La genèse du Digeste, du Code e des Institute de Justinien (1952); J.A.C. Thomas, The Institutes of Justinian (1975)

Coeur, Jacques (1395-1456) Filho de um abastado mercador de Bourges, Coeur comerciava com o Levante em 1432, competindo com os italianos por sua freguesia. Em 1436, foi nomeado diretor da Casa da Moeda de Paris, e em 1438, nobilitado tesoureiro da casa real. Em 1444 presidiu ao novo Parlement do Languedoc; em 1445, seus agentes negociaram um tratado com o sultão do Egito e em 1448 com os cavaleiros de Rodes. Em 1451, foi acusado de envenenar Agnes, ex-amante do rei Carlos VII; seus bens foram confiscados e Coeur preso. Fugiu em 1455, foi acolhido pelo papa Nicolau V e nomeado capitão das forças navais do Papado na tentativa de reconquistar Rodes. Morreu nessa expedição em Quios, a 25 de novembro de 1456.
□ A.B. Kerr, Jacques Coeur (1927); P. Clément, Jacques Coeur et Charles VII (1966)

Coimbra, Universidade de Fundada pelo rei D. Dinis em 1290, Coimbra foi a primeira universidade em Portugal e a única a ser aí estabelecida na Idade Média. A Universidade compunha-se de quatro faculdades — medicina, direito civil, direito Canônico e artes. No século XIV, foi principalmente famosa pelo estudo de astronomia e contribuiu muito na preparação do caminho para os exploradores portugueses. No século XV, a Universidade estava profundamente dedicada ao estudo das matemáticas.
□ [M. Brandão e L. Almeida, A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1937]

Colleoni, Bartolomeu (c. 1400-75) Mercenário italiano. Servindo inicialmente nas forças de outros mercenários, como Braccio da Montone, Colleoni foi contratado para servir à

república veneziana em 1432. No governo de Francisco Maria Gonzaga, obteve muitas vitórias para Veneza, incluindo as batalhas de Bréscia e Verona. Quando Veneza reconciliou-se com Milão em 1441, Colleoni mudou de lado mas, em 1455, diante da oferta de maiores incentivos por parte dessa república, regressou a Veneza com a patente de capitão-general vitalício. Quando não estava guerreando, ocupava o seu tempo melhorando a produção agrícola de suas propriedades.
□ B. Belotti, La Vita di Bartolomeo Colleoni (1971)

Colonna, família Poderosa família romana cujo apoio ao partido imperial e lutas tanto com o Papado quanto com a família Orsini desempenharam um papel importante na política medieval italiana. Membros da família Colonna apoiaram os imperadores Frederico I e Frederico II em seus conflitos com o Papado, enquanto que Sciarra de Colonna auxiliou o francês Guilherme de Nogaret em seu ataque e prisão do papa Bonifácio VIII em 1303. Embora os membros seculares da família estivessem assim, com freqüência, em desavença com o Papado, os Colonna também se orgulhavam de contar com sete cardeais entre os seus membros: Giovanni (nomeado em 1212), que serviu como legado à Terra Santa na Quinta Cruzada; Giacomo (nomeado em 1278); Pietro (nomeado em 1288); Giovanni (nomeado em 1327), que foi responsável pela construção dos primeiros degraus para a escadaria do monte Capitolino em 1348; Stefano (m. 1379); Agapito (m. 1380), que tinha servido previamente como núncio junto do imperador Carlos IV; e Oddone, que em 1417 foi eleito papa Martinho V.

Os Colonna seculares foram célebres, com freqüência, como grandes generais: Prospero e Fabrizio Colonna, por exemplo, tornaram-se tão importantes nessa função, que quando Carlos VIII da França visitou Roma em 1495, eles formaram parte da cavalgada que saiu ao encontro do monarca francês para lhe dar escolta de honra. Os Colonna deviam inicialmente seu poderio às vastas propriedades que possuíam em torno de Roma e desfrutaram de um período de excepcional autoridade em Roma e nos Estados pontifícios quando o Papado se retirou para Avignon (1309-77).
□ J. Hook, "Clement VII, the Colonna and Charles V", European Studies Review (1972)

Columba, São (521-97) Natural de Gartran, em Donegal (Irlanda), Columba recebeu formação monástica sob a orientação de Finnian de Moville e de Finnian de Clonard, antes de fundar seus próprios mosteiros em Derry, em 546, e em Durrow, dez anos depois. Em 563 deixou a Irlanda e estabeleceu um mosteiro em Iona. Embora Iona se tornasse mais tarde um centro influente para a disseminação do monasticismo céltico por toda a Escócia e norte da Inglaterra, o trabalho missionário do próprio Columba foi sobretudo o de fazer

conversões ao Cristianismo naquelas regiões da Escócia onde a influência irlandesa era particularmente forte e, em especial, nas ilhas ocidentais. Foi também o copista do saltério do final do século VI, o Cathach de Columba, o mais antigo exemplo ainda existente de escrita maiúscula irlandesa.

□ A.D. e M.O. Anderson, Adomnam's Life of Columba (1961); A.P. Smyth, Warlords and Holy Men (1984)

Columbano, São (543-615) Natural de Leinster (Irlanda), Columbano tornou-se discípulo de Comgall de Bangor, com quem permaneceu até partir para a Gália em 590. Estabelecendo o seu primeiro mosteiro em Annegray, num local que lhe foi cedido pelo rei Childeberto II da Austrásia, Columbano não tardou em atrair apoio mais amplo e fundou uma nova casa em Luxeuil, onde seus monges viviam de acordo com a tradição irlandesa. Com a morte de Childeberto, Columbano viu-se alvo de crescentes ataques por sua recusa em aceitar a data romana da Páscoa e em abençoar os filhos ilegítimos de Teodorico II. Expulso da Francônia, foi instalar-se em Bobbio, na Itália (613), onde fundou um mosteiro que depois ficaria famoso por sua excelente biblioteca. Os escritos de Columbano incluem um Penitencial e uma Regra, mas esta última nunca foi tão popular quanto a muito menos rigorosa Regra de São Bento.

□ K. Hughes, The Church in Early Irish Society (1966); Columbanus and Merovingian Monasticism, org. por H.B. Clarke e M. Brennan (1981)

Comentadores Escola de juristas italianos dirigida por Bartolus de Sassoferrato (1314-57), a qual não se propunha meramente descobrir o significado do direito civil romano mediante o estudo objetivo, como os Glosadores tinham feito, mas também aplicar esse direito à sociedade de seu tempo, fundindo-o com elementos oriundos do direito Canônico, direito municipal e direito feudal. Embora os Comentadores fossem muito influentes na França e na Alemanha, sua metodologia, que envolvia com freqüência uma lógica bizantina, tendia mais para confundir do que para esclarecer a lei; por essa razão, foram muito criticados pelos humanistas italianos no século XV. Ver Lucas de Penna

□ W. Ullmann, Law and Politics in the Middle Ages (1975)

comércio A atividade comercial desempenhou um papel importante na vida econômica da Idade Média. Em primeiro lugar, havia os mercados locais, estabelecidos para a troca de produtos alimentícios excedentes e outras mercadorias necessárias. Uma vez que era tão lucrativo, o direito de concessão desses mercados era ciosamente preservado pelos monarcas da Europa: Carlos Magno, por exemplo, ordenou a compilação de uma lista completa dos mercados locais em seu Império.

Entretanto, o comércio também envolveu transações a grande distância com artigos de luxo. No começo da Idade Média, o Império Bizantino deu prosseguimento ao antigo comércio romano de sedas, especiarias e corantes com o Oriente, e no século IX estava também transacionando com a colônia escandinava em Kiev. O período de maior expansão mercantil para o Ocidente ocorreu no século XII. O crescimento da agricultura na Europa ocidental resultou em crescentes margens de lucro e, por conseguinte, padrões de vida mais elevados, enquanto que a descoberta das minas de prata de Freiburg significou um aumento no montante de moeda disponível, o que é sempre um incentivo para o comércio. Um resultado de tudo isso foi o surgimento de novas cidades por toda a Europa, e as já existentes cresceram em poder e independência. Assim, as cidades lombardas da Itália e as cidades do sul da França, por exemplo, estiveram envolvidas num comércio que exportava madeira, ferro e peles da Europa, importando por sua vez algodão, sedas e especiarias para distribuição nas feiras da Europa.

No século XIII, uma outra e vigorosa linha de comércio floresceu entre as cidades produtoras de lã da Inglaterra e as cidades fabricantes de tecidos dos Países Baixos. Uma das mais famosas alianças comerciais da Idade Média é a Liga Hanseática, que forneceu grande apoio econômico para as cidades do litoral báltico e atingiu seu apogeu em meados do século XIV. É a Itália, entretanto, no final da Idade Média, que dá provas de intensíssima atividade comercial, com a evolução dos bancos e do sistema de concessão de créditos, numa escala verdadeiramente internacional. Ver feiras; San Giorgio, Banco de; vinho, comércio de; lã, comércio de

□ The Cambridge Economic History of Europe, vol. 2. org. por M. Postan e E.E. Rich (1952); E. Carus-Wilson, Medieval Merchant Venturers (1955); M.M. Postan, Medieval Trade and Finance (1973); E. Ashtorn, East-West Trade in the Medieval Mediterranean (1986); R.S. Lopez, The Shape of Medieval Monetary History (1986) [J. Le Goff, Mercadores e banqueiros da Idade Média, Lisboa, Gradiva, 1986; R.S. Lopez, A Revolução Comercial da Idade Média, 950-1350, Lisboa, Presença, 1980]

cometas Tal como os eclipses, os cometas são igualmente úteis para a datação precisa de crônicas, embora os historiadores nem sempre conheçam suas datas corretas. O cometa de Beda, datado de 678, foi realmente de 676, e seus "dois" cometas de 729 podem ter sido subconscientemente deslocados para um ano antes a fim de precederem duas mortes. Por certo, na Crônica Anglo-Saxônica, um copista transferiu o cometa de 989 para 995, para que precedesse a morte em vez da elevação do arcebispo Sigerico. A data correta de cometas pode ser determinada com maior segurança baseada em relatos objetivos do Extremo Oriente do que se confiarmos nos cronistas cristãos.

O cometa de Halley, que volta a cada três quartos de séculos, foi especialmente impressionante na Idade Média, aparecendo em 451, 530, 607, 684, 760, 837, 912, 989, 1066, 1145, 1222, 1301, 1373 e 1456. É descrito na tapeçaria de Bayeux como um presságio da conquista normanda da Inglaterra. Na Rússia (Moscovia), foi igualmente interpretado como um augúrio militar. A Crônica Lavrentiesky declara: "Por essa época observou-se um sinal no ocidente. Uma estrela muito grande, com raios de sangue, erguia-se ao cair da noite, depois que o sol se punha, e ali ficou durante sete dias. Essa aparição não significava nada de bom. Depois disso, houve muitas lutas internas e uma invasão da terra russa pelos infiéis. Tudo isso aconteceu porque a estrela era sangrenta e prenunciava derramamento de sangue." Em Constantinopla, o cometa de Halley de 530 foi responsabilizado pela seca, fome e mortalidade que se seguiu em 536. Contou Toscanelli: "Sua cabeça era redonda e tão grande quanto o olho de um boi, e dela saía uma cauda em forma de leque, como a de um pavão. Era uma cauda prodigiosa, pois arrastava-se através de um terço do firmamento." Outros cometas importantes foram vistos em 539, 565, 770, 773, 838, 975, 1006 (Supernova), 1106, 1264, 1337, 1366, 1402, 1468 e 1472. Ver astronomia DJS

□ D.J. Schove, Chronology of Eclipses and Comets, AD 1-1000 (1985)

Commynes, Filipe de (c. 1447-1511) Político e biógrafo cujas memórias da vida de Luís XI da França o consagraram como um dos maiores historiadores medievais. Afilhado de Filipe, o Bom, duque de Borgonha, Commynes foi criado na corte borgonhesa e em 1464 passou a servir como escudeiro de Carlos, o Temerário, herdeiro da coroa ducal. Quando Carlos se tornou duque, fez de Commynes um de seus principais conselheiros. Esteve presente no famoso encontro entre Carlos, o Temerário, e Luís XI em Péronne, em 1468, e também serviu como embaixador na Inglaterra, Bretanha e Espanha. Em 1472, bandeou-se para a corte de Luís XI, onde provou ser extremamente útil a seu novo patrão. Embora após a morte de Luís ficasse preso durante alguns meses por causa de sua alegada participação numa conspiração contra a regente, Ana de Beaujeu, ele voltou mais tarde a ser empregado na área das relações exteriores, como embaixador em Veneza, 1494-98, e como um dos principais formuladores da política italiana do novo monarca francês, Luís XII. Commynes considerava Veneza "a mais triunfal das cidades".

□ Memoirs: The Reign of Louis XI, trad. de M. Jones (1972)

comunas Cidades na Europa ocidental medieval que adquiriram instituições municipais autônomas por rebelião ou pela força; o termo também é freqüentemente usado para descrever cidades que obtiveram direitos análogos por meio de carta régia. Os privilégios

característicos assim obtidos incluíam liberdade pessoal para o cidadão, liberdade de propriedade, autoridade para regulamentar o comércio local, para lançar impostos e controlar os procedimentos judiciais das cidades. As comunas eram particularmente numerosas em áreas onde a autoridade política era débil, como no norte da Itália e em Flandres. Finalmente, porém, as lutas civis no norte da Itália redundaram na desintegração da organização comunal, e as cidades caíram nas mãos de signoricomo os Medici em Florença. Ver cidades

□ S. Reynolds, An Introduction to the History of English Medieval Towns (1977); C. Petit-Dutaillis, The French Communes in the Middle Ages (1978) [H. Pirenne, As cidades da Idade Média, Lisboa, Publ. Europa-América, 1964; Ch. Petit-Dutaillis, Los municípios franceses, Mexico, UTEHA, 1959]

comunicações Durante a Idade Média, o transporte e, portanto, a comunicação, realizava-se por estrada, mar e rio. Poucas novas estradas foram construídas e a rede viária continuou sendo, em sua maior parte, a criada pelos romanos. Na Inglaterra, os reis normandos promulgaram freqüentes leis para a proteção dos viajantes e o corte e retirada de vegetação das beiras de estradas. Embora a viagem a pé, a cavalo ou em mula fosse necessariamente lenta e dispendiosa, as distâncias percorridas eram, com freqüência, maiores do que se poderia esperar. As estradas para Roma estavam sempre movimentadas, e havia peregrinações freqüentes para Jerusalém e Santiago de Compostela.

Os grandes mestres do transporte aquático eram os escandinavos, cujas viagens de colonização os levaram a paragens tão distantes como a Islândia e a Groenlândia, enquanto que as iniciativas comerciais os levaram a Constantinopla. As viagens combinavam freqüentemente percursos terrestres e fluviais; um viajante medieval de Lincoln para York, por exemplo, viajaria por estrada até Burton Stather, nas margens do Trent, daí por barco subiria o Trent e o Ouse, no Yorkshire, até Howden, onde desembarcaria para percorrer as 18 milhas finais de estrada plana até York. A sociedade medieval não era, em absoluto, necessariamente estática. Ver estradas romanas; navios e navegação [206, 271]

conciliar, movimento Teoria que proclamava que um Concílio geral da Igreja tinha autoridade superior à do papa e poderes para, se necessário, o depor. Originou-se nos escritos de canonistas dos séculos XII e XIII que estavam tentando impor limitações jurídicas ao poder do Papado. Os mais radicais expoentes do conciliarismo foram Marsílio de Pádua, que rejeitou a origem divina do Papado, e Guilherme de Ockham, que ensinou que

somente a Igreja como um todo estava preservada de erro em fé. No século XV houve uma séria tentativa de empregar o concílio geral para sanar o Grande Cisma e reformar a Igreja. Embora em 1417 o Concílio de Constança (1414-18) declarasse que os concílios gerais deviam ser convocados periodicamente, a determinação do Papado em reafirmar sua independência e as contínuas disputas que surgiram entre os delegados significaram que novos concílios não voltaram a ser convocados após a dissolução do Concílio de Basiléia em 1449. Ver Ailly, Pedro d'; Martinho V; Zabarella, Francisco; ver também os verbetes referentes a vários Concílios

□ E.F. Jacob, Essays in the Conciliar Epoch (1953); B. Tierney, Foundations of Conciliar Theory (1955)

Conrado V (Conradino) rei nominal da Alemanha e da Sicília 1254-68 (n. 1252) Filho de Conrado IV e neto de Frederico II. Com a morte do pai em 1254, foi criado por seu tio, o duque da Baviera. Teve desde cedo a oposição do Papado, que desejava quebrar o poder hegemônico dos Hohenstaufen, oferecendo o papa Alexandre IV as terras dos Hohenstaufen a Afonso X de Castela e proibindo a eleição de Conradino como rei dos romanos. Em 1262, Conradino tornou-se duque da Suábia e em 1266 invadiu a Sicília. Vitorioso, no início, contra Carlos de Anjou, que detinha o controle da ilha, acabou sendo derrotado na batalha de Tagliacozzo (1268) e entregue a Carlos. Foi decapitado em 29 de outubro de 1268 e, com sua morte, a linhagem Hohenstaufen chegou ao fim.

Conrado de Marburgo (1180-1233) Inquisidor alemão. Educado em Bolonha, foi encarregado pelo papa Inocêncio III de pregar uma cruzada. Em 1226 era escolhido para Confessor de Santa Isabel da Hungria e em 1227 Gregório IX confiava-lhe a tarefa de eliminar a heresia e reprimir os desmandos eclesiásticos na Alemanha, mostrando-se especialmente ativo e implacável no Hesse e na Turíngia. Em 1233, acusou Henrique, conde de Sayn, de heresia. Henrique foi absolvido pelos príncipes e bispos alemães em Moguncia, e Conrado foi assassinado pouco depois, em seu caminho para Marburgo.

Conrado de Montferrat (1146-92) Aventureiro e cruzado italiano que defendeu com êxito a cidade de Tiro contra os sarracenos, depois da queda de Jerusalém em poder de Saladino. Em 1191 foi feito rei nominal de Jerusalém em lugar do deposto Guy de Lusignan, a quem foi dado Chipre em compensação. O reinado de Conrado foi, porém, muito curto, visto que em 1192 foi morto pela seita muçulmana dos assassinos.

Conrado de Zähringen (m. 1152) Duque alemão do século XII a quem foi concedido o reitorado de Borgonha pelo imperador Lotário III (1125-37). Aí construiu uma forte base de

poder e ampliou suas terras na direção leste. Também apoiou Henrique, o Leão, duque da Saxônia, em suas lutas contra o sucessor de Lotário, Conrado III (1138-52).

Constança (1154-98) Filha de Rogério II da Sicília. Em 1186, Constança esposou o futuro titular do Sacro Império Romano, Henrique VI, filho de Frederico I Barba-Ruiva, e foi coroada imperatriz em Roma (1191). Já em 1189 Constança estava contestando as pretensões de seu sobrinho natural, Tancredo de Lecce, ao reino da Sicília, mas foi somente após a morte de Tancredo, em; 1194, que ela pôde consolidar suas próprias pretensões ao trono. Quando Henrique VI morreu em 1197, Constança conseguiu manter sua posição na Sicília, sobretudo através da ajuda do papa Inocêncio III. Pouco antes de sua morte, ela ainda pôde conseguir a coroação de seu filho Frederico como rei da Sicília, posição que ele continuou mantendo mesmo depois de ter sido eleito Sacro Imperador Romano em 1212.

Constança, Concílio de (1414-18) O 16° Concílio ecumênico da Igreja, convocado numa tentativa de solucionar o Grande Cisma. Depôs os papas rivais Gregório XII, Bento XIII e João XXIII, e elegeu Oddone Colonna para o lugar deles como papa Martinho V. Os delegados em Constança, que incluíam representantes leigos e eclesiásticos vindos de toda a Europa, divulgaram também o decreto Sacrosancta, o qual declarou que o Concílio geral da Igreja era superior ao papa e tomou providências para que novos concílios gerais fossem realizados a intervalos regulares. Além disso, o Concílio condenou um certo número de crenças de Wycliffe e Hus. Embora Hus possuísse uma promessa de salvo conduto, foi, não obstante, entregue às autoridades seculares e morto em auto-de-fé como herege, uma decisão desastrosa que em vez de enfraquecer serviu para fortalecer seus seguidores. O Concílio foi impedido de tomar novas iniciativas reformadoras por causa das diferenças nacionais profundamente arraigadas que existiam entre os delegados, mas teve considerável êxito no tocante a pôr fim ao Cisma. Ver conciliar, movimento
□ J. Gill, Constance et Bâle-Florence (1965)

Constantino VII Porfirogêneto imperador oriental 908-59 (n.905) Coroado em criança, Constantino só chegou ao poder com a deposição, em 944, do usurpador Romano I. Em Bizâncio foi muito bem-sucedido e conseguiu preservar a propriedade e o status dos soldados-camponeses de quem seu exército dependia. Também promoveu um renascimento cultural, reunindo à sua volta eruditos que publicaram excertos dos clássicos antigos, enquanto que ele próprio escreveu uma paráfrase sobre as características e táticas de várias nações. Em sua política externa, Constantino não foi tão bem-sucedido, obtendo apenas um êxito moderado contra os árabes na Síria, já perto do final de seu

reinado. No sul da Itália e na Sicília teve que pagar um humilhante tributo. Estabeleceu a paz ao longo das fronteiras setentrionais do Império e, durante seu reinado, Olga, a primeira princesa cristã da Ucrânia, foi batizada. Ele foi assassinado por seu filho Romano II em 959.

□ [A. A Vasiliev, Historia del Imperio Bizantino, 2 vols., Barcelona, Joaquin Gil, 1946]

Constantinopla, Concílios de Quatro concílios da Igreja que trataram de um certo número de importantes questões doutrinárias. O Primeiro Concílio de Constantinopla (381) definiu a posição da Igreja sobre a doutrina da Santíssima Trindade e estabeleceu o Credo de Nicéia como a base da crença cristã; o Segundo Concílio (553) definiu a unidade da pessoa do Cristo como consistindo em duas naturezas distintas, humana e divina, rejeitando assim a posição dos nestorianos; o Terceiro (680-81) condenou os monotelistas, declarando que o Cristo tinha duas vontades correspondentes às suas duas naturezas; enquanto que o Quarto (869-70) excomungou Fócio, o patriarca de Constantinopla, e proibiu a interferência leiga em eleições episcopais. Embora a Igreja Católica considerasse todos os quatro concílios como ecumênicos,
a Igreja Ortodoxa Grega somente reconhece os três primeiros.

Contarini doge de Veneza 1368-82 Membro de uma distinta família veneziana que já tinha dado vários doges à república, Andrea Contarini foi eleito em 1368. Durante seu governo, os venezianos foram vitoriosos em sua guerra contra os genoveses, que tinham tomado o porto de Chioggia e estavam assediando a própria Veneza. Contarini mandou fundir sua própria prata e hipotecou suas propriedades a fim de angariar fundos, e depois, com a ajuda do almirante Victor Pisani, atacou e expulsou os sitiantes genoveses em pleno inverno de 1379-80. □ A. da Mosto, I Dogi di Venetia nella vita pubblica e privata (1977)

conventuais A maioria da Ordem Franciscana que, pouco depois da morte de São Francisco, se desviou da observância original da Regra e passou a possuir bens contra os desejos expressos do santo. Tinham a oposição firme dos franciscanos espirituais, em número muito menor, que interpretavam literalmente os ensinamentos de São Francisco sobre a pobreza. Os espirituais foram perseguidos pelo papa João XXII e forçados a passar à clandestinidade quando, em 1322, o pontífice declarou herética a doutrina da pobreza absoluta de Cristo e dos Apóstolos. Os conventuais tornaram-se cada vez mais complacentes até que, no final do século XIV, ocorreu um revigoramento da Ordem com os Frades da Estrita Observância, liderados por São Bernardino de Siena.

□ C.N.L. Brooke, The Monastic World 1000-1300 (1974)

Cornualha No início da Idade Média, a Cornualha juntou-se a Devon e ao Somerset ocidental formando um reino britânico relativamente vasto — o reino de Dumnônia — e do qual há comprovações da existência de reis desde o começo do século VI. Muitas tradições com ampla circulação em toda a Idade Média, como a de Tristão e Isolda, localizaram seus heróis do passado nessa região. A colonização irlandesa já tinha provavelmente ocorrido por volta de 500 na parte mais ocidental do reino, pois o movimento deixou vestígios de palavras irlandesas em nomes de lugares, e de escrita irlandesa em pedras tumulares. Entretanto, a pressão vinda do leste era mais forte e os ingleses tinham conquistado Somerset e Devon no século VIII, atingindo o rio Tamar em 710, penetrando na Cornualha oriental em 722, e assim confinando o reino de Dumnônia à área agora conhecida como Cornualha; o termo inglês "Cornwall" originou-se nessa época. O reino de Dumnônia assim reduzido sobreviveu por quase dois séculos mais, embora os ingleses já viessem realizando explorações na Cornualha durante todo o século IX, e a morte de seu último rei ocorreu em 875. Depois disso, a Cornualha independente desapareceu.

Os ingleses estabeleceram-se em muitas partes do sudoeste, mas não em número suficiente para varrer a forma característica de fala britânica na península, conhecida como Córnico Primitivo, e ancestral da moderna linguagem córnica. Embora houvesse alguma colonização de ingleses nas terras mais ricas do leste do condado, a Cornualha manteve seu caráter céltico e contatos permanentes com seus vizinhos celtas ao norte e ao sul, no País de Gales e na Bretanha, compartilhando do culto a santos celtas, preservado nessas regiões. Apesar de suas pequenas dimensões e dos ataques constantes, suas instituições religiosas (como a de Bodmin) e seus centros de cultura parecem ter prosperado. No século X, os ingleses apoiaram-se nos manuscritos e nos homens doutos da Cornualha para a renovação da cultura escrita associada à reforma religiosa do século X. WD

□ G.H. Doble, The Saints of Cornwall (1960-70); S. Pearce, The Kingdom of Dumnonia (1978)

Cortes Parlamento dos reinos hispânicos medievais que se desenvolveu quando, por causa das necessidades de ajuda financeira dos monarcas, representantes eleitos das municipalidades livres começaram a ser admitidos, no século XIII, às reuniões da corte a fim de se debater certas questões de administração. As Cortes de Leão e Castela, que compreendiam a nobreza, o clero e representantes das cidades (procuradores), mostraram uma acentuada tendência para converter-se em instrumento da administração régia; mas as Cortes de Aragão, e suas dependências da Catalunha e de Valência, exerceram uma

política muito mais independente, a qual estava, com freqüência, em oposição direta aos interesses da Coroa. Ver estados

[Em Portugal, foi nas Cortes de Leiria, em 1254, que os procuradores municipais foram admitidos pela primeira vez, escolhidos entre os chamados homens bons. Dotadas de caráter mais consultivo do que deliberativo, raras vezes as Cortes se revestiram de grande significado político-administrativo durante a primeira dinastia, finda em 1383. Foi justamente ao iniciar-se a dinastia de Avis, com D. João I, que as Cortes exerceram papel influente na legitimação do novo monarca como ocupante do trono português, graças ao talento jurídico de João das Regras e à ascensão irresistível da nova classe burguesa, derrotando no campo do direito as mesmas pretensões castelhanas que vinham sendo derrotadas pelo condestável Nun'Álvares Pereira no campo de batalha, NT]

□ [G. Jackson, Introductión a la España medieval, Madri, Alianza, 1974; A.R. Myers, Parliaments and Estates in Europe (1975); E.S. Procter, Curia and Cortes in León and Castile, 1072-1295, Cambridge, CUP, 1980]

Cortes do reino de Jerusalém Código de leis baseadas nos costumes e práticas que se desenvolveram no reino latino de Jerusalém durante o século XII. A base desse código foi estabelecida pelo primeiro rei de Jerusalém, Godofredo de Bulhão (m. 1100), que ordenou a realização de um inquérito entre os cruzados a respeito das leis e costumes a que tinham estado sujeitos no Ocidente. O código resultante, as Lettres du Sépulchre, era essencialmente francês no caráter e continha detalhes dos deveres dos funcionários reais, da concessão de feudos, da administração da justiça e da regulamentação do comércio. Após a conquista de Jerusalém por Saladino em 1187, o código original parece ter desaparecido, mas um semelhante foi redigido em Chipre no século XIII, onde foi usado como base para o governo da comunidade latina que sobreviveu no Oriente por mais 300 anos.

costumes fúnebres Durante a Idade Média, vários métodos de dispor dos mortos foram usados em diferentes épocas e diferentes lugares. Os persas, por exemplo, expunham os cadáveres de seus mortos ao ar livre para serem devorados por aves de rapina; mas na Europa os mortos eram cremados ou sepultados. Na era pré-cristã, a cremação era o procedimento mais favorecido, sobretudo entre os anglos, saxões e escandinavos, embora os jutos seguissem o exemplo romano de enterrar seus mortos. Entretanto, assim que o Cristianismo ganhou raízes, a cremação foi abandonada em favor da inumação, para que os mortos pudessem ter corpos a que poderiam voltar no dia do Juízo Final, Uma outra mudança provocada pelo advento do Cristianismo foi que os mortos deixaram de ser

enterrados com artigos sepulcrais, como suas armas, jóias e moedas para uso no Além. Na Idade Média Central, túmulos de pedra, freqüentemente com tampas elaboradamente esculpidas, eram usados pelo menos no sepultamento das pessoas ricas mas, no final da Idade Média, os esquifes de madeira passaram a ser a regra. Ocasionalmente, o coração ou os intestinos de pessoas importantes eram sepultados separadamente do resto de seus corpos.

Os mais elaborados costumes medievais de sepultamento conhecidos estavam associados à inumação de barcos, como o exemplo do século VII do Grande Cômoro no cemitério de Sutton Hoo — com sua brilhante coleção de preciosos artigos sepulcrais em ouro, prata e granada — ou os soberbos sepultamentos noruegueses do século IX em Gokstad e Oseberg.

□ A. Meaney, Early Anglo-Saxon Burial Sites (1964); T.S.R. Boase, Death in the Middle Ages (1972)

Courtrai, batalha de (11 de julho de 1302) O exército francês comandado pelo conde de Artois foi severamente derrotado nessa ocasião pelos cidadãos de Bruges, Ypres e Courtrai, que assim demonstraram sua crescente independência da tutela francesa. A Flandres voltava com insistência seus olhares para a Inglaterra, em busca de apoio para a sua política e seu comércio, e as tensões resultantes contribuíram para a eclosão da Guerra dos Cem Anos.

□ H. Pirenne, Histoire de Belgique, vol. I (1929)

Crécy, batalha de (26 de agosto de 1346) Batalha em que Eduardo III da Inglaterra derrotou o rei francês Filipe VI. Embora as forças inglesas fossem numericamente muito inferiores, elas foram ajudadas tanto pela desorganização das tropas francesas como pela perícia de seus próprios arqueiros, que podiam atirar mais depressa e mais longe do que os besteiros franceses. O exército francês sofreu pesadas baixas e a conseqüente tomada de Calais pelos ingleses abriu caminho para o prosseguimento da pressão contínua sobre o reino francês. João, o rei cego da Boêmia, foi morto em Crécy, e sua divisa Ich dien ("Eu sirvo") e emblema (as três penas) foram adotados pelo Príncipe Negro e demais príncipes de Gales.

□ A. Burne, The Crécy War (1976)

Crianças, Cruzada das (1212) Curioso subproduto do entusiasmo religioso do começo do século XIII, a chamada Cruzada das Crianças originou-se na França e nos Países Baixos quando uma grande multidão de crianças, com uma mistura de adultos — alguns para dar apoio, outros mais propensos à exploração — partiu para a Terra Santa com o propósito de

libertar Jerusalém dos infiéis. O movimento terminou em fiasco e tragédia. Muitas crianças foram devolvidas ao lar, mas algumas pereceram no Mediterrâneo e outras foram embarcadas de portos no sul da França para a escravidão nos territórios muçulmanos do norte da África.

□ [M. Schwob, A Cruzada das Crianças, S. Paulo, Iluminuras, 1987]

Crisóstomo, São João (347-407) Bispo de Constantinopla. Nasceu em Antioquia e em 373 tornou-se monge numa austera comunidade das montanhas. Em 381, porém, regressou a Antioquia, onde foi ordenado padre, tornando-se depois o principal auxiliar do bispo. Em 397 foi nomeado patriarca de Constantinopla e não tardou em desfechar um ataque contra a imoralidade que descobriu existir indistintamente entre clérigos e leigos. Isso valeu-lhe a hostilidade da imperatriz Eudóxia, que aliada a Teófilo, patriarca de Alexandria, trabalhou no sentido de desmoralizá-lo. Foram em grande parte bem-sucedidos. João foi exilado em duas ocasiões diferentes, a segunda vez em 404, e continuou sendo perseguido por todo o Império até sua morte no Ponto, em 407. Ele é bem conhecido por seu tratado sobre o sacerdócio e por seus comentários bíblicos sobre as Epístolas e os Evangelhos, nos quais insistiu por uma interpretação literal das Escrituras e tentou aplicar seus ensinamentos, num sentido prático, aos problemas de seu tempo.

□ B. Janin, Constantinople byzantine (1964) [São João Crisóstomo, O sacerdócio, trad. O. Rosbach, Petrópolis, Vozes, 1979]

Cristianismo De acordo com a definição do Concílio de Nicéia (325), é a crença num Deus único manifestado em três pessoas — o Pai, o Filho e o Espírito Santo — e na redenção do mundo pela Encarnação, Paixão e Ressurreição de Jesus Cristo. Concílios subseqüentes em Éfeso (431) e Calcedônia (451) adicionaram novas definições no campo da Cristologia, declarando que o Filho, que é o Verbo Divino, foi verdadeiramente encarnado pelo Espírito Santo na carne da Virgem Maria, e que ele combina em si próprio, sem distinção de pessoas, as naturezas perfeitas e completas de Deus e do homem. O código de comportamento que deve vincular todos os crentes tinha sido prescrito pelo próprio Cristo na Regra de Ouro (Mateus XXII, v. 37-40).

Durante os primeiros três séculos da nossa era, todas as implicações dessa fé tinham-se desenvolvido lentamente numa sociedade que tratava os seus adeptos, na melhor das hipóteses, com indiferença, e na pior, com perseguição ativa. Os governantes do Império Romano consideravam os cristãos como membros irritantes e ligeiramente loucos de uma sociedade secreta potencialmente perigosa. Somente depois que o imperador Constantino promulgou o edito de tolerância (312) é que o Cristianismo foi

aceito como uma religião respeitável, e a reunião do Concílio de Nicéia foi um testemunho do fato de que a Igreja deixara de ser uma seita proscrita e tornara-se uma religião corrente. Entretanto, só em 395 o culto público de deuses pagãos seria oficialmente suprimido pelo imperador Teodósio. Entre 325 e 451, pelos decretos de concílios ecumênicos, o Cristianismo ortodoxo foi desembaraçado de diversas heresias importantes (Gnosticismo, Arianismo, Nestorianismo e Apolinarianismo) que tinham crescido desde o final do período apostólico.

Por volta de 400 até cerca de 1500, o Cristianismo foi aceito como o aspecto espiritual da sociedade civilizada, primeiramente naquelas regiões da Europa, Ásia e norte da África que tinham feito parte do Império Romano. Por intermédio de missionários, propagou-se gradualmente aos reinos bárbaros da Europa sententrional e oriental, ao mesmo tempo que o avanço dos muçulmanos reduzia a posição dos cristãos na Ásia, África e Península Ibérica à de minorias dependentes, se bem que, em geral, não-perseguidas.

Nas terras cristãs, pressupunha-se que o normal era todas as pessoas integrarem-se à Igreja o mais cedo possível, pelo sacramento do batismo, e nela permanecerem, revigoradas periodicamente pelo sacramento da eucaristia, até o momento da morte. O IV Concílio de Latrão (1215) estipulou a regra segundo a qual a comunhão, precedida pela confissão de pecados, deveria ser recebida pelo menos uma vez por ano. Além do batismo e da eucaristia, a Igreja reconheceu cinco outros sacramentos: confirmação, penitência, extrema-unção, ordens sacras e casamento. Como a grande maioria dos leigos não sabia ler nem escrever (a palavra clericus tem duplo significado: um homem que tomou as ordens e aquele que é letrado), a educação — desde o mais simples ensino pelo pároco até as mais profundas especulações nas escolas de estudos superiores — era responsabilidade da Igreja, e a teologia era aceita como o ramo supremo do conhecimento. Embora a maioria das pessoas não vivesse de acordo com os padrões morais impostos pela fé cristã, há poucas provas (depois dos problemas iniciais de conversão) de resistência à própria fé. Os ataques ao clero surgiam quase sempre mais por controvérsias sociais e políticas do que doutrinárias ou morais, e os ataques aos não-cristãos, judeus, muçulmanos, hereges ou infiéis, eram mais freqüentemente o resultado de intolerância popular do que de desaprovação oficial.

O ensino ortodoxo da Igreja era garantido pela doutrina da Sucessão Apostólica. A autoridade para ensinar tinha sido dada por Cristo a São Pedro (Mateus XVI, v. 18-19) e confirmada aos Apóstolos no Pentecostes. Os Apóstolos tinham transmitido a doutrina aos bispos, sendo a correção da tradição garantida pelo fato de que os bispos e todos os seus sucessores tinham que receber a consagração na presença de, pelo menos, três bispos da

ortodoxia aceita. Os padres e os de ordens inferiores (porteiros, leitores, exorcistas, acólitos, subdiáconos e diáconos) recebiam, por sua vez, ordenação das mãos do bispo local. Os bispos estavam submetidos tradicionalmente à autoridade de cinco patriarcas (de Roma, Constantinopla, Jerusalém, Antioquia e Alexandria), mas a partir do século VII as três últimas dessas cidades passaram para mãos muçulmanas e a supremacia de Roma e Constantinopla, as duas cidades governantes do Império, ficou firmemente estabelecida pelo Concílio de Calcedônia (451). Este declarara a supremacia de Roma, que era a cidade honrada pela dupla tradição de São Pedro e São Paulo, mas do século VI em diante Roma e Constantinopla enveredaram por caminhos cada vez mais distintos, e as profundas divisões políticas foram complicadas por uma disputa doutrinária (em torno da procissão do Espírito Santo) que culminou num cisma, ainda não superado, em 1054.

A autoridade coerciva da Igreja estava consubstanciada no direito Canônico, definido como o ramo do direito que trata de cinco assuntos principais: jus, judicium, clerus, connubia e crimen. Abrangia todos os casos de pecado (em contraste com o crime, que é de competência dos tribunais leigos), e todos os casos respeitantes às igrejas, às pessoas do clero e seus bens (exceto quando isso era mantido em domínio laico), casamento, legitimidade e herança; também dedicava especial atenção às miserabiles personae, como viúvas, órfãos e refugiados. Baseava-se nas Escrituras, nos ensinamentos dos padres da Igreja e nos decretos de concílios eclesiásticos gerais e regionais. Estes eram suplementados na Igreja ocidental (o Patriarcado de Roma) pelos decretos de sucessivos papas e, antes do final do século XI, por algumas leis promulgadas por governantes leigos credenciados sobre matérias tais como o casamento e a supressão da idolatria. Era geralmente aceito que os ensinamentos das escrituras e os decretos dos primeiros quatro concílios ecumênicos — Nicéia (325), Constantinopla (381), Éfeso (411) e Calcedônia (451) — eram invioláveis, mas que outros decretos poderiam ser modificados mais tarde pelo papa em Concílio, sempre que a Igreja tivesse recebido novas luzes sobre um assunto.

Do século XII em diante, o direito Canônico da Igreja ocidental foi reunido em cinco grandes coleções oficiais — o Decretum de Graciano, as Decretais gregorianas, a Sexta, as Clementinas e as Extravagantes — as quais formam juntas aquela seção do direito Canônico que se designa por Jus Novum. Era considerado obrigatório para todas as pessoas batizadas, e tribunais eclesiásticos zelavam por seu cumprimento em todas as partes da Cristandade ocidental. A autoridade final estava com o papa, como sucessor de São Pedro, a quem Cristo tinha dado o poder de atar e desatar. A ele, como o ordinante (aquele que confere ordens eclesiásticas) universal, cabia o poder de conceder dispensa, aliviar o rigor da lei, desde que não subvertesse seus princípios fundamentais.

No Império oriental (o Patriarcado de Constantinopla), que permaneceu fiel ao direito romano, era aceita a base evangélica, patrística e conciliar do direito Canônico, porém quanto ao mais, a legislação imperial sobrepunha-se à lei da Igreja. Imperadores cristãos, como Justiniano, introduziram consideráveis modificações no direito romano em benefício da religião cristã, mas o poder de legislar permanecia com eles. O imperador, como vice-rei de Deus, era o governante supremo da Igreja e do Estado. "Eu sou aquele", nas palavras de Leão III, o Isauro, "a quem Deus ordenou que alimentasse o seu rebanho, como Pedro, o Príncipe dos Apóstolos." A única compilação sobrevivente de direito Canônico, a Exegesis Canonum de Balsemão de Antioquia, data de cerca de 1175.

As doutrinas básicas do Cristianismo foram extensamente estudadas durante toda a Idade Média, mas nunca foram seriamente questionadas na Europa, exceto por um número relativamente pequeno de heréticos. Contendas entre chefes da Igreja e do Estado eram comuns e freqüentemente implacáveis, mas gravitavam em torno de rivalidades políticas e econômicas e não a respeito de questões fundamentais da crença. Por mais deplorável que fosse a conduta dos cristãos na prática, eles estavam unidos, em teoria, pela convicção de que "o verdadeiro fim do homem é glorificar Deus e comprazer-se n'Ele para sempre". Ver Igreja Católica; Igreja Ortodoxa Oriental; Cruzadas; monasticismo; Papado RH

□ R.H. Bainton, The Penguin History of Christianity (1967); Oxford History of the Christian Church (1967) [A. Donini, História do Cristianismo, Lisboa, Edições 70, 1980; Ch. Guignebert, El Cristianismo medieval y moderno, México, Fondo de Cultura Económica, 1969]

Cristina de Pisa (1364-c. 1430) Destacada poetisa francesa de sua geração, Cristina era italiana de nascimento, filha de um humanista e estadista ativo em Bolonha e Veneza, que se tornou astrólogo do rei Carlos V da França. Cristina casou com o notário e secretário do rei, Etienne du Castel e, após a morte deste (1389), concentrou-se no trabalho literário, patrocinada pelos monarcas franceses e pelos duques da Borgonha. Inicialmente, ela escreveu muitos poemas de amor à moda da época, mas depois voltou-se para temas mais didáticos e históricos. Suas obras mais importantes foram produzidas na primeira década do século XV, incluindo uma história de Carlos V, panfletos em defesa da honra das mulheres e contrários aos floreados satíricos do sempre popular Roman de la Rose, e sugestões para a educação literária das mulheres. Nos últimos anos de sua vida escreveu um poema em louvor de Joana d'Arc. Sua obra contém muita coisa de grande valor para a história da vida cortesã e para compreensão das atitudes da época em relação às mulheres.

□ J.M. Pinet, Christine de Pisan (1927); Christine de Pisan: The Treasure of the City of Ladies, trad. de S. Lawson (1985) [Christine de Pizan, La cité des dames, org. por T. Moreau e E. Hicks, Paris, Stock, 1986]

Crodegangue, São (m. 766) Bispo de Metz. Nasceu perto de Liège e foi educado na abadia de Saint-Trond. Foi sucessivamente secretário, chanceler e primeiro ministro de Carlos Martel. Após a morte deste (741), Crodegangue continuou servindo a seu filho, Pepino, o Breve. Nomeado bispo de Metz em 742, foi o principal responsável pelas negociações entre Pepino e o Papado, as quais resultaram no reconhecimento de Pepino como rei dos francos pelo papa Estêvão III em 754; também contribuiu muito para estabelecer o domínio franco na Itália após a derrota dos lombardos. Talvez seja mais famoso por sua Regra para cônegos, que se tornou na época muito influente na regulamentação da vida de vários capítulos em catedrais alemãs e inglesas.
□ The Old English version of the Enlarged Rule of Chrodegang, org. por A.S. Napier (1916)

Crônica Anglo-Saxônica Sobrevivendo em numerosos manuscritos, três dos quais levam a história da Inglaterra até e para além da crise da Conquista Normanda, a Crônica é uma fonte histórica de superlativa importância, especialmente notável por seu uso precoce do vernáculo. A tradição de construção de quadros de eventos e de registro dos principais acontecimentos recebeu nova orientação durante o reinado de Alfredo, quando foi tomada a decisão, provavelmente por influência direta do monarca, de se escrever uma crônica contínua em base anual. Existe grande variedade no alcance e intensidade do registro; é muito detalhado, por exemplo, para as últimas campanhas do reinado de Alfredo (891-96) e também a respeito das guerras dinamarquesas do tempo de Etelred (991-1016). A Crônica continuou sendo atualizada na abadia de Peterborough até meados da década de 1150, fornecendo uma vigorosa descrição dos dramáticos acontecimentos do reinado de Estêvão de Blois numa linguagem que constitui visivelmente uma transição do anglo-saxão para os começos do Inglês Médio.
□ The Anglo-Saxon Chronicle, org. por D. Whitelock (1961); The Anglo-Saxon Chronicle MSA, org. por J. Bately (1986)

crônicas À semelhança dos anais, as crônicas desempenharam um importante papel no desenvolvimento da literatura histórica na Idade Média. Descrevem também acontecimentos, geralmente com mais detalhes do que os anais, chegando às vezes o cronista a produzir história aceitável, ainda que sua obra esteja, quase sempre, limitada a uma estrita seqüência cronológica. As primeiras crônicas eram as chamadas "crônicas

universais" ou "crônicas do mundo", que abrangiam a história desde a Criação até os próprios dias do cronista. A mais antiga delas é a crônica de Eusébio de Cesaréia, escrita no século III, à qual se seguiu, já no século IV, a crônica do mundo de Sulpício Severo.

Embora crônicas mundiais continuassem sendo escritas até o século XI, quando Mariano Escoto (1028-83) escreveu sua História Universal, do século IX em diante tornaram-se mais populares as crônicas locais, descrevendo a história de um determinado reino ou abadia. Exemplos das primeiras incluem a Crônica Anglo-Saxônica em suas diferentes versões (reunidas inicialmente em forma de crônica durante o reinado de Alfredo, c. 891), a História dos Reis da Saxônia por Thietmar de Marseburgo no século X, a Gesta Regum de Guilherme de Malmesbury no século XII e o Polychronicon de Ranulfo Higden no século XIII, enquanto que famosas crônicas monásticas incluem a Battle Abbey Chronicle na Inglaterra e a Histoire de l'Abbaye de St. Evroul de Ordérico Vital, na França, ambas pertencentes ao século XII. No final da Idade Média, os cronistas ainda se orgulhavam, de maneira ostensiva e deliberada na Itália, de sua perícia em expor de forma apenas fatual, numa ordem cronológica apropriada, mesmo quando já estavam avançando no sentido de uma nova concepção de história.

[A primeira história universal conhecida em língua portuguesa é o chamado Livro do Conde D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis, que deu continuidade à tradição literária da corte de seu pai. A fonte principal dessa introdução historiográfica é a Crônica Geral de Espanha, de Afonso, o Sábio. O momento culminante da crônica em nossa língua ocorreria cerca de um século depois, na Crônica de D. João I, obra do maior escritor medieval português: Fernão Lopes. Outros cronistas medievais portugueses dignos de menção foram Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina. NT]

□ L. Green, Chronicle into History (1972)

Cruzadas Guerra proclamada pelo papa em nome de Cristo e travada como iniciativa do próprio Cristo para recuperação da propriedade cristã ou em defesa da Cristandade contra inimigos externos ou internos.

O movimento das Cruzadas, que era num certo sentido uma extensão da guerra que estava sendo travada contra os muçulmanos na Espanha e na Sicília, foi muito influenciado pelo conceito de Santo Agostinho de Hipona de violência divinamente autorizada, conceito esse que foi revigorado pelos reformadores papais durante a Questão das Investiduras. A Primeira Cruzada, pregada pelo papa Urbano II no Concílio de Clermont em 1095, tomou Antioquia em 1098 e Jerusalém em 1099, estabelecendo o principado de Antioquia, os condados de Edessa e Trípoli, e o reino latino de Jerusalém, os quais sobreviveram até 1291. Foi justificada com dois argumentos: a recuperação da herança de Cristo (Jerusalém

e a Terra Santa à sua volta) e a defesa de irmãos cristãos no leste contra o avanço muçulmano. Essa dupla causa foi peculiar das Cruzadas para o leste e desde o princípio deu-lhes o caráter de peregrinações. À Primeira Cruzada seguiu-se uma série de grandes expedições, das quais as mais importantes foram a Segunda Cruzada (1146-48); a Terceira Cruzada (1188-92), no decorrer da qual Chipre passou a estar sob domínio latino, sendo governada por europeus ocidentais até 1571; a Quarta Cruzada (1202-04), que se desviou de seu curso, tomou Constantinopla e estabeleceu o domínio latino na Grécia, vestígios do qual sobreviveram até os tempos modernos; a Quinta Cruzada (1217-21) e a Primeira Cruzada de Luís IX da França. Houve também um grande número de empreendimentos menores, e foram estes que no período de 1254-91 se converteram na mais popular forma de Cruzada. Houve Cruzadas e planos para Cruzadas nos séculos XIV e XV; houve cruzados no Mediterrâneo oriental no século XVI; e a Ordem de São João, uma das Ordens Militares que nasceram do movimento, ainda estava envolvida numa guerra ocasional contra os turcos no século XVIII.

A atividade dos cruzados foi estendida à Espanha pelo papa Urbano II quase em seguida a ter pregado a Primeira Cruzada: ele já vinha sendo pressionado no ‘sentido de uma política mais ativa na fronteira ao sul de Barcelona e não queria desviar cavaleiros daí para outras frentes. Até o século XVI, as Cruzadas foram periodicamente pregadas na Espanha. O combate aos adversários políticos do Papado parece ter sido introduzido entre os objetivos das Cruzadas pelo papa Inocêncio II em 1135, quando concedeu uma indulgência aos que lutavam contra os normandos e o antipapa Anacleto; tal política foi extensamente usada pelos papas nos séculos XIII e XIV na Itália, contra os Hohenstaufen e contra os gibelinos. A realização de Cruzadas ao longo do Báltico foi autorizada pelo papa Eugênio II em 1147 e prosseguiu até o século XV. Uma característica das Cruzadas alemãs era serem também guerras de conversão, e os missionários atuavam em conjunto com os cruzados. A primeira Cruzada contra hereges foi deflagrada pelo papa Inocêncio III em 1208, quando perdeu as esperanças na habilidade e disposição dos poderes seculares para esmagar os cátaros no Languedoc. Seguir-se-iam Cruzadas contra os camponeses de Staedinger, na Alemanha, e contra os cátaros na Lombardia, no século XIII, contra os adeptos de frei Dolcino, no Piemonte, no século XIV, e contra os hussitas, na Boêmia, nas décadas de 1420 e 1430.

Do ponto de vista da maioria dos seus contemporâneos, essas cruzadas eram todas igualmente válidas, embora uma Cruzada em defesa da Terra Santa ou para a reconquista de Jerusalém tivesse mais prestígio e fosse o padrão pelo qual se aferia o mérito das demais. Por vezes, no século XIII, os papas desencorajavam Cruzadas numa direção, a favor de mais esforço e mais recursos numa outra. Acabaram por envolver-se ativamente

em decisões estratégicas desse gênero, em parte porque após a instauração da tributação obrigatória de rendimentos clericais em favor das Cruzadas, havia, pelo menos em teoria, vastas somas de dinheiro com que as expedições podiam ser dotadas. Houve críticas ocasionais às Cruzadas — algumas delas radicais — engendradas em parte pela irritação que essa tributação causou, mas de modo geral não parece que elas representassem a opinião pública.

De 1095 até pelo menos 1400, as Cruzadas foram uma atividade devocional genuinamente popular, sendo o período de sua maior popularidade o de 1187 a 1250. Atraindo leigos de todas as classes, eram acompanhadas por exercícios penitenciais e litúrgicos que constituíam características marcantes do culto popular da época. Alguns dos participantes tomavam votos baseados nos dos peregrinos, e também recebiam indulgências. As primeiras indulgências eram declarações solenes que tornavam a Cruzada um exercício de penitência tão severo que absolvia o cruzado de todos os seus pecados anteriores. A idéia mais avançada, proposta na década de 1140, sustentava que a satisfação nunca podia ser adequada e que, por conseguinte, a indulgência era uma livre e generosa remissão do castigo devido por se pecar. Essa idéia só foi definitivamente adotada para os cruzados no pontificado de Inocêncio III.

Embora cada Cruzada deva ter tido seus aventureiros, e muitos se beneficiassem materialmente ao se instalarem na Palestina, Síria, Grécia, Espanha e no litoral do Báltico, há poucas provas de que a maioria ganhasse ou pretendesse ganhar outra coisa além de mérito e honra. Com efeito, de acordo com a opinião de seus contemporâneos, era mais sórdido evitar participar numa Cruzada do que ser avarento no apoio a uma Cruzada. Ver albigenses; Crianças, Cruzada das; Camponeses, Cruzada dos; wendes JR-S

□ R.C Smail, Crusading Warfare 1097-1193(1956); H.E. Mayer, The Crusades (1972); E. Christiansen, The Northern Crusades (1980); P.M. Holt, The Age of the Crusades (1986); J. Riley-Smith, The First Crusade and the Idea of Crusading (1986); The Crusades (1987) [S. Runciman, História de las Cruzadas, 3 vols.; Madri, Alianza, 1973; P. Rousset, História das Cruzadas, Rio, Zahar Editores, 1980; A. Maalouf, As Cruzadas vistas pelos árabes, S. Paulo, Brasiliense, 1988]

cumanos Povo turco nômade que no século XII forneceu tropas mercenárias a príncipes russos. O fracasso dos cumanos em organizarem qualquer resistência russa efetiva contra a investida mongol forçou-os, em 1237, a procurar refúgio nos territórios de Béla IV, rei da Hungria. O filho de Béla, Estêvão V, casou com uma princesa cumana e, no reinado do filho deles, Vladislav II, a influência cumana aumentou consideravelmente. Embora os

cumanos tivessem se convertido ao Cristianismo antes de sua chegada à Hungria, encontraram dificuldades na assimilação e não foram inteiramente absorvidos na sociedade húngara durante séculos.

cunhagem e moeda As moedas medievais eram muito delgadas e leves pelos padrões modernos (cerca de 1 a 4 gramas), uma vez que o poder de compra dos metais preciosos era alto, e feitas sobretudo de prata ou billon (prata menos de 50% pura, em liga geralmente de cobre). Elas foram precedidas nos séculos VI e VII por uma cunhagem de ouro, e as moedas nesse metal voltaram a ser de uso geral entre meados do século XIII e meados do século XIV. Na maior parte da Europa, o cobre não era cunhado, embora o billon de baixa qualidade, largamente usado nos séculos XIV e XV, fosse quase indistinguível do cobre; tanto este metal quanto o chumbo foram usados para fichas não-oficiais que suplementavam a cunhagem regular nesses séculos. A unidade básica, desde finais do século VII em diante, era o penny ou dinheiro (denier). Generalizações sobre sua história são difíceis; embora o mesmo padrão evolutivo seja encontrado quase por toda parte, a cronologia variou de país para país.

Os Estados germânicos estabelecidos dentro das antigas fronteiras romanas tinham principalmente cunhagens de imitação de tremisses de ouro (um terço de solidus), só distinguíveis de seus protótipos imperiais por suas inscrições imperfeitas e tipos distorcidos. Só raramente se cunhavam imitações de solidus — depois de 550, virtualmente apenas em Marselha — e moedas fracionárias de prata e cobre estavam limitadas à Itália ostrogoda, à África vândala e ao vale do Ródano até cerca de 550. Finalmente, as tremisses pseudo-imperiais foram substituídas por cunhagens nacionais em ouro, variando em tipo e organização de um povo para outro. A cunhagem franca, a mais desorganizada, era de caráter essencialmente privado, apresentando as moedas, normalmente, o nome da oficina onde eram cunhadas e do moedeiro responsável, sem referência alguma ao governante. A mudança de sistema que ocorreu por volta de 580 no reino merovíngio foi acompanhada de uma redução no peso das moedas de l,5g para l,3g, e envolveu uma mudança no sistema de pesos, l,5g representando oito siliquae romanos e sendo l,3g o equivalente a 20 grãos, ou ao xelim germânico. Esse peso também foi adotado para as moedas de ouro anglo-saxônicas no século VII, sendo as moedas tradicionalmente denominadas thrymsas pelos numismatas, na realidade, xelins de 20 sceattas (grãos).

O xelim de ouro, por essa altura um tanto depreciado, começou sendo substituído no reino franco, por volta de 670, por um denarius (dinheiro) de prata do mesmo peso e, por conseguinte, valendo 1/12 do xelim de ouro, visto que a razão ouro/prata na época era de 1:12. Uma mudança análoga ocorreu na Inglaterra, provavelmente na mesma época e

certamente antes de 690, porquanto as novas moedas aparecem nas Laws of Inc com o nome de pennies. Com Pepino, o Breve, e Carlos Magno, os padrões das moedas francas foram uniformizados e sua emissão colocada sob controle real, terminando o processo com a criação do novus denarius de Carlos Magno por volta de 793. Uma vez mais, desenvolvimentos correspondentes foram registrados na Inglaterra no governo de Offa de Mércia, embora os pesos finais das duas moedas diferissem: o novo dinheiro franco pesando aparentemente, em princípio, l,75g (32 grãos de trigo) e o penny inglês l,56g (24 grãos de cevada).

A cunhagem assim criada dominou a Cristandade latina ao longo dos cinco séculos seguintes. Dinheiros de prata modelados de acordo com os da França disseminaram-se por toda a Itália setentrional e central (781), norte da Espanha (começo do século IX), Alemanha (século X), Boêmia (na década de 930), Polônia (na década de 980) e Hungria (c. 1000), passando ao Mediterrâneo oriental com os cruzados e à Itália meridional e Sicília com os Hohenstaufen. Da Inglaterra, o penny passou à Irlanda e Escandinávia no século XI, e à Escócia no século XII. Em algumas partes da Europa também foram cunhados meios pennies (halfpennies) e quartos de penny (farthings) (os franceses oboles ou mailles, pites), mas as frações eram usualmente feitas cortando os delgados pennies em metades ou quartos. Não eram cunhados múltiplos e as moedas de ouro só ocasionalmente eram emitidas, e para fins cerimoniais. Exceções a essa regra eram a Espanha cristã, a Itália meridional, a Sicília e os Estados cruzados, pois estavam familiarizados com os dinares de ouro muçulmanos e imitações desses (besanti sarracenati) ou de suas frações (taris).

[A imitação portuguesa do dinar de ouro muçulmano recebeu o nome de morabitino ou maravedi áureo, presumindo-se que a sua primeira cunhagem ocorreu no reinado de D. Sancho I (c. 1190). Até o reinado de D. Afonso II (1185-1223), era permitida a cunhagem de moeda privada pela Igreja, como, por exemplo, no caso do arcebispado de Braga para financiar a construção de sua catedral. Aquele monarca aboliu tal privilégio e a cunhagem passou a ser desde então um direito exclusivo da Coroa. NT]

O número de casas da moeda na Europa feudal era muito grande. A cunhagem de forma geral era executada regionalmente, mesmo nos Estados onde o controle real da moeda permaneceu intato. Numa dada altura, havia mais de 70 casas de cunhagem de moeda na Inglaterra, embora estivessem todas cunhando moedas de um tipo e peso uniformes. Na França e no Império, o direito de moeda (jus monetae) passou a ser exercido (por concessão ou usurpação) por uma multidão de feudatários, e na Itália por muitas das comunas. Os desenhos eram extremamente variados e, a partir de meados do século XI, houve na maioria dos lugares um considerável declínio dos padrões carolíngios em peso e pureza. A maioria das moedas era cunhada em pesos que variavam entre 0,7g

e l,4g, sendo entre 50% e 90% puras. Mas a depreciação era, por vezes, levada muito longe. No final do século XII, o denaro veneziano, um dos piores da Europa, pesava cerca de 0,36g e tinha somente 25% de pureza, pelo que o seu conteúdo em prata estava abaixo de 0,lg contra l,7g da época Carolíngia.

No século XIII, múltiplos em prata de metal virtualmente puro começaram sendo cunhados sob os nomes genéricos de groats (francês gros, alemão Groschen, italiano grosso, isto é, grossus denarius), em contraste com os "pequenos" pennies correntes (francês petits deniers, italiano piccoli, parvuli). Pesavam em geral 2-4g e seus valores dependiam do nível em que o penny local tivesse sido depreciado. Os grossi venezianos pesavam 2,lg e, na época de sua criação (1201?), valiam 24 denari; o gros tournois francês (1200) pesava 4,22g e valia um sou (soldo), equivalente a 12 dinheiros; ao passo que o groat inglês (1351), embora pesasse 4,67g, valia apenas quatro pennies (esterlinos), uma vez que o penny inglês, em comparação com seus equivalentes continentais, tinha sido apenas levemente reduzido no peso e absolutamente nada na pureza. Moedas de ouro também começaram sendo cunhadas numa base regular, iniciando com o agostaro ou augustale (1231), e continuando com o muito mais influente florim florentino (1252), o genovino d'oro genovês (1252) e o ducado veneziano (1284). A cunhagem de moeda de ouro difundiu-se mais lentamente ao norte dos Alpes, sendo a primeira moeda de ouro francesa bem-sucedida a masse d'or de Filipe, o Belo, e o noble inglês de Eduardo III, que datam de 1295 e 1344, respectivamente. No período intermédio, o uso do florim de ouro foi propagado pelos grandes mercadores e banqueiros florentinos, ao passo que o ducado veneziano dominava a circulação do Oriente Próximo.

A introdução de múltiplos de ouro e prata tornou a vida mais fácil para os mercadores, pois as novas moedas, de bons metais, eram aceitas internacionalmente de um modo que nenhuma moeda ocidental anterior tinha sido, à exceção do esterlino inglês. Suas desvantagens eram o surgimento de padrões denominativos extremamente complicados e as constantes flutuações de valor, pois o sistema era virtualmente trimetálico, envolvendo ouro, prata e liga de prata e cobre. As taxas de câmbio flutuavam, em parte por causa das mudanças nos preços do mercado do ouro e da prata e, também em parte, por causa da ocasional superprodução de moedas em liga (billon), ou ainda porque os governos estavam alterando constantemente o peso e a pureza das moedas. Isso ocorria, usualmente, na esperança de manter estáveis os valores monetários em termos do tradicional sistema £sd, mas, por vezes, derivava simplesmente do desejo de aumentar seus próprios lucros. A partir de finais do século XIII, os mercadores concluíram

ser necessário compilar listas cada vez mais complexas de moedas e seus valores, das quais a mais famosa consta de La Pratica della Mercatura (c. 1340), do mercador florentino Pegolotti, e os governos tiveram que publicar tabelas de taxas de câmbio. A abundância de prata disponível em fins do século XIII e começos do XIV, proveniente das minas da Boêmia e da Sérvia, foi seguida, antes de findar o século XIV, por uma séria escassez, só parcialmente compensada pela vasta produção das minas de ouro húngaras, na região da Eslováquia moderna. Somente a partir da segunda metade do século XV ocorreu um acentuado progresso, quando o aumento de suprimentos de prata européia, e o acesso direto ao ouro africano em conseqüência da exploração portuguesa da costa ocidental africana foram um prelúdio à chegada no século XVI dos vastos suprimentos de metais preciosos, após a descoberta das Américas. Ver augustale; besante; bracteado; ducado; escudo; esterlino; florim; gulden; marco; noble; pound; quilate; renovatio monetae; solidus; tarí; xelim [1, 18, 142, 212, 332 PG

□ P. Grierson, Monnaies du Moyen Age (1976); P. Grierson e M. Blackburn, Medieval European Coinage, Vol. I (1986); P. Spufford, Money and its Role in Medieval Europe (1988)

Cuteberto, São (634-87) Bispo de Lindisfarne. Monge de observância céltica em Melrose desde 651, Cuteberto tornou-se prior desse convento antes de aceitar os costumes romanos no Sínodo de Whitby em 664. Foi então nomeado prior de Lindisfarne, mas em 676 renunciou ao cargo e retirou-se para Inner Farne a fim de tornar-se eremita. Em 685 foi escolhido por Egfrith, rei da Nortúmbria, e pelo arcebispo Teodora para bispo de Hexham, mas pouco depois trocou com o bispo Eata essa sé pela de Lindisfarne. Ao morrer, Cuteberto foi sepultado em Lindisfarne, porém depois do saque dessa localidade pelos dinamarqueses em 875, seu corpo foi exumado e andou sendo levado por todo o norte, até chegar a Durham em 995. Durante o século XI, o local do túmulo de Cuteberto cresceu em importância. Um mosteiro beneditino foi fundado para servi-lo pelo bispo Guilherme de St. Carlief em 1083, e construída uma nova catedral para onde as relíquias de Cuteberto foram trasladadas em 1104. Seu culto foi popular durante toda a Idade Média, sendo-lhe dedicadas 83 igrejas desde a Escócia até a Cornualha. [318]

□ B. Colgrave, Two Lives of St. Cuthbert (1940)

D

Damasco Cidade santa muçulmana situada entre o deserto e as montanhas. Bem irrigada e fértil, Damasco desenvolveu-se desde muito cedo como um grande mercado e caravançará. A conquista muçulmana (636) confirmou o controle islâmico da Síria, pondo fim a mil anos de dominação ocidental. Após séculos de anarquia, Damasco atingiu seu período de apogeu nos séculos XII e XIII com Nuradino e Saladino, como um centro para a guerra santa contra os cruzados. Os mamelucos fizeram de Damasco uma dependência política do Egito depois de 1260.

□ H.A.R. Gibb, The Damascus Chronicle of the Crusades (1932)

Dança da Morte (danse macabre) Um motivo comum na arte do final da Idade Média, refletindo algumas das manifestações da extrema histeria religiosa associada às procissões penitenciais. Originou-se nos autos de moralidade ou devoção e nos poemas que tratavam da inevitabilidade da morte e do convite à penitência. Esse tema também está representado em murais onde três moços se defrontam com três esqueletos, com variações na legenda: "Como eu sou, tu serás." A imagem de uma longa fila de seres humanos contorcendo-se e tentando escapar do caminho inevitável para a sepultura desenvolveu-se artisticamente no final da Idade Média, ao ponto de, em seu nível mais complexo, envolver toda a sociedade, desde o papa e o imperador até o mais humilde camponês. [204]

□ J.M. Clark, The Dance of Death in the Middle Ages and the Renaissance (1950); Encyclopaedia of World Art, vol. 4 (1971)

Dandolo, Enrico (c. 1107-1205) Doge de Veneza desde 1192, iniciou um período de governo vigoroso, ao jurar a "promessa ducal" que descrevia, em linhas gerais, a natureza de seu cargo. Procedeu à revisão do código penal, publicou a primeira coletânea de leis estatutárias e reformou o sistema monetário. Dandolo desempenhou um papel decisivo nos eventos da Quarta Cruzada: forneceu transporte marítimo aos cruzados para o Egito; em pagamento por esse serviço, aceitou ajuda na tomada de Zara, uma cidade dálmata em poder dos húngaros; e encorajou o desvio da Cruzada para Constantinopla. Dandolo morreu na cidade, após tê-la conquistado, tendo efetuado valiosas aquisições para Veneza na Grécia e no Egeu.

□ D.E. Queller, The Fourth Crusade: The Conquest of Constantinople (1978)

danegeld Termo usado para descrever pagamentos formais realizados por reinos

cristãos, na Era Viking, para subornar os dinamarqueses invasores. Tais pagamentos eram feitos por monarcas francos e ingleses no século IX, mas todo o processo foi posto numa base mais sistemática na Inglaterra após a derrota de Maldon em Essex (991). Somas gigantescas eram levantadas e pagas aos dinamarqueses durante a segunda metade do reinado de Etelred, e o sistema de coleta desse geld ou imposto foi refinado e tornou-se mais eficiente sob a pressão da necessidade de satisfazer as imposições e exigências dinamarquesas. O uso de geld para organizar e manter esquadras e um elemento eficiente no exército (heregeld) levou a complexidades na terminologia, mas o termo "danegeld" continuou sendo usado em sentido geral [como sinônimo de imposto territorial NT] até 1162.

Dante Alighieri (1265-1321) Um dos maiores poetas da Idade Média. Dante passou alguns anos adaptando romances occitânicos a uma forma que fosse mais do agrado do crescente público burguês de Florença, reduzindo elementos românticos para realçar a essência básica do amor. Isso complementou o seu próprio sentimento por Beatriz, o amor de infância que inspirou seus poemas. Sua morte, em 1290, foi um terrível golpe para Dante, que produziu La Vita Nuova, uma obra hagiográfica de adoração, em memória de Beatriz. Durante sua amizade com o influente Guido Cavalcanti, Dante travou conhecimento com o neoplatonismo de Boécio e a filosofia aristotélica dos escolásticos. Envolveu-se apaixonadamente na política de Florença, apoiando o partido guelfo, dividido então em facções intransigentes. Foi eleito um dos priori (o mais elevado cargo na comuna) e nessa função visitou a corte papal de Bonifácio VIII. Durante sua ausência, ocorreu um golpe de Estado e Dante foi banido de Florença, sob pena de morte.

Em sua peregrinação por várias cidades, continuou o trabalho sobre Aristóteles, produzindo o Convívio baseado na Ética do pensador grego. Propunha-se oferecer ao leigo um vislumbre da vitalidade filosófica dos pensadores universitários de seu tempo. Por volta de 1309, iniciou a Monarchia, enunciado fundamental de suas idéias políticas, no qual ampliou as teorias que se encontram no Convívio, em especial as que dizem respeito à monarquia mundial. Usou idéias aristotélicas e neoplatônicas de perfeição para formular uma defesa elaborada do Sacro Império Romano; nesse ponto, sua obra era um reflexo da dos franciscanos, que desejavam a retirada do poder temporal da Igreja. Assim, Dante apoiou o imperador Henrique VII quando este invadiu a Itália em 1310, mas em 1313 esse empreendimento já havia fracassado.

Foi nesse cenário que a Divina Comédia adquiriu forma, no decorrer de um período de 15 anos. Ela consiste em três seções principais: Inferno, Purgatório e Paraíso. A obra é um quebra-cabeças para eruditos, combinando uma alegoria que provoca o leitor, com um

realismo áspero que envolve personagens florentinas e figuras históricas hoje esquecidas. Esses elementos estão reunidos pela intrincada simetria do poema. É uma narrativa coesa sobre a ascensão do homem das trevas até Deus. Um comentador recente destaca Dante como um "gênio isolado por sua originalidade", mas foi um gênio admirado pelas gerações futuras em sua forma suprema na Divina Comédia.

□ [E. Gilson, Dante et la philosophie, Paris, Vrin, 1972; G. Holmes, Dante, Lisboa, Publ. Europa-América, 1981; C. Marchi, Dante, Milão, Rizzoli, 1985; U. Cosmo, Vita di Dante, Florença, La Nuova Italia, 1965; H. Franco Junior, Dante Alighieri. O Poeta do Absoluto, S. Paulo, Brasiliense, 1986]

Davi, São O santo padroeiro de Gales, cujo dia é celebrado a 1° de março. Davi foi um proeminente missionário ascético do século VI, associado à fundação de mosteiros e à obra de dois sínodos reformadores. Em torno de seu nome, criou-se uma grande quantidade de material lendário que adquiriu forma literária nos séculos XI e XII, com o objetivo de afirmar a independência da sé de São Davi contra Canterbury. O cognome de aquaticus não significa provavelmente mais do que suas qualidades ascéticas, embora tenham sido feitas várias tentativas para relacionar as lendas de São Davi com o primitivo culto céltico de deidades fluviais e aquáticas. Em arte, ele é freqüentemente retratado com uma pomba pousada em seu ombro.

□ Rhigyfarch's Life of St. David, org. por J.W. James (1967); W. Davies, Wales in the Early Middle Ages (1982)

Decretais Forjadas O direito Canônico do Papado passou a apoiar-se em coleções que pretendiam consubstanciar toda a legislação decretal de pontificados anteriores. Grande parte desse trabalho de compilação era obra de estudiosos do século IX, sobretudo os que atuavam em torno de Reims. As Decretais Pseudo-Isidorianas revestiram-se de especial importância e foram reunidas por volta de 847-52 como resposta à vigorosa intervenção secular em assuntos eclesiásticos nos reinados de Luís, o Piedoso, e seus sucessores, quando muitos bispos foram exonerados ou exilados (Paris em 829 e 845-46).

As falsificações esboçavam uma idade de ouro de intricados regulamentos sobre liturgia, sacramentos e matérias jurisdicionais; o poder do Papado era enfatizado, mas de tal modo que favorecia os direitos episcopais contra a autoridade dos arcebispos, o laicado e o clero privativo de cada bispo. As falsificações tinham chegado a Roma em 865, mas os papas reformistas só as citaram parcimoniosamente até Urbano II (1088-99). Seu principal canal de influência não era o Papado mas as coleções de cânones, mormente a Collectio Anselmo Dedicata (c. 890) e as de Burchard de Worms, Ivo de Chartres e

Graciano. Hincmar de Reims tinha rejeitado parte do material das Decretais no século IX como espúrio e estudiosos posteriores, incluindo Marsílio de Pádua, duvidaram de sua autenticidade. Entretanto, os textos continuaram sendo citados como autoridades até o século XVII. Incorporavam algum material autêntico e sua ênfase sobre a primazia papal e a oposição ao controle laico dentro da Igreja asseguraram a sobrevivência e a força política dessas compilações. Ver Isidorus Mercator

□ W. Ullmann, Law and Politics in the Middle Ages (1975)

della Scala, família (Scaligeri) Sob o governo da família della Scala, a cidade de Verona tornou-se muito poderosa no norte da Itália, chegando em dado momento a ameaçar a supremacia comercial de Veneza. Após a morte do despótico Ezzelino da Romano, a comuna de Verona escolheu Mastino della Scala como podestà (1260). Antes de seu assassinato em 1277, ele pôde ampliar seu controle sobre algumas regiões circunvizinhas. Alberto, seu irmão e sucessor, consolidou a posição de autoridade mantida pelos della Scala. O mais hábil membro da família foi Cangrande della Scala (1311-29), que fez de sua corte um asilo para gibelinos exilados e um refúgio para poetas e intelectuais [o principal deles, Dante Alighieri], além de submeter ao seu controle muitas cidades do norte da Itália.

□ J. Larner, Italy in the Age of Dante and Petrarch (1980)

della Torre, família (Torriani) Aristocrática família milanesa que depois de obter a liderança da Credenza de Sant'Ambrogio (uma organização de pequenos patrões) em meados do século XIII, estabeleceu-se como governante de Milão. Em 1263, Martino della Torre tornou-se signore perpétuo, sendo sucedido por Napoleone della Torre (1265-77). A esperança de consolidar ainda mais o poder da família foi frustrada pela nomeação de um membro da família rival, os Visconti, como arcebispo de Milão em 1262; e embora os Torriani tivessem conseguido impedir durante 15 anos que ele tomasse posse de sua sé arcebispal, foram finalmente derrotados pelos Visconti em Desio, em 1277, e novamente em 1281, perto de Vaprio. Após um breve exílio, os Torriani regressaram a Milão (1302) e em 1308 já haviam se restabelecido, tendo Cassone della Torre como arcebispo e Guido della Torre como senhor perpétuo. Entretanto, a signoria não sobreviveu muito à chegada do imperador Henrique VII à Itália. Após a frustrada revolta Torriani de 1311, sufocada pelo imperador e pelos Visconti, Matteo Visconti foi nomeado vigário imperial em Milão, e os Torriani nunca mais voltaram à cidade.

□ J.K. Hyde, Society and Politics in Medieval Italy (1973); M. Mallet, Mercenaries and their Masters (1974)

dendrocronologia Método de datação, pelo estudo dos anéis concêntricos existentes nos troncos de árvores, baseado nos padrões característicos de diferentes séculos, muito proveitoso na elucidação da cronologia de um edifício, como no caso, por exemplo, da catedral de Trier, onde a idade das várias partes da construção pode ser determinada comparando os padrões de anéis do madeiramento. Em Trier, um canto da madeira fora cortado de forma arredondada e mostrava os anéis exteriores, mais perto da casca, de modo que os anos em que os carvalhos foram abatidos podiam ser determinados com precisão. Em muitos casos, falta o anel exterior e a data do mais recente anel visível pode corresponder aproximadamente a uma década antes da data da construção. Numerosos anéis são necessários para uma datação inequívoca, de modo que os moinhos de água (como na Irlanda dos primeiros séculos de nossa era) ou as mesas (por exemplo, a Távola Redonda do Rei Artur em Winchester, c. 1200) são mais facilmente datados do que os pequenos objetos. Os arqueólogos subaquáticos podem datar velhos navios afundados e até localizar a origem de algumas das tábuas, mas não se deve permitir que o madeiramento molhado seque rapidamente se for necessário obter uma data dendrocronológica. A dendrocronologia tem sido um útil método de datação, e mais exato, aliás, para o período medieval do que a datação pelo carbono radiativo; ela permitiu a datação precisa de muitas estruturas medievais, desde chalés até retábulos.

A datação por anéis de árvores em carvalhos e olmeiros é muito bem-sucedida nas montanhas galesas ou alemãs, onde nos anos de seca o anel é estreito. Nas altas montanhas escandinavas e alpinas, o calor do verão é necessário para que se desenvolva um largo anel, e a densidade da madeira recente (medida por raios X) reflete de maneira fidedigna a temperatura do mais recente verão. De um modo geral, as relações climáticas são complexas e o progresso na datação foi lento até se desenvolverem programas de computador.

Onde as árvores são sensíveis às precipitações pluviais, como na Alemanha meridional, podemos verificar os anos de estiagem pelos estreitos anéis característicos de anos como 67-69, 591-92, as décadas de 680 e de 850, 931-50 e 977-98. Um anel estreito em árvores inglesas em 1137, por exemplo, confirma a informação do cronista de que "regatos e poços, e grande número de rios... secaram".

□ M.G.L. Baillie, Treering Dating and Archaeology (1982); D.J. Schove, Chronology of Eclipses and Comets, AD 1-1000 (1984)

Despensers Família inglesa cujos membros ganharam notoriedade a serviço de Eduardo II. Em 1308, Hugo, o Velho, apoiou o rei e seu favorito, Piers Gaveston, contra a oposição dos barões; em conseqüência disso, recebeu o cargo de conselheiro principal da Coroa

(1312-15). Hugo, o Moço, tornou-se camarista da corte em 1318. Suas tentativas para obter o controle exclusivo da vasta herança de Clare, através dos direitos de sua esposa como co-herdeira, provocaram a censura dos barões e o banimento dele próprio e de seu pai. Contudo, voltaram ao poder em 1322 e continuaram a usar sua posição para ganhos pessoais, conseguindo, por exemplo, o condado de Winchester para Hugo, o Velho. A rebelião da rainha Isabel e de Roger Mortimer em 1326 resultou na queda dos Despensers e sua execução.

□ G. A. Holmes, The Estates of the Higher Nobility in Fourteenth-Century England (1957); N. Fryde, The Tyaranny and Fall of Edward II (1979)

Dias, Bartolomeu (m. 1500) Zarpou de Portugal com uma frota de três caravelas em 1487, com ordens do rei D. João II para encontrar a extremidade meridional da costa ocidental da África. Sua missão foi bem-sucedida e sua descoberta batizada de Cabo da Boa Esperança, porquanto revelava a possibilidade de viagem marítima para a Ásia.

Dictatus Papae Importante lista ou memorando consistindo em 27 breves prescrições referentes aos objetivos e normas de natureza teocrática do Papado durante o pontificado de Gregório VII (1073-85). Seu propósito exato é incerto, mas seria provavelmente uma forma de índice para documentos e argumentos considerados úteis para a cúria papal em sua luta com o imperador, comumente conhecida como Questão das Investiduras. As prescrições são de caráter diverso, indo desde detalhes até declarações positivas e absolutas de supremacia papal. Dois argumentos dominam a coletânea: em primeiro lugar, que o papa era superior ao imperador, tendo até o direito de o depor; e, em segundo lugar, que o papa era superior a todos os outros metropolitas e bispos na hierarquia eclesiástica.

□ E. Caspar, Das Register Gregors VII (1920); W. Ullmann, The Church and the Law in the Earlier Middle Ages (1975)

Dietrich de Berna Ver Teodorico, o Grande

Dinamarca O mais meridional dos reinos escandinavos, a Dinamarca recebeu esse nome por sua posição na fronteira (Mark = região limítrofe) dos Impérios Carolíngio e Germânico. Consistia na península da Jutlândia, um certo número de ilhas, sobretudo Funen e Zeeland, e parte do que se considera hoje a Suécia meridional. Adquiriu preeminência no antigo período viking, quando os governantes dinamarqueses resistiram efetivamente a Carlos Magno e seus sucessores, iniciando a construção de um grande aterro (o Danevirke) cuja finalidade primordial era proteger o porto de Hedeby (Schleswig). Na Era Viking, os dinamarqueses revelaram-se ativos mercadores, colonizadores e homens do mar,

especialmente na Inglaterra e Normandia.

Politicamente, atingiram o auge com Canuto, rei da Inglaterra (1016-35) e da Dinamarca (1019-35). Nessa época, completaram sua conversão ao Cristianismo (iniciada efetivamente em meados do século X) e pensadores e eclesiásticos dinamarqueses passaram a desempenhar um papel importante na Renascença do século XII.

No reinado de Valdemar H (1202-41), os dinamarqueses ampliaram seus interesses comerciais e religiosos a leste até o Báltico, atuando por vezes em colaboração com os mercadores alemães, porém, mais freqüentemente, em oposição a eles. Nos séculos XIII e XIV, a formação da Liga Hanseática aumentou a debilidade interna da organização política dinamarquesa. Pelo tratado de Stralsund (1370), por exemplo, Valdemar IV, que tentou restringir a atividade dos mercadores alemães, foi forçado a reconhecer, após a derrota militar, o virtual domínio germânico do Báltico, e até a permitir que eles tivessem poder de decisão na escolha de um rei dinamarquês. Pela União de Calmar (1397), a Dinamarca passou a fazer parte de uma não muito bem definida federação de reinos escandinavos, até a dissolução dessa União em 1523. Ver Gorme, o Velho; Valdemar I, o Grande

□ J.H. Birch, Denmark in History (1938); L. Mus-set, Les peuples scandinaves au Moyen-Age (1951); A.E. Chistensen, "Denmark between the Viking Age and the time of the Valdemars", Medieval Scandinavia I (1968) [R. Boyer, Le Christ des barbares. Le monde nordique, IX-XIII siècle, Paris, Cerf, 1987]

direito O império da lei é um dos mais poderosos conceitos legados pelo mundo medieval ao mundo moderno, mas suas origens são complexas, provenientes de raízes tanto germânicas quanto latinas. Para Bizâncio e a parte oriental do mundo romano, a herança jurídica sobreviveu intata, embora dramaticamente modificada, primeiro sob o impacto das invasões muçulmanas, depois pelas Cruzadas e, finalmente, pelas conquistas turcas que culminaram na tomada de Constantinopla (1453).

O maior dos primeiros imperadores orientais, Justiniano, encarregou-se de codificar o direito romano (527-34) com a ajuda de seu jurisconsulto Triboniano. As publicações resultantes, conhecidas dos estudiosos medievais como o Corpus Juris Civilis, devem ser colocadas entre as mais influentes obras escritas até hoje produzidas na Europa. Ele se divide em duas partes principais: o Digesto e o Código. O Digesto (ou Pandectas) enunciava princípios básicos e ocupava-se sobretudo de leis concernentes ao direito privado; consistia em 50 livros, divididos em títulos e leges (leis), conjugando numa unidade sistemática material recolhido nos livros de direito do Império. O imperador era reconhecido como a fonte do direito escrito positivo e não se pensava que estivesse

sujeito à lei. Historicamente, porém, o Digesto acompanha Ulpiano ao atribuir a base da autoridade imperial a uma lex regia, mediante a qual o povo romano tinha transmitido poder ao governante nos tempos da República: essa atribuição provou revestir-se de grande significação para os pensadores políticos da Idade Média, em séculos subseqüentes.

O Código publicou constituições ou decretos e respostas do imperador sobre pontos controvertidos. Consistia em 12 livros que se ocupavam substancialmente de assuntos eclesiásticos, aplicando ao Império cristianizado noções derivadas dos tempos pagãos, quando o imperador era pontifex maximus. O Código também continha matéria relacionada com a máquina judicial e as funções de servidores públicos. Duas outras compilações associadas com Justiniano são também importantes para a transmissão do direito romano. Suas decisões legais subseqüentes, muitas delas ligadas a assuntos eclesiásticos, e publicadas de modo significativo em grego em vez do latim do Digesto e do Código, foram coligidas (168 ao todo) como as Novellae, ao passo que seus Institutes (em quatro livros) eram um compêndio oficialmente aprovado, enunciando princípios gerais mas nada contendo que não estivesse no Digesto ou no Código.

Para a parte oriental do Império, o direito romano, tal como apresentado por Justiniano e seus consultores, continuou sendo a base da vida social. No Ocidente foi diferente. Os rudimentos de direito romano sobreviveram na Itália e no sul da França, e alguns dos códigos bárbaros, mormente o dos visigodos, revelam forte influência romana; notários ligados a concessões de terras e direitos na Itália Carolíngia tiveram, é lícito presumir, mais do que noções superficiais de direito romano.

Foi sobretudo a Igreja que manteve vivas as idéias romanas. As leis dos francos ripuários reconheciam, em meados do século VIII, que a Igreja vivia de acordo com o direito romano. De outras formas mais sutis, a Igreja também preservou a herança do direito romano: sua estrutura institucional tomou por modelo o Estado romano e pedia um certo grau de direito territorial universal; a Vulgata, a grande Bíblia latina, estava impregnada de vocabulário jurídico latino, transmitindo para o mundo medieval noções inteligíveis de uma realeza ordenada e de um Estado territorial.

Os governantes do mundo ocidental foram, durante muitos séculos, reis bárbaros germânicos e seus seguidores, cujas idéias básicas de direito eram radicalmente diferentes das romanas. A ênfase que se observa em seus códigos de leis sobre status, sobre wergeld (preço do sangue), sobre vendeta ou temor de vendeta, indica uma sociedade em que estar à altura da lei e do juramento dependia de se pertencer a uma família livre; a base do direito germânico era a filiação a um grupo tribal livre.

Noções de realeza cristã e de uma sociedade justa ajudaram a reintroduzir vestígios de romanismo; havia, porém, escasso conhecimento específico do direito romano em que

se apoiar. Somente na segunda metade do século XI, coincidindo com a eclosão da Questão das Investiduras, houve um verdadeiro ressurgimento do direito romano. O único exemplar sobrevivente do Digesto foi redescoberto por volta de 1070, provavelmente em Monte Cassino, e o estudo sistemático do direito romano desenvolveu-se rapidamente no norte da Itália, sob a inspiração de grandes mestres: Irnério em Bolonha, seguido pelos glosadores no século XII e depois pelos Comentadores. Necessidades da Igreja e do Estado instigaram o exame atento da herança romana, se bem que as diferenças na organização social entre o Império Romano e a Europa do século XII exigissem uma dura disciplina intelectual das escolas de direito para tornar as sentenças inteligíveis. O direito Canônico desenvolveu-se por caminhos próprios, e o gênio de Graciano, no começo da década de 1140, colocou a lei da Igreja numa nova base metodológica. Sua Concordância dos Cânones Discordantes tinha uma imensa dívida com a Escola Bolonhesa.

O mundo secular também se beneficiou, e o direito civil tornou-se coerente. Pedro Crasso, que escreveu em defesa do imperador Henrique IV, parece ter sido o primeiro a perceber todo o potencial do direito romano em defesa do poder laico; mas os servidores reais nos séculos XII e XIII apoiaram-se maciçamente nas máximas jurídicas de Roma para apoiar seus senhores imperiais e reais. O direito tornou-se, depois da teologia, a mais prestigiosa das disciplinas acadêmicas, um treinamento para a elite letrada que, no período central da Idade Média, progredia nos escalões do governo. Surgiram naturalmente conflitos entre os novos advogados civilistas e os mergulhados na tradição, no direito feudal e no costume (consuetudo). Os juristas, ao tempo dos imperadores Hohenstaufen, aceitaram e exploraram a universalidade explícita do direito romano, mas as monarquias francesa e inglesa foram inicialmente menos receptivas e houve ocasiões em que seu estudo foi até proibido. A reconfortante doutrina de que o rei era imperador em seu próprio reino ajudou a encorajar seu estudo, sobretudo na França, mas na Inglaterra o direito romano continuou sendo de pouca influência prática, e a textura do direito consuetudinário surgiu nas mãos de autores tais como Glanville e Bracton, não afetados pelo direito romano e estruturalmente mais dependentes do costume e da prática dos tribunais de justiça reais.

No nível teórico, a teologia e o direito estavam intimamente interligados. No século XIII foram introduzidos refinamentos — de maneira sumamente sutil e efetiva por Santo Tomás de Aquino — nas idéias básicas de Santo Agostinho a respeito da relação entre o direito divino (revelado pela fé), o direito natural e o direito positivo. A política, a teoria política e o estudo do direito também eram parceiros íntimos, e muitos dos grandes mestres juristas do final da Idade Média envolveram-se ativamente em controvérsias

sobre o fim do Grande Cisma e o movimento conciliar. Conceitos de soberania e de utilitas pública foram formulados pelos juristas romanos. A disciplina de direito persistiu academicamente como uma das mais gratificantes, nas acepções intelectual e prática da palavra. Organizado em universidades, como a de Bolonha, ou nos Inns of Court ingleses, o estudo do direito exerceu um poderoso e permanente efeito sobre a vida intelectual da Europa. Ver floresta, lei da; Liber Augustalis; Teodosiano, Código HRL

□ W. Ullmann, Law and Politics in the Middle Ages (1975); Jurisprudence in the Middle Ages (1980); H.J. Berman, Law and Revolution: the Formation of the Western Legal Tradition (1983)

Dmitri Donskoi (Dimitri do Don) (1350-89) Grão-duque de Moscou e Vladimir desde 1359, Dmitri estabeleceu os rumos do seu principado em Moscou de forma a torná-lo a mais influente das unidades constitucionais russas mais ou menos independentes. Fortificou Moscou, edificando o Kremlin com uma formidável cidadela, e obteve uma grande vitória sobre os tártaros na batalha de Kulikovo (1380). A dominação tártara foi rapidamente restabelecida, mas o exemplo e a lenda dessa vitória permaneceram como poderoso elemento no sentimento nacional russo.

Doação de Constantino Passava por ser uma concessão pela qual o imperador Constantino (306-37) outorgava autoridade suprema à Igreja e domínio absoluto sobre a Itália ao papa Silvestre I (314-35). Tratava-se, porém, de uma falsificação papal do século VIII, divulgada pela primeira vez em 755, quando Pepino, rei dos francos, concluiu uma campanha militar para defender o território papal de incursões lombardas, confirmando o documento. Este continuou sendo sempre citado em apoio às reivindicações papais de autoridade temporal na Itália, até que Lourenço Valia demonstrou, em 1440, ser um documento espúrio. Ver Valia, Lourenço

□ W. Ullmann, The Growth of Papal Government in the Middle Ages (1955)

Domesday Book O resultado de um ambicioso e bem-sucedido cadastramento das terras do reino de Inglaterra, iniciado por Guilherme I em importante conselho no natal de 1085.O Domesday Book consiste em dois grandes volumes, tratando o primeiro, mais refinado, da maior parte da Inglaterra, enquanto o segundo, mais detalhado, abrange os condados orientais de Essex, Suffolk e Norfolk. Juntos, eles fornecem uma enorme quantidade de dados referentes às terras reais, às terras dos grandes locatários (eclesiásticos e laicos), à riqueza e à capacidade tributável da terra, à natureza dos proprietários rurais e do campesinato, e aos recursos naturais da comunidade: florestas, moinhos, direitos de pesca e muitos outros e variados itens.

É único entre os registros europeus medievais em seu detalhamento, e produto das circunstâncias extraordinárias que acompanharam a conquista normanda da Inglaterra. Foi usado como declaração oficial inquestionável da situação de posse territorial, e recebeu o nome de Domesday (isto é, Dia do Juízo Final) no século XII, por não haver apelação contra seus vereditos. Sua importância legal e financeira assegurou-lhe a sobrevivência como prestigioso documento do Tesouro e, depois, do Erário Público (Exchequer). Foram realizados resumos e a maioria dos grandes latifundiários teve acesso às informações relativas ao estado de suas terras na época do Domesday Book. Recorreu-se com freqüência ao seu conteúdo até fins da Idade Média, especialmente a respeito da situação de antigos senhorios e dos direitos urbanos.

□ V.H. Galbraith, the Making of Domesday Book (1961); E.M. Hallam, Domesday Book through Nine Centuries (1986); Domesday Studies, org. por J. C. Holt (1987)

Domingos (de Guzman), São (c. 1170-1221) Fundador da Ordem Dominicana. Oriundo de uma família da nobreza castelhana, iniciou sua carreira eclesiástica como pregador e foi cônego (c. 1196) e prior-substituto (1201) de Osma; participou de embaixadas reais ao Languedoc, onde se encontrou com os albigenses; decidido a reconciliá-los com a Igreja, juntou-se à missão Cisterciense e permaneceu no Languedoc até 1217. O começo da Cruzada Albigense (1208) contrariou o trabalho de Domingos, que preferia empregar a lógica, a teologia e o exemplo da pobreza pessoal, em vez do argumento da força, para rebater o catarismo. Assim, resolveu fundar ele próprio uma Ordem caracterizada pela pobreza mendicante, a erudição e a pregação, a qual recebeu a confirmação do papa Honório III em 1216. Ao contrário dos membros de Ordens anteriores, os frades dominicanos (Ordem dos Pregadores ou dos Frades Negros, assim chamados por usarem uma capa negra sobre o hábito branco) não se permitiam a propriedade coletiva e tinham que esmolar o alimento. Seguiam a Regra Agostiniana e recebiam rigorosa formação teológica, com a finalidade de produzir um laicado esclarecido e imune a erros heréticos.

A Ordem propagou-se rapidamente por toda a Europa ocidental. Estava dividida em províncias, sob a direção de um provincial-geral, e isenta de jurisdição episcopal. Concentrou-se especialmente em cidades universitárias (Paris, 1217; Bolonha, 1218; Oxford, 1221), produzindo intelectuais da envergadura de Alberto Magno e Tomás de Aquino. Nesse ponto, a Ordem Dominicana divergiu substancialmente da outra e importante Ordem de frades, os franciscanos, que não consideravam a erudição urna parte de sua vocação.

Os dominicanos estavam intelectualmente preparados para combater a heresia, mas a conversão acabou dando lugar à repressão, sendo a Inquisição medieval descrita

freqüentemente como a Inquisição Dominicana (embora somente uma minoria participasse dela e os franciscanos também estivessem envolvidos na ação inquisitorial). O papel pastoral dos dominicanos deu uma contribuição igualmente significativa para a luta contra a heresia. Do século XIV em diante, apesar de missões na África, Índia e China, a Ordem declinou de importância. Ver carmelitas MB

□ M.H. Vicaire, St. Dominic and his Times (1964); W.A. Hinnebusch, A History of the Dominican Order (1965); B. Hamilton, The Medieval Inquisition (1981)

Donatello di Niccolò (1386-1466) Um dos maiores escultores de seu tempo, Donatello é principalmente lembrado por seu soberbo trabalho em bronze, em especial o seu Davi, um nu em tamanho natural feito para os Medici, seus mecenas florentinos. Natural de Florença, Donatello trabalhou no Batistério em seus primeiros anos de carreira, e estabeleceu sua reputação tanto no mármore quanto no bronze. Florença, Siena e Pádua (desde 1443) foram seus principais campos de atuação, constituindo o monumento eqüestre a Gattamelata e o quadro em relevo Os Milagres de Santo Antônio os principais testemunhos de seu período paduano.

□ H.W. Janson, The Sculpture of Donatello (1957)

Donati, família Proeminente na política florentina do século XIII como principal representante da velha elite. A família, chefiada pelo "barão" Corso Donati, liderou a mais radical facção guelfa, os Negros, principalmente lembrada por seu golpe (1301) sob a proteção de Valois, que resultou, entre outras coisas, no exílio de Dante. Corso, morto em 1307, foi um dos últimos representantes significativos do grupo de ativos e belicosos magnatas que tinham ameaçado a estabilidade da constituição florentina.

Donatista, Cisma Pretendeu proteger a Igreja ao norte da África do estigma do contato com traditores, aqueles que tinham abandonado o Cristianismo durante as perseguições de Diocleciano (303-05). O cisma iniciou-se em 311, após a consagração de Ceciliano pelo alegado traditor Félix de Aptunga, e recebeu esse nome de Donato, o segundo bispo a ser eleito em oposição a Ceciliano. Como o donatismo retirava forças do regionalismo africano, resistiu à repressão imperial e à censura eclesiástica, especialmente por parte de Agostinho, e sobreviveu até a Igreja africana se desintegrar diante da expansão islâmica durante os séculos VII e VIII.

□ W.H.C. Frend, The Donatist Church (1952)

Donato Gramático de meados do século IV, cuja Ars Minor foi muito usada na Idade

Média como instrumento regular de ensino. Mesmo no século XV, este ainda era um dos compêndios mais comuns que podiam ser encontrados nas novas escolas secundárias.

Dubois, Pedro (c. 1250-c. 1320) Jurista e escritor político francês. Estudou em Paris e Orléans antes de voltar à sua Normandia natal, por volta de 1295, para seguir a carreira de direito em Coutances. Por volta de 1300 apareceu como advogado do rei na balliage local e representou a cidade nos Estados Gerais de 1302 e 1308. Sua ambição de obter um cargo político em Paris, o que não se concretizou, contribuiu para o surgimento de Dubois como destacado panfletista político. Seu mais famoso tratado foi De Recuperatione Terre Sancte (c. 1306). Sob o disfarce de conselhos quanto aos métodos mais apropriados para uma Cruzada, essa obra expressa as convicções que caracterizam todo o trabalho de Dubois: a de que a Coroa francesa devia aumentar seus poderes administrativos nos interesses da paz interna, e assumir a liderança da Europa nos interesses da paz externa.
□ W.I. Brandt, The Recovery of the Holy Land (1956)

ducado (de ducatus, o ducado de Veneza) Moeda de ouro veneziana, pesando 3,56g, cunhada pela primeira vez em 1284 e continuando inalterada no peso, pureza e desenho até o fim da república veneziana em 1797. Era a moeda de ouro dominante na área do Mediterrâneo oriental, no final da Idade Média, e o nome de “ducado” foi aplicado em muitos países da Europa a moedas do mesmo peso e pureza.

Ducas, dinastia Família imperial bizantina proeminente na segunda metade do século XI e que entrou em declínio com a subida ao trono em 1081 de Aleixo I Comneno. Constantino X Ducas (1059-67) ficou devendo sua ascensão ao partido civil em Constantinopla, reagindo contra a política do imperador militar, Isaac I Comneno. Os tempos não eram favoráveis para a posse de um imperador civil, e Constantino X e seu filho Miguel VII (1071-78) assistiram ao colapso do poder bizantino na Ásia Menor, causado pelas incursões turcas. Os problemas da aristocracia civil, liderada pela família Ducas, facilitaram o caminho para a ascensão da aristocracia militar depois de 1081.
□ D.I. Polemis, The Doukai (1968)

DuGuesclin, Bertrand (c. 1320-80) Bravo e competente chefe militar, cujos talentos de soldado permitiram a Carlos V mudar o rumo dos acontecimentos para a França, após as desastrosas fases iniciais da Guerra dos Cem Anos. Bretão de origem, DuGuesclin adquiriu sua reputação através das campanhas na Normandia e depois na Espanha, suprimindo as Companhias Livres que assolavam o país e conseguindo, em última instância, colocar um aliado da França, Henrique de Trastamara, no trono de Castela (1369). Como condestável,

desempenhou o principal papel na reorganização dos exércitos, e apoiou a política judiciosa e prudente que resultou na virtual rejeição do domínio inglês. Pelo Tratado de Bruges (1375), os ingleses ficaram apenas com Calais e uma faixa costeira na Gasconha.

□ M. Dulud, DuGuesclin (1958); P. Contamine, Guerre, état et société à la fín du Moyen-Age (1972)

Duns Scotus, João (c. 1265-1308) Doctor subtilis, foi um filósofo e teólogo da maior importância. Escocês de nascimento, ingressou na Ordem Franciscana por volta de 1280, passou 13 anos em Oxford estudando teologia (1288-1301) e solicitou sua ordenação em 1291. Morreu na posse de uma cátedra de teologia em Colônia, tendo lecionado em Oxford, Cambridge e Paris. O pensamento escolástico scotiano, que era mais profundo e conservador do que inovador e excitante, estava consolidado como força influente, sobretudo em círculos franciscanos, em meados do século XIV.

□ John Duns Scotus: "God and Creatures", org. por F. Alluntis e A.B. Wolter (1975)

Dunstan, São (c. 900-88) Abade de Glastonbury e arcebispo de Canterbury. Foi educado na abadia de Glastonbury antes de ingressar no séquito de seu tio Atelmo, arcebispo de Canterbury. Foi residir depois na corte do rei Atelstan, de quem também era parente, mas seus inimigos conseguiram sua expulsão, acusando-o de estar envolvido na prática de magia negra. Influenciado por Elfheah, bispo de Winchester, tornou-se monge e padre, quando então se retirou para viver como eremita em Glastonbury.

Em 939 foi convocado pelo sucessor de Atelstan, Edmundo. Seus adversários tramaram nova expulsão de Dunstan da corte, mas Edmundo protegeu-o e fê-lo abade de Glastonbury, após ter milagrosamente escapado da morte quando caçava perto de Cheddar Gorge, por volta de 943. Dunstan serviu como conselheiro e tesoureiro de Eadred, mas foi exilado para Flandres com a subida ao trono de Eadwig em 955. Permaneceu no mosteiro de Monte Blandin, em Gand, onde conheceu em primeira mão o movimento de reforma monástica no continente, até que Edgar conquistou o poder em 957 e o chamou de volta. Foi imediatamente nomeado bispo de Worcester, tornando-se bispo de Londres em 959 e arcebispo de Canterbury em 960. Com Edgar, foi o mentor intelectual de uma reforma da Igreja e do Estado, a qual tinha raízes num restabelecimento do monasticismo beneditino. Em Wessex, encorajou a propagação dos valores beneditinos que promovera em Glastonbury, ao mesmo tempo que restaurava o mosteiro após as invasões dinamarquesas. Também apoiou a obra de Ethelvold, bispo de Winchester, e de Osvaldo, bispo de Worcester, em projetos semelhantes baseados nas casas de Abingdon e de Westbury-on-Trym, respectivamente. Além disso, por volta de 970, tentou coordenar esses

esforços independentes convocando um sínodo que concordou sobre a observância monástica comum conhecida como Regularis Concordia. Dunstan continuou sendo influente durante o reinado de Eduardo, o Mártir (975-78), mas entrou em eclipse político com a subida ao trono de Etelred, passando então a preocupar-se cada vez mais com os assuntos diocesanos.

□ E.S. Duckett, Saint Dunstan of Canterbury (1955); Tenth-Century Studies, org. por D. Parsons (1975)

Durando de Saint-Pourcain (c. 1275-1334) Dominicano, bispo de Le Puy e de Meaux, é principalmente lembrado como um dos mais acérrimos opositores teológicos de Tomás de Aquino. Durando era um nominalista e, em certa medida, um precursor de Ockham. Enquanto Aquino se empenhou em reconciliar razão e fé, Durando sustentou existir um contraste tão profundo entre elas que era impossível fazer uma defesa, racional dos mistérios ocultos. Ele também era claramente cético acerca da realidade de idéias universais abstratas, insistindo no ponto de vista de que a realidade consistia unicamente no específico e individual. Os comentários sobre as Sentenças de Pedro Lombardo e o seu folheto sobre a visão beatífica das almas justas foram muito apreciados no período final da Idade Média. Em virtude do poder de sua personalidade como professor e da tenacidade com que debatia suas opiniões, ficaria conhecido como doctor resolutissimus.

□ [P. Boehner e E. Gilson, História da filosofia cristã, Petrópolis, Vozes, 1970]

Durando, o Velho, Guilherme (c. 1230%) Notável intérprete de direito Canônico, Durando — conhecido como "Especulador" em decorrência do título de sua obra mais conhecida, o Speculum Judiciale — esteve ativo como administrador nos Estados pontifícios e contribuiu grandemente para o estudo da liturgia. Sua revisão do Pontificale Romanum e seu Rationale Divinorum Officiorum converteram-se rapidamente em autoridades na matéria. Foi eleito bispo de Mende, no Languedoc (1285), cargo em que foi sucedido por seu sobrinho, Guilherme Durando, o Moço (c. 1271-1330).

□ A.C. Flick, The Decline of the Medieval Church (1930); L. Falletti, "Guillaume Durand" Dictionnaire de droit canonique, vol. 5 (1953)

E

Eckhart, Mestre (1260-1327) Místico dominicano. Aristocrático humanista alemão educado em Paris, demonstrou ser um mestre na arte de pregar e de ensinar, tanto em latim quanto no vernáculo alemão. Seu principal centro era Colônia, e foi aí que o misticismo em seu ensino, próximo de uma interpretação panteísta da Trindade, provocou acusações de heresia. Foi condenado em Colônia no ano de 1326. Apelou para o papa em Avignon, mas faleceu antes de ser conhecida a decisão papal (condenando parte de sua obra). Sua reputação e influência continuaram sendo marcantes, ajudando a criar um fundo de incerteza e inquietação teológicas no período final da Idade Média na Alemanha.

□ J.M. Clark, The Great German Mystics (1949) [Mestre Eckhart, A mística do ser e de não ter, trad. L. Boff, Petrópolis, Vozes, 1983]

eclipses O conhecimento astronômico das causas de eclipses foi transmitido na Idade Média por estudiosos interessados no calendário e cronologia para fins religiosos e litúrgicos. Dungal, da Irlanda, por exemplo, tê-los-ia explicado a Carlos Magno, e existem provas de predições corretas de eclipses. No mundo muçulmano, os conhecimentos gregos foram melhor preservados e os eclipses foram estudados cientificamente em Bagdá, no século IX, e no Cairo, em fins do século X.

Os cronistas e historiadores medievais no Ocidente, entretanto, estavam mais inclinados a tratar os eclipses como presságios e, em conseqüência, dataram às vezes de forma incorreta os acontecimentos históricos: os autores de sagas, por exemplo, associaram a morte de Santo Olavo na batalha de Stiklestad, perto de Trondheim, em 29 de julho de 1030, a um eclipse que não poderia ter ocorrido até 31 de agosto. Em outras oportunidades, os cronistas recorreram a notícias de eclipses dadas por outros cronistas ou historiadores em regiões distantes, mesmo que o fenômeno não pudesse ter sido observado, de maneira nenhuma, na área onde o escritor estava vivendo. Não obstante, se tratadas criticamente, as referências servem amiúde como indicações acuradas do quadro cronológico para eventos, e os estudos comparativos numa base mundial têm demonstrado uma equivalência na observação de eclipses entre a Europa, a China e até a civilização maia da América pré-colombiana.

□ R.R. Newton, Medieval Chronides and the Rotation of the Earth (1972); D.J. Schove, Chronology of Eclipses and Comets, AD 1-1000 (1986)

Edas Nome dado às duas principais fontes islandesas para a mitologia escandinava. A Eda Antiga, ou Poética, contém 33 poemas, alguns dos quais datam do século IX, embora a

compilação fosse efetuada no século XIII. A Nova Eda, ou Eda Prosaica, também foi organizada no século XIII, por Snorri Sturluson, mas é geralmente considerada como de meados do século XII. Contém o Gylfaginning, o "delírio de Gylfi", que fornece um relato sinóptico em prosa da mitologia nórdica e serviu de base para os posteriores e populares Contos de Asgarth.

□ U. Dronle, The Poetic Edda (1969); C. Clover, The Medieval Saga (1982) [Snorri Sturluson, Textos mitologicos de las Eddas, trad. E. Bernardez, Madri, Nacional, 1982]

Edgar, o Pacífico rei da Inglaterra 959-75 (n. 943) Um dos monarcas mais capazes da dinastia Saxônica ocidental, Edgar é geralmente considerado o primeiro governante de uma monarquia inglesa unificada, embora seu tio Athelstan (924-30) também possa ser assim considerado. Edgar teve a sorte de viver num período de relativa calmaria nos ataques escandinavos e aproveitou a oportunidade para firmar-se no trono, apoiado nos êxitos de seus predecessores. É lembrado por seus códigos de leis, seu vigoroso apoio ao movimento monástico beneditino reformado e por sua solene coroação em Bath, em 973, quando todo o repertório de pompa e ritual eclesiásticos foi explorado pelo arcebispo Dunstan para incutir um acréscimo de vitalidade ao reino cristão de uma Inglaterra unida.

edito Breve instrução escrita publicada em nome do rei em execução de sua vontade. Os editos (writs) anglo-saxônicos ainda existentes notificam geralmente as concessões de terras ou de direitos sobre a terra, e depois de cerca de 1070, tais documentos eram usualmente redigidos em latim. Todos recebiam selos e protocolos que indicavam o remetente e os destinatários, e incluíam uma saudação. Essa forma básica desenvolveu-se depois numa grande variedade de cartas e editos, tanto em francês quanto em latim, que constituíam os instrumentos executivos correntes da administração inglesa medieval. Breves instruções escritas, de um modelo semelhante, eram também promulgadas por outros governantes medievais, incluindo os reis da França e da Alemanha.

□ F.E. Harmer, Anglo-Saxon Writs (1952); R.C. van Caenegem, Royal Writs In England from the Conquest to Glanvill (1959)

Edito de Ouro (1356) Acordado entre Carlos IV e os príncipes alemães, é um importante documento constitucional que reconhece e codifica a estrutura federal para o governo que se desenvolvera na Alemanha. Prescreveu os procedimentos para a eleição e a coroação do imperador e enfatizou a preeminência dos sete eleitores, além de atender à aceitação implícita da autonomia dos príncipes.

□ B. Jarrett, The Emperor Charles IV (1935)

Edmundo, o Mártir Santo rei da Ânglia Oriental c. 855-69 (n. 841) Derrotado pelos dinamarqueses em Hoxne ou seus arredores, no Suffolk, Edmundo foi aprisionado e martirizado em 20 de novembro de 869. Detalhes de sua morte foram vivamente preservados na lenda: ele teria sido torturado, crivado de flechas até morrer e depois decapitado. Alguns relatos dizem que ele foi sepultado primeiro numa igreja de madeira em Hellesdon, em Norfolk, e depois inumado de novo em Beadoricesworth, mais tarde Bury St. Edmunds. Certamente a emissão de uma moeda no nome do santo em fins do século IX indica o rápido e, na verdade, espetacular crescimento do culto em torno da pessoa do rei morto. Sua morte foi atribuída a uma inabalável recusa em renunciar à fé cristã, e é como mártir cristão que passou a ser lembrado tanto na Inglaterra quanto no norte escandinavo. Mais tarde, Bury St. Edmunds converteu-se num importante centro de peregrinação popular na Idade Média central.

□ D. Whitelock, "Fact and Fiction in the legend of St. Edmund", Proceedings of the Suffolk Institute of Architecture (1969)

Eduardo I rei da Inglaterra 1272-1307 (n. 1239) Um dos mais poderosos reis ingleses da Idade Média, Eduardo foi responsável por realizações permanentes tanto no campo político quanto constitucional. Suas conquistas no País de Gales foram estabilizadas pela imposição do Estatuto de Rhuddlan (1284) e fisicamente asseguradas pela construção de uma rede de grandes castelos (em especial Caernarvon, Harlech, Conway e Beaumaris), a partir dos quais governadores militares mantinham a paz em todo o território até Gwynedd, o coração da independência galesa. As tentativas para impor uma autoridade semelhante à Escócia pareciam estar perto do êxito na década de 1290, mas acabaram fracassando em conseqüência das revoltas de William Wallace e de Robert Bruce. Internamente, Eduardo teve um árduo aprendizado como jovem, o Lorde Eduardo, na Guerra dos Barões, até surgir finalmente como um líder vitorioso na luta contra Simão de Montfort. Estava em uma Cruzada, ausente da Inglaterra, quando seu pai, Henrique III, morreu; mas a reputação e o prestígio de Eduardo eram tão elevados que não houve qualquer oposição à sua subida ao trono.

É mencionado algumas vezes como o Justiniano inglês pelo trabalho de reorganização do seu Estado feudal, nos níveis central e local. Os mais importantes textos legislativos promulgados durante o seu reinado foram os Estatutos de Westminster (1275 e 1285), o Estatuto de Gloucester (1278) e os Estatutos Quo Warranto e Quia Emptores (ambos de 1290). Apoiando-se em precedentes, com destaque para os de Montfort em 1264 e 1265, Eduardo convocou sistematicamente os representantes de comunidades locais, cavaleiros dos condados e burgueses das cidades, para assembléias centrais, e assim promoveu e

estimulou a noção de uma comunidade mais refinada do reino. Por exemplo, em novembro de 1295, baseado na idéia de que aquilo que afetava a todos devia ser justamente aprovado por todos, o monarca ordenou a seus condes, barões, prelados e também cavaleiros selecionados de cada condado, burgueses e representantes do clero inferior, que comparecessem ao que os historiadores viriam mais tarde a descrever como um "modelo" de Parlamento.

Com a morte de sua esposa, Leonor de Castela, em 1290, Eduardo mandou construir as chamadas grandes cruzes de Leonor, algumas ainda existentes, para assinalar a passagem de seu corpo desde Harby, no Lincolnshire, até a abadia de Westminster. Apesar de suas grandes realizações e, em certa medida, por causa dos grandes gastos que elas acarretaram, o reino sofreu crises financeiras periódicas. Deixou uma herança difícil para seu filho, Eduardo II, cujo reinado desastroso (1307-27) conheceu a derrota militar na Escócia (Bannockburn, 1314), bem como conflitos de natureza constitucional implacáveis e, em última instância, fatais.

□ F.M. Powicke, King Henry III and the Lord Edward (1947); The Thirteenth Century 1216-1307 (1953); M.C. Prestwich, War, Politics and Finance under Edward I (1972)

Eduardo III rei da Inglaterra 1327-77 (n. 1312) Filho de Eduardo II e de Isabel (filha do rei Filipe IV da França e apelidada "a loba francesa"). Em 1328, Eduardo casou com Filipa, filha do conde de Hainault, e com ela teve 12 filhos, incluindo Eduardo (o Príncipe Negro), João de Gaunt, duque de Lancaster, e Edmundo de Langley, duque de York. Eduardo III conduziu a Inglaterra ao auge na Guerra dos Cem Anos com a França, embora seus últimos anos fossem toldados pela recuperação francesa e por sua própria falta de saúde. Uma vitória naval em Sluys (1340) colocou-o em situação de ditar condições. O Príncipe Negro comandou o exército em Poitiers, aprisionando o rei francês João II.

Socialmente, o reinado de Eduardo destacou-se pelo crescimento dos ideais de cavalaria; a Ordem da Jarreteira foi instituída em 1348, resultando no refinamento dos conceitos de conduta cavalheiresca e no progresso da ciência da heráldica. Dificuldades financeiras acumularam-se nas últimas décadas de sua vida, provocadas em parte pela desarticulação social e econômica resultante da Peste Negra e repetidas epidemias, e em parte pelos gastos da guerra com a França, a qual se renovara com vantagem francesa sob o comando de Carlos V (1365-80) e DuGuesclin. O Parlamento ficou mais desenvolvido e poderoso; a divisão entre lordes e comuns tornou-se mais nítida, quando aumentaram as necessidades financeiras do rei. A morte do velho rei logo em seguida à de seu primogênito, o Príncipe Negro, redundou num lamento geral em face da perda de "duas nobres figuras de tão alta estirpe"; e uma difícil herança foi transmitida a seu jovem neto,

Ricardo II.

Eduardo, o Confessor, Santo rei da Inglaterra 1042-66 (n. 1003) Filho do rei Etelred II e de sua esposa normanda Ema, filha do duque Ricardo II da Normandia, Eduardo passou sua juventude em exílio na Normandia, mas foi chamado de volta à Inglaterra em 1041, e sucedeu a seu meio-irmão Harthecnut no trono, no ano seguinte. Num período de grande turbulência política, Eduardo manteve seu reino em relativa paz, embora tivesse que confiar na capacidade militar do conde Godwin de Wessex (m. 1053) e de seus filhos, especialmente Haroldo, que lhe sucedeu no trono em janeiro de 1066. Eduardo levou alguns normandos consigo para a Inglaterra, e manteve-se em contato com o ducado; os apologistas normandos asseveraram que o duque Guilherme já estava por ele designado seu sucessor desde 1051. A devoção de Eduardo era imensa e consumiu boa parte de suas energias na construção da abadia de Westminster. Foi canonizado em 1161. [366]
□ F. Barlow, Edward the Confessor (1966)

educação Em comparação até com as fases iniciais do período moderno, a educação na Idade Média foi um luxo sempre reservado à minoria; estava principalmente organizada para benefício do sexo masculino e, na medida em que era acessível ao leigo, o mais provável é que fosse solicitada, na grande maioria dos casos, por aqueles que precisavam adquirir algum conhecimento no governo, na administração ou no comércio, e por aqueles que podiam se permitir dedicar-lhe seu tempo e seus recursos materiais. Na prática, isso significou, na maior parte da Idade Média, demanda aristocrática ou urbana.

Mesmo onde se realizaram esforços no sentido de manter baixos os custos do estudo ou de subsidiar o acesso do pobre, as oportunidades de um indivíduo adquirir educação formal dependiam da facilidade de acesso à sua oferta. Ao longo da Idade Média, era a Igreja que ministrava a educação. Os mosteiros, que tinham empunhado o facho da sabedoria e da erudição através da Era das Trevas, as catedrais e, gradualmente, as escolas paroquiais, formaram uma rede que as autoridades tinham tentado manter durante séculos com êxito muito limitado. Na Alta Idade Média, esse sistema desabrochou plenamente, recebendo seu estímulo do espetacular crescimento das escolas das catedrais no norte da França, o lar da Renascença do século XII, do ponto de vista acadêmico. O desenvolvimento registrado nos séculos XI e XII foi duradouro, recebendo novos estímulos com o surgimento formal e autônomo de universidades a partir do último quartel do século XII e prolongando-se por todo o século XIII; com o aumento das Ordens Mendicantes, que atribuíam ênfase especial à aprendizagem e ao ensino, e, finalmente, com a proliferação, já em fins da Idade Média, de escolas resultantes de doações particulares.

Seria errôneo supor, entretanto, que a Igreja tinha monopólio sobre a educação. No século XIII, muitas cidades, sobretudo na Itália, estavam tomando a iniciativa de contratar professores para ensinar em vários níveis; e há provas evidentes de um surpreendente aumento da alfabetização em algumas dessas cidades. Deve-se somar a isso as escolas palacianas (sendo um dos seus primeiros e mais célebres exemplos a escola do palácio de Carlos Magno) e familiares, as quais poderiam ter eclesiásticos como mestres-escolas mas eram independentemente criadas e dirigidas. De qualquer modo, a escolaridade era apenas um aspecto da educação, que poderia também assumir a forma de treinamento e aprendizado (um papel vital foi desempenhado pelas guildas ou corporações no fornecimento de uma vasta gama de qualificações artesanais e profissionais), ou de ensino particular, informal e mesmo autodidata.

Havia grande divergência entre teoria e prática na estrutura da educação formal. As disciplinas estavam divididas, em termos nocionais, nas sete artes liberais: gramática, retórica e dialética (o Trivium), aritmética, geometria, astronomia e música (o Quadrivium), e as matérias de nível superior, que eram a teologia, o direito e a medicina. Mas, enquanto a divisão das matérias de ensino superior estava estritamente refletida na organização da universidade, pelo menos até o final da Idade Média, no nível inferior, não se tratava na realidade de um programa de estudo mas de uma estrutura conceitual indefinida, no âmbito da qual havia grande liberdade de variação de ênfase e de desenvolvimento. Os professores podiam selecionar e dar maior destaque às matérias de seu próprio interesse, ou discutir aqueles tópicos e textos que consideravam mais importantes para a sua época. Finalmente, alguns, como Hugo de Saint-Victor, propuseram classificações alternativas, se bem que estas continuassem sendo também modelos de teoria pedagógica, muito mais do que causa para uma revolução no que era realmente ensinado. Na prática, o modelo de programa de estudo mostra grande consistência, pelo menos no que se refere à educação básica. No nível elementar, as crianças eram ensinadas a ler, e depois a escrever, cantar e realizar algum computus básico (essencial para o cálculo do calendário cristão). Desde cedo, o saltério figurou com destaque; os salmos podiam ser aprendidos de cor, sem grande compreensão da língua latina.

O nível seguinte centrava-se no latim, passaporte para o mundo cultural sério, para todas as profissões e para uma compreensão mais profunda da Bíblia e dos ritos e doutrinas da Igreja. Aos textos básicos legados pelo período final da Antigüidade, como Ars Minor, de Donato (um breve tratado que descreve as oito partes do discurso), a Gramática de Prisciano, as Fábulas de Esopo, e os Dísticos de Catão (uma coleção de aforismos), foram gradualmente adicionadas as reformulações ou reinterpretações do mesmo material

pelos mestres medievais, por vezes mais auxiliares de ensino do que novos textos: a Gramática de Elfric (século X), Doctrinale de Alexandre de Villedieu (c. 1200), Graecismus de Evrard de Béthune (século XIII). As escolas de gramática, como se subentende, ensinavam mais do que uma segunda língua internacional; elas treinavam os estudantes na análise e uso da linguagem (gramática, retórica, dialética, lógica), e esse treinamento, por sua vez, transformava-se gradualmente naqueles ramos da filosofia que, em última instância, preparavam o estudante para os assuntos mais elevados, de natureza universitária. Os elementos do Quadrivium, os quais também poderiam, sem dúvida, ser ensinados em escolas de nível médio, ou escolas de gramática, tornaram-se freqüentemente o foco de um tipo diferente de escola, conhecida em sua forma mais humilde como uma escola de "ábaco", muito próxima de uma escola de comércio na gama de qualificações aí ensinadas (por exemplo, qualificações notariais e dictamen, a arte de escrever cartas).

Embora variassem no tipo e no programa de estudos, as escolas medievais possuíam algumas características essenciais em comum. Na maior parte da Europa, os escolares tinham status clerical (apesar de, no final desse período, isso não significar muito); assim, eles estavam submetidos à jurisdição eclesiástica e eram alvo dos ideais e restrições morais da Igreja. A vida na escola era severa: a punição corporal era parte integrante da educação e o dia escolar era longo e extenuante, embora a folga e o repouso fossem proporcionados, em parte, pelo calendário religioso e, sem dúvida, por tendências dos próprios estudantes.

Talvez o contraste mais fundamental com os sistemas educacionais modernos se relacione ao método de aprendizagem. Na aula, os textos eram usados sobretudo pelos professores; a raridade e o custo dos livros colocavam-nos fora do alcance da maioria dos alunos, muitos dos quais eram afortunados por possuir um saltério, tradicionalmente o primeiro livro dado a uma criança. A sala de aula medieval refletia a natureza preponderantemente oral da cultura medieval, com o professor lendo e explicando o texto, e o estudante absorvendo-o e confiando-o à memória; a capacidade da memória estava altamente desenvolvida na Idade Média. Essa ênfase na transmissão oral impregnou todos os níveis de educação e afetou o método de estudo e exercício (por exemplo, o debate e o diálogo), a estrutura dos compêndios e até mesmo as atitudes para com os auctores estudados. Ver artes liberais; universidades

□ N. Orme, English Schools in the Middle Ages (1973); J. Bowen, A History of Western Education, vol. 2 (1975); A. Piltz, The World of Learning (1981) [P. Riché, Education et Culture dans l'Occident barbare, Paris, Seuil, 3? ed., 1962; R.A. Costa Nunes, História da Educação na Idade Média, S. Paulo, EPU-EDUSP, 1979]

Éfeso, Concílio de (431) Terceiro concílio ecumênico da Igreja, qualificado depreciativamente pelo grande historiador Gibbon como um "tumulto de bispos". Foi convocado para decidir o ponto de vista ortodoxo em matérias referentes à pessoa e natureza de Cristo. O influente sacerdote e teólogo Nestório, patriarca de Constantinopla (429-31), pregava idéias que pareciam levar à conclusão de que Cristo possuía não uma mas duas pessoas — uma humana e uma divina. Em 431, Cirilo de Alexandria, o legado papal, iniciou imprudentemente o Concílio na ausência do clero da parte oriental do Império, e sua assembléia condenou Nestório. Quando o clero oriental chegou, decidiram instalar um concílio paralelo, sob a direção de João de Antioquia. Seguiram-se recriminações, condenações e excomunhões mútuas, antes que o imperador Teodósio interviesse e mandasse os prelados de volta.

Em 433, João de Antioquia e Cirilo de Alexandria chegaram a um acordo sobre a questão central: Cristo teria duas naturezas distintas, unidas e atribuídas a uma só pessoa. O papa Sisto III confirmou as disposições do concílio de Cirilo, o qual tinha promulgado um decreto proibindo qualquer outra fórmula de fé exceto a do Credo de Nicéia. Essa formulação iria ter consideráveis conseqüências para a atividade conciliar posterior, reforçada pela sobrevivência da Acta Conciliar de Éfeso.

□ P.T. Camelot, Histoire des Conciles Oecuméniques, vol. 2 (1962)

Eginhard (c. 770-840) Intelectual e funcionário da corte franca, célebre por sua biografia de Carlos Magno, seu amigo e senhor. Foi educado na Escola de Fulda, ingressando na corte real em torno de 793 e alcançando uma importante posição na escola do palácio de Aix-la-Chapelle. Tornou-se um íntimo e leal amigo de Carlos Magno e de seu sucessor, Luís I, e permaneceu no serviço público até por volta de 830, quando se retirou para as propriedades que Luís lhe tinha doado em Michelstadt e Mühlheim (Seligenstadt).

□ Eginhard, La Vie de Charlemagne, org. por L. Halphen (1923); A. Kleindausz, Eginhard (1942)

Egito No começo da Idade Média, o Egito era uma próspera província do Império Bizantino e sua principal cidade era Alexandria — sede de um patriarcado e um dos mais importantes centros culturais do mundo helênico. O crescente descontentamento político e religioso com Constantinopla por parte dos egípcios, sendo a heresia monofisista popular entre eles, facilitou a conquista muçulmana na década de 630, e durante o resto do período o Egito foi parte integrante do mundo muçulmano, às vezes submetido à autoridade de Bagdá ou Damasco, porém na maioria das vezes virtual ou completamente independente.

Nos primeiros séculos, graças a Alexandria, o Egito tornou-se uma das principais regiões através da qual a sabedoria grega, filosófica e científica, era transmitida (por tradução) ao mundo árabe. Os êxitos políticos dos fatímidas na segunda metade do século X, e a fundação de uma nova cidade no Cairo, colocaram o Egito numa posição central no mundo muçulmano xiita.

Os êxitos turcos, seguidos do estabelecimento de principados cruzados na Palestina, levaram a um período de declínio, e somente com as vitórias de Saladino, que uniu a Síria e o Egito em 1174, é que sua importância foi recuperada. No século XIII, os esforços dos cruzados foram dirigidos contra o Egito, de um modo geral sem sucesso, em Damietta em 1219 e, novamente em 1250, sob o comando de São Luís. Internamente, as prementes necessidades militares do Egito resultaram no surgimento dos mamelucos, elementos militares contratados que preservaram o controle político até o século XVI.

□ S. Lane-Poole, A History of Egypt in the Middle Ages (1901); P. Hitti, History of the Arabs (1951)

Ekkehard (910-71) Monge de Saint Gall e um dos mais engenhosos poetas latinos de seu tempo, Ekkehard é sobretudo lembrado por seu papel na transmissão da história épica de Waltharius para a tradição ocidental. Lendas poéticas germânicas referentes à Aquitânia, Borgonha e corte do rei Átila, no século V, haviam sido reunidas num poema épico que Ekkehard traduziu do alemão para hexâmetros latinos, segundo o estilo de Virgílio.

□ Waltharius, org. por K. Strecker (1907) [Cantar de Valtario, trad. L.A. Cuenca, Madri, Siruela, 1987]

Elfric (955-1020) Abade de Eynsham, reformador monástico e gramático inglês. Elfric devia seu ímpeto reformador à educação que recebeu em Winchester sob a direção do bispo Ethelvold, defensor da reforma da vida monástica. Em 981, foi enviado a Cerne, no Dorset, a fim de supervisionar a escola monástica e em 1005 foi nomeado abade de Eynsham. Suas principais obras, que constituem uma contribuição de extrema importância para o último período da literatura anglo-saxônica, incluem uma coleção de homílias, uma versão métrica das Vidas dos santos e uma gramática latina.

□ M. McGatch, Preaching and Theology in Anglo-Saxon England: Aelfric and Wulfstan (1977)

Ema, senhora de Winchester (m. 1051) Esposa do rei Etelred II e depois de Canuto, Ema foi, durante toda a sua vida, uma figura influente na política inglesa. Era filha do duque normando Ricardo II e por isso acostumou a corte inglesa aos hábitos normandos. Após um período de exílio por ordem dos filhos de Canuto, Ema voltou sob o governo de

seu próprio filho, Eduardo, o Confessor, mas acumulou tanta riqueza e poder durante os primeiros anos do reinado dele, que Eduardo se viu forçado a tomar medidas contra ela, confiscando-lhe o tesouro e mantendo-a mais ou menos confinada em Winchester, onde morreu.

Erário Público na Inglaterra (Exchequer) Em conseqüência da Conquista Normanda, a administração financeira da Inglaterra tornou-se mais rigorosa e mais eficiente. Nos primeiros anos do reinado de Henrique I (1100-35), foi dada nova forma institucional aos serviços financeiros centrais, o que resultou na criação do Exchequer, assim chamado por causa do padrão em xadrez do pano usado para cobrir a mesa onde eram prestadas as contas. Em essência, a novidade do Exchequer, em contraste com o Tesouro, consistia em sua eficiência como agência contábil, sua autoridade como tribunal de contas e sua capacidade como arquivo de documentos. Os Arquivos do Erário (Rolls of the Exchequer) do período 1120-1130 ainda existem e são contínuos a partir de 1150. Um detalhado registro dos procedimentos adotados, Dialogue of the Exchequer, de Richard FitzNigel, foi escrito na década de 1170, época em que o Exchequer já contava com uma sede permanente em Westminster e apenas algumas sessões eram realizadas ocasionalmente em outros lugares.

A finalidade primordial do Exchequer era examinar duas vezes por ano as dívidas e os tributos devidos ao rei, e conferir as contas do xerife, a principal autoridade administrativa do condado. Tornou-se uma das mais eficientes repartições financeiras da Europa e teve grande influência sobre a organização da Normandia. Havia também fortes contatos com a Sicília normanda, onde Thomas Brown atuou como juiz e oficial de finanças (1143-58), antes de regressar à Inglaterra para tornar-se uma figura-chave no Exchequer nas décadas de 1160 e 1170.

O Exchequer passou por uma série de reformas em 1236-42; foi introduzido um novo sistema de contagem para simplificar as contas dos xerifes, e ocorreram especializações com o uso de novos procedimentos contábeis para confiscos e contas estrangeiras. Essas medidas reduziram a carga de trabalho dos xerifes. Estatutos promulgados em 1270 e 1284 desenvolveram esses processos, e as reformas de 1223-1226 instituídas pelo bispo Stepledon os aprimoraram ainda mais, simplificando simultaneamente a cobrança de dívidas. Poucas mudanças substanciais ocorreram antes da Reforma. O Exchequer forneceu o modelo burocrático para outros departamentos; um Exchequer subsidiário existia para a Normandia em 1130, e esses departamentos, com o tempo, acompanharam o Exchequer na adoção de uma localização fixa, abandonando seu caráter itinerante. Ver

pipe rolls; Roger de Salisbury
□ R.L. Poole, The Exchequer in the Twelfth Century (1912); C. Johnson, Dialogus de Scaccario (1950); G.L. Harris, King, Parliament and Public Finance in Medieval England (1975)

ervas, tratados sobre Alguns dos mais belos manuscritos que chegaram até nós da Idade Média são tratados ilustrados sobre as propriedades de ervas (isto é, plantas úteis, largamente usadas para fins medicinais). As informações, e também muito material lendário acerca de plantas como a mandrágora, derivam de fontes clássicas, especialmente de Plínio e de seu contemporâneo Dioscórides, no século I de nossa era, e do escritor do século IV, Apuleius Platonicus. Até a mais humilde das plantas era exaltada quanto às suas infalíveis virtudes.
□ W. Blunt e S. Raphael, The Illustrated Herbal (1979)

Escócia Havia quatro grupos culturais distintos na Escócia no início da Idade Média — irlandeses, pictos, bretões e anglos — e um quinto, os escandinavos, do final do século VIII em diante. Cada grupo tinha sua língua própria. Os irlandeses (conhecidos como escotos) habitavam as terras costeiras a oeste, mantendo inicialmente estreitas relações com a Irlanda do Norte. Durante o século VI, os reis de Dál Riata saíram de sua metrópole irlandesa para instalar-se em Argyll, na costa oeste escocesa, aí fundando uma dinastia que durou séculos. Na Escócia oriental, ao norte do rio Forth, e no extremo norte, estavam os pictos, o mais forte grupo no período Pré-Viking. Ao sul da linha Forth/Clyde e na área do rio Clyde, havia povos e reinos britânicos, enquanto que os governantes ingleses tinham estabelecido uma posição segura na costa leste em meados do século VI. As relações entre esses povos flutuavam, mas a longo prazo os ingleses ficaram confinados na Nortúmbria; a influência irlandesa expandiu-se, a identidade píctica submergiu e os bretões perderam, em última instância, a independência política.

Durante o século VII, reis ingleses e irlandeses promoveram incursões numa vasta área, com os ingleses obtendo considerável controle nas terras dos pictos. foram, entretanto, derrotados em Dunnichen em 685 e, embora efetivamente expulsos depois disso do que é a Escócia atual, mantiveram contatos em assuntos religiosos, com os reis pícticos, como Nechtan (706-24), solicitando conselhos ao clero inglês, em detrimento dos clérigos irlandeses situados a oeste.

No século VIII, famílias reais irlandesas e pícticas ligaram-se por casamento, resultando em herdeiros que tinham pretensões tanto a reinos pícticos quanto irlandeses; reis como Constantino e seu irmão Oengus II, no início do século IX, governaram,

portanto, ambos os reinos. Nesse meio tempo, a colonização viking estava mudando o caráter do norte e das ilhas setentrionais e ocidentais, e o controle viking dos mares estava confinando os interesses dos irlandeses da Escócia à própria Escócia. Logo um rei irlandês, Kenneth MacAlpin, voltou a governar ambos os reinos (843).

A união dos pictos ao reino irlandês não se desfez daí em diante e uma sucessão patrilinear foi estabelecida. Tinha surgido assim a monarquia da Escócia, apoiando-se em tradições e instituições de ambos os países. Os reinos britânicos a sudoeste foram efetivamente absorvidos no recém-estabelecido reino da Escócia em fins do século IX, embora reis de Strathclyde continuassem sendo mencionados até 1034. Depois de 954 e da conquista do reino viking de York, o condado de Nortúmbria tornou-se parte integrante da Coroa inglesa, embora sua fronteira setentrional permanecesse indefinida. Lotiana passou para o firme controle escocês depois de 1018 aproximadamente.

O impacto da conquista normanda da Inglaterra sobre os assuntos escoceses provou ser profundo e permanente. Expedições anglo-normandas assolaram a Lotiana, e pedidos de vassalagem de reis escoceses foram apresentados, às vezes com êxito. O rei Malcolm Canmore (1057-93) casou com Margaret, irmã de Edgar Atheling e representante da dinastia Saxônica ocidental. Seus filhos governaram a Escócia em 1097-1153, seguindo-se-lhes uma série de poderosos reis (Malcolm IV, 1153-65; Guilherme I, o Leão, 1165-1214; Alexandre II, 1214-49; e Alexandre III, 1249-86). Eles estruturaram o reino escocês nos moldes de uma verdadeira monarquia feudal. Seus contatos com o mundo feudal anglo-normando foram fortes, como magnatas na Inglaterra (o grande Senhorio de Huntington) e como recrutadores de homens capazes, por vezes os filhos mais moços, dispostos a ajudar os monarcas escoceses em troca de rendosos feudos ao norte da fronteira; os Stuarts foram a maior das famílias a adquirir proeminência desse modo, mas outras, como os Bruce, Balliol, Morville e Mowat, também prosperaram.

As pretensões de suserania por parte dos reis ingleses persistiram, se bem que, a partir de 1189, os próprios governantes escoceses considerassem seu preito de vassalagem dirigido exclusivamente para seus senhores ingleses e não tivesse a menor relação com o reino da Escócia. Dentro da Escócia, a dinastia obteve considerável êxito na consolidação de seus territórios; as Ilhas Ocidentais foram submetidas ao seu controle político, após a derrota do rei norueguês na batalha de Largs (1263).

As relações com a Inglaterra atingiram um ponto crítico em 1290 com a disputada sucessão que se seguiu à morte da rainha Margarida, a Donzela da Noruega, último descendente da linha direta de Malcolm Canmore. Havia muitos pretendentes, e o poder de definição acabou ficando nas mãos de Eduardo I, o rei inglês. Ele escolheu Balliol (1292-96), mas a questão passava a ser agora a da total independência para a Escócia, uma vez

que Eduardo (com seus êxitos galeses em mente) tentava fazer de sua suserania uma realidade concreta. A fraqueza e o fracasso de Balliol, as revoltas de William Wallace e o surgimento de Roberto Bruce (neto de um dos mais destacados pretendentes de 1290) frustraram os planos de Eduardo, que morreu desapontado em 1307. A grande vitória em Bannockburn (24 de junho de 1314), na qual Bruce derrotou as forças de Eduardo II, confirmou a independência escocesa. Os ataques ingleses foram renovados após a morte de Bruce em 1329, mas toda a questão das relações anglo-escocesas se complicaria com a Guerra dos Cem Anos e o crescimento de "Auld Alliance" entre Escócia e França contra a Inglaterra.

Em 1371, Roberto II, neto de Roberto I por sua filha Marjory, sucedeu ao trono escocês como o primeiro representante real da casa de Stuart. Apesar de grandes problemas pessoais e dinásticos, os Stuarts mantiveram-se firmes no trono, e uma retomada geral da prosperidade, conjugada com o êxito da França na guerra contra a Inglaterra, fez da segunda metade do século XV algo como uma idade de ouro na história escocesa, sobretudo no reinado de Jaime IV (1488-1513). Fundaram-se universidades em St. Andrews (1414), Glasgow (1451) e Aberdeen (1495). A vida literária floresceu (Henryson, c. 1430-1506; Dunbar, C.1460-C. 1520). Nem mesmo o desastre militar de Flodden em 1513 pôde esconder o permanente avanço realizado em direção à nacionalidade escocesa nos últimos séculos da Idade Média. Ver célticas, Igrejas; pictos

□ G.W.S. Barrow, The Kingdom of the Scots (1973); R. Nicholson, Scotland: The Later Middle Ages (1974); A.A.M. Duncan, Scotland, The Making of the Kingdom (1975)

escolástica Inicialmente, no século XVI, o termo era usado de forma depreciativa, em relação ao sistema de filosofia praticado nas escolas e universidades medievais. Os escolásticos procuraram dar sustentação teórica à verdade da doutrina cristã, assim como reconciliar pontos de vista contraditórios na teologia cristã; e, para esse fim, desenvolveram um método extremamente requintado de investigação das questões filosóficas e teóricas. Na história inicial da escolástica, muito material teológico foi organizado de forma sistemática. No século XII, os escolásticos estavam coligindo Sentenças, que eram citações ou sumários de dogmas compilados da Bíblia e da literatura patrística; ao interpretá-los (expositio, catena, lectio), eles adotaram gradualmente uma discussão sistemática de textos e problemas (quaestio, disputatio). Isso deu finalmente lugar a um sistema que tentou oferecer uma visão abrangente da "toda a verdade atingível" (summa), um desenvolvimento que coincidiu com uma clara progressão no sentido da autonomia intelectual, com pensadores da envergadura de Alberto Magno e Tomás de Aquino.

Os escritos sobre lógica tiveram um importante efeito sobre a escolástica; por volta de 1200, a "nova lógica" de Aristóteles, baseada em traduções de seus Analíticos, Tópicos e Refutações Silogísticas, tinha produzido uma teologia "científica" em contraste com os escritos bíblicos do século XII. Tomás de Aquino, por exemplo, acreditava que só a razão era necessária para entender verdades básicas acerca de Deus e da alma, embora a revelação divina ampliasse tal conhecimento. A ênfase atribuída à razão foi rejeitada em certa medida no século XIV, por homens como Guilherme de Ockham e João Duns Scotus.
□ J. Pieper, Scholasticism (1961); A. Piltz, The World of Medieval Learning (1981)

escravidão No começo da Idade Média, a escravidão estava generalizada em todo o mundo europeu, instituição herdada tanto de fontes clássicas quanto germânicas. A atitude da Igreja cristã foi ambivalente, opondo-se à venda de escravos cristãos a não-cristãos, mas propensa a aceitar a própria escravidão como conseqüência da natureza pecaminosa do homem. As tentativas de melhoria legal foram poucas; houve uma certa tendência no sentido do reconhecimento do casamento cristão e da concessão de direitos limitados, como possuir pequenas somas de dinheiro e até adquirir terra. A natureza do trabalho era ditada pela vontade do senhor e havia pouca ou nenhuma reparação contra a sua autoridade arbitrária.

Com a evolução de uma economia dominial a partir do século VIII, surgiu uma elaborada gradação de liberdade e não-liberdade, a qual tornou todas as generalizações, na melhor das hipóteses, conjeturais e, na pior, positivamente enganadoras. Os senhores mostraram-se inclinados a considerar mais lucrativo utilizar camponeses, melhor descritos em termos modernos como servos, do que escravos: quer dizer, homens que possuíam alguns lotes de terra que usavam para manter-se a si mesmos e às suas famílias, mas vinculados à gleba, às disciplinas do domínio senhorial, e responsáveis pelo cultivo exaustivo das terras do senhor. A escravidão como posse de um bem móvel persistiu, e em algumas áreas da Europa foi renovada no século XII pelo direito romano. A presença do mundo muçulmano e, na verdade, do mundo bizantino com sua contínua herança clássica, preservou a teoria do servus como um homem virtualmente desprovido de direitos em face do seu senhor.

No Ocidente, um momento crítico nas atitudes em relação à escravidão foi meados do século XI, o final da Era Viking. Os vikings tinham sido grandes traficantes de escravos; suas depredações no mundo eslavo e a venda de eslavos em mercados de escravos ajudaram a dar ao mundo ocidental o termo "slave" [em inglês, slav (eslavo) e slave (escravo) são vocábulos quase homófonos e homógrafos NT]. A Inglaterra fornece um exemplo claro, e seus registros mostram como as elaboradas distinções legais entre

os camponeses ao tempo do Domesday Book (1086) evoluíram no século XIII para uma situação mais uniforme do campesinato. No século XI, as duas principais marcas distintivas de um homem livre, o direito de portar armas e o direito de testemunhar sob juramento em tribunais públicos, ainda eram poderosas, mas ambas diminuíram de significação na fortemente regulamentada sociedade feudal da Idade Média central. Não é por coincidência que, no mesmo período, a escravização de cristãos por outros cristãos (em 1100 a grande maioria dos povos escandinavos e eslavos tinha sido cristianizada) tenha passado a ser cada vez mais considerada não-ética, não-lucrativa e desnecessária. HRL

□ Slavery and Serfdom in the Middle Ages: Selected Papers by M. Bloch, trad. e org. por W.R. Beck (1975); H.R. Loyn, The Free-Anglo Saxon (1975); The Transition from Feudalism to Capitalism, org. por R.H. Hilton (1976)

escudo (écu) Nome dado a uma moeda de ouro francesa mandada cunhar por São Luís em 1266, apresentando um escudo como seu emblema, posteriormente aplicado a muitas moedas (sobretudo francesas). Seu peso variava entre 4 e 5 gramas, sendo de contextura delgada e compacta. As moedas eram usualmente identificadas com algum epíteto descritivo, por exemplo, écu à la chaise, com o rei sentado, ou écu à la couronne, com um escudo coroado. Como este último foi o tipo mais comum de 1380 em diante, a moeda ficou conhecida na Inglaterra como "crown" (coroa).

escultura Os exteriores das primeiras igrejas cristãs são simples, o que pode gerar a falsa impressão de que a escultura não desempenhou qualquer papel na arte cristã da época. Isso, porém, está longe de ser verdade, pois mesmo que a decoração estivesse confinada aos capitéis do interior (e, com freqüência, eles eram spolia de templos pagãos), o sarcófago esculpido ainda era muito usado. Atualmente existem poucas esculturas figurativas da Bizâncio dos primeiros séculos, por causa de sua destruição durante a controvérsia iconoclasta (726-843). A conversão de igrejas em mesquitas, após a queda de Bizâncio (1453), infligiu também enormes perdas; por isso o conhecimento sobre a escultura bizantina está limitado à ornamentação não-religiosa, com predomínio de capitéis, frisos e painéis.

No Ocidente, a escultura do período pré-carolíngio tinha passado por espetaculares mudanças desde os tempos romanos. Tornara-se cada vez mais bidimensional, tendendo para a escultura em relevo com muito pouca profundidade. Como não existia ninguém no seu Império que pudesse realizar tais obras, Carlos Magno usou na capela de seu palácio de Aix-la-Chapelle capitéis romanos levados da Itália, e uma estátua eqüestre de

Teodorico que estava em Ravena foi instalada como um monumento a ele próprio no pátio-de-armas do palácio. Muitas esculturas da época eram em estuque, uma técnica largamente usada pelos romanos. Documentos mencionam relevos narrativos em Centula (Saint-Riquier) e fragmentos de decoração em estuque sobrevivem em Germigny-des-Prés. Em Cividale, no norte da Itália, sobrevive um impressionante grupo de santas de estuque em tamanho natural (início do século IX) e que testemunha a alta qualidade desse tipo de escultura durante a Renascença Carolíngia. As esculturas do século IX na Espanha e, sobretudo, na Grã-Bretanha (cruzes de Ruthwell e Bewcastle, friso de Breedon-on-Hill) podem ser associadas, em parte, à Renascença Carolíngia.

Os vikings pagãos, que contribuíram de forma tão selvática para a queda do Império Carolíngio e de sua vigorosa arte, foram eles próprios patrocinadores de requintadas esculturas em madeira que empregavam intricados motivos animais para decorar objetos cerimoniais, como os encontrados no barco funerário de Oseberg, por exemplo. Com os povoados vikings nas Ilhas Britânicas, esse tipo de arte foi transmitido à Inglaterra e à Irlanda, e tornou-se uma das fontes para a arte cristã dos países escandinavos.

Os escultores otonianos produziram algumas notáveis imagens de culto (a Madonna de Essen e a Cruz de Gero, em Colônia, ambas do final do século X), as quais combinam um naturalismo herdado da arte clássica com uma estilização geométrica de formas, levando diretamente ao nascimento do românico. Este estilo estava estreitamente ligado à arquitetura e servia para enriquecê-la, com a escultura aplicada em determinados elementos, primeiro os capitéis, depois os portais, mísulas, frisos e, ocasionalmente, fachadas inteiras. A escultura românica da Itália e França estava na vanguarda desse desenvolvimento, com a Espanha, Portugal, Alemanha e Inglaterra seguindo-lhes em breve o exemplo. No século XII, toda a Europa que reconhecia a autoridade papal empregava formas de arte românica, a qual, em casos isolados, penetrou até em países ortodoxos como a Sérvia e a Rússia. Desnecessário acrescentar que a escultura românica floresceu no reino cruzado.

Embora alguns capitéis românicos esculpidos sejam obras-primas (por exemplo, em Cluny, Silos, Moissac, Abadia de Hyde, Winchester), a glória da escultura românica encontra-se nos gigantescos tímpanos de Moissac, Autin e Vézelay e no friso de Wiligelmo na fachada da catedral de Modena. Durante esse período de grande atividade artística, inspirada por genuína devoção, muitas obras de notável qualidade foram criadas e é possível distinguir numerosas escolas regionais de escultura (por exemplo, na Borgonha, Aquitânia, Normandia, Lombardia, Toscana, Apúlia, Herefordshire, Yorkshire e Kent).

A escultura românica favoreceu as formas abstratas, e as figuras humanas eram usadas de maneira totalmente arbitrária; o tamanho de cada uma, por exemplo, dependia

muitas vezes de sua importância, sendo o Cristo sempre maior do que os Apóstolos. Era a arte de uma fé ingênua e estava dominada pelo medo da condenação eterna, descrita com tanta intensidade em numerosos tímpanos.

Enquanto a arquitetura românica era suplantada pelo gótico em Saint-Denis, na escultura houve um período de cerca de 50 anos (1170-1220) em que o estilo se tornou mais naturalista. Isso foi devido em grande parte à influência da arte mosana. Os grandes portais das catedrais de Senlis, Laon, Chartres e Reims são os melhores exemplos desse novo estilo, por vezes chamado "de transição".

A escultura gótica emergiu desse estilo no primeiro quartel do século XIII, e a oficina responsável pela escultura da fachada da catedral de Notre-Dame em Paris foi a primeira a substituir o suave naturalismo do estilo de transição e seus drapeados graciosamente fluentes, por faces, gestos e panejamentos mais expressivos. As estátuas da Sainte-Chapelle (1243-48) são consubstanciações do novo estilo que, através dos marfins produzidos em massa em Paris nessa época, não tardaria em ser transmitido a toda a Europa.

A figura-coluna, ou seja, uma estátua ligada a uma coluna — criação característica dos portais do gótico primitivo na França, iniciada com Saint-Denis, que inspiraria depois obras similares — perdeu gradualmente sua influência e, em fins do século XIII, a figura já estava destacada da coluna e, finalmente, dispensou todo suporte externo. 0 portal do grande escultor holandês Claus Sluter na Cartuxa de Champmol (década de 1390), o mausoléu de Filipe II, o Intrépido, duque de Borgonha, são momentos culminantes nessa tendência, pois as figuras dramáticas, umas ajoelhadas, outras em pé, são como atores num palco e independentes de seu cenário arquitetural.

O século XIV assistiu ao nascimento do retrato na escultura tumular. Até então, as efígies eram, por via de regra, imagens idealizadas, sem a menor relação com o verdadeiro aspecto físico do morto. O recurso a máscaras mortuárias em cera ou gesso resultou em retratos mais fiéis dos rostos em efígies.

Durante o século XV, os Países Baixos e a Alemanha produziram um certo número de notáveis mestres, trabalhando em pedra, madeira e bronze: Hans Multscher, Nikolaus Gerhaert, Michael Pacher, Tilman Riemenschneider e Veit Stoss, para citar alguns.

Tal como na arquitetura gótica, também na escultura a contribuição italiana foi muito independente, e é mais apropriado, portanto, considerá-la em relação mais com o nascimento da arte da Renascença do que com o gótico. Ver gótico; pintura e artes menores; Pisano, Nicola; românico [328] GZ

□ R. Salvini, Medieval Sculpture (1969); W. Saurländer, Gothic Sculpture in France 1140-

1270 (1972); L. Stone, Sculpture in Britam: The Middle Ages (1972) [W. Saurländer, Escultura medieval, Lisboa, Verbo, 1968]

eslavos A migração e assentamento dos povos eslavos em seus conhecidos grupos modernos foi uma característica dos primeiros tempos da história medieval tanto quanto os movimentos germânicos. Historicamente, estabeleceram-se em três poderosos grupos: os eslavos do noroeste (poloneses, tchecos, boêmios, vênedos etc), os eslavos do sudoeste (sérvios, croatas, "iugoslavos" em geral) e os eslavos orientais (russos). Todos esses termos são generalizados e nenhum dos agrupamentos é, em qualquer sentido, racialmente puro, mas as línguas básicas derivaram todas da mesma família indo-européia, e os próprios povos, no início da Idade Média, instalaram-se principalmente na Europa Oriental, com pontos focais nos Cárpatos, a partir dos quais penetraram para o norte e o oeste até o Elba, para o sul e o oeste até os Balcãs, e para leste ao longo de ambas as margens dos grandes rios da Rússia histórica.

Receberam o Cristianismo, o símbolo do assentamento e da aceitação no novo mundo medieval, em diferentes épocas e de diferentes fontes. A obra de São Cirilo (m. 869), de Bizâncio, criou uma liturgia na tradição da Igreja oriental e uma escrita que formou a base da moderna escrita cirílica usada na Rússia e na Bulgária. Os missionários ocidentais, entretanto, predominavam na fronteira germânica. Em fins do século X, os boêmios eram cristãos, com uma sé estabelecida em Praga. Os poloneses também foram convertidos pelo Ocidente, com um episcopado principal em Gniezno e — apesar da persistência de práticas pagãs, sobretudo entre os vênedos — o Cristianismo ocidental e a influência de Roma constituíram as principais forças culturais entre os eslavos do noroeste desde cerca de 1000 em diante. O quadro era diferente no sul e no leste: o Cristianismo bizantino ortodoxo predominou entre os sérvios e iugoslavos em geral, a partir do último quartel do século IX. A leste, os passos decisivos foram dados tardiamente, durante o reinado de Vladimir, o Grande (980-1015), que aceitou a fé ortodoxa para os seus povos eslavos orientais, os russos.

Experiências políticas profundamente diferentes nos séculos seguintes aumentaram as divergências entre os povos eslavos, mas nenhuma força foi mais poderosa do que a religião na criação das características especiais dos Estados na Polônia e na Tchecoslováquia católicas, por um lado, na Rússia e na Servo-Croácia ortodoxas, por outro. Ver Boêmia; Sérvia; wendes; iugoslavos HRL

□ A. Florovsky, The Czechs and the Eastern Slavs (1935); G. Vernadsky, Ancient Russia (1943); F. Dvornik, The making of Central and Eastern Europe (1949) [R. Portal, Os eslavos, povos e nações, Lisboa, Cosmos, 1968]

Espanha O domínio imperial romano foi varrido da Península Ibérica quando sucessivas ondas de povos bárbaros — suevos, alanos e vândalos — crusaram os Pireneus em 409. A presença deles foi transitória e predominantemente destrutiva [daí o etnônimo "vândalo" ter adquirido, em sentido figurado, o significado de destruidor de tudo o que por sua antigüidade, valor ou beleza, merece respeito NT]; mas sucederam-lhes em 456 os visigodos, ainda semi-selvagens mas já cristãos (embora heréticos arianos) e falando latim, que se fixaram e se ligaram pelo casamento com a população hispano-romana. O reino visigodo, com Toledo por capital e as obras de Isidoro de Sevilha como imperecível monumento cultural, durou dois séculos e meio. Mas era uma monarquia eletiva; as facções rivais no seio da casa real enfraqueceram-na fatalmente e, quando em 711 um grupo decidiu levar tropas árabes e bérberes do Marrocos a fim de o ajudar em suas ambições, o poder visigodo desmoronou. Em 718, os muçulmanos controlavam a península inteira, com exceção de algumas pequenas regiões montanhosas do norte que dificilmente pareciam valer a pena ser ocupadas, e não tardaram em transpor os Pireneus para ameaçar a França.

Uma escaramuça nas montanhas cantábricas, localizadas por tradição em Covadonga, iniciou em 718 a Reconquista, com a fundação do reino das Astúrias; o outro núcleo de resistência foi o reino basco de Navarra, nos Pireneus. Na década de 740, a guerra civil entre os muçulmanos permitiu uma vasta expansão do território asturiano; simultaneamente, os francos tinham rechaçado os muçulmanos para o outro lado dos Pireneus e estabelecido no nordeste da península uma área de segurança da fronteira hispano-franca. Nessa região, que tinha características genuinamente européias, tais como o rito romano, a escrita Carolíngia e um autêntico sistema feudal, o poder político cristalizou-se gradualmente em torno dos condes de Barcelona, e o mosteiro de Ripoll tornou-se um dos grandes centros culturais da Europa. No século IX, o avanço da Reconquista transformou o reino das Astúrias no de Leão [com a transferência concomitante da capital da cidade de Oviedo para a de Leão NT]. Castela era um mero condado de Leão, assim como Aragão era-o de Navarra, mas Castela já estava desenvolvendo traços lingüísticos e político-jurídicos que a distinguiam como uma fluida, enérgica e potencialmente rica sociedade de fronteira. Em meados do século X, o conde Fernando Gonzalez, jogando habilmente Navarra contra Leão, conseguiu a independência de Castela. No prazo de um século, seus condes tinham-se tornado reis, e Castela estava desempenhando um papel de destaque. A Galícia (e sua metade meridional, que se tornaria o condado Portucalense e núcleo do futuro reino de Portugal) a oeste, Aragão e a Catalunha, a leste, eram só intermitentemente importantes nos negócios do centro, cuja

política era dominada por Navarra, Leão e Castela, alternadamente. Por mais de uma vez, um forte e ambicioso monarca (como Sancho III de Navarra) criou um reino unido pela conquista, mas que acabaria sendo dividido entre seus herdeiros, que então se guerreavam em busca da supremacia.

A Espanha muçulmana, dominada em seus primeiros 40 anos por governantes dependentes do califa de Damasco, tinha desde há muito adquirido sua autonomia, com o estabelecimento por Abd el-Rahman I do emirado de Córdova em 756; este cobria dois terços da península, estendendo-se para norte até os rios Douro e Ebro. Desenvolveu-se uma próspera sociedade multilingüística e multirracial, com grandes comunidades judaicas assim como de moçárabes cristãos (espanhóis nativos vivendo sob o domínio árabe), e um florescimento cultural que rivalizou com o da corte do califa em Damasco. A segunda metade do século IX foi perturbada pelas incursões nórdicas e a agitação religiosa, mas Abd el-Rahman III (912-61) pacificou a fronteira, fortaleceu as administrações central e provinciais, usou novas técnicas de agricultura e irrigação para criar ainda maior prosperidade, e fez de Córdova o mais poderoso Estado da Europa, com uma cultura cujo brilho eclipsou a de Damasco e de Bagdá. Em 929, proclamou-se califa, líder espiritual e temporal; pela primeira vez, houve dois califas no Islã. Al-Mansur, chefe militar e regente (na verdade, ditador) do Califado a partir de 979, arrasou grande parte do norte cristão, mas enfraqueceu de tal modo o poder dos califas, que à data de sua morte em 1002, o Califado desintegrou-se, sendo sucedido por uma série de pequenos reinos taifa, e os reinos cristãos tornaram-se dominantes.

As incursões de Al-Mansur e a hegemonia de Sancho III quebraram a dependência política da Catalunha da França, e o conde Ramon Berenguer I (1035-76) garantiu uma identidade política e jurídica especificamente Catalã. Quando o rei de Aragão morreu em 1137 sem deixar herdeiro varão, formou-se uma imprecisa mas duradoura união, a Coroa de Aragão confiada ao conde de Barcelona; o novo reino incluiu Saragoça, que tinha sido reconquistada em 1118. As vitórias de Afonso VI contra os reinos taifa provocaram a invasão almorávida e, apesar do triunfo temporário de El Cid em Valência, os almorávidas, e depois deles, os almôadas, retardaram de forma efetiva a Reconquista por um século e meio. Entretanto, alguns avanços foram realizados e, o mais importante, o grande troféu de Afonso VI, Toledo, permaneceu em mãos cristãs. Foi aí que uma escola de tradutores alimentou a Renascença do século XII com versões latinas de textos científicos árabes (e, conseqüentemente, gregos). A Espanha cristã fortaleceu-se demográfica, econômica e culturalmente por causa da intolerância dos almôadas, que forçou moçárabes e judeus a refugiarem-se em grande número no norte; Castela substituiu a Andaluzia como o grande centro da cultura judaica.

Após a vitória de Las Navas de Tolosa (1212), a Reconquista adquiriu grande impulso com Fernando III. Suas conquistas (Córdova, Sevilha, Múrcia, Jaen) foram flanqueadas pela captura de Badajoz (1230) por Afonso IX de Leão, e pela rendição de Valência a Jaime I de Aragão em 1238. O reinado de Fernando também marca a união definitiva de Leão e Castela, sob liderança castelhana. Seu sucessor, Afonso X, pagou o preço do espetacular sucesso de Fernando III e de sua própria fraqueza. Problemas econômicos e demográficos agudos assediaram Castela, e os grandes nobres, ajudados pelo herdeiro de Afonso, Sancho IV, desafiaram com êxito a autoridade central da Coroa, causando a miséria do povo e protelando a Reconquista. Afonso XI (1312-50) dominou os nobres e estava marchando contra Granada quando morreu vítima da peste. Sobreveio o desastre; enquanto a peste devastava a península, uma guerra civil entre filhos legítimos e ilegítimos de Afonso trouxe exércitos estrangeiros para dentro das fronteiras de Castela e fortaleceu a nobreza às custas da Coroa e do povo. Os judeus, prósperos e numerosos, eram um óbvio bode expiatório para os infortúnios castelhanos, e os pogroms, a partir de 1391, redundaram em conversões semiforçadas (os conversos, por sua vez, tornaram-se suspeitos e perseguidos), no estabelecimento da Inquisição espanhola (1478) e na expulsão dos judeus da Espanha.

A participação da Coroa de Aragão na Reconquista completou-se com a rendição de Valência; Múrcia, mais ao sul, caiu em poder de Castela quase ao mesmo tempo. Aragão voltou então suas energias na direção leste: Pedro III tomou a Sicília em 1282; Córsega e Sardenha foram somadas ao reino; e aventureiros catalães capturaram o ducado de Atenas (foi mantido para os reis de Aragão durante a maior parte do século XIV). A hegemonia econômica de Aragão no Mediterrâneo igualava-se ao seu poderio militar, mas o excessivo expansionismo acarretou problemas demográficos; a economia debilitou-se e ocorreram sublevações, primeiro do campesinato, depois do proletariado urbano contra a nobreza e, finalmente, dos nobres contra a Coroa. Em 1410, o último rei em linha direta de sucessão dos condes de Barcelona morreu sem descendência varonil e, após um interregno de dois anos, subiu ao trono um príncipe da dinastia castelhana de Trastamara.

Afonso V, o magnânimo, realizou uma recuperação temporária mediante reformas sociais no país e expansão militar no estrangeiro. Tomou Nápoles em 1442 e aí estabeleceu sua corte, embora fracassasse a sua tentativa, cinco anos depois, de apoderar-se do norte da Itália. Após a morte de Afonso V, os conflitos internos agravaram-se com uma série de monarcas rivais e transitórios, e o reino de Nápoles separou-se do de Aragão. Em Castela, a gradual recuperação demográfica no século XV e a riqueza criada pelos grandes rebanhos ovinos da Mesta e pelos mercadores que

transacionavam desde a Biscaia até a Andaluzia proporcionaram uma base para novas etapas de expansão; o primeiro passo na direção de um império atlântico foi dado quando as Ilhas Canárias foram colonizadas.

Só estava faltando uma liderança, e esta foi fornecida pelos Reis Católicos: Isabel, que subiu ao disputado trono de Castela em 1474, e seu marido Fernando, rei de Aragão desde 1479. Governaram seus dois reinos e prepararam-nos para a fusão; Navarra, desde há muito confinada a uma pequena região pirenaica, foi adicionada em 1512 a uma Espanha unida. Isabel e Fernando fomentaram a educação e o saber humanista; impuseram finalmente a autoridade da Coroa aos grandes nobres (embora à custa de lhes darem excessivo poder no reino); financiaram Colombo no que provou ser (para surpresa geral) a descoberta da América; e conquistaram Granada. O reino Nasrid tinha sobrevivido com fronteiras quase inalteradas desde 1350 e tornara-se cada vez mais um anacronismo na orla da Espanha cristã; tato diplomático e riqueza granadina preservaram o reino enquanto Castela não teve motivos convincentes para desencadear uma guerra total, mas os Reis Católicos não puderam tolerar mais o obstáculo que Granada representava para a sua visão do destino cristão do país.

A fronteira entre cultura medieval e cultura moderna é inevitavelmente mal definida, mas a convergência cronológica oferece-nos uma fronteira histórica de uma surpreendente precisão: num único ano (1492), Granada caiu, os judeus foram expulsos da Espanha, Antonio de Nebrija publicou a primeira gramática séria de qualquer vernáculo europeu, e Colombo reivindicou o Novo Mundo para os Reis Católicos. No final do ano, a Espanha estava irrevogavelmente transformada; estavam lançados os alicerces do Império, mas com uma intolerância que, em última instância, debilitaria toda a estrutura. Ver Abádida, dinastia; Abássida, dinastia; Cortes; Santiago, Ordem dos Cavaleiros de; Toledo, Concílios de; Omíada, dinastia; ver também reis individualmente registrados ADD

□ J.H. Elliott, Imperial Spain (1963); W. Montgomery Watt e P. Cacchia, A History of Islamic Spain (1965); H.V. Livermore, The Origins of Spain and Portugal (1971). J.F. O'Callaghan, A History of Medieval Spain (1975); J.N. Hillgarth, The Spanish Kingdoms 1250-1516 (1976-78) [G. Jackson, Introduction a la España medieval, Madri, Alianza, 1974; J.A. Garcia de Cortázar, Historia de España Alfaguarra. La epoca medieval, Madri, Alianza, 1974; R. Collins, España en la Alta Edad Media, Barcelona, Critica, 1986; D.W. Lomax, La Reconquista, Barcelona, Critica, 1984; A. MacKay, La Esparta de la Edad Media, Madri, Cátedra, 1980]

estados A idéia básica de "estados do reino" foi prenunciada pelo trabalho de humanistas

dos séculos IX e X que dividiram a sociedade em três grupos: aqueles que oravam, aqueles que guerreavam e aqueles que trabalhavam. Essa divisão rudimentar foi complicada no vigoroso século XII pelo surgimento de grupos ativos de cidadãos, indo desde os abastados mercadores até os artesãos pobres, mestres, jornaleiros, artífices e trabalhadores não-qualificados. Quando passou a ser dada expressão política à noção de uma comunidade do reino, e conseqüentemente se desenvolveram instituições representativas, persistiu a idéia de divisão em estados (normalmente três).

O Parlamento inglês fornece um notável exemplo. Desde fins do século XIII, tornou-se costume convocar os burgueses das cidades e os cavaleiros dos condados para uma assembléia central: esses grupos, finalmente, e de um modo algo atípico na Europa como um todo, juntaram-se numa Câmara dos Comuns, exercendo significativo poder sobre a fixação e a coleta de impostos. Por sua vez, os barões e o alto clero uniram-se numa Câmara dos Lordes, embora a Igreja convocasse o baixo clero para as suas próprias instituições.

A experiência francesa era algo diferente, em parte por causa da força da monarquia mas também por causa da contínua existência de assembléias provinciais. Nos primeiros anos do século XIV, Filipe IV convocou representantes das cidades, junto com os vassalos feudais, para os Estados Gerais. A pequena nobreza e os burgueses não trabalharam juntos, como na Inglaterra, e os estados mantiveram-se mais diferenciados.

Em outros países europeus, as Cortes na Espanha e em Portugal, as Landständeversammlungen nos principados alemães, as assembléias das comunidades escandinavas e eslavas (mormente na Polônia) apresentavam características semelhantes, se bem que só raramente tais assembléias fossem convocadas de forma regular. No final da Idade Média, com uma economia monetária mais dinâmica, a noção de estados rígidos e separados foi ficando cada vez mais inadequada em vastas regiões da Europa, embora — no plano social — conservasse sua força até o período moderno, certamente até o tempo da Revolução Francesa. HRL

□ A.R. Myers, Parliament and Estates in Europe to 1789 (1975)

Estados Gerais A primeira reunião dos Estados Gerais (états généraux) franceses teve lugar em 1302, a pedido de Filipe, o Belo. Ansioso por frustrar o concílio eclesiástico proposto pelo papa Bonifácio VIII, o rei convocou os três estados do seu reino — nobres, clero e comuns — para uma reunião em Paris. Em conseqüência dessa assembléia, todos os três grupos escreveram separadamente a Roma em defesa do rei e de seu poder temporal. Dessa época em diante, os estados Gerais somente se reuniram em

emergências (isto é, usualmente para fins de apoio à monarquia em tempos de crise), e as reuniões eram cuidadosamente controladas pelos juristas que serviam ao rei como um conselho de Estado (conseil d'état). Essa assembléia representativa continuou reunindo-se esporadicamente nos séculos seguintes, mas não foi o início de uma instituição governamental efetiva; o conceito de governo do reino por consenso ainda estava nas fases iniciais de desenvolvimento.

□ J.P. Strayer, Medieval Statecraft and the Perspectives of History (1971)

Estados pontifícios As terras diretamente sob a autoridade soberana do papa eram conhecidas como Estados pontifícios ou patrimonium de São Pedro. Formados especialmente pelo papa Gregório I a partir das possessões particulares dos bispos de Roma e seus territórios circundantes, foram ampliados com a concordância dos governantes francos, no final do século VIII, de modo a abranger a maior parte do território do antigo exarcado de Ravena. Esses territórios passaram por todas as vicissitudes comuns na sociedade medieval européia, sofrendo intervenção imperial, disputas fronteiriças e, por vezes, violentos tumultos feudais. A retirada dos papas para Avignon no século XIV intensificou os problemas; na década de 1350, porém, o cardeal Albornoz conseguiu restaurar substancialmente a autoridade papal. Boa parte da energia dos papas do século XV foi consumida na manutenção de seu governo na própria Roma e nas províncias do Lácio, Úmbria, Ancona, Ravena e Bolonha — as férteis terras que formam uma faixa que corre de norte para leste desde Roma e constituíam seu patrimônio. Ver Vaticano

□ L. Duchesne, Les Origines de l'Etat Pontifica] au Moyen-Age (1912); P. Partner, The Papal State under Martin V (1958); D.P. Waley, The Papal State in the Thirteenth Century (1961); P. Partner, The Lands of St. Peter (1972)

esterlino (inglês sterling, do inglês medievo stere = "forte"; francês, esterlin) Nome dado ao penny inglês no período pós-Conquista Normanda. Desde o final do século XII até o começo do século XIV, circulou correntemente nos Países Baixos, noroeste da Alemanha, Escandinávia e França, visto que o seu peso (1,46 gramas) e pureza (925/1000) eram superiores aos da maioria das moedas continentais, tornando-o internacionalmente aceitável. Foi muito imitado, sobretudo nos Países Baixos, às vezes em metal de baixo valor (por exemplo, por João, o Cego, conde de Luxemburgo). O termo também é usado para prata de pureza padronizada (11oz 2dwt = 925/1000).

Estêvão de Blois rei da Inglaterra 1135-54 (n. c. 1097) Neto de Guilherme, o Conquistador, Estêvão sucedeu a seu tio Henrique I em dezembro de 1135, graças à sua

energia pessoal combinada com a habilidade política de seu irmão Henrique, bispo de Winchester, e a aquiescência do mais velho dos irmãos, Teobaldo, conde de Blois. Seu reinado foi turbulento, mas é um erro considerá-lo um período de continuada anarquia. A guerra civil (que teve seu período mais intenso em 1141-44) entre Estêvão e sua prima Matilde, filha legítima de Henrique I, acarretou grande infortúnio e devastação a partes do país. O acordo final que assegurou a sucessão do filho de Matilde, Henrique de Anjou (Plantageneta), ao trono após a morte de Estêvão, foi geralmente bem recebido e inaugurou um período de forte administração monárquica.

A crise do reinado ajudou a resolver alguns dos principais problemas da instituição feudal na Inglaterra e preparou o caminho para uma permanente solução legal de questões de sucessão e herança, não só no nível real mas também em toda a ordem feudal. A reputação do período como tendo sido de permanente e terrível sofrimento assenta predominantemente na Crônica Anglo-Saxônica (Peterborough Chronicle), que o descreve como "dezenove invernos durante os quais Cristo e seus Santos dormiram".

□ R.H.C. Davis, King Stephen (1967)

estradas romanas O papel das estradas romanas na rede viária medieval é discutível, porquanto sua sobrevivência parece ter sido esporádica e variada. O sistema romano tinha sido planejado para servir e unir um império coeso, ao passo que a autoridade e os interesses medievais eram de natureza mais local. A tendência das estradas medievais era menos para constituírem obras de engenharia do que simples direitos de passagem. As estradas romanas foram destruídas, abandonadas, invadidas, depredadas, incorporadas aos poucos aos caminhos medievais ou conservadas (como a Via Flaminia pelos reis godos). A principal conservação dependia obviamente da força da autoridade central, e a responsabilidade parece ter sido, de um modo geral, compartilhada, como na Antigüidade, pelo governo central, pelas autoridades regionais e pelas localizadas à beira de estrada, como era o caso dos frères pontifes e dos hospícios.

Tem-se duvidado que as estradas romanas coincidissem com as medievais, uma vez que eram difíceis de conservar, mas há casos de uso continuado, por exemplo, na Picardia e nos Landes, onde a estrada romana foi usada como um percurso de peregrinação até o século XIV. A existência de estradas romanas como fronteiras, configurações de povoamentos e topônimos (incorporando elementos tais como straet) subentende também uma certa continuidade, como em alguns casos específicos, por exemplo, a proteção especial do monarca inglês sobre Watling Street, Ermine Street, Fosse Way e o Icknield Way. Contudo a topografia era importante. Novas cidades, como Oxford, precisavam de novas estradas e parece ter havido também um retorno ao sistema pré-romano de

comunicações, de construção improvisada, entre povoações secundárias.
□ R. Chevallier, Roman Roads (1976); B.P. Hindle, Medieval Roads (1982)

Estrasburgo, Juramentos de Após a morte de Luís, o Piedoso (840), seus três filhos sobreviventes continuaram a luta pelo controle do Império. Carlos, o Calvo, e Luís, o Germânico, que pretendiam assegurar autoridade real independente na Francônia ocidental e oriental, respectivamente, formaram uma aliança contra Lotário, pretendente ao título imperial indivisível. Como ratificação dessa aliança contra Lotário, foram prestados juramentos bilingües em fevereiro de 842 por Carlos e Luís, cada um no vernáculo do outro, para que seus exércitos pudessem entendê-los. O texto, tal como foi preservado nas Histórias de Nithard, fornece alguns dos mais antigos exemplos das línguas francesa e alemã.
□ H.R. Loyn e J. Percival, The Reign of Charlemagne; documents on Carolingian government and administration (1975)

Etelbert rei de Kent c. 560-616 ou 618 Sua data de nascimento, de início de carreira e de subida ao trono permanecem obscuras. Beda afirma que Etelbert herdou o reino de Kent em 560, enquanto que a Crônica Anglo-Saxônica fornece a data de 565, mas pode ter havido uma confusão entre a data de nascimento e a data de posse. O certo é que casou com Berta, princesa cristã, filha do rei Cariberto de Paris, antes de 589.

Em 597, exercia nominalmente o controle supremo de todos os reinos anglo-saxônicos ao sul do Humber e tinha completo domínio do estuário do Tâmisa, com poderes de suserania sobre o reino do Essex, onde seu sobrinho Seberto ocupava o trono. Essa poderosa posição permitiu a Etelbert garantir a segurança de Santo Agostinho e seus companheiros missionários quando empreenderam a tarefa de converter os ingleses ao Cristianismo em 597. Permitiu-lhes também realizar conversões no Kent e estabelecer bispados em Canterbury, Rochester e Londres. Entre os benefícios imediatos que obteve, resultantes da presença dos missionários, cite-se o contato intensificado com o continente e a competência, como nos informa Beda, para promulgar leis (o mais antigo código de leis sobrevivente da Inglaterra anglo-saxônica, juxta Romanorum exempla). Na época de sua morte, entretanto, sua posição como Bretwalda ou rei supremo já se encontrava abalada pelo crescente poderio de Redualdo, rei de East Anglia.

Beda, que é a nossa principal fonte para a biografia de Etelbert, pinta o retrato de um monarca poderoso mas prudente e supersticioso, relutante em receber os missionários num recinto fechado com temor de bruxaria e hesitante em renunciar à fé de seus antepassados. Afirma-se que ele não compeliu ninguém a aceitar o Cristianismo, embora

após sua própria conversão, tenha passado a favorecer seus correligionários cristãos. Em seu comentário sobre a morte de Etelbert, Beda descreve-o como o terceiro monarca a administrar todos os reinos meridionais mas o primeiro a entrar no Reino dos Céus.

□ H. Mayr-Harting, The Corning of Christianity to Anglo-Saxon England (1972)

Etelfled (m. 918) Senhora dos mercianos. Filha mais velha de Alfredo, o Grande. Por volta de 886, casou-se com Etelred, que se tornou ealdorman [título anglo-saxônico equivalente ao de regedor administrativo NT] de Mércia e, juntos, empreenderam a defesa de Mércia contra os dinamarqueses. Quando Etelred adoeceu, e ainda após sua morte em 911, Etelfled continuou governando Mércia sozinha, jogando dinamarqueses, noruegueses, escoceses e galeses uns contra os outros. Em 916, ela comandou uma expedição contra os galeses e em 917 tomou Derby aos dinamarqueses; Leicester e York também se submeteram ao seu domínio em 918. Colaborando estreitamente com seu irmão Eduardo, rei do Wessex (899-924), Etelfled também foi responsável pela construção de uma série de defesas contra os dinamarqueses, que incluiu as fortalezas de Runcorn, Stafford, Tamworth e Warwick.

Etelred II, o Irresoluto rei da Inglaterra 978-1016 (n. 968-969) Filho do rei Edgar e de sua segunda esposa, Etelfryth. Seu reinado foi perturbado por uma série de incursões dinamarquesas e norueguesas. Sua reputação foi denegrida pelo relato hostil apresentado n a Crônica Anglo-Saxônica, mas estudos recentes enfatizaram alguns dos atributos positivos do reinado, como o florescimento da literatura vernacular e a eficiência dos aspectos administrativos e financeiros do governo. O próprio pagamento do danegeld não significou um prejuízo, na medida em que incentivou o desenvolvimento de um bom sistema monetário e tributário. Incidentes como o massacre dos dinamarqueses em 1002, histórias de traição e o fracasso em encontrar um comandante militar competente apontaram, entretanto, um grave enfraquecimento moral e justificaram o êxito dinamarquês final. Em 1013, o rei dinamarquês Sweyn recebeu a submissão da Inglaterra setentrional e de Londres. Etelred escapou com a família para a Normandia, mas em 1014 foi chamado de volta, depois de prometer governar melhor no futuro. Após sua morte, o reino foi inicialmente dividido entre seu filho único, Edmundo, o Bravo, e o filho de Sweyn, Canuto. Quando Edmundo faleceu (1016), Canuto herdou todo o reino e casou com a viúva de Etelred, Ema, filha do duque normando Ricardo II.

□ S. Keynes, The Diplomas of King Aethelred "The Unready" (1980)

Etelvold, Santo (c. 912-84) Bispo de Winchester, monge e reformador beneditino. Natural de Winchester, Etelvold passou os primeiros tempos de sua vida na corte do rei Atelstan

(924-39), antes de juntar-se a São Dunstan no mosteiro de Glastonbury. Insatisfeito com as observâncias monásticas aí vigentes, solicitou permissão para viajar ao estrangeiro a fim de estudar o movimento de reforma no continente. Quando essa permissão lhe foi recusada, preferiu instalar-se em Abingdon, onde começou restabelecendo a vida monástica de acordo com o modelo beneditino.

Depois do exílio de São Dunstan em 956, Etelvold tornou-se o líder do movimento de reforma monástica e também serviu como tutor do futuro rei Edgar, que se tornou o maior amigo e benfeitor dos monges. Em 963, Etelvold tornou-se bispo de Winchester e em 964 substituiu os cônegos da catedral por monges. Como bispo, foi responsável pela reformulação da vida monástica em Milton (Dorset) em 964 e em Newminster e Nunnaminster, em Winchester, em 965; criou os mosteiros de Peterborough (966), Ely (970) e Thorney (972). Etelvold foi também a principal figura no Sínodo de Winchester (c. 970), no qual foi divulgada a Regularis Concordia, e aceita-se de um modo geral ter sido ele o responsável pelas mudanças na Regra Beneditina consubstanciada nesse documento.

□ Regularis Concordia, org. por D.T. Symons (1959); Tenth-Century Studies, org. por D. Parsons (1975)

Evangelhos de Lindisfarne Contêm os mais impressionantes exemplos ainda existentes da primitiva arte decorativa hiberno-saxônica e uma bela versão do texto da Vulgata. Foram escritos e decorados no mosteiro de Lindisfarne (c. 696-98) e dedicados a São Cuteberto. Durante o século X foi adicionada uma glosa interlinear em anglo-saxão e um cólofon em apêndice, atribuindo a feitura dos Evangelhos a Edfrith, mais tarde bispo de Lindisfarne. Ver Renascença nortumbriana

□ J. Backhouse, The Lindisfarne Gospels (1981)

Ezzelino III da Romano (1194-1259) Nobre gibelino. Tirano cruel e implacável, Ezzelino esteve ativo durante 40 anos nas guerras do norte da Itália. Com a ajuda do imperador Frederico II, pôde em apenas alguns anos estabelecer controle sobre Verona, Vicenza e Pádua. Foi excomungado pelo papa Alexandre IV e morreu quatro anos depois em conseqüência de um ferimento recebido na batalha de Cassano, quando recusou-se a aceitar ajuda médica e a reconciliar-se com a Igreja.

F

Fatímida, dinastia (909-1171) Califado xiita que governou o norte da África e o Egito, e cujo nome derivou de Fátima, filha de Maomé. Sua pretensão à soberania universal, em virtude de um decreto divino, foi contestada pelos abássidas. O objetivo primordial dos fatímidas era uma política oriental que lhes permitisse acabar com o controle dos abássidas. Para esse fim, uma esquadra no Mediterrâneo e o controle fatímida do Egito (973) tornaram-se necessários, colocando-os dentro das esferas política e militar, primeiro de Bizâncio, e depois dos cruzados. As periódicas expedições contra os cristãos eram custosos desvios de suas constantes tentativas para controlar Damasco, mobilizando muita energia na diplomacia e na guerra. O Califado atingiu o auge de seu poder no século XI, mas as condições instáveis do século XII, conjugadas com a anarquia interna, as crises econômicas e fomes devastadoras precipitaram o declínio dos fatímidas. Saladino aboliu a dinastia em 1171.

□ P. Hitti, History of the Arabs (1951) [B. Lewis, Os árabes na História, Lisboa, Estampa, 1982]

feiras Oriundas, em sua maior parte, das reuniões de negociantes em dias festivos da Igreja ou feriados (do latim feriae = dia de repouso em honra dos deuses), as feiras floresceram e converteram-se, no período central da Idade Média européia, em grandes eventos regionais, nacionais e até internacionais onde mercadores, cambistas e operadores bancários se reuniam. Privilégios especiais e poderes de jurisdição eram normalmente concedidos a essas feiras, muitas das quais ficaram famosas por se especializarem em determinados produtos: vinhos, couros, têxteis, metalurgia, produtos agrícolas ou cavalos. Era comum as feiras durarem muitos dias, às vezes semanas, e conservarem vestígios de suas origens religiosas ao adotarem nomes de santos, como a Feira de São Bartolomeu em Londres ou a de São Gil em Oxford e Winchester. A importância das feiras era grande para a vida cultural e intelectual da Europa, tanto quanto para a comercial, na medida em que serviam como locais regulares de encontro em determinados dias fixos, quando homens de várias comunidades, mesmo as mais distantes, podiam trocar notícias e idéias, além de mercadorias e serviços. Ver Champagne, feiras da; comércio

□ C. Verlinden, “Markets and Fairs”, Cambridge Economic History of Europe, vol. 3 (1963)

Feltre, Vittorino da (1378-1446) Pedagogo e humanista, esse intelectual mantuano estabeleceu uma escola, a Casa Giocosa, que se empenhou em educar os jovens em latim e grego, sem desprezar a educação física e a instrução moral. Alguns rapazes pobres, e

até algumas meninas, eram incluídos em seus grupos, embora o suporte fundamental de seu empreendimento viesse de aristocratas e ricos. Suas realizações significam, entre outras coisas, uma reação contra a concentração no vernáculo, e uma reversão consciente por parte dos intelectuais à universalidade latina do período central da Idade Média, que muitos no século XV consideraram ter-se perdido.

□ W.H. Woodward, Vittorino da Feltre and other Humanist Educators (1963)

Fernando II rei de Aragão 1479-1516 (n. 1452) Filho de João II de Aragão, esposou Isabel de Castela em 1469, o que resultou na instauração de uma forma de diarquia para os dois reinos quando Fernando sucedeu ao pai em 1479. Os dois monarcas concluíram a Reconquista com a tomada de Granada em 1492. Após a morte de Isabel em 1504, Fernando concedeu apenas limitado apoio às tentativas do cardeal Cisneros de ampliação da obra de Reconquista, estendendo-a à África (1505-1510). Conquistou Nápoles em 1503 e Navarra em 1512, resultando da primeira dessas vitórias uma participação mais profunda na arena política européia. Tentou consolidar sua dinastia mediante uma série de casamentos cuidadosamente planejados, mas que se frustraram em conseqüência de mortes inesperadas. Sua escolha arguta de embaixadores e uma diplomacia astuta e habilmente conduzida granjearam-lhe respeito, além da admiração de seus contemporâneos, incluindo Maquiavel.

[O reinado de Fernando e Isabel, os Reis Católicos, foi assinalado por eventos de extraordinária repercussão nos destinos das nações ibéricas e para o curso da história do mundo: a chegada de Colombo às Índias Ocidentais, a assinatura do Tratado de Tordesilhas, que fixou as áreas de domínio espanhol e português nas Américas, o estabelecimento da Inquisição e a expulsão dos judeus da península. NT]

□ J.H. Elliot, Imperial Spain 1479-1716 (1963)

Fernando III, São rei de Castela e Leão 1217/ 30-52 (n. c. 1201) Filho de Afonso IX de Leão e de Berenguela, herdeira do trono de Castela por parte de seu pai Afonso VIII. Quando o matrimônio de seus pais foi anulado, ele viveu em Leão, mas com a morte súbita de Henrique I de Castela (1217), Berenguela renunciou a seus direitos ao trono, levou o filho para Castela e proclamou-o rei, derrotando simultaneamente rebeliões de nobres castelhanos e uma invasão leonesa que quase chegou a Burgos. Seguiram-se outras rebeliões mas nenhuma chegou tão perto de destronar o jovem rei. Fernando casou com Beatriz de Suábia, neta de Frederico Barba-Ruiva, em 1219. Cinco anos depois, desencadeou suas campanhas contra os almôadas, que tinham sido decisivamente enfraquecidos em Navas de Tolosa e, como os principais baluartes almôadas tivessem

caído em mãos de rivais muçulmanos, Fernando lutou contra os estados sucessores.

Ele se tornou também rei de Leão: Afonso IX morreu em 1230, deixando o reino para suas duas filhas, mas com a ajuda de Berenguela, Fernando persuadiu-as a cederem-lhe a Coroa. Dessa época em diante, Leão e Castela ficaram definitivamente unidos, com Castela como parceiro principal. Além disso, a economia expandiu-se e Fernando desenvolveu as universidades. O que havia sido uma guerra de investidas e cercos frustrados (por exemplo, Jaen em 1225 e em 1230) tornou-se uma conquista permanente: Córdova caiu em 1235, Jaen em 1245 e Sevilha em 1248, após um cerco que durou dois anos; o reino de Múrcia rendeu-se pacificamente em 1243. Fernando havia realizado não somente o primeiro avanço importante na Reconquista em 150 anos; quando subiu ao trono, encontrara a Espanha muçulmana ocupando quase metade da península e, quando faleceu, planejando a invasão do norte da África, o domínio muçulmano estava confinado ao reino de Granada. Esse fato e sua devoção pessoal justificaram sua canonização em 1671.

□ [J. González González, Campanas de Fernando III en Andalucia, Hispania, 25, 1946, pp.515-631J

feudalismo "Feudal" e "feudalismo" são termos que têm sido empregados, com freqüência, de forma inadequada; na fala popular e coloquial, são usados erroneamente como insultos ainda mais pejorativos do que "medieval". Até mesmo os historiadores raras vezes concordam numa data para determinar o início e o fim do feudalismo, ou sobre o que ele foi precisamente. Na melhor das hipóteses, uma explicação para o uso impreciso dessas palavras é que se trata, na verdade, de termos modernos para descrever uma sociedade que estava morrendo ou já pertencia ao passado; a palavra "feudal" apareceu pela primeira vez em 1614 e tem sua raiz no baixo latim feudum: posse, propriedade ou domínio, ao passo que a palavra "feudalismo" só viria a ser inventada no século XIX.

Admitido o desenvolvimento contínuo e, portanto, um começo e um fim graduais, as origens da sociedade feudal situam-se melhor na França setentrional dos séculos IX e X, com o declínio da monarquia Carolíngia (na Inglaterra, de maneira mais dramática, em 1066, com a conquista normanda), e seu desaparecimento no século XVI.

Marc Bloch assim o definiu: "Um campesinato mantido em sujeição; uso generalizado do serviço foreiro (isto é, o feudo) em vez de salário...; a supremacia de uma classe de guerreiros especializados; vínculos de obediência e proteção que ligam homem a homem e, dentro da classe guerreira, assumem a forma específica denominada vassalagem; fragmentação da autoridade — levando inevitavelmente à desordem; e, em meio a tudo isso, a sobrevivência de outras formas de associação, família e estado..."

Entretanto, é enganoso colocar em primeiro lugar "um campesinato mantido em sujeição", o que não constitui uma característica primordial nem única. Muito preferível, sem dúvida, é começar com "a supremacia de uma classe de guerreiros especializados" e chamar-lhes cavaleiros, pois estes formavam a classe dominante. Com efeito, na concepção clássica, as origens do feudalismo situam-se numa revolução militar pela qual os francos, que tinham até então combatido a pé, adotaram cada vez mais a cavalaria pesada a partir de meados do século VIII. Sendo a guerra montada muito dispendiosa, especializada e exclusiva, a elite militar converteu-se numa elite social e ancestral de uma nova nobreza feudal. Somente no século X ou ainda mais tarde, os cavaleiros obtiveram hegemonia militar e, portanto social, e a tendência moderna é de enfatizar a sobrevivência de uma aristocracia Carolíngia nos primórdios da era feudal; mas não há dúvidas quanto à importância desses desenvolvimentos militares, que também deram origem à cavalaria (não há cavaleiro sem cavalo) e às divisas heráldicas que distinguiam o cavaleiro dentro de sua armadura.

Os mesmos desenvolvimentos militares também justificam o feudo, que é a essência dominial do feudalismo e vincula o senhorio e as relações feudais à terra. O feudo era terra de um senhor, confiada a seu vassalo em troca de serviços meritórios, os quais incluíam serviços militares, ajuda e conselhos. Embora no período inicial, sobretudo, abundassem os cavaleiros sem terra — homens jovens e os filhos mais jovens de famílias nobres servindo diretamente na corte do senhor e fazendo parte do seu séquito — o feudo, outorgado por investidura, era a mais desejada forma de manutenção e desde muito cedo se tornou hereditário. Logicamente, porém, numa análise das características fundamentais do feudalismo, poderíamos colocar a vassalagem antes do feudo, porquanto se trata de uma sociedade baseada numa suserania, numa hierarquia de vassalos e senhores que culminava no rei ou príncipe. O relacionamento era criado por uma desenvolvida e elevada forma de encomendação germânica antiga, pela qual um homem livre se submetia a um outro por um ato de homenagem (as mãos juntas colocadas entre as do senhor), confirmado por um juramento sagrado de fidelidade e vassalagem e usualmente acompanhado pela outorga de um feudo. A cerimônia e o vínculo eram solenes, pois eram os laços de sociedade em seus níveis superiores e politicamente conscientes.

A própria monarquia tornou-se feudalizada e foi desse modo fortalecida, obtendo o rei mais poder de seus direitos feudais de suserano, o senhor dos senhores, do que dos privilégios consagrados pelo tempo. É lamentável, pois, que Bloch por sua referência à "fragmentação de autoridade — conduzindo inevitavelmente à desordem", subscreva a aparentemente inextirpável heresia de que o feudalismo é uma força política mais negativa

do que positiva. A monarquia feudal foi, de fato, chamada o Novo Leviatã (R.H.C. Davis) e o feudalismo foi um dos alicerces do moderno Estado ocidental. Impossibilitou o Absolutismo, pois o senhor tinha obrigações (administrar a justiça não era, por certo, a menor delas), assim como direitos, e a obrigação do vassalo de dar conselhos misturava-se ao direito de ser consultado e, em última instância, de dar consentimento. Assim, os grandes conselhos de reis e de seus principais feudatários são os ancestrais diretos dos modernos parlamentos.

A definição de Bloch deveria ser também adicionado o castelo (cujo mais antigo exemplar sobrevivente data de meados do século X); essa foi uma manifestação arquitetural ímpar da sociedade feudal. Como residência fortificada de um senhor, era o símbolo e a essência do senhorio feudal, que se impunha à terra por meio dos homens montados que tinham sua base dentro de suas sólidas muralhas. Às "outras formas de associação" sobreviventes no período feudal deve certamente ser adicionada a Igreja, também feudalizada; os prelados tornaram-se vassalos e os monges eram considerados "cavaleiros de Cristo", possuindo feudos em troca do serviço de rezar. Quando rezamos com as mãos juntas estamos rendendo homenagem a Deus — um exemplo da poderosa influência de conceitos feudais, os quais incluem os princípios das relações pessoais, as obrigações recíprocas e a disciplina, a lealdade institucionalizada, e o serviço honroso amenizando a realidade da hierarquia. Ver castelos; cavaleiros RAB

□ P. Guilhiermoz, Essai sur l'orígine de la noblesse en France (1902); EM. Stenton, The First Century of English Feudalism 1066-1166 (1961) [M. Bloch, A sociedade feudal, Lisboa, Edições 70, 1979; EL. Ganshof, Que é o feudalismo?, Lisboa, Publ. Europa-América, 4ª ed., 1976; A. Guerreau, O feudalismo, um horizonte teórico, Lisboa, Edições 70, s/d; H. Franco Junior, O feudalismo, S. Paulo, Brasiliense, 8ª ed., 1989]

Fibonacci, Leonardo (c. 1180-c. 1240) Conhecido também como Leonardo de Pisa, devido à cidade onde nasceu, é principalmente lembrado por sua notável exposição das prioridades de certos números em seqüência, os números de Fibonacci, os quais têm aplicação não só no campo da matemática pura mas também nas ciências biológicas e em arte. Quando expressos como frações, os números (1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34 etc.) têm uma relação direta com o crescimento em espiral das folhas e os caules das plantas (1/2: 2/3: 3/5: 5/8: 8/13 etc.) e com a chamada "Seção de Ouro" em arte (3/5: 5/8:8/13 etc, convergindo em termos decimais para 0,618). Sua carreira esteve muito ligada aos desenvolvimentos culturais da corte do imperador Frederico II, e escreveu tratados sobre o ábaco e sobre a prática da geometria e da trigonometria, os quais foram influentes na introdução do uso dos algarismos árabes na Europa medieval.

□ D.J. Struik, A Concise History of Mathematics (1948)

Filipe II Augusto rei da França 1180-1223 (n. 1165) Filho de Luís VII e Adèle de Champagne, mereceu o cognome de Augusto porque ampliou verdadeiramente o reino Capeto, primeiro consolidando seu domínio nas fronteiras orientais com a Alemanha, e depois, ajudado por dissensões entre Henrique II e seus filhos, expandiu-se a oeste às custas do Império Angevino. Em 1204, arrebatou ao rei João Sem Terra o controle total da Normandia. Novas anexações de territórios angevinos e o apoio à Cruzada contra os albigenses deixaram a casa dos Capeto bem situada para, no final de seu reinado, tornar-se a verdadeira governante de virtualmente toda a França. Com efeito, seu filho e herdeiro, o futuro Luís VIII (1223-26), apresentou-se como sério candidato ao trono inglês com a morte do rei João em 1216. Seus êxitos foram obtidos em parte por diplomacia e em parte pela guerra.

A derrota do imperador Oto IV (aliado de João Sem Terra e adversário de Frederico II Hohenstaufen) na batalha de Bouvines (1214) provou ser decisiva. A França tornou-se a mais poderosa monarquia do Ocidente, e Filipe e seus ministros estabeleceram um sistema eficiente de administração real baseado na crescente e prestigiosa área geográfica central de Paris, de crucial importância econômica e estratégica, e na Ile-de-France, usando os recursos da nova universidade de Paris e explorando a autoridade real sobre os grandes nobres feudais por meio de funcionários reais: bailios no norte e senescais no sul. Foi durante o reinado de Filipe Augusto que se tornou evidente toda a força da autoridade monárquica no mundo feudal e puderam ser colhidos os frutos da centralização.

□ E.M. Hallam, Capetian France 937-1328(1981); J.W. Baldwin, The Government of Philip Augustus (1986)

Filipe IV, o Belo rei da França 1285-1314 (n. 1268) Um dos mais poderosos e enérgicos monarcas franceses, Filipe IV deixou uma reputação muito contraditória. Sua excessiva confiança em servidores capazes, treinados em direito romano, gerou resistência provincial, a qual continuou sendo uma causa de fraqueza durante toda a Guerra dos Cem Anos. Sua oposição às pretensões papais durante o pontificado de Bonifácio VIII foi, em última instância, coroada de êxito mas envolveu o brutal tratamento dado ao papa e sua conseqüente morte após a Humilhação de Anagni (1303). O malévolo tratamento dos Templários (depois de 1308) por Filipe e a abolição dessa Ordem, resultaram num ganho financeiro para a Coroa mas indignaram a opinião pública responsável. Demorados conflitos com a Inglaterra sobre a Gasconha e com as cidades da Flandres acarretaram pesados

gastos e uma desastrosa derrota às mãos dos cidadãos flamengos em Courtrai (1302). Filipe não conseguiu superar os reconhecidamente sérios problemas econômicos da época, refreando as atividades de mercadores e banqueiros, expulsando os judeus (em 1306) e desvalorizando a moeda.

Não obstante, incentivou uma poderosa administração central em Paris, convocou os Estados Gerais, o que encorajou o sentimento de unidade nacional na França e exerceu firme controle sobre a Igreja francesa. Após a eleição do arcebispo Bertrand de Bordéus como Clemente V e sua posterior retirada para o vale do Ródano e Avignon, a influência monárquica francesa sobre o Papado tornou-se poderosa. Os interesses italianos foram deixados, sobretudo, nas mãos de seu irmão, Carlos de Valois, que sucedeu nos feudos de Anjou e Maine (1302) em troca do apoio que tinha dado ao príncipe francês Carlos II, rei de Nápoles.

A tendência geral para centralizar a autoridade e a administração na França de Filipe IV representou um ponto culminante no processo iniciado por seu avô, Luís IX, mas à monarquia filipina faltou o prestígio moral e espiritual da era anterior.

□ R. Fawtier, The Capetian Kings of France (1960); J.R. Strayer, The Reign of Philip the Fair (1980)

filosofia Afirma-se com freqüência que a Idade Média testemunhou um escasso desenvolvimento em filosofia (a busca da verdade especulativa), maciçamente submetida como estava aos preceitos e ditames da fé cristã, judaica ou islâmica. A reflexão filosófica autônoma estava severamente restringida, mas a imposição de um quadro de referência teológico ofereceu um novo desafio, apresentando novos temas e problemas para consideração, um pouco como no caso das ciências em tempos mais recentes. A filosofia medieval também justifica sua consideração pelo papel que desempenhou na transmissão do pensamento antigo, na preservação de um certo grau de continuidade e por sua influência sobre pensadores mais recentes, como Descartes e Leibniz.

Durante a Idade Média, a "filosofia" abrangeu um campo mais amplo do que em tempos modernos. A filosofia natural englobava muitas ciências particulares, como a astronomia, e os métodos filosóficos eram também aplicados ao direito e à política. Apesar de seu estreito relacionamento e interação, a filosofia (um sistema de conhecimento regulado pela razão) e a teologia (um corpo de verdades reveladas apoiado na fé) eram claramente distintas. A justaposição de fé e razão formou a filosofia crista, predominantemente preocupada com a reconciliação de Deus e do mundo natural; mas, dentro desse quadro de referência, existiam grandes variações.

As fontes do pensamento ocidental medieval eram: a Bíblia; as obras que

constituíam o conjunto da patrística; as filosofias grega e, em menor grau, romana (especialmente o platonismo e o aristotelismo); o neoplatonismo; os sistemas árabe e hebraico dos séculos X—XII (especialmente os de Alfarabi, Avicena, Averróis, Avicebrol e Maimônides); e noções ligeiras de ciência grega e arábica (a matemática de Euclides e a astronomia de Alacens). Tudo isso foi transmitido ao mundo ocidental em épocas diferentes e em diferentes proporções, misturando-se para formar muitos conceitos diferentes. Antes de obras árabes e hebraicas chegarem ao Ocidente, durante o século XII, ele não possuía um conhecimento direto da parte principal e mais significativa das obras de Aristóteles ou do neoplatonismo, e o platonismo só veio a ser totalmente redescoberto no final da Idade Média. Anteriormente, recorria-se aos escritos neoplatônicos/platônicos dos padres da Igreja, sobretudo Santo Agostinho. Só no século XIII surgiu uma série de sistemas baseados num corpo coerente de metafísica, resultando enfim a crescente independência da filosofia na dissolução de sua parceria com a teologia e no colapso da estrutura da filosofia medieval.

Fílon (século I) tinha sido o primeiro a tentar uma síntese da fé revelada e da razão filosófica, seguida pelos neoplatônicos. Santo Agostinho iniciou a assimilação do neoplatonismo na doutrina cristã para fornecer sua interpretação racional. Boécio traduziu para o latim algumas das obras de Aristóteles e Porfírio (neoplatônico), e sua De Consolatione Philosophiae foi influente durante toda a Idade Média; João Erígena foi, entretanto, o primeiro a desenvolver um sistema completo, de caráter acentuadamente neoplatônico e baseado em sua tradução dos padres da Igreja grega (Orígenes, Pseudo-Dioniso).

As escolas das catedrais no século XI promoveram a discussão filosófica em torno do debate sobre os universais (relação de gêneros e espécies com indivíduos) e a controvérsia sobre dialética, defendida por Abelardo e os peripatéticos, contrariada por Pedro Damião e os místicos, e reconciliada por Anselmo e a Escola de Bec. O século XII viu um movimento no sentido de uma escolástica desenvolvida, um amplo sistema de conhecimento no âmbito de um quadro dogmático de referência consubstanciado nos vários ensinamentos dos novos escolásticos universitários. A explosão de conhecimento causada pelas obras árabes e hebraicas foi utilizada por teólogos escolásticos como Roberto Grosseteste e Roger Bacon no século XIII, numa tentativa de criação de um saber universal que abrangesse todas as ciências e fosse organizado pela teologia. A crescente independência filosófica e o triunfo final do aristotelismo, através das tentativas de Alberto Magno e Tomás de Aquino para assimilar o novo conhecimento, geraram conflitos, principalmente na Universidade de Paris. Guilherme de Auvergne (1180-1249) e Egídio de Roma (1247-1316) denunciaram a ameaça do pensamento pagão e islâmico, e da razão

independente, enquanto que os averroístas sustentaram o dever do filósofo de seguir a razão humana até as suas conclusões naturais. Tinha começado a cisão entre filosofia e teologia.

No final da Idade Média, os métodos filosóficos mais antigos foram formalizados em escolas definidas de pensamento, como o tomismo, o averroísmo e o scotismo, promulgado por Duns Scotus, que negou a auto-suficiência da filosofia. No século XIV, tomismo e scotismo eram a via antiqua, em contraste com a via moderna fundada por Guilherme de Ockham, que tentou desvincular a fé e a razão, e reforçá-las separadamente. Essa tendência de afastamento do aristotelismo foi ampliada por Jean de Mirecourt e Nicole d'Autrecourt, e acentuada pelo misticismo especulativo de Eckhart. Pensadores cristãos como Nicolau de Cusa retornaram ao neoplatonismo, abrindo caminho para o platonismo renascentista. Ver Alain de Lille; Alberto de Colônia; Buridan, Jean; Durando de Saint-Pourcain; Guilherme de Champeaux; Siger de Brabante GE

□ G. Leff, Medieval Thought (1958); F. Copleston, A History of Philosophy (1963); J. Marenbon, Early Medieval Philosophy 480-1150: An Introduction (1983) [E. Gilson, La filosofia en la Edad Media, Madrid, Gredos, 1965; P. Boehner e E. Gilson, História da filosofia cristã, Petrópolis, Vozes, 1970]

Finlândia Os finlandeses eram um povo asiático cuja língua, parente distante do húngaro, pertence ao grupo comumente designado como fino-úgrico, o qual não faz parte da família indo-européia de línguas. Solidamente instalados em sua pátria moderna a partir do século VIII, só foram convertidos ao Cristianismo no século XII, sob pressão predominantemente sueca. Seu santo padroeiro é um inglês, Henrique, que veio a ser bispo de Uppsala em torno de 1152 e foi martirizado durante uma expedição missionária à Finlândia, por volta de 1160. Na política, seu destino estava intimamente ligado aos altos e baixos do poderio sueco e, em fins da Idade Média, a Finlândia era apenas um ducado dependente da Suécia, quando, justamente nesse mesmo período, Novgorod caía sob domínio moscovita. Entretanto, os finlandeses conservaram elementos de autogoverno e uma forte identidade social e lingüística.

□ E. Jutikkala e K. Pirinen, A History of Finland (1962); E. Kivikoski, Finlândia (1967)

Flandres A partir do século IX, um condado cada vez mais autônomo resultou da desintegração da Europa Carolíngia. Vários governantes de comprovada competência (Balduíno IV, 988-1035; Balduíno V, 1035-67; Roberto, o Frísio, 1071-93) uniram esses principados heterogêneos mas dinasticamente aparentados, os quais atingiram o auge de

seu prestígio com Thierry de Alsácia (1128-68) e seu filho Filipe (1168-91). A unidade e prosperidade de Flandres foram obtidas quando as antigas estruturas feudais foram substituídas por uma organização administrativa e fiscal que empregava funcionários assalariados, e complementadas por um sistema judicial centralizado. A riqueza da região foi fomentada pela cessão de certos direitos de suserania, o que permitiu às cidades conhecerem grande expansão econômica.

Investidas e maquinações francesas para incorporar o principado foram superadas durante o século XII. Entretanto, o crescimento de divisões internas entre facções aristocráticas e grupos sociais dentro das cidades permitiu aos franceses obterem considerável controle em 1300, antes de serem severamente derrotados em Courtrai, em 1302. O tratado de Athis-sur-Orge (1305) reconheceu a independência flamenga, mas impôs substanciais encargos financeiros ao condado e a perda de Lille, Douai e Orchies.

No século XIV, as cidades, sobretudo Gand, tentaram estabelecer a autonomia comunal do condado, um conflito agravado pelas exigências da Guerra dos Cem Anos. O conde ficou do lado do seu suserano francês; as cidades, dependentes de lã e dos panos ingleses, eram favoráveis à Inglaterra. Luís de Mâle (1346-84) reconciliou essas correntes discordantes numa política mais flexível. Com sua morte, Flandres passou para o domínio dos duques de Borgonha, que eram usualmente aliados dos reis ingleses nas lutas dinásticas da França. Carlos, o Temerário, tentou desenvolver um Estado neerlândico-borgonhês, mas com sua morte em 1477, os territórios passaram para sua filha Maria de Borgonha. Seu casamento subseqüente com Maximiliano da Áustria resultou na união de Flandres aos domínios da casa imperial de Habsburgo. Riqueza, complexos desenvolvimentos urbanos e divisões políticas, refletidos em parte por divisões lingüísticas entre o francês e o flamengo, fornecem os principais temas da história flamenga na Idade Média. Ver Países Baixos

□ H. Pirenne, Histoire de Belgique, vol. I (1929)

Florença De importância relativamente secundária no início da Idade Média, apesar de seu papel como sede de um ducado lombardo e, mais tarde, como residência ocasional do margrave da Toscana, Florença ascendeu a um lugar de destaque na Toscana e a uma posição proeminente na economia européia depois do século XII. Sua grande riqueza, derivada principalmente da indústria (em especial a têxtil), combinada com o comércio e a atividade bancária, encorajou a imigração, o que resultou no rápido crescimento de sua população mas também contribuiu para as divisões internas.

Desde os começos do século XIII, a nobreza e os grandes mercadores, secundados por grupos sociais inferiores, estavam divididos em dois partidos: os gibelinos, que

apoiavam a causa imperial na luta entre o Império e o Papado desde 1230, aproximadamente, e os guelfos, que eram favoráveis à causa papal, embora os interesses e lealdades de ambos os partidos fossem predominantemente locais. O conflito civil exigiu novos dispositivos para manter a ordem e, no final do século XII, o governo consular que administrara a comuna independente de Florença desde pouco depois da morte de Matilde da Toscana (1115), foi substituído pelo cargo de podestà para o exercício da magistratura suprema. A fim de assegurar uma administração imparcial, o podestà foi recrutado, a partir do começo do século XIII, fora da cidade.

No transcurso do século XIII, o poder político passou a repousar cada vez mais nos mercadores organizados nas maiores guildas, graças ao sucesso internacional do comércio e dos bancos florentinos, o que foi confirmado pela emissão, desde 1252, do florim de ouro. Dois anos antes, a população não-nobre tinha estabelecido sua própria organização — uma espécie de Estado dentro do Estado — duplicando as instituições comunais em suas próprias magistraturas e conselhos. Isso durou até a vitória gibelina sobre a Florença guelfa em 1260, e foi restabelecido numa base corporativista, agora de forma permanente, em 1282. Em 1293, a vitória do novo regime do popolo culminou na exclusão das famílias nobres do governo, definidas como magnatas, e sua sujeição a severas punições por delitos contra os popolani. Os seis, depois oito, priores e o gonfaloneiro de justiça foram mantidos até o século XVI no governo da cidade, ficando o podestà reduzido às suas funções judiciais. A construção, iniciada no final do século, da nova catedral e do Palazzo Vecchio, indica a prosperidade de Florença e o orgulho dos cidadãos por suas realizações; também reflete o espetacular crescimento populacional, que por volta de 1338 tinha provavelmente superado a marca dos 100.000 habitantes.

O regime popular adotou o guelfismo como sua bandeira mas a divisão do partido guelfo, na virada do século, prenunciou o surgimento de facções de que Florença continuou sofrendo durante todo o século XIV, e que foi intensificado depois da Peste Negra. Outras fontes de conflito interno foram o antagonismo, aguçado pelas Ordenações de Justiça de 1293, entre a nobreza magnata e setores do popolo, e, cada vez mais, os contrastes sociais entre os artesãos das guildas menores e os patrícios das guildas maiores. Após o efêmero governo despótico (1342-43) de Gautier de Brienne, duque de Atenas, os "novos homens" organizados nas guildas de ofícios conseguiram aumentar substancialmente sua participação no governo; mas à recuperação patrícia seguiu-se uma tentativa da liderança oligárquica do partido guelfo, com vistas ao estabelecimento do controle virtual do Estado. Na esteira da reação contra essa política, o descontentamento entre os trabalhadores submetidos às guildas da lã e da seda explodiu em 1378 na revolta dos Ciompi. A Peste

Negra de 1348 tinha reduzido dramaticamente, talvez em mais da metade, a população de Florença, mas os efeitos econômicos só estavam indiretamente relacionados com essa convulsão social. O regime democrático de guildas instalado após sua supressão foi a última e a mais radical manifestação de organização corporativa no governo da cidade.

O regime que o substituiu em 1382 já não era dominado pelas guildas ou o partido guelfo. Instituições e valores corporativos continuaram sendo elementos importantes na política florentina mas deixaram de ter a influência de que desfrutavam anteriormente. O novo regime era aristocrático, na medida em que o patriciado ocupava uma posição predominante dentro de uma classe governante definida pela elegibilidade para altos cargos; mas as guildas de ofícios não estavam inteiramente excluídas do regime. A autoridade do governo foi reafirmada, embora as decisões mais importantes continuassem sujeitas ao consentimento dos conselhos legislativos. Uma das notáveis realizações do regime foi a expansão dos domínios florentinos pela aquisição de Arezzo, Pisa e Cortona com seus territórios, e a gradual transformação dos mesmos num Estado territorial. A oposição toscana ao expansionismo florentino ajudou o duque de Milão, Giangaleazzo Visconti, em sua investida rumo a essa região. Em suas guerras contra ele, desde 1390, os florentinos autoproclamaram-se defensores da liberdade contra a tirania; a morte de Giangaleazzo em 1402 e a conquista de Pisa em 1406 garantiram não só a independência da cidade mas também sua hegemonia na Toscana.

O regime aristocrático gozou de um notável grau de coesão até a década de 1420, quando, diante de uma crise fiscal e de renovada guerra com Milão, a cidade dividiu-se uma vez mais em duas facções. Tanto a implantação em 1427 de um imposto progressivo baseado na propriedade, o catasto, quanto a paz com Mião em 1428 não atenuaram essa divisão, que culminaria em 1433 com a vitória dos Albizzi sobre os Medici, e no exílio de Cosimo de Medici. O regresso deste em 1434 assinalou a derrota dos Albizzi, seguido por seu exílio e o de muitos de seus adeptos. Através de reformas, especialmente no método de eleger a Signoria, Cosimo estabeleceu gradualmente sua ascendência pessoal e a do seu partido, até obter o controle da administração e da legislação. Mas essas reformas defrontaram-se com repetida resistência e sofreram seu mais sério revés em 1456-66. Embora efêmero, o êxito dessa oposição aos controles medicianos demonstrou a robustez das tradições republicanas.

Em 1478, a hostilidade dos Pazzi, apoiados por Roma, ocasionou um atentado contra a vida de Lourenço de Medici, do qual ele saiu ileso mas em que seu irmão Giuliano morreu apunhalado. A conspiração dos Pazzi resultou em guerra contra o papa e o rei de Nápoles; na conclusão da paz, a posição de Lourenço como chefe virtual da república estava decisivamente estabilizada e fortalecida, mas o papel da elite política do regime

também foi promovido pela criação de um Conselho Supremo dos Setenta, a quem incumbia controlar a legislação, assim como a política externa e interna; estabelecido para mandatos de cinco anos, o Conselho foi periodicamente renovado até a queda do regime. Após a morte de Lourenço em 1492, Pedro não conseguiu preservar o delicado equilíbrio entre interesses divergentes que seu pai tinha realizado em Florença e do qual fizera a pedra angular de sua política externa. Impotente para impedir a invasão da Toscana por Carlos VIII, Pedro fugiu da cidade em meio a um levante popular (1494). Todas as instituições medicianas foram abolidas mas os patrícios, que tinham desempenhado um papel decisivo na queda do regime Medici, e que haviam pertencido ao seu mais prestigioso grupo, não conseguiram restaurar o regime aristocrático do início do século XV. A criação, devida em grande parte à pregação de Savonarola, de um Grande Conselho de mais de 3.000 cidadãos que — imitando o maggior consiglio veneziano — eram exclusivamente responsáveis pela legislação e as eleições para cargos oficiais, significou uma radical reforma constitucional que, embora ampliando substancialmente a participação ativa dos cidadãos na política, tornou possível para uma elite política manter um papel predominante no governo de Florença. Mesmo assim, o descontentamento patrício com as crescentes tendências democráticas no Grande Conselho levou em 1502 à transformação do gonfaloneirato de justiça num cargo vitalício. Não obstante, não foi a oposição interna mas a pressão militar resultante da batalha de Ravena que constituiu a principal causa da queda do regime republicano e do restabelecimento dos Medici em 1512. NR

□ F. Schevill, History of Florence (1936); G.A. Brucker, Florentine Politics and Society, 1343-1378 (1962); Renaissance Florence (1969; nova edição com bibliografia suplementar, 1982); N. Rubinstein, The Government of Florence under the Medici, 1434 to 1494(1966) [R. Davidsohn, Storia di Firenze, 8 vols., Florença, Sansoni, 1956-1965; P. Antonetti, L'Histoire de Florence, Paris, Laffont, 1973]

Florença, Concílio de (1438) Com seu claro reconhecimento da autoridade papal e suas tentativas, quer bem-sucedidas quer frustradas, de realização da unidade cristã, o Concílio de Florença revela elementos de fraqueza e de força no movimento conciliar do século XV. Em 1437, o papa Eugênio IV transferiu o pernicioso Concílio de Basiléia para Ferrara e em 1438 para Florença. Um grupo remanescente permaneceu em Basiléia, num desafio ao papa. Uma poderosa delegação grega visitou o Concílio, chefiada pelo imperador bizantino João VIII, procurando ajuda militar para Constantinopla e oferecendo em troca a união religiosa; fórmulas de acordo, mediante concessões mútuas, foram combinadas em relação a divergências teológicas a respeito da cláusula Filioquee o tipo de pão usado para

a Eucaristia. Em compensação, iniciava-se uma Cruzada com patrocínio papal, mas que foi desbaratada em Varna em 1444. A queda de Constantinopla, em uma década, liquidou com todas as esperanças de união.

Outras uniões religiosas estabelecidas em Florença foram mais permanentes: os latinos foram unidos à Igreja copta do Egito (1440), aos armênios (1439), caldeus e maronitas (1445). O Concílio também desferiu um significativo golpe nos elementos antipapais do movimento. Sérias deliberações com os gregos tiveram lugar em Florença, não em Basiléia; considerou-se que a autoridade suprema residia no papa e não no Concílio per se. Após a morte de Eugênio IV (1447), Nicolau V conseguiu a reconciliação com os cardeais recalcitrantes que permaneceram em Basiléia.

□ J. Gill, The Council of Florence (1959)

floresta, lei da Direitos de caça e o estabelecimento de reservas de terra, bosques ou pastagens, para uso da nobreza eram comuns em toda a Europa feudal, mas foi na Inglaterra normanda que o desenvolvimento de uma lei da floresta, paralela à legislação normal sobre o uso da terra, tornou-se muito pronunciado. A criação por Guilherme I da Nova Floresta e as penalidades selvagens (inclusive a mutilação) impostas para salvaguardar a caça são notórias, mas as leis florestais, com sua elaborada parafernália de tribunais, meirinhos, couteiros e fiscais, eram fruto do legalista século XII, mormente de Henrique II e seus juristas. As Cortes de Woodstock (1184) estabeleceram o comparecimento compulsório a tribunais florestais e em 1215 as florestas tinham se tornado um símbolo tão ostensivo da tirania real que a Magna Carta recebeu cláusulas especiais proibindo os piores abusos. Estatutos Florestais separados foram introduzidos durante a menoridade de Henrique III, estritamente associados às reedições da Magna Carta e, no final da Idade Média, a lei florestal tinha começado a cair em desuso. As mais conhecidas entre as florestas inglesas eram a própria Nova Floresta, as florestas de Dean, de Windsor e de Sherwood, mas terras com florestas eram encontradas esporadicamente em muitos condados; num dado momento, quase a totalidade do Essex foi declarada sob legislação florestal. As lendas de Robin Hood condensam a verdade poética de que, na opinião comum, florestas e lei da floresta eram sinônimos dos piores aspectos do arbitrário governo real.

□ C. Petit-Dutaillis, Studies Supplementary to Stubbs' Constitutional History, vol. 2(1935); CR. Young, The Royal Forests of Medieval England (1979)

florim (latim florenus, italiano fíorino) Moeda florentina de ouro pesando 3,54 gramas e cunhada continuamente sem alteração de peso, pureza e padrão de 1252 a 1533. Seu valor

inicial era de L1 em moeda de conta local mas a inflação de cunhagem em prata e em liga aumentou-lhe muito o valor; em 1450 valia £ 4 16s. No final do século XIII e durante todo o século seguinte, foi o meio de câmbio internacional mais geralmente aceito em toda a Europa ocidental, e no século XIV foi muito imitado, especialmente nos reinos de Aries e de Aragão.

Fócio (c. 820-91) Patriarca de Constantinopla. É recordado por seu papel na precipitação de um cisma entre Oriente e Ocidente. No início de carreira, foi um leigo que exerceu funções elevadas na corte de Bizâncio e ensinou na Universidade de Constantinopla. Em 858 foi eleito patriarca de Constantinopla, depois que seu predecessor, Inácio, foi deposto por ter censurado o imperador Miguel. O papa Nicolau I apoiou Inácio, recusando o pedido de reconhecimento de Fócio, e a questão do Patriarcado acabou identificada com a da jurisdição papal sobre a Igreja oriental, o que permitiu a Fócio tirar vantagem pessoal do sentimento anti-ocidental. A disputa foi ainda mais agravada pela atividade de missionários latinos na Bulgária. Nicolau I excomungou Fócio, que em 867 convocou um concílio em Constantinopla, o qual anatematizou e depôs o papa, e denunciou erros latinos, incluindo a adição Filioque no Credo, o jejum de sábado e a ausência de barba em clérigos. No mesmo ano, Fócio caiu em desfavor na corte e Inácio foi reconduzido ao cargo. Com a morte de Inácio (879), Fócio foi reempossado, agora com o reconhecimento do papa João VIII, mas a forma desastrada como conduziu um concílio em Constantinopla fê-lo perder o favor papal, causando um novo cisma; a assídua campanha de intrigas movida contra Fócio pelos partidários de Inácio acabou por levar o imperador Leão VI a ordenar seu permanente exílio (886).
□ M. Jugie, Photius et la primauté de St. Pierre et du pape (1921); F. Dvornik, The Photian Schism (1948)

fogo grego Arma naval bizantina inventada por Calímaco, um engenheiro sírio, e usada pela primeira vez no cerco de Constantinopla (674-78). Era um composto altamente combustível, baseado numa mistura de petróleo, enxofre, salitre e cal viva não-queimada, que se inflamava com o impacto e ardia na água. Era usado balisticamente na forma de uma granada de mão ou em conjunto com um "sifão" de cobre ou catapulta. Ver guerra

Foliot, Gilberto (m. 1188) Bispo de Londres. De família aristocrática normanda, Foliot foi educado em Cluny e desempenhou um papel destacado na história eclesiástica inglesa, representando um forte elemento de oposição a São Tomás Becket. Foi abade de Gloucester em 1138 e bispo de Hereford a partir de 1148, mantendo-se fiel à causa angevina durante toda a sua carreira. Ficou evidentemente decepcionado quando Becket foi

nomeado para Canterbury em 1162, embora sua própria transferência para Londres no ano seguinte tenha ocorrido como uma espécie de contrapeso em relação a Becket; Foliot atuou como agente de Henrique II nas negociações com o Papado, desempenhou um papel importante na coroação do jovem rei Henrique em 1170 e estava na Normandia na época do martírio de Becket. Excomungado por sua participação nesses turbulentos acontecimentos, foi absolvido em 1172 e continuou desempenhando um papel ativo na vida eclesiástica inglesa.

□ D. Knowles, The Episcopal Colleagues of Archbishop Thomas Becket (1951)

fome É importante definir a fome na Europa medieval de modo que se distinga a fome "verdadeira" da grande escassez esporádica de víveres que era inevitável numa era em que a economia agrária, básica, dependia em grande parte dos caprichos do clima e da colheita. De um modo geral, as técnicas de produção e distribuição de alimentos eram suficientes para sustentar a população, desde que — e essa é uma importante condição — ela estivesse livre de guerras, banditismo, pirataria e a selvageria geral associada a tal violência, especialmente em épocas de invasões de bárbaros. Havendo uma relativa paz, o solar medieval e as práticas agrárias e pastoris, dentro e fora da economia senhorial, eram eficientes o bastante para impedir a fome.

No período central da Idade Média a situação prosperou e, durante o período de melhores condições climáticas que transcorreu entre meados do século XI até o final do século XIII, a maior parte da Europa ocidental esteve bem alimentada, apesar de contínuos desastres políticos, culminando com as invasões mongóis, terem gerado grande desolação e habituais condições de escassez de alimentos em vastas áreas do leste do continente. Somente depois de 1300 é que se tornaram claros os registros de sérias e prolongadas fases de fome no Ocidente, tanto nas cidades como nos campos. Duas razões gerais foram sugeridas para o fenômeno: um declínio climático e uma exaustão da economia que atingira seu ponto de saturação — quer dizer, o ponto em que as técnicas existentes de exploração agrária e de organização urbana não podiam continuar sustentando o aumento populacional que resultara do período precedente de crescimento; em outras palavras, passaram a ocorrer controles malthusianos.

Sem dúvida, as primeiras décadas do século XIV foram duras e as carestias de 1315-17 excepcionalmente severas. A Peste Negra, em meados do século, e os subseqüentes surtos de pestilência exacerbaram ainda mais a situação, e a diminuição da população rural no Ocidente foi duradoura, sem qualquer indício significativo de recuperação antes do final do século XIV. A vivida representação artística de desastres apocalípticos em fins da Idade Média — fome, pestilência, guerra e morte — serve para nos lembrar das

“verdadeiras” fomes causadas pelos deslocamentos econômicos desse período. Ver agricultura HRL

□ H.S. Lucas, The Great European Famines of 1315, 1316 and 1317 (1930); E. LeRoy Ladurie, Times of Feast, Times of Famine (1971); R. Tannahill, Food in History (1973) [G. Duby, Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval, 2 vols., Lisboa, Edições 70, 1987-1988]

Fontenoy, batalha de (841) Evento decisivo na história do Império Carolíngio, a batalha destruiu as esperanças de Lotário, neto de Carlos Magno, de estabelecer uma efetiva suserania unitária sobre seus irmãos, Luís II, o Germânico, e Carlos, o Calvo, de França. Derrotado pela coligação destes dois, Lotário foi forçado a concordar com os termos do tratado de Verdun (843), pelo qual o Império era efetivamente repartido em três unidades prontas para se converterem nos moldes históricos da França, Alemanha e o Reino do Meio, governado diretamente por Lotário, o qual incluía a Lorena, a Borgonha e a Lombardia, assim como boa parte da Itália.

Fontevrault Abadia fundada por volta de 1100 pelo eremita e pregador bretão Roberto de Arbrissel. Era um mosteiro duplo para monges e monjas. A Ordem inspirou-se na Regra Beneditina, mas a abadessa tinha completa autoridade sobre ambas as casas. Mais de uma centena de mosteiros da Ordem foram instalados na França, muitos na Espanha e três na Inglaterra. Sua clientela era principalmente constituída por filhas da aristocracia. Na própria Fontevrault existem oito túmulos reais de Plantagenetas ingleses, incluindo os de Henrique II, Leonor de Aquitânia, Ricardo I e Isabel de Angoulême, esposa de João Sem Terra. □ D. Knowles, The Monastic Order in England (1963)

Fortunato, Venâncio (c. 530-600) Poeta e apologista cristão, foi influente na propagação da mensagem cristã na Igreja primitiva através de suas Vidas de santos e de seus poemas. Foi protegido pela dinastia Merovíngia, principalmente pelo rei Sigeberto e sua família (c. 565-87). Encorajado por Gregório de Tours, foi admitido ao sacerdócio e acabou sendo bispo de Poitiers pouco antes de sua morte.

□ F.J. Raby, A History of Secular Latin Poetry in the Middle Ages, vol. I (1957)

Foscari, Francisco (1373-1457) Eleito doge de Veneza em 1423. Sua política era a do partido da guerra, que advogava a expansão territorial na Itália continental, na terra ferma; em 1425 reiniciou a guerra com Milão, a qual só veio a terminar com a Paz de Lodi, em 1454. As preocupações italianas de Foscari deixaram os interesses orientais venezianos vulneráveis aos ataques turcos, e isso contribuiu para a perda de Constantinopla (1453), e

Foscari então teve que aceitar um tratado desvantajoso a fim de conservar o acesso às rotas comerciais com o Oriente. Enfrentou crescente oposição em Veneza e foi finalmente desacreditado por uma série de acusações formuladas contra seu filho Jacopo. Foi forçado a demitir-se em outubro de 1457.

□ W.C. Hazlitt, The Venetian Republic, vol. I (1915)

Foulques IV Rechin (1068-1109) Conde de Anjou. Filho mais novo do conde Godofredo Martel, herdou terras ao sul do Loire com a morte de seu pai em 1060, mas avançou para o norte, depondo seu irmão Godofredo em 1067 e obtendo o reconhecimento como conde de Anjou no ano seguinte. Sob sua vigorosa liderança militar, as ambições normandas foram repelidas com êxito e Foulques consolidou seu feudo ao norte do Loire ao ponto de transformá-lo numa das mais poderosas unidades na França feudal, famosa por seus castelos e eficiência administrativa.

□ O. Guillot, Le Comté d'Anjou et son entourage au XI[e] siècle (1972)

Foulques V rei de Jerusalém 1131-43 (n. 1095) Conde de Anjou, 1109-28, Foulques V deu significativas contribuições em duas esferas importantes para o desenvolvimento geral da Europa do século XII, a saber: ajudou a lançar os alicerces do Império Angevino e contribuiu de modo considerável para a consolidação do reino do Ultramar. Em ambas as comunidades mostrou as mesmas características: habilidade no governo e administração e soberba visão estratégica na instalação de castelos e fortalezas. Tendo herdado um poderoso feudo de seu pai, Foulques TV, herdou também a intensa rivalidade e hostilidade em relação aos normandos. Numa extraordinária inversão da política tradicional, concordou com o casamento, em 1128, de seu filho Godofredo Martel (Plantageneta) com a única filha legítima sobrevivente do rei Henrique I da Inglaterra, a princesa Matilda, e abdicou a favor de seu filho, trocando sua terra natal pelo reino cruzado na Terra Santa. Casou aí com Melisanda, herdeira de Balduíno II, e foi proclamado rei de Jerusalém em 1131. Como recém-chegado, teve dificuldades para afirmar a autoridade real com os grandes vassalos regionais de Trípoli, Antioquia e Edessa, mas no principado central de Jerusalém provou ser um monarca eficiente e capaz.

□ H.E. Mayer, Studies in the History of Queen Melisande (1972)

Frades Brancos Ver carmelitas

Frades da Estrita Observância Sob a liderança de São Bernardino de Siena, um grupo reformista do movimento franciscano tentou voltar à simplicidade primitiva recomendada pelo seu fundador, sobretudo em questões referentes à pobreza e ao uso de propriedade.

Tornaram-se uma das mais poderosas forças religiosas na Itália, mas suas relações com a generalidade mais complacente da Ordem, os Conventuais, como passaram a ser chamados, foram sistematicamente difíceis e, por vezes, tempestuosas, até que em 1517 o papa Leão X resolveu estabelecê-los como Ordem autônoma.

□ D. Douie, The Nature and Effect of the Heresy of the Fraticelli (1932); M.D. Lambert, Franciscan Poverty (1961)

Frades Menores Ver Francisco de Assis, São

Frades Observantes Ver Domingos, São

Frades Pregadores Ver Domingos, São

França Durante o período entre a dissolução do Império Carolíngio e o final do século XV, a França não era nem uma comunidade política homogênea, nem uma área geográfica bem definida. Que um mapa do século XIII possa sugerir que o bispado de Le Mans era capaz de situar-se fora do reino da França, indica claramente que as fronteiras territoriais do poder da monarquia francesa raras vezes coincidiam com as indeterminadas fronteiras da "França". Com efeito, durante boa parte de sua história medieval, o reino da França parece ter sido pouco mais do que uma conveniente expressão geográfica, no interior da qual era possível localizar vários dos mais importantes desenvolvimentos formativos do período medieval, como a expansão normanda, o início do monasticismo Cisterciense e das Cruzadas, a renovação dos estudos teológicos do século XII ou o Papado de Avignon.

Durante um longo período, a fragmentação política e a diversidade regional foram os temas dominantes. Desde o século IX até o início do século XIII, a monarquia era fraca e carente de influência. A conquista do Império Angevino por Filipe Augusto em 1203-04 foi um importante ponto de transformação; contudo, ao longo dos séculos XIII e XIV, somente em parte foram bem-sucedidos os esforços para centralizar a jurisdição real e para lançar impostos extraordinários através de instituições representativas, tomando por modelo os critérios adotados pelas monarquias inglesa e espanhola. O que transformou fundamentalmente a monarquia e o reino no século XV foi o triunfo Valois na Guerra dos Cem Anos, o qual abriu o caminho para o Absolutismo do século XVI.

Durante os séculos X e XI, a forma dominante de organização política era o principado territorial. Tais concentrações locais de poder, reconhecendo pouca ou nenhuma autoridade externa, emergiram, durante as condições sumamente desordenadas do século X, em Flandres, na Normandia, no Anjou e na Aquitânia, entre numerosos casos. Por toda parte ocorreram mudanças sociais centradas na construção de castelos tecnicamente

rudimentares, os quais se tornaram o foco de um tipo de poder a que as autoridades modernas dão o nome de "senhorio banal". Tal senhorio identificava-se com o domínio total sobre o campesinato local através do uso da força e do exercício dos direitos reais de outrora. Associada a isso ocorria uma complexa e fundamental transformação social: o rebaixamento dos camponeses de status livre e a substituição da escravatura pela servidão como o método mais comum de exploração. O ritmo de mudança variou de região para região, mas suas manifestações estavam claras na maioria dos lugares no início do século XI. Como conseqüência, quando Hugo Capeto (o primeiro da dinastia Capetíngia) subiu ao trono em 987, a autoridade real efetiva estava circunscrita à região em redor de Paris e Orléans, onde a família tinha suas terras. Pouca coisa sobrava para os primeiros Capeto além do direito ímpar e nunca contestado de se intitularem reis, e dos direitos, predominantemente nominais, de suserania sobre os príncipes territoriais. De um modo mais geral, as mudanças até ameaçaram desmembrar muitos dos principados, incluindo o real. A autoridade do príncipe era fortíssima na Normandia e em Flandres; em algumas regiões do sul desmoronou completamente.

O equilíbrio territorial entre monarquia e cada principado foi drasticamente alterado pelas conquistas de Filipe Augusto. Suas realizações, entretanto, apoiaram-se nos esforços de seus predecessores e nos desenvolvimentos econômicos do século XII, propensos a favorecer aqueles que já possuíam riqueza. A unicidade do título real era um importante fator para emprestar legalidade à destruição do Império Angevino por Filipe Augusto. No século XIII, a grande superioridade de recursos em relação aos demais príncipes consolidou o prestígio de um governante como São Luís, que pôde se apresentar como o monarca medieval ideal, garantindo os direitos de todos os homens e comandando Cruzadas. Mas o legado do longo período de poderes locais foi um particularismo regional que obstruiu os intensos esforços de centralização da autoridade desenvolvidos por Filipe, o Belo. Durante os séculos XIII e XIV, as administrações dos principados territoriais remanescentes de Flandres, Bretanha, Borgonha e Aquitânia — este último sob domínio do rei inglês — desenvolveram-se de acordo com uma orientação paralela à adotada pela administração real. Choques cada vez mais freqüentes, como a guerra com Flandres, no reinado de Filipe, o Belo, e as ligas provinciais de nobres (1314-15), fundiram-se depois de 1328 com a disputa sucessória Valo is, para culminar na Guerra dos Cem Anos. Se bem que, em última análise, fosse o solvente de muita autonomia política local, essa série de conflitos levou a monarquia Valois à beira do desastre, depois da vitória de Henrique V em Azincourt (1415).

A história medieval do reino francês deve, em muitos aspectos, ser vista em termos da soma de suas partes constituintes. Por essa razão, escreveu-se muita história regional.

Entretanto, a monarquia nunca pode ser completamente ignorada porque, em conformidade com atitudes medievais aceitas, jamais alguém pensou em aboli-la. Em conseqüência disso, até mesmo os maiores principados nunca desenvolveram uma autoridade política que fosse verdadeiramente independente da monarquia, enquanto que os reis podiam regularmente pretender possuir poderes que na realidade não tinham, se bem que, quando o faziam, pareciam às vezes ser loucos. Não se pode esquecer que, em 1202, Filipe Augusto pôde processar judicialmente o rei João Sem Terra como o último senhor feudal da França, ou que foi para a castigada corte de Carlos VII que as vozes de Joana d'Arc a encaminharam. Com o surgimento do patriotismo francês durante a Guerra dos Cem Anos, a monarquia tornou-se uma força positiva em prol da unidade. Ao mesmo tempo, apesar da presença de formidáveis Estados locais na Normandia e na Bretanha, por exemplo, a ausência de instituições consultivas nacionais autênticas permitia que os monarcas e seus conselheiros lançassem tributos sem prévio consentimento e formulassem regras arbitrárias de procedimento judicial. Ver Estados Gerais; francos; ver também reis individualmente
registrados
DB

□ R. Fawtier, Les sources de l'histoire de France des origines à la fín du XVe siècle (1971); E.M. Hallam, Capetian France (1980) [J.-F. Lemarignier, La France médiévale, Paris, Armand Colin, 1970]

francês anglo-normando O francês importado na Grã-Bretanha pelos conquistadores normandos continuou sendo o vernáculo falado na aristocracia até pelo menos o final do século XIII, embora mais como uma língua adquirida do que como uma língua materna. Em sua forma escrita, o francês insular foi empregado nos documentos e registros administrativos, suplantando às vezes o latim. O francês jurídico persistiu anacronicamente até fins do século XVII. Também foi o veículo para um vasto conjunto de literatura predominantemente didática, desde Filipe de Thaon em 1120 até Gower por volta de 1400. O enriquecimento do vocabulário inglês por simbiose lexical é a contribuição mais duradoura e tangível do francês anglo-normando para a cultura britânica. Ver língua e dialeto

Francisco de Assis, São (c. 1181-1226) Filho de um abastado comerciante de Assis, Francisco foi criado de modo a conhecer a diferença entre riqueza e pobreza e entre os padrões da cavalaria e os do escritório comercial. Mostrou pela primeira vez sua independência ao saborear a vida de cavaleiro e depois — após um longo período de

indecisão e profunda reflexão — renunciar a todos os confortos materiais de seu lar para converter-se num pedinte: optou pela dura vida de pobreza, mitigada por uma cavalheiresca devoção à Senhora Pobreza, mas inspirado, mais verdadeiramente, pela interpretação literal da exortação de Jesus para renunciar a tudo e segui-Lo. No Testamento de Francisco, escrito no final de sua vida, ele descreveu as fases por meio das quais superou sua impertinência e orgulho naturais: assistindo aos leprosos, que até então o enchiam de repulsa; mostrando amor e reverência até ao mais humilde dos padres de paróquia; e acatando e interpretando literalmente a palavra de Deus. "Depois que o Senhor me concedeu irmãos ninguém me mostrou o que eu tinha que fazer, mas foi o Altíssimo quem me revelou que eu devia viver de acordo com o modelo das Sagradas Escrituras."

Depois de sua conversão em 1206, Francisco tornou-se um andarilho e um pedinte em Assis e suas circunvizinhanças: reparou a igreja de São Damiano e outras igrejas, prestou assistência a leprosos e auxiliou o clero da região. Em 1209, os discípulos começaram a se reunir à sua volta e em 1210 a Regra Primitiva foi redigida e levada ao papa. A mensagem de Francisco era intensamente pessoal, em sua própria opinião comunicada por Deus, espontânea e influenciada pelas palavras dos Evangelhos. Essa não é, entretanto, toda a verdade, pois não existem dúvidas de que ele foi inspirado por duas outras influências, uma obscura, a outra razoavelmente clara.

No vale de Spoleto, nos arredores de Assis, havia uma forte comunidade de heréticos cátaros, com um bispo próprio. Nos escritos de Francisco e nas primeiras Vidas, eles são virtualmente ignorados. Acreditavam eles que o mundo material era totalmente perverso e maligno; a visão que tinham do destino humano era sombria. Francisco pregou que o mundo era criação de Deus e bom — convocou os pássaros e, no Cântico do Irmão Sol de seus últimos anos, toda a criação para juntar-se a ele nos louvores ao Criador. Quando pregou aos pássaros mostrou sua profunda simpatia pelos animais; também ensinou aos que estavam com ele, com o discernimento inspirado de um professor nato, a adorar a Deus através de sua criação. Contestou assim a doutrina cátara de um modo muito direto e positivo. Até que ponto isso se deve a ter meditado seriamente sobre a mensagem cátara está longe de ser esclarecido.

Mais evidente é a influência de grupos e comunidades semelhantes à dele já existentes. Tinham-se inspirado na busca de vida apostólica, em imitação aos primeiros discípulos de Jesus; no sentimento de que a pobreza era parte da convocação para o serviço de Deus, assim como parte da face mais dura e sofrida do mundo; no impulso irrefreável para formar comunidades de pregadores evangélicos que realizassem o trabalho pastoral que muitos consideravam estar sendo negligenciado pelo clero paroquial. Essas

idéias faziam parte do ar que um homem sensível da idade de Francisco devia respirar. Tampouco era ele o primeiro a solicitar a Inocêncio III que desse sua aprovação. Não é fácil determinar onde reside a originalidade de Francisco; havia, porém, a marca de uma personalidade e de uma inspiração muito individuais em tudo o que disse e fez, e o seu sucesso foi espetacular. Levou a recusa de propriedade a um ponto extremo e proibiu até seus discípulos de manusearem moedas; treinou pregadores mas esperava que a maioria de seus seguidores fossem leigos provenientes do povo comum, ensinando pelo exemplo e merecendo o respeito e as esmolas pelo trabalho árduo; dava ênfase particular ao respeito pelo clero; e estabeleceu um relacionamento especial com o papa através de cardeais escolhidos, sobretudo com Ugolino, o futuro papa Gregório IX.

Nesse meio tempo, a Ordem cresceu. De uma dúzia de membros em 1210, aumentou para centenas, talvez milhares, e espalhou-se por toda a face da Cristandade; Francisco tentou levá-la ainda mais além, até a corte do sultão do Egito. Em 1212 deu a tonsura a Santa Clara, que veio a ser a fundadora da Ordem Segunda — a das Clarissas Pobres. No final da década de 1210, foram tomadas medidas para formar missões e províncias na França, Alemanha e Espanha, e em 1244 os franciscanos chegaram à Inglaterra.

Francisco tinha pouca fé na organização — ou em sua capacidade de organização. Em certa medida, a Ordem foi estabelecida a despeito dele, e os esforços para definir uma hierarquia e um status dentro dela, para prescrever um ascetismo ritual em vez de sua prática mais individual, e para abrandar suas medidas extremas de pobreza, causavam-lhe evidente consternação. Contudo, tinha a mais sólida fé na Regra e num certo número de princípios centrais que definiram a vida e a natureza do "frade". A Regra Primitiva tinha recebido aprovação verbal de Inocêncio III em 1210, mas em 1215 o Quarto Concílio de Latrão tentou, segundo parece, refrear a generosidade do papa Inocêncio para com os grupos informais de religiosos (que tinham provado ser, em algumas regiões da França e da Itália, sobretudo, as pontas-de-lança do inconformismo) proibindo novas Regras. Francisco sustentou inabalavelmente que sua Regra não devia ser afetada, uma vez que tinha sido aprovada, se bem que apenas de viva voz; e, após uma longa pausa e muitas revisões, sua forma final foi consagrada na bula papal de Honório III (1223), que ainda pode ser vista no tesouro da basílica de São Francisco em Assis.

Os últimos anos de vida de Francisco foram toldados pela doença, mas a eles pertencem muitas das histórias mais características de seu heroísmo e ensino, reunidas pelo Irmão Leone e outros fiéis companheiros. Faleceu na noite de 3 de outubro de 1226 e, com grande rapidez, seu amigo, o papa Gregório IX, canonizou-o (1228), enquanto seu discípulo, o Irmão Elias, edificava a bela igreja que ainda abriga o corpo de São Francisco.

Esse monumento pode ser visto como uma brilhante expressão do paradoxo de sua vida, a dedicação da riqueza e da criação artística ao apóstolo da pobreza — ou como uma simples negação de seus ideais. Na mesma ordem de idéias, o crescimento de sua Ordem foi considerado a apoteose de seus ideais e seu abandono; em seu destino, tal como em sua vida, Francisco seguiu o mesmo padrão de seu Criador. Ver Bernardino de Siena; conventuais; Frades da Estrita Observância; João de Parma; Miguel de Cesena; Ordem Terceira de São Francisco [95] RB

□ P. Sabatier, Vie de St. François d'Assise (1893-94); R.B. Brooke, Early Franciscan Government (1959); M.D. Lambert, Franciscan Poverty (1961); J. Moorman, A History of the Franciscan Order (1968); R.B. Brooke, The Corning of the Friars (1975) [Escritos e biografias de São Francisco de Assis, trad. O. Reis et alii, Petrópolis, Vozes, 2ª ed., 1982; J. Joergensen, São Francisco de Assis, Petrópolis, Vozes, 1982; L. Boff, São Francisco de Assis: ternura e vigor, Petrópolis, Vozes, 1982; R. Manselli, San Francesco, Roma, Bulzoni, 3ª ed., 1982]

francos Um dos principais povos germânicos do Ocidente. Na época das migrações tribais dos séculos IV e V, os francos instalaram-se em dois grupos principais, os sálios, que ficaram a noroeste da fronteira do Reno, incluindo grande parte da Bélgica moderna, e os ripuários, em redor de Colônia, nas terras entre o Mosela e o Reno. Aliados dos romanos durante a maior parte do século V, assumiram o domínio político da Gália sob a liderança do sálio Clóvis I (481-511). Ainda pagãos nessa época, com seus governantes, os merovíngios, afirmando-se descendentes de um deus marinho, os francos passaram pelo que Gibbon chamou uma "conversão oportuna" ao Catolicismo romano (496-506).

Essa nova identidade da religião com a população românica da Gália ajudou-os politicamente, em especial na luta contra os visigodos arianos, a quem Clóvis derrotou na batalha de Vouille (507). A preservação de costumes de uma herança dividida favoreceu a grande perturbação política no decorrer dos séculos subseqüentes, mas o seu Catolicismo, o crescente interesse mútuo entre bispos e reis, e a preservação de uma reserva agrária e fundiária no nordeste da Gália permitiram aos francos lançar os alicerces do que viria a ser o reino da França.

□ J.M. Wallace-Hadrill, The Long-Haired Kings (1962); E. James, The Origins of France from Clovis to the Capetians (1982)

Frankfurt, Sínodo de (794) Frankfurt-am-Main, local de um dos palácios prediletos de Carlos Magno, é importante na história eclesiástica da Europa ocidental por causa de um sínodo realizado sob a supervisão direta do monarca franco, no qual o excessivo culto

bizantino de imagens foi condenado e se tomaram decisões que aceitaram o ponto de vista de teólogos espanhóis, de que a cláusula Filioque devia ser aceita como parte integrante do Credo (isto é, que o Espírito dimana tanto do Pai como do Filho). Este é um poderoso símbolo do modo como o rei estava preparado para interferir até nas atividades e resoluções mais íntimas da Igreja cristã, um prenúncio da teocracia imperial que estava para chegar em breve.
□ J.M. Wallace-Hadrill, The Frankish Church (1983)

frankpledge Sistema anglo-normando, baseado em práticas mais antigas, pelo qual cada homem livre estava vinculado a um tithing, ou associação de dez homens, que assumia a responsabilidade coletiva pelo bom comportamento do grupo. O tribunal da comarca obrigava à participação nesse sistema e o xerife realizava uma "inspeção de frankpledge" bienal, em cada comarca de seu condado, a fim de verificar a eficiência desses tribunais.
□ W.A. Morris, The Frankpledge System (1910); W.L. Warren, The Governance of Norman and Angevin England 1086-1272 (1987)

Frederico I Barba-Ruiva imperador do Sacro Império Romano-Germânico 1152(55)-90 (n. c. 1123) Filho de Frederico II, duque da Suábia, e de Judite, filha de Henrique, o Orgulhoso, Frederico foi eleito rei alemão e rei dos romanos em 1152. Esperava-se que ele pusesse termo à destrutiva luta entre guelfos e gibelinos, sendo ele próprio meio-guelfo e meio-Hohenstaufen por nascimento.

Sua única ambição era devolver ao Império sua antiga glória. Tendo garantido primeiro a paz interna, voltou suas atenções para a Península Italiana. Frederico partiu para Roma em 1154, a primeira de seis expedições, e foi coroado imperador por Adriano IV um ano depois. No seu regresso à Alemanha, restaurou a lei e a ordem concedendo a Henrique, o Leão, o ducado da Baviera, e a Henrique Jasomirgott a transformação de seu margraviato da Áustria num ducado.

Em 1158, Frederico parte de novo para a Itália, desta vez empenhado em submeter as comunas lombardas. Reafirmou o seu controle na Dieta de Roncaglia e também elegeu podestàs como seus representantes em várias cidades. O cisma de 17 anos do Papado que deflagrou em 1159 com a morte de Adriano, isolou Barba-Ruiva na Europa; ele apoiou as pretensões dos antipapas contra Alexandre III. Sua quinta expedição à Itália (1174) redundou em desastre; derrotado em Legnano (1176) pelas forças da Liga Lombarda, Barba-Ruiva foi obrigado a solicitar a paz com Alexandre. Conseguiu obter uma posição segura na Itália em 1186, com o casamento de seu filho Henrique com Constança, herdeira do reino da Sicília. No caminho para a Cruzada contra Saladino, morreu afogado no rio

Salef. Governante austero e exigente, notabilizou-se pela sagacidade e entusiasmo com que se dedicou à restauração do Império. Ver Reinaldo de Dassel

□ Otto of Freising, The Deeds of Frederick Barba-rossa, trad. de C.C. Mierow (1953); M. Pacaut, Frederick Barbarossa (1967); P. Munz, Frederick Barbarossa (1969) [F. Cardini, Barbarroja, Barcelona, Península, 1987]

Frederico II imperador do Sacro Império Romano-Germânico (1212(20)-50) (n. 1194) Rei alemão desde 1212, rei da Sicília desde 1198 e rei de Jerusalém desde 1229. Filho do imperador Henrique VI e de Constança de Sicília, e neto de Barba-Ruiva, foi oferecida a Frederico em 1212 a Coroa imperial pelos príncipes da Alemanha que se opunham ao governo de Oto IV; em 1220, estabeleceu aí o seu governo e foi coroado imperador.

No período de 1220-25 dispôs-se a consolidar seu domínio na Sicília. Apesar de suas promessas de chefiar uma Cruzada à Terra Santa em 1215 e 1220, somente iniciou seus preparativos em 1227. Irritado pelos constantes atrasos, o papa Gregório IX acabou excomungando-o. Não obstante, Frederico partiu assim mesmo para a Terra Santa e, através de negociações com o sultão, pôde assegurar a posse de Jerusalém e outros importantes lugares. No seu regresso triunfal à Itália, a excomunhão foi-lhe cancelada, de acordo com o tratado de São Germano (1230).

As Constituições de Melfi (1231), promulgadas pelo imperador, representaram uma importante declaração sobre os fundamentos legais de seu reino. Seu envolvimento nos assuntos das comunas italianas setentrionais, na década de 1230, provocou um colapso nas relações imperiais-papais. Gregório IX desencadeou uma guerra de propaganda contra ele e, após a morte do papa em 1241, seu sucessor, Inocêncio IV, excomungou e destronou Frederico no Concílio de Lyon (1245).

Personalidade complexa, o imperador foi descrito como stupor mundi (espanto do mundo) por Mateus Paris. Seus interesses científicos e filosóficos estão representados por seu tratado de falcoaria, De Arte Venandi cum Avibus, e também escreveu poesia no vernáculo siciliano. Ver Giacomo; Liber Augustalis; Iolanda de Brienne

□ E. Kantorowicz, Frederick the Second (1931); Stupor Mundi, org. por G. Wolf (1966); D. Abulafia, Frederick the Second (1988)

frísios Povo germânico ocidental. Os frísios eram os principais navegantes e negociantes no noroeste da Europa no princípio da Idade Média. Foram convertidos ao Cristianismo no século VIII pelos esforços de missionários anglo-saxônicos e francos, e também pela força militar destes últimos. São Bonifácio, o maior dos missionários anglo-saxônicos, foi martirizado pelos frísios em Dokkum, em 754. Derrotas militares inflingidas por Carlos

Magno confirmaram o domínio franco, alteraram o equilíbrio de poder e deram aos vikings sua oportunidade de dominar o Mar do Norte, instalando uma poderosa base de pirataria em Walcheren. A Frísia foi reconquistada pelos otonianos, mas provou ser excepcionalmente resistente na preservação de suas antigas instituições livres, opondo-se ao feudalismo até um período já bem avançado da Idade Média. A perícia em todas as artes relacionadas com o mar e em todas as técnicas de recuperação de terras mediante a construção de polders e a instalação de diques, continuaria sendo uma característica social dominante.

Froissart (c. 1337-c. 1410) Natural de Valenciennes, desfrutou, no período de 1361-69, do patrocínio de Filipa de Hainault, esposa de Eduardo III da Inglaterra. Mais tarde, foram também seus benfeitores, Venceslau de Luxemburgo, duque de Brabante, e Guy, conde de Blois. No período de 1373-82 foi pároco de Les Estinnes, perto de Thun, e em 1383 tornou-se cônego em Chimay. É famoso por sua descrição em quatro volumes dos principais países da Europa no período de 1325-1400. Essas crônicas, de notável realização literária, estão profundamente interessadas no retrato imaginativo da cavalaria aristocrática.
□ H. Wilmotte, Froissart (1958); Froissart, org. por J.J. Palmer (1987) [Jean Froissart, Crónicas, trad. V. Cirlot e J.E. Ruiz Domenec, Madri, Siruela, 1988]

Fulbert (c. 960-1028) Bispo de Chartres. Provavelmente natural do norte da França, estudou com Gerbert em Reims e Chartres. Foi nomeado mestre da Escola de Chartres e estabeleceu a reputação desta como um dos mais notáveis centros do saber na Europa. Em 1007, foi eleito para a sé de Chartres e iniciou a reconstrução da catedral depois do incêndio de 1020. Foi também conselheiro de Roberto II de França e exerceu o cargo de tesoureiro de Saint-Hilaire-le-Grand, em Poitiers, nomeado pelo duque Guilherme V da Aquitânia.
□ H. Johnstone, Fulbert of Chartres (1926)

G

Gaetani, família De acordo com uma tradição da família, os Gaetani (ou Caetani) eram descendentes dos cônsules e duques de Gaeta (século X). Registros de suas atividades sobrevivem desde pelo menos o século XII, e membros da família aparecem em Nápoles, Roma, Anagni e Pisa. Os Gaetani de Anagni adquiriram súbita proeminência com a eleição de Benedetto Gaetani (Bonifácio VIII) para o Papado em 1294. Durante seu pontificado, Bonifácio procurou diminuir o poder dos Colonna, a família feudal dominante em Roma nessa época. No século XIV, essa posição tinha sido assumida pelos Gaetani.

□ V. Novelli, I Colonna e i Gaetani, storia del medioevo di Roma (1892-93)

Gaimar, Geffrei Autor de L'Estoire des Engleis, um longo romance histórico em verso francês normando, escrito sob o patrocínio de Richard Fitz-Gilbert. Baseada numa versão perdida da Crônica Anglo-Saxônica, a obra trata da história inglesa desde a época das colonizações do século V até a morte de William Rufus em 1100. Repleta de material lendário, seu principal interesse consiste em mostrar as novas atitudes românticas do século XII em face do material histórico e a sensibilidade crescente dos artistas da época para o uso da poesia no vernáculo. Gaimar não era um grande estilista, mas as passagens que dedica a Haveloc, o Danês, a Hereward, o Vigilante, e à morte de William Rufus são vigorosas e bem escritas.

□ Geffrey Gaimar, L'Estoire des Engleis, org. por A. Bell (1960)

Gales Embora incluída nas províncias romanas da Bretanha, excetuando-se o sudeste, Gales foi pouco afetada pela cultura material romana e, por conseguinte, relativamente pouco abalada pelo fim do contato formal com a administração central romana no começo do século V. No século seguinte, porém, surgiram vários reinos; um deles, Dyfed, ocupou a área e adotou o nome de uma antiga unidade tribal, a Demetae; outros tiveram um relacionamento diferente com o passado.

Até o século IX, somente as linhas mais gerais de desenvolvimento são discerníveis: Gwynedd, no noroeste, tinha reis cujas pretensões eram sempre ambiciosas, e que podem ter sido reconhecidas por outros; no sudeste, um novo reino de Glywysing (mais tarde conhecido como Morgannwg) substituiu e absorveu um certo número de reinos menores no decorrer do século VIL Esse padrão de expansão de alguns reinos às custas de outros, com escassa consolidação, pode ter sido típico de outras áreas.

As incursões inglesas perturbavam intermitentemente a estabilidade da vida local, embora tivessem poucos efeitos duradouros,, exceto no nordeste. Aí, a constante pressão

abalou efetivamente a base do reino de Powys, que consistia em suas terras de planície; os galeses viram-se confinados à região altiplana e permitiram que a planície fosse absorvida pelos ingleses. Tal situação ficou bem clara por volta de 823, quando os ingleses tomaram a fortaleza de Degannwy, na costa setentrional, mas pode ter sido efetivada em fins do século VIII, quando o rei Offa de Mércia parece ter construído o dique que ostenta seu nome. Isso traçou uma clara linha de fronteira entre Gales e a Inglaterra. Ao comprimido Powys, só restou ser absorvido por Gwynedd em 855.

Nesse meio tempo, os horizontes galeses e os rumos políticos adotados pelos galeses estavam mudando. Os ataques vikings foram pesados durante a segunda metade do século IX, sobretudo nas duas penínsulas ocidentais, e o rei inglês Alfredo enviou ajuda militar a Gwynedd, solicitando a sujeição dos reis de Gales. O problema viking continuou sendo sério nos séculos X e XI. Embora nenhum efeito viking a longo prazo seja evidente, exceto na toponímia, é mais do que possível que Gwynedd fosse, em alguns períodos do século XI,
controlado por vikings de Dublin. As exigências inglesas de submissão prosseguiram, e reis galeses apresentaram-se em tribunais ingleses, em meados do século X, como testemunhas de transações, na qualidade de sub-reis. A influência inglesa em alguns aspectos da lei galesa pode muito bem ser um resultado desses contatos.

Dentro da Gales, enquanto que o século IX foi dominado pela expansão de Gwynedd, o século X foi dominado por conflito e interação entre Gwynedd e Dyfed, cujos reis eram então oriundos da mesma dinastia mas cujas realezas permaneciam separadas. No sudeste, os negócios mantiveram-se desconexos até o século XI, mas até mesmo quando se efetuou uma certa consolidação do reino, novas dinastias se estabeleceram no interior de Morgannwg, abalando o poder da linha principal. Essa tendência anárquica intensificou-se quando os reis da linha Dyfed e Gwynedd começaram a se intrometer e levaram o sudeste, finalmente, para a arena principal da política galesa.

Gruffydd ap Rhydderch e Gruffydd ap Llywelyn bateram-se pelo controle de toda a Gales em meados do século XI, usando mercenários vikings e ingleses para ajudá-los em seus planos pessoais. As tentativas despertaram de novo o interesse inglês e, pouco depois da vitória de Gruffydd ap Llywelyn em 1055, os ingleses revidaram e mataram-no em 1063. Os reis da Gales do Norte foram então nomeados pelos ingleses, cuja influência seria em breve suplantada pela dos normandos. A partir de 1070, eles decidiram conquistar a Gales, beneficiando-se da anarquia reinante no século XI e do limitado desenvolvimento das instituições governamentais; em 1093, eles tinham levado a cabo vitoriosas campanhas militares em muitas partes da Gales e obtiveram o controle efetivo do sul.

O começo do século XII foi um período de relativa calma. No reinado de Estêvão,

entretanto, a disputada sucessão e a guerra civil debilitaram o controle anglo-normando e resultaram no ressurgimento de Gwynedd, Powys e Deheubarth. Em 1171 Henrique II firmou um pacto com Rhys ap Gruffydd de Deheubarth (1153-97), ganhando assim a aliança e o apoio de uma destacada figura política. Existia, porém, um forte espírito de independência na Igreja e no povo galeses, e as tensões entre normandos e galeses estão bem exemplificadas na carreira e nos escritos de Geraldo de Gales (c. 1146-1223).

A hegemonia entre os principados galeses foi tirada de Deheubarth por Llywelyn ab Iorwerth de Gwynedd, que também se tornou uma figura de destaque na política inglesa. Seu neto Llywelyn ap Gruffydd consolidou ainda mais sua autoridade mediante uma aliança com Simon de Montfort; uma medida do seu poder é que, mesmo depois da queda de Montfort, Henrique III o reconheceu e confirmou como príncipe de Gales e suserano dos outros príncipes galeses (1267). Em 1276 surgiu uma disputa entre Llywelyn e Eduardo I, culminando em conflito e derrota de Llywelyn, e numa drástica redução de seus poderes. Ele esteve envolvido numa outra sublevação em 1282, a qual resultou na conquista e subjugação da Gales. Eduardo I, em 1301, conferiu a seu próprio filho, Eduardo II, o título de Príncipe de Gales, título que daí em diante passou a ser normalmente dado aos herdeiros varões do rei.

Pelo Estatuto de Gales (1284), o principado de Gwynedd foi colocado sob o domínio direto da Coroa inglesa e dividido em três condados: Caernarvon, Merioneth e Anglesey. Mais ao sul, os antigos condados de Cardigan e Carmarthen foram reorganizados e, na fronteira do Cheshire, criou-se o condado de Flint. Castelos foram construídos e burgos fundados em lugares estratégicos, mas os senhorios fronteiriços foram consolidados e ampliados.

O século XIV assistiu a revoltas isoladas na Gales, mas também a uma crescente prosperidade sob o domínio inglês. Em 1400, entretanto, Owain Glyndwr, um descendente de Rhys ap Gruffydd, rebelou-se para defender seus direitos, que considerou ameaçados, e tornou-se o líder de uma resistência generalizada. Os ingleses não conseguiram esmagá-lo e Owain passou a exercer os poderes de um príncipe; mais tarde, tornou-se um grande herói nacional galês. Seu poder caiu por volta de 1410, precipitando um grande período de desordem, só resolvido depois de 1485, quando Henrique Tudor, um galês, foi aclamado rei da Inglaterra. Ver célticas, Igrejas WD

□ J.E. Lloyd, History of Wales from the Earliest Times to the Edwardian Conquest (1911); W. Rees, South Wales and the March (1924); G. Williams, The Welsh Church from Conquest to Reformation (1962); R. Griffiths, The Principality of Wales in the Later Middle Ages (1972); W. Davies, Wales in the Early Middle Ages (1982); R.R. Davies, Conquest,

Coexistence and Change: Wales 1063-1415 (1987)

Gall, São (c. 550-645) Monge irlandês que foi para a Gália com São Columbano por volta de 590 e iniciou sua obra missionária nos arredores de Luxeuil, região dos Vosges. Em 610 acompanhou São Columbano a Bergenz mas não o seguiu até a Itália em 612. Optou, em vez disso, pela vida de eremita. Recusou um bispado oferecido pelo rei Sigeberto e não assumiu as funções abaciais para que fora eleito pelos monges de Luxeuil.

Um século após sua morte, era erigido o famoso mosteiro beneditino de Saint Gall (Sankt Gallen em alemão), no local de um de seus eremitérios. O Scriptorium e a coleção de manuscritos desse mosteiro estiveram por muito tempo entre os mais célebres da Europa. Uma planta arquitetural do século IX de Saint Gall, um dos primeiros desenhos deste tipo da Idade Média, mostra o layout de um mosteiro beneditino ideal, com as edificações para residência e trabalho agrupadas em torno da igreja.

□ J.M. Clark, The Abbey of St. Gall as a Centre of Literature and Art (1926); W. Horn e E. Born, The Plan of St. Gall (1979)

Gautier de Brienne (m. 1356) Conde de Lecce e duque de Atenas. De uma importante família francesa, foi criado na corte do rei de Nápoles. Em 1331 tentou sem êxito recuperar o ducado de Atenas, perdido por seu pai para a Grande Companhia Catalã em 1311. Em seguida foi para a França a fim de combater ao lado de Filipe IV em suas guerras contra os ingleses (1339-40); e em 1342 foi feito signore de Florença, que estava sofrendo em suas guerras contra Pisa. Seu governo não foi um sucesso, e seu comportamento despótico redundou em sua expulsão e abdicação em 1343. Regressou à França e ao serviço do rei João II, o Bom, e foi morto na batalha de Poitiers.

□ N. Cheetham, Medieval Greece (1981); G. Dennis, Byzantium and the Franks 1350-1420 (1982)

Gautier "Sem Vintém" (m. 1096) Líder do contingente popular francês da Primeira Cruzada. Ele e seus 2.000 a 3.000 seguidores camponeses foram os primeiros cruzados a chegar a Constantinopla (julho de 1096) e formaram a vanguarda do grande exército peregrino de Pedro, o Eremita. Gautier morreu lutando contra os turcos em Civetot.

Gelasiana, doutrina Proposta pelo papa Gelásio I numa carta escrita ao imperador bizantino Anastácio I em 494, tentou definir as relações entre os poderes seculares e espirituais no governo temporal. Ao que parece, Gelásio advogou um sistema de responsabilidade igual e conjunta, mas como sua terminologia se prestava a que a doutrina fosse interpretada de outros modos, tornou-se um dos ingredientes fundamentais das

controvérsias posteriores sobre essa matéria, sendo citada em apoio tanto da superioridade papal quanto da autonomia real.

Gêngis Khan (c. 1154-1227) Um dos mais bem-sucedidos conquistadores militares de todos os tempos, impôs um brutal despotismo mongol à maior parte das estepes da Ásia e da China. Ele próprio de estirpe mongol, governou um império que foi estruturado, cada vez mais, com base em tribos turcas subordinadas. Durante sua vida, os efeitos de suas conquistas na Europa foram indiretos mas potencialmente imensos; parte desse potencial foi concretizado uma geração após sua morte, quando hostes mongóis ou tártaras penetraram profundamente na Europa, ao longo do vale do Danúbio, governando a Hungria por algum tempo, e causando um impacto permanente na conformação política da Rússia. [262]

□ H.D. Martin, The Rise of Chingis Khan (1950)

Gênova A história de Gênova na Idade Média é primordialmente a de seus êxitos comerciais e mercantis e a de suas rivalidades com outras cidades italianas, sobretudo Pisa e Veneza, para o controle do comércio mediterrâneo. Sua prosperidade já estava em ascensão antes das Cruzadas, mas sua grande oportunidade chegou com a Primeira Cruzada, em conseqüência da qual obteve privilégios especiais em Acre. A cidade cresceu rapidamente, em população (estimada em cerca de 100.000) e em influência política (a maior parte da Ligúria, poder efetivo nas ilhas de Córsega e Elba, privilégios na Sicília normanda), no decorrer do século XII. Com o retrocesso da causa motivadora das Cruzadas e sua derrota final, Gênova procurou uma compensação em outras regiões. Consolidou seu domínio no comércio com o Mediterrâneo ocidental e (apesar de sérias perdas para os venezianos) ampliou suas atividades no renovado Império Bizantino depois de 1261, instalando colônias e feitorias no Mar Negro, na foz do Danúbio e na Criméia, abrindo assim o caminho para o comércio com os mongóis. O final da Idade Média assistiu ao declínio gradual de Gênova e sua ocasional dominação política por outras potências, se bem que a Córsega permanecesse sob sua autoridade até fins do século XV.

□ [D. Waley, Las ciudades-república italianas, Madri, Guadarrama, 1969; J. Heers, Gênes au XV siècle, Paris, Flammarion, 1971]

Genserico rei dos vândalos c. 429-77 Um dos notáveis líderes dos povos germânicos. Durante as "migrações em massa", Genserico foi quem coordenou o movimento dos povos vândalos para o sul (sob pressão visigótica), da Espanha para a província norte-africana. No período de 429-39 toda essa província, que estivera submetida a forte romanização, encontrava-se virtualmente sob o controle de Genserico; este organizou de tal modo o seu

reino que durante a maior parte do século teve o domínio do Mediterrâneo ocidental. De todos os povos germânicos, os vândalos foram os únicos a adaptar-se ao mar de forma efetiva; em 455, saquearam Roma. Cristão ariano, propenso à perseguição ocasional dos provinciais católicos ortodoxos, Genserico estabeleceu uma dualidade de função dentro do seu reino, com o que deixou aos vândalos a responsabilidade pelo exército e coleta de numerosas receitas provenientes da tributação sobre grandes propriedades (principalmente das propriedades imperiais), e aos romanos que continuassem vivendo sob suas próprias leis e magistratura, numa posição subordinada aos vândalos. Salvaguardou sua sucessão por uma forma de primogenitura virtual, mas as tensões sociais e políticas dentro do reino vândalo foram agravadas pela divisão básica entre arianos e ortodoxos.

Geraldo de Brogne (m. 959) Reformador monástico. O senhor de Brogne, perto de Namur, na Baixa Lorena, foi um dos mais influentes membros do grupo que ajudou a revitalizar o monasticismo beneditino em meados do século X. Tal como Gorze, na Alta Lorena, a abadia de Brogne converteu-se num centro para os que permaneciam fiéis ao princípio de autonomia de cada casa e à manutenção de íntimo contato com os bispos diocesanos.
□ J.M. de Smet e J. Wollasch em Revue Bénédictine, 70 (1960)

Geraldo de Cremona (c. 1114-87) Embora nascido em Cremona, passou grande parte de sua vida em Toledo, onde foi para aprender árabe. Foi o mais prolífico tradutor de obras científicas e filosóficas do árabe na Idade Média; cerca de 80 traduções foram atribuídas a ele ou à sua escola. A qualidade e a latitude de seu trabalho, que incluiu textos sobre medicina, matemática, astronomia, astrologia e alquimia, representaram uma decisiva contribuição para o progresso da ciência latina medieval.
□ C.H. Haskins, Studies in the History of Medieval Science (1927)

Gerberto d'Aurillac Ver Silvestre II

Germano, São (c. 378-448) Exerceu cargos civis na Gália antes de ser nomeado bispo de Auxerre em 418. Efetuou duas visitas à Grã-Bretanha a fim de opor-se à propagação do pelagianismo; em 429 esmagou a heresia em Verulâmio e comandou uma força de bretões na vitória contra os salteadores pictos e saxões, usando "Aleluia" como seu grito de guerra, de acordo com a tradição. Em 443 ou, possivelmente, um pouco mais tarde, em 447, voltou à Grã-Bretanha para combater a heresia. Morreu em Ravena, enquanto advogava a causa de alguns rebeldes armoricanos junto ao imperador Valentiniano III.
□ The Life of St. Germanus by Constantinus, trad. F.R. Hoare (1954)

Gerson, Jean (1363-1429) Aluno de Pedro d'Ailly, Gerson doutorou-se em teologia em 1394 e nos anos seguintes era escolhido para chanceler da catedral de Notre-Dame e da Universidade de Paris. Um dos mais eminentes teólogos da época, Gerson trabalhou com zelo para sarar as feridas do Grande Cisma e tornou-se um dos principais porta-vozes do movimento conciliar no Concílio de Constança (1414-18). Embora não tivesse êxito em dois dos seus principais objetivos — a afirmação da superioridade de um concílio geral sobre o papa, e sua defesa dos direitos da Igreja galicana em matérias de dogma — a influência de suas obras e exemplo foi grande no pensamento político e eclesiástico do século XV.
□ J.L. Connoly, John Gerson, Reformer and Mystic (1928)

Ghiberti, Lourenço (1378-1455) Escultor e escritor florentino. Ghiberti executou dois pares de portas de bronze para o Batistério de Florença, encomendas que o ocuparam durante a maior parte de sua carreira. Fez um extenso estudo da escultura da Antigüidade e foi perito na modelagem da forma humana. Seus Comentários sobre Arte são de grande importância para o estudo da arte italiana.
□ R. Krautheimer, Lorenzo Ghiberti (1971); The Florence Baptistery Doors, introdução de Kenneth Clark (1980)

Giacomo Arcebispo de Cápua. Participou na compilação do Liber Augustalis (Constituições de Melfi) publicado por ordem de Frederico II em 1231, e foi provavelmente o responsável pela redação das seções que tratam da Igreja e do clero sicilianos. Formado em direito pela Universidade de Bolonha, era considerado uma das melhores mentes jurídicas de seu tempo. Foi também um dos Cortesãos em quem Frederico depositava mais confiança, acompanhando o imperador na Cruzada de 1228.

Giano della Bella (m. 1305) Na década de 1290, Florença foi dilacerada por contendas entre os magnati ou nobres que dominavam a política da cidade. Esse nobre florentino decidiu pôr fim às lutas. Conseguiu obter o apoio dos homens das guildas médias e pequenas da cidade e, em janeiro de 1293, ajudou a redigir as Ordenações de Justiça, as quais tinham a finalidade de controlar o comportamento dos magnati. Embora as Ordenações fossem mantidas, ainda que numa forma algo modificada, o próprio Giano caiu do poder em 1295 e passou o resto de sua vida exilado na França.
□ F. Schevill, Medieval and Renaissance Florence (1961)

gibelinos As duas palavras "gibelino" e "guelfo" entraram no vocabulário da política italiana no tempo de Frederico II (1220-50). Derivadas do alemão "Waiblingen" e "Welf", foram gradualmente adotadas por facções rivais florentinas que, na década de 1240,

favoreciam o imperador ou o papa (Inocêncio IV). Em 1256, o uso desses termos tinha-se propagado à Itália setentrional, com os partidários papais conhecidos como guelfos, e seus adversários como gibelinos.

Uma importante mudança ocorreu em 1256-58 com a derrota da causa Hohenstaufen. Depois de 1270, o guelfismo passou a ser cada vez mais identificado com os adeptos angevinos, ao passo que os gibelinos eram antifranceses. Seus autores retrataram os angevinos como usurpadores dos Hohenstaufen, carecendo de toda e qualquer pretensão legítima ao trono imperial. Em 1300, os dois termos, na grande maioria dos casos, representavam apenas facções locais ou familiares, em vez de partidários papais ou imperiais.

□ P. Brezzi, I communi medioevali nella Storia d'Italia (1959) [D. Waley, Las ciudades-república italianas, Madri, Guadarrama, 1969]

Gilberto de la Porée (1076-1154) Um dos principais estudantes da escola teológica de Chartres, Gilberto foi escolhido para diretor da escola da catedral de Poitiers e, em 1142, bispo da diocese. Seu ensino foi considerado um enunciado extremo da teologia da escola universalista e como tal foi condenado por Bernardo de Clairvaux, que no entanto não conseguiu fazer com que as doutrinas de Gilberto fossem declaradas heréticas no Concílio de Reims (1148).

□ N.M. Haring, The Case of Gilbert de la Porée (1951)

Gilberto de Sempringham, São (c. 1089-1189) Fundador da ordem Gilbertina. Gilberto celebrizou-se entre os seus contemporâneos por sua santidade pessoal, mas sua reputação duradoura assenta no fato de ter fundado a única Ordem monástica puramente inglesa. Nasceu de uma família abastada que tinha propriedades no Lincolnshire. Teve problemas de saúde na juventude, e em vez de abraçar uma carreira secular, preferiu fazer um curso de estudos eclesiásticos na França. Após seu regresso à Inglaterra, viveu por algum tempo na residência do bispo de Lincoln, onde seu modo ascético de vida atraiu as atenções e a admiração. Gilberto, entretanto, se fez padre com relutância e recusou posições mais elevadas dentro da hierarquia da Igreja.

Preferiu regressar a Sempringham e dedicar-se a servir os pobres e ignorantes que encontrou nas propriedades de seu pai. Cumprindo sua vocação pastoral, organizou uma escola, hospitais e orfanatos para eles. Em 1131 fundou uma pequena comunidade de freiras que obedeciam a uma forma simplificada da Regra Beneditina. Irmãs e irmãos leigos juntaram-se ao contingente religioso e, mais tarde, cônegos. Essa forma de casa religiosa dupla era comprovadamente popular no século XII e outras foram fundadas,

sobretudo no Lincolnshire e no Yorkshire. O papa Eugênio III conferiu a Gilberto autoridade sobre a nova Ordem em 1147. Ele aceitou a contragosto essa responsabilidade, mas daí em diante passou o resto de sua longa vida supervisionando assiduamente suas comunidades religiosas e, em particular, a manutenção de rigorosa disciplina. A própria santidade de Gilberto deu origem a histórias de milagres que ocorreram ainda durante sua vida e depois de sua morte. Um relato foi remetido ao papa, juntamente com uma biografia e depoimentos de muitos homens eminentes; e em 1202 Gilberto era canonizado pelo papa Inocêncio III.

□ The Book of St. Gilbert, org. por R. Foreville e G. Keir (1986)

Gildas Clérigo britânico do século VI, cujo opúsculo De Excidio et Conquestu Britanniae constitui a mais antiga obra literária a descrever a marcha dos acontecimentos na Grã-Bretanha após a retirada romana de 410. O opúsculo fornece uma descrição fundamentalmente idônea dos eventos em suas linhas gerais, mas como seu conteúdo histórico é secundário em relação ao intuito principal de exortar ao arrependimento pela corrupção moral que Gildas sustenta ser característica desse período, é problemático como fonte histórica. A data tradicional para a redação da obra é por volta de 540, mas estudiosos modernos estão inclinados a situá-la mais no final do século.

□ Gildas: The "Ruin of Britam" and other works, org. por M. Winterbottom (1978); Gildas: New Approaches, org. por M. Lapidge e D. Dumville (1984)

Giotto di Bondone (1267 ou 1277-1337) Pintor e arquiteto toscano. Provavelmente treinado na oficina do grande mestre florentino Cimabue, Giotto foi reconhecido por seus contemporâneos Dante, Petrarca e Boccaccio como o principal artista de seu tempo. Unindo em sua arte o estudo da pintura ítalo-bizantina e da escultura gótica toscana, Giotto situa-se no término de um longo desenvolvimento na pintura gótica italiana; sua arte também aponta, de muitas maneiras, para novas tendências na Renascença. Sua obra destaca-se por suas claras e simples soluções para o problema da representação do espaço e da figura humana — ele foi também um mestre inigualável da narrativa dramática. A tremenda solidez de suas figuras impressionou o próprio Michelangelo, que realizou um estudo dos afrescos de Giotto na Capela Peruzzi, os quais sobreviveram até hoje.

É quase impossível estabelecer uma cronologia precisa de seu desenvolvimento. O mosaico Navicella em Roma (c. 1300), considerado por seus contemporâneos sua mais bela obra, é agora uma sombra do original, porquanto foi tantas vezes restaurado e remodelado que a mão de Giotto não é mais discernível. Embora sem assinatura e sem

documentação, o ciclo de afrescos da Cappella dell'Arena, Pádua (c. 1304-13), sempre lhe foi atribuído, assim como os afrescos das capelas Bardi e Peruzzi em Santa Croce, Florença, que pertencem ao seu período maduro. Os três retábulos assinados por Giotto — A estigmatização de S. Francisco do Louvre, o retábulo Baroncelli e o políptico A Madona de Todos os Santos de Bolonha — parecem ter sido, em grande parte, produtos de sua oficina. Sua autoria do ciclo de afrescos sobre A Vida de S. Francisco ainda não deixou de ser matéria de controvérsia entre os especialistas. Os investigadores ingleses, de um modo geral, rejeitam a atribuição a Giotto, embora isso não impeça a apreciação das obras como algumas das mais belas do período. Uma das últimas encomendas de Giotto foi para o campanile da catedral de Florença (1334); somente o primeiro andar da base estava concluído à data de sua morte.

Apesar do fato de Giotto ser usualmente apresentado como o precursor da Renascença italiana, vale a pena assinalar que muitas pinturas bizantinas do século XIV na Sérvia e em Constantinopla suportam comparação com sua obra. Isso de maneira nenhuma lhe diminui o gênio mas sugere um desenvolvimento paralelo de expressão artística. [ ] CH

□ A. Martindale, The Complete Paintings of Giotto (1969); A. Smart, The Assisi problem and the art of Giotto (1971) [M. Gabrielli, Giotto e l'origine del realismo, Roma, Bardi, 1981; E. Battisti, Giotto, Genebra, Skira, 1960]

Giovanni de Plano-Carpini (m. 1252) Frade franciscano que partiu em 1237 numa missão para converter os mongóis ao Cristianismo. Chegou à corte do grão—cã em Karakorum, regressando à Itália via Kiev em 1240. Seu livro sobre suas viagens fornece uma das primeiras descrições do império mongol.

□ J.J. Saunders, "John of Plan Carpini", History Today, 22 (1972)

Glastonbury, abadia de Com a notável e dramática colina de Glastonbury Tor, que lhes fica perto, as ruínas da abadia de Glastonbury ainda transmitem um sentimento de mistério e antigüidade. Havia um mosteiro céltico no lugar, e a continuidade parece ter sido virtualmente ininterrupta durante todo o período saxônico. Em meados do século X foi reconstruído sob a direção de São Dunstan e tornou-se uma das principais bases para o ressurgimento beneditino na Inglaterra. Na época da conquista normanda, era a mais abastada casa monástica do reino, com uma renda registrada superior a £800.O século XII assistiu ao florescimento das lendas que tornaram a abadia famosa numa escala européia: a atribuição de uma visita de José de Arimatéia no século I de nossa era e a proliferação das lendas arturianas, culminando na descoberta dos supostos túmulos de Artur e

Guinevere no começo da década de 1190. Glastonbury tornou-se um grande centro de peregrinação e outros temas lendários se desenvolveram à sua volta, como os relacionados com o Santo Graal e o Espinho de Glastonbury que florescia duas vezes por ano, em maio e no Natal.

□ R.F. Treharne, The Glastonbury Legends (1967); J. Carley, Glastonbury (1987)

Glendower, Owen (Owain Glyndwr) Terra-tenente que descendia de príncipes galeses, Glendower (c. 1365-c. 1417) tornou-se o líder da rebelião contra Henrique IV da Inglaterra que se desenrolou com êxito no interior de Gales, numa aliança difícil com os Percy e os Mortimer. Reivindicou um título principesco, estabeleceu relações diplomáticas com os escoceses e franceses, e no auge de seu poder, em 1405, foi amplamente reconhecido por toda a Gales como um governante virtualmente independente. A omissão de seus aliados redundou em derrota, mas a lenda de sua bravura, fielmente preservada por bardos Cortesãos, e as atas de seus conselhos, incluindo as convocações do primeiro parlamento galês, serviram como inspiração para futuras gerações. Glendower nunca foi capturado e acredita-se que tenha morrido no início do reinado de Henrique V.

□ R.R. Davies, Conquest, Coexistence and Change: Wales 1063-1415 (1987)

glosadores Termo comumente aplicado na Idade Média aos hermeneutas que escreveram extensos comentários sobre textos de direito civil e canônico mas que, numa acepção mais geral, também podia referir-se aos que escreveram a respeito de textos bíblicos ou rabínicos. De notável reputação foi a obra de Irineu, no final do século XI e começos do XII, e a de Acúrcio, no século XIII, cujas glosas foram largamente aceitas como autoridades sobre o direito romano, porquanto se baseavam no Código de Justiniano. Da mesma forma, glosas sistemáticas foram também feitas para as grandes coleções de direito Canônico associadas à obra de Graciano, no século XII, e seus sucessores. Ver Vacário, o Glosador.

□ H. Kantorowicz, Studies in the Glossators of the Roman Law (1969)

Godofredo de Bulhão (c. 1060-1100) Governador de Jerusalém. Filho do conde Eustáquio II de Bolonha e sobrinho do duque Godofredo da Baixa Lorena, sucedeu em 1082 a seu tio na chefia do ducado como Godofredo IV. Juntou-se à Primeira Cruzada em 1096 e substituiu Raimundo de Toulouse como seu líder popular em 1099. Jerusalém foi tomada nesse mesmo ano e Godofredo foi eleito para governá-la, adotando o título de Defensor do Santo Sepulcro. Segundo parece, considerou a possibilidade de confiar Jerusalém a um governo teocrático mas faleceu antes que a questão fosse decidida, e seu irmão e sucessor, Balduíno I, tomou o título de rei.

Godofredo de Monmouth (c. 1100-54) Bispo de St. Asaph (1152) que ficou famoso por sua Historia Regum Britanniae, publicada por volta de 1136-38. Essa crônica pretendia ser a tradução de um antigo manuscrito bretão; na realidade era uma obra de criatividade ficcionista que entrelaçava livremente material baseado em lendas galesas e em primitivas fontes britânicas, como Gildas e Nennius. Apesar de sua falta de exatidão histórica, desfrutou de ampla circulação durante a Idade Média, e como forneceu a base para a subseqüente tradição popular em torno de personagens tais como o rei Artur e Merlin, firmou-se como obra de importância seminal para o desenvolvimento literário da Europa ocidental.
□ The History of the Kings of Britain, org. por L. Thorpe (1973)

godos Embora o termo passasse a ser aplicado indistintamente a muitos dos povos germânicos que invadiram o Império Romano, refere-se historicamente a um ramo específico dos germanos orientais, cujo berço natal pode muito bem ter sido a Escandinávia meridional e a ilha de Gotland. Eles migraram para o leste e o sul e, no século XIV, formaram uma federação errante de tribos instaladas ao longo dos cursos de água da Rússia, os ostrogodos em sua maior parte nas terras entre o Don e o Dniester, e os visigodos entre o Dniester e o Danúbio. Graças ao labor de Úlfila (Úlfilas), por volta de 311-85, muitos deles foram convertidos ao Cristianismo, embora do credo ariano, e os Evangelhos foram traduzidos para a língua gótica, sendo criado para esse fim um novo alfabeto gótico — uma combinação de elementos gregos e latinos. Os godos cruzaram a fronteira do Danúbio em 376, sob forte pressão dos hunos e, em conseqüência da complicada e dramática política da geração seguinte, ramificaram-se permanentemente em suas duas divisões históricas: os visigodos, que desempenharam um papel destacado na derrubada do domínio político romano no Ocidente na primeira metade do século V, e os ostrogodos que, sob a liderança de Teodorico, levaram um equilíbrio temporário à Itália e grande parte do Mediterrâneo ocidental em fins do século V e começos do VI.
□ E.A. Thompson, The Early Germans (1965) [E.A. Thompson, Los godos em Esparta, Madri, Alianza, 1971]

Gokstad, barco de Escavado no fiorde de Oslo em 1881, é um belo exemplar viking de meados do século IX que foi usado como barco funerário para um chefe viking uns 50 anos após sua construção. Tem cerca de 23 metros de comprimento, construído quase inteiramente de carvalho, com mastro, coberta e 16 pares de remos de pinho. O barco possuía robustez e flexibilidade em alto-mar, graças à sua construção escamada do

costado em torno da quilha, popa e cadaste; seu pequeno calado de pouco mais de um metro tornava-o facilmente manobrável em estuários de escassa profundidade e podia ser carregado facilmente. Ver navios e navegação

□ P.H. Sawyer, The Age of the Vikings (1971)

goliardos, poetas Canções estudantis, versos críticos ferozes e satíricos, delicados poemas exaltando o amor humano e a natureza, tendem a ser atribuídos (nem sempre com justiça) ao lendário poeta Golias e seus seguidores. Constituem um produto direto da Renascença do século XII, sintomático do vigor das comunidades urbanas e dos grupos de estudantes e humanistas reunidos em torno das escolas e novas universidades da Europa ocidental. Compunham em latim e, em seu auge, produziram excelentes obras de arte, mais disfarçadas do que realçadas pela predileção dos goliardos por estribilhos facilmente decoráveis, mas generosamente reveladas nas melhores traduções modernas. A obra do Arquipoeta, sobretudo sua Confissão, classifica-se entre as mais conhecidas e as melhores de suas realizações.

□ H. Waddeell, The Wandering Scholars (1935) [R. García-Villoslada, La poesia rítmica de los goliardos medievales, Madri, Fundación Universitaria Española, 1975]

Gorme, o Velho rei da Dinamarca c. 936-c. 950 Fundador de uma poderosa dinastia de governantes dinamarqueses cujo centro de autoridade se situava na Jutlândia, especialmente em Jelling, onde as duas colinas tumulares ainda estão associadas aos nomes de Gorme e seu filho, Haroldo Dente Azul. Ele ergueu uma esteia memorial para sua esposa Thyri, e Haroldo ergueria também uma outra, magnífica, um dos mais notáveis monumentos da Era Viking, a fim de homenagear seus pais — e, ao mesma tempo, proclamar que ele, Haroldo, ganhara para a sua Coroa toda a Dinamarca e Noruega, e fizera os dinamarqueses cristãos. O próprio Gorme era um pagão e devia seu poderio a uma vitoriosa coligação de chefes dinamarqueses contra a forte pressão vinda do sul, pelo ressurgido reino cristão de Henrique, o Passarinheiro, e Oto, o Grande, na Alemanha.

□ G. Jones, A History of the Vikings (1968)

gótico Termo usado pela primeira vez por Vasari (1511-74) para descrever toda a arte entre a queda do Império Romano e o início da Renascença. Ele não fez qualquer distinção entre o pré-românico, o românico e o gótico, considerando-os todos bárbaros. Seu desprezo, baseado na ignorância, não durou muito tempo, mas o nome, embora absurdo, sobreviveu.

O gótico era essencialmente uma arte urbana, centrada nas grandes catedrais, e apoiava-se não no mecenato monástico — como no caso da arte românica — mas nas

cortes e nas guildas citadinas. Esse estilo, nascido em meados do século XII na Île-de-France, prevaleceu ao norte dos Alpes até a primeira metade do século XVI, abrangendo assim quase 400 anos. Houve, por conseguinte, consideráveis mudanças no estilo durante esse longo período. A arte gótica palaciana de meados do século XIII tem, por exemplo, pouca coisa em comum com a arte atormentada e mística que se seguiu à Peste Negra. O estilo gótico internacional de cerca de 1400 volta a ser palaciano, quase sentimental, e fornece um contraste com a última fase dramática e realista desse estilo, que tem sua melhor ilustração na arte alemã do final do século XV.

Durante todo esse período, o domínio real francês, com seu centro em Paris, foi o mais inventivo e influente em todos os campos da criatividade artística; não causa surpresa que o estilo gótico se tornasse conhecido na Europa como opus francigenum. Isso não significa, porém, que os demais países imitassem servilmente os franceses. A contribuição da Inglaterra, em especial, foi notável, seja na arquitetura eclesiástica, na construção de castelos, na iluminação de livros, na escultura ou rendilhado em pedra, em que os ingleses foram célebres. Durante a segunda metade do século XIV, a Boêmia tornou-se um importante centro artístico, graças ao mecenato do imperador Carlos IV, que fez de Praga a sua capital.

Na Itália, onde as tradições da arte antiga eram onipresentes, a influência da arte francesa foi, em seu todo, superficial, e os edifícios inteiramente góticos, como a catedral de Milão, são raros. Os grandes escultores góticos italianos Nicola Pisano e seu filho Giovanni mostram possuir o conhecimento das formas góticas mas são devedores, sobretudo, à escultura antiga. Muitos outros artistas italianos recorreram a detalhes decorativos góticos mas seus objetivos eram, de um modo geral, diferentes. A preocupação deles com o relacionamento entre figuras, o uso lógico de luz e sombra, as qualidades expressivas da figura humana e outras preocupações que levaram ao surgimento do estilo renascentista, colocam a arte italiana à parte. Ver arquitetura; escultura [251, 253] GZ

□ A. Martindale, Gothic Art (1967); J. Pope-Hennessy, Italian Gothic Sculpture (1970); G. Zarnecki, Art of the Medieval World (1975) [M.C. Gozzoli, Como reconocer el arte gótico, Barcelona, Ed. Medica y Tecnica, 1980; O. von Simson, La catedral gótica, Madri, Alianza, 1980]

Gottfried von Strassburg Um dos principais poetas alemães medievais, escreveu quase toda a sua obra na tradição do amor cortesão do século XII e começos do XIII. Sua maior contribuição para a literatura européia foi o poema [inacabado] de Tristão e Isolda. Escrito na primeira década do século XIII, contribuiu muito, em sua grande extensão e engenho

poético, para o reconhecimento universal do vernáculo alemão como veículo apropriado para elevadas realizações poéticas.

□ J. Ferrante, The Conflict of Love and Honour: The Medieval Tristan Legend in France, Germany and Italy (1973) [Gottfried von Strassburg, Tristán e Isolda, trad. B. Dietz, Madri, Nacional, 1982]

Graciano (m. c. 1179) Um dos maiores juristas da Idade Média, estudou nas escolas de Bolonha, aplicou tanto o novo saber baseado no direito romano quanto os avançados métodos dialéticos de seu tempo na criação de um compêndio de valor permanente para o direito da Igreja, conhecido como o Decretum (1139-40). Seu título original para essa obra foi Concordantia Discordantium Canonum (Concordância de Cânones Discordantes); apoiou-se consideravelmente na autoridade dos Santos Padres, nos Concílios e nos decretos de imperadores e papas. Forneceu uma ordenação sistemática e atualizada do direito Canônico e tornou-se rapidamente um auxiliar infalível e essencial na formação e prática dos juristas canônicos. Como tal, era avidamente aproveitado pelos papas e, na verdade, reflete as aspirações legais do Papado reformado do século XII. Graciano, monge do credo camaldunense, foi feito cardeal pelo papa Alexandre III. [317]

□ Corpus Juris Canonici, org. por E. Friedberg (1879-81); S. Kuttner, Gratian and the Schools of Law 1140-1234 (1983)

Grande Cisma (1378-1417) Ao regresso do Papado de Avignon a Roma, em 1378, seguiu-se um longo período de divisão e discórdia. A maioria dos cardeais elegeu, sob pressão, o arcebispo italiano de Bari como papa Urbano VI em Roma, no mês de abril desse ano, mas o apoio foi-lhe rapidamente retirado, em parte por causa da crueldade e natureza autocrática do novo pontífice. No ano seguinte, com base no argumento de que a eleição de Urbano carecia de validade, o cardeal Roberto de Gênova, fortemente apoiado pelo poderoso cardinalato francês, foi eleito como Clemente VII, que voltou a instalar a sé pontificai em Avignon. A Europa estava dividida em sua obediência por motivos de natureza política: o apoio a Avignon era dado pela França, Escócia, Castela, Aragão e alguns príncipes alemães; o imperador, a Inglaterra, a Escandinávia e a maioria dos italianos apoiaram Roma.

A existência de dois papas, cada um com substancial apoio, causou grande escândalo e problemas financeiros em todo o Ocidente. Humanistas em Paris, formando um grupo conhecido como os pensadores conciliares, tentaram encontrar uma solução para o problema na convocação de um concílio geral. Esse concílio foi realizado em Pisa (1409); declarou os papas existentes depostos e procedeu à eleição do cardeal-arcebispo de Milão

como papa Alexandre V. Não houve suficiente vontade e força política, porém, para tornar as exonerações efetivas, o resultado imediato foi a Europa ficar com três papas em vez de dois.

A situação foi facilmente resolvida no Concílio de Constança com a eleição do poderoso cardeal Colonna, em novembro de 1417, como papa Martinho V. Eleito antes que um programa efetivo de reforma pudesse ser redigido, Martinho foi capaz de reafirmar de maneira brilhante a liderança papal da Igreja. Não obstante, apesar de todos os seus esforços, alguns elementos do cisma continuaram, com algum apoio espanhol até meados da década de 1420.

□ G. Mollat, The Popes at Avignon (1963); Y. Renouard, The Avignon Papacy 1305-1403 (1970); W. Ullmann, The Origins of the Great Schism (1972)

Grécia Houve um considerável interesse pela recuperação da cultura grega, com freqüência através de fontes muçulmanas, o que foi uma das notáveis características da vida intelectual da Europa na Idade Média Central. Mas a história política das terras de fala grega, incluindo a área hoje considerada a Grécia continental e suas ilhas dependentes, é matéria de grande complexidade e tem sido tratada pelos historiadores ocidentais como sujeita a outros temas, como a história do Império Bizantino, as Cruzadas ou a ascensão dos otomanos.

De um modo geral, Bizâncio ou o Império do Oriente, com base em Constantinopla, era considerado o império dos gregos até ser derrubado pela Quarta Cruzada (1204). Desde então até sua conquista final pelos turcos otomanos em 1460, a história da "Grécia" foi acidentada e fragmentária. Sob domínio bizantino havia alguma imigração eslava, mas mantinha razoável identidade através do predomínio da língua grega e da religião ortodoxa grega. A pressão muçulmana era, por vezes, intensa, e Creta foi governada por muçulmanos de 823 a 961. Nos séculos XI e XII, a intervenção normanda, partindo da Itália meridional, foi uma provocação constante.

Após a queda de Constantinopla (1204), as terras gregas atraíram as ambições políticas de vários povos ocidentais: senhores feudais "francos", borgonheses, angevinos, italianos e os interesses feudais e comerciais associados à Grande Companhia Catalã e às grandes cidades italianas, sobretudo Veneza. A restauração do Império Bizantino em 1261 teve pouco impacto na política grega até o início do século XV, quando as ambições expansionistas dos turcos otomanos tornaram-se irresistíveis, resultando na conquista da Grécia e na tomada da própria Constantinopla em 1453.

□ D.M. Nicol, The Last Centuries of Byzantium, 1261-1453 (1972)

Gregório I Magno, São papa 590-604 (n. c. 540) De uma abastada família romana, Gregório esteve envolvido na administração secular de Roma por volta de 573, possivelmente como prefeito. Renunciou ao seu cargo para tornar-se monge e, tendo herdado as propriedades da família, nelas instalou sete mosteiros, num dos quais, Santo André, anteriormente residência da família no monte Célio, ele próprio ingressou. Obedecendo a uma convocação do papa, deixou Santo André a fim de ser ordenado como diácono. Em 579, os lombardos sitiaram Roma e talvez tenha sido então que Gregório foi enviado a Constantinopla com o objetivo de procurar ajuda do imperador. Regressou ao seu diaconato de Latrão por volta de 586. Com a morte do papa Pelágio II (590), Gregório foi unanimemente eleito para suceder-lhe.

Não obstante a sua crônica saúde precária — atribuída por Gregório de Tours ao excessivo jejum — ele dedicou-se irrestritamente às suas responsabilidades pontifícias, como é testemunhado pelas suas 854 cartas sobreviventes. Coube à Igreja alimentar a considerável população indigente de Roma, e Gregório foi o primeiro a sistematizar tais atividades caritativas, referindo-se a si mesmo como "intendente da propriedade dos pobres". Dando continuidade à obra de seu predecessor, Gelásio I (m. 496), Gregório instituiu importantes reformas na administração dos domínios papais para salvaguardar os interesses da Igreja. Foi inevitavelmente atraído para a arena política, onde as incursões dos lombardos criavam um sério problema. Gregório negociou com seus chefes, intervindo sempre que as ações do exarca bizantino se mostraram comprovadamente inadequadas. Ao contrário de muitos de seus sucessores, Gregório não estava preocupado em cercear a autoridade imperial, reconhecendo o imperador como soberano temporal e protetor da Igreja. Reconheceu a prioridade do patriarca de Constantinopla no Oriente, mas defendeu zelosamente o primado papal dentro da Cristandade. Tentou resolver disputas doutrinais, especialmente com os Três Capítulos cismáticos na Ístria, assim como entre os lombardos que tinham aceito o Catolicismo.

Gregório atribuiu grande importância à atividade missionária, instruindo Agostinho, prior de Santo André, para se dedicar à conversão dos ingleses, em 596. O famoso diálogo de Gregório com o jovem Angles em Roma pode, contudo, ser simplesmente lenda; o incidente é relatado pela primeira vez pelo seu mais antigo biógrafo, o Anônimo de Whitby (704-14), e por Beda. É improvável que a formulação do Canto Gregoriano deva alguma coisa a Gregório I, e somente uma parte do sacramentário gregoriano lhe é atribuível. Ele criticou a condenação de pinturas religiosas, considerando-as "os livros dos que não sabem ler". Seu próprio estilo literário era, com freqüência, e de forma deliberada, mais anedótico do que esotérico. A base para a aceitação de Bento de Núrsia como personagem histórica

é o relato de Gregório sobre a vida e os milagres de Bento em seus Diálogos (593). As outras principais obras de Gregório são: Regula Pastoralis, um manual para bispos; as Homílias, discursos sobre Ezequiel e os Evangelhos, proferidos em 591-93; e uma exegese sobre Jó, a Magna Moralia (595).

Primeiro papa com antecedentes monásticos, Gregório foi um ardoroso promotor do monasticismo. É reconhecido como o último dos quatro grandes Pais da Igreja latina. JF

□ J. Richards, Consul of Cod: The Life and Times of Gregory the Great (1980) [Grégoire le Grand, Paris, CNRS, 1986]

Gregório VII (Hildebrando) papa 1073-85 Corretamente considerado o líder e a figura representativa do grande movimento de reforma eclesiástica da segunda metade do século XI, o papa Gregório VII adquiriu uma reputação de tenacidade de propósitos e de visão imaginativa sobre o modo como a Igreja ocidental devia ser governada. Ganhou proeminência quando estava ainda a serviço do papa Gregório VI (1045-46), e passou o resto de sua vida exercendo um papel ativo na política e administração papais. Sua carreira foi favorecida pelo papa reformista Leão IX (1049-54) e durante mais de 20 anos esteve ocupado com os negócios da cúria pontifícia, atuando como emissário papal na França e na Alemanha e destacando-se no vigoroso grupo que desenvolveu lentamente a idéia de reforma centralizada que transcenderia as fronteiras políticas e as peculiaridades de cada comunidade eclesiástica do Ocidente.

A preocupação com a reforma moral estava no âmago de toda a sua atividade política. No final da década de 1050, a aliança do Papado com os normandos da Itália meridional e a afirmação do princípio de eleição livre para os cargos papais fortaleceram a posição da Igreja romana, se bem que, num certo sentido, essas iniciativas possam ser interpretadas meramente como um meio para se atingir um fim. A ansiedade sobre o estado moral da Igreja proporcionava a força motivadora da ação política. Uma preocupação especial foi expressa a respeito da simonia (a venda de cargos clericais), das violações do celibato (o casamento clerical era comum, especialmente na Alemanha) e da nomeação de leigos para os altos cargos da Igreja; isso era simbolizado no ato de investidura, pelo qual um rei empossava um prelado em seu cargo, instruindo-o para "receber esta igreja". Os princípios de controle laico no nível inferior também causavam grande preocupação por parte dos reformistas; os grandes latifundiários nomeavam seus próprios apaniguados para benefícios (por vezes — sobretudo, de novo, em terras alemãs — seus próprios servos). Os ataques contra esses princípios, entretanto, tinham que ser necessariamente conduzidos com mais circunspeção. O controle hierárquico dos altos

cargos da Igreja passou a ser plataforma principal do chamado movimento de Reforma Gregoriana; a transmissão de autoridade passava, numa linha clara, do papa (sucessor de São Pedro), através dos cardeais e metropolitas, até os bispos livremente eleitos.

Tais idéias eram contrárias à prática em grande parte da Europa, onde imperadores e reis estavam acostumados a escolher seus próprios bispos, que na maioria das vezes eram grandes proprietários de terras e homens-chave no governo e na administração em virtude de seu cargo. Não obstante, em sua eleição para o Papado, Gregório decidiu concretizar sua visão do que era uma Igreja reformada, livre e eficiente. "Eu não sou o costume mas a verdade", tornou-se um dos seus lemas favoritos, citado com freqüência no volumoso acervo de cartas que sobreviveram do seu pontificado. O resultado foi a precipitação de um dos maiores conflitos entre o Império e o Papado de toda a história medieval. O nome que lhe foi dado, a "Questão das Investiduras", é algo enganador: a questão dos erros e acertos da investidura leiga era apenas acessória; as verdadeiras questões diziam respeito à supremacia do papa no âmbito da Igreja. Era, na verdade, como foi sugerido por muitos historiadores, uma luta comparável à Reforma do século XVI, uma luta pela "ordem certa" no mundo ocidental.

A posição assumida pelo próprio Gregório VII foi bem enunciada nos Dictatus Papae, um memorando sobrevivente dos primeiros dias de seu pontificado, no qual são expostos os argumentos respeitantes à natureza do Papado. À primeira vista, há certas incongruências no documento — o que é evidentemente importante mistura-se com o evidentemente secundário — mas há uma lógica rígida que está presente no conjunto de 27 proposições, da primeira à última delas. É uma clara afirmação da infalibilidade da Igreja romana e da supremacia do Papado. Somente o papa tinha direito à insígnia imperial e o direito de depor bispos; tinha o direito de destronar imperadores indignos. A teoria de um Papado centralizado e centralizador emerge, inteiramente desenvolvida, no Dictatus, e foi rapidamente testada na prática.

As pendências com o jovem rei alemão Henrique IV em torno da recepção régia a bispos excomungados, da omissão em implementar as reformas morais requeridas e dos princípios que devem nortear a eleição para o arcebispo-chave de Milão acabaram eclodindo num confronto dramático e violento entre dezembro de 1075 e março de 1077. A iniciativa coube, em primeiro lugar, ao monarca, que em janeiro de 1076, numa grande assembléia de notáveis alemães, apoiou fortemente seus bispos, que Gregório tinha exonerado. A resposta do papa foi rápida e efetiva: no sínodo da Quaresma, em Roma, ele depôs também o rei, excomungando-o e isentando seus súditos cristãos dos votos de fidelidade à Coroa. Henrique viu-se rapidamente sem apoio e elementos dissidentes, dentro do reino, tanto eclesiásticos quanto laicos, não desperdiçaram a oportunidade. No outono,

num confronto que quase redundou em guerra aberta, eles ameaçaram o monarca excomungado em Tribur e Oppenheim. Graças a uma manobra política de certa destreza, Henrique evitou ser capturado e rumou para o sul, atravessando os Alpes em pleno inverno a fim de se defrontar cara a cara com o papa, no castelo de Canossa, em uma das mais dramáticas cenas de toda a história medieval. As crônicas da época e depois os historiadores exploraram ao máximo essa história, descrevendo o jovem rei, descalço e trajando vestimenta humilde, aguardando como penitente a absolvição do papa Gregório. O papa, como sacerdote, não podia fazer outra coisa senão absolvê-lo, mas os adversários políticos de Henrique, dentro da Alemanha, prosseguiram com sua conspiração, depondo Henrique e elegendo Rodolfo da Suábia como anti-rei em março de 1077.

Gregório parece ter tentado manter o equilíbrio, concentrando-se na reforma moral, ampliando sua área de influência e tentando implementar os princípios de monarquia papal em toda a Europa. Sua energia era fenomenal e a interferência ativa do pontífice foi sentida muito além das fronteiras do Império, na Hungria, Polônia, Escandinávia, Inglaterra e Espanha. Gregório foi forçado a voltar à cena política e aí, a partir de 1080, seu discernimento político parece tê-lo abandonado. Interveio a favor de Rodolfo, que foi morto numa escaramuça. Sua segunda deposição de Henrique mostrou-se ineficaz; o rei alemão ganhava agora força, marchou para a Itália, nomeou um respeitável antipapa na pessoa de Clemente III, arcebispo de Ravena, e fez-se coroar imperador. Gregório viu-se forçado a convocar seus turbulentos aliados normandos, mas as devastações por eles causadas em Roma foram tão grandes que, em 1084, Gregório teve que acompanhar os normandos quando estes se deslocaram para o sul.

Ele morreu no exílio em Salerno e seu último e amargo comentário, "Amei a justiça, portanto morro no exílio", seria relembrado por muito tempo. Como homem, suscitou paixões violentas e os epítetos que o descrevem vão desde "o feio monge toscano" até "Santo Satã". Apesar de todo o evidente fracasso e tragédia de seus últimos anos, as realizações de Gregório VII foram fenomenais. Nenhum imperador, depois de Canossa, nem mesmo o mais poderoso dos Hohenstaufens, tentou reafirmar a teocracia dos carolíngios, dos otonianos ou de Henrique III. O forte Papado do período central da Idade Média, confiante em sua supremacia sobre as coisas espirituais e em sua superioridade nas temporais, ficou estabelecido com firmeza. HRL

□ A.J. Macdonald, Hildebrand: a Life of Gregory VII (1932); J.P. Whitney, Hildebrandine Essays (1932); G. Tellenbach, Church, State and Christian Society at the time of the Investiture Contest (1940)

Gregório IX papa 1227-41 (n. 1148) Cardeal-bispo de Óstia, ao ser eleito excomungou

Frederico II por não ter cumprido um voto de participação em Cruzada. Após ter tentado sem êxito invadir a Sicília, base do poder imperial, Gregório aceitou a reconciliação de Frederico com a Igreja nos termos do Tratado de São Germano (1230). As atividades antipapais do imperador na Lombardia e na Sicília provocaram a renovação da excomunhão em 1239; e em 1241 Gregório tentou convocar um concílio geral em Roma a fim de submeter o imperador a julgamento. Gregório promulgou o Liber Extra, uma importante coletânea de legislação papal, em 1234. Foi um ardoroso defensor dos frades franciscanos e dominicanos.

□ Régistres de Grégoire IX, org. por L. Auvray (1896-1910)

Gregório de Tours, São (c. 540-94) De uma família senatorial galo-romana, sucedeu a seu primo como bispo metropolita de Tours em 573. Durante seu episcopado, tratou com três governantes merovíngios: Sigiberto, que foi assassinado em 575; o despótico Chilperico, a quem Gregório se opôs vigorosamente durante 10 anos; e o jovem Childeberto II, em cujo nome Guntram atuou como regente. Os escritos de Gregório são de caráter predominantemente hagiográfico, mas sua principal obra é a Historia Francorum, uma crônica que vai desde a Criação até 591 porém se ocupa principalmente dos assuntos do século VI.

□ The History of the Franks, org. por L. Thorpe (1974) [Histoire des francs, org. por R. Latouche, 2 vols., Paris, Belles Lettres, 1975-1979]

Groenlândia Ilha colonizada no final do século X por escandinavos, em sua maioria islandeses, sob a liderança de Érico, o Vermelho. Fundaram duas colônias: a oriental (onde se edificou a catedral, em Gardar, um mosteiro agostiniano, um convento de monjas beneditinas e 12 igrejas paroquiais) e a ocidental (em torno da moderna God-thaab). O Cristianismo foi aceito desde muito cedo e os groenlandeses prosperaram, ampliando os conhecimentos de navegação mais para oeste até Vinland e mantendo um contato firme e permanente com a Islândia e a Noruega. Em 1261 aceitaram a soberania norueguesa.

A deterioração das condições climáticas atraiu os esquimós para o sul e tornou a existência dos escandinavos cada vez mais precária. Em meados do século XIV, a colônia ocidental tinha entrado em colapso e as comunicações com a Noruega tornaram-se esporádicas. Parece provável que alguns sobreviventes tenham logrado manter-se até fins do século XV e possivelmente até a primeira década do século XVI; mas a Groenlândia pedia recolonização no começo do período moderno. Uma combinação de frio crescente, ataques esquimós e indiferença norueguesa pôs fim a um dos mais denodados e impressionantes esforços de colonização da Idade Média.

□ G. Jones, The Norse Atlantic Saga (1964)

Groote, Gerhard (1340-84) Fundador da Irmandade da Vida Comum. De uma abastada família holandesa, renunciou a uma vitoriosa carreira acadêmica para ingressar no mosteiro cartuxo de Munnikhausen, por volta de 1375. Deixando o mosteiro três anos depois, procurou a ordenação e entregou-se à pregação missionária na diocese de Utrecht. Deu uma contribuição fundamental para a espiritualidade do renascimento religioso de seu tempo conhecido como devotio moderna, mas as críticas que fez contra a corrupção na Igreja resultaram no cancelamento em 1383 de sua autorização para pregar.

A comunidade que ele fundou na sua Deventer natal constituiu o núcleo do grupo religioso denominado Irmandade da Vida Comum; seus ideais também tiveram uma influência formativa sobre a congregação canônica regular de Windesheim.

Grosseteste, Roberto (n. c. 1173) Bispo de Lincoln em 1235-53 e político de grande energia e duradoura influência, dedicou-se vigorosamente à reforma da Igreja. Em seus Statutes (1240-43), estabeleceu as diretrizes para a administração de uma diocese e para a imposição de uma ordem moral ao clero, diretrizes essas que iriam ser extensamente copiadas e usadas como modelo ao longo de toda a Idade Média na Inglaterra. Também foi o instigador da crescente prosperidade e dos elevados padrões da Universidade de Oxford, e esteve na vanguarda dos estudos lingüísticos — era um competente hebraísta e helenista — assim como do pensamento científico e teológico. Seus comentários à obra de Aristóteles sobre a física e seu compêndio dos conhecimentos científicos foram rapidamente reconhecidos como autoridades nessas matérias em sua geração, prenunciando Roger Bacon em sua ênfase sobre o experimento e um método científico rudimentar.

□ J. McEvoy, The Philosophy of Robert Grosseteste (1982); R.W. Southern, Robert Grosseteste (1986)

Guelfo (em alemão, Welf) Família descendente do conde bávaro Welf I, do início do século IX, que manteve uma implacável rivalidade com os Hohenstaufen pela hegemonia na Alemanha entre começos do século XII e do XIII. Em 1070, Welf IV tornara-se duque da Baviera, a que seu filho Henrique, o Negro (m. 1126), acrescentara substanciais territórios e seu neto, Henrique, o Soberbo (m. 1139), as terras e domínios do imperador Lotário II, em ambos os casos por casamento. Henrique, o Soberbo, parecia ser um destacado candidato à Coroa imperial mas um de seus rivais, Lotário III, um Hohenstaufen, saiu vitorioso da disputa e, não contente com isso, tratou de despojar o

herdeiro de Henrique, Henrique, o Leão, de algumas de suas terras. O irmão de Henrique, o Soberbo, Welf VI (m. 1191), herdeiro do trono da Baviera, realizou uma aliança de casamento com os Hohenstaufen e recebeu em dote a Toscana, Spoleto e outras terras italianas, doadas por seu sobrinho Hohenstaufen, o imperador Frederico I Barba-Ruiva. Em 1156, a Baviera era concedida a Henrique, o Leão, que já era duque da Saxônia e tornava-se então o virtual governante de toda a Alemanha setentrional. Em 1176, porém, Henrique recusou ajuda ao imperador da Itália. Em 1180 foi formalmente despojado de seus feudos e deles expulso pela força, deixando-o apenas com os bens alodiais da família na região de Brunswick. A família de Welf voltou ao primeiro plano político em 1201, quando o segundo filho de Henrique, Oto de Brunswick, pretendente às terras italianas de Welf VI, foi eleito imperador Oto IV com o apoio do papa Inocêncio III. Em 1209, ele consolidara seu poder na Alemanha e entrou na Itália a fim de reclamar suas terras e conquistar as dos Hohenstaufen. Alarmado, o papa acudiu agora a Frederico II da Sicília, que gradualmente tomou de volta a Alemanha a Oto, cujo aliado, Filipe II de França, derrotou de forma decisiva Oto e seus aliados ingleses em 1214.

Os Welf viam-se de novo confinados às suas propriedades alodiais de Brunswick mas sua estrela voltou a brilhar quando, em 1235, Oto, o Menino, rendeu preito de vassalagem a Frederico II que, em retribuição, lhe concedeu Lüneburgo e, além disso, converteu essas terras num principado imperial. Na Itália, entretanto, o conflito prosseguiu entre os dois partidos, denominados desde cerca de 1240 guelfos (de Welf) e gibelinos (de Waiblingen, o castelo e grito de guerra dos Hohenstaufen). No começo, os guelfos apoiavam a Igreja, adversária dos imperadores, mas as origens das disputas não tardaram em perder-se de vista, e os nomes de guelfos e gibelinos passaram a estar simplesmente ligados a facções rivais nas comunas italianas.

□ K. Hampe, Germany under the Salian and Hohenstaufen Emperors (1973)

guerra Um fator dinâmico crucial nos desenvolvimentos econômicos, sociais e políticos na Idade Média. Um certo número de batalhas decisivas, travadas com extrema intensidade, como na derrota dos muçulmanos em Poitiers (732), ou as campanhas dos cruzados na Terra Santa, destacam-se como eventos com imediatas e nítidas conseqüências. Menos imediatamente óbvios, mas de análoga importância, foram os efeitos das guerras localizadas deflagradas pelos castelãos do Poitou nos séculos X e XI, ou do conflito anglo-francês de 1294-1303, o qual gerou crises na administração financeira de ambos os reinos e concomitantes problemas políticos. É verdade que os exércitos medievais eram pequenos e que as campanhas eram limitadas em seu âmbito e não produziam invariavelmente devastações no campo. Entretanto, o resto da sociedade tinha

que sustentar esses combatentes, quer através da concessão de títulos de posse, freqüentemente descritos como feudais, quer, mais tarde, através de tributação, o que permitia pagar os exércitos diretamente. Durante toda a Idade Média, a sociedade secular estava organizada para as necessidades da guerra.

A Igreja medieval procurou constantemente limitar e controlar os conflitos. Os governantes leigos cristãos eram tradicionalmente os protetores e avalistas da isenção eclesiástica dos efeitos da guerra, mas no começo da Idade Média, a Igreja sofreu em conseqüência de invasões e do colapso da autoridade política em muitas regiões. Alguns eclesiásticos enfrentaram a força com a força, sendo um exemplo as comunidades monásticas célticas na Irlanda. Em outros lugares, a Igreja atuou como uma influência apaziguadora. As conturbadas condições da Borgonha e da Aquitânia no final do século X deram origem à Paz e Trégua de Deus, pela qual os sacerdotes e os pobres recebiam proteção e os atos de violência eram legalmente proscritos em muitos dias do ano. O movimento propagou-se consideravelmente e teve uma profunda influência na sociedade leiga. As Ordens Religiosas Militares foram o resultado de um enfoque diferente: a santificação da agressão e sua organização contra o infiel.

O culto da cavalaria, o qual se desenvolveu a partir da tradição do amor cortesão, reforçou a idéia de um código cristão de conduta para o cavaleiro, e o combate no final da Idade Média era geralmente precedido de missa e confissão. A teoria da "guerra justa" desenvolvida pelos canonistas, estabeleceu que a guerra deveria ser sustentada por leigos em prol de uma causa justa e necessária que não pudesse ser vitoriosa por outros meios. Tais conceitos foram ganhando gradualmente terreno, em detrimento dos primitivos costumes feudais que permitiam a qualquer cavaleiro deflagrar a guerra a seu bel-prazer. A autoridade pública e sanções eclesiásticas foram aplicadas contra os combates ilícitos, quando uma complexa série de leis e costumes passaram a regulamentar a conduta da guerra. Entretanto, diferentes critérios eram usados no caso de guerras contra pagãos e infiéis, as quais, em sua grande maioria, eram desencadeadas com selvática ferocidade. Carlos Magno devastou a Saxônia a fim de forçá-la a adotar o Cristianismo, e muitas campanhas nas Cruzadas foram sublinhadas por atos de indescritível violência, como o massacre de muçulmanos e judeus em Jerusalém em 1099. Também no Ocidente os padrões ideais nem sempre foram respeitados: os mercenários brabanções empregados pelos reis ingleses, franceses e alemães em fins do século XII eram notoriamente bárbaros, enquanto que durante a Guerra dos Cem Anos os exércitos ingleses infligiram graves danos à população francesa, muitas vezes seguindo instruções de seus comandantes.

Os símbolos duradouros da guerra medieval, do século XI em diante, são o cavaleiro

e o castelo. O proprietário de um castelo podia dominar e proteger uma área, e só quando reconhecia a autoridade de um suserano poderia ter o seu poder mantido sob controle. No final da Idade Média, cidades fortificadas adquiriram também uma significativa importância estratégica. O vassalo ou servidor combatente do início da Idade Média deu lugar ao miles ou cavaleiro, sustentado por terras feudais ou por emolumentos monetários desde o século X. Ele era um guerreiro pesadamente armado e montado num possante cavalo, o que lhe dava grande vantagem sobre tropas mais ligeiras. Treinado nas guerras particulares e em torneios a que o clero se opunha tanto, o nobre cavaleiro era encorajado a manter seus ideais de coragem, virtude e dever. A infantaria não era adversário à altura da cavalaria pesada, como os infantes anglo-saxões, armados com machados, descobriram em Hastings, em 1066. A partir do século XIII, porém, tropas especializadas combatendo a pé, muitas como mercenárias, obtiveram algumas importantes vitórias. Os arqueiros galeses, com seus arcos de mão, deram a Eduardo III considerável vantagem na Guerra dos Cem Anos, como na batalha de Crécy (1346); os exércitos comunais flamengos, com suas pesadas armas de mão, provaram poder lutar de igual para igual contra Filipe IV da França em Courtrai (1302). As embarcações desempenharam um importante papel no transporte de combatentes, como nas incursões vikings; e algumas grandes batalhas foram travadas no mar, como a derrota infligida pelos ingleses à frota francesa em Sluys, em 1340. Os navios das comunas italianas e, em especial, os genoveses, eram forças poderosas e respeitadas.

Muitos comandantes medievais possuíam certa percepção estratégica. Tentavam evitar batalhas regulares sempre que possível, preferindo manobrar e sitiar os castelos de seus adversários, usando equipamento especializado. O aparecimento da pólvora no final da Idade Média prenunciou importantes desenvolvimentos na guerra de cerco. As batalhas eram raras mas freqüentemente decisivas, como quando, em 1288, o duque de Brabante derrotou o conde de Limburgo e o arcebispo de Colônia em Worringen. Táticas cuidadosamente elaboradas faziam considerável diferença para o desfecho de uma batalha, e uma fuga simulada podia, por vezes, significar a vitória. Ver armadura; castelos; cavalaria; cavaleiros EMH

□ R.C. Smail, Crusading Warfare 1097-1193(1956); J.F. Verbrüggen, The Art of Warfare in Western Europe during the Middle Ages (1977) [C. Rezende Filho, Guerra e guerreiros na Idade Média, S. Paulo, Contexto, 1989]

Guerra dos Cem Anos Nome dado a uma série de guerras travadas entre a Inglaterra e a França na parte final da Idade Média, mais específica e substancialmente no período de 1337 a 1453. Durante a maior parte desse período, a iniciativa coube aos ingleses, e os

principais combates e a devastação resultante tiveram lugar exclusivamente na França. A guerra ativa dividiu-se em quatro fases claramente marcadas: 1) 1337-60, um período de sensacionais vitórias inglesas (Crécy, 1346; Poitiers, 1356), culminando no Tratado de Brétigny (1360), o qual deu à Inglaterra o controle de quase toda a faixa costeira do norte e oeste da França; 2) 1360-80, caracterizada pela recuperação francesa com Carlos V e DuGuesclin, ficando a Inglaterra reduzida, pelo Tratado de Bruges (1375), à posse de Calais e de uma zona costeira da Gasconha; 3) 1380-1420, um período de cumulativos desastres franceses, no qual se juntaram a loucura do rei Carlos VI, a ascensão do poder borgonhês e as vitórias esmagadoras de Henrique V da Inglaterra (Azincourt, 1415); pelo Tratado de Troyes (1420), virtualmente toda a França ao norte do Loire ficou sob domínio inglês, e Henrique V foi reconhecido como herdeiro do trono francês; 4) 1420-53, a lenta recuperação da França marcada pela inspiração de Joana d'Arc (derrota das forças inglesas que sitiavam Orléans em 1429 e coroação de Carlos VII em Reims), acordo com a Borgonha (1435) e maior eficiência da cavalaria e artilharia francesas, concorrendo para um moral mais elevado dos combatentes.

As causas da guerra eram complexas, incluindo questões específicas (como a pirataria no Canal, disputas territoriais na Gasconha, rivalidades comerciais e reivindicações dinásticas baseadas, em parte, nas conexões familiares imediatas dos capetíngios e dos Plantagenetas) e, também em parte, na percepção histórica do poderio territorial dos antigos governantes normandos e angevinos da Inglaterra dentro da França. A maioria dos analistas modernos dá grande ênfase aos obsoletos arranjos constitucionais de acordo com os quais os reis ingleses tinham direito às possessões francesas que lhes haviam sido outorgadas pelos reis franceses sob forma feudal. Numa época em que as estruturas de governo estavam se desenvolvendo rapidamente em ambas as comunidades, o rei da Inglaterra não podia exercer em suas terras francesas a mesma autoridade que estava apto a exercer e explorar na Inglaterra. Por outras palavras, a guerra é interpretada como uma parte vital da crise na Europa ocidental que levou à criação de estados nacionais relativamente eficientes na Inglaterra e na França.

Houve, por certo, uma consolidação da consciência nacional em ambos os lados do Canal. O francês tinha deixado de ser a língua palaciana oficial da Inglaterra por volta de 1380, e houve um belo florescimento da língua inglesa nas últimas décadas do século XIV, sobretudo nas obras de Chaucer. Materialmente, a Inglaterra sofreu menos do que a França, que foi devastada por sublevações camponesas (a Jacquérie) e pelas Companhias Livres do século XV. Importância precoce foi atribuída aos Estados Gerais na França (1356), e o Parlamento inglês aumentou sua influência nos assuntos financeiros; mas o resultado final em ambas as comunidades foi o fortalecimento da monarquia.

□ The Hundred Years' War, org. por K. Fowler (1971) [E. Perroy, La guerra de los cien años, Madri, Akal, 1982; Ph. Contamine, La guerre de cent ans, Paris, PUF, 1972]

Guerras das Duas Rosas Nome dado às guerras civis inglesas que ocorreram no período de cerca de 1455-89. Suas causas subjacentes incluíram a recessão econômica e a prosperidade decrescente das classes latifundiárias; o fim da Guerra dos Cem Anos em 1453; os problemas decorrentes do "feudalismo bastardo"; e a escalada de conflitos particulares entre as grandes famílias, como os Percys e os Nevilles. A razão central e imediata para sua eclosão foi, entretanto, a ineficácia de Henrique VI e a corrupção de seus conselheiros. As facções adversárias lutaram, em primeiro lugar, pelo controle do rei e depois de cerca de 1460 pela própria Coroa. Um fator de complicação era a oportunidade de herança, que tinha feito surgir um grande número de candidatos ao trono, todos descendentes de Eduardo III.

A década de 1450 assistiu às tentativas de Ricardo, duque de York, com o apoio de Warwick (o "Fazedor de Reis"), para controlar Henrique VI às custas da rainha Margarida e seus partidários. Em 1459, os líderes yorkistas fugiram para o estrangeiro, só regressando no ano seguinte para capturar o rei em Northampton. Foi então que o duque Ricardo reclamou o trono; mas seus próprios seguidores não lhe deram o apoio esperado e ele teve que se contentar com a promessa de sucessão. A rainha reagrupou entretanto as forças lancastrenses, e obteve duas importantes vitórias, em Sandal (1460), onde York perdeu a vida, e em St. Albans (1461). Ela não conseguiu, porém, o apoio de Londres e foi forçada a retirar-se para o norte, permitindo que Eduardo, filho de Ricardo de York, recém-chegado após derrotar em Mortimer's Cross um outro exército lancastrense, se proclamasse e coroasse rei com o apoio de Warwick. Em Towton, as forças de Eduardo IV obtiveram uma grande vitória no que foi a mais renhida batalha da guerra. Eduardo consolidou sua posição mas, na década de 1460, ele e Warwick passaram pouco a pouco a se desentender. Warwick foi malsucedido numa tentativa de golpe de Estado, juntou-se aos lancastrenses e, com apoio francês, repôs Henrique VI no trono (1470). Com ajuda dos borgonheses e do Parlamento, Eduardo IV invadiu a Inglaterra em 1471 e derrotou os lancastrenses nas batalhas de Barnet e Tewkesbury. Warwick foi morto, Henrique VI morreu na Torre de Londres em circunstâncias misteriosas, e a rainha Margarida foi presa e depois exilada. Terminou aí a luta dinástica direta, mas em 1485, Henrique Tudor, um distante parente da casa de Lancaster, iria aproveitar-se das dissensões do reinado de Ricardo III. Invadiu a Inglaterra, derrotou Ricardo e tomou o trono para si.

Estudos recentes das Guerras das Duas Rosas sugerem que elas foram tanto sintoma quanto causa da violência e anarquia da sociedade inglesa. A pilhagem e a

devastação envolvidas têm sido muito exageradas; somente em 1459-61 e 1469-71 a lei e a ordem, segundo parece, teriam soçobrado por completo. Embora sete famílias da alta nobreza tenham desaparecido por completo, houve menos extinções das linhas varonis de casas nobres por causa das guerras do que por falta de herdeiros masculinos. Os perigos de permitir à aristocracia local um poder irrestrito foi, contudo, uma lição que Henrique VII não desprezaria.
EMH

□ J.R. Lander, Conflict and Stability in Fifteenth-Century England (1974); C. Ross, The Wars of the Roses: A Concise History (1977); A. Goodman, The Wars of the Roses, Military Activity and English Society 1452-97(1981)

guildas Uma guilda é uma associação de caráter solene, um grupo de pessoas que se reúnem para algum fim comum, estabelecem confrarias ligadas por alguma modalidade de juramento e expressam a vinculação entre elas por meio de formas rituais de comer e beber. Instituições desse tipo aparecem em numerosas culturas. A palavra é cognata no inglês arcaico de geld, pagamento; e, embora o pagamento de jóias e taxas de filiação seja uma característica constante das guildas, há na base uma ligação mais antiga entre pagamento e sacrifício. As mais antigas guildas eram, provavelmente, festins sacrificiais pagãos, e a substituição da carne e do sangue de uma vítima pela cerveja, a bebida sagrada dos germanos, pouco fez para tornar esses festins mais agradáveis à Igreja cristã. As mais antigas referências conhecidas no Ocidente são como rituais pagãos que tinham de ser suprimidos com firmeza pelo clero.

A guilda era, contudo, uma instituição com profundas raízes, mais fácil de assimilar do que de abolir; e durante toda a Idade Média suas únicas rivais como forma de organização social eram a família, com todos os seus dependentes e servidores domésticos, e a corte. As guildas clericais surgiram cedo e no século X Londres tinha uma guilda para a manutenção da paz, a qual contava com o bispo entre seus membros. O mais importante papel da guilda na Igreja era, provavelmente, a edificação de igrejas e, de certa maneira, a definição da paróquia como uma comunidade de fiéis. A manutenção de uma igreja paroquial, excetuando-se o altar-mor e o coro, era responsabilidade dos paroquianos, e o empreendimento de construir o edifício e conservar a estrutura em boas condições exigia um esforço cooperativo que a guilda estava perfeitamente apta a promover. As guildas paroquiais e as guildas sociais que se encarregaram do acréscimo e manutenção de capelas e altares em igrejas paroquiais fixaram honorários para os sacerdotes e financiaram a aquisição de luminárias e serviços particulares, mantendo a estreita associação entre guilda e vida paroquial até o fim da Idade Média.

Duas manifestações da guilda serviram para distorcer sua história. Uma foi a guilda mercantil, que nos aparece quando a documentação da vida urbana se intensifica do século XI em diante, e que manteve um papel central nos negócios de algumas cidades durante séculos. Sua natureza e função foram largamente incompreendidas, porque os historiadores tentaram classificar as guildas como entidades e não como meios adaptáveis a uma variedade de fins. Quando os cidadãos procuravam obter privilégios do rei ou de algum outro senhor, era natural que usassem a guilda como símbolo e como reforço de seu objetivo comum; também era natural que os mercadores protegessem seus interesses no país e no estrangeiro do mesmo modo. A partir do século XII, os boroughs ingleses, com freqüência mas não invariavelmente, procuraram assegurar-se do direito de estabelecer uma guilda mercantil entre os privilégios da cidade e, em alguns lugares, como Ipswich em 1200, a filiação à guilda era equiparada à liberdade do borough.

Há muitas cidades, contudo, onde não existe o menor vestígio de uma guilda mercantil; aquelas na Inglaterra nas quais a guilda desempenhou um destacado e duradouro papel nos assuntos cívicos ou apenas uma função secundária, como Calne, no Wiltshire, ou então, como Leicester, tinham senhores que não estavam dispostos a permitir o controle burguês de seus próprios tribunais. O funcionário que presidia uma guilda chamava-se alderman [intendente], e os intendentes municipais podem ter tido sua origem nas guildas. O principal magistrado de Grantham foi conhecido por esse título até o século XIX. Na maioria dos boroughs, entretanto, a guilda mercantil logo perdeu o significado dominante que pudesse ter tido para o tribunal do borough, que se converteu num órgão tanto administrativo quanto judicial. Mesmo assim, o edifício no qual o tribunal se reunia era freqüentemente conhecido como Guildhall, como aconteceu em Londres, onde nunca houve qualquer guilda mercantil.

O outro uso urbano da guilda foi como um meio de organizar e controlar as artes e ofícios. É quase certo que as guildas foram usadas em algumas incipientes tentativas de artesãos afirmarem uma independência corporativa em relação aos patrões comerciantes, mas na época de documentação mais completa, final da Idade Média, as guildas ou corporações de ofícios regulamentavam a qualidade, a produção e o recrutamento para os diversos ofícios visando os interesses do empregador e do artesão qualificado e estabelecido. Uma vez mais, era a finalidade da organização, não a sua forma, que a distinguia das outras guildas, e era o contexto social do momento, não alguma ideologia peculiar da guilda, o que determinava seu objetivo. Entretanto, nos séculos XIV e XV, numa sociedade profundamente impregnada de formas religiosas, todas as guildas tinham fins

religiosos e sociais que eram tão proeminentes quanto quaisquer outros fins. A manutenção de capelães, de orações pelos mortos, de providências para assistir aos irmãos e enfermos e indigentes e a seus dependentes, eram características regulares das guildas ou corporações de ofícios, assim como eram os únicos objetivos confessados de muitas outras irmandades.

Também era usual, nessa época, as guildas professarem o culto de determinado santo ou santos padroeiros, uma convenção que refletia e promovia a associação de santos com certos ofícios e profissões. A Virgem era objeto generalizado de devoção, mas de todos os cultos, o de Corpus Christi foi, provavelmente, o mais influente. Desde começos do século XIV, representações rituais da Paixão de Cristo na Páscoa evoluíram para elaborados espetáculos teatrais em igrejas e processões alegóricas nas ruas; foi nesses eventos que os autos e outras formas de dramaturgia laica encontraram suas origens. No século XVI, a Reforma varreu as guildas e muitas de suas obras, mas as formas sociais da nova era ficaram devendo suas origens ao mundo medieval, em que a solene irmandade da guilda tinha sido não só uma força estabilizadora mas também um potente motor de mudanças. Ver cidades

□ C. Gross, The gild merchant (1890); G. Unwin, The gilds and companies of London (1908); S. Reynolds, Kingdoms and communities in Western Europe (1984)

Guilherme I, o Conquistador duque da Normandia e rei da Inglaterra 1066-87 (n. c. 1028) Homem de extraordinária capacidade, cujos dotes políticos e militares lhe granjearam um lugar dominante na Europa ocidental. O cronista anglo-saxão retratou-o como sábio, poderoso e "gentil para com os bons homens tementes a Deus" mas "implacável com quem resistisse à sua vontade". Filho ilegítimo de Roberto I da Normandia e de Herlève, supostamente a filha de um curtidor de Falaise, tornou-se duque em 1035, quando era ainda criança. Dependeu, para a sobrevivência política, de uma facção da nobreza, da Igreja e do rei Henrique I da França, que o ajudou a esmagar seus inimigos em 1047. No início da década de 1050 obteve um valioso aliado em conseqüência de seu casamento com Matilde de Flandres, mas seu crescente poder levou-o a conflitar com seu suserano capetíngio.

Na década de 1060, Guilherme empreendeu espetacular expansão territorial, que iria enriquecer muito a ele e aos seus seguidores. Maine foi capturada, campanhas foram organizadas na fronteira bretã e em 1066 ocorreu o clímax, com a batalha de Hastings, a derrota e morte do rei Haroldo I e a conquista da Inglaterra. Com sua riqueza e coroa, a Inglaterra constituía uma presa muito prestigiosa e cobiçada, e o Conquistador e seus homens só consolidaram sua vitória com dificuldades consideráveis. Quando uma

importante rebelião eclodiu no norte em 1069, foi sufocada com violência. A maioria dos grandes proprietários de terras ingleses foi substituída por homens de Guilherme, todos eles devendo estrita obediência feudal ao rei; e, como os cargos mais elevados na hierarquia da Igreja ficassem vagos, também eles foram entregues a franceses. A posse de terras foi organizada para sustentar os cavaleiros, e grande número de sólidos castelos, símbolos da nova ordem, foram construídos. A maquinaria administrativa e judicial da Inglaterra anglo-saxônica foi desenvolvida para adequar-se às necessidades normandas. O Domesday de 1086 é uma ilustração notável da capacidade administrativa do regime de Guilherme.

Guilherme, o Conquistador, morreu quando estava em campanha para manter sua posse do Maine. Foi sepultado em sua própria fundação monástica de Saint-Etienne em Caen.

□ D.C. Douglas, William the Conqueror (1964)

Guilherme I, o Leão rei da Escócia 1165-1214 (n. 1143) Consolidou o poder real em suas terras ao ampliar os domínios feudais até o extremo norte e ao estruturar a administração real. Bateu-se com denodo contra as ambições territoriais dos reis ingleses, mas foi derrotado e forçado a render vassalagem a Henrique II e, depois, a João Sem Terra. Mesmo assim, reivindicou com algum êxito que os vínculos de vassalagem só se aplicassem às suas terras inglesas, nada tendo a ver com a sua posição como rei da Escócia.

□ G.W.S. Barrow, The Kingdom of the Scots (1973)

Guilherme IX (1071-1127) Duque da Aquitânia desde 1086, foi um influente mecenas de trovadores e ele próprio um dos primeiros poetas-trovadores. Sob o seu patrocínio, a corte de Poitiers tornou-se um notável centro cultural. Interrompeu sua rivalidade crônica com o conde de Toulouse a fim de partir em Cruzada em 1101, mas suas forças sofreram pesada derrota em Heracléia.

□ H. Davenson, Les Troubadours (1964)

Guilherme de Champeaux (c. 1070-1121) Teólogo que lecionou nas escolas da catedral de Paris mas foi levado a retirar-se em 1108 pela zombaria de Abelardo a respeito de suas opiniões sobre universais. Tornou-se mais tarde o principal mestre na Escola de Saint-Victor em Paris. No plano político, notabilizou-se por suas tentativas, como emissário junto ao imperador Henrique V (1106-25), para pôr fim à Questão das Investiduras. Também deu significativa contribuição para a filosofia medieval com o tratado De Origine Animae, no qual enfatizou o ato criativo de Deus na feitura de cada alma humana.

□ R.W. Southern, Medieval Humanism and other Studies (1970)

Guilherme de Malmesbury (c. 1095-c. 1143) Adotando a obra de Beda para modelo da sua e pretendendo preencher a lacuna historiográfica entre os dias de Beda e os seus, Guilherme passou sua vida ativa como monge e bibliotecário no mosteiro beneditino de Malmesbury e deixou duas obras históricas de notável mérito: a Gesta Regum, ou "Feitos dos reis de Inglaterra", narrativa que cobriu o período de 449 até 1120, e a Gesta Pontificum, a qual, embora concentrando-se no período anglo-saxônico, também registrou muita informação vital a respeito da história mais recente das sés eclesiásticas inglesas até a década de 1120. Sua Historia Novella forneceu uma descrição valiosa e estritamente contemporânea de partes do reinado de Henrique I e dos primeiros anos de Estêvão. Também escreveu uma Vida de São Dunstan, traduziu a Vida de Santo Wulfstan de Worcester, de Coleman, e produziu uma obra influente sobre a história de Glastonbury. Seu bom estilo latino, seu desejo de revelar a verdade histórica (embora fosse capaz de aceitar provas duvidosas em abono da antigüidade de Glastonbury ou Malmesbury, por exemplo), e sua intuição para uma boa história asseguraram a permanente popularidade de sua obra; ele situa-se entre os principais historiadores do século XII.
□ H. Farmer, "William of Malmesbury's life and works", Journal of Ecclesiastical History, 13 (1962); R.M. Thomson, William of Malmesbury (1987)

Guilherme de Ockham (c. 1285-1349) Teólogo franciscano inglês que estudou em Oxford. Suas principais obras, as Sentenças e Quodlibeta, foram provavelmente concluídas em 1324, quando respondeu a acusações de heresia no tribunal pontificai de Avignon. Condenado em 1326, tomou o partido dos franciscanos espirituais em suas disputas com o papa João XXII, e teve que fugir, buscando a proteção do imperador Luís da Baviera. Ficou residindo em Munique, onde publicou poderosos tratados denunciando a autoridade temporal do Papado. Pensador vigoroso e influente, sua ênfase sobre a vasta distinção entre o homem e o onipotente e incognoscível Deus separou a fé da razão e apontou o caminho do progresso nas ciências naturais.
□ G. Leff, William of Ockham (1975) [Guilherme de Ockham, Brevilóquio sobre o principado tirânico, trad. L.A. De Boni, Petrópolis, Vozes, 1988]

Guilherme de Rubruquis (Roebruck) (n. c. 1215) Frade franciscano enviado em 1253 por Luís IX de França em missão diplomática aos mongóis. Seu relato da viagem e descrição da corte do grão-cã em Karakorum deixou bem claro que a esperança de uma conversão em grande escala dos mongóis ao Cristianismo era ilusória.

□ I. de Rachewiltz, Papal Envoys to the Great Khan (1971) [Guillaume de Rubrouck, Voyage dans l'Empire Mongol, trad. C. e R. Kappler, Paris, Payot, 1985]

Guilherme de Volpiano (Guilherme de Dijon) (964-1031) Monge italiano de Cluny que foi abade de Saint-Bénigne em Dijon desde 990. Sob os auspícios de Cluny, proporcionou a inspiração e organização para um importante ressurgimento da decadente vida monástica na Normandia, na região de Paris e outras partes da França setentrional.

Guilherme de Wykeham (1324-1404) Ascendeu a elevadas funções na Inglaterra: foi bispo de Winchester desde 1366 e chanceler da Inglaterra em 1367-71 e 1389-91. É lembrado principalmente por suas importantes fundações educacionais: o New College, Oxford (edificado em 1380-86) e o Winchester College (1382-94). [283]

Guilherme Marshal (1146-1219) Conde de Pembroke. Filho mais novo e sem terras, freqüentador assíduo de torneios, Guilherme foi nomeado instrutor do primogênito de Henrique II na arte de cavalgar. Em 1189, Guilherme casou com Isabel, filha e herdeira de Richard de Clare, conde de Pembroke e lorde de Striguil, e por isso herdou as enormes propriedades da família Clare e o senhorio de Leinster na Irlanda, além de comprar metade das terras dos condes de Giffard. Um dos mais poderosos barões ingleses, Guilherme ajudou João Sem Terra a subir ao trono, mas em 1205, segundo parece, jurou vassalagem a Filipe II de França no tocante às suas propriedades normandas. Para escapar à perseguição do rei João, Guilherme foi para a Irlanda (1207-13) onde, como uma de suas figuras mais destacadas, proporcionou um notável grau de paz e prosperidade. Realista leal até o fim do reinado de João Sem Terra, ajudou a governar a Inglaterra na ausência do rei (1214), foi proeminente nas negociações que levaram à promulgação da Magna Carta (junho de 1215) e apoiou João na guerra civil. Com a morte do monarca (outubro de 1216), Guilherme tornou-se regente em nome do jovem Henrique III e sua intervenção foi decisiva para estabelecer a paz na Inglaterra no decorrer do ano seguinte.
□ L'histoire de Guillaume le Maréchal, org. por P. Meyer(1891); S. Painter, William Marshall (1933) [G. Duby, Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo, Rio, Graal, 1988]

Guilherme Tell O personagem da lenda detalhadamente elaborada no Chronicon Helveticum do século XVI, era um camponês de Bürglen, no cantão de Uri, Suíça, que no final do século XIII ou início do século XIV desafiou a autoridade do governador austríaco de Altdorf, Gessler. Como pena, ele foi obrigado a alvejar com seu arco e flecha uma maçã colocada sobre a cabeça de seu filho pequeno. Ele foi bem-sucedido mas suas ameaças ao governador culminaram em sua detenção. No caminho para a prisão, ele

conseguiu fugir e pouco depois matava Gessler numa emboscada perto de Küssnacht. Os suíços sublevaram-se então contra seus senhores austríacos. A base histórica desse episódio é matéria de debate, pois não existem referências a Tell em fontes escritas antes da década de 1470; mas há conexões claras entre a história de Guilherme Tell e outras narrativas míticas e heróicas medievais.

□ [J-F. Bergier, Guillaume Tell, Paris, Fayard, 1988]

Gulden (Goldgulen ou florim alemão) Moeda de ouro. Nome dado nos séculos XIV e XV a derivados alemães do florim, especialmente os cunhados pelos eleitores da Renânia e por cidades imperiais como Frankfurt-sobre-o-Meno, Lüneburgo e Basiléia, em nome dos imperadores, de Sigismundo (m. 1437) em diante. As moedas tinham aproximadamente o mesmo peso que o florim (3,5g) mas eram inferiores em pureza, usualmente por volta de 19 quilates.

Gutenberg, João (c. 1396-1468) Experiente ourives, Gutenberg trocou sua Mainz natal por Estrasburgo por volta de 1430. No intervalo até seu regresso (c. 1449), parece ter aperfeiçoado a técnica de impressão com tipos móveis, inventando e desenvolvendo uma máquina de fundição de tipos e os tipos vazados em caracteres individuais de cobre. Financiado por João Fust, um banqueiro, ele imprimiu parcialmente as Cartas de Indulgência e totalmente a Bíblia de 42 linhas (1453-55). Após a dissolução da sociedade, Gutenberg prosseguiu sozinho, imprimindo a Bíblia de 36 linhas, por exemplo. O arcebispo de Mainz concedeu-lhe uma pensão em 1465. Ver imprensa

□ V. Scholderer, Johann Gutenberg: the inventor of printing (1970)

Guy de Lusignan (1129-94) Aventureiro do Poitou casado com Sibila (1179), irmã do rei Balduíno IV de Jerusalém. Após a morte precoce de Balduíno V em 1186, ele próprio foi eleito rei. Derrotado e aprisionado na batalha de Hattin por Saladino, em 1187, Lusignan tentou, após ser solto, manter seu título real até que Ricardo I da Inglaterra o forçou a renunciar a ele. Em compensação, tornou-se governador de Chipre (1192) e fundador da dinastia Lusignan, que teve o domínio da ilha até o século XV.

Gwynedd O reino de Gwynedd situa-se no ângulo noroeste de Gales e incluía a ilha de Anglesey, as terras baixas em contraste com as montanhosas de Snowdonia. Há evidências da existência de reis desde o começo do século VI e mesmo nessa data eles já são mencionados em termos que sugerem uma preeminência entre os reis galeses. Os reis de Gwynedd, ao contrário de outros monarcas de Gales, tiveram ampla projeção em toda a Grã-Bretanha inglesa do século VII e a pedra tumular de Llangadwaladr, em

Anglesey, em memória do rei Cadfan, meados do século VII, chama-lhe "o mais sábio e o mais renomado de todos os reis". Mais tarde, especialmente com Rhodri Mawr, no século IX, foram absorvidos, apesar de permanecerem separados, os reinos galeses de Powys e Ceredigion, no sudoeste.

Gwynedd passou por um período de dominação meridional mas sobreviveu para tornar-se o foco de resistência galesa contra ingleses e normandos. A conquista normanda da Inglaterra teve repercussões imediatas para o País de Gales. Inicialmente, os normandos foram muito bem-sucedidos em Gwynedd, mas depois da morte do conde Hugo de Shrewsbury em Anglesey, em 1098, o domínio deles afrouxou. Daí em diante, a região fronteiriça e grande parte do sul foram governados por senhores da marca (fronteira), mas os príncipes de Gwynedd, especialmente Owain Gwynedd (1137-70), preservaram clara independência.

No início do século XIII, Llywelyn ab Iorwerth — Llywelyn, o Grande (1200-40) — consolidou sua autoridade como príncipe da Gales do Norte (e, na verdade, mais extensamente de toda a Gales), sujeito à vassalagem que prestou ao monarca inglês. Após sua morte, novos progressos foram realizados por seu neto Llywelyn ap Gruffydd (1255-82), cuja posição como príncipe de Gales com controle feudal sobre "todos os barões galeses de Gales" foi aceita pelos ingleses no Tratado de Montgomery (1267).

A sucessão de Eduardo I no trono da Inglaterra trouxe, porém, a derrota e Llywelyn ap Gruffydd foi morto (dezembro de 1282) na segunda fase das guerras galesas de independência, sendo toda a resistência finalmente abandonada em junho de 1283. A obra que tinha sido realizada na formação e consolidação de um principado territorial foi vantajosamente aproveitada por Eduardo I e seus sucessores.

Embora nunca mais voltassem a estar tão próximos da independência, os príncipes galeses, como Owain Glyndwr (c. 1365-c. 1417), continuaram rebelando-se contra o domínio inglês até a subida ao trono da Inglaterra de Henrique VII Tudor, de estirpe Anglesey, após a batalha de Bosworth em 1485.

□ J.E. Lloyd, History of Wales from the Earliest Times to the Edwardian Conquest (1911); A.D. Carr, Medieval Anglesey (1982); D. Stephenson, The Government of Gwynedd (1984)

H

Habsburgo, dinastia Família suábia, originária do norte da moderna Suíça. Os Habsburgo fizeram parte da pequena nobreza da Alemanha até que, por serviços prestados aos Hohenstaufen, tornaram-se poderosos e detentores de grande fortuna na Alsácia, Zurique e, finalmente, no começo do século XIII, em grande parte do sudoeste alemão. Durante o grande Interregno (1254-73), muitos dos adeptos dos Hohenstaufen voltaram suas atenções para Rodolfo, conde de Habsburgo, e em 1273 ele foi eleito imperador, forçando o seu derrotado rival, o rei da Boêmia, a ceder os ducados de Áustria e Estíria (1278). A partir desse ponto, o interesse dos Habsburgo passou a estar identificado com o Médio Danúbio, e seu centro transferiu-se para Viena. Apesar da perda de suas terras natais na Suíça e do malogro em manter o título imperial, os Habsburgo ampliaram sua influência territorial no século XIV, adquirindo a Caríntia e a Carniola (1335), o Tirol (1363) e finalmente Trieste, com acesso ao Adriático (1382). A divisão da herança enfraqueceu essa coleção de principados, mas após a morte do imperador Sigismundo em dezembro de 1437, os príncipes alemães elegeram seu sucessor e genro Alberto, duque da Austria, como representante principal da casa de Habsburgo. Daí em diante, os Heibsburgo foram a escolha natural para o título imperial. Ver Alberto I; Maximiliano I

□ R.A. Kann, The Habsburg Empire (1957); A. Wandruszka, The House of Habsburg (1964)

Hakim califa 996-1021 (n. 985) Sexto califa fatímida, famoso por sua perseguição a cristãos e judeus, embora tivesse nascido de mãe cristã. Seu reinado coincidiu com as ofensivas bizantinas na Síria e na Palestina (974-75; 995). Em 1001 foi pactuado um armistício de 10 anos com os bizantinos mas a paz foi perturbada pela destruição, por ordem de Hakim, da igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém (1009), o que redundou no rompimento de relações.

Suas crueldades eram múltiplas e inúmeras, e sua presunção de divindade, somada à sua instabilidade geral, tem sido interpretada como sinal de loucura. Ele desapareceu súbita e misteriosamente em 1021, muito provavelmente vítima de assassinato.

□ S. de Sacy, Exposé de la religion des Druzes (1838)

Hanseática, Liga Federação de cidades do norte da Alemanha, formada para proteger interesses comerciais mútuos. A expansão costeira alemã na direção leste, nos séculos XII e XIII, habilitou os comerciantes alemães a estabelecerem o monopólio do comércio no Báltico, tendo por centro a ilha de Gotland, que negociava com peles, cera e artigos de luxo vindos do Oriente. Isso ajudou a estimular elos comerciais mais antigos, com a

Inglaterra e a Flandres. Colônia também se tornou importante centro comercial. As cidades negociaram acordos em pequena escala, como a aliança de 1241 entre Hamburgo e Lübeck ou a Liga Vêneda de 1264, as quais se amalgamaram numa união mais poderosa em 1356, quando as cidades da Hansa se reuniram a fim de resolver dificuldades comerciais comuns na Flandres. A Hansa atingiu o auge no final do século XIV, com 70-80 membros e uma lucrativa rede de rotas comerciais dependentes dos Kontors (escritórios comerciais) instalados em Londres, Novgorod, Bergen e Bruges. Consolidou sua posição dominante no Báltico ao sair vitoriosa de um conflito de nove anos com Valdemar IV da Dinamarca, em 1370. Lübeck assumiu a liderança dos negócios hanseáticos, cabendo-lhe geralmente convocar a Hansetag ou Dieta, e usando seu selo em nome da Hansa. A Liga Hanseática começou a declinar durante o século XV, desafiada no Báltico pela atividade crescente de mercadores não-hanseáticos e ameaçada pelo cada vez maior poder de governantes territoriais. [100]
□ [P. Dollinger, La Hanse, Paris, Aubier, 1964]

Haraldo I, o Louro rei da Noruega c. 870-945 (n. c. 860) Figura tão grande na lenda quanto na história, Haraldo é corretamente considerado o verdadeiro fundador da dinastia Yngling. Submeteu a maior parte da Noruega ao seu domínio e toda ela à sua influência. A batalha decisiva travada no fiorde de Hafrs ocorreu entre 885 e 900. Foi uma batalha naval, e a autoridade de Haraldo em sua plenitude era essencialmente a de um rei do mar, impondo disciplina às tripulações vikings e às rotas marítimas. Também esteve ativo nas Órcadas e em Shetland, e mais tarde a opinião escandinava atribuiu boa parte da turbulência viking do final do século IX à insatisfação de uma jovem aristocracia de capitães do mar, contra o poder centralizador e autoritário do rei Haraldo.

Ele teve uma vida longa e muitos filhos, entre os quais Haakon, o Bom, filho adotivo do rei Athelstan, e Eric "Machado Sangrento" (m. 954), que tiveram papéis de destaque nos assuntos ingleses.

Haraldo III Hardrada rei da Noruega 1047-66 (n. 1015) Uma das mais fascinantes figuras do século XI, considerado por muitos como o último dos verdadeiros chefes vikings. Haraldo foi ferido na batalha de Stiklestad (1030), na qual seu meio-irmão Santo Olavo foi morto. Escapou para território russo, serviu na guarda varega em Constantinopla, e regressou para disputar com êxito o trono norueguês, onde seu governo de pulso forte lhe granjeou o epíteto de Hardrada, ou "conselheiro duro". Foi pretendente ao trono da Inglaterra em 1066, obteve vitórias iniciais contra os condes ingleses e conquistou York; mas foi apanhado de surpresa, derrotado e morto por Haroldo II Godwinson na batalha de

Stamford Bridge, não longe de York, em 25 de setembro de 1066.

Harding, Santo Estêvão (m. 1134) Abade de Cister. Estudante e talvez monge em Sherborne, deixou a abadia a fim de viajar para a França e Itália, até ingressar finalmente no mosteiro beneditino de Molesme. Em 1098 apoiou São Roberto de Molesme na fundação de uma comunidade ascética em Cîteaux, berço da Ordem Cisterciense, da qual foi o terceiro abade em 1109. Harding exerceu uma importante influência no desenvolvimento dos ideais e organização cistercienses; com efeito, é provável que tenha sido ele quem escreveu o primeiro texto da Regra de Cister, a Carta Caritatis, a qual procurou salvaguardar padrões ascéticos pela criação de uma moldura jurídica.

Haroldo II Godwinson ("Filho de Godwin") rei da Inglaterra 1066 (n. c. 1022) Conde de Wessex (1053-66) no reinado de Eduardo, o Confessor, e o mais poderoso homem da corte. Haroldo foi aclamado rei na primeira semana de janeiro de 1066, com a morte de Eduardo. Era um homem de considerável talento e refinamento, e as poucas provas existentes sugerem que ele granjeou a aceitação geral e tinha os predicados de um bom governante. Haroldo obteve uma grande vitória sobre o rei norueguês, Haraldo Hardrada, em Stamford Bridge, a 25 de setembro de 1066, mas foi derrotado e morto por Guilherme, duque da Normandia, na batalha de Hastings, em 14 de outubro de 1066. As lendas a respeito de sua sobrevivência são testemunhas de sua grande popularidade.
□ H.R. Loyn, Harold Godwinson (1966)

Harun al-Rachid califa em 786-809 (n. 766) Quinto califa abássida. Seu reinado marcou o ponto de mutação do percurso histórico dos abássidas, quando teve início seu declínio e desintegração política. Harun organizou mas não comandou pessoalmente duas expedições contra os bizantinos em 779-80 e 781-82; a segunda delas levou o exército abássida pela primeira e última vez até as margens do Bósforo, o que proporcionou a Harun a nomeação para um alto cargo e sua indicação como sucessor ao trono. Embora as Mil e Uma Noites retratem seu reinado como uma "idade de ouro", Harun teve que enfrentar uma longa série de transtornos políticos a leste e a oeste. Seu patrocínio da Jihad (guerra santa contra o infiel), somado à destruição de igrejas ao longo da fronteira muçulmano-bizantina e ao severo status dado aos povos submetidos, refletem provavelmente sua necessidade de agradar à opinião pública. Entretanto, apesar das constantes campanhas e da construção de uma frota no Mediterrâneo que atacou Chipre em 805 e Rodes em 807, as fronteiras estavam praticamente inalteradas no final do reinado de Harun. Segundo parece, houve uma troca de embaixadas entre Harun al-Rachid e Carlos Magno, concedendo-se a este os direitos de proteção sobre Jerusalém, mas nenhuma menção de tal acordo foi até agora

encontrada em fontes árabes. Com sua morte, Harun gerou uma série de relatos históricos conflitantes sobre seu reinado e caráter.

Hassan ibn Sabbah (m. 1124) Líder dos Nizaris, seita islâmica heterodoxa, Hassan era um puritano ascético: seus dois filhos foram mortos pela mão dele, um por ter supostamente cometido um homicídio, o outro por seu comportamento dissoluto. Credita-se-lhe a organização e o treinamento dos assassinos, a seita xiita fundada por volta de 1090. Nesse ano, atacou e tomou a fortaleza de Alamut, auxiliado por prosélitos no interior dela. Isso foi o começo de uma insurreição geral contra o poder seljúcida, marcada pelo assassinato dos principais adversários e a conquista da fortaleza. O último ataque seljúcida de envergadura contra Alamut ocorreu em 1118. Os anos restantes de vida de Hassan transcorreram em relativa paz, consolidando os ganhos nizaris.
□ M.G.S. Hodgson, The Order of Assassins (1955)

Hastings, batalha de (14 de outubro de 1066) Batalha decisiva que resultou na conquista da Inglaterra pelo duque Guilherme de Normandia que se declarara, por direito de designação, legítimo sucessor de Eduardo, o Confessor (1042-66). O encontro dos exércitos inimigos ocorreu num local que ficou conhecido, daí em diante, como Battle, a uns llkm de Hastings, no Sussex, e ficou bem registrado visualmente na tapeçaria de Bayeux. Haroldo II da Inglaterra, recém-saído de sua vitória em Stamford Bridge, lutou valentemente, apoiado por tropas aguerridas, equipadas para as familiares táticas de infantaria do norte, armadas de espadas e machados de guerra, e protegidas por impressionante muralha de escudos. As forças com que Guilherme o enfrentou eram substancialmente formadas por cavalaria, auxiliada pelos arqueiros, que davam mobilidade e flexibilidade extras aos normandos, do ponto de vista tático, fazendo a vitória pender decisivamente para o lado deles. Foi calculado que de cada lado 6.000 a 7.000 homens participaram na batalha.
□ R.A. Brown, "The Battle of Hastings", Proceedings of the Battle Conference 1980 (1981)

Hawkwood, Sir John (c. 1320-94) Um dos maiores condottieri estrangeiros que desempenharam um importante papel na vida militar da península italiana no final da Idade Média. Filho de um curtidor do Essex, Hawkwood iniciou sua carreira militar na França como capitão de um grupo de mercenários denominado Companhia Branca (1359); esse irrequieto e ambicioso grupo de soldados avançou gradualmente para o sul, em direção ao Piemonte e depois à Itália. Em 1364, Pisa escolheu-o para comandante-chefe na guerra contra Florença. Entrou a serviço do Papado e, mais tarde, da família Visconti até 1377, quando concordou em combater pelos florentinos, que lhe concederam cidadania e isenção vitalícia de impostos. Com sua morte, teve um funeral de Estado de grande pompa, com

luxuosas exéquias na catedral de Florença.
□ G. Tease, The Condottieri: Soldiers of Fortune (1970)

Henrique III rei da Alemanha e imperador do Sacro Império Romano Germânico 1039-56 (n. 1017) Um dos mais poderosos governantes alemães da Idade Média, Henrique impôs a paz interna e fortaleceu sua posição na fronteira oriental ao derrotar os húngaros e subordinar o ducado da Boêmia nos primeiros anos de seu reinado. Era um zeloso adepto da reforma da Igreja e usou Ordens clericais, de maneira intensiva, sobretudo cluniacenses, no governo e na administração. Em 1046, interveio nos negócios de Roma para resolver a situação escandalosa que fora criada quando três homens sustentavam ser o papa. No Sínodo de Sutri, realizado com seu patrocínio, seguido de um novo Sínodo em Roma, os três prelados reclamantes foram declarados depostos e um bispo alemão eleito como Clemente II, que coroou então Henrique imperador no dia de Natal de 1046. Clemente foi sucedido por uma série de papas alemães, culminando com a eleição do próprio primo de Henrique como o vigoroso reformador Leão IX (1049-54). À luz da Questão das Investiduras, que viria a seguir, é freqüentemente considerado um paradoxo o fato de que a iniciativa alemã e imperial tivesse sido tão preponderante na criação do Papado reformado para, na geração seguinte, ser comprovadamente a sua mais acérrima inimiga. A morte prematura de Henrique aos 39 anos e a sucessão de seu jovem filho Henrique (de apenas seis ou sete anos) deixaram a monarquia alemã enfraquecida num momento crítico. Ver Inês, imperatriz

Henrique II Plantageneta rei da Inglaterra 1154-89 (n. 1133) Criador do Império Angevino, filho de Godofredo Plantageneta, conde de Anjou, e de Matilde, filha de Henrique I e neta de Guilherme, o Conquistador. Henrique II teve igual importância na história da França e na história da Inglaterra. Reconhecido como duque da Normandia em 1150 (aos 17 anos de idade) e conde de Anjou pela morte de seu pai no ano seguinte, Henrique casou com Leonor da Aquitânia em 1152, adquirindo assim o controle de extensos territórios no sudoeste da França. O rei Estêvão da Inglaterra foi forçado a aceitá-lo como herdeiro e Henrique sucedeu-lhe no trono inglês em 1154.

Nos 35 anos seguintes, esse irascível, arguto e enérgico angevino desempenhou um papel destacado e, por vezes, dominante na política européia. A habilidade dos monarcas franceses, em especial de Filipe II Augusto depois de 1180, e a deslealdade e turbulência dos filhos de Henrique ("Do demônio vieram, para o demônio irão"), fizeram fracassar o mais ambicioso de seus planos continentais; mas, assim mesmo, deixou uma formidável herança para Ricardo Coração de Leão e, em última instância, para seu filho mais jovem e

favorito, João. Na Inglaterra, ele realizou grandes e permanentes avanços nas áreas das finanças, justiça e administração. O país precisava de um período de paz e reconstrução após a desordem reinante nos tempos do rei Estêvão, e Henrique era o homem para proporcionar tal período.

Sua obra mais duradoura foi realizada na esfera legal: os tribunais régios tornaram-se mais eficientes, novos editos tratando dos direitos de posse ajudaram a estabilizar a posição fundiária, e as audiências regulares de juizes itinerantes nos tribunais dos condados deram real poder ao direito consuetudinário na Inglaterra. Na área financeira, os registros contínuos do Tesouro a partir de 1155 são testemunho da natureza refinada das técnicas financeiras inglesas. Henrique conheceu êxitos e fracassos em seu relacionamento com a Igreja. A transferência de seu hábil chanceler Tomás Becket para o arcebispado de Canterbury provou ser um desastre pessoal. Becket resistiu às reformas de Henrique, foi forçado a exilar-se e, no seu regresso, após uma reconciliação parcial em fins de 1170, foi martirizado em sua catedral de Canterbury.

Henrique também provou ser imensamente importante em uma perspectiva britânica mais ampla. Gales manteve-se relativamente calma e os lordes fronteiros, sobretudo Richard Strongbow em Pembroke, estiveram ocupados e leais. A captura do rei da Escócia durante a fracassada rebelião dos filhos de Henrique habilitaram-no a afirmar a suserania da Coroa inglesa no reino setentrional. Mais significativo ainda, aproveitando-se dos êxitos militares de Strongbow na Irlanda, Henrique interveio pessoalmente e instalou seu filho João como senhor da Irlanda. Na gama de atividades e no grau de sucesso duradouro, Henrique Plantageneta situa-se entre os maiores governantes europeus medievais. [235] HRL

□ W.L. Warren, Henry II (1973)

Henrique V rei da Inglaterra 1413-22 (n. 1387) Considerado pelas gerações seguintes o arquetípico herói-rei medieval, Henrique V é maior na lenda do que na história, embora suas realizações tenham sido consideráveis. Sucedendo a seu pai, Henrique IV (1400-13), revelou uma combinação de tolerância e crueldade que mostra bem sua capacidade inata como governante medieval. Foi brutal na supressão do lolardismo e da rebelião liderada por Sir John Oldcastle, mas esforçou-se muito por reconciliar as facções que se tinham formado após a deposição de Ricardo II e a rebelião da família Percy, com ajuda galesa, no reinado de seu pai. É principalmente lembrado, entretanto, por seu extraordinário êxito em inaugurar o que foi virtualmente uma nova fase na Guerra dos Cem Anos. Sua espetacular vitória em Azincourt (1415) quase provocou o total colapso da resistência francesa. Combinando genuína devoção e visão de estadista, Henrique fez um acordo com

o imperador Sigismundo (1416), pelo qual anulou o apoio genovês aos franceses e ajudou a pôr fim ao cisma papal, através da eleição de Martinho V em 1417. Através de uma guerra de cerco, Henrique realizou a conquista virtualmente completa da Normandia em 1419, e uma aliança com Borgonha forçou a concordância francesa com o tratado de Troyes (1420), pelo qual Henrique era reconhecido como herdeiro do trono francês e casava com Catarina, filha de Carlos VI, o monarca francês. Henrique morreu em campanha na França em agosto de 1422, menos de dois meses antes da morte do rei francês. Sua morte prematura, por volta dos 35 anos, condenou a Inglaterra a uma longa e difícil menoridade.
□ E.F. Jacob, Henry V and the Invasion of France (1947)

Henrique, o Leão (1129-95) Duque da Saxônia desde 1142 e da Baviera (1156-80), foi o mais notável representante da grande dinastia Guelfo. Henrique apoiou seu primo Frederico Barba-Ruiva em suas campanhas na Itália e contra os poloneses, mas sua omissão do envio de reforços em 1176 resultou na derrota imperial em Legnano, infligida pela Liga Lombarda. O confisco de terras da Igreja por parte de Henrique deu ao imperador Frederico a oportunidade de desforra, o que ele fez privando Henrique de seus dois ducados por meios judiciais em 1180. Tendo passado seu exílio na Inglaterra, na corte de seu sogro Henrique II, ele efetuou um turbulento regresso à Alemanha depois de 1190, mas não conseguiu recuperar sua boa estrela.

Sua principal contribuição consistiu em ter dado início a um firme processo de colonização a leste, a partir de sua base Saxônica, e também na manutenção da paz interna na Alemanha quando Barba-Ruiva estava ocupado em seus empreendimentos imperiais e italianos. A derrota judicial de Henrique em 1180 indica a importância do vínculo de dependência feudal do rei, e a divisão de seu vasto conjunto de terras prenuncia o surgimento de uma nova classe de príncipes imperiais que seriam os beneficiários finais do fracasso de reis e imperadores em impor um controle soberano unitário na Alemanha do final da Idade Média.
□ K. Jordan, Henry the Lion (1986)

Henrique, o Navegador, Infante Dom (1394-1460) Terceiro filho de Dom João I de Portugal e de Filipa de Lencastre, filha de João de Gaunt. Henrique acompanhou seu pai na conquista da cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415. Essa operação tinha sido organizada como parte da Reconquista da Península Ibérica. Henrique deu continuidade a esse programa patrocinando uma série de viagens marítimas ao longo da costa africana para flanquear os domínios mouros e neutralizar ou apoderar-se do tráfego árabe de ouro. O avanço foi lento até ter sido dobrado em 1434 o cabo Bojador. As ilhas da Madeira,

Açores e Cabo Verde foram colonizadas e o açúcar foi introduzido na Europa em quantidades substanciais, assim como a pimenta-da-costa, com suas funções preservativas. De suma importância foi a instalação por parte de Henrique de uma escola náutica em Sagres [um promontório na costa algarvia de Portugal e o ponto mais ocidental da Europa NT] para a qual atraiu matemáticos, geógrafos, cartógrafos, construtores navais e tradutores. Essa escola utilizou conhecimentos clássicos e árabes e sintetizou-os com a experiência prática a fim de produzir um tipo de barco, a caravela, especialmente adequado para viagens de longo curso, assim como instrumentos de astronomia e navegação que foram usados com o primeiro conjunto de tábuas de latitude. O espírito de realização e de competência do Infante promoveu a autoconfiança que forneceria o trampolim para a subseqüente expansão portuguesa e européia.
□ CR. Boxer, The Portuguese Seaborne Empire (1969); J. Ure, Prince Henry the Navigator (1977)

Henrique de Langenstein (m. 1397) Teólogo. Importante apologista do movimento conciliar, cujo livro Concilium Pacis (1381) provou ser influente num momento crítico. Essa influência deveu-se em parte, à relativa simplicidade de seu argumento, segundo o qual um concílio ecumênico era superior ao papa, era infalível e podia ser convocado por um governante secular.

Henrique de Susa (m. 1271) Cardeal de Óstia e mestre de direito Canônico. Estudou em Bolonha direito romano e Canônico, tendo depois lecionado nessa universidade e em Paris. Inocêncio IV nomeou-o para a sé de Sisteron (1244), para a arquidiocese de Embrun (1250) e, no mesmo ano, fê-lo cardeal de Óstia e Velletri. Seu prestígio como canonista ficou bem estabelecido mesmo durante sua vida. Sua obra Summa Aurea, uma coletânea de glosas e exposições sobre direito composta em 1250-61, granjeou-lhe o título de "Senhor do direito e luminoso intérprete das Decretais".
□ C. Lefebvre, "Hostiensis", Dictionnaire du droit canonique, V (1953)

Heráclio I imperador bizantino 610-41 (n. c. 575) Filho de Heráclio, exarca da África, zarpou em 610 para Constantinopla, capturou e executou o impopular imperador Focas e foi ele próprio proclamado imperador. Seu reinado foi dominado por conflitos militares. Numa série de quatro campanhas (622-28) quebrou o poderio persa na Anatólia e na Armênia, e precipitou o colapso do Império Persa. Sustou o avanço eslavo nos Balcãs mas foi impotente para deter os árabes em sua impetuosa investida através da Síria, Palestina e Egito. Heráclio tentou resolver as disputas teológicas no interior de seu Império mediante uma série de concessões mútuas, mas a condenação aberta de sua política pelo

Papado resultou em fracasso.

heráldica Na acepção de uma ciência dos brasões de armas, a heráldica originou-se na Europa no século XII e desenvolveu-se nos dois séculos seguintes até se converter numa requintada disciplina intelectual e artística. A colocação de figuras e peças distintivas no escudo ou no elmo de um cavaleiro era um costume que vinha de tempos imemoriais, mas o desenvolvimento de um método sistemático de identificação de nobres de aspecto semelhante, na guerra e na paz, foi uma característica da sociedade feudal no Ocidente, com sua ênfase sobre o direito hereditário e a sucessão hereditária das terras e da autoridade. A natureza cosmopolita da aristocracia militar era enfatizada pela mobilidade geral característica da Europa do século XII, sobretudo em conseqüência do movimento das Cruzadas. A concessão de brasões de armas, inicialmente uma incumbência do senhor feudal, logo se tornou uma prerrogativa régia, e exibir ou usar o brasão de outrem equivalia a uma falsificação, a uma fraude. A heráldica abrangia tanto a Igreja quanto a nobreza laica, e figuras e motes heráldicos passaram a ser também usados por guildas e corporações nas cidades.

A variedade era admissível nos primeiros tempos, mas no século XIV normas rigorosas a respeito do uso de brasões passaram a vigorar em todo o mundo ocidental, sendo a obediência às mesmas imposta através de tribunais reais, como o Herald's College de Londres, criado em 1483 pelo rei Ricardo III, e que era um órgão com o objetivo específico de zelar pela estrita observância dos preceitos contidos no Armorial. A linguagem da heráldica era e ainda é basicamente francesa — uma indicação da posição central ocupada pela França e o Império Angevino na sociedade feudal. O vocabulário mais elaborado dizia respeito à forma como se procede à composição de um brasão de armas, seus formatos e proporções, as partições e subpartições do campo (os diferentes fundos do escudo, que podem ser partidos, talhados, esquartelados, franchados, em pala ou em mantel), sobre os quais se colocam as chamadas peças honrosas do brasão (por exemplo, faixa, banda, aspa, bordadura etc), as cores e matizes (que em heráldica têm o nome de metais — ouro e prata — e esmaltes — azul, verde, preto ou púrpura) e, por fim, as peças móveis, que podem ser figuras e divisas de toda a espécie (animais reais ou fabulosos — como grifos, unicórnios, dragões — plantas, árvores, castelos, utensílios variados, muitas vezes com uma alusão ao nome de família em forma de trocadilho, como "águia" por Aguiar). Os ornatos exteriores obedecem também a regras complicadas para a inserção de elmos fechados ou abertos, coroas, coronetes e chapéus eclesiásticos, de acordo com a classe, a dignidade e a função hierárquica do indivíduo (desde rei, príncipe, duque, conde etc. até abade, cardeal, bispo ou arcebispo) e o aditamento de suportes, tenentes, ornatos,

pavilhões ou tarjas aos brasões de família, ou seja, símbolos usados em caso de grande honraria, como esteios para o escudo. Os filhos mais novos e os ramos colaterais também têm seus brasões "diferenciados".

A heráldica e o papel do arauto (herald) estavam intimamente associados com os conceitos de nobreza, fidalguia e cavalaria, que alcançou sua mais nítida expressão na Europa dos séculos XIII e XIV com a criação de instituições como a Ordem da Jarreteira por Eduardo III da Inglaterra em 1348. HRL

□ A.R. Wagner, Heralds and Heraldry in the Middle Ages (1956); Boutell's Manual of Heraldry, org. por J.P. Brooke-Little (1973); A.R. Wagner, Heralds and Ancestors (1978) [Verbete ligeiramente modificado e ampliado para tornar mais explícita a produção de um brasão de armas. NT]

heresia As atitudes em relação à heresia, assim como, na verdade, à rigorosa interpretação da ortodoxia, variaram de época para época no seio da Igreja cristã. Nos primeiros séculos da atual era, as controvérsias teológicas, revelando profundas diferenças raciais e sociais, gravitaram sobretudo em torno da natureza da Trindade e, mais especificamente, em torno da natureza da segunda pessoa da Trindade. Essas discussões continuaram perturbando a Igreja Ortodoxa Oriental, mas a Igreja ocidental aceitou, de um modo geral, o ortodoxo Credo de Nicéia e esteve largamente imune a cisões de maior monta acerca de heresias desde o Concílio de Calcedônia (451) até o século XII.

Os primeiros hereges condenados à fogueira no Ocidente medieval foram 15 clérigos e monjas surpreendidos numa intriga palaciana em Orléans em 1022 e os membros de uma comunidade religiosa descoberta perto de Turim em 1028, cuja devoção ao Espírito Santo os levara a manter uma cadeia constante de oração e a não comer carne nem dormir com as esposas. A rápida propagação da pregação anticlerical durante o século XII foi acompanhada de um refinamento da definição de crença ortodoxa e de um endurecimento de atitudes para com os não-ortodoxos. Em 1184, a bula Ab Abolendum foi publicada numa tentativa de impor uniformidade e ortodoxia; ordenava aos bispos que procedessem a uma investigação anual (inquisitio) em suas dioceses e excomungassem não só os heréticos mas também as autoridades que não agissem contra eles. Após o Quarto Concílio de Latrão, tais medidas foram incorporadas à legislação secular, incluindo a do Império (1220), de Aragão (1223) e da França (1226). A partir de 1231, inquisidores subordinados diretamente à autoridade papal estiveram em atividade no Languedoc e em cidades italianas; em 1252 foram autorizados a recorrer à tortura para obter confissões, e sua ação estendeu-se à maior parte da Europa continental nos séculos seguintes.

Advertidos por São Paulo de que "nos últimos tempos alguns se afastarão da fé... proibindo o matrimônio e o comer carne", os bispos apressaram-se a interpretar as manifestações de entusiasmo espiritual leigo como um ressurgimento das antigas heresias de Mani e Ario, e a associá-las, com ou sem provas, à negação dos sacramentos e ao comportamento orgíaco que regularmente se atribuía aos hereges (desde os clérigos de Orléans até a preponderantemente mítica Irmandade do Livre Espírito do século XIV). Isso ajudou a criar um estereótipo do herege para a posterior caça às feiticeiras. Em 1143 foram descobertas em Colônia duas seitas em controvérsia pública. Ambas concordavam na espiritualidade ascética e na hostilidade à hierarquia eclesiástica, mas os membros de uma delas reivindicavam autoridade apostólica para a sua própria hierarquia. Eles se tornaram seguidores dos bogomilos búlgaros, cuja influência se estendeu nas quatro décadas seguintes aos Países Baixos e do Languedoc à Lombardia, criando as Igrejas cátaras, cuja característica teológica dualista (isto é, alicerçada na convicção da maldade essencial de todas as coisas criadas) foi reforçada pelo contato direto com as Igrejas bogomilas no mundo bizantino.

Os ensinamentos, organização e rituais refinados dos cátaros, e a influência exercida pela humildade e a austeridade pessoal de seus missionários de ambos os sexos, fizeram deles o alvo principal da Cruzada Albigense e da subseqüente perseguição. Mas a tradição nativa era mais antiga e mais persistente. O apelo para a prática da pobreza apostólica e para a simplicidade da Igreja primitiva não foi menos poderoso na boca de pregadores heréticos como Tanchelmo na Flandres ou Pedro de Bruys na Provença (começo do século XII) do que tinha sido na dos profetas da reforma monástica e papal do século XI. Henrique de Lausanne (c. 1116-45) pôde organizar a resistência contra a expansão do papel do clero, especialmente no batismo, matrimônio, confissão e morte, dotando-a de um credo cuja coerência inspirou vasto e, por algum tempo, tenaz apoio no Languedoc. Se o ardor menos fundamentalmente anti-sacerdotal levava ou não à heresia, era em grande parte uma questão de oportunidade e de sensibilidade por parte da autoridade. Os valdenses, seita fundada por volta de 1176 por um comerciante de Lyon para resistir à disseminação do catarismo, foram empurrados para a heresia pela insistência episcopal em exercer o controle sobre a pregação deles e, sob a perseguição que lhes foi movida, tornaram-se cada vez mais radicais e implacavelmente antipapais em sua doutrina; os Humiliati lombardos, muito semelhantes aos valdenses em suas crenças e comportamento, foram anatematizados em conjunto com eles e outros em 1184, mas reintegrados como ordem religiosa por Inocêncio III, conquistando muitos prosélitos nas próprias cidades onde os cátaros estavam mais ativos.

A heresia popular não devia sua expansão à contaminação da Antigüidade ou do

Oriente, nem a seus atrativos para os interesses desta ou daquela classe social. Doutrinariamente, sua tendência mais sólida e mais sistemática, expressa de forma completíssima por John Wycliffe, consistia em resistir à elaboração do ensino e do ritual, à elevação do clero acima do laicado, e ao poder secular da Igreja. Socialmente, heresia e ortodoxia também eram inseparáveis; cada uma definia a outra. Conforme sugere uma forte tendência para insistir na irmandade espiritual e econômica, a heresia era freqüentemente adotada por aqueles que sofreram em conseqüência de mudanças sociais. Tanto os operários têxteis de Arras, no século XI, quanto os nobres da Florença do século XIII podiam ver a corrupção mundana manifestar-se no crescente poder dos mercadores, que eram certamente mais propensos a apregoar seu status cada vez mais alto pela devoção do que a pô-lo em risco manchando-o de heresia. Inversamente, as acusações de heresia tinham menos probabilidades de ser eficazes para sustar o avanço de tais grupos — embora isso fosse tentado, notoriamente contra a família Maurand de Toulouse — do que para evitar o ressentimento de seus rivais e vítimas.

As heresias mais obstinadas defenderam freqüentemente a tradição contra a sacralização do casamento no século XII ou a institucionalização do espírito de São Francisco no século XIII. No entanto, por mais conservadora que fosse a inspiração dos pregadores heréticos, o próprio fato de a expressarem era uma solicitação de endosso popular contra a ordem estabelecida. A austeridade de suas vidas, assim como a eloqüência de suas palavras, ofereciam a seus seguidores uma lealdade e solidariedade alternativas. Ninguém desafiou mais radicalmente essa ordem do que Amoldo de Bréscia, cujos adeptos arrebataram o controle de Roma ao papa na década de 1140, ou João Huss, que deu seu nome às mais sangrentas guerras do final da Idade Média. Tanto um quanto outro não foram culpados de erro doutrinário.
[354]
RIM

□ G. Leff, Heresy in the Later Middle Ages (1967); M.D. Lambert, Medieval Heresy (1977); R.I. Moore, The Origins of European Dissent (1977); E. Peters, Heresy and Authority in Medieval Europe (1980)

heresia adocionista Crença que sustentou não ter o Cristo, como homem, a menor possibilidade de ser filho de Deus por nascimento mas somente por adoção, através do seu batismo. Predominante na Espanha no final do século VIII, foi principalmente exposta por Elipandio, arcebispo de Toledo, atacada por Alcuíno em seus escritos e condenada nos sínodos de Frankfurt (792-94), Friuli (796), Roma (799) e Aix-la-Chapelle (800). Apesar disso, os bispos espanhóis nunca romperam formalmente com a Igreja. A controvérsia

ressurgiu durante os debates escolásticos do século XII, ensinando Abelardo e Gilberto de la Porée, que, como a natureza de Deus era imutável, sua humanidade só poderia ser externa e acidental e não substancial em sua própria natureza. Essa crença foi condenada pelo papa Alexandre III em 18 de fevereiro de 1177 mas o adocionismo continuou sendo uma questão fundamental para o debate teológico durante toda a Idade Média.
□ [R. de Abadai, La batalla del adopcionismo en la desintegración de Ia Iglesia visigoda, Barcelona, CSIC, 1949]

Herman Billung (m. 973) Ativo comandante militar dos saxões em suas campanhas contra os eslavos, Billung demonstrou ser um leal servidor de Oto I quando o rei estava ocupado em amplos projetos alemães e italianos (imperiais, em última análise). Dentro da Saxônia, ele tinha exercido muitas das funções ducais desde o início do reinado, e o gradual reconhecimento de sua posição como duque assinala uma importante fase na atitude real a respeito da subordinação do cargo ducal. O domínio por Billung da situação militar na fronteira oriental e o papel que desempenhou na estabilização das disposições contra os eslavos nas terras limítrofes, asseguraram a perpetuação de sua linhagem como defensores da fronteira alemã.
□ K. Leyser, Rule and Conflict in an Early Medieval Society (1979)

Herman de Salza (m. 1239) Virtual criador da eficiente e formidável ordem de cavaleiros alemães, a Ordem Teutônica, Herman esteve ativo em duas esferas principais. Como cruzado tradicional com o imperador Frederico II, participou na recuperação negociada de Jerusalém em 1228, e iniciou a construção do grande castelo de Monfort. Também foi responsável, a partir de 1211, pela política de conversão forçada ao Cristianismo na fronteira oriental da Alemanha, canalizando essencialmente seus esforços, em colaboração com os poloneses, contra os prussianos ainda pagãos. A intensa colonização alemã que acompanhou as conquistas resultou na fundação do histórico principado prussiano, dominado pelos alemães.
□ E. Christiansen, The Northern Crusades (1980)

Hincmar (c. 805-82) De uma nobre família franca, Hincmar foi como criança-oblata para Saint-Denis. Bem educada sob a orientação do abade Hilduíno, Hincmar incorporou-se ao clero do palácio de Luís, o Piedoso. Após a morte desse monarca (840), ingressou no serviço de Carlos, o Calvo, e em 845 era nomeado arcebispo de Reims, a mais importante sé metropolitana no reino franco ocidental. Sua prioridade foi a recuperação das terras de Reims perdidas durante a precedente vacância de 10 anos, e a afirmação da autoridade metropolitana. Seu objetivo mais amplo era a manutenção da ordem social através das

funções pastorais da Igreja e a pregação da responsabilidade moral individual contra os defensores da predestinação. A ajuda de uma realeza forte era necessária à realização dos objetivos de Hincmar; ele apoiou sistematicamente Carlos através do serviço militar dos vassalos de sua Igreja e do dinheiro levantado nas terras da Igreja. Na primeira metade do reinado de Carlos, foi com freqüência um acatado conselheiro, dirigindo as assembléias e lavrando as atas. Apresentou argumentos canônicos apropriados quando Carlos desejou bloquear o divórcio de seu sobrinho Lotário II.

Depois, contudo, Carlos deu cada vez maior preferência aos conselheiros mais jovens. Com os sucessores de Carlos, depois de 877, Hincmar recuperou parcialmente sua influência, mas sua debilidade física abalou sua energia política. Também na política eclesiástica, Hincmar necessitou de ajuda real para obter êxito. Um bispo sufragâneo deposto por Hincmar foi reintegrado pelo papa Nicolau I com a conivência de Carlos; um outro apelou para Roma em vão porque Carlos também desejava sua queda. Hincmar escreveu em muitos gêneros: um políptico, uma Vida de São Remígio e estatutos episcopais, refletindo seu zelo com as propriedades de Reims e a conduta de seu clero; numerosas obras teológicas e contribuições para a teoria do matrimônio cristão; numerosos tratados sobre a realeza e os ritos de consagração real. Suas muitas cartas, e sua continuação dos Anais de São Bertino (cobrindo o período de 861-82), são documentos históricos de inestimável valor. Morreu quando fugia de um ataque viking a Reims.

□ J. Devisse, Hincmar, Archevêque de Reims 845-882 (1975-76); Charles the Bald: Court and Kingdom, org. por M. Gibson e J. Nelson (1981)

Hildebrando Ver Gregório VII

Hildegarda de Bingen, Santa (1098-1179) Abadessa da casa beneditina de Rupertsberg, perto de Bingen, desde 1136, Hildegarda provou exercer grande influência, a nível pessoal, sobre algumas das principais figuras de seu tempo, como São Bernardo de Clairvaux e Frederico Barba-Ruiva. Ela era versada nas artes médicas e também uma poderosa visionária (sofrendo, ao que tudo indica, de alguma forma de epilepsia), e seu folheto, Scivias, escrito na década de 1140, tem muito de apocalíptico em suas denúncias do vício. A obra de sua velhice, o Liber de Operatione Dei, tenta uma sutil e engenhosa aproximação do espiritual e do fisiológico, a fim de explicar as motivações íntimas dos homens, o impulso para o sexual e o sensual, e os arrependimentos ligados a isso.

□ B. Newman, Sister of Wisdom (1987)

Hohenstaufen, dinastia A maior das famílias reinantes alemãs da Idade Média, os

Hohenstaufen tiveram sua origem na Suábia onde, numa determinada época, ostentaram o título de condes de Waiblingen (forma italiana, "gibelino"). Alcançaram um plano de destaque no final do século XI como os principais esteios de Henrique IV, e o chefe da família, Frederico I, casou com a filha do rei, Inês (1079), sucedendo-o por fim no ducado da Suábia. Em 1138, Conrado de Hohenstaufen era eleito como imperador Conrado III (1138-52). De 1138 a 1254, os Hohenstaufen desempenharam um papel importante e freqüentemente dominante na política européia. O título imperial passou sucesivamente para o sobrinho de Conrado, Frederico Barba-Ruiva (1152-89) e, depois, para os descendentes de Frederico por linha varonil, seu filho Henrique IV, o Severo (1190-97), seu neto Frederico II (1212-50) e seu bisneto Conrado IV (1250-54). As grandes obras poéticas elaboradas por alemães no começo do século XIII na corte de Filipe da Suábia (irmão mais moço de Henrique VI), ajudaram a manter vivas as lendas em torno dos Hohenstaufen. A morte de Manfredo, filho ilegítimo de Frederico II, em 1266, e o assassinato trágico de Conradino, filho de Conrado e o último da linhagem, por Carlos de Anjou em 1268, perpetuaram essas lendas.

Cruzados e poderosos governantes, eles não conseguiram, por uma complexidade de fatores, construir instituições permanentes de governo na Alemanha e na Itália, e deixaram um sabor de fracasso que iria obcecar a historiografia alemã por muitas gerações.

□ K. Hampe, Germany under the Salian and Hohenstaufen Emperors (1973)

Hohenzollern, dinastia Embora conhecidos como família nobre desde o século X e proeminentes de tempos em tempos nos assuntos de sua Suábia natal, da Francônia e (desde o final do século XII) de Nuremberg, os Hohenzollern só se elevaram à mais alta categoria das famílias principescas alemãs já no final da Idade Média. Em 1415, Frederico, burgrave de Nuremberg, tornou-se margrave de Brandenburgo e eleitor do Império. Daí em diante seus movimentos estiveram estreitamente ligados aos assuntos prussianos e à manutenção da posição alemã no nordeste da Alemanha e nas terras bálticas.

□ R. Schneider, Die Hohenzollern (1953)

Homens Pobres de Lyon er valdenses

Horda de Ouro Nome dado ao Canato do Kipchak ocidental. Provém do nome russo para a tenda dourada (Zolotaya Orda) que o seu primeiro governante, Batu Khan (m. 1256), ergueu em Saray, às margens do Volga, e que passou a ser sua capital e centro de poder a partir de 1243. Batu era o neto de Gêngis Khan; as terras que ele herdou consistiam na metade ocidental dos domínios de seu avô, o que incluía a maior parte da Rússia européia. Batu

ampliou e consolidou a área sob seu controle (1236-41), acabando por subjugar a maioria dos territórios situados entre os Urais e os Cárpatos. O irmão e sucessor de Batu, Berke (1257-67) converteu-se ao Islamismo e, nos 50 anos seguintes, o Islã passou a ser a força dominante na Horda de Ouro, encorajando a independência em relação à suserania do grão-cã do império mongol. À morte de Berdibeg (1359) seguiu-se uma série de destrutivas disputas dinásticas.

Houve um período de ressurgimento sob a liderança de Tokhtamiche (1381-95), que uniu a Horda de Ouro e a Horda Branca do Kipchak oriental, mas isso terminou com sua derrota decisiva às mãos de Tamerlão em 1395. Após o reinado de Edigü (1399-1419), a Horda de Ouro foi consideravelmente enfraquecida com o surgimento, dentro de suas fronteiras, dos Canatos independentes de Astracã, Kazan e Criméia.

□ G. Vernadsky, The Mongols and Russia (1953)

Hugo de Saint-Victor (c. 1096-1141) Humanista e teólogo místico francês. Com Ricardo de Saint-Victor (m. 1173), foi o mais proeminente dos vitorinos. Sob a direção do cônego Hugo, a abadia de Saint-Victor, em Paris, fundada em 1108, ganhou proeminência, tornando-se um dos mais importantes centros intelectuais da França. Durante o século XII, a Escola de Saint-Victor e as abadias cistercienses converteram-se nos principais centros de misticismo, em resposta ao desenvolvimento da razão e da dialética, o que não impediu o exercício racional mas tentou colocá-lo a serviço da fé, incorporando a razão a um processo que a transcendia.

Hugo elaborou uma explicação lógica para o misticismo em que a experiência pessoal era considerada a mais alta forma de conhecimento, e tudo o que estava ao alcance da experiência era pertinente para o conhecimento de Deus através da contemplação. Suas obras incluem o Didascalium (um guia do conhecimento que fornece o essencial para uma educação liberal, as sete artes liberais e a teologia), a Summa Sententiarum e o tratado De Sacramentis (que impulsionou a sistematização, estruturada no século XIII).

□ G. Leff, Medieval Thought (1958); F. Copleston, A History of Philosophy (1963)

Hugo Capeto rei da França 987-96 (n. 941) Seu cognome (latim capa, uma capa curta ou pelerina) deu o título à dinastia por ele fundada. Filho de Hugo, o Grande, sucedeu a seu pai como duque dos francos em 956. Inicialmente leal ao rei carolíngio Lotário (m. 986) contra Oto II (978-80), ele distanciou-se do monarca sob a influência do arcebispo Adalberon de Reims. Com a morte do sucessor de Lotário, Luís V, em 987, Hugo reivindicou o trono mediante eleição com o apoio do arcebispo, enquanto que as pretensões do herdeiro hereditário, Carlos da Baixa Lorena, foram ignoradas. Ao coroar seu filho durante sua

própria vida, Hugo facilitou sua futura subida ao trono. Ver Capetíngia, dinastia

Hugo de Orléans (Hugo Primas) (1093-1160) Poeta satírico que criticou a Igreja e as instituições vigentes em versos latinos de alta qualidade. Hugo também mostrou um lado mais positivo de sua natureza poética em suas criações sobre o amor, o vinho e os prazeres da carne. Estava impregnado de saber clássico e, no entanto, tinha uma originalidade que lhe granjeou o título de primas ("o primeiro") entre seus contemporâneos. Seu principal campo de operações era o norte da França: Paris, onde estudou, Orléans, onde viveu durante longos períodos, e também Amiens e Reims. Teve grande impacto sobre as gerações seguintes, especialmente sobre os poetas goliardos.
□ F.J.E. Raby, A History of Secular Latin Poetry in the Middle Ages (1967)

Hugo, o Grande, Santo (1023-1109) Abade de Cluny desde 1049. De uma família nobre de Semur-en-Brionnais, ficou famoso por sua vida exemplar. Político talentoso, íntimo do rei da França, do imperador e do papa, Hugo contribuiu muito para desenvolver e enriquecer a Ordem de Cluny, elevando a posição do seu abade e estendendo seu poder sobre casas satélites. Com Hugo surgiu um novo princípio de monasticismo — uma Ordem independente sob um chefe monárquico. Além de abranger toda a França, Hugo ampliou a Ordem estendendo-a à Inglaterra, Itália e Espanha. Foi um mecenas das artes e um grande construtor (Vézelay, Moissac e a notável basílica da própria Cluny, iniciada em 1088). Participando dos ideais da Reforma Gregoriana, Cluny cresceu e tornou-se um valioso instrumento do Papado; em 1088 a abadia foi colocada sob exclusiva jurisdição papal por Urbano II, aumentando a autonomia abacial. A Cluny de Hugo era, em muitos aspectos, o centro espiritual da Europa, mas seu prolongado domínio pessoal acarretou problemas. À vasta e indócil Ordem faltava uma estrutura constitucional, dependendo inteiramente do abade. Com a morte de Hugo, os perigos de tal situação ficaram evidentes e começaram afligindo os abades menos competentes que lhe sucederam.
□ N. Hunt, Cluny under St. Hugh (1967); H.E.J. Cowdrey, The Cluniacs and the Gregorian Reform (1970)

Humberto de Silva Candida (c. 1000-61) Natural da Lorena, exerceu grande influência como secretário papal e foi nomeado cardeal de Silva Candida pelo papa Leão IX. Amigo e conselheiro de Leão IX, Estêvão IX e Hildebrando (o futuro Gregório VII), Humberto foi o maior expoente da reforma papal e da supremacia de Roma. Caráter abrasivo, incentivou o tom exprobatório dos ataques papais contra os desmandos (visando o Império do Ocidente e a Igreja oriental). Condenou em especial a sintonia (a compra e venda de cargos eclesiásticos e de benefícios espirituais), considerando-a uma heresia em seu Adversus

Simoniacos. Como legado papal enviado a Constantinopla (1054) para sustentar a supremacia de Roma e corrigir os usos do grego, conduziu de maneira desastrosa as negociações, acabando por excomungar o patriarca Cerulário e sendo anatematizado em resposta. O ano de 1054 é freqüentemente considerado a ruptura final entre Roma e o Oriente, mas o incidente não teria comprometido o Papado se Humberto não tivesse conservado sua influência e atribuído à questão um valor muito acima de seus limites razoáveis. Gradualmente, cresceu o reconhecimento de um estado de cisma e, no século XIV, os gregos já viam a data de 1054 como o ano decisivo da origem do rompimento.
□ J.B. Russel, Dissent and Reform in the Early Middle Ages (1965); J.C.S. Runciman, The Eastern Schism (1971)

Humiliati Produto da vigorosa fermentação religiosa do século XII, os Humiliati surgiram na Lombardia, atraindo um considerável contingente de prosélitos nobres e patrícios. Eles viviam como leigos devotos de ambos os sexos, ou em conventos duplos, e distinguiam-se por sua austeridade penitencial, pobreza comunitária e trabalho entre os enfermos, os leprosos e os indigentes. Embora ortodoxos nas intenções, foi-lhes proibido pregar pelo Terceiro Concílio de Latrão (1170) e chegaram mesmo a ser excomungados pelo confuso decreto Ad Abolendam de Lúcio III (1184). As semelhanças apontadas entre os Humiliati e os heréticos patarinos e cátaros foram superadas pela esclarecida política de Inocêncio III de distinguir entre movimentos dissidentes e seitas heréticas. O pontífice reorganizou os Humiliati num instituto de três ordens, com cônegos e irmãs em mosteiros duplos, laicado celibatário e, finalmente, laicado casado como terciários seculares. (Esta ordem terceira afastou-se em 1272.) A ordem de seculares recebeu o extraordinário privilégio de lhe ser permitido pregar, sob condição de que restringissem seus sermões a exortações em prol de uma vida cristã, abstendo-se de quaisquer considerações de natureza teológica. Um prelado dessa época, o bispo Jacques de Vitry, era grande admirador dos Humiliati, declarando que eles, sem ajuda de ninguém, estavam mantendo em xeque a heresia em Milão. No século XV, o seu número declinou e em 1571 o papa Pio V suprimiu o ramo masculino.
□ [B. Bolton, A Reforma na Idade Média, Lisboa, Edições 70, 1986]

Humphrey, duque de Gloucester (1390-1447) O mais jovem dos tios sobreviventes do menor Henrique VI, Humphrey atuou como defensor e protetor de seu sobrinho na Inglaterra durante a ausência no continente de seu tio mais velho, João, duque de Bedford. As relações com o conselho real foram freqüentemente difíceis e sua própria posição foi contestada, sobretudo após a coroação de Henrique (então com apenas oito anos

incompletos) em 1429. As ambições de Gloucester nos Países Baixos geraram tensões com a Borgonha, e muitos contemporâneos o responsabilizaram pelo declínio da Inglaterra nas décadas de 1430 e 1440. Terminou seus dias em desgraça política, morrendo imediatamente após sua prisão em Bury St. Edmunds, em 1447. Foi um grande mecenas das artes e do saber, especialmente relacionado com a abadia de St. Albans e com Oxford, a cuja universidade doou uma excelente coleção de livros que vieram finalmente a fazer parte da Biblioteca Bodleiana.

□ R. Griffiths, Henry VI (1981)

Hundred Rolls Designação dada ao produto de um extenso levantamento ordenado por Eduardo I (1272-1307) em 1274. O objetivo primordial era investigar violações ou usurpações dos direitos reais, mas também se ampliou a fim de abranger as atividades de funcionários locais, desde xerifes a condestáveis de castelos. As informações eram coletadas interrogando os juris locais, cujos depoimentos eram tomados sob juramentos; suas respostas constituem os Cem Listas (Hundred Rolls). O levantamento descobriu desgoverno administrativo e corrupção generalizados e, em resposta, Eduardo introduziu o primeiro Estatuto de Westminster em 1275 para remediar os abusos. Foi a primeira de uma série de reformas legais que ele levou a efeito.

□ H.M. Cam, The Hundred and the Hundred Rolls (1930)

Hungria O território no Danúbio Médio estava sujeito a um constante e turbulento movimento de povos no começo da Idade Média. Os hunos, que deram seu nome à moderna Hungria, eram o povo nômade asiático de lendária ferocidade cujos movimentos iniciais no século IV serviram para deflagrar os deslocamentos migratórios de diversos povos germânicos. Após a derrota de Átila, seu maior líder, em Châlons (451), sua confederação desfez-se e as terras húngaras ficaram sujeitas a numerosas invasões até que os ávaros estabilizaram temporariamente as condições no século VIII. Eles foram, por sua vez, derrotados por Carlos Magno em 791 e a ocupação permanente da região só veio a ocorrer quando, no final do século IX, outro povo asiático, o magiar, avançou para oeste cruzando os Cárpatos e fez da Hungria sua base permanente.

Durante duas gerações, eles aterrorizaram grande parte do Ocidente mas, após sua derrota decisiva, infligida por Oto I na batalha de Lech (955), os magiares foram se sedentarizando lentamente e se dedicando à agricultura; no final do século aceitaram o Cristianismo, no reinado de Santo Estêvão (997-1038), fundador da dinastia Arpád. Incertezas em torno da sucessão contribuíram para o relativamente lento desenvolvimento institucional, e a Bula de Ouro (1222), concedida aos magnatas pelo rei André II, sugere

certa fraqueza básica da monarquia. A Igreja, por outro lado, estava fortalecida, em parte como marca de identidade nacional, opondo a fé romana à ortodoxa grega de Bizâncio e dos eslavos meridionais.

A Hungria foi completamente conquistada pelos mongóis em 1241-43, mas recuperou-se e passou a ser um centro significativo de cultura européia com uma dinastia Angevina vinculada a Nápoles (1308-82). Durante o resto da Idade Média, a Hungria desempenhou um papel especial na resistência às pressões turcas, mesmo depois que o Império Bizantino foi subjugado. Com János Hunyadi e, sobretudo, com seu filho Matias Corvino (1458-90), os turcos foram repelidos e o avanço muçulmano-turco na Europa foi temporariamente sustado. Ver Matias I Hunyadi

□ C.A. Macartney, Hungary, a short history (1962); A History of Hungary, org. por E. Pamlényi (1975)

Hunyadi, János (c. 1387-1456) Herói-soldado húngaro ao tempo do imperador Sigismundo, que expulsou os turcos de Semendria e foi recompensado com um lugar no conselho real. Em 1443 conquistou Nish e Sófia, quebrando o poder do sultão nos Balcãs. Novos avanços cristãos foram sustados pela vitória turca em Varna (1444). Em 1446, Hunyadi foi eleito governador da Hungria em nome de Ladislau V. Dois anos mais tarde, comandou a contra-ofensiva húngara que foi detida em Kosovo. A pressão turca aumentou e, em 1456, Hunyadi, apoiado pelo frade franciscano São João Capistrano, levantou numeroso exército camponês que destruiu a armada turca e, uma semana depois, desbaratou as forças de Maomé II diante de Belgrado. A independência da Hungria ficou assim assegurada por mais 70 anos. Hunyadi morreu de peste em seu acampamento no final de 1456.

□ P. Engel, "Janos Hunyadi: the Decisive Years", em From Hunyadi to Rakoczi, org. por J.M. Back e B.K. Kivaly (1981)

Huss, João (c. 1369-1415) Reformador religioso tcheco, natural de Husinec, na Boêmia, e educado na Universidade de Praga. Ordenado em 1400 e nomeado reitor da universidade em 1409, Huss foi um teólogo acadêmico que pregou em tcheco e promoveu o sentimento antialemão na Universidade de Praga. Essa política nacionalista era politicamente vantajosa para a monarquia boêmia e culminou no êxodo alemão da universidade (1409). Huss viu-se alvo da suspeita de heresia e foi excomungado (1410), em conseqüência do seu protesto contra a queima dos livros do reformador inglês Wycliffe pelo arcebispo de Praga. Huss continuou sendo muito popular e pregando (o que levou Praga a ser colocada sob interdição em 1411). Em 1412, foi compelido a abandonar Praga e compôs sua maior obra, De Ecclesia; suas obras abrangem o dogmático, o polêmico, o homilético, o exegético e o

epistolar. Huss recorreu à obra de outros reformadores, sobretudo Wycliffe, mas não adotou os sistemas deles. Estava preocupado com a reforma moral da Igreja e com o retorno à pureza, mas não considerou a hipótese de rompimento com Roma. Atacou a venda de indulgências papais e desafiou as pretensões papais de chefia suprema da Igreja (1412). Em 1414 foi intimado a comparecer ao Concílio de Constança a fim de defender suas convicções, onde, apesar de ser portador de um salvo-conduto fornecido pelo rei Sigismundo, foi detido, condenado por heresia e queimado em auto-de-fé (6 de julho de 1415). Huss tinha atraído numerosos seguidores, os hussitas (calistinos ou utraquistas, que insistiram, diferentemente de Huss, em restabelecer a comunhão com pão e vinho), e sua morte provocou subseqüentemente as guerras hussitas.

□ M. Spinka John Huss: a Biography (1968); EM. Bartos, The Hussite Revolution 1424-1437 (1986)

I

Iconoclasta, Controvérsia (726-843) Controvérsia resultante da profunda discordância acerca da veneração de ícones na Igreja bizantina. Em 726, o imperador Leão III, o Isauro, com forte apoio militar, ordenou a destruição de todas as imagens usadas como ídolos e começou a perseguir os defensores dos ícones, sobretudo os monges. Com o papa Gregório III veio a reprovação do Papado, condenando os iconoclastas em dois sínodos celebrados em Roma (731). O filho de Leão, Constantino V Coprônimo, continuou a política paterna, convocando o Sínodo Iconoclasta de Heiria (753). Somente com a regência da imperatriz Irene (780-90) essa tendência foi revertida; ela convocou o II Concílio de Nicéia (787), que defendeu os ícones e decretou seu restabelecimento. Entretanto, a controvérsia reacendeu-se uma vez mais em 814, por instigação de Leão V, o Armênio, um general eleito imperador pelo exército. Só terminou, finalmente, em 843, quando Teodora, viúva do imperador Teófilo, convocou um sínodo para confirmar o pronunciamento feito em Nicéia; uma procissão no primeiro domingo da Quaresma assinalou o retorno da ortodoxia. Ver Igreja Ortodoxa Oriental

□ E.J. Martin, A History of the Iconoclastic Controversy (1930) [S. Runciman, A teocracia bizantina, Rio, Zahar, 1978]

Idrisi, Abu Abdullah ibn-Mohammed al- (c. 1100-65) Geógrafo muçulmano, autor do Livro de Rogério, produzido por ordem do rei da Sicília, Rogério II, o Grande. O livro foi concluído em 1154, a única data certa para a biografia de Idrisi. Pouco se sabe sobre ele, uma vez que os biógrafos muçulmanos o consideraram um renegado por residir numa corte cristã e elogiar Rogério II em suas obras. Fontes ocidentais afirmam ter ele nascido em Ceuta e estudado em Córdova. O próprio Idrisi declara ter viajado muito pela Espanha e norte da África, mas não explica porque se instalou na corte normanda de Rogério II.

□ M. Amari, Storia del Musulmani di Sicília, vol. 3 (1854-72)

Igreja Católica Igreja cristã que aceita a doutrina estabelecida nos Credos Niceno e Atanasiano, em oposição a congregações heréticas como os nestorianos ou os arianos. Era a Igreja Ortodoxa indivisa antes do cisma de 1054, e a Igreja Ortodoxa da Cristandade ocidental durante toda a Idade Média. Os católicos aceitavam o papa, bispo de Roma e legítimo sucessor de São Pedro, como Vigário de Cristo e ordinante universal (bispo cuja autoridade se estendia a toda a Igreja). Essa doutrina da supremacia papal cresceu gradualmente em Roma durante os seis primeiros séculos da era cristã e foi propagada ao norte dos Alpes pelo fato (com exceção do território que se tornou a França moderna) da

conversão ao Cristianismo ter sido promovida por missionários expedidos pela Igreja de Roma ou indiretamente dependentes dela. A plenitude da autoridade papal só veio a ser final e universalmente reivindicada ao tempo de Gregório VII (1073-85). Daí em diante, passou a ser parte integrante do direito Canônico, desenvolvida e elaborada numa série de concílios ecumênicos, desde o primeiro Concílio de Latrão (1123) até o de Basiléia (1431). Decretais e cartas emitidas solenemente pelo papa em conclave eram obrigatórias para toda a Igreja, e sua Cúria era a corte final de apelação em todos os casos envolvendo o direito Canônico. Qualquer desvio das doutrinas básicas da Igreja era heresia e como tal passível de punição mediante penitência, prisão ou, em casos extremos, morte, embora esta última pena tivesse que ser aplicada pela autoridade secular. O poder papal era exercido através de legados, diretamente enviados da Cúria ou residindo permanentemente em cada país (legati nati), núncios (geralmente ligados às questões financeiras) e juizes delegados, estes nomeados para tratar de determinados casos em tribunais eclesiásticos.

A Igreja estava organizada em províncias (cada uma governada por um arcebispo) e dioceses (cada uma governada por um bispo). No século XII, as dioceses estavam subdivididas, para fins administrativos, em arcediagados e em decanados rurais, embora o bispo retivesse sempre a autoridade suprema e só ele pudesse administrar os sacramentos de confirmação e ordenação. A disciplina da Igreja estava organizada através de uma série de tribunais eclesiásticos, que iam desde o tribunal do arcediago até o do decano dos arcebispos de um país. A unidade mais baixa da organização da Igreja era a paróquia; nesta, a responsabilidade pela cura das almas cabe ao pároco ou, em outros casos, ao vigário, por vezes auxiliado por um capelão estipendiário. Priores e vigários eram instituídos pelo bispo da diocese, após apresentação pelo patrono do benefício eclesiástico, e o cargo era vitalício, só voltando a ser preenchido em caso de morte ou renúncia. Eles podiam ser retirados de uma paróquia por má conduta, mas isso raramente ocorria.

O clero "regular", em contraste com o "secular", incluía monges, freiras, cônegos regulares, frades e membros de Ordens Militares como os Templários. Viviam de acordo com as Regras impostas pelos chefes de suas próprias Ordens, sob a autoridade final do papa. Muitos, embora não todos, estavam isentos da jurisdição diocesana. Podiam conservar (ou, no caso dos franciscanos, ter o uso de) bens coletivos, embora os membros tivessem feito, individualmente, voto de pobreza. Os membros dessas Ordens podiam vir a ser bispos, mas não arcediagos ou padres paroquiais. Existiam eremitas e anacoretas, e alguns ficaram famosos, mas sua influência era, de um modo geral, muito menor do que na Igreja oriental. Todos os membros de ordens religiosas e todo o clero secular, acima do estado de subdiácono, inclusive, estavam obrigados ao celibato, se bem que antes do século XI essa regra nem sempre fosse imposta. Todo o clero estava sob a

proteção do direito Canônico. Ver Grande Cisma; heresia; Investiduras, Questão das; Nicéia, Concílio de; Papado RH

□ R.H. Bainton, The Medieval Church (1962); J. Gaudemet, La société ecclésiastique dans l'Occident mediéval (1980) [R.W. Southern, A Igreja medieval, Lisboa, Ulisséia, s/d; K. Bihlmeyer e H. Tuechle, História da Igreja. Idade Média, S.Paulo, Paulinas, 1964; D. Knowles e D. Obolensky, Nova História da Igreja. A Idade Média, Petrópolis, Vozes, 1974]

igrejas de aduelas (Stavkirken) Tipo de igreja característica da Noruega na Idade Média. Eram edifícios totalmente construídos em madeira, usando com freqüência a população rural como mão-de-obra, e em seus melhores exemplares combinaram de forma brilhante as artes do arquiteto e do carpinteiro. As igrejas mais elaboradas eram sustentadas por uma série de maciças colunas de madeira, com portais profusamente ornamentados e capitéis esculpidos. O aspecto exterior, com sua sucessão de telhados escalonados, oferecia um vivo contraste com as simples igrejas de pedra e as rebuscadas catedrais "européias" de Trondheim e Bergen. Elementos pagãos e ecos de lendas heróicas eram incorporados à obra de talha em madeira no interior e no exterior das igrejas de aduelas.

□ R. Hauglid, Norwegian Slave Churches (1970)

Igreja irlandesa Embora a tradição atribua a conversão dos irlandeses a São Patrício, ficou claramente provado que alguns missionários estavam trabalhando antes dele e que ele limitou sua atividade evangelizadora ao norte e centro da Irlanda. Entretanto, a importância de São Patrício é indiscutível e sobrevivem dois de seus escritos do século V. As igrejas e os sacerdotes que ele instalou estavam sob a jurisdição de alguns bispos, sem os centros urbanos que caracterizaram a Igreja continental.

No decorrer do século VI, a Igreja irlandesa começou mudando com a fundação de numerosos mosteiros, freqüentemente com patrocínio real. As comunidades de Bangor, Clonfert, Derry e Durrow, Iniscealtra e Terryglass, Lismore, Moville e Killeedy já existiam no final do século VI ou começos do século VII. Muitas delas retiveram fortes ligações com as famílias de seus fundadores, que exerceram influência na nomeação de abades e, assim, na administração de seus bens. No decorrer desse movimento, alguns monges viajaram para terras estranhas, estabelecendo outras comunidades monásticas e entregando-se ao trabalho missionário. No século VIII, muitos mosteiros na própria Irlanda tinham se tornado excepcionalmente ricos, patrocinando a produção de obras de arte — missais e vasos de culto de grande esmero e requintado acabamento — e participando também na política. No final desse século, os abades dos principais mosteiros controlavam

mosteiros menores e dependentes, por vezes muito dispersos, e se tornavam aos poucos mais poderosos do que os bispos a cuja jurisdição tinham estado originalmente sujeitos.

No final do século VIII e durante o século IX, seu envolvimento na política era tal que abades entraram em guerra, enquanto suas ligações com famílias aristocráticas eram tão estreitas que reis, por vezes, exerciam funções tanto clericais quanto seculares. Isso ocorreu de forma sumamente notória no caso dos reis de Munster, como, por exemplo, Olchobar, que foi abade de Emly e rei de Cashel em 848. Em contrapartida, alguns bispos esforçavam-se por afirmar sua superioridade sobre outros e a igreja de Armagh notabilizou-se pelas tentativas de estabelecer a hegemonia (à maneira de um suserano) sobre toda a Igreja irlandesa. Contentou-se inicialmente em dividir essa hegemonia com a igreja de Kildare mas, no século VIII, Armagh estava reivindicando para si jurisdição apelatória em toda a Irlanda e uma posição comparável à dos bispos de Roma na Itália. Essas pretensões não foram mantidas a longo prazo, embora Armagh continuasse sendo uma igreja poderosa.

Nesse meio tempo, alguns clérigos e monges tinham-se desiludido com a mundanalidade da Igreja e deflagraram uma campanha em prol de uma prática mais ascética. Esse movimento Culdee, como é conhecido, estava em franco progresso por volta de 800, especialmente associado a Tallaght; levou à fundação de casas mais ascéticas, por vezes em lugares muito isolados, à reforma da prática em algumas casas existentes e à produção de obras eremíticas de devoção. Tanto a linha poderosa quanto a ascética continuaram marcando a Igreja irlandesa até o século XI. Alguns dos mais elaborados cruzeiros esculpidos foram fruto do patrocínio e da habilidade do século X.

No final do século XI, o movimento de reforma continental começou a tocar a Irlanda; mas o grande avanço ocorreu em meados do século XII com a obra de São Malaquias (m. 1148); seus propósitos para a Igreja irlandesa frutificaram após sua morte quando, no Sínodo de Kells (1152), a Irlanda foi dividida em 4 arcebispados e 36 bispados. O novo movimento monástico passou a exercer influência e a conquista anglo-normanda (1169-72), liderada pelo conde Strongbow e Henrique II, colocou grande parte da Irlanda de um modo ainda mais direto na corrente principal da Cristandade ocidental. Catedrais foram construídas em típico estilo normando e fundaram-se novas e poderosas casas monásticas, sobretudo por parte dos cistercienses. No século XIII, foi especialmente encorajada a presença de frades mendicantes; e eles (sobretudo seus elementos mais pobres e mais ascéticos) conservaram boa reputação até o final do período medieval.

Nos últimos anos da Idade Média, a Igreja irlandesa continuou refletindo as divisões sociais da ilha, principalmente em decorrência das fronteiras lingüísticas entre a fala inglesa e a guélica; porém, de um modo geral, harmonizou-se então com os usos da Igreja

ocidental, mais do que ocorrera no começo da Idade Média. Ver Cashel, Sínodo de WD
□ J.F Kenney, Sources for the Early History of Ireland: Ecclesiastical (1929); K. Hughes, The Church in Early Irish Society (1966)

Igreja Ortodoxa Oriental O termo "ortodoxa" deveria ser corretamente aplicado à Igreja Católica em contraposição às seitas heréticas, mas é usado em geral para descrever a Igreja oriental, a qual consiste, após as invasões islâmicas, no patriarcado de Constantinopla, somado àquelas igrejas em terras de língua eslava que lhe ficaram devendo sua conversão. Essa Igreja aceitou a autoridade das Escrituras e dos sete concílios ecumênicos: Nicéia I (325), Constantinopla I (381), Éfeso (431), Calcedônia (451), Constantinopla II (553), o qual condenou os Três Capítulos Nestorianos, Constantinopla III (680), que condenou os monotelistas, e Nicéia II (787), que condenou os iconoclastas. Repudiou o primado do papa e considerou o imperador seu chefe divinamente autorizado, embora (uma vez que seu cargo era, em teoria, eletivo) governasse como representante de toda a comunidade de fiéis. Era o imperador quem nomeava o patriarca de Constantinopla e quem, após a conquista muçulmana dos patriarcados de Jerusalém, Antioquia e Alexandria, era aceito como a principal autoridade espiritual no leste. A Igreja de Constantinopla foi um fator decisivo na conversão de sérvios, búlgaros, romenos, morávios e russos.

Em 867 e em 1054, eclodiram disputas entre o clero ortodoxo e o católico, redundando em quebras de unidade. A causa dessas disputas era basicamente política (a pretensão de Roma de representar São Pedro e a autoridade suprema do Cristo), embora tivesse também algo de doutrinária (a natureza da procissão do Espírito Santo), pelo que é duvidoso se a descrição geralmente usada de cismas (definidos como uma "separação formal e deliberada da unidade da Igreja") não será, na verdade, demasiado forte para podermos considerá-la correta. A comunhão entre as duas Igrejas foi restabelecida depois de 867, mas nunca mais depois de 1054; uma tentativa de reunião foi realizada no Concílio de Ferrara (1438) mas a Igreja Ortodoxa nunca a aceitou. Isso não chegava a ser surpreendente, porquanto as relações entre Oriente e Ocidente pioraram cada vez mais, e de forma constante, a partir do século X; e em 1204 a cidade de Constantinopla e a igreja metropolitana de Santa Sófia tinham sido brutalmente saqueadas pelos francos católicos.

Na Igreja Ortodoxa, os bispos e toda a hierarquia superior do clero eram celibatários e tradicionalmente recrutados nos mosteiros. Os párocos eram escolhidos localmente por suas congregações e apresentados ao bispo para ordenação; era exigido que se casassem. A autoridade sacerdotal era um pouco menor do que no Ocidente; por outro lado, a influência de teólogos leigos que eram monges ou eremitas era muito maior. A Regra

básica do monasticismo oriental era a de São Basílio. No plano doutrinário, a Igreja era marcada por uma liturgia imutável e uma devoção especialmente profunda à Ressurreição. A Virgem Bendita, a "Santa das Santas", foi aclamada como padroeira da Igreja e da cidade de Constantinopla.

No século VIII, a Igreja Ortodoxa esteve envolvida numa séria controvérsia sobre a veneração de imagens. Uma dinastia de imperadores "iconoclastas" oriundos das províncias asiáticas (possivelmente influenciados pela estrita proibição de imagens do Islã) tentou abolir o uso de imagens e ícones, com o argumento de que induziam à idolatria. A doutrina foi impopular e acabou sendo formalmente condenada em 787; desde então, os ícones têm desempenhado um importante papel no culto ortodoxo. No século XIV, surgiu uma disputa em torno do ensino Hesychasm [do grego hesychia, "quietude divina" NT], um sistema de contemplação mística que leva à iluminação pela divina luz de Deus, praticada entre os monges do Monte Athos. Como os adversários do Hesychasm eram geralmente identificados com a influência ocidental, ela passou a ser, depois de 1351, um ensinamento aceito da Igreja, embora sua influência declinasse a partir do século XVI. Ver Iconoclasta, Controvérsia; Nestoriana, Controvérsia

□ H.W. Haussig, A History of Byzantine Civilization (1971) [S. Runciman, A teocracia bizantina. Rio, Zahar, 1978; B. Sartorius, Igreja Ortodoxa, Lisboa, Verbo, 1982] J.M. Hussey The Orthodox Church in the Byzantine Empire (1986)

imprensa Embora a imprensa surgisse em fins do período medieval, o século XV testemunhou fases vitais em sua história: a invenção do processo no Ocidente, sua difusão, e o aperfeiçoamento dos caracteres tipográficos. A crescente demanda de livros, refletida na produção de manuscritos, foi um importante estímulo para o desenvolvimento.

A imprensa já era conhecida na China, mas o mais provável é que se desenvolvesse independentemente do Ocidente. Os problemas mecânicos de produção de escrita cursiva "artificial" foram resolvidos por um método viável, que se tornou standard durante 150 anos, inventado pelo ourives de Mainz, João Gutenberg. E em 1455-56, ele concluiu o primeiro livro impresso, a Bíblia de Gutenberg, numa tiragem de 200 exemplares em papel e velino. Ele imprimira antes indulgências da Igreja, e existia a impressão xilográfica para cartas de jogar, mas esse era o primeiro livro. A matriz de tipos de chumbo era recortada manualmente no cursivo gótico alemão dos manuscritos da época, o que persistiu na Alemanha até o século XX.

A técnica propagou-se rapidamente, com a invenção sendo reivindicada por outros (como Laurens Coster na Holanda). O trabalho em Mainz teve continuidade com Johann Fust (c. 1400-66) e Peter Schoeffer (c. 1425-1502), que produziu um saltério (1457)

contendo as primeiras iniciais elaboradas e impressas a duas cores, data da impressão, nome do impressor e sua divisa, e colofão. Em cinco anos, os centros alemães incluíam Bamberg (Adolf Pfister) e Estrasburgo (Johann Mentelin); em 1500, totalizavam cerca de 60. No último quartel do século XV, a principal contribuição da Alemanha foi o livro ilustrado, sobretudo através de Augsburgo e Colônia, onde xilogravadores e impressores se uniram para desenvolver ilustrações de alta qualidade (como as de Albrecht Dürer).

Fora da Alemanha, o tipo gótico persistiu durante um século para livros religiosos e jurídicos, mas foi substituído por um tipo romano desenvolvido a partir do cursivo humanista italiano do século XV (derivado da minúscula Carolíngia), o qual inspirou o desenvolvimento de toda uma série de desenhos de tipos em Veneza, a partir de 1469. As obras impressas eram extremamente diversas; a imprensa foi decisiva na difusão do humanismo e também desempenhou um papel na Reforma.

A primeira tipografia inglesa foi instalada em 1476 por William Caxton, e o primeiro livro impresso em inglês e datado (1477) foi The Dictes or Sayengis of the Philosophers. De um modo geral, porém, os impressores ingleses estavam na dependência do continente. A primeira tipografia de Basiléia (1467) tornou-se o principal centro para a imprensa humanista cristã, tendo o impressor Johann Froben (1460-1527) trabalhado com Erasmo e Holbein. Na Itália, a primeira tipografia estabeleceu-se (1465) no mosteiro de Subiaco por iniciativa de Conrad Sweynheym de Mainz (m. 1477) e Arnold Pannartz de Colônia (m. 1476), que desenvolveram um tipo híbrido romano/gótico.

Os primeiros impressores eram artistas-artesãos, editores e livreiros; portanto, favoreciam os centros comerciais, especialmente porque os grandes mecenas (como os Medici) abstiveram-se no início de oferecer qualquer apoio. Assim, Veneza atraiu muitos, fundando o moderno livro impresso. O alemão Johannes de Spira (m. 1470) desenvolveu o primeiro tipo diretamente inspirado por mãos humanistas italianas, e De Evangelica Praeparatione (1470) estabeleceu o moderno tipo romano. Foi adaptado por Aldus Manutius (1450-1515) e Francesco Griffo (c. 1450-1518), que também imprimiram as primeiras obras gregas e desenvolveram o itálico (equivalente do cursivo) para obras menores e mais baratas.

Durante a primeira metade do século XVI, o impulso transferiu-se para a França. A imprensa foi introduzida da Alemanha para a Sorbonne (1470), com a universidade reconhecendo as vantagens da acessibilidade, do baixo custo e da uniformidade. Os manuscritos medievais continuaram sendo o modelo, apesar da introdução por Ulrich Gering do tipo romano (c. 1478), desenvolvendo os impressores franceses um tipo (lettre-bâtarde) derivado do cursivo legal francês. A influência do manuscrito levou também às edições de luxo, com Jean Dupré (fl. 1481-1504) e Philippe Pigouchet (fl. 1485-1515)

produzindo Livros de Horas decorados com extrema beleza. Foi na França que o impressor e o gravador mais rivalizaram com as realizações do copista e do iluminador, dando continuidade ao legado medieval. [85, 183] MB

□ S.H. Steinberg, Five Hundred Years of Printing (1966) [U.E. Katzenstein, A origem do livro, S. Paulo, Hucitec-INL, 1986]

indulgências Em termos teológicos, uma indulgência era tecnicamente a remissão do castigo temporal devido ao cometimento de um pecado, cuja culpa já tinha sido perdoada, pela aplicação dos méritos de Cristo. Originando-se na comutação das punições penitenciais, as indulgências ganharam importância através do conceito cristão, profundamente enraizado, da solidariedade da comunidade de santos.

A partir do século XI, foram usadas a fim de canalizar atividades penitenciais para fins particulares, sendo um notável exemplo a indulgência plena de Urbano II para quem apoiasse a Primeira Cruzada (1095). As Cruzadas posteriores foram igualmente amparadas por indulgências, mas o crescimento da prática de comutação do voto solene do cruzado por um pagamento monetário aviltou a força espiritual da indulgência. Mais comum era o uso de indulgências a fim de angariar os fundos necessários para obras públicas, incluindo a construção de igrejas, a assistência aos enfermos e pobres, a conservação de estradas, a construção de pontes e a educação. Guilherme de Auvergne, bispo de Paris (1228-49) e eminente teólogo, justificou essas diversas penitências como manifestações do amor cristão pelo próximo.

A extensão dos abusos era cada vez mais gritante, e reformadores desde João de Salisbury em diante advertiram sobre os perigos dessa prática. Sob crescente pressão financeira, várias autoridades eclesiásticas, incluindo Papado, recorreram a práticas duvidosas, sobretudo no emprego de monges vendedores de indulgências, assim se concretizando os piores temores dos partidários da Reforma.

□ P. Paulus, Indulgences as a social factor in the Middle Ages (1922)

Inês, imperatriz (1024-77) Esposa de Henrique III. Descendente dos reis da Borgonha e filha de Guilherme, o Piedoso, duque da Aquitânia, Inês casou com Henrique III a 1° de novembro de 1043, cimentando assim as relações entre a Alemanha e seus vizinhos ocidentais. Após a morte do marido em 1055, atuou como regente durante a menoridade de seu filho, Henrique IV. Em 1062, entretanto, foi destituída pelo arcebispo Anno de Colônia e passou o restante de sua vida num convento. Faleceu em Roma em 1077.

Inglaterra Povos germânicos pagãos, comumente conhecidos como saxões, e que por um

largo período tinham assolado o litoral da Grã-Bretanha romana com repetidas incursões, foram autorizados pela primeira vez a instalar-se na parte oriental da ilha no século IV, em retribuição a seus serviços como combatentes. Em meados do século seguinte, porém, entraram em conflito com os chefes britânicos que tinham assumido o controle após o colapso do domínio romano, e ajudados por nova afluência de colonizadores, iniciaram a conquista de toda a Grã-Bretanha oriental. Embora o avanço saxônico tivesse sido sustado por breve período por volta de 500, a subjugação da área que passou a ser conhecida como England (Inglaterra) estava praticamente concluída em fins do século VII.

Nessa época, os bandos de guerra originais já haviam se agrupado em numerosos pequenos reinos, cada um deles dominado por uma aristocracia guerreira liderada por um rei, que governava em virtude de seu poder militar. Os nativos britânicos foram reduzidos a um status servil e adotaram gradualmente a língua e os costumes de seus conquistadores saxões. Assim fazendo, a maioria afastou-se do Cristianismo, embora este continuasse florescendo nos reinos britânicos restantes, situados nas regiões norte e oeste da ilha.

A conversão dos anglo-saxões foi iniciada pela Igreja romana em fins do século VI. Transcorreu quase um século antes que todos os reis e seus seguidores imediatos estivessem convertidos, e só muitíssimo tempo depois o Cristianismo seria aceito no interior do país. Contudo, em virtude de sua organização diocesana, calcada em um sistema paroquial ainda longe de ser perfeito quando da conquista normanda, a Igreja tornou-se a única autoridade que se sobrepunha às fronteiras dos vários reinos.

As relações entre os reinos anglo-saxões eram de guerra incessante, no decorrer das quais os reis de Nortúmbria (no século VII), Mércia (no século VIII) e Wessex (no início do século IX) se asseguraram sucessivamente da bretwalda ou suserania sobre os outros. O governo de Offa de Mércia, que mandou construir a grande vala para definir a fronteira entre seus súditos e os galeses, no século VIII, foi de especial importância. Seu uso de títulos tais como rex Anglorum assinala a crença em que os ingleses eram um só povo que podia ser submetido a um só senhor. Não obstante, o momento culminante no surgimento de uma monarquia inglesa unida ocorreu no século IX com as invasões vikings, pondo fim a dois séculos em que a Inglaterra estivera livre de ataques externos. Ao destruírem todos os outros reinos anglo-saxões, eles deixaram Wessex, no sudoeste, na liderança incontestável da comunidade inglesa.

Com Alfredo e seus sucessores, o território povoado pelos dinamarqueses foi sistematicamente reconquistado e finalmente dividido em condados, segundo o modelo de Wessex. No terceiro quartel do século X, já tinham conseguido criar um reino inglês razoavelmente unido e duradouro, com um sistema tributário e um sistema monetário

unificados. Apesar de um período de domínio dinamarquês (1016-42), a administração real desenvolveu-se firmemente e, no final do período anglo-saxão, o secretariado era relativamente avançado, emitindo editos em inglês, com a chancela real, para os funcionários régios e os barões dos condados.

A Conquista Normanda, a última ocasião em que a Inglaterra foi invadida com êxito e colonizada por um povo do continente, encaminhou o seu desenvolvimento em novas direções: a classe superior anglo-saxônica foi substituída por uma sociedade feudal cuidadosamente estruturada, com costumes e disposições sociais bem diferentes; os fortes laços entre a Igreja inglesa e o Papado foram reforçados, os bispados e abadias convertidos em baronias feudais. Mas embora os normandos de fala francesa abandonassem o uso do inglês a favor do latim como língua da administração, eles adotaram e desenvolveram o sistema administrativo anglo-saxônico. Isso tornou possível a compilação do Domesday Book, o mais impressionante registro de uma administração real de seu tempo. A Conquista integrou também a Inglaterra nas questões européias, unindo ainda mais a França e a Inglaterra em seus destinos. Durante um século e meio, os reis ingleses também foram senhores de vastos domínios na França e, com os angevinos, no final do século XII, seus interesses centraram-se em suas possessões francesas. Esse período só terminou com a perda de todos esses territórios, à exceção da Gasconha, no início do século XIII.

A casa real normando-angevina deu origem aos principais órgãos de uma administração central elaboradamente organizada, que se sustentou tributando a riqueza dos latifundiários e o comércio dos mercadores. Recursos financeiros mais vultosos tornaram possível a conquista do País de Gales no final do século XIII, e as prolongadas guerras com a Escócia, cuja fronteira com a Inglaterra foi fixada em 1237. Também permitiram que reis da Inglaterra reivindicassem o trono francês e, durante dois períodos — as décadas de 1350 e de 1410 —, conquistassem a maior parte da França.

Apesar de seu crescente poder, os reis ingleses não podiam governar de maneira efetiva sem a cooperação dos grandes proprietários de terras. No início, as concessões régias adotaram a forma de edição e reedição da Magna Carta. Mais tarde, a cooperação foi assegurada por "parlamentações" entre o rei, os lordes e, finalmente, representantes também dos comuns. Mesmo assim, no final da Idade Média, os monarcas ingleses estavam livres da necessidade de consultar sistematicamente seus súditos.

Nesse meio tempo, profundas mudanças tinham ocorrido na estrutura e caráter da sociedade inglesa. A Peste Negra (1349) e epidemias posteriores causaram um declínio catastrófico na população, o que ajudou a mudar as relações entre senhores e

camponeses. Apesar da derrota da Revolta dos Camponeses em 1381, os lordes abandonaram o regime de cultivo direto de suas propriedades e o servo da gleba desapareceu gradualmente. Finalmente, foi demonstrado que a identidade do inglês como povo sobrevivera à Conquista. A língua inglesa continuava a ser usada na fala, e algumas vezes na escrita, e do século XIV em diante, ao tornar-se socialmente aceitável, seu uso crescente em obras literárias refletiu um grau cada vez maior de autoconsciência nacional. Ver danegeld; Erário Público; frankpledge; Hundred Rolls; Parlamento; Plantageneta; testamento; editos; ver também os reis individualmente registrados CHK

□ Oxford History of England, especialmente F.M. Stenton, Anglo-Saxon England (1970) e M. McKisack, The Fourteenth Century (1959); Pelican History of England: D. Whitelock, The Beginnings of English Society (1952), D.M. Stenton, English Society in the Early Middle Ages (1952) e A.R. Myers, England in the Late Middle Ages (1956); B. Lyon, A Constitutional and Legal History of Medieval England (1960)

Inocêncio III papa 1198-1216 (n. 1161) Um dos mais fortes e mais eficientes de todos os papas medievais, Inocêncio III esteve ativo em duas principais esferas interligadas. Durante seu pontificado, os princípios de monarquia papal estavam no auge. Ele foi um zeloso reformador da Igreja na acepção tradicional, ansioso para que a Igreja cristã, em toda a Cristandade, pusesse em ordem a sua própria casa moral. Como monarca papal, ele é principalmente lembrado por suas ações em relação ao Império e à monarquia alemã, e era habitual entre os historiadores nacionalistas alemães atribuir grande parte da culpa pelo fracasso da Alemanha em sair unida da Idade Média à malevolência do relativamente jovem e muito hábil papa.

Eleito para a Santa Sé aos 37 anos de idade, Inocêncio III fixou como um dos principais objetivos diplomáticos de sua carreira, separar a Alemanha da Itália, manter dividida a Itália setentrional da meridional (incluindo a Sicília), e salvaguardar a integridade política de Roma e dos Estados pontifícios. Para conseguir tudo isso, mostrou-se disposto a transferir seu apoio para o candidato guelfo ao trono imperial, Oto IV de Brunswick, para a casa Hohenstaufen e, em última instância, para o seu tutelado, o jovem Frederico, rei da Sicília desde a infância e imperador em 1212(20)-50. Por uma daquelas profundas ironias da história, Frederico tornou-se um arquiinimigo do Papado; mas havia uma lógica fria por trás da política de Inocêncio, em sua tentativa de obter compromissos de que Roma deveria estar livre.

Por toda Europa, suas intervenções foram coerentes, conjugando questões morais com asserções de superioridade papal. O seu êxito mais espetacular aconteceu na

Inglaterra, quando após uma luta acérrima em torno da nomeação para a sé de Canterbury, colocou o reino de João Sem Terra sob um interdito que só foi levantado depois que o monarca capitulou e declarou seu reino vassalo do Papado, em termos feudais. Na França, após uma luta prolongada, logrou a reconciliação do rei francês Filipe Augusto com sua esposa dinamarquesa Ingeborg, mas progrediu pouco na questão fundamental dos direitos eclesiásticos em cortes feudais. Nas comunidades mais periféricas, Espanha, Hungria e Polônia, ele e seus legados obtiveram maior sucesso na imposição de idéias papais; o mesmo ocorreu na Escandinávia, com exceção da Noruega, onde o rei Sverre resistiu às solicitações papais.

A atitude de Inocêncio em relação às Cruzadas também estava muito ligada às suas idéias de monarquia papal, se bem que, nesse capítulo, algumas ironias se apresentam. Apoiou a Quarta Cruzada, apesar de suas apreensões quanto ao desvio contra Estados cristãos, e tentou impor autoridade romana nos Balcãs, na esteira da tomada de Constantinopla pelos cruzados em 1204. Uma profunda preocupação com a heresia no sul da França levou-o a pregar a Cruzada Albigense, para vantagem política, em última análise, do rei francês e da nobreza da França setentrional.

Instruído em teologia e direito, conservou uma inabalável preocupação com a saúde moral e institucional da Igreja e, em dois aspectos, suas realizações provaram ser permanentes. Apesar das semelhanças superficiais entre os ensinamentos de São Francisco e alguns movimentos heréticos, Inocêncio III reconheceu o valor dos frades e seu apoio aos franciscanos e dominicanos (extensamente usados como pregadores e inquisidores) acrescentou uma nova e intensa dimensão à vida espiritual do Ocidente. A crescente ênfase sobre definição e legalidade atingiu seu clímax perto do final de seu pontificado, no IV Concílio de Latrão, realizado em Roma em 1215. Seus decretos, descritos como "um projeto básico de reforma", reúnem todos os ingredientes para uma Igreja reformada com a iniciativa moral promanando do centro. A falta de material administrativo e de apoio local fez com que boa parte do efeito fosse mais forte na teoria do que na prática, mas o Concílio assinalou um ponto alto no prestígio papal durante a Idade Média. HRL

□ A. Luchaire, Innocent III (1904-08); L. Elliot-Binns, Innocent III (1931); H. Tillmann, Pope Innocent III (1980)

Inquisição A fundação da Inquisição papal pode ser diretamente atribuída ao papa Gregório IX que, em sua bula Excommunicamus, estipulou procedimentos pelos quais inquisidores profissionais seriam enviados para localizar hereges e persuadi-los a se retratarem. A bula foi publicada em 1231 e nos anos seguintes a tarefa de interrogar

aqueles acusados de heresia foi confiada às Ordens Mendicantes, sobretudo aos dominicanos.

As ações de Gregório IX ocorreram ao final de um longo período de lutas contra a heresia por parte da Igreja institucionalizada. Vários decretos papais e conciliares (1139, 1179, 1184 e 1199) tentaram regulamentar a detecção de heresia e impedir seu crescimento através da instituição de inquisições episcopais. O papa Lúcio III, em 1184, obteve a ajuda do imperador Frederico Barba-Ruiva para instalar inquisições episcopais regulares, e convém lembrar que a alternativa era, com freqüência, a gritante selvageria da violência popular e do linchamento. A situação na Europa ocidental era ainda mais complicada pela popularidade dos valdenses e cátaros no sul da França e a resultante Cruzada contra os albigenses. O papa Inocêncio III esteve especialmente empenhado em combater a heresia pela persuasão e a pregação, e é um dos paradoxos de seu excepcionalmente rico e complexo pontificado que algumas das piores atrocidades do movimento contra os albigenses tenham ocorrido em seu tempo.

Gregório IX tentou introduzir um certo grau de racionalidade legal nos procedimentos inquisitoriais: seriam instalados tribunais presididos por dois juizes locais nomeados pelo papa; os processos exigiam o depoimento de duas testemunhas que permaneciam no anonimato e não podiam ser diretamente impugnadas; o suspeito fazia seu depoimento sob juramento. Em 1252, Inocêncio IV permitiu o uso de tortura para obter uma confissão. Se a confissão era feita, o indivíduo podia ab-jurar e recebia uma penitência canônica; se ele se mantivesse relapso, era entregue ao poder secular que habitualmente executava os hereges na fogueira.

Era por demais evidente a possibilidade de abusos. Com o declínio dos cátaros, sua influência diminuiu, mas seu poder arbitrário e flexibilidade judicial encorajaram o uso da Inquisição contra todo e qualquer grupo hostil aos interesses do Papado, e sua reputação sofreu em conseqüência, por exemplo, das sórdidas ações empreendidas contra os Cavaleiros Templários na França, no início do século XIV, e contra os franciscanos espirituais. Mostrou-se impotente contra os posteriores movimentos reformistas dos séculos XIV e XV, mas foi reativada na Espanha por Fernando e Isabel, os Reis Católicos, que usaram a Inquisição mais ou menos como um braço centralizado do Estado. [Em Portugal, o Tribunal da Inquisição só começaria a funcionar em 1540, no reinado de João III, o Piedoso, visando principalmente a comunidade de cristãos-novos. NT] Ver Bernardo Gui; Cisneros, Francisco Ximenes de; Conrado de Marburgo; Robert le Bougre

□ H.C. Lea, History of the Inquisition in the Middle Ages (1888); B. Hamilton, The Medieval Inquisition (1981)

Investiduras, Questão das Designação adotada para a grande crise que assolou as relações entre o Império e o Papado, e, na verdade, entre a Igreja e o Estado de um modo geral, no período que vai de 1075 a 1122 na Europa ocidental. Assinalou o fim do período do chamado "compromisso carolíngio", quando a Igreja estava subordinada aos reis e quando estes, sobretudo os imperadores, reivindicavam poderes teocráticos. Marcou também o início do período em que o poder potencial do Papado medieval se concretizou não só no campo espiritual mas também no secular e político; um período de "monarquia papal", como por vezes é chamado.

A investidura — o ato físico de investir um clérigo com as insígnias de seu cargo — era apenas mais um dos símbolos exteriores da luta. Questões mais profundas diziam respeito à natureza da Igreja: a posição especial do papa como sucessor de São Pedro; receios em torno da crescente secularização da Igreja e matérias específicas no tocante à liberdade de eleição para bispados e abadias; a rejeição da simonia; a defesa do celibato do clero; e a liberdade da Igreja para insistir em seu próprio modelo de reforma moral. Entretanto, foi a questão de um decreto papal (1075) proibindo a investidura laica que ajudou a deflagrar a luta e — após os dramáticos traumas de humilhação imperial em Canossa, recuperação imperial e a morte de Gregório VII no exílio (1085), e a asserção de liderança de Urbano II na Cristandade ao pregar a I Cruzada (1095) — foi precisamente a Questão das Investiduras que provou ser capaz de uma solução de compromisso.

A luta não estava limitada ao Império, e em 1106 e 1107 foram conseguidos acordos, por concessões mútuas, na França e na Inglaterra, pelos quais a hierarquia eclesiástica ficava no controle dos processos de investidura, ao mesmo tempo que se salvaguardava o interesse real na nomeação de bispos, que eram também grandes senhores feudais, administradores e servidores reais. A posição alemã e imperial mostrou-se mais problemática. Num dado momento, em 1111, o papa Pascoal II ofereceu-se para renunciar à posse de grandes feudos em troca da liberdade de eleger e investir, uma solução tão profundamente perturbadora e inaceitável para os bispos quanto para os poderes seculares. Chegou-se finalmente a um ajuste na Alemanha e no Sacro Império pela Concordata de Worms, em 1122. O imperador renunciou ao uso do báculo e do anel ao proceder à investidura de um eclesiástico, mas recebeu preito de vassalagem, na Alemanha, dos bispos eleitos por suas temporalidades, antes de serem sagrados. A hierarquia eclesiástica tinha afirmado seu direito de manter o controle simbólico e espiritual, mas os governantes seculares ainda exerciam um extenso poder prático sobre as nomeações e controle das temporalidades. Ver Dictatus Papae; Matilde; Tribur, Dieta de HRL

□ Z.N. Brooke, "Lay investiture and its relation to the Conflict of empire and papacy",

Proceedings of the British Academy, 25 (1939); G. Tellenbach, Church, State and Christian Society at the time of the Investiture Contest (1940); C.N.L. Brooke, The Investiture Disputes (1969); The Investiture Controversy, org. por K.F. Morrison (1971); LS. Robinson, Authority and Resistance in the Investiture Contest (1978)

Iolanda de Brienne (c. 1212-28) Batizada como Isabella mas conhecida mais usualmente como Iolanda, ela foi herdeira do reino de Jerusalém através de sua mãe, Maria (m. 1212). Seu pai, João de Brienne, governou como regente durante a menoridade dela. Em agosto de 1225, casou-se por procuração com o imperador Frederico II, união promovida pelo papa Honório III, que assim esperava incentivar o imperador a promover rapidamente uma Cruzada à Terra Santa. Depois de ter sido coroada rainha de Jerusalém, Iolanda viajou para Brindisi. Aí foram celebrados solenemente os esponsais, uma cerimônia que foi interpretada como a ratificação do compromisso de Frederico com a Cruzada. Ele imediatamente exonerou João de Brienne e assumiu os direitos e o título de rei-consorte. Em abril de 1228, Iolanda deu à luz um filho, Conrado. Ela morreu alguns dias depois, deixando seu bebê como rei de Jerusalém. Nem ele nem seu filho Conradino jamais visitaram a Terra Santa para serem coroados; e com a morte de Conradino em 1268 a linha de Iolanda extinguiu-se.
□ [S. Runciman, Historia de las Cruzadas, Madri, Alianza, 1973, vol. 3]

Iona A ilha do arquipélago das Hébridas que se tornou o ponto focal do Cristianismo celta e um importante centro de estudos depois que São Columba aí fundou um mosteiro em 563. Muitas missões foram enviadas de Iona à Grã-Bretanha, sendo as mais famosas a missão de Columba ao rei picto Brude em 574 e a missão de Aidan ao rei Osvaldo da Nortúmbria em 635. Apesar das freqüentes incursões vikings contra Iona, as relíquias de Columba atraíram muitos peregrinos à ilha, até que foram levadas para Dunkeld no século IX e muitos reis escoceses aí foram sepultados. O bispado das Hébridas ocidentais, instalado em Iona em 838, foi unido ao de Sodor em 1098. O mosteiro tornou-se uma casa beneditina por volta de 1203.
□ D.A. Bullough, "Columba, Adomnan and the Achievement of Iona", Scottish Historical Review, 43-44 (1964-65)

Irene imperatriz e governante bizantina 797-802 (n. c. 752) Irene foi a primeira mulher a exercer o poder imperial por suas próprias prerrogativas, após a destituição de seu filho Constantino VI. Mulher poderosa e resoluta, ela atuou como regente e co-imperador para seu filho desde a morte do marido, Leão IV (775-80), e até muito depois de Constantino VI ter atingido a maioridade. Descontente com a recusa de Irene em renunciar ao poder,

Constantino aliou-se à posição iconoclasta, a qual combatia a política imperial de veneração de ícones. Em 790, quando Constantino VI completava 20 anos, Irene foi forçada a deixar o trono mas o governo fraco e ineficiente do filho levou-a de novo a compartilhar do poder com ele em 792. Cada vez mais irritada com a incompetência do filho, Irene resolveu em 797 tomar o problema em suas mãos, quando mandou cegar Constantino a fim de torná-lo incapaz de governar. A posição de Irene era novidade na organização política bizantina, o que se refletiu no fato dela ter se atribuído o título de basileus (imperador), em vez de basilissa (imperatriz). Seu reinado manteve-se até que uma revolução palaciana a depôs e exilou.

□ S. Runciaman, 'The Empress Irene the Athemian", Studies in Church History, Subsidia I (1978)

Irlanda A história da Irlanda nos primórdios da Idade Média constitui um caso único, não só porque havia um grande número de reis (talvez uma centena deles) exercendo seu senhorio sobre pequenas unidades populacionais e seus territórios (chamados tuaths), mas também porque havia muitos graus de realeza, com regras e costumes elaborados a respeito da sucessão.

No século VIII, quatro províncias tinham surgido, definidas efetivamente pelas tentativas das principais famílias em exercer uma suserania consistente e dominante sobre as demais. Eram elas: os Uí Cheinnselaig no sudeste (Leinster), até serem substituídos pelos Uí Dúnlainge a partir de cerca de 738; os Eógannachta no sudoeste (Munster), especialmente o ramo Cashel da família; os Uí Briúin no noroeste (Connaught) desde meados do século VIII; e os Uí Néill (O'Neill) no nordeste (Ulster) desde o começo do século VII. Os O'Neill desenvolveram um padrão de realeza alternante entre os ramos setentrional e meridional da família, associada à realeza de Tara, um foco simbólico similar ao da Rock of Cashel dos Eógannachta no sul. O conflito entre os super-reis tornou-se comum, se bem que, nessa altura, a subestrutura de reis secundários e tuath permanecesse substancialmente intata.

A partir de 795, um novo elemento foi introduzido na política irlandesa pelos vikings, que assolaram e devastaram (às vezes gravemente) e depois acabaram instalando bases permanentes, a primeira delas em Dublin, em 841. A chegada dos vikings não significou uma total mudança na política irlandesa, uma vez que sua tendência era se ajustarem aos padrões existentes, aliando-se aos principais reis e sendo por estes usados como mercenários. A competição pelo status de suserano continuou, sendo os Uí Néill os mais bem-sucedidos em suas tentativas de ampliação de seu poder além de suas próprias fronteiras; a partir de meados do século X, eles assumiram títulos que sugerem o

predomínio sobre a totalidade da ilha. Entretanto, suas pretensões foram abaladas pela penetração na direção leste dos Uí Briúin, embora estes fossem, por sua vez, ultrapassados por uma nova família, os Dál Cais de Munster, que tomaram Cashel em 964. A partir de 976, o mais famoso membro da família, Brian Borumha, desenvolveu uma série de operações militares até conseguir a submissão do sul e da região central em 1002 e do resto do norte em 1005-11. O êxito de Brian foi efêmero; uma revolta em Leinster, em 1012, culminou com sua morte em Clontarf, dois anos depois. Contudo, o fato de que todos os principais reis se lhe submeteram, assinala uma importante mudança na política irlandesa, a qual daí em diante passou a estar cada vez mais intimamente vinculada à próspera cidade de Dublin.

A mudança também se evidenciou quando o poder foi territorializado: os reis secundários perderam sua independência e as dimensões das unidades fundamentais da realeza aumentaram substancialmente. Nos séculos XI e XII, uma série de reis não aparentados, de diferentes famílias, estabeleceram uma vasta hegemonia. Assim como os reis anteriores tinham usado a capacidade militar viking para seus próprios fins, também os super-reis rivais buscaram ajuda no exterior e, num lance decisivo em 1167, um governante Leinster recorreu a Henrique II da Inglaterra. Henrique talvez já tivesse recebido o reconhecimento de sua suserania sobre a Irlanda pelo papa inglês Adriano IV em 1156, e sua resposta foi rápida e devastadora. Com a intrusão no quadro político de uma aristocracia anglo-normanda, o fim da velha ordem estava selado. Richard de Clare (Strongbow), conde de Pembroke, comandou uma força armada que desembarcou na Irlanda. Dublin caiu em 1170 e, em 1171, o próprio Henrique II realizou a travessia para Weterford e efetuou o que se pode chamar um triunfal avanço de uma ponta a outra da ilha.

A conquista normanda da Irlanda foi muito diferente da conquista da Inglaterra. Nunca foi completa e, embora em 1300 a maior parte da ilha estivesse nominalmente sob o controle do monarca inglês ou de seus representantes em Dublin, na realidade a situação era extremamente complexa, um emaranhado de senhorios com a sobrevivência de chefes tribais guélicos governando suas comunidades de acordo com as antigas leis e costumes do mundo céltico. Alguns beneficiaram-se consideravelmente com a nova ordem feudal e foram criados grandes feudos, com destaque para os Fttz-Gerald, os Lacy e os Butler. Floresceram cidades; alguns dos anglo-normandos recém-chegados foram assimilados pela cultura guélica, tornando-se mais irlandeses que os próprios irlandeses.

O interesse da monarquia inglesa era constante, mas seu envolvimento foi esporádico. Ricardo II, no final do século XIV, e os yorkistas no século XV, tentaram impor a paz e a unidade mas seus êxitos foram efêmeros. Os esforços no sentido da

proscrição do uso da língua, leis e costumes irlandeses, como os consubstanciados nos Estatutos de Kilkenny, em 1366, fracassaram. No final da Idade Média registrou-se um ressurgimento guélico fora das regiões diretamente controladas por Dublin e outras cidades. WD □ J.C. Becket, A Short History of Ireland (1966); The Course of Irish History, org. por T.W. Moody e F.X. Martin (1967); D.O. Corráin, Ireland before the Normans (1972); K. Hughes, Early Christian Ireland: an Introduction to the Sources (1972)

Irmandade da Vida Comum Sociedade religiosa fundada por Gerhard Groote (1340-84) e que se estabeleceu inicialmente em Deventer, na Holanda. Embora os irmãos vivessem uma vida comum dedicada a Deus, não tinham Regra nem faziam votos. Como tal liberdade religiosa era vista com desconfiança e hostilidade pelo clero, os seguidores de Groote também fundaram mais tarde casas de cônegos agostinianos, começando com o priorado de Windesheim em 1387, onde os irmãos viviam de acordo com uma Regra de pregação e pobreza. Embora fundassem ocasionalmente escolas, como em Utrecht e Liège, a Irmandade estava sobretudo empenhada no trabalho pastoral e na cópia de manuscritos para venda. A Ordem não era particularmente popular, entretanto, e nunca se expandiu fora da Holanda e da área setentrional da Alemanha em torno de Colônia. O forte elemento místico atraiu alguns dos melhores espíritos da época, como Tomás de Kempis e Nicolau de Cusa, que sustentaram com êxito a ortodoxia da posição por eles assumida no Concílio de Constança, apesar de forte oposição. Por vezes conhecida como a Irmandade da Devoção Moderna, eles sobreviveram como limitado mas efetivo grupo até o século XVI.
□ A. Hyma, The Christian Renaissance: A History of the Devotio Moderna (1965)

Irmandade do Livre Espírito Seita de pensadores místicos que surgiu na Suábia, Renânia e Holanda no século XIII. Suas crenças eram, pelo menos em parte, o resultado de uma tentativa de conciliação das obras de Aristóteles com a teologia cristã, o que os levou a sublinhar a superioridade da vontade humana sobre tudo o mais e a viver de acordo com o que designavam por "livre espírito" de devoção. Seus membros foram continuamente perseguidos pela Inquisição mas a Irmandade continuou existindo até o século XVI.
□ R.E. Lerner, The Heresy of the Free Spirit (1972)

Irnerius (m. c. 1130) Possivelmente alemão de nascimento (Guarnerius), foi um dos fundadores e um dos maiores professores da poderosa escola de direito de Bolonha no final do século XI, Irnerius deu contribuições permanentes para o método pelo qual o recém-introduzido direito romano de Justiniano foi ensinado no Ocidente. Sua obra ainda

existente consiste essencialmente em glosas de textos escritos como base para a exposição oral nas aulas. O pouco que se sabe de sua carreira indica ter sido Irnerius um servidor de Matilde da Toscana, a grande defensora do Papado, e depois de Henrique V e Lotário, mas sua enorme reputação, que persistiu durante todo o século XII, foi como o virtual pai do renascimento do direito e da Universidade de Bolonha.
□ H. Kantorowicz, Studies in the Glossators of the Roman Law (1969)

Isaac I Comneno imperador bizantino 1057-59 (n. c. 1005-m. 1061) Representante da aristocracia militar da Ásia Menor, Isaac, tio de Aleixo I Comneno, usurpou o trono após a abdicação forçada do velho Miguel VI, chefe do partido civil de Constantinopla. Isaac foi ajudado pela Igreja Constantinopolitana e, em particular, pelo patriarca Miguel Cerulário, que era quem mantinha o equilíbrio de poderes entre as facções civil e militar na capital. Mas Isaac não tardou em indispor-se com Cerulário ao confiscar propriedades da Igreja, medida tomada com o objetivo de financiar o fortalecimento das defesas do Império, negligenciadas pelos imperadores anteriores, que tinham representado os interesses da aristocracia civil. Depois de exilar o patriarca como perigoso adversário político, Isaac deu-se conta de que crescia a onda de sentimentos populares contra ele. Isso, conjugado com a inimizade de uma poderosa aristocracia civil, precipitou sua abdicação em 1059. A pressão dos eventos externos ainda não impunha a escolha de um imperador militar.
□ M. Angold, The Byzantine Empire (1984)

Isabel de França (m. 1357) Esposa de Eduardo II da Inglaterra e filha de Filipe IV da França. Em conluio com seu amante Roger, conde de March, Isabel organizou a revolta que destronou seu marido em 1327. Em 1330, o novo rei, seu filho Eduardo III, estava suficientemente forte para tomar o poder em suas mãos. Roger foi executado e Isabel confinada às terras de seu dote. A ferocidade dela tornou-se lendária, como é indicado por seu apelido, "a loba da França".

Isáuria, dinastia Aguerrida dinastia que governou o Império Bizantino em 717-802 e cuja força se baseava na capacidade militar do planalto anatólio. O fundador da dinastia em sua dimensão imperial foi o imperador Leão III, responsável pela eficaz defesa de Constantinopla contra os muçulmanos. Os isáurios estavam geralmente associados ao movimento puritano iconoclasta do século VIII.

Isidoro, Santo (c. 560-636) Bispo de Sevilha. Pertencia a uma devota família católica de origem bizantina ou hispano-romana, a qual, ao que se supõe, ter-se-ia mudado de Cartagena, no sudeste da Espanha, para Sevilha em meados do século VI. Como bispo de

Sevilha, o irmão de Isidoro, Leandro, foi o instrumento decisivo para conseguir a renúncia oficial ao Arianismo dentro do reino visigodo, proclamada no Terceiro Concílio de Toledo (580). Isidoro sucedeu a Leandro como bispo por volta de 600 e, durante o seu bispado, Sevilha desfrutou de preeminência como centro intelectual, tendo o mais destacado erudito espanhol da época como bispo.

Durante todo o seu reinado, o rei visigodo Sisebuto (612-21) foi assessorado por Isidoro em assuntos eclesiásticos e intelectuais, e de modo pouco comum, revelou propensão pela aquisição de saber. Isidoro dedicou ao rei um tratado sobre os fenômenos naturais, Da Natureza das Coisas, e foi por ele encarregado de compor as Etimologias, completadas no início da década de 630. Nesse compêndio, englobando assuntos como artes liberais, medicina, direito e a Bíblia, Isidoro utilizou, com engenho e perspicácia, um sistema de conhecimento no qual o significado essencial de um objeto ou fenômeno é revelado pela suposta origem da palavra usada em relação ao mesmo. A obra foi extremamente influente durante toda a Idade Média.

Isidoro também contribuiu para a vitalidade da Igreja espanhola no século VII. Enfatizou a necessidade de um clero educado e criticou o recurso à brutalidade para se obter a conversão da população judaica da Espanha. Presidiu ao Segundo Concílio de Sevilha (619), no qual muitas questões teológicas foram examinadas, e ao Quarto Concílio de Toledo (633), o qual insistiu sobre a uniformidade na liturgia e promulgou a excomunhão por rebelião contra o rei.

Os escritos de Isidoro revelam o seu desejo de ver a Espanha prosperar sob o domínio visigótico e sua hostilidade em relação aos francos. Suas obras foram renomadas entre os homens de saber irlandeses desde meados do século VII e influentes durante o renascimento intelectual da Igreja franca no século IX. Isidoro escreveu uma Crônica (c. 615) e uma História dos Godos, Vândalos e Suevos (c. 625), o único registro existente da história visigótica no período de 589-625/6. Suas outras obras incluem: Das Diferenças e do Significado de Palavras; Lamentações de uma Alma Pecadora; Dos Homens Famosos e Da Fé Cristã, conta os Judeus. Também sobrevivem algumas cartas autênticas, ao lado de muitas falsas. JF

□ J. Fontaine, Isidore de Séville et la Culture classique dans l'Espagne wisigothique (1959); [R. Collins, Esparta en la Alta Edad Media, Barcelona, Critica, 1986; San Isidoro de Sevilha, Etimologias, org. por Oroz Reta, 2 vols., Madri, BAC, 1982-1983]

Isidorus Mercator Letrado franco de meados do século IX, responsável por uma coleção de decretais papais (os Decretais Forjados ou Pseudo-Isidoro) que atribuíam grande ênfase à supremacia absoluta da sede papal. A coleção consistia num misto de decretais

autênticas e forjadas, engenhosamente combinadas e atribuídas aos enunciados isidorianos sobre direito Canônico que se originaram na Espanha.
□ E. Davenport, The False Decretais (1916)

Islã A mais nova das grandes religiões mundiais, dependente dos ensinamentos de Maomé, tal como foram formulados no Alcorão. O significado da palavra é "rendição", e um muçulmano é aquele que se rendeu à vontade de Deus, conforme foi revelada por seu verdadeiro profeta.

Em essência, os ensinamentos islâmicos são o produto da experiência religiosa do Oriente Próximo e os historiadores da religião tendem a tratar o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo não como fés separadas, mas como três ramos da mesma fé. O Islã estava por certo tão profundamente enraizado quanto o Judaísmo ou o Cristianismo em seu senso de história e preocupação com a cronologia — a concretização dos desígnios de Deus no tempo. O Islã é rigidamente monoteísta, reconhecendo a validade do Antigo Testamento, dos profetas e de Jesus Cristo; o próprio Abraão é considerado no Alcorão como o fundador do santuário de Meca, com sua sagrada Pedra Negra (a Kaaba), e é respeitado como o destruidor de ídolos.

O principal ponto de divergência reside em que o Islã crê ser Maomé o mais recente e mais perfeito dos profetas, a quem Deus ordenou que revelasse a Sua verdade e Seus desígnios para o mundo nos escritos do Alcorão. À medida que a fé amadureceu, os mestres islâmicos estavam preparados para reconhecer a força do ministério de Cristo (e para aceitar até o nascimento pela Virgem), mas não a noção do Cristo como Deus encarnado. Rejeitaram o conceito da Trindade como uma aberração que desviava os homens de um estrito caminho monoteísta.

A nova fé propagou-se com extraordinária rapidez. Maomé pregou seu credo monoteísta em Meca, na década de 610, com um êxito apenas moderado. Em 622 — data a partir da qual os muçulmanos calculam sua nova era — dá-se a sua fuga (a hijra ou hégira) com seus seguidores para Medina, um povoado com substancial presença judia. Foi aí que o movimento adquiriu impulso. O estreito envolvimento do próprio Maomé na política, organização social e guerra assegurou um forte elemento sócio-político na nova fé, desde os seus primeiros dias. Uma forte tendência militar impregnou o Islã, orientada contra as tribos politeístas e adoradoras de ídolos; e o conceito de jihad, na acepção de uma guerra tanto legal quanto santa, pode ter tido sua origem na década de 620.

Embora os seguidores de Maomé não fossem uniformemente bem-sucedidos nessas atividades militares, um momento culminante e decisivo ocorreu com o seu triunfal regresso a Meca (629-30). No ano de sua morte (632), toda a península arábica se

encontrava num estado inédito de unidade política. Mortíferas guerras tribais tinham sido a maldição da península mas, ao unir os novos crentes numa fé universal, Maomé transcendeu os vínculos tribais locais; o uso do árabe como a língua sagrada dominante ajudou ainda mais a manter os muçulmanos unidos, apesar de suas tradições imensamente díspares.

Através dessa unidade recém-forjada, uma imensa reserva de energia militar latente foi liberada. Os sucessores de Maomé, os califas, aproveitaram-se disso ao máximo, soltando a nova força contra os impérios decadentes de Bizâncio e da Pérsia. Numa curta geração (632-56), os muçulmanos obtiveram o controle do Oriente Próximo, Jerusalém, Damasco e Síria, Mesopotâmia e o Império Persa, Alexandria e o Egito. Ampliaram sua autoridade ainda mais com o califado omíada baseado em Damasco (660-750). Em 720, o muezzin estava convocando os fiéis para a oração desde os contrafortes das montanhas do norte da Espanha até o vale do Indo. Toda a metade meridional do "Crescente fértil" estava em mãos muçulmanas. Com os abássidas (750-1258), o centro do poder deslocou-se de Damasco para Bagdá, mais a leste, e a universalidade do Islã foi confirmada por uma preponderância extra-árabe.

As atitudes muçulmanas em relação aos não-crentes variaram, mas a tendência mais freqüente era para a tolerância, desde que os impostos fossem pagos e as escrituras respeitadas. Podiam ser ferozes, contudo, contra o culto de ídolos e a rejeição da unidade da Divindade. A unidade política era freqüentemente ilusória; uma dinastia Omíada persistiu na Espanha até o século XI, enquanto que outras dinastias brotavam por todo o disperso complexo muçulmano: fatímidas no Egito (909-1171); turcos seljúcidas na Síria e Anatólia (1077-1307); almorávidas (1036-1147) e almôadas (1130-1269) no Magrebe e na Espanha. A intrusão dos mongóis no século XIII levou à queda do califado abássida, quando o Irã, o Iraque e a Síria ficaram em poder dos invasores. A perturbação política provocada pela criação do reino cruzado (1100-1292) foi ainda agravada por poderosos movimentos turcos; o período final da Idade Média viu o surgimento dos turcos otomanos como potência muçulmana dominante. Entretanto, durante todo esse período, o Islã desenvolveu-se e floresceu em considerável integridade.

Para o mundo europeu ocidental, o Islã era, de tempos em tempos, a "grande ameaça", "a religião vinda de fora" — claramente não-pagã e mais do que uma simples heresia. Conflitos na Espanha, Sicília e nas Cruzadas avivaram essa percepção e, com freqüência, os temores. Mas também houve tempos de contato mais pacífico, sobretudo no século XII e entre os letrados judeus na Espanha. A Europa ocidental deve muito em conhecimentos matemáticos, médicos e filosóficos às fontes árabes, onde a herança da cultura grega tinha sido muito melhor preservada por humanistas muçulmanos.

O Islã foi adotado por povos de diversas tradições: latinos, gregos, persas e, em sua mais vasta extensão, asiáticos centrais, indianos e chineses. Portanto, surgiram naturalmente variações nas formas de culto, embora o núcleo central se mantivesse firme e inabalável: monoteísmo, dependência do Alcorão e obediência aos ensinamentos legados por Maomé (hadith). Espera-se que todos os muçulmanos orem cinco vezes por dia na direção de Meca (inicialmente Jerusalém); jejuem durante o sagrado mês lunar de Ramadã; dêem esmolas; observem o dia de culto e de repouso nas sextas-feiras; e realizem pelo menos uma vez na vida uma peregrinação a Meca (a hajj) e outros lugares santos associados à vida do profeta.

A principal divisão no Islã, entre os sunitas e os xiitas, ainda hoje é causa de perturbação no mundo muçulmano. Os sunitas são os que respeitam a tradição (suna) transmitida através dos califas ortodoxos, enquanto que os xiitas se reportam à figura de Ali, genro do profeta (600-61). Os xiitas (homens do Partido) opunham-se à tendência dos teólogos e legisladores oficiais para se apoiarem exclusivamente numa interpretação do Alcorão. Alguns voltaram-se para um novo ou oculto líder, um Mahdi, e forneceram a base para movimentos revolucionários ao longo de toda a história islâmica. De modo geral, favoreceram a liderança carismática transmitida através dos imãs, descendentes de Ali e Fátima. Os ismaelitas e os fatímidas tornaram-se as mais importantes seitas xiitas, e os assassinos (século XII) a mais notória. Uma forte corrente mística expressou-se através do sufismo, influente nas cidades muçulmanas dos séculos VIII e IX. HRL

□ The Cambridge History of Islam, org. por P.M. Holt, A.K.S. Lambton e B. Lewis (1970); The World of Islam, org. por B. Lewis (1976); B. Lewis, The Muslim Discovery of Europe (1982); D. Sourdel, Medieval Islam (1983); O. Leaman, An Introduction to Medieval Islamic Philosophy (1985) [A. Miquel, O Islame e a sua civilização, Lisboa, Cosmos, 1971; E. Dermenghem, Maomé e a tradição islamítica, Rio, Agir, 1973; A. Mazahéri, A vida quotidiana dos muçulmanos na Idade Média, Lisboa, Livros do Brasil, s/d; R. Mantran, Expansão muçulmana (séculos VII-XI), S. Paulo, Pioneira, 1977]

Islândia Embora conhecida de eremitas e monges celtas, a Islândia só foi permanentemente povoada no período de 860-930 quando, como parte da expansão viking, escandinavos, em sua maioria noruegueses, instalaram granjas naquelas áreas da Islândia capazes de atividades agrícola e pastoril. Foram convertidos ao Cristianismo por volta de 1000, embora persistissem algumas práticas pagãs. O saber e a literatura floresceram nos séculos XII e XIII, e uma das mais admiráveis prosas em vernáculo da Idade Média foi produzida na Islândia pelos autores de sagas, como Snorri Sturluson (m. 1241), escrevendo

em norueguês arcaico. Institucionalmente, a evolução de uma assembléia deliberativa formal, a Althing, nos séculos X e XI, fornece um exemplo precoce de um desenvolvimento relativamente requintado, com traços de liberdade e independência. A partir do século XIII, entretanto, a Islândia passou a estar cada vez mais na dependência dos noruegueses e, depois, da monarquia dano-norueguesa.
□ F.G. Foote e D.M. Wilson, The Viking Achievement (1970)

Itália Em meados do século IV, Roma tinha sido suplantada como capital política do Império por Milão no Ocidente e Constantinopla no Oriente. Em 402, a capital ocidental tinha sido transferida de novo, em face da ofensiva bárbara, para uma posição mais defensável em Ravena. Roma foi invadida pelos visigodos (410) e os vândalos (455), e o norte da Itália pelos hunos (452), mas nenhum desses povos aí se fixou. A deposição do último imperador latino no Ocidente, Rômulo Augústulo, em 476, por Odoacro, não marcou qualquer mutação dramática, porquanto o Império Ocidental, agora constituído apenas pela Itália, tinha sido governado desde a década de 380, intermitentemente, por chefes militares bárbaros.

A primeira invasão bárbara importante e duradoura da península foi a dos ostrogodos (490-93), cujo rei Teodorico, o Grande, depôs Odoacro e instalou-se em Ravena. O reino ostrogodo foi finalmente eclipsado pela reconquista bizantina da Itália pelos generais Belisário e Narsés, a mando do imperador Justiniano, após prolongada guerra (535-55). Em 568, a Itália foi invadida pelos lombardos, que estabeleceram um reino no norte e ducados em Spoleto e Benevento, mergulhando a maior parte da península em nova série de guerras. Roma, ainda o centro espiritual da Cristandade, resistiu e estava efetivamente sob domínio papal em fins do século VI. O exarcado bizantino de Ravena caiu em 751.

Atendendo a uma solicitação papal, Carlos Magno conquistou o reino lombardo e o ducado de Spoleto (773-74), que por isso foram absorvidos pelo reino franco. Em 800, sua coroação como imperador foi realizada pelo papa em Roma. A Itália setentrional e central foi efetivamente governada pelos carolíngios até a morte de Luís II (875) e, daí em diante, por quase 90 anos, por uma sucessão de governantes menos competentes, de origem franca. Durante esse período, o continente foi assolado, a intervalos, por incursões dos magiares (899-950) e sarracenos, instalados na Sicília desde 825. No reinado de Basílio I, Bizâncio expulsou os sarracenos da região meridional da península, ficando o poder nessa região dividido, em 900, entre bizantinos e lombardos. Tendo anexado a Itália ao reino germânico em ascensão, Oto I garantiu sua coroação como imperador pelo papa (962); e o título imperial foi ostentado daí em diante por sucessivos reis alemães, até meados do século XIII. As relações com o Papado, quase invariavelmente más, foram especialmente

acrimoniosas durante a Questão das Investiduras (1076-1122).

O século XI presenciou importantes desenvolvimentos políticos e econômicos na península. Quando a integridade do Estado se fragmentou durante o século X, a autoridade passou a estar cada vez mais localizada, o que se refletiu na disseminação de cidades fortificadas (castelli). Em fins do século XI tinha início a formação de comunas, com Pisa e Gênova entre as primeiras. No sul, as conquistas normandas da década de 1070, desalojando lombardos e bizantinos, puseram fim ao monopólio comercial de Bizâncio no Mediterrâneo oriental, em proveito de Veneza. Com o início das Cruzadas, também floresceu o comércio nas cidades marítimas de Pisa e Gênova. O crescimento da riqueza e da independência citadinas foi rápido; em meados do século XII, comunas tinham sido estabelecidas em todas as principais cidades do norte e centro da Itália. A tentativa de Frederico Barba-Ruiva de recuperar a autoridade imperial nas cidades do norte provocou a confederação retaliatória da Liga Lombarda (1167), mas a rivalidade intercidades era a norma. Nas décadas seguintes à morte de Frederico II (1250), o poder nas comunas passou a estar cada vez mais concentrado nas mãos de autocratas urbanos (signori) num período de contínua prosperidade econômica.

A morte de Frederico, que cortou a conexão direta com a Alemanha, marcou também o começo do gradual declínio do efetivo controle imperial no interior da península, embora não o das intervenções externas; em 1266-68, os angevinos suplantaram os Hohenstaufen como a principal dinastia estrangeira na Itália continental, competindo com os aragoneses, depois de 1282, pelo controle duradouro da Sicília e do reino de Nápoles. O Papado, cuja autoridade temporal na Itália central tinha sido consideravelmente ampliada com Inocêncio III (1198-1216), tornou-se cada vez mais politizado, e o final do século XIII assistiu à ascensão de poderosas famílias papais, como os Colonna e os Gaetani, cujas maquinações redundaram na transferência da residência papal para Avignon (1309-77).

Desde os começos do século XIV, a arena política na Itália foi dominada por questões internas, especialmente nos Estados pontifícios, na Toscana e no norte. A adesão aos partidos guelfo e gibelino, inicialmente de apoio ao Papado e ao Império, respectivamente, passara a significar alinhamento político dentro de cidades e entre cidades. A guerra entre estas tornou-se particularmente intensa e de efeitos econômicos devastadores no começo do século XIV. A falência das casas bancárias internacionais dos Peruzzi e dos Bardi em Florença (na década de 1340) foi seguida pelas devastações da Peste Negra (1348), a qual eliminou em algumas áreas talvez metade de uma população já debilitada pela crise econômica. Foi esse, porém, o período germinal da Renascença. Durante os 150 anos seguintes, as cidades-Estados conheceram fortunas várias, usualmente sob governos oligárquicos ou despóticos. As guerras prosseguiram entre os

estados mais poderosos, sobretudo Veneza, Milão e Florença, até a Paz de Lodi (1454), e daí em diante com menos frequência, até terem inicio as Guerras da Itália em 1494. Durante esse período, a península testemunhou a intervenção estrangeira numa escala sem precedentes, instigada por Carlos VIII da França. JF

□ J.K. Hyde, Society and Politics in Medieval Italy 1000-1350 (1973); D. Herlihy, The Social History of Italy and Western Europe 700-1500 (1978); L. Martines, Power and Imagination; City-states in Renaissance Italy (1980) [D. Waley, Las ciudades-república italianas, Madri, Guadarrama, 1969; P. Brezzi, I comuni medioevali nella Storia d'Italia, Turim, ERI, 1970]

Ivã III, o Grande (Vasilievich) (1440-1505) Sucedeu a seu pai Vasili II em 1462 como grão-príncipe de Moscou, e inaugurou um programa de expansão; Yaroslav (1463) e Rostov (1474) foram anexados. Numa série de campanhas (1471, 1477, 1478), Novgorod foi subjugada e suas colônias absorvidas, seguindo-se-lhes Tver em 1485. Mediante uma hábil diplomacia, utilizando as divisões internas da Horda de Kazan, Ivã pôde anular sua vassalagem nominal ao cã. Seus territórios foram moldados num bloco unificado ao reduzir a autoridade e simultaneamente seqüestrar as terras dos príncipes de apanágio; e, a partir dessa base mais forte, Ivã iniciou uma guerra contra a Polônia-Lituânia, conseguindo vastos ganhos antes de se negociar em 1500 uma trégua temporária. Quando esta foi violada, mais territórios foram capturados antes do estabelecimento final da paz em 1503. A ênfase sobre sua posição especial como defensor do Cristianismo ortodoxo grego habilitou-o a consolidar sua autoridade, apesar de disputas dinásticas internas. Com Constantinopla em mãos muçulmanas desde 1453, Moscou estava agora em condições de se proclamar, justificadamente, a "terceira Roma".

□ J.L. Fennell, Ivan the Great of Moscow (1961)

Ivo de Chartres, Santo (1040-1115) Bispo de Chartres desde 1090 e o mais importante especialista em direito Canônico de seu tempo, Ivo fez sua educação jurídica em Bec e Paris, e exerceu o cargo de prior em Beauvais. Foi muito influenciado pela nova disposição sistemática do direito de acordo com temas e assuntos, característica do mais avançado pensamento legal do final do século XI. Sua coleção de decretais em 17 volumes converteu-se numa obra clássica de referência e não foi sequer completamente suplantada pela competente obra de Graciano, que viria à luz em meados desse século. Seu resumo do direito Canônico, Panormia, continuou sendo largamente usado nos tribunais eclesiásticos. No campo político, Ivo foi imensamente influente, adotando uma postura gregoriana moderada e ajudando a encontrar soluções de compromisso para a Questão das

Investiduras surgida na França e na Inglaterra em 1106-07.
□ R. Sprandel, Ivo von Chartres und seine Stellung in der Kirchengeschichte (1962)

iugoslavos Sua pátria original situava-se além das montanhas dos Cárpatos. Durante o período da migração em massa, esses eslavos do sul (iugo significa sul) deslocaram-se para uma região em torno do Danúbio Inferior. Começaram incursionando na península balcânica no reinado do imperador Justiniano I (527-65), cujas tentativas para recuperar o território imperial perdido enfraqueceram suas fronteiras nessa área. No início do século VII iniciou-se o povoamento. As divisões tribais foram exacerbadas pela conversão ao Cristianismo, pois os sérvios e os macedônios aceitaram a ortodoxia bizantina, ao passo que os croatas e eslovenos receberam a fé de Roma. E muitos bosnianos acabaram adotando crenças heréticas dos bogomilos.

Durante toda a Idade Média, os eslavos do sul enfrentaram a pressão de potências estrangeiras. Por vezes, uma independência efetiva foi estabelecida por um ou outro Estado que desfrutou de um período de sucesso, mas a unidade jamais foi realizada. A Croácia foi o primeiro Estado a surgir, sendo Tomislav o primeiro governante balcânico a assumir o título de rei (925). Mais tarde, porém, os croatas aceitaram a união com a Hungria (1102). A Eslovênia sucumbiu ao controle germânico, exercido em última instância pelos Habsburgos. A Sérvia e a Bósnia tiveram também seu período de hegemonia, uma após a outra, mas ambas acabaram caindo diante de uma nova ameaça externa: os turcos otomanos. Embora partes da Dalmácia sobrevivessem sob proteção veneziana, o começo do século XVI encontrou a maioria dos iugoslavos vivendo sob o jugo muçulmano.
□ V. Dedijer, History of Yugoslavia (1974)

J

Jacopone da Todi (c. 1230-1306) Poeta franciscano. Com a morte de sua esposa em 1268, Jacopone da Todi passou por uma conversão religiosa. Dez anos depois, tornou-se irmão franciscano leigo e, em 1294, ele e alguns irmãos receberam permissão do papa Celestino V para viver numa comunidade separada de estrita observância. Escreveu muitos poemas populares (laudes) em latim e no dialeto úmbrio, entre eles, provavelmente, o Stabat Matei.

□ L. Olschi, The Genius of Italy (1949); G.T. Peck, The Fool of God: Jacopone da Todi (1980)

Jacquérie Nome dado às violentas explosões de revolta camponesa na década de 1350 na França, resultantes das desarticulações causadas pela peste e pelos desastres militares e políticos na guerra com a Inglaterra. Os motins atingiram um ponto de intensidade máxima nos anos que se seguiram à derrota francesa em Poitiers (1356) e às devastações que se seguiram, causadas pelas Companhias Livres. Foram cometidas atrocidades nas fases iniciais do levantamento, que resultaram, depois do fracasso em coordenar a agitação camponesa com o movimento urbano em Paris, liderado por Etienne Marcel, em atrocidades ainda piores quando a nobreza e a alta burguesia recuperaram o controle da situação e esmagaram a rebelião com grande ferocidade. A lembrança da selvageria manteve-se viva, e o temor de uma repetição persistiu na história agrária do final da Idade Média e primórdios da era moderna na França.

□ M. Mollat e P. Wolff, The Popular Revolutions of the Late Middle Ages (1973) [G. Fourquin, Les soulèvements populaires au Moyen Age, Paris, PUF, 1972]

Jacques de Molai (m. 1314) Grão-Mestre da Ordem dos Templários, Jacques de Molai enfrentou a fúria desenfreada do rei francês Filipe IV e de seus conselheiros, que denunciaram a Ordem em 1307, imputando-lhe a prática de heresia, homossexualidade e uma multiplicidade de pecados, incluindo bruxaria e culto ao demônio. Sob a ameaça de tortura, Molai inicialmente confessou, mas depois, sob temporária proteção papal, retratou-se. Após uma longa, virulenta e particularmente ignóbil luta diplomática, a Ordem foi abolida em 1312 mais por uma questão de conveniência do que de convicção. Molai permaneceu na prisão mas, finalmente, numa dramática afirmação de sua inocência, expôs-se a que o acusassem de ser um herege relapso e foi queimado vivo. Ver Cavaleiros do Templo

Jaime I, o Conquistador rei de Aragão 1213-76 (n. 1208) Figura proeminente na reconquista da Espanha aos muçulmanos, Jaime ampliou a autoridade de Aragão em três direções. Aproveitando-se da fraqueza da organização política moura após a grande derrota de 1212 [a batalha de Navas de Tolosa NT], e usando a habilidade naval e comercial dos catalães, ele conquistou Majorca e as ilhas Baleares (1229-35). Para o sul, tomou Valência em 1238. Pelo tratado com Luís IX de França, libertou a Catalunha da suserania francesa (1258), renunciando, em troca, às suas pretensões de suserania no Languedoc. Sob sua orientação, o poderoso reino aragonês ganhou contornos mais firmes, com seus vastos interesses políticos e comerciais em todo o Mediterrâneo. [105]
□ F. Soldevilla, Life of James I the Conqueror (1968)

Jean (Quidort) de Paris (1225-1306) Talvez o mais poderoso e influente dos discípulos imediatos de Tomás de Aquino, Jean Quidort, professor na Universidade de Paris, escreveu seu opúsculo De Potestate Regia et Papali nos primeiros anos do século XIV e no auge do conflito entre o papa Bonifácio VIII e o rei francês. Seus argumentos, de orientação tomista, reconheceram os direitos papais para tratar de questões morais, mas indicavam que um concílio era superior a um papa. No campo secular, mostrou-se favorável à realeza eletiva, pelo que um monarca podia ser deposto pelo povo. Sua separação dos poderes entre Igreja e Estado foi vista com suspeita em seu tempo, mas viria a ter grande influência nos séculos seguintes.

□ J. Leclercq, Jean de Paris et 1'ecclésiologie du XIIe siècle (1942); On Royal and Papal Power, trad. A.P. Moynahan (1974)

Jerônimo de Praga (c. 1370-1416) Influenciado por João Huss, chegou a Oxford em 1398 e estudou as obras teológicas de Wycliffe. Depois de visitar muitas outras universidades européias regressou a Praga em 1407 e participou ativamente das controvérsias religiosas da época. Quando Huss foi declarado herético pelo Concílio de Constança (1416) e condenado ao martírio da fogueira, a recusa de Jerônimo em repudiá-lo e em renunciar aos ensinamentos de Wycliffe fizeram-no ter o mesmo destino.
□ J.M. Klassen, The Nobility and the Making of the Hussite Revolution (1978)

Jerônimo, São (c. 341-420) Converteu-se ao Cristianismo em Roma, onde tinha ido para estudar, um pouco antes de 366. Viajou pela Gália e depois regressou à sua Dalmácia natal por volta de 370 para tornar-se um monge em Aquiléia. Novas viagens levaram-no à Palestina e depois à Síria, onde passou cinco anos tomo eremita em Khalkis aprendendo hebraico, a língua original da Bíblia. Visitou Constantinopla antes de regressar a Roma por

três anos, período durante o qual se tornou conselheiro espiritual do grupo de mulheres devotas de Santa Paula. Finalmente, em 386, optou por uma vida de estudo monástico em Belém. Intelectual prolífico, Jerônimo participou de numerosas controvérsias teológicas e foi uma figura destacada e pioneira nos estudos bíblicos de seu tempo; suas obras mais importantes são suas Cartas, seus comentários bíblicos e sua versão latina da Bíblia, conhecida como Vulgata. [363]

□ J. Steinmann, Saint Jerome and his Times (1959); J.N.D. Kelly, Jerome (1975)

Jessé, Árvore de Um dos temas favoritos e mais impressionantes da iconografia medieval, a Árvore de Jessé (pai do rei Davi) ilustrou a descendência de Jesus da linhagem real de Israel. Aparece em iluminuras e, sobretudo, em vitrais na Europa ocidental desde meados do século XII em diante. A soberba janela de Jessé em Chartres é a mais famosa e provou ser a mais influente de todo o grupo, sendo muito copiada no norte da França.

□ G. Schiller, Iconography of Christian Art, vol. I (1971)

Joana d'Arc, Santa (1412-31) Uma jovem de família camponesa de Domremy, na fronteira da Lorena, que desempenhou um grande papel como instigadora do sentimento patriótico francês contra ingleses e borgonheses, assegurando assim o êxito da França na Guerra dos Cem Anos. Mesmo quando a lenda é separada dos fatos, a carreira de Joana conta uma história de obstinada bravura e devoção, combinada, por parte de muitos dos seus amigos, assim como de seus inimigos, com uma triste história de indolência, traição, crueldade e pura iniqüidade. Na adolescência, Joana afirmou receber exortações do Arcanjo Miguel, de Santa Margarida e Santa Catarina, ordenando-lhe que reunisse os exércitos franceses para salvar Orléans sitiada. As histórias de suas dificuldades para persuadir primeiro os chefes militares locais e depois os soldados e os teólogos na corte real sobre sua missão possuem traços de veracidade.

Vestida como um cavaleiro, ela iniciou seus êxitos militares com o socorro a Orléans em 1429, e depois enfrentou com sucesso a tarefa mais difícil, de levar o delfim a perceber a importância de assegurar sua coroação. Finalmente, Joana escoltou-o a Reims e permaneceu a seu lado durante sua coroação como Carlos VII. No ano seguinte (1430), foi capturada pelos borgonheses perto de Compiègne e vendida aos ingleses, que a conduziram a Rouen para ser julgada pelos crimes de heresia e feitiçaria perante o tribunal de Pierre Cauchon, bispo de Beauvais. As atas do julgamento sobrevivem na íntegra e revelam a simplicidade e a nobreza de Joana, bem como a determinação dos ingleses e seus cúmplices franceses em considerá-la culpada a todo o custo. Ela foi condenada à fogueira em Rouen, a 30 de maio de 1431, sob uma acusação tecnicamente perfeita, a de herege

relapsa. Para eterna vergonha de Carlos VII, ele nada fez de efetivo para salvá-la. Em 1456, uma comissão papal inverteu o veredito de seu julgamento e Joana foi canonizada.
□ M. Warner, Joan of Arc: the Image of Female Heroism (1981) [F. Gies, Joana D'Arc. A lenda e a realidade, Rio, Zahar, 1982; J. Batista Neto e J.A. Batista, Joana D'Arc, S. Paulo, Moderna, 1985]

João XXII papa 1316-34 (n. Jacques d'Euze em Cahors, 1249) De criação francesa, foi eleito para o Papado como um candidato de compromisso, em parte por causa de sua avançada idade, mas acabou reinando em Avignon por 18 anos. Provou ser um talentoso administrador, introduzindo um novo sistema de finanças papais, reorganizando a cúria, centralizando o patrocínio eclesiástico e criando muitas sés novas. Na disputa em torno da natureza da pobreza, que dividiu a Ordem Franciscana nas facções espiritual e conventual, João XXII condenou a extrema postura espiritual e aconselhou alguns de seus adeptos a aliarem-se ao seu inimigo, o imperador Luís IV da Baviera. João XXII excomungou Luís por heresia em 1324 e, quatro anos depois, tendo sido coroado em Roma, Luís providenciou a eleição de um franciscano espiritual como antipapa, Nicolau V. João, entretanto, prevaleceu sobre essas adversidades e passou os últimos anos de seu pontificado mergulhado numa controvérsia teológica sobre a natureza da Visão Beatífica.
□ G. Mollat, The Popes at Avignon 1305-78 (1963)

João de Gaunt (1340-99) Terceiro filho de Eduardo III da Inglaterra, João de Gaunt tornou-se duque de Lancaster em 1362 e foi o homem mais rico e poderoso de todo o reino por longos períodos durante o reinado de seu sobrinho Ricardo II (1377-99). Responsável, em grande parte, pela supressão da Revolta dos Camponeses de 1381, João de Gaunt tornou-se profundamente impopular em certos setores, mas atuou de forma importante como elemento estabilizador nas lutas institucionais que envolveram o rei, os barões e o Parlamento. Também tinha interesses pessoais e dinásticos no trono de Castela, o que absorveu muito de seu tempo e no que obteve sucesso apenas limitado. As atitudes irrefletidas do rei Ricardo contra o herdeiro de João, Henrique Bolingbroke (mais tarde Henrique IV), ajudaram a precipitar a deposição de Ricardo e a sucessão lancastriana ao trono da Inglaterra. [Em 1387, João de Gaunt deu sua filha Filipa de Lancaster em casamento ao rei de Portugal, D. João I, fundador da dinastia de Avis. Esse casamento, que selou a aliança formal "para sempre" entre Portugal e Inglaterra, frutificou na "Ínclita Geração", da qual fizeram parte, além do Infante D. Henrique, o Navegador, o príncipe D. Duarte, herdeiro do trono, autor de algumas das mais importantes obras da literatura medieval portuguesa, como O Leal Conselheiro, D. Fernando, o "Infante Santo", e D. Pedro.

NT]

□ S. Armitage-Smith, John of Gaunt (1904); R. Somerville, History of the Duchy of Lancaster, I (1953)

João de Jandun (1286-1328) Um dos principais filósofos da Universidade de Paris, é lembrado como um professor do pensamento aristotélico, tanto no campo da história natural (para a qual deu algumas contribuições originais) quanto no das idéias políticas. Foi amigo e partidário de Marsílio de Pádua, e defendeu a posição imperial na luta entre o Papado de Avignon e Luís da Baviera.

□ G. Leff, Paris and Oxford Universities in the Thirteenth and Fourteenth Centuries (1968)

João de Parma (1204-84) Geral da Ordem Franciscana, nomeado em 1247 para o exercício desse ministério. Instituiu um enérgico programa de renovação espiritual entre os franciscanos e viajou assiduamente a fim de supervisar sua implementação. Também se interessou de maneira profunda pelas tentativas de reunificação das Igrejas oriental e ocidental. Entretanto, suas simpatias pela doutrina de Joaquim de Fiore tornaram-no vulnerável a acusações de heresia e viu-se forçado a renunciar a seu cargo em 1251. Foi absolvido das acusações levantadas contra ele e autorizado a retirar-se para o eremitério de Greccio. Após 32 anos de recolhimento, faleceu no caminho para Camerino, quando se empenhava numa missão em prol da unidade da Igreja.

□ R. Brooke, Early Franciscan Government (1959)

João de Salisbury (c. 1115-80) Bispo de Chartres. Estudou em Paris e Chartres durante 12 anos, depois passou breves períodos em serviço clerical em Celle, no Baixo Saxe, e na cúria papal, antes de ingressar na comitiva de Teobaldo, arcebispo de Canterbury, por volta de 1148, onde se especializou em assuntos papais. Apoiou o sucessor de Teobaldo, Tomás Becket, em sua disputa com Henrique II, e por isso passou os anos 1163-1170 exilado em Reims. Embora não fosse testemunha ocular do evento, João estava nas dependências da catedral de Canterbury quando Becket foi assassinado (1170). Seis anos depois, era eleito bispo de Chartres com o patrocínio do protetor de Becket, Luís VII, o Jovem, rei da França.

João de Salisbury escreveu a Historia Pontificalis (c. 1163), uma realista e viva descrição de seus anos em Roma, e divulgou uma coleção de correspondência de Becket após a morte do santo. Deu uma notável contribuição, no campo filosófico, para o Renascimento do século XII, sendo a primeira figura de destaque a escrever à luz da obra aristotélica sobre lógica. Os mais famosos exemplos de sua erudição, ambos escritos em 1159, foram Policraticus, uma análise do Estado, e Metalogicon, uma defesa do estudo da

lógica e da metafísica. Suas cartas, por exemplo sua correspondência com Pedro de Celle, revelam-no um eminente defensor do humanismo do século XII e um dos mais elegantes latinistas de seu tempo.

□ H. Liebeschütz, Medieval Humanism in the Life and Writings of John of Salisbury (1950); R. e M. Rouse, "John of Salisbury and the Doctrine of Tyrannicide", Speculum, 42 (1967); The World of John Salisbury, org. por M. Wilks (1984)

João Escoto Erígena (c. 810-77) O mais original dos pensadores que viveram na corte de Carlos, o Calvo, na Francônia. Escoto Erígena inseriu em sua filosofia um raro conhecimento do pensamento grego e neoplatônico. Sua influente obra De Divisione Naturae tentou estabelecer uma sistemática divisão quádrupla de todas as coisas naturais, pela qual Deus aparecia em todas as suas criaturas e, no entanto, a todas transcendia. Devia algo à obra de São Dioniso, o Areopagita, embora muitos dos elementos místicos sejam sua contribuição pessoal. Irlandês de nascimento, parece ter regressado à Grã-Bretanha no final da vida e algumas tradições associam-no ao ressurgimento intelectual na corte do rei Alfredo.

□ E.K. Rand, John the Scot (1906); The Mind of Eriugena, org. por J.J. O'Meara e L. Bieler (1973)

João Nepomuceno, São (c. 1340-93) Natural de Nepomuk, na Boêmia, estudou em Pádua e Praga, e em 1390 tinha ascendido ao cargo de vigário-geral da diocese de Praga. Em 1393, João de Jensteyn, arcebispo de Praga, opôs-se às tentativas de Venceslau IV da Boêmia de interferir em suas prerrogativas. O envolvimento de João Nepomuceno na resistência do arcebispo levou à sua prisão e tortura, após o que foi afogado no rio Moldau. A tradição segundo a qual João morreu em conseqüência de sua recusa em revelar declarações feitas por Joana, esposa de Vencesleau, em segredo de confessionário, pode ser atribuída ao cronista do século XV, Tomás de Ebendorffer, que pode ter confundido João com uma outra das vítimas do rei.

João Sem Terra rei da Inglaterra 1199-1216 (n. 1167) Sucedeu ao trono inglês e à posse dos vastos domínios angevinos da França com a morte de seu irmão, Ricardo I Coração de Leão. A herança não foi das mais fáceis; o malogro em cumprir obrigações feudais para com seu suserano nominal, Filipe II da França, o assassinato de seu sobrinho Artur da Bretanha, o que o indispôs com grande parte do norte da França, e dificuldades financeiras num período de severa inflação, culminaram na perda da Normandia e do Anjou para a Coroa francesa em 1204.

Na própria Inglaterra, conflitos com a Igreja em torno da nomeação do arcebispo de Canterbury levaram à imposição de um interdito e capitulação final ao papa Inocêncio III, que João reconheceu como seu suserano feudal. Discórdias com os barões redundaram na prolongada crise de 1213-15 e na promulgação da Magna Carta. Inocêncio III, temendo que a Magna Carta representasse uma renúncia anárquica à realeza e à ordem, apoiou João nessa fase, mas o rei faleceu em 1216, às voltas com a invasão francesa e um reino desintegrado.

Os cronistas apressaram-se em descrever João Sem Terra como o tirano arquetípico, mas historiadores modernos sublinham que grandes avanços foram realizados durante seu reinado na administração régia e na organização e preservação da documentação escrita sobre o governo real.

□ S. Painter, The Reign of King John (1949); F.M. Powicke, The Loss of Normandy 1189-1204 (1961); J. Holt, King John (1961)

Joaquim de Fiore (c. 1132-1202) Abade, místico e profeta, provou ser mais influente em sua lendária vida depois de morto e nas interpretações dadas a seus escritos do que em sua carreira e feitos neste mundo. Tornou-se em 1177 abade da casa Cisterciense de Corazzo, mas renunciou para viver uma vida de eremita em Fiore, na Calábria, atraindo discípulos e tendo visões apocalípticas. Dividiu a história humana em três períodos: a era do Antigo Testamento (o Pai), a do Novo Testamento (o Filho) e a do mundo vindouro (dominado por uma nova ordem espiritual), a qual, em sua antevisão, teria início na década de 1260. Os aspectos milenaristas de sua obra, conjugados com a esperança de realização dentro de um tempo finito, empolgaram a imaginação das gerações seguintes. O joaquinismo teve profundos efeitos em muitos grupos sociais no século XIII e começos do século XIV, sobretudo entre os franciscanos espirituais, precursor que foi de alguns elementos de resistência e de protesto contra a ordem eclesiástica estabelecida. [172]

□ M. Reeves, The Influence of Prophecy in the Later Middle Ages: A study in Joachinism (1969)

John Balliol rei da Escócia 1292-96 (m. 1315) Do emaranhado de possíveis pretendentes ao trono escocês no começo da década de 1290, três principais candidatos se destacaram: John Balliol, Roberto Bruce e John Hastings. Pensando na sua própria pretensão a suserano, o poderoso Eduardo I da Inglaterra nomeou uma comissão que decidiu a favor de Balliol, um descendente do rei David I pela linha materna. Eduardo reconheceu-o como rei e recebeu dele preito de vassalagem pelo feudo da Escócia. Balliol, entretanto, aproveitou-se de outras preocupações do monarca inglês para reafirmar a independência da Escócia,

contudo foi derrotado pelas forças de Eduardo em 1296. A luta pela independência da Escócia passou para as mãos de William Wallace e depois para as dos descendentes de Roberto Bruce.

□ G.W.S. Barrow, Roberto Bruce (1965)

jograis Nome dado aos artistas populares nas comunidades de fala românica da Europa ocidental, e que depois se ampliou para abranger também homens com um repertório de canções e poemas que andavam de corte em corte ou de cidade em cidade no período central da Idade Média. Estavam especialmente associados à propagação do entretenimento palaciano e ao espírito de cavalaria. Ver trovadores

Joinville, Jean de (c. 1224-1319) Nobre originário da Champagne que participou da Cruzada com Luís IX em 1248. Regressando à França em 1254, assumiu funções hereditárias como senescal da Champagne e dedicou-se à administração de suas propriedades, quando se recusou a acompanhar o rei numa outra Cruzada em 1270. Depôs como testemunha no processo de canonização de Luís IX em 1282 e presenciou a exumação de seu corpo em 1297. Por ordem de Joana de Navarra, esposa de Filipe IV, escreveu a Histoire de Saint Louis, à qual incorporou reminiscências autobiográficas de suas experiências no estrangeiro. Terminou sua tarefa em 1309.

□ H.F. Delaborde, Jean de Joinville et les seigneurs de Joinville (1894); The Life of St. Louis, trad. R. Hugue (1955)

judeus A Idade Média devia ser corretamente interpretada como um episódio vital na Diáspora, ou dispersão, dos judeus, no decorrer da qual eles passaram a ser um povo predominantemente europeu e urbano. A história começa com a destruição do Templo em Jerusalém por Vespasiano no ano de 70 e com os subseqüentes atos de selvageria da Roma imperial contra os judeus e Jerusalém no século II. A perda de um reino judeu significou que a responsabilidade pela sobrevivência do Judaísmo e da consciência de uma herança judaica ficou com os grupos dispersos que se mantiveram leais ao sentimento de história judaica consubstanciado no Antigo Testamento e na língua hebraica, e ao ritual judeu, especialmente a circuncisão masculina e a guarda do sábado (sabbath).

A sabedoria judaica manteve os grupos coesos, florescendo nos primeiros séculos entre aqueles que tinham emigrado do leste para a Mesopotâmia, onde estabeleceram grandes escolas em Sura (início do século III), Nehardea e Pumbeditha. Aí o Talmude (ou "estudo", "ensino") foi lentamente reunido e refinado para constituir um corpo de lei, costume e comentário sobre a história, o qual serviu como força espiritual e intelectual coesiva durante todos os longos anos da Diáspora. Os professores passaram a ser

conhecidos como rabinos e os líderes espirituais como os geonim.

As conquistas muçulmanas do século VII ajudaram muito mais do que prejudicaram o desenvolvimento judeu na Mesopotâmia, onde seus líderes políticos, os exilarcas, proclamando-se descendentes do rei Davi, juntamente com os geonim, foram universalmente reconhecidos como os principais repositórios das tradições judaicas até, pelo menos, a primeira metade do século XI.

Dentro do mundo mediterrâneo do Império Romano, as comunidades judaicas sobreviveram mas com grande dificuldade. A aceitação do Cristianismo no século IV e seu desenvolvimento até se tornar a religião ortodoxa dominante acarretaram grandes complicações. Os judeus tinham status como representantes da antiga lei, a do Antigo Testamento, mas também estavam condenados pelo maior crime na história: a crucificação de Cristo. No Império do Oriente, a períodos de aceitação seguiam-se épocas de ativa perseguição. O imperador Heráclito (610-41) tentou até proibir o exercício do Judaísmo em público. Alguns grupos instalaram-se fora das fronteiras do Império na Criméia; no início do século VIII, os khazares, um povo asiático com forte participação mongol, adotaram o Judaísmo como sua religião oficial (c. 740) e, durante dois séculos, forneceram um importante centro de judiaria para o norte e leste de Bizâncio. No Ocidente, o papa Gregório, o Grande (590-604), deu o exemplo, encorajando a conversão mas opondo-se à perseguição e ao batismo forçado. Com os carolíngios, houve um período de comparativa tolerância, o que permitiu que comunidades judaicas prosperassem e exercessem seus talentos como comerciantes até na região setentrional da Francônia.

Os desenvolvimentos mais significativos, entretanto, ocorreram, indubitavelmente, dentro do mundo muçulmano, sobretudo na Espanha. Depois de 750, com a queda do califado omíada de Damasco, o principal foco do poder político muçulmano descolou-se para leste, com os abássidas em Bagdá, deixando a Espanha algo isolada como o último bastião da influência omíada. A virtual autonomia política foi acompanhada por um período de considerável prosperidade até o século XI, e as comunidades judaicas desempenharam um papel de destaque na vida comercial da Espanha muçulmana, especialmente nas grandes cidades da Córdova e Sevilha.

A Reconquista cristã na Alta Idade Média acarretou perseguições esporádicas, se bem que até o final do século XIII a judiaria espanhola produziu alguns dos mais poderosos intelectos da época. Moisés Maimônides (1135-1204), por exemplo, nascido em Córdova, embora ativo como erudito, na maior parte de sua vida, no Egito, desempenhou um importante papel na devolução da herança greco-romana ao Ocidente, demonstrando uma sólida compreensão de grande parte do pensamento aristotélico, assim como o

domínio do árabe e do hebraico. Os judeus da Espanha e do norte da África passaram a ser conhecidos (em conseqüência do nome sepharadim dado em hebraico à Espanha) como judeus sefarditas, e seus sábios caracterizaram-se pelo domínio do hebraico e do que para muitos deles pareceu ser o vernáculo do latim, árabe e castelhano. Sob a perseguição deflagrada na Espanha no último quartel da Idade Média, uma forte corrente mística surgiu, baseada na Cabala, sabedoria tradicional reforçada pela descoberta na Espanha, no século XIII, do Zohar ou "Livro de Esplendor", um comentário místico em aramaico sobre o Pentateuco. A pressão dos reis cristãos levou muitos judeus espanhóis a aceitarem a conversão com freqüência meramente nominal (os marranos); e em 1492 os judeus foram expulsos, indo alguns para a Turquia, onde foram bem recebidos, e outros para a França, Itália e Holanda.

Nesse meio tempo, comunidades judaicas continuaram existindo em outras regiões da Europa, nas cidades espalhadas ao longo das grandes rotas de comércio. A partir de meados do século XI, quando a Europa ocidental ingressou numa fase dinâmica em seu desenvolvimento econômico, essas comunidades cresceram de forma notória. Em 1100, seu número era considerável na França e na Alemanha e outras se estabeleceram na Inglaterra após a Conquista Normanda. Uma das primeiras e mais hediondas manifestações da Primeira Cruzada foi uma série de pogroms, especialmente violentos na Renânia no começo do verão de 1096, em Worms, Mainz, Colônia e Trier. Daí em diante, ocorreram surtos esporádicos de violência contra as comunidades judaicas, alimentados pelo espírito das Cruzadas. Histórias relacionadas com supostos infanticídios rituais (como as lendas em torno da morte de William de Norwich em 1244) ou com a alegada profanação do pão e vinho sacramentais ajudaram a excitar a paixão da populaça cristã.

Privados de uma base específica de poder próprio, os judeus procuraram apoio nas autoridades existentes a quem pudessem prestar serviço, aos grandes proprietários, condes, príncipes da Igreja, reis ou ao próprio imperador. Na Alemanha, foram feitas algumas tentativas um tanto bisonhas para equiparar o status do judeu ao de um servo real, um servus camere, e noções semelhantes eram comuns em outros países. Na Espanha, por exemplo, os judeus eram descritos como servi regis, e na Inglaterra, no século XIII, estavam sujeitos a pesados tributos, uma marca de status servil. Eram bodes expiatórios naturais em tempos adversos, decorrendo parte de sua impopularidade de seu isolacionismo, de sua óbvia diferenciação das comunidades nativas e de seu envolvimento em atividades financeiras e manipulação de dívidas. De um modo geral, estavam excluídos da posse de terras e dos artesanatos. Aos cristãos era proibido praticar a usura, e os judeus, ajudados pela natureza cosmopolita de sua religião, assumiram cada vez mais a função de prestamistas e fornecedores de crédito, adquirindo ao mesmo tempo a

reputação de agiotas e extorsionários.

A legislação papal fornece um útil indicador do pensamento europeu ocidental da época (embora seja profundamente falso considerar que os decretos eram obedecidos de modo universal). No III Concílio de Latrão, em 1179, onde foram promulgados rigorosos decretos contra a participação cristã na usura, os judeus foram proibidos de ter cristãos como seus criados, e os cristãos foram proibidos de compartilhar alojamentos com infiéis, assim preparando o terreno, em partes da Europa, para o estabelecimento de guetos especiais destinados aos judeus. O papa Inocêncio III, no Concílio de Latrão de 1215, foi mais além, isentando os devedores cristãos, em especial os cruzados, da obrigação de pagar juros sobre seus débitos com judeus, excluindo rigidamente os judeus de posições de autoridade e iniciando o uso compulsório de meios de identificação: uma peça de vestuário amarela ou carmesim, uma braçadeira ou um emblema, ou até um chapéu de cor distinta.

Perseguição maciça acompanhou esse período de intensa legislação, estimulada pela perda de Jerusalém para os muçulmanos (1187-1227), por apreensões a respeito das heresias no Languedoc e da Cruzada Albigense, e pela confusão caótica das terceira e quarta Cruzadas. Em York, em 1190, num incidente que comoveu até os mais calejados cronistas cristãos, a comunidade judaica, tendo à frente o seu rabino, recorreu à auto-imolação no castelo: os chefes de família mataram suas esposas e filhos, suicidando-se em seguida, para não terem que se submeter ao massacre planejado para eles pelo inimigo que os cercara. Os sitiantes, diga-se de passagem, eram liderados por representantes da pequena nobreza substancialmente endividada com os judeus. Entretanto, a perseguição ajudou, de um modo curioso, a consolidar a judiaria ocidental. Sua força interior reside em sua herança intelectual. A sabedoria talmúdica e rabínica tradicional do Oriente foi transmitida através da obra de eruditos como Gershom de Mainz (c. 960-1028), a "Luz do Exílio" e uma grande autoridade sobre o Talmude, a cuja pena foram atribuídos muitos comentários posteriores acerca da lei.

No século XIII, os judeus foram protegidos, usados e abusados, por governantes ocidentais. Estavam sujeitos a impostos especiais na Inglaterra, registrados nos livros do Tesouro relativos aos judeus, e a partir da década de 1240 essas tributações ficaram tão pesadas que acabaram sendo contraproducentes. Eduardo I tentou regularizar a matéria mas, em 1290, recorreu à sua própria versão de uma solução final e expulsou os judeus. Um ritmo semelhante de proteção e exploração teve lugar na França. Em 1306, Filipe IV ordenou a expulsão deles e, embora alguns fossem autorizados a regressar em condições excessivamente duras, a medida significou o final de uma duradoura e expressiva presença da judiaria francesa. O termo askhenazi passou a ser de uso comum para descrever os

judeus europeus fora da Espanha e da Itália (onde eles desfrutavam esporadicamente de proteção papal). Askhenazi era o termo hebraico para "alemão", e os Askhenazi falavam um dialeto alemão ocidental que passou a ser conhecido como iídiche.

Em fins da Idade Média, novas perseguições, selvagens e cruéis mas localizadas sobretudo na Alemanha, por causa da fragmentação do poder político, resultaram em emigração no rumo leste, para a Hungria e especialmente a Polônia, onde desfrutaram de um certo grau de liberdade religiosa e privilégios intermitentes sob a proteção real. A Polônia estava ligada numa esporádica e incerta união à Lituânia no século XV e exercia controle sobre boa parte do sul da Rússia, incluindo Kiev, onde fortes elementos judaicos foram reintroduzidos.

No final da Idade Média, o padrão demográfico da judiaria européia adquiriu um formato que determinou o futuro, por vezes trágico, do povo judeu. Mais fortes na Polônia e territórios circunvizinhos, os judeus askhenazi, dando grande valor à sua antiga herança religiosa e social, e à sua língua iídiche de base germânica, constituíam o elemento mais numeroso. Os judeus espanhóis ou sefarditas, como eram conhecidos, estavam dispersos, alguns deles de volta aos Países Baixos mas também espalhados por todo o mundo mediterrâneo, norte da África, Itália e Império Otomano. Preservaram sua tradição de respeito pela língua e pela sabedoria, onde quer que lhes fosse dada a oportunidade de estabelecer comunidades relativamente estáveis. HRL

□ C. Roth A Short History of the Jewish People (1936); The Standard Jewish Encyclopaedia, org. por C. Roth (1966); J. Parkes, The Jew in the Medieval Community (1975); B.S. Bachrach, Early Medieval Jewish Policy in Western Europe (1977); Aspects of Jewish Culture in the Middle Ages, org. por P. Szarmach (1978-81); The Cambridge History of Judaism, vol. I, org. por W. Davies e L. Finkelstein (1984)

Justiniano I imperador 527-65 (n. c. 482) Freqüentemente chamado "o último imperador romano e o primeiro bizantino", Justiniano adquiriu experiência governamental com o poder no reinado de seu tio Justino I (518-27). Justiniano foi inigualável em seu obstinado propósito de restabelecer o Império Romano indiviso, cujas províncias ocidentais tinham sido há muito conquistadas por reinos germânicos. Subordinou a esse fim toda a sua política imperial, administrativa, fiscal, econômica e religiosa, enquanto que a grande codificação do direito romano, o Corpus Juris Civilis, forneceu a estrutura legal unitária para todo o espectro de poderes e prerrogativas imperiais exercidos por Justiniano. Foi feliz na qualidade de seus funcionários e generais, mas seu espírito impulsor, alimentado por sua crença em um Estado, uma Lei e uma Igreja, foi único.

Os principais esforços militares de Justiniano concentraram-se na reconquista das

províncias ocidentais, e aí investiu, em potencial humano e dinheiro, parte considerável da riqueza do Império. Isso, por sua vez, privou as fronteiras setentrionais e orientais de recursos adequados para sua defesa. A resposta de Justiniano foi a diplomacia — um padrão flexível de alianças variáveis, com vistas à manutenção de um equilíbrio de forças entre as várias tribos bárbaras que rondavam as fronteiras do Império — uma política que, associada ao tributo, era mais barata do que a guerra, mas atraiu críticas dos seus contemporâneos.

O custo da ambição de Justiniano foi gigantesco e, uma década após sua morte, grande parte de sua obra desmoronou. Em 568, os lombardos entraram na Itália, a província pela qual Justiniano tinha realizado uma série de campanhas militares ao longo de 20 anos, e em 572 os visigodos recapturaram Córdova. A impraticabilidade do "grandioso desígnio" de Justiniano foi um importante fator no desenvolvimento da fase bizantina inicial do Império. Depois de 565, o conceito de universalidade era pouco mais do que retórica. Justiniano, o herdeiro de Augusto, fizera dessa universalidade seu objetivo supremo. Ver Teodora [203, 263] SW

□ P.N. Ure, Justinian and his Age (1951); J.W. Barker, Justinian and the Later Roman Empire (1966); R. Browning, Justinian and Theodora (1987)

K

Kenneth MacAlpin rei dos escoceses c. 840-58 Em 843, Kenneth pôde, por conquista, subjugar os governantes pictos e produzir uma união que provaria ser permanente. Parece provável que os efeitos debilitantes dos ataques vikings tenham contribuído para a derrota dos pictos. O albanach, variedade escocesa da língua goidélica (ou gaélica), do território lingüístico céltico, passou rapidamente a dominar no novo e unido reino de Alba (Albany) ou Escócia.

□ A.A.M. Duncan, Scotland: The Making of the Kingdom (1978)

Kiev Sua posição no rio Dnieper fez de Kiev um importante centro comercial desde a Antigüidade. Dominada primeiro pelos godos e depois pelos khazares, o interesse eslavo pela cidade tornou-se grande a partir do século IX. A penetração viking através dos grandes cursos fluviais russos tornou ainda maior a importância de Kiev como um elo vital na rota entre a Escandinávia e Constantinopla. A configuração política da Rússia histórica começou a despontar na segunda metade do século IX com o estabelecimento do principado de Novgorod por Rurik em 862 e a conquista de Kiev e outras cidades por Oleg em 882. Com Oleg e seu sucessor, Kiev tornou-se o centro da nova comunidade política, e seus governantes adotaram o título de "grão-príncipe".

Elementos eslavos, resultando numa virtual assimilação dos escandinavos, atingiram o auge em fins do século X, quando o grão-príncipe Vladimir se converteu ao Cristianismo ortodoxo oriental (988). Vladimir reuniu a fraca organização política das cidades russas e colocou-as firmemente na órbita do mundo imperial oriental. Períodos de prosperidade e de sucesso político nos governos de Yaroslav, o Sábio (1019-54) e de Vladimir II Monômaco (1113-25) não puderam disfarçar os defeitos básicos no disperso grã-principado e em 1240 a cidade era conquistada pelos mongóis liderados por Batu, deixando algumas igrejas e a grande catedral de Santa Sofia (fundada em 1037) como símbolos do prestigioso passado Kiev.

□ G. Vernadsky, The Origins of Russia (1959); R.A. Rybakov, Early Centuries of Russian History (1965)

Kosovo, batalhas de (1389, 1448) Kosovo polje, o "Campo dos Melros", na Sérvia, foi a cena de dois importantes embates entre forças otomanas e cristãs. Em 1389, o sultão Murad I derrotou o príncipe Lazar da Sérvia numa ação que acarretou a morte de ambos os líderes e esmagou o último centro de resistência efetiva à expansão otomana nos Balcãs. Em 1448, o sultão Murad II liquidou as tentativas de János Hunyadi, governante da

Hungria, de recuperar as forças cristãs após a Cruzada de Varna em 1444.
□ H. Inalcik, The Ottoman Empire: the Classical Age 1300-1500 (1973)

Kublai Khan (1215-94) Neto de Gêngis Khan, completou a conquista mongol da China e instalou sua capital em Pequim, onde recebeu a visita de Marco Polo. Sua lenda teve grande impacto na imaginação ocidental.
□ R. Sawma, The Monks of Kublai Khan, Emperor of China (1928)

lã, comércio de Desde os tempos romanos existia um florescente comércio de lã e de tecidos de lã na Europa ocidental. Como ocorre em todo o comércio a grande distância, houve mudanças nas principais áreas da produção de lã e nos centros da indústria de lanifícios no decorrer de toda a Idade Média. Com os romanos, o know-how para a fabricação de vestuário em grande escala foi levado do Oriente Médio e progrediu na Itália. A lã era importada da Espanha e do sul da Gália, regiões que produziam pouco tecido, ao passo que na Gália setentrional se desenvolveu uma vigorosa indústria de lanifício; no século IV, a região estava exportando pano e vestuário de alta qualidade para a Itália.

A derrocada do Império desintegrou claramente esse comércio a longa distância, mas existem algumas provas de que continuou numa escala reduzida e começou a reviver no século VII. A preferência de Carlos Magno por roupas de lã nativa, em vez das sedas exóticas, deve ter ajudado os fabricantes. As capas frísias que ele usava podiam perfeitamente ser produtos da já crescente indústria flamenga de tecidos, a qual surge em fontes dos séculos XI e XII como estando já bem estabelecida e bem organizada, e como um mercado para o excesso de mão-de-obra da região; seus produtos alcançaram mercados tão longínquos quanto Novgorod.

No século IX, também a Inglaterra estava exportando tecido de lã, mercadoria muito apreciada e freqüentemente saqueada pelos vikings. A expansão de colônias vikings e o estabelecimento de ligações comerciais entre elas contribuíram muito para estimular o comércio da lã na Inglaterra e em toda a área do Mar do Norte. O censo do Domesday Book revela a existência de consideráveis rebanhos de ovinos na Inglaterra do final do século XI, e o confisco de safras de lã por uma Coroa predatória era um expediente comum no século XIII.

Quando a indústria de lanifícios do norte se tornou cada vez mais organizada, suas técnicas progrediram e aperfeiçoaram-se; e, em lugar do anil e da garancina usados em séculos anteriores, começou a exigir corantes exóticos importados do Oriente. Em contrapartida, o pano era exportado para o sul da Europa e daí para o Oriente; os mercadores italianos, que efetuavam o transporte, visitaram regularmente as feiras de tecidos da Champagne desde meados do século XII.

No século XIII, a indústria flamenga de lanifícios atingiu seu apogeu, e as áreas adjacentes do norte da França, assim como setores da Inglaterra central e oriental, produziram também pano de alta qualidade. Entre os produtos ingleses especialmente apreciados estava o pano vermelho de Lincoln, muito solicitado pelo guarda-roupa real e

para presentear dignitários estrangeiros. O comércio era controlado por grandes empresários comerciais, como Jean Boine Broke de Douai, no final do século XIII. Ele usava a lã de suas propriedades, suplementada pela adquirida em abadias inglesas, como a de Holmcultran (Cúmbria); armazenava-a em suas próprias instalações, mandava-a para suas próprias oficinas ou para as casas de artesãos independentes a fim de transformá-la em pano, e comerciava os produtos acabados através de seus próprios agentes. Tais homens formaram corporações, as quais exerceram poderoso e freqüentemente minucioso controle sobre a indústria de lanifícios. Formularam regulamentos detalhados e nomearam inspetores para manter o padrão de qualidade e participar nas negociações salariais com os empregados. Essas corporações eram formadas por comerciantes ingleses e estrangeiros; na Inglaterra, as corporações estrangeiras eram conhecidas como Hansae, as quais eram regulamentadas pela Coroa, que lhes concedia importantes privilégios.

A Flandres produzia parte de sua própria lã em bruto, mas o principal fornecedor no final da Idade Média era a Inglaterra. A maior parte da produção inglesa era da mais alta qualidade, proveniente de grandes latifúndios e vendida, com freqüência, diretamente aos comerciantes estrangeiros. Os grandes negociantes também podiam operar como intermediários dos produtores menores. Durante o século XIV, a Coroa impôs uma taxa cada vez mais pesada sobre as exportações de lã e permitiu que uma companhia mercantil conhecida como The Staple [o empório] detivesse o monopólio do comércio, de forma que os lucros pudessem ser mais facilmente fiscalizados e os impostos arrecadados; um resultado disso foi o crescente custo da lã em bruto. A Inglaterra não era o único fornecedor: a partir de meados do séculos XIII, a Espanha surgiu como produtora de lã e passou a exportar para a Inglaterra e a Flandres, onde uma regulamentação rigorosa foi estabelecida para impedir sua mistura com o produto local. Uma outra área exportadora de lã, ainda que em pequena escala, era a Alemanha. A hegemonia da Flandres e da Inglaterra foi desafiada a partir do século XII pelas cidades italianas, cujos mercadores manipulavam grande parte do comércio de lanifícios com o Oriente. Comunidades como Gênova e Florença especializaram-se em tingir e dar acabamento aos tecidos de lã produzidos no norte da Europa. Em Florença, a corporação Calimala controlava a compra de lã nórdica nas feiras da Champagne, providenciava o seu transporte para a Itália, negociava uma redução dos direitos de entrada e regulamentava rigorosamente a tintura e o acabamento do tecido. A manufatura de tecido de lã em escala comercial também se tornou cada vez mais generalizada e, em meados do século XIV, era a principal indústria de muitas áreas da Lombardia e de Veneza. A lã bruta de alta qualidade era importada especialmente da Inglaterra e sua compra ajudada pelo status especial de que gozavam os mercadores italianos, muitos dos quais eram cobradores de

impostos papais. Na Florença do século XIV, a Arte delia Lana, a corporação dos lanifícios, deslocou a Arte di Calimala em importância e influência.

Com o crescimento da indústria italiana, as manufaturas de lã flamengas viram-se acossadas por muitos problemas: disputas comerciais que culminaram na agitação popular em Bruges e outras cidades em 1280; escassez de lã em bruto da Inglaterra e seu elevado preço; e a perturbação das rotas comerciais em conseqüência das hostilidades franco-flamengas. O ducado de Brabante, onde as condições eram mais estáveis, logrou manter seu comércio mediante o recurso a expedientes tais como o estabelecimento de ligações diretas com Gênova. Na Inglaterra, a indústria de lanifícios foi dificultada por algum tempo pelos regulamentos restritivos das corporações nos centros urbanos, mas a introdução da roda de fiar e do pisão, exigindo um suprimento constante de água corrente, revolucionou a indústria, que gradualmente se transferiu para as áreas rurais. A oferta abundante de lã, a ausência do Staple para restringir e controlar a exportação de pano, os leves impostos de exportação criados pela Coroa no início do século XIV, tudo isso ajudou a promover uma espetacular expansão da indústria de lanifícios. Seus centros estavam na região oeste da Inglaterra, East Anglia e o distrito ocidental do condado de York, de onde o pano era transportado para os portos de Bristol e Hull.
Assim, no século XV, a Inglaterra era o principal produtor de tecidos de lã da Europa ocidental, seus fabricantes relativamente livres dos regulamentos rigorosos que estorvavam seus concorrentes estrangeiros. As grandes igrejas de Costwolds e East Anglia fornecem uma impressionante ilustração do poder e da riqueza desses barões da lã. EMH
□ E. Power, The Wool Trade in English Medieval History (1941); The Cambridge Economy History of Europe, vol. 2, org. por M.M. Postan e E.E. Rich (1952); T.H. Lloyd, The English Wool Trade in the Middle Ages (1977)

Ladislau II Jagiello rei da Polônia 1386-1434 (n. c. 1351) Rei com envergadura de estadista, conseguiu manter unido durante sua vida um gigantesco principado que, em seu ponto culminante, se estendia do Báltico à Criméia. O apoio de seu sobrinho Vitoldo, que exerceu virtualmente o controle autônomo da Lituânia, foi essencial para o êxito de seus planos políticos. Enfrentando grandes problemas no leste (tártaros e turcos) e no oeste (a hostilidade e desconfiança de seu cunhado, o imperador Sigismundo, preocupado com sua própria posição na Hungria e na Boêmia), Ladislau também teve que adotar uma orientação muito cautelosa em face das complicações exacerbadas pela reforma hussita.

Dentro da Polônia, apoiou-se maciçamente nos grandes magnatas, mas os poderes do rei eram grandes e o domínio da dinastia Jagiello foi fortalecido (apesar da monarquia ser eletiva). Tradições de tolerância e liberdade foram bem estabelecidas na Polônia durante o

longo reinado desse notável monarca, embora as questões sociais desintegradoras do reino sempre estivessem presentes.

Lando, Miguel de (1343-1401) Líder dos Ciompi nas revoltas de 1378. Lando, cardador de lã por profissão, estabeleceu uma nova constituição para Florença, a qual concedeu direitos às novas corporações de empregados e trabalhadores não-qualificados. Resoluto nas medidas contra a populaça arruaceira e os extremistas, participou numa coalizão de caráter democrático, a qual governou a cidade durante mais de três anos. O malogro em restaurar a prosperidade florentina levou à sua queda e ao exílio em 1382.
□ G.O. Corazzini, I Ciompi... con notizie intorno alla vita de Michele de Lando (1887)

Lanfranc de Bec (c. 1010-89) Arcebispo de Canterbury em 1070-89. Natural de Pavia, Lanfranc foi uma figura dominante na vida intelectual, monástica e política da Europa ocidental no século XI. Sua educação parece ter tido forte conteúdo jurídico e teológico. Deixou a Itália por volta de 1030, adquiriu boa reputação como estudante e como professor na França, e instalou-se em 1042 como monge no novo mosteiro normando reformado de Bec, construído pelos beneditinos em 1034.

Durante quase 20 anos (c. 1045-63), foi prior de Bec, onde se notabilizou como professor, aplicando seus grandes recursos didáticos e seu enorme talento em gramática, retórica e dialética ao estudo das Escrituras e também como teólogo, estabelecendo uma posição conservadora ortodoxa a respeito da Eucaristia, em oposição às idéias avançadas e fundamentalmente inaceitáveis de Berengário de Tours. Embora o seu relacionamento com o duque Guilherme da Normandia fosse um tanto tempestuoso, seu prestígio era tal que Lanfranc foi escolhido para ser o abade do novo e grande mosteiro de Santo Estêvão em Caen (1063-70) e depois, apesar de protestos que pareciam ser mais do que humildade convencional, arcebispo de Canterbury.

Provou ser um dos maiores arcebispos, afirmando o primado de Canterbury contra as pretensões de York, e realizando uma série de concílios reformistas que deram à Inglaterra uma reforma moral atualizada. Trabalhou em estreita ligação com Guilherme, o Conquistador, dando por vezes um aspecto curiosamente antiquado aos assuntos eclesiásticos ingleses, com o rei e o arcebispo colaborando plenamente nos interesses do estado moral da Igreja. Assim, a Inglaterra pôde evitar os rigores da Questão das Investiduras por mais uma geração. Na ausência do rei, Lanfranc atuou ocasionalmente como regente e, na morte de Guilherme I, sua intervenção foi decisiva para assegurar a sucessão de Guilherme II, o Ruivo, ao trono inglês.

Seu trabalho em prol dos monges estava naturalmente subordinado aos seus mais

vastos interesses políticos na Inglaterra mas, no entanto, redigiu as novas constituições para a sua catedral de Canterbury, estimulou a propagação de capítulos monásticos e permaneceu leal, como sua volumosa correspondência mostra, aos princípios do monasticismo beneditino reformado que ele tanto fizera por promover em Bec. Manifestou respeito pelo Papado, mas apoiou o rei quando este rejeitou a pretensão de Hildebrando de lhe impor vassalagem feudal, embora concordando com a coleta ativa de tributos papais na forma de "Vinténs de Pedro". HRL

□ M. Gibson, Lanfranc of Bec (1978)

Langland, William (c. 1330-1400) Oriundo dos Midlands ocidentais, passou a maior parte de sua vida em Londres. Tomou ordens menores mas nunca ingressou no sacerdócio e foi um adepto de John Wycliffe. É conhecido por seu poema aliterativo The Vision of Piers Plowman, o qual se ocupa do tema da salvação e pertence ao popular gênero medieval de literatura onírica alegórica. Escreveu três versões distintas da obra, datadas de 1362, 1377 e 1393-98.

□ Piers the Ploughman, trad. J.F. Goodridge (1959)

Langton, Stephen (c. 1150-1288) Arcebispo de Canterbury. Tornou-se um notável teólogo depois de ter estudado em Paris. Em 1206, Inocêncio III nomeou Langton cardeal-presbítero de São Crisógono e, no ano seguinte, resolveu a disputa entre os monges de Canterbury e o rei João Sem Terra em torno da eleição para a primazia da Inglaterra, assegurando sua nomeação para o cargo. Entretanto, a oposição do monarca à eleição causou uma ruptura com o Papado e condenou o novo arcebispo ao exílio em Pontigny, até ser efetuado um rapprochement em 1213. Langton desempenhou um papel destacado na oposição baronial a João Sem Terra e foi por sugestão dele que as exigências incluídas na Magna Carta tiveram por modelo a carta de Henrique I.

A recusa de Langton em impor a excomunhão papal aos barões levaram à sua suspensão das funções episcopais em 1215, mas foi absolvido no ano seguinte e reintegrado em 1218. Daí em diante, deu total apoio ao partido realista. Trabalhou em estreita cooperação com o justiciar [o principal magistrado político e judiciário do reino], Hubert de Burgh, e foi o responsável pela reedição definitiva da Magna Carta em 1225. Também esteve ativo em assuntos de natureza eclesiástica. Em 1221, patrocinou a reivindicação do arcebispo de Canterbury de ser um legatus natus, obtendo o retorno a Roma do legado papal Pandulfo e a promessa de Honório III de que nenhum outro legado seria enviado para a Inglaterra durante sua vida. Além disso, Langton formulou um importante conjunto de constituições para a Igreja inglesa, as quais foram promulgadas,

com os decretos do Quarto Concílio de Latrão, num concílio provincial em Oxford (1222).
□ EM. Powicke, Stephen Langton (1928)

Latrão, Concílios de Desde os primeiros dias do Império Cristão até o início do século XIV, Latrão foi a principal residência do papa, com sua igreja no local da atual São João de Latrão. Concílios religiosos eram aí realizados regularmente e, durante o período de forte monarquia papal nos séculos XII e XIII, aí tiveram também lugar assembléias gerais ou concílios ecumênicos. Seu objetivo principal era efetuar uma reforma unificadora da Igreja em todo o Ocidente. O Primeiro Concílio celebrou-se após a resolução de alguns dos problemas envolvidos na Questão das Investiduras (1123); o Segundo, para resolver um cisma e condenar a heresia de Arnoldo de Bréscia (1139); e o Terceiro, convocado por Alexandre III, para ratificar o acordo com Frederico Barba-Ruiva e iniciar uma ampla reforma (1179). O maior e mais importante, porém, foi o Quarto Concílio de Latrão, convocado por Inocêncio III em 1216 como o clímax de seu enérgico pontificado; ocupou-se não só da reforma moral mas também de decretos que esclareceram a doutrina e abordaram a supressão da heresia.
□ C.J. von Hefele e H. Leclercq, Histoire des conciles (1907-52); M. Gibbs e J. Lang, Bishops and Reform, 1215-72(1934); P. Hughes, The Church in Crisis (1964)

Layamon (fl. c. 1200) Brut, de Layamon, poema épico baseado na descrição de Wace do estabelecimento da dinastia troiana por Brutus de Tróia, é de grande interesse tanto para os estudiosos da língua quanto para os interessados nas lendas arturianas. Layamon era um pároco em Worcester, escrevia no dialeto dos Midlands ocidentais e suas tentativas de padronização ortográfica de acordo com princípios fonéticos fazem de sua obra uma fonte primordial para o estudo da pronúncia e do desenvolvimento do inglês médio.

Os elos entre o mito troiano e as lendas arturianas foram fortalecidos por seu poema, o qual formou a base para boa parte da literatura arturiana do século XIII. Com efeito, a transmissão do "tema britânico" e do papel desempenhado pelo rei Artur, de Godofredo de Monmouth em latim, através de Wace em francês normando, até Layamon em inglês, fornece matéria de suma importância para o historiador social e o literário.
□ Layamon's Brut, 2 vols., org. por G.L. Brook e R.F. Leslie (1963-78)

Leão I, o Grande, São papa 440-61 (n. c. 400) Esforçou-se por destruir a heresia e unir a Igreja ocidental sob supremacia papal. Em 449, refutou a heresia monofista de Eutíquio com o Tomo, uma descrição geral da Cristologia católica, a qual foi aceita como pronunciamento da ortodoxia pelo Concílio de Calcedônia (451). Reivindicou jurisdição na África, Espanha e Gália, e obteve um edito de Valentiniano III aceitando a autoridade papal

no Ocidente. Suas epístolas e sermões forneceram justificação teórica para tais reivindicações, desenvolvendo em particular a doutrina da autoridade petrina. A forma hábil como se conduziu no trato com Átila, o Huno (452), e Genserico, o Vândalo (455), evitando a total destruição de Roma, aumentou o prestígio temporal do Papado.

□ T.C. Jalland, The Life and Times of St. Leo the Great (1941)

Leão III, o Isáurio imperador oriental 717-40 (n. c. 680) Natural de Germanicéia, na Síria setentrional, não rigorosamente em Isáuria. Uma carreira militar bem-sucedida no reinado de Anastácio II justificou sua nomeação como strategos do thema anatólio; em 717 rebelou-se contra o fraco Teodósio III e tomou para si mesmo a dignidade imperial. Rechaçou imediatamente um ataque sarraceno contra Constantinopla, assim prenunciando seus futuros embates com o Islã na Ásia Menor. Leão implementou extensas reformas administrativas: subdividiu os vastos territórios da Ásia Menor e, em 726, introduziu um novo código legal, a Écloga. Nesse mesmo ano, sua política religiosa precipitou a longa controvérsia iconoclasta. Sua reputação histórica depende, porém, em ultima análise, de sua vitoriosa defesa de Constantinopla (717), um evento que marcou o fim do primeiro e implacável avanço do poder militar muçulmano.

□ S. Gero, Byzantine Iconoclasm during the reign of Leo III (1973); Constantinople in the Early Eighth Century org. por A. Cameron e J. Herrin (1984)

Leão III, São papa 795-816 (n. 750) Enfrentou considerável oposição dos adeptos de seu predecessor, Adriano I. Coroou Carlos Magno como o primeiro imperador da Cristandade ocidental no dia de Natal de 800, assim formalizando a secessão política entre Ocidente e Império Bizantino. Entretanto, defendeu a unidade eclesiástica entre o Oriente e o Ocidente. Em 809 recusou a solicitação de Carlos Magno para que a cláusula Filioque fosse incluída no Credo, temendo que isso pudesse afastar os gregos. Seus outros interesses incluíram a Igreja inglesa: a pedido do rei Offa, promoveu a sé de Lichfield ao status metropolitano, embora temporariamente, e interveio em numerosas disputas entre arcebispos de Canterbury e reis ingleses.

□ H.K. Mann, The Lives of the Popes in the Early Middle Ages II (1925)

Leão IX, São papa 1049-54 (n. 1002) Foi cônego de Toul em 1017 e nomeado bispo dessa mesma cidade lorena em 1026. Apoiou a obra dos centros de reforma monástica de Gorze e Cluny, assegurando-se de que os mosteiros existentes em sua diocese, como Moyenmoutier e Remiremont, seguiriam o exemplo daqueles. Henrique III nomeou-o papa em Worms em 1048, mas Leão insistiu na eleição pelo povo e o clero de Roma antes de

ser entronizado em São Pedro em 1049. O ímpeto observado nessa época a favor da reforma eclesiástica foi submetido ao controle papal durante seu pontificado, e reuniu em Roma homens capazes e zelosos, como Hildebrando e Humberto de Silva Candida, para atuarem como seus conselheiros.

Leão IX viajou extensivamente, realizando 12 sínodos em lugares como Roma, Mogúncia, Pavia e Reims, os quais impuseram o celibato clerical e censuraram a simonia. Em 1050, condenou por duas vezes os ensinamentos eucarísticos de Berengário de Tours. Planejou com Henrique III uma campanha militar para enfrentar a ameaça normanda no sul da Itália (1053), mas viu-se sozinho diante do inimigo com um exército inadequado em Civitate. Após uma devastadora derrota, Leão foi capturado e mantido preso perto de Bari por nove meses. Suas atividades no sul da Itália, onde a Igreja oriental exercia tradicionalmente vasta jurisdição, combinadas com sua afirmação de primazia papal, levaram-no a conflitar com Miguel I Cerulário, patriarca de Constantinopla. Humberto de Silva Candida foi enviado a Bizâncio em 1054 numa missão de reconciliação, mas as negociações exacerbaram ainda mais a situação, e a Igreja caminhou para o cisma declarado, logo após a morte de Leão nesse mesmo ano.

□ A. Garreau, Saint Leon IX, pape alsacien (1965)

Lech, batalha de (955) Travada perto de Augsburgo, foi uma vitória retumbante de Oto I, o Grande, rei da Alemanha, sobre os magiares que vinham ameaçando as fronteiras de seu reino desde meados do século IX. Ao pôr fim às incursões magiares em seu território, Oto contribuiu para o estabelecimento de um reino húngaro estável, além de garantir que seu prestígio pessoal se igualasse à tarefa de assegurar a posse da Coroa imperial. Depois da batalha, seus soldados vitoriosos tê-lo-iam aclamado como imperator.

□ K.J. Leyser, Rule and Conflict in an Early Medieval Society (1979)

Leonor de Aquitânia (c. 1122-1204) Filha do duque Guilherme X (m. 1137), sucedeu-lhe à frente do ducado e casou com o delfim Luís (mais tarde, Luís VII), com quem teve duas filhas. Acompanhou o esposo numa Cruzada em 1147-49, quando se desentenderam e Luís fez com que o matrimônio fosse anulado.

Dois meses depois, Leonor casou com Henrique, duque da Normandia, mais tarde Henrique II da Inglaterra. Ela lhe deu oito filhos, mas o flagrante adultério do rei indispôs Leonor a ponto de apoiar a rebelião de seus filhos contra Henrique, em 1173-74. Foi encarcerada por Henrique em 1174-83, mas depois, em liberdade, compartilhou do governo da Aquitânia com seu filho Ricardo Coração de Leão. A influência política de Leonor continuou sendo grande mesmo depois da morte de Henrique em 1189. Seu apoio a Ricardo

foi vital, sobretudo após ter sido capturado pelo imperador; e em 1202 ela ainda estava ativa no apoio militar e político ao rei João Sem Terra, seu filho caçula.

Como mecenas de trovadores e da literatura cortesã, grandes lendas surgiram em torno de Leonor, incluindo acusações de bruxaria. Por seu casamento com Henrique II, colocou resolutamente a Aquitânia na órbita Plantageneta, e foram suas terras ancestrais que permaneceram leais à Coroa inglesa depois da perda da Normandia (1204), o que forneceu assim ao rei inglês um ponto de apoio em solo francês nos dois séculos seguintes.

□ A. Kelly, Eleanor of Aquitaine and the Four Kings (1950); Eleanor of Aquitaine; Patron and Politician, org. por W.W. Kibler (1976); J. Markale, Alienor d'Aquitaine (1979)

Liber Augustalis Código de leis publicado em setembro de 1231 pelo imperador Frederico II para vigorar em seu reino da Itália meridional, il Regno. Seu íntimo conselheiro jurídico, Piero della Vigna, foi o principal responsável pela compilação, imitação deliberada do Código Justiniano e representando um ponto alto nas pretensões teóricas do imperador de possuir autoridade associada ao direito romano. O código foi publicado em latim e grego, e, também em imitação do Justiniano, foi suplementado por uma série de novas leis, ou Novellae.

Libri Carolini Teólogos da corte de Carlos Magno escreveram os "Livros Carolíngios" em resposta à situação em Constantinopla, onde a Igreja sob a dinastia Isáuria parecia aos olhos ocidentais estar derivando para a heresia. Como declaração da defesa da ortodoxia por Carlos Magno, os livros constituem um indicador de seus pontos de vista teóricos e uma importante fase no curso dos eventos que levaram à sua coroação como imperador em 800. Ver Teodulfo

□ W. Ullmann, The Carolingian Renaissance and the Idea of Kingship (1969)

língua e dialeto Os problemas lingüísticos na Idade Média são complexos, colocando o historiador diante de dificuldades metodológicas de primeira ordem se ele tenta aduzir conclusões raciais e institucionais de provas obtidas através do estudo da linguagem. Na Europa ocidental, o latim era a língua universal da Igreja e, de um modo substancial, da administração permanente e do governo em suas instruções escritas; ser letrado significava ser letrado em latim. A latinidade da Idade Média foi modificada e tornou-se mais flexível no decorrer dos séculos, graças sobretudo aos gramáticos do período carolíngio, embora as estruturas clássicas essenciais fossem preservadas. A pena dos melhores estilistas, como João de Salisbury no século XII, suporta comparação com tudo o que tenha sido escrito pelos melhores prosadores do mundo antigo. O grego, reconhecido

desde o final do século VI como a língua oficial do Império, desempenhou uma função semelhante em Bizâncio.

Os vernáculos continuaram florescendo, sobretudo nos dinâmicos séculos XII e XIII, quando trovadores, poetas, pregadores e professores se dedicaram cada vez mais não só à composição mas também ao registro escrito de suas obras. "O que é o francês, senão um latim mal falado?", perguntou um escritor anglo-saxão no começo do século XI; mas, por volta de 1200, a partir do tronco latino básico, já estavam completas as formas padronizadas dos ancestrais das modernas línguas românicas ou neolatinas: o francês, o provençal, o catalão, o galaico-português, o castelhano, os dialetos hispânicos, os dialetos italianos, sobretudo o toscano, e uma série de outros.

Desenvolvimentos análogos ocorreram no mundo de fala germânica. A Inglaterra foi um caso único em seu elaborado uso do vernáculo escrito nos últimos tempos anglo-saxônicos, mas, nas terras continentais, o pleno florescimento da literatura deu-se na virada do século XIII, especialmente no alto-alemão da Alemanha meridional. A Escandinávia conheceu seu momento de apogeu literário com as sagas islandesas do século XIII. Elas teriam grande efeito na padronização dos vernáculos. O mundo de fala céltica passou por fenômenos semelhantes, e os poetas líricos galeses produziram uma obra de prestígio europeu. Entre os povos de fala eslava, houve uma concentração maciça da liturgia eclesiástica no eslavônio, mas as próprias línguas passaram por uma diferenciação profunda que resultou na criação do russo moderno, tcheco, polonês e as línguas eslavas meridionais. O mapa lingüístico da Europa moderna adquiriu lentamente forma na segunda metade da Idade Média, com algumas das fronteiras lingüísticas mostrando ser de uma surpreendente flexibilidade e mais ou menos permanentes depois do século XII. O tronco lingüístico predominante era indo-europeu, mas houve algumas sobrevivências de uma época muito remota, como no caso dos bascos e dos albaneses, e algumas intrusões, como no grupo fino-úgrico que, de longínquas origens asiáticas, veio a produzir com o tempo na Europa as línguas distantemente aparentadas do finlandês e do húngaro. Na Romênia, a antiga província romana da Dácia, persistiu uma língua de base latina, embora maciçamente transformada por uma mistura de elementos gregos, eslavos e búlgaros.

Essa multiplicidade de crescimento e experiência lingüísticos faz com que o contínuo vigor do latim e do grego seja ainda mais notável, embora analogias possam ser rapidamente traçadas com o arábico no mundo muçulmano da Idade Média e, mais adiante, com o inglês do século XX. Ver anglo-normando, francês; Estrasburgo, Juramentos de HRL

□ E. Auerbach, Literary Language and its Public in Late Latin Antiquity and in the Middle Ages (1965); J.M. Williams, Origins of the English Language (1975); Latin and the Vernacular Languages in Early Medieval Britain, org. por N. Brooks (1982); B. Mitchell, Old English Syntax (1985)

literatura Predominantemente destinada à recitação pública coletiva, muito mais do que à leitura privada individual, a literatura medieval vernácula floresceu, graças ao mecenato aristocrático, em cortes seculares. Dada a natureza aleatória da preservação de manuscritos laicos, é surpreedentemente elevado o volume de obras que sobreviveram, embora isso represente, sem dúvida alguma, apenas uma pequena proporção do que foi realmente escrito e ainda menos do que foi copiado. Os vernáculos, por muito tempo considerados parentes pobres do latim (a língua internacional tradicional do saber e da cultura), passou a ser, não obstante, o veículo para as maiores realizações imaginativas da Idade Média. A literatura secular em latim ficou largamente confinada a assuntos derivados, direta ou indiretamente, de modelos clássicos. Exceções notáveis são os versos irreverentes do Arquipoeta (c. 1160), a poesia amorosa dos Carmina Burana (século XIII) e a altamente popular pseudo-Historia Regum Britanniae (1136), de Godofredo de Monmouth, a qual inaugurou a voga literária do rei Artur.

A literatura vernácula apoiou-se naturalmente em fontes escritas, mas ao mesmo tempo combinou elementos díspares da cultura popular, incluindo mito, folclore e outras tradições orais. Sua livre mistura de tons é característica: a combinação do popular e do erudito, do recreativo e do didático, do sobrenatural e do concreto, produziu uma literatura ricamente diversa e inovadora, dotada de amplos atrativos e permitindo diferentes níveis de apreciação e interpretação.

Durante toda a Idade Média, o veículo preferido de expressão literária foi mais a poesia do que a prosa. Uma vasta gama de gêneros está representada, entre os quais o romance narrativo, precursor da novelística moderna, ocupa uma posição destacada. O anonimato era a norma — pelo menos no período inicial — e os autores criavam variações em cima das convenções aceitas, mais do que buscavam a originalidade. A atenção era freqüentemente focalizada num indivíduo que funcionava como a consubstanciação de um ethos feudal ou cavaleiresco, ou como o agente de conflito humano. A religião formou um background onipresente, com o amor — usualmente numa forma ritualizada — fornecendo um outro tema de destaque. O realismo social não era uma preocupação importante numa literatura que, acima de tudo, era celebrante e idealizante, mas interesses sociais e morais, dentro de uma moldura altamente simbólica, estavam entre os motivos mais freqüentemente repetidos. A caracterização e a análise psicológica raras vezes eram

explícitas, a ambigüidade e a ironia eram sistematicamente exploradas. Os melhores dos autores citados a seguir mostram uma gama impressionantemente vasta de erudição e considerável autoconsciência artística.

A França é geralmente considerada a inspiradora de todas as novas tendências literárias da Europa medieval, mas sua preeminência não é anterior ao século XII. O mundo germânico reivindica as mais antigas sobrevivências: o Beowulf em inglês arcaico, que se pensa datar do século VIII, poderosa evocação das lutas de um guerreiro solitário contra os poderes do Mal, e o fragmentário Hildebrandslied em alto-alemão arcaico. Essa tradição épica prossegue, no final do século XII, com o Nibelungenlied em alto-alemão médio, e com as Eddas em norueguês arcaico e as sagas em prosa da Islândia. A épica francesa medieval faz sua aparição no final do século XI com sua obra-prima, a Chanson de Roland, de longe o melhor de cerca de uma centena de poemas épicos franceses ainda existentes, em termos de estilo oral, estrutura narrativa e retrato de lealdades conflitantes numa sociedade guerreira. Em contraste, o espanhol Cantar de Mio Cid, do início do século XIII, parece menos popular na inspiração, menos heróico e inspirador no tom.

A lenda céltica de Tristão e Isolda está representada no francês do século XII somente por sobrevivências fragmentárias, com Thomas, um anglo-normando, fornecendo a fonte para a brilhante reelaboração de Gottfried von Strassburg para o alemão (c. 1210). O outro mestre da narrativa alto-alemã média, Wolfram von Eschenbach, também se inspirou para o seu Parzival (1200-16) em modelos franceses, mais especificamente no pioneiro e mais perfeito expoente do romance medieval, Chrétien de Troyes. O corpus de cinco romances octossilábicos de Chrétien, compostos em 1165-90 (dos quais Yvain e o inacabado Conte du Graal são os mais conhecidos), reflete preocupações sociais, em sua justaposição de realismo contemporâneo e lenda arturiana, e questiona o ethos cavaleiresco predominante. Na esteira de Chrétien, a psicologia do amor é explorada ainda mais a fundo na alegoria de Guilherme de Lorris, Roman de Ia Rose (c. 1225-75), cuja continuação por Jean de Meung (1269-75) alcança uma enciclopédica exuberância. A tradição do amor cortesão prossegue no original e enigmático Libro de Buen Amor (1330-43), de Juan Ruiz.

O culto do amor originou-se nas tecnicamente elaboradas e, por vezes, herméticas canções dos trovadores provençais do final do século XI e século XII. Foi ainda mais estimulado pelo alemão Minnesänger, sendo Walther von der Vogelweide (c. 1170-1230) o seu mais notável representante, enquanto que as galaico-portuguesas cantigas de amigo refletem uma faceta mais popular da variada produção da poesia lírica medieval.

A literatura no médio-inglês, retardada em seu desenvolvimento pelas conseqüências

da Conquista Normanda, floresce na segunda metade do século XIV com a alegoria social erudita de Lanland, Piers Plowman, com o poeta de Gawain e, em especial, com Chaucer, que apresenta em Canterbury Tales (c. 1387) uma vivida galeria de tipos do seu tempo, num refinado estilo poético. O teatro medieval estava preponderantemente limitado aos autos da Paixão, também chamados autos de devoção ou mistérios, de que talvez sejam os mais duradouros exemplos os ciclos de mistérios em inglês medievo.

Um lugar de honra entre os autores medievais é tradicionalmente — e corretamente — reservado para Dante (1265-1321), cuja Divina Comédia alia a grandiosidade do tema à beleza poética, apresentando uma cosmovisão cristã num dolce stil nuovo que eleva a eloqüência vernácula a novas alturas de expressividade. O Decameron de Boccaccio (1348-53) marca a maioridade da prosa como veículo literário, enquanto que Petrarca (1304-74), cujos sonetos de amor seriam largamente imitados, anuncia o advento do humanismo e o começo de uma nova era. Na década de 1460, na França, Villon continuou usando os modos tradicionais de expressão, em que o convincente realismo social se revela através do verniz autobiográfico. Ver Canção de Gesta; amor cortesão; romances de aventura; sagas nórdicas; trovadores IS

□ W.P. Ker, Epic and Romance (1908); F.J.E. Raby, A History of Secular Latin Poetry in the Middle Ages (1957); M.D. Legge, Anglo-Norman Literature and its Background (1963); Medieval Secular Literature, org. por W. Matthews (1965); P. Dronke, The Medieval Lyric (1968); A.D. Deyermond, History of Spanish Literature: the Middle Ages (1971); F.B. Artz, The Mind of the Middle Ages (1980); C. Clover, The Medieval Saga (1982) [E.R. Curtius, Literatura européia e Idade Média latina, S. Paulo, Hucitec, 1990; P. Dronke, La individualidad poética em la Edad Media, Madri, Alhambra, 1981; P. Le Gentil, La littérature française du Moyen Age, Paris, Armand Colin, 1968]

Lituânia Atrasado povo pagão no século XIII, falando uma língua indo-européia distinta do eslavo, os lituanos adquiriram unidade política sob pressão da Ordem Teutônica e dos poloneses; e, durante a dinastia Jagiello, em conjunto com os poloneses, chegaram a dominar vastas áreas da Europa oriental e da Rússia. A aceitação do Catolicismo (embora elementos pagãos sobrevivessem até o século XV) e sua participação na grande defesa dos cavaleiros em Tannenburgem 1410 asseguraram aos lituanos um certo grau de solidez política e social, mas a aliança com os poloneses foi sempre instável, e a pressão tanto do lado russo ortodoxo quanto do lado alemão mostrou ser excessiva para esse periclitante império.

□ M. Gimbutas, The Balts (1963)

Liudprando de Cremona (c. 922-72) Diácono de Pavia. Serviu como chanceler de Berengário da Itália até cair em desgraça por volta de 956. Trocou então a Itália pela Alemanha, ingressando na corte de Oto I. O imperador nomeou-o para a sé de Cremona em 961 e usou-o como embaixador imperial. É uma importante autoridade para o estudo de questões na Itália e Alemanha de seu tempo; sua obra mais famosa é a Relatio de Legatione Constantinopolitana, que relata sua embaixada a Constantinopla (968-69).
□ The Works of Liudprand of Cremona, trad. EA. Wright (1930); M. Litzel, Studien über Liutprand von Cremona (1933)

Livros de Horas Sob muitos aspectos, os mais impressionantes documentos escritos do final da Idade Média. Os Livros de Horas eram, essencialmente, livros pessoais de orações encomendadas por aristocratas leigos e produzidos para eles pelos melhores calígrafos e iluminadores da época. Eram populares e, com freqüência, muito belos, com ilustrações que fornecem numerosas informações sobre a vida não só religiosa mas também social desses dias. Sua função básica era fornecer uma série de orações adequadas às horas canônicas em que o dia estava dividido. Começavam invariavelmente com um calendário e incluíam normalmente extratos dos ofícios divinos, orações populares à Virgem, as Horas da Virgem, salmos de penitência e o ofício para os mortos. As Cortes francesa e borgonhesa destacaram-se particularmente por seu patrocínio de artistas dedicados a esse tipo especial de produção de livros.
□ J. Harthan, Books of Hours and their Owners (1977)

livros manuscritos Diversos aspectos dos manuscritos podem ser usados para determinar suas datas e origens. Os mais importantes dentre eles são a paleografia e o estudo arqueológico dos materiais, técnicas e pessoal envolvidos na produção de um manuscrito, desde a formação de cadernos até a decoração, ilustração e encadernação (codicologia). Esses aspectos são valiosos no tocante à datação e localização, e também como fonte de informação acerca do caráter de certos manuscritos, cada um dos quais é o produto de um conjunto de circunstâncias.

Nos séculos V e VI, a produção de livros no Ocidente notabilizou-se pelos elevados padrões e elevada produção. Por volta de 600, a perícia e o talento com que as oficinas laicas de cerca de 400 tinham copiado textos pagãos para clientes senatoriais, foram transmitidos aos escriptoria ligados a mosteiros ou basílicas. A maioria dos livros eram em escrita formal, usualmente maiúscula, mas os estudiosos copiavam textos em cursiva para seu próprio uso. Todos os documentos eram ainda em papiro, mas a maioria dos livros em pergaminho. O códice, que tinha sido a forma original de todos os livros cristãos

e viera substituir o rolo por volta de 400, consistia tipicamente em folhas de pergaminho dobradas de modo a formar cadernos de oito folhas, nas quais as páginas opostas se combinam em sua aparência e as linhas são traçadas com uma ponta dura. O texto era normalmente de uma ou duas colunas, o formato era quase sempre grosseiramente quadrado, e os cadernos eram numerados na última página. Os copistas podiam começar os parágrafos ou as páginas com letra ampliada, escrever as linhas iniciais em tinta vermelha e decorar os títulos de capítulos com floreados a bico de pena; as iniciais desenhadas e pintadas tiveram origem na Itália no século VI. Eram produzidos manuscritos ilustrados gregos e latinos de autores pagãos (Homero, Virgílio, Terêncio) e da Bíblia (Gênesis, Reis, Evangelhos).

Nos scriptoria dos séculos VII e VIII, os padrões do continente eram com freqüência inferiores aos da Grã-Bretanha, e o velho modelo dos cadernos não era sistematicamente obedecido. Os livros tornaram-se mais coloridos, ainda que menos elegantes, em virtude do desenvolvimento das iniciais e dos títulos pintados em versais. Nos livros insulares do século VII, o pergaminho característico era organizado em cadernos de 10 folhas. Os copistas irlandeses nunca abandonaram completamente as formas simples de layout e titulação, mas suas inovadoras iniciais, decoradas com motivos de origem céltica e seguidas por várias letras de tamanho decrescente, influenciaram toda a Europa até o século XIII. Por volta de 700, os copistas nortumbrianos tinham desenvolvido essas iniciais e letras de fantasia para encher páginas inteiras, adicionando ornamentos animais germânicos aos desenhos abstratos célticos. Nos principais scriptoria anglo-saxões (por exemplo, em Canterbury, Wearmouth-Jarrow e Lindisfarme), onde se dispunha de modelos italianos antigos, o layout, a escrita e a titulação foram ainda mais desenvolvidos e fizeram com sucesso cópias de ilustrações da Antigüidade Tardia.

Durante a Renascença Carolíngia (c. 775-c. 850), livros em minúscula Carolina realizaram uma impressionante síntese entre layout, titulação e ilustração naturalista baseada em modelos antigos tardios, e iniciais de inspiração insular (anglo-saxônica). A magnificência dos manuscritos litúrgicos produzidos para Carlos Magno (c. 800) e Carlos, o Calvo (m. 874), nunca foi suplantada. Uma versão revista do caderno antigo foi introduzida em Tours por volta de 830 e tornou-se praticamente universal até por volta de 1150, embora as chamadas de página tivessem substituído os números nos cadernos (c. 1000 em diante) e os tira-linhas de ponta de chumbo substituíssem os de ponta dura (c. 1075 em diante). Livros em minúscula protogótica (fins do século XI a fins do século XII — a derradeira floração dos scriptoria monásticos) eram usualmente mais altos do que antes e destacavam-se por suas excelentes iniciais policromáticas e escrita de fantasia. As iniciais historiadas substituíram com freqüência as miniaturas como veículo para a

ilustração.

Depois de cerca de 1200 os livros eram produzidos quase inteiramente em oficinas associadas a universidades (Paris, Bolonha, Oxford) ou a centros de mecenato régio ou mercantil (Paris, Londres, Bruges, Colônia, Milão). Os materiais e os exemplares de texto e escrita eram a área dos livreiros, a decoração e ilustração, dos iluminadores; o trabalho era subdividido entre os especialistas em caligrafia, douradores, pintores e encadernadores. Como cada fase tinha seu preço cuidadosamente calculado, a qualidade e a elaboração variavam muito entre livros iluminados para clientes régios, que por vezes pagavam adiantado aos melhores artistas contratados, e compêndios para estudantes universitários ou textos populares em vernáculo, copiados localmente por um capelão ou notário. Depois de cerca de 1175, as folhas eram pautadas de ambos os lados em ponta de bico e mais tarde em tinta, e as folhas de um caderno passaram a ser numeradas por volta de 1275. O papel, uma invenção chinesa que chegou ao conhecimento dos árabes durante o século VIII, foi usado pelos gregos já a partir do século IX e começou a ser manufaturado na Itália em torno de 1230. No Ocidente, foi originalmente usado apenas para cartas, registros notariais e livros contábeis, porém livros mais baratos em papel, especialmente escritos em vernáculo, foram bastante comuns durante todo o século XV.

Na Itália, a produção de livros especificamente humanistas começou por volta de 1350 com estudiosos como Petrarca copiando textos para seu uso pessoal, e muitos humanistas do século XV seguiram o seu exemplo. Mas depois de cerca de 1440, a escrita e iluminação dos luxuosos volumes procurados por governantes e eclesiásticos para suas bibliotecas de textos clássicos e humanísticos eram organizadas por livreiros, como Vespasiano da Bisticci de Florença, ou por bibliotecários, como em Roma e Nápoles. Poggio Bracciolini (c. 1400) copiou de modelos italianos do século XII não só a litera antiqua mas a pautação com ponta dura e a decoração com ponta de videira branca, propagando-se tudo isso de Florença para outros centros na Itália. A maior parte das iluminuras humanistas, e em especial o estilo originalmente paduano que dominou em Roma, diferiu de maneira considerável da decoração gótica tardia dos livros litúrgicos da época. Depois de cerca de 1480, quando o mercado clássico se viu inundado de edições impressas, os pressas, os copistas humanísticos remanescentes tiveram que contar, para sobreviver, com raras encomendas especiais ou com o emprego de professores de caligrafia. Ver bibliotecas; caligrafia; manuscritos, iluminação de; manuscritos, estudos TJB

□ Codicologica, org. por A. Gruys e J.P. Gumbert (1976-80); S Hindman e J.D. Farquhar, Pento Press (1977); B. Bischoff, Paläografhie des Römischen Altertums und des

Abendländischen Mittelalters (1979)

Llywelyn ab Iorwerth, o Grande príncipe de Gales do Norte c. 1190-1240 (n. 1173) Talvez o mais capaz de todos os príncipes galeses da Idade Média. Aproveitando-se da fraqueza e instabilidade da vida política na Inglaterra, Llywelyn consolidou seu domínio em seu principado pátrio de Gwynedd em princípios do século XIII e, tanto por meio de hábil diplomacia como pela guerra, estendeu sua autoridade sobre outros príncipes galeses. Quando rendeu preito de vassalagem formal ao jovem rei Henrique III em 1218, Llywelyn estava numa posição dominante na maior parte de Gales. O restante de seu longo reinado foi bem-sucedido e, à data de sua morte, Llywelyn, príncipe de Aberffraw e lorde de Snowdon, estava prestes a estabelecer um poderoso principado em que floresciam a lei, a poesia e a cultura galesas, e em que progressos positivos estavam sendo feitos no campo da administração e na cooperação entre o príncipe e a Igreja.
□ R.R. Davies, Conquest, Coexistence and change: Wales 1063-1415 (1987)

Llywelyn ap Gruffydd, o Último príncipe de Gales c. 1246-82 A fortuna do último dos virtualmente independentes príncipes da Gales medieval flutuou de acordo com o poderio da Coroa inglesa. Pelo tratado de Montgomery (1267), na esteira da Guerra dos Barões, Llywelyn obteve o direito de usar o título de príncipe de Gales, confirmado para ele e seus herdeiros, e de exercer suserania feudal direta sobre a maior parte das terras galesas. Seus ganhos territoriais também foram grandes e, nesse ponto, parecia que ele tinha consolidado e ampliado a posição conseguida por seu avô, Llywelyn, o Grande. Quando a realeza inglesa ficou mais forte com Eduardo I, e em face de rivalidades galesas, a posição de Llywelyn desmoronou, e pelo tratado de Conway (1277), ele foi confinado às suas terras pátrias em Gwynedd, com apenas alguns vestígios de sua antiga autoridade. Uma revolta contra os ingleses em 1282 terminou em tragédia quando Llywelyn foi morto numa escaramuça perto de Builth. Seus esforços para instituir uma administração eficaz beneficiaram, de modo curioso, o vencedor, Eduardo I, que pelo Estatuto de Rhuddlan (1284) e por uma vigorosa política de construção de castelos, garantiu a destruição das esperanças galesas de um principado independente.

lolardos Derivado de um termo baixo alemão que significa "murmurador" ou "resmungão", lolardo foi o nome aplicado aos adversários da ordem estabelecida no seio da Igreja inglesa em fins do século XIV e que se confessavam prosélitos de Wycliffe. Nos anos iniciais do reinado de Henrique IV, o governo desencadeou uma ação violenta contra eles, apoiado nos termos do estatuto De Heretico Comburendo (1400). Uma rebelião liderada por Sir John Oldcastle, após a subida de Henrique V ao trono em 1413, foi cruelmente

suprimida, mas a lolardia subsistiu, fornecendo elementos de experiência religiosa independente com ênfase no estudo das Escrituras em vernáculo e na rejeição da autoridade sacerdotal.

□ K.B. MacFarlane, John Wycliffe and the Lollards (1950); A. Hudson, Lollards and their Books (1985)

lombardos O movimento dos lombardos (longobardos), um pequeno mas muito bem organizado povo germânico, penetrando na Itália em 568, é o último ato político significativo no prolongado processo de colonização germânica dentro das fronteiras do Império Romano. Eram governados por um rei e por duques, e no rescaldo das tentativas de Justiniano de reconquista da Itália, os lombardos estabeleceram um reino no norte, o qual ainda hoje dá seu nome à região, e diversos principados, dois dos quais, os ducados de Spoleto e Benevento, no sul, provaram ser duradouros. Os lombardos eram predominantemente seguidores do Arianismo, mas quando se instalaram na península as influências romanas no direito e na religião tornaram-se fortes. Em meados do século VIII, a Lombardia era universalmente reconhecida como reino católico, e como tal constituía uma séria ameaça política ao Papado, sobretudo quando tomou temporariamente o exarcado, com base em Ravena, em 751. A intervenção franca salvou o Papado de se tornar um mero bispado lombardo e, em 774, no início de sua vitoriosa carreira, Carlos Magno derrotou o rei lombardo e assumiu o trono lombardo. Ver Astolfo; Alboíno

□ T. Hodgkin, Italy and her Invaders, vols. 5 e 6 (1895); W. Goffart, Barbarians and Romans (1980) [L. Musset, Las invasiones. Las oleadas germánicas, Barcelona, Labor, 1967]

Londres Devendo sua posição ao fato de ser o primeiro ponto onde o Tâmisa podia ser transposto por meio de pontes, e descrita por Beda como um empório ao qual acudiam pessoas de muitas nações, Londres manteve-se durante toda a Idade Média como importante centro de comércio e de comunicações. O desenvolvimento ocorreu mais na direção oeste, ao longo do rio, em tempos saxões; e, no reinado de Eduardo, o Confessor, a construção da nova abadia de Westminster estabeleceu um dos principais lugares reais e eclesiásticos do país; mas o coração de Londres continuou sendo a velha Londinium romana e a ponte.

Os normandos consolidaram a atividade citadina com a edificação da Torre e outras fortificações. A descrição feita por Fitzstephen na década de 1170 fala de uma cidade "abençoada por um clima sadio, na religião de Cristo, na solidez de suas fortificações, pela natureza de sua localização, pela reputação de seus cidadãos, pela honra de suas

matronas: feliz também nos esportes, prolífica em nobres varões". Seus cidadãos desempenharam um papel de destaque na política e na escolha de reis, desde os tempos do rei Etelred até a Revolta dos Caponeses de 1381, e suas liberdades foram salvaguardadas pela Magna Carta.

A complexidade de sua organização, suas residências reais e suas cortes de justiça, a riqueza de seus cidadãos e de suas igrejas, desde a de São Paulo até as muitas pequenas igrejas intra e imediatamente extra-muros, são testemunho do prestígio de que Londres já então desfrutava e da posição de que gozava no concerto europeu e britânico. Em sua busca de status comunitário e na instituição do cargo de prefeito (mayor), Londres mostrou sua eminência no conjunto da comunidade européia. A partir de meados da Idade Média, tornou-se cada vez mais importante como o centro financeiro do reino. Em 1300, e em muitos aspectos bem antes disso, Londres possuía todos os atributos essenciais de uma capital.

□ C.N.L. Brooke, London 800-1216: the Shaping of a City (1975); G. Williams, Medieval London, from Commune to Capital (1970)

Lucas de Penna (c. 1320-90) Um dos mais importantes comentadores de direito romano no início do século XIV, Lucas, um napolitano calejado nas artimanhas e maquinações forenses da Itália meridional, e conhecedor dos ensinamentos legais do Império oriental, provou ser uma inspiração e uma fonte para muitos juristas medievais posteriores. Através de sua obra e de suas copiosas citações de João de Salisbury, idéias respeitantes ao poder soberano do Estado e ao seu direito de confisco de bens e propriedades foram transmitidas a um público predisposto, sobretudo na corte dos reis franceses.

□ W. Ullmann, Medieval idea of law as represented by Lucas de Penna (1946)

Ludwigslied Poema do final do século IX que celebra a vitória de Luís III, rei dos francos ocidentais, 879-92, contra as hostes vikings no Somme em 881. Escrito num dialeto franco-renano do alto-alemão arcaico, celebra a vitória do jovem rei "francês" Luís, em um texto fundamental para a história dos primórdios da língua alemã.

□ R. Harvey, "The Provenance of the Old High German Ludwigslied", Medium Aevum, 14 (1945)

Luís I, o Piedoso imperador do Ocidente 814-40 (n. 778) Filho de Carlos Magno, assumiu o pleno poder em 814, tendo sido rei da Aquitânia desde 781 e co-imperador desde 813. Designou seu filho primogênito Lotário como seu sucessor em 817, reservando reinos subordinados para os irmãos de Lotário, Pepino e Luís. Tendo voltado a casar em 818, tentou alterar essas disposições no intuito de favorecer Carlos, o filho dessa segunda

união, o que causou a rebelião de seus outros filhos, decididos a não abdicar de suas respectivas heranças. Foi deposto em 833 mas reintegrado em 835 e manteve um controle precário do trono daí em diante. Apoiou a reorganização eclesiástica na Alemanha, em especial as reformas monásticas de São Bento de Aniana, e foi um notável patrono do saber.

□ R. McKitterick, The Frankish Kingdoms under the Carolingians (1983)

Luís IX (São Luís) rei de França 1226-70 (n. 1214) Casou com Margarida de Provença em 1234. Sua mãe, Branca de Castela, atuou como regente durante a menoridade do filho e parece ter conservado um certo controle sobre o governo até 1242, pelo menos. Luís adquiriu de Constantinopla a Coroa de Espinhos em 1239 e mandou construir a Sainte-Chapelle em Paris como repositório para a relíquia (1245-48). Com o objetivo de libertar a Palestina, comandou em 1249 uma Cruzada ao Egito e tomou Damieta no ano seguinte; mas em 1250 foi derrotado e feito prisioneiro em Mansurah. A recuperação da liberdade custou-lhe, a título de resgate, a capitulação de Damieta. Permaneceu então quatro anos fortificando baluartes cristãos na Síria, antes de regressar à França, onde se dedicou ao aperfeiçoamento da administração governamental, promulgando, por exemplo, decretos que tratavam das obrigações dos funcionários provinciais (1254 e 1256) e da circulação monetária (1263 e 1265). Sua obra encorajou avanços no sentido de uma diferenciação das funções judiciais e financeiras da curia regis, e isso levou ao começo da especialização do pessoal da administração pública.

O desejo de Luís de unidade pacífica entre príncipes cristãos em face da ameaça islâmica à Terra Santa levou-o a solucionar litígios em torno de questões de suserania com Aragão e com a Inglaterra pelos termos dos tratados de Corbeil (1258) e Paris (1259), respectivamente. Foi também reconhecido como árbitro internacional de elevado prestígio; entre seus mais notáveis trabalhos nesse campo mencione-se sua mediação entre Henrique III e seus barões, o que levou à assinatura da Ata de Amiens (1264). Luís voltou a partir na Oitava Cruzada em 1270 rumo a Túnis, mas faleceu vítima de disenteria ao desembarcar em Cartago. Ver Joinville, Jean de; Paris, Paz de

□ W.C. Jordan, Louis IX and the Challenge of the Crusade (1979); J. Richard, Saint Louis (1983); M. Slattery, Myth, Man and Sovereign Saint (1985)

Luís XI rei de França 1461-83 (n. 1423) Cognominado o "rei-aranha", Luís granjeou na diplomacia fama de ardiloso, inescrupuloso e traiçoeiro. As crônicas muito pouca coisa boa dizem dele e, no entanto, sua habilidade e inteligência fortaleceram claramente as instituições reais e diminuíram o risco de desordem feudal; soube se aproveitar ao

máximo das dificuldades de seus principais rivais, os reis da Inglaterra e os duques de Borgonha, com destaque para Carlos, o Temerário, cuja derrota e morte planejou. No final de seu reinado, a França estava sujeita a pesados tributos e cada vez mais sob o controle de burocratas reais, porém ao mesmo tempo era evidente que se encontrava no caminho da recuperação das devastações da Guerra dos Cem Anos. Entre 1480 e 1482, os condados de Anjou e da Provença e o ducado de Borgonha foram incorporados ao reino e, de fato, com seu exército permanente e seu dispendioso governo, a França caminhava a passos firmes para o absolutismo real do início do período moderno.

□ P.S Lewis, Later Medieval France: the Polity (1968); P.M. Kendall, Louis XI (1971)

Lúlio, Raimundo (em catalão, Ramon Llull; c. 1235-1315) Voltou-se ainda jovem para a vida religiosa (c.1263), e influenciado pela presença moura em sua Maiorca natal, dedicou-se à conversão de muçulmanos. Durante sua longa vida, repetidos esforços para obter apoio europeu para sua obra resultaram apenas na fundação (1276) por Jaime II de Maiorca de um colégio em Miramar, de efêmera existência, onde os missionários podiam estudar o árabe. Isso levou-o a efetuar missões, sem a menor ajuda de quem quer que fosse, à Ásia e à África; acabou sendo apedrejado até a morte por muçulmanos em Bougie, no norte da África. Quase 300 das obras escritas por Lúlio sobreviveram para revelar seus dotes como poeta e místico, além de suas realizações como filósofo e teólogo; a mais famosa de todas é a Ars Generalis sive Magnis, onde se descreve um método para o estabelecimento da verdade essencial. Boi pioneiro no uso do vernáculo românico para escritos filosóficos e teológicos, inaugurando assim o catalão literário.

□ Life of Ramon Lull, org. por E. Allison Peers (1927)

Lupus Servatus (c. 805-62) Abade de Ferrières por volta de 840, Lupus foi uma figura notável da Renascença Carolíngia, ativo mas sem êxito no campo político em suas tentativas para preservar a unidade do império; bem-sucedido, porém, em seus esforços literários e acadêmicos para fazer de seu mosteiro em Ferrières um centro reconhecido de cultura clássica. Ele representa um dos fortes elementos intelectuais romanizantes que imprimiram um grau de unidade às iniciativas carolíngias.

□ C.H. Beeson, Lupus of Ferrières (1930)

Lyon, Concílio de (1274) Concílio geral convocado pelo papa Gregório X com o objetivo de pôr fim ao Interregno Imperial, reunir as Igrejas latina e grega, e dissuadir Carlos de Anjou de seus ambiciosos planos a respeito do Império Bizantino. Embora fosse temporariamente bem-sucedido no estabelecimento de uma ordem política e eclesiástica compatível com a cúria papal, seus propósitos mais profundos não puderam ser

concretizados, e o Concílio é recordado como uma brilhante mas algo aparatosa e efêmera demonstração de liderança política papal.

□ S. Kuttner, "Conciliar Law in the Making: the Lyonese Constitutions of Gregory X", Miscellanea Pio Paschini, 2 (1949); J.M. Powell, "Frederick II and the Church: a Revisionist View", Catholic Historical Review, 48 (1962-63)

Magna Carta Carta régia, selada e publicada pelo rei João Sem Terra em Runnymede-sobre-o-Tâmisa, perto de Windsor, em junho de 1215. A Magna Carta foi o produto de mais de dois anos de negociações entre o rei e seus barões, com destaque, entre eles, para Estêvão Langton, arcebispo de Canterbury, e Guilherme Marshal, conde de Pembroke. Em sua forma inicial consistia em 63 cláusulas, mas as reedições (1217, 1225 e outras) omitiram certas cláusulas, especialmente a chamada "cláusula de sanção" (61), que tentou colocar restrições institucionais a um rei obstinado que agisse à revelia da lei (um conselho de 25 barões, quatro dos quais funcionariam como uma comissão executiva).

A Carta é uma rica fonte para o historiador jurídico e social dessa época, mas também tem um legado de grande importância simbólica. Durante todo o século XIII, tanto a Magna Carta quanto os Estatutos Florestais a ela anexados (em estreita associação com revisões da Carta) foram invocados pelos barões quando se opuseram ao governo arbitrário. A Carta foi reconhecida como o primeiro entre todos os estatutos do reino, e como a abertura de muitos parlamentos medievais. No século XVII, foi enfatizada sua significação como um bastião da liberdade inglesa, especialmente pelos juristas na luta contra Carlos I e a guerra civil resultante. Essa tradição foi transmitida a todo o mundo de língua inglesa; à Magna Carta foi conferido um lugar especial de honra, por exemplo, nas celebrações do bicentenário da independência dos Estados Unidos da América.

Num certo sentido, é um documento feudal, preocupado com o que os barões consideravam uma violação da lei feudal por parte de João Sem Terra, em matérias de sucessão foreira, direitos sobre casamento e tutelas, e cobrança de assistência e amparo a necessitados. Na verdade, é uma espécie de miscelânea, incluindo disposições para a paz com a Escócia e o País de Gales, uma afirmação da liberdade da Igreja, uma defesa das liberdades de Londres e outros burgos, regras para solicitar conselho jurídico de acordo com fórmulas apropriadas, detalhes sobre pesos e medidas, legislação florestal e até direitos de pesca. A ênfase sobre os direitos dos barões levou muitos autores a interpretarem a Carta como um documento egoísta, embora todos reconheçam a tentativa de levar seus preceitos à plena vigência em todas as camadas da sociedade, a valer para toda a communitas regni. Como estatuto régio, podia ser (e foi) revogado tão legalmente quanto foi outorgado. O papa Inocêncio III opôs-se implacavelmente ao que considerava seus princípios antimonárquicos em excesso, embora recebesse depois a anuência papal em forma revista, durante a menoridade de Henrique III, com as passagens mais

ofensivas devidamente removidas.

Apesar de todas as suas inadequações e inépcias no detalhe, forneceu uma poderosa declaração do império da lei, o que justificou o posterior apoio instintivo a ela. O melhor das reformas legais de Henrique II estava ratificado e garantido, mormente aquelas referentes a petições comuns em locais fixos e à garantia da posse da terra por meio de sentenças possessórias. Cláusulas gerais (19 e 40) estabeleceram que ações contra homens livres somente devem ser instauradas pelo julgamento de pares e/ou da lei da terra, e que a justiça não será negada, vendida ou protelada. A Magna Carta mereceu sua fama como medida prática contra a tirania e como um avanço em direção a um governo racional em conformidade com a lei. HRL

□ W.S. McKecknie, Magna Carta (1905); J.C. Holt, Magna Carta and Medieval Government (1985)

Maimônides, Moisés (1135-1204) Um dos maiores filósofos judeus, Maimônides foi um contemporâneo próximo de Averróis. Natural de Córdova, Espanha, ele e sua família foram forçados a partir em conseqüência da perseguição aos judeus, instalando-se finalmente em Fustat, um subúrbio do Cairo. Gozava de boa reputação como médico e tornou-se também o líder oficial (nagid) da judiaria egípcia. De seus volumosos escritos, sua maior obra rabínica, Mishnah Torah, de 1180, é um enunciado sistemático da lei e das crenças judaicas. Seu célebre Guia para os Perplexos, de 1190, tentou racionalizar a teologia judaica adequando-a ao aristotelismo neoplatônico, e a obra desempenhou um valioso papel ao transmitir mais completamente a filosofia de Aristóteles à Europa.

□ A. Heschel, Maimonides (1982); N. Roth, Maimonides (1985)

mamelucos Termo (que significa escravo) usado a partir do século IX para designar soldados de origem servil recrutados para a guarda pessoal de governantes muçulmanos. No Egito, em meados do século XIII, passou a descrever os mercenários, predominantemente de origem turca, reunidos pelo sultão do Egito para resistir à Cruzada empreendida por São Luís. Em 1254, eles estabeleceram sua própria dinastia no Egito, expandindo-se para leste a fim de derrotar os mongóis em Ayn Jalud (1261), assumir o controle da Síria e ocupar grande parte do reino cruzado. Em 1291, o último dos principados cruzados em Acre foi capturado e as dinastias dos mamelucos, famosos pela coragem e arte de cavalgar, continuaram exercendo autoridade no Oriente Próximo pelo resto da Idade Média.

□ W. Popper, Egypt and Syria under the Circassian Sultans (1955-60); E. Atil, The Renaissance of Islam (1981); R. Irwin, The Middle East in the Middle Ages (1986)

Mandeville, Sir John (m. c. 1370) Natural de St. Albans, no Herfordshire, Mandeville viajou extensamente pela Europa e Oriente Médio, e pretendeu ter penetrado profundamente na Ásia, servindo ao sultão da Babilônia e ao grão-cã na China. Algumas de suas histórias baseiam-se em obras da autoria de outros escritores e outras são puro "ouvi dizer", mas sua habilidade narrativa e domínio lingüístico (em inglês e francês) garantiram que seu Traveis se tornasse um dos livros mais populares do final da Idade Média.

□ M. Letts, Sir John Mandeville: the Man and his Book (1949); C.K. Zacker, Curiosity and Pilgrimage (1976) [J. Mandeville, Libro de las maravillas del mundo, org. por G. Santonja, Madri, Visor, 1984]

Manfredo rei da Sicília 1258-66 (n. 1232) Filho ilegítimo de Frederico II, Manfredo, príncipe de Taranto, reclamou o trono siciliano com a morte de Conrado IV. Ao derrotar os exércitos do papa Inocêncio IV e de seu sucessor Alexandre IV na Apúlia, Manfredo foi coroado rei da Sicília em Palermo, em 1258. Gibelino, ele fez valer sua autoridade na Lombardia e na Toscana, obtendo uma grande vitória contra Florença em Montaperti (1260). Tal domínio persuadiu Urbano IV, o sucessor de Alexandre, a oferecer a Sicília a Carlos de Anjou. Numa batalha perto de Benevento (fevereiro de 1266), Manfredo foi derrotado e morto por Carlos, que tomou então posse do reino siciliano.

maniqueísmo Fundador de uma nova religião, Mani (n. c. 216) pregou com êxito no Império Persa mas foi morto por sacerdotes zoroastrianos por volta de 276. O maniqueísmo era uma religião dualista baseada em dois princípios conflitantes: a salvação reside na libertação do Bem, ou Luz, que está encarcerado na matéria, ou trevas. Em parte monástico, o maniqueísmo foi sobretudo uma fé missionária, propagando-se à China, Índia, norte da África e, no século V, à Espanha e sul da Gália. Embora suprimido como heresia, influenciou seitas subseqüentes (bogomilos, cátaros, por exemplo). Em sua mais extrema forma, levou à excessiva austeridade na alimentação, abstinência do sexo e da ingestão de coisas sexualmente criadas; por outras palavras, rejeição do que os teólogos cristãos passaram a denominar a "criaturidade" do homem.

□ S. Runciman, The Medieval Manichee (1947)

manuscritos, estudos Um livro manuscrito era redigido para ser lido, e podia ser ilustrado para reforçar a mensagem do texto e torná-lo mais atraente aos olhos. Para a crítica textual e, na verdade, para toda a história da cultura literária na Antigüidade e na Idade Média, os manuscritos são a nossa fonte fundamental de conhecimentos e graças à

sua quantidade e excelente estado de conservação, também são de importância comparável para a história da arte medieval. Disciplinas especializadas, a paleografia e a codicologia, também estão interessadas em certos aspectos dos manuscritos; a primeira ocupa-se da leitura, datação e localização da caligrafia, tanto em documentos quanto em livros; a segunda, dos materiais, técnicas e pessoal envolvidos na produção de códices, que constituem a forma característica dos manuscritos em pergaminho, análoga ao formato dos livros impressos que lhes sucederam. Estreitamente associados à paleografia estão o estudo de inscrições (epigrafia), e o estudo da forma, conteúdo e produção de documentos e diplomas antigos (diplomática). No que concerne à decoração e ilustração, a codicologia pode, na prática, ser indistinguível da história da arte; com efeito, a paleografia, a codicologia, a filologia e a história da arte encontram-se em um relacionamento simbiótico.

A nomenclatura do final da Antigüidade para letra manuscrita incluía as literae virgilianae, sem dúvida para as capitais rústicas, e as literae africanae, talvez para as semi-unciais. Do começo da Idade Média, poderíamos citar como escritas pouco comuns: libri scotice scripti para livros em escrita irlandesa em Saint Gall; literae saxonicae para a escrita anglo-saxônica na Inglaterra pós-conquista; in Romana scriptura para um manuscrito em uncial em Canterbury (século XII). Os copistas medievais que substituíram documentos perdidos, por vezes com versões melhoradas, geralmente imitaram uma escrita mais antiga não sem algum anacronismo. De cerca de 1350 em diante, melhores descrições de livros em catálogos de bibliotecas e algumas folhas com matrizes de letras testemunham a existência de uma elaborada coleção de nomes para a escrita literária e para a documental, a qual, porém, é demasiado inconsistente para que possa ser de alguma utilidade para os paleógrafos modernos. Os humanistas italianos reconheceram livros da Antigüidade tardia como codices vetustissimi e a minúscula beneventana como literae langobardicae; o nome por eles dado à nova letra para livros humanísticos, litera antiqua, significou que era de inspiração Carolíngia do século XII, não apenas uma outra variedade da escrita gótica da época.

Alguns manuais de escrita do século XVI incluem exemplos de escritas anteriores que caíram em desuso, mas o estudo histórico sistemático começou com De Re Diplomatica Libri Sex (1681), a obra na qual o historiador beneditino francês Jean Mabillon defendeu com êxito, contra o ceticismo jesuíta, a autenticidade dos documentos oficiais por meio dos quais monarcas merovíngios tinham transferido propriedades para a sua Ordem nos séculos VII e VIII. Como parte de seu estudo sistemático de todos os aspectos de documentos medievais, Mabillon dedicou o seu quinto livro a uma história afim das escritas de livros e documentos latinos. Em Palaeographia Graeca (1708), Bernard

de Montfaucon fez para a caligrafia grega o que Mabillon tinha feito para o latim. O equívoco fundamental de Mabillon sobre a relação entre escritas romanas formais e a minúscula pré-carolina foi corrigido por Scipione Maffei, após sua redescoberta da antiga biblioteca da catedral de Verona em 1713; e o monumental Nouveau Traité de Diplomatique (1750-65) por mais dois beneditinos franceses, Tassin e Toustain, continuaria sendo por quase um século a autoridade sobre paleografia latina. Thomas Astle publicou o primeiro manual inglês (1784), notável por sua atenção à escrita insular; e a obra pioneira de Charles O'Conor sobre escrita primitiva irlandesa apareceu em 1814. Esses primeiros tratados eram todos ilustrados por fac-símiles de respeitável qualidade feitos à mão.

No continente europeu (c. 1775-c. 1825), a supressão generalizada de casas religiosas decadentes e as conseqüências políticas e militares da Revolução Francesa resultaram na transferência maciça de livros e documentos medievais, diretamente ou através de coleções privadas, para bibliotecas e arquivos públicos, onde eram de fácil acesso a filólogos e historiadores cujas pesquisas inaugurariam, no século XIX, o florescimento de estudos clássicos e medievais. Um conhecimento mais completo e mais detalhado da paleografia latina e grega começou a ficar acessível depois de cerca de 1870, graças à fotografia, com fac-símiles de manuscritos completos e coleções de reproduções de página inteira de manuscritos e documentos datados ou localizados; uma nova onda de manuais bem ilustrados baseou-se nesses, na geração anterior a 1914. L. Traube (1861-1907), professor de filologia latina medieval em Munique, inaugurou uma nova era por sua insistência no valor de manuscritos cabalmente datados e localizados como prova evidente de movimentos na história do pensamento. Suas listas exaustivas de livros latinos foram o fundamento indispensável de trabalhos muito posteriores, incluindo os Codices Latini Antiquiores (1934-71), de E.A. Lowe, sobre manuscritos latinos até cerca de 800, e o catálogo de B. Bischoff de manuscritos continentais do século IX.

A partir de cerca de 1890, descobertas de papiros no Egito fizeram retroceder a paleografia grega até o século IV a.C, e a paleografia latina recuaria do seu ponto de partida inicial no século IV de nossa era para cerca de 31 a.C. A pesquisa sobre manuscritos iluminados, a qual também começou por volta de 1890, converteu-se a partir de 1930 num ramo indispensável da arqueologia e da história da arte antiga tardia e medieval. Depois de 1945, contribuições particularmente notáveis para o conhecimento do período romano inicial foram feitas por J. Mallon e E.G. Turner; o estudo sistemático da escrita humanista foi iniciado por B.L. Ullmann e J. Wardrop. O catálogo internacional de manuscritos datáveis, inaugurado em 1953 pelo Institut de Recherche et d'Histoire des Textes, de Paris, já abrange 24 volumes de oito países; e ensaios na Nomenclature des

écritures livresques (1954) favoreceram muito a compreensão das escritas medievais tardias. O interesse por outros aspectos dos antigos manuscritos além do texto, escrita e ilustração, e em especial pela formação do caderno em diferentes períodos e áreas, começou se manifestando na década de 1920, através das pesquisas de Lowe e E.K. Rand; e a partir de 1945, essa abordagem codicológica da "arqueologia do livro manuscrito", graças, inicialmente, à defesa de F. Masai e L.M.J. Delaissé, tem tido uma profunda influência sobre a paleografia grega e latina em geral. O estudo de manuscritos iluminados medievais tardios, em especial, foi inspirado pelo uso da codicologia por Delaissé como prova para a atribuição dos livros iluminados flamengos do século XV a oficinas de escrita dirigidas por eruditos copistas-editores, e por pintores. Trabalho recente sobre livros do período medieval final inclui estudos quantitativos de produção e formato. Ver livros manuscritos; caligrafia TJB

□ L. Traube, "Geschichte der Paläographie", em Vorlesungen und Abhandlungen I (1909); T.J. Brown, "Latin Paleography since Traube", em Codicologica I, org. por A. Gruys e J.P. Gumbert (1976)

manuscritos, iluminação de O pergaminho ou velino (material preparado com pele de vitela, carneiro e outros animais domésticos) era o principal material de escrita usado em toda a Europa na Idade Média. A fabricação de papel era conhecida na Espanha e na Itália no século XIII, mas não competiu seriamente com o pergaminho até fins do século XIV; de fato, o total e definitivo triunfo do papel como base normal para a produção de livros coincidiu, em certa medida, com o desenvolvimento da imprensa.

O pergaminho presta-se tanto à ornamentação quanto à escrita e, desde o começo da Idade Média até os soberbos Livros de Horas do século XV, alguns dos mais belos e requintados trabalhos artísticos do período medieval encontram-se nos manuscritos iluminados, na forma de ilustrações para textos devocionais ou em simples elaboração e colorido de frontispícios ou letras individuais.

A arte bizantina, com seu uso florido de ouro e vermelho vivo, forneceu desde cedo uma inspiração contínua para os artistas da Europa medieval. Condições especiais na Irlanda e Nortúmbria produziram escolas que só muito raramente terão sido superadas, se é que alguma vez o foram, demonstrando assim uma extraordinária habilidade na arte de entrelaçar e contrastar padrões geométricos e animais, com sutis variações de delicada cor; os Evangelhos de Lindisfarne e o Livro de Kells permanecem como exemplos notáveis. O mundo carolíngio, beneficiando-se das tradições bizantinas e célticas, produziu obras de primeira classe, no início com ênfase sobre motivos puramente ornamentais, sobretudo em ouro. Cada uma das comunidades ocidentais deu sua própria contribuição nos séculos

subseqüentes (a Inglaterra do período anglo-saxônico final, com a Escola de Winchester e o tenso vigor dos desenhos lineares, por exemplo), atingindo um apogeu criativo no estilo românico do século XII.

Desde aproximadamente 1200 até o fim da Idade Média, a arte do miniaturista foi refinada e ampliada, sobretudo nas grandes Bíblias. (A palavra miniatura não deriva de um vocábulo que signifique pequeno mas do verbo minire, desenhar com mínio, o óxido vermelho de chumbo usado como pigmento.) No período final da Idade Média, aumentou muito o uso de letras iniciais ampliadas como um meio de inserir ilustrações de eventos, folhagens, seres humanos e cenas inspiradas na realidade. Os calendários propiciaram uma oportunidade para a descrição pictórica de gente comum e do ritmo do ano agrícola ou da vida rural, e as convenções fixaram-se rapidamente nos tipos de cenas e histórias bíblicas que se devia esperar encontrar em saltérios e missais. Uma crescente consciência e prazerosa contemplação do mundo natural é característica das iluminuras dos últimos tempos da Idade Média. Ver Winchester, Bíblia de

□ F. Henry, The Book of Kells (1974); C. Nordenfalk, Celtic and Anglo-Saxon Paintings (1977); J.J. Alexander, Insular Manuscripts from the 6th to the 9th Century (1978); R.G. Calkins, Illuminated Books of the Middle Ages (1983); G. Henderson, From Durrow to Kells (1987)

Manzikert, batalha de Em agosto de 1071, o exército seljúcida de Alp Arslam aniquilou as forças numericamente superiores comandadas por Romano IV Diógenes em Manzikert, perto do lago Van na Armênia. O exército bizantino tinha sido formado por uma heterogênea e indisciplinada coleção de mercenários estrangeiros: normandos, armênios, patzinaques e uzes. Não era páreo para os altamente manobráveis e ligeiramente armados turcos e, pela primeira vez, um imperador romano era aprisionado em combate. Alp Arslan, satisfeito com o tributo e com uma aliança com o Império, logo soltou Romano, mas sua ausência deu ao Partido Civil em Constantinopla a oportunidade para organizar um golpe de Estado sem derramamento de sangue, voltando a dinastia Ducas ao poder. A queda de Romano IV levou Alp Arslan a repudiar os tratados celebrados com ele, assim franqueando a Ásia Menor ao ataque turco. A fraqueza política e a falta de unidade de Bizâncio, mais do que a derrota em Manzikert, iria custar a Ásia Menor ao Império.

□ M. Angold, The Byzantine Empire (1984)

Maomé (c. 570-632) Fundador do Islã, termo que significa "submissão a Deus". Nasceu em Meca, tendo ficado órfão muito cedo. Trabalhou em sua juventude como mercador ambulante nas caravanas que cruzavam o deserto. Em 595, seu casamento com uma

abastada viúva, Khadija, e a expansão de suas atividades comerciais proporcionaram-lhe uma renda confortável. Em 610, quando realizava uma jornada de meditação pelos campos vizinhos, teve uma irresistível experiência espiritual. No monte Hira, recebeu a revelação do Arcanjo Gabriel, que registrou depois no Alcorão. Maomé sublinhou que sua mensagem era parte da unidade da mensagem de Deus que fora expressa através de todos os seus profetas em várias épocas ao longo da história (Adão, Noé, Abraão, Moisés, Jesus); a diferença essencial era que ele tinha recebido a mensagem em sua forma compreensiva e final. Sua qualidade profética era, por conseguinte, a culminação de todas as revelações prévias, e seus ensinamentos eram a palavra final.

Inicialmente, Maomé limitou sua pregação a um círculo de íntimos e quando a tornou pública, teve que enfrentar o ridículo, polêmicas hostis e perseguição. Meca era importante centro comercial e sua pregação atacava a influente oligarquia mercantil. Viu-se finalmente forçado a fugir para o povoado cosmopolita de Medina em 622; esperava ele que suas doutrinas monoteístas fossem aí melhor acolhidas, por causa do numeroso elemento judeu residente em Medina. A pressão econômica da classe dominante de Meca sobre os medinenses para que expulsassem Maomé resultou em uma demorada guerra. Finalmente, num acordo negociado, Maomé obteve permissão para liderar uma peregrinação a Meca em 629. Sua prudência e austeridade impressionaram a população de Meca mas, no ano seguinte, a oligarquia quebrou sua neutralidade e os maometanos marcharam contra a cidade, que capitulou, aceitando o Islamismo. A autoridade de Maomé na Península Arábica foi então ampliada, organizada e consolidada; o paganismo foi posto fora de lei e novas leis refletiram o ethos islâmico. A ênfase dada por Maomé à humanidade como uma só família sob a proteção de Deus forneceu um poderoso freio às guerras tribais. Ver Ali

□ W. Montgomery Watt, Muhammad at Mecca (1953) [E. Dermenghem, Maomé e a tradição islamítica, Rio, Agir, 1973]

marco Antiga unidade germânica de peso mencionada pela primeira vez no tratado de 886-90 entre Guthrum e o rei Alfredo. Suas origens e peso original são desconhecidos, mas o peso era provavelmente em torno de 230 gramas, visto que os principais marcos europeus gravitam em redor desse número: marco de Colônia, 229,46 gramas; marco de Paris, 227,54 gramas; marco de Montpellier, 235,19 gramas. Sua vasta adoção como um peso de 8 onças (226,80 gramas) no século XI foi conseqüência da ambigüidade da libra (pound), que podia representar tanto um peso quanto uma moeda de conta de 240 pennies. Com o passar do tempo, "marco" também se tornou uma moeda de conta (por exemplo, na Inglaterra, como 13 xelins e 4 pence, ou dois terços de uma libra, visto ser essa a sua

relação com a libra de 12 onças).

Marco Polo (c. 1254-c. 1324) Veneziano de nascimento, Marco Polo viajou por terra até a China com seu pai e seu tio, e em 1271 entrou a serviço de Kublai Khan. Depois de quase 20 anos, tendo sido empregado em numerosas missões oficiais, Marco deixou a China e regressou à Veneza. Em 1298 foi capturado pelos genoveses e, enquanto esteve na prisão, ditou sua famosa Descrição do Mundo a um escritor de Pisa chamado Rusticiano. Esse relato de suas viagens foi uma das primeiras e detalhadas descrições do Extremo Oriente e das rotas até lá, tendo sido traduzido para muitas línguas.
□ H. Yule, The Book of St Marco Polo (1903) [O livro das maravilhas, trad. E. Braga Jr., Porto Alegre, LPM, 1985; Viajes, trad. J. Barja de Quiroga, Madri, Akal, 1983; Le livre de Marco Polo, trad. A. Servstevens, Paris, Albin Michel, 1955; 11 milione, org. por R. Allulli, Milão, Mondadori, 3ª ed., 1964]

Margarida rainha da Noruega, Dinamarca e Suécia, c. 1388-1412 (n. 1353) Filha de Valdemar IV da Dinamarca (m. 1375), por volta de 1388 Margarida foi rainha da Dinamarca e Noruega após a morte de seu marido, Haakon VI da Noruega (1380), e do filho do casal, Olavo (1387). Na batalha de Aasle em 1389, ela derrotou e aprisionou seu rival de longa data, Alberto de Mecklenburgo, rei da Suécia. Em 1397, Margarida uniu os três reinos pela União de Calmar, ratificada pela coroação de seu sobrinho-neto, Erik de Pomerânia, como rei da Noruega, Dinamarca e Suécia. Margarida continuou sendo a governante efetiva e recuperou muitas propriedades alienadas para a Coroa, além de adquirir Gotland e grande parte do Schleswig.

Margarida, Donzela da Noruega (1283-90) Filha única de Eric II da Noruega e Margarida (m. 1283), filha de Alexandre III da Escócia. Com a morte súbita de Alexandre em março de 1286, a infanta Margarida foi proclamada rainha aos 3 anos de idade e seu casamento foi combinado com Eduardo, filho de Eduardo I da Inglaterra (julho de 1290). Última da linhagem de Canmore, ela zarpou da Noruega mas faleceu nas Órcades (setembro de 1290). Os dois principais pretendentes ao disputado trono escocês eram Roberto Bruce e John Balliol; em novembro de 1292, Eduardo I nomeou John rei da Escócia.
□ A.A.M. Duncan, Scotland, the Making of the Kingdom (1975)

Margarida, Santa (c. 1045-93) Esposa de Malcolm III da Escócia e neta de Edmundo Ironside, rei da Inglaterra em 1016-17. Margarida nasceu na Hungria, filha do exilado Eduardo Atheling. A partir de 1057, viveu na corte inglesa mas, depois de 1066, fugiu com seu irmão Edgar Atheling para a Escócia, onde casou com Malcolm Canmore (c. 1070).

Credita-se a Margarida ter anglicizado e refinado a corte escocesa. Era virtuosa e devota, de acordo com seu biógrafo Turgot; suas reformas da Igreja limitaram-se, principalmente, a pontos de observância. Seus três filhos, governando sucessivamente, colocaram a Igreja escocesa mais em conformidade com a Cristandade ocidental. Margarida foi canonizada em 1249.

□ G.W.S. Barrow, The Kingdom of the Scots (1973)

Maria de Borgonha 1477-82 (n. 1456) Herdeira de Carlos, o Temerário (m. 1477). Seu casamento com Maximiliano I da casa de Habsburgo, em agosto de 1477, ajudou a salvaguardar parte do Estado borgonhês, vinculando-o firmemente aos interesses austríacos e preparando o realinhamento da política de poder européia, a qual iria culminar no império de seu neto, Carlos V.

□ R. Vaughan, Valois Burgundy (1975)

Maria, Santa O culto de Maria, mãe de Cristo, foi reconhecido na Igreja primitiva e formalmente aprovado no Concílio de Éfeso em 431. Durante toda a Idade Média, Maria foi venerada como a primeira entre todos os santos, com uma posição especial — expressa artisticamente e por escrito — como intercessora pelos pecadores no dia do Juízo Final. Suas festas eram especialmente reverenciadas e desempenhavam um importante papel no calendário medieval: a festa da Assunção em 15 de agosto, a Anunciação ou dia de Nossa Senhora a 25 de março, a Natividade em 8 de setembro, a Visitação em 2 de julho e a Purificação após o nascimento do Cristo a 2 de fevereiro (Candelária). A dedicação de igrejas a Maria proliferou. Seu papel tornou-se poderoso, como era de se esperar, na devoção popular; orações privadas a Maria passaram a ser uma característica da maioria das literaturas cristãs em vernáculo, enquanto que a Ave-Maria e os hinos à Virgem tornaram-se elementos destacados na liturgia e no culto institucional das Igrejas ocidental e oriental. A ênfase crescente sobre a humanidade do Cristo, que é uma característica marcante da Cristandade ocidental desde fins do século XI, coincide com a crescente glorificação da Virgem.

O culto de Santa Maria transcendeu todas as fronteiras de classes, atraindo tanto os elementos cavaleirescos da sociedade quanto os camponeses. A representação artística de Santa Maria em Bizâncio e no Ocidente reduziu os elementos formais e estilizados, preferindo concentrar-se na suavidade, humanidade e feminilidade da mãe de Cristo.

□ M. Warner, Alone of all her sex: the myth and cult of the Virgin Mary (1976)

Marsílio de Pádua (c. 1280-c. 1343) Marsílio Mainardini principiou provavelmente sua educação universitária em Pádua e continuou-a em Paris, onde sua presença está

documentada como reitor da Universidade em 1313, e onde teria estudado filosofia, medicina e, mais tarde, teologia. Após um período a serviço de senhores gibelinos lombardos, regressou a Paris, onde completou sua principal obra, Defensor Pacis [Defensor da Paz] em 1324. Quando em 1326 se tornou conhecida sua autoria dessa obra, Marsílio fugiu na companhia do averroísta de Paris, João de Jandun, buscando a proteção do rei dos romanos, Luís, o Bávaro, que tinha sido excomungado pelo papa João XXII; em 1327, seus escritos foram condenados como heréticos. Em 1328, acompanhou Luís a Roma e pode ter ajudado a redigir o decreto de deposição de João XXII. Após seu regresso à Alemanha, parece ter passado a maior parte de seu tempo na corte de Luís, até sua morte antes de abril de 1343.

Em Defensor Pacis, Marsílio propõe-se descobrir a causa principal da luta que estava destruindo a Itália e encontrou-a na usurpação da autoridade secular pelo Papado e a conseqüente perturbação da ordem correta de Igreja e Estado. A primeira das duas partes, ou Discursos, da obra examina essa ordem no Estado; a segunda, na Igreja; sua finalidade é demolir a doutrina hierocrática do Papado. A teoria política de Marsílio, tal como se expõe no Discurso I, baseia-se em Aristóteles mas difere do aristotelismo de seu tempo em sua concepção radicalmente naturalista do Estado como tendo por função exclusiva servir ao homem em sociedade. A lei, como o próprio Estado, é independente de uma lei superior; sua essência é a observância compulsória do que ela decreta, e sua fonte o povo — o "legislador humano", ou sua "parte mais ponderável" — o qual também elege o governo. Por conseguinte, o governante deriva sua autoridade do povo soberano, que pode corrigi-lo ou mesmo depô-lo. A teoria do Estado de Marsílio aplica-se tanto a monarquias quanto a repúblicas; seus aspectos republicanos relacionam-se com as instituições e os problemas das cidades-república, no período inicial de despotismo. O clero forma parte do Estado e está, como o governante, sujeito à vontade do povo e, por conseguinte, à do governante que foi por este eleito. No seio da Igreja, que consiste em clero e laicado, a fonte primordial de autoridade é, por sua vez, o corpo de fiéis como um todo, representado pelo concílio geral, ao qual o papa está sujeito e pelo qual poderá ser deposto. Marsílio não só rejeita a doutrina da plenitude papal de poder; ao negar o primado do Papado, subverte toda a estrutura hierocrática da Igreja e reverte o relacionamento estabelecido entre papa e concílio.

No Discurso II, o "legislador humano" torna-se praticamente sinônimo de governante e, por conseguinte, dotado de autoridade absoluta. Argumentou-se que o objetivo básico da obra foi, desde o começo, justificar o poder supremo do imperador. Mais tarde, em Defensor Minor, Marsílio certamente usou conclusões obtidas em sua obra principal a fim

de garantir os alicerces teóricos para o absolutismo imperial; mas a estrutura Republicana do Estado, tal como foi exposta no Discurso I, é por demais evidente para que esse argumento seja plausível, e é preferível explicar essa aparente incoerência como uma transição do Republicanismo para o Absolutismo. Essa mudança foi concluída no Defensor Minor, onde Marsílio explicitamente afirma que o povo romano, pela lex regia, conferiu seus poderes ao imperador.

Depois de juntar-se a Luís, a atividade literária de Marsílio foi dominada pela defesa do Império. O De translatione Imperii, embora reproduzindo praticamente o texto de um tratado papista de Landolfo Colonna, refuta seu argumento de que o imperador devia sua autoridade ao Papado como resultado dos papas terem transferido o império dos gregos para os francos e dos francos para os alemães; pois como Marsílio já tinha argumentado n o Defensor Pacis, tais transferências só podiam ser legitimamente decretadas pelo ‵legislador humano".

No Defensor Minor, composto provavelmente em 1340, Marsílio submete uma vez mais a doutrina papista a uma crítica que, embora resumindo argumentos expostos em Defensor Pacis (Discurso II), dá-lhes uma tendência definitivamente absolutista. A segunda parte do tratado refere-se ao caso matrimonial da condessa de Tirol. Marsílio defendeu num trabalho escrito para esse fim [o Tractatus de jurisdictione imperatoris in causis matrimonialibus] o direito do imperador de dissolver o casamento anterior da condessa para que ela pudesse casar com o filho dele; no Defensor Minor, argumenta ele que o Papado tinha usurpado não só a autoridade temporal mas também a espiritual do imperador. NR

□ The Defender of Peace, org. por A. Gewirth (1951); Oeuvres Mineures, org. por C. Jeudy e J. Quillet (1979) [El defensor de la paz, trad. L. Martinez Gómez, Madri, Tecnos, 1989]

Martinho V papa 1417-31 (n. 1368) Em novembro de 1417, no Concílio de Constança, o cardeal Odonne Colonna foi eleito papa como Martinho V. Sua eleição marcou o final do Grande Cisma e o começo do "Papado da Renascença". A autoridade de Roma tinha sido seriamente abalada pelo Cisma e a maior realização de Martinho foi restabelecer o controle sobre o Estado pontifício por meio de habilidosa diplomacia, guerra e nepotismo. Opôs-se fortemente ao movimento conciliar, o qual pretendia submeter o Papado ao controle dos concílios. Pela prescrição do Concílio de Constança, o pontífice convocou o Concílio de Pavia-Siena (1423-24), o qual, de maneira notória, não conseguiu favorecer a causa do conciliarismo. Martinho V esteve também envolvido nas Cruzadas contra os hussitas. Em 1431, após o fracasso das forças imperiais na Boêmia, Martinho foi forçado a convocar um concílio para Basiléia, mas faleceu antes de sua inauguração.

□ P. Partner, The Papal State under Martin V (1958)

Martinho, São (c. 316-97) Bispo de Tours. Pai do monasticismo na Gália, Martinho era filho de pais pagãos, tendo nascido na Panônia e servido no exército romano até sua conversão ao Cristianismo. Depois de viver como um recluso, fundou uma comunidade de eremitas em Ligugé, perto de Poitiers, que se tornou o primeiro mosteiro de toda a Gália. Depois fundou Marmoutier, nos arredores de Tours, antes de aceitar com relutância o bispado de Tours, por volta de 372. Seu discípulo, Sulpício Severo, descreveu a obra missionária e os milagres de Martinho em De Vita Beati Martini (c. 410). Martinho morreu em novembro de 397 em Caudes e foi sepultado em Tours, onde sua igreja se tornou um centro de peregrinação.

□ A. Régnier, Saint Martin (1925); C. Donaldson, Martin of Tours (1980)

Martini, Simone (c. 1284-1344) Um dos mais influentes pintores de Siena, Martini foi provavelmente um aluno de Duccio, a quem suplantou em suas harmonias de luz e cor e em seu desenvolvimento do estilo gótico. Entre suas obras-primas estão o afresco Maestà (1315) em Siena, o políptico de Santa Catarina (1319), os afrescos da capela de São Martinho na igreja de São Francisco em Assis, e o famoso tríptico da Anunciação (1333). Martini morreu em Avignon, onde passara a residir desde 1339 sob patrocínio papal.

□ M.C. Gozzoli, L'Opera Completa di Simone Martini (1970)

Masaccio (1401-c. 1428) Artista florentino que alterou o rumo da pintura italiana, afastando-a do estilo decorativo, linear, de seus contemporâneos (Ghiberti, Gentile da Fabriano) — derivado essencialmente da arte gótica — e imprimindo-lhe uma nova concepção de realismo heróico. Suas figuras monumentais, redondas, agrupadas em cenas dramáticas, prefiguram as teorias artísticas de Alberti e refletem o espírito humanista da época, resumido pela obra de amigos de Masaccio, Brunelleschi e Donatello.

Sua maior realização é o ciclo de afrescos da Capela Brancacci em Santa Maria del Carmine, Florença (1425-28). A obra não estava concluída quando Masaccio foi chamado a Roma, onde faleceu com apenas 27 anos de idade.

Matias I Hunyadi rei da Hungria e da Boêmia 1458-90 (n. 1440) Conhecido por seu nome humanístico, Corvinus, era filho de János Hunyadi, poderoso comandante-chefe e tesoureiro de Ladislau V, rei da Hungria. A pretensão de Hunyadi ao trono levou Ladislau a manter Matias como refém (1457); mas, com a morte de Ladislau V, Matias foi aclamado rei da Hungria e da Boêmia (1458), sendo sua primeira esposa Catarina Podiebrad, filha do regente da Boêmia. Com a assistência de seu conselheiro, János Vitéz, o novo monarca

desenvolveu uma política de centralização, apoiado num quadro de funcionários profissionais da corte e num exército de mercenários. Contornando astuciosamente os poderes da Dieta, procurou introduzir um regime absolutista mas foi forçado a aceitar uma solução de compromisso com uma nobreza desconfiada e cautelosa. Estabeleceu uma brilhante corte humanista internacional em Buda, fundou uma universidade (Academia Istropolitana) em Pozsony e iniciou um vasto programa de edificações, incluindo sua biblioteca (Corvina) e o palácio de verão de Visegrád. Trabalhou no sentido de construir um império centro-europeu, desencadeando as campanhas tcheca e austríaca (1468-85) com esse propósito, e escolheu Viena (tomada em 1485) para ser a capital. Entretanto, não conseguiu fazer-se imperador romano do Ocidente, e seu edifício político não sobreviveria à sua morte.

Matilde (c. 1046-1115) Condessa da Toscana. Matilde foi uma dedicada defensora do papa Gregório VII durante toda a Questão das Investiduras, e continuou apoiando o Papado após a morte desse pontífice. Em 1077, o seu castelo em Canossa foi o cenário da absolvição de Henrique IV por Gregório VII. Casada com o filho de Welf da Baviera, Matilde era aliada da família Welf (Guelfo) na rebelião de Conrado contra seu pai Henrique IV (1093). Em 1110, ela submeteu-se a Henrique V e fê-lo seu herdeiro das terras que anteriormente prometera doar à Santa Sé; mas, ao morrer, deixou tudo para o Papado. Essas terras "matildinas" converteram-se em mais outra causa de arrastada controvérsia entre o Império e o Papado.
□ H.E.J. Cowdrey, The Age of Abbot Desiderius (1983)

Maximiliano I de Habsburgo imperador romano do Ocidente 1493-1519 (n. 1459) Sua carreira situa-se, efetivamente, no período moderno, mas ele deve ser mencionado em qualquer obra de caráter geral sobre a Idade Média por três razões principais: a união da herança Habsburgo e de terras borgonhesas, as tentativas de estabilização da fronteira do Danúbio contra o Império Otomano, e o lento e somente parcial sucesso na construção de instituições imperiais como a Reichskammergericht (suprema corte de justiça) em 1495. Filho do imperador Frederico III, casou com Maria de Borgonha em 1477 e, pela morte desta (1482), tornou-se regente dos ricos Países Baixos. Em 1486 foi eleito rei dos romanos e tornou-se imperador sete anos depois.
□ G. Benecke, Maximilian I (1982)

Medici, família Família de banqueiros florentinos que durante o século XV, embora declarando-se meros cidadãos particulares, tornaram-se os virtuais governantes de Florença e príncipes da Renascença. De 1296 a 1314, a família esteve presente no governo,

declinando após o apoio de Salvestro de Medici à malograda rebelião Ciompi (1370), quando se iniciou a associação dos Medici com o partido do Povo, o que os tornou suspeitos para as outras famílias dominantes. Para aliviar a suspeição, Giovanni di Bicci de Medici (1360-1429) manteve-se fora das vistas do público e expandiu seu negócio bancário, estabelecendo os Medici como banqueiros papais e construindo o mais lucrativo negócio de família na Europa. O filho de Giovanni, Cosimo de Medici (1389-1464), ampliou ainda mais o negócio e manteve o envolvimento no governo; deu continuidade ao mecenato artístico de Giovanni (Ghiberti, Brunelleschi, Michelozzo, Donatello, Lippi e Fra Angelico) e tornou-se um humanista, fundando a Academia Platônica e estabelecendo uma biblioteca magnífica. Em 1439, entrou em entendimentos para que Florença fosse a anfitriã do concílio ecumênico das Igrejas grega e romana. A inveja culminou na conspiração dos Albizzi, a qual resultou na prisão de Cosimo por traição em 1433. Foi exilado mas chamado de volta em 1434, com a queda dos Albizzi. Os Medici tornaram-se o discreto poder governante de Florença, ganhando Cosimo o título de pater patriae.

Sucedeu-lhe seu filho Piero (1416-69), um bom diplomata que continuou a política de Cosimo de aliança com a França. Em 1466, frustrou um golpe projetado pelo republicano "Partido da Colina", aumentando seu poder. Também patrocinou as artes (della Robbia, Uccello, Pollaiuolo, Botticelli, Gozzoli, Verrocchio e Poliziano, o poeta).

Seu filho, Lorenzo, o Magnífico (1449-92), foi talvez o mais famoso dos Medici. Entretanto, negligenciou seus negócios e, embora sua esplêndida corte incluísse Giovanni Pico, Gentile Becchi, Antonio Squarcialup, Lippi, Ghirlandaio, Botticelli, Pollaiuolo, Michelangelo e Leonardo da Vinci, o próspero ramo mais jovem dos Medici, sobretudo Lorenzo di Pierfrancesco de Medici, investiu mais do que ele. Ressuscitou as Universidades de Pisa e Florença, e era um provecto humanista e poeta vernáculo. Embora menos aparatoso do que muitos governantes italianos, Lorenzo tinha inimigos: em 1478, uma tentativa de assassinato liderada pelos banqueiros rivais, os Pazzi, conseguiu matar seu irmão Giuliano; Lorenzo escapou, seguindo-se um sangrento revide que redundou numa bula de excomunhão e num ataque por forças papais e napolitanas. O desastre só foi evitado pela arriscada visita de Lorenzo ao rei Ferrante de Nápoles para negociar; a paz foi restaurada em 1480. Em 1484, Inocêncio VIII, amigo de Lorenzo, foi eleito papa. Lorenzo não tardou em começar a ditar a política da cúria e em liderar a maior parte da Itália em suas tentativas de unidade. Não era um político experimentado mas logrou manter um período de paz durante o qual as artes floresceram.

Sucedeu-lhe em 1492 seu filho Piero di Lorenzo de Medici (1471-1503). Em 1494, Carlos VIII da França atacou a Toscana em seu avanço para reclamar o trono de Nápoles.

Piero respondeu vigorosamente, mas a populaça estava paralisada pelas premonições de Savonarola. Piero negociou com Carlos VIII mas a Signoria de Florença repudiou esse gesto e os Medici fugiram para Veneza. Até 1498, Florença viveu sob o governo teocrático de Savonarola. Os Medici vagaram pela Europa, apesar das tentativas de reintegração, e Piero morreu a serviço da França. Seu irmão, o cardeal Giovanni de Medici, depois papa Leão X (1475-1521), substituiu-o como paterfamilias. Em 1512, com apoio papal e espanhol, ele expulsou o governo de Soderini e Maquiavel, recuperando Florença para os Medici. Na época do falecimento do último Medici — Ana Maria, eleitora palatina (1743) — a família passara a ser a dos grão-duques da Toscana, tendo produzido mais um papa, Clemente VII, e uma rainha de França, Catarina de Medici. MB

□ N. Rubinstein, The Government of Florence under the Medici (1966); C. Hibbert, The Rise and Fall of the House of Medici (1974); J.R. Hale, Florence and the Medici (1977) [J. Lucas-Dubreton, A vida quotidiana em Florença no tempo dos Médicis, Lisboa, Livros do Brasil, s/d]

medicina Alexandria era a grande escola médica do mundo clássico, apoiada nas descobertas egípcias, gregas e do Oriente Médio. A obra de eruditos alexandrinos foi compilada, consolidada e ampliada por Galeno (130-201), um excelente médico, anatomista e fisiologista, para quem todas as funções corporais tinham um propósito divino, o que se ajustava ao ethos teleológico grego.

Depois de Galeno, o estudo da medicina declinou, mais lentamente no Oriente do que no Ocidente. Um exemplo da resistente tradição oriental foi a enciclopédia de Oribasius (325-403). O conhecimento médico ocidental estava confinado ao mundo monástico, o qual considerava a doença um castigo pelo cometimento de pecados e exigia, portanto, orações e arrependimento, a par de cuidados médicos. Fora dos mosteiros, as comunidades judaicas prosseguiam com uma vigorosa prática médica.

Muitas das obras clássicas do Mediterrâneo tinham sido salvas pela tradução para o árabe, o que produziu um considerável número de figuras destacadas. Rhazes (c. 860-932), um persa, foi um excelente médico que tentou curas para a varíola e o sarampo com limitado sucesso; Avicena (c. 908-1037), outro persa, que exerceu grande influência por causa de sua posição como médico da corte, produziu o grande Cânone de Medicina, o qual impregnou profundamente todas as obras medievais sobre farmacopéia e química; finalmente, Averróis (1126-98), que era principalmente um filósofo aristotélico, produziu seu influente Colliget. Essas obras chegaram à Europa cristã através de médicos e tradutores judeus, sobretudo por intermédio da escola médica de Córdova graças a seus contatos no Cairo e em Bagdá. Dentre eles, foram de grande importância os comentários

de Moisés Maimônides sobre Galeno.

Foi em Salerno, herdeira de numerosas tradições, que a escola médica leiga se desenvolveu no século X. Ela tentou colocar a prática médica numa base sólida e iria fornecer o exemplo para futuros centros. Por toda a parte os avanços em medicina e direito estavam interligados, registrando notável expansão em Montpellier, Bolonha, Pádua e Paris.

Embora o Segundo Concílio de Latrão (1139) tivesse proibido a prática de medicina para ganho material, os conhecimentos e os números de praticantes aumentaram. Novos métodos e observações foram feitos por homens como Roger Bacon (c. 1214-92) e Alberto Magno (c. 1190-1280). O professor bolonhês Mondino de Luzzi escreveu sua Anothania (1316), a primeira obra inteiramente dedicada à anatomia e fortemente influenciada por Galeno e Avicena. A reintrodução da dissecação humana no campo médico, um processo proibido desde o tempo de Erasístrato (c. 300) em Alexandria, acelerou o ritmo do progresso e preparou o caminho para futuras descobertas. Os artistas da Renascença, com suas tentativas de desenhar corpos realistas, refletiram os aperfeiçoamentos em anatomia e estimularam novos trabalhos. Paracelso, um insaciável reformador, prescreveu substâncias químicas para diversos males. Fracastoro (1478-1553) escreveu descrições da sífilis e da contaminação pela peste. Em 1543, Vesálio (1514-64) refletiu esses avanços em seu De Humani Corporis Fabrica Libri Septem, com observações anatômicas superiores às de Galeno, se bem que conservando seus pontos de vista fisiológicos. CP

□ V.L. Bullough, The Development of Medicine as a Profession (1966); C.H. Talbot, Medicine in Medieval England (1967); P.M. Jones, Medieval Medical Miniatures (1984)

Melfi, Concílio de Em agosto de 1059, o papa Nicolau II convocou o Concílio de Melfi como parte de uma tentativa para reduzir a dependência papal ao imperador e também para responder à ameaça normanda a Estados vassalos do Papado. No Concílio, Nicolau recebeu preito de obediência e promessa de ajuda militar de Roberto Guiscard e Ricardo de Cápua, que ele usou para entrar em Roma e desalojar o antipapa Bento X. Em retribuição, Nicolau reconheceu Roberto como duque de Apúlia, Calábria e, no futuro, da Sicília, e Ricardo como príncipe de Cápua. Com esse reconhecimento e encorajamento papais, os normandos continuaram suas conquistas no sul da Itália, de modo que, por volta de 1060, os bizantinos detinham apenas sua capital, Bari. O imperador germânico reivindicava toda a Itália como seu domínio, porém o papa reconhecera a posição dos normandos na península. Assim, o Concílio foi um ato de deliberado desafio ao Império por parte do Papado.

□ J.J. Norwich, The Normans in the South (1967)

Melisanda (c. 1102-61) Rainha de Jerusalém. Filha do rei Balduíno II (1118-31), Melisanda casou com Foulques V, conde de Anjou, em 1129 e, pela morte de seu pai, ela e o marido foram coroados rainha e rei de Jerusalém. Após a turbulência causada pela revolta e subseqüente assassinato de seu amante, Hugo de Puiset, em 1132, ela deu provas de ser uma governante capaz e continuou exercendo autoridade direta, mesmo depois da morte de Foulques (1143), como regente em nome de seu filho Balduíno III (1144-64). Balduíno afirmou sua independência num período de desordem civil (1150-52) e Melisanda foi mandada para o exílio em Nablus, onde se manteve como um ponto focal de influência na vida social e política de Ultramar até sua morte.
□ [S. Runciman, Historia de las Cruzadas, 3 vols., Madri, Alianza, 1973]

Merlee, William {fl. c. 1340) Meteorologista e professor em Oxford, Merlee manteve registros mensais, que foram preservados, do clima na região de Oxford de 1337 a 1344. Seu trabalho é uma mistura do crédulo e do científico, mas revela uma percepção consciente dos padrões de variabilidade climática e tenta, inclusive, fazer algumas previsões.

Merovíngia, dinastia Afirmando-se descendente de um deus marinho, a dinastia dos francos sálicos conhecida como Merovíngia estabeleceu sua autoridade sobre a maior parte da Gália durante o reinado de Clóvis (480-511). As guerras civis entre seus descendentes eram selváticas e mais ou menos endêmicas, se bem que, de tempos em tempos, o reino fosse reunificado. No século VII e, em especial, depois da batalha de Tertry (687), a verdadeira autoridade passou para as mãos dos prefeitos do palácio, ancestrais dos carolíngios. Mas ficou com os merovíngios prestígio místico e pessoal suficiente para assegurar-lhes a sobrevivência como reis simbólicos (rois fainéants), e só em 751 é que o último deles, Childerico III, foi deposto e exilado para um mosteiro.
□ J.M. Wallace-Hadrill, The Long-haired Kings (1962)

Miguel de Cesena Geral da Ordem Franciscana. Revoltou-se contra o Papado de Avignon e, em 1328, juntamente com seu prosélito, Guilherme de Ockham, foi buscar a proteção do imperador Luís IV. Apoiou Luís em suas iniciativas italianas e papais, ao ponto de reconhecer a tentativa frustrada de entronizar um antipapa.
□ L.K. Little, Religious Poverty and the Profit Economy in Medieval Europe (1979)

Milão Capital da Gália Cisalpina. Foi um importante centro romano (Mediolanum) até que Honório transferiu sua capital para Ravena (401). Também possuía uma grande herança religiosa — aí promulgou Constantino seu Edito de Tolerância (313) — mas sua identidade

religiosa provém do século IV e de Santo Ambrósio, que deu a Milão seu próprio rito, chamado ambrosiano, e independência eclesiástica.

A posição geográfica de Milão, numa fértil planície atravessada pelas principais estradas que penetravam na Itália, tornou a cidade comercialmente importante, porém vulnerável a invasões. Ofuscada por Pavia, Milão foi sucessivamente governada por duques lombardos e condes carolíngios. Seu significado religioso foi reafirmado por Carlos Magno, e a cidade, subseqüentemente, ficou submetida cada vez mais ao poder de seu arcebispo, que se tornou o principal latifundiário e suserano. Seus vassalos, a nobreza (capitanei) e a pequena nobreza (valvassores) ganharam identidade política, ao passo que a Credenza de Santo Ambrósio representava as classes inferiores.

Um considerável surto de atividade comercial no século X atraiu gente para a cidade e restaurou sua primazia. Em 1035, os cidadãos de Milão revoltaram-se contra o crescente poder do arcebispo Ariberto (1018-45), que mantinha o apoio dos capitanei. Entretanto, a intervenção imperial pró-revolucionária encorajou a unidade política e o resultante conflito de Milão com Conrado II tornou-se uma luta pela liberdade urbana em que Milão triunfou (1039). A posterior promoção dos valvassores (através da constituição de feudis) deixou Milão sem uma classe média efetiva.

As reformas religiosas causaram de novo lutas internas em 1045-87, com as classes baixas milanesas gerando os patarinos, partidários acérrimos da Reforma. O resultante enfraquecimento do arcebispado, a crescente consciência cívica e um outro boom econômico permitiram a Milão destacar-se como uma das primeiras comunas, desenvolvendo um consulado por volta de 1097. A ausência imperial permitiu o expansionismo econômico até a intervenção de Frederico Barba-Ruiva. Em 1158, ele desencadeou uma campanha contra Milão, que aderira à Liga Lombarda antiimperial (1167), acabando por forçar Barba-Ruiva a um acordo (Paz de Constança, 1183).

Durante a década de 1180, o consulado foi substituído por um árbitro estrangeiro (podestà), que se tornou cada vez mais o instrumento das famílias dominantes. O declínio da Comuna foi acelerado a partir da década de 1230 por 20 anos de conflito como líder de uma nova Liga Lombarda contra Frederico IL De 1253 a 1256, Manfredo Lancia formou a primeira tirania milanesa e logo a família della Torre estabelecia um governo senhorial. Os della Torre foram substituídos pelos Visconti (c. 1277). Em 1294, Matteo Visconti foi nomeado vigário imperial em Milão. De Magnalibus Urbis Mediolani (c. 1288), de Bonvesino da Riva, descreve Milão como uma urbe florescente, mas lamenta sua falta de um porto e de concórdia civil. O conflito economicamente desastroso della Torre/Visconti (guelfo/gibelino) prosseguiu no século XIV, resultando no triunfo dos Visconti. Giangaleazzo Visconti (1385-1402, duque em 1395) fez de Milão o Estado mais poderoso da Itália,

estendendo o seu território desde o Piemonte até Pádua e as terras da fronteira de Treviso. Entretanto, o casamento de sua filha Valentina com Luís de Orléans (1387) instigou as pretensões francesas sobre Milão.

O governo senhorial parece ter sido benéfico. Apesar de elevados impostos, a economia e a indústria (têxteis, armas e armaduras) floresceram, regulamentos sanitários combateram a peste e canais (Naviglio Grande) melhoraram as comunicações. Giangaleazzo também patrocinou as artes: ele iniciou a catedral de Milão em 1386. Filippo Maria, o último Visconti varão, faleceu em 1447 e foi proclamada a República Ambrosiana (1447-50). Francesco Sforza, marido da filha ilegítima de Filippo, deu um golpe (1450) e, com apoio Medici, estabeleceu a dinastia Sforza. Francesco formou uma brilhante corte e melhorou Milão à maneira florentina. O desenvolvimento cultural prosseguiu com seu filho, Ludovico, o Mouro, cuja corte magnífica se vangloriava de contar com Bramante e Leonardo. Entretanto, os Sforza sofreram um severo revés com Ludovico e Milão passou no século XVI para mãos francesas.

□ C.M. Ady, Milan under the Sforza (1907); D. Muir, Milan under the Visconti (1924) [C. Violante, La società milanese nell'età precomunale, Bari, Laterza, 1974]

Milão, Edito de Ato de tolerância promulgado em 313 pelos coimperadores Constantino e Licínio, ambos de tendências monoteístas. Resultou claramente de discussões que acompanharam o casamento de Licínio com a meia-irmã de Constantino, Constância, em Milão.

Não foi essa a primeira tentativa para sustar a perseguição; um anterior Edito de Galério (311), baseado no princípio pagão de que todo deus tinha direito a culto, suspendeu temporariamente a perseguição, embora os co-imperadores Maximino Daia e Maxêncio permanecessem hostis. Constantino tolerou o Cristianismo por razões políticas e pelo papel que, acreditava ele, tinha desempenhado em sua vitória sobre Maxêncio (312).

O Edito, preservado na Historia Ecclesiastica de Eusébio, estabeleceu o princípio de tolerância universal, embora enunciado em termos que tornavam o Cristianismo a força positiva, sendo as outras religiões permitidas para compartilhar de sua liberdade. Nenhum dos imperadores honrou isso, tendo Constantino atacado os arianos e donatistas, e tendo Licínio voltado-se contra o Cristianismo. Mas a noção de uma religião do Estado foi abolida até o Cristianismo assumir esse papel, e a tolerância foi a lei geral do Império até Teodósio I (379-95). A Igreja receberia total compensação pelos confiscos realizados, e o Cristianismo foi legalmente reconhecido como detentor de propriedades coletivas. A reação pagã foi rápida: Maximino Daia, que deveria pagar pesadas indenizações, entrou na Europa mas foi forçado a conceder a mesma liberdade em suas províncias orientais.

□ R.A. Markus, Christianity in the Roman World (1974); G. Barraclough, The Christian World(1981)

milenarismo Crenças milenaristas ou quiliásticas (termos derivados das palavras latina e grega para um milhar) existiram na Igreja primitiva e receberam renovado impulso quando se avizinhou o ano 1000. As principais idéias envolvidas estavam relacionadas com "a segunda vinda do Cristo", a noção de um período apocalíptico de luta entre o Cristo e o Anticristo, entre o Messias e Satã, e o estabelecimento de uma nova Jerusalém na Terra. Elementos do pensamento milenarista subsistiram ao longo de toda a Idade Média, na maioria dos movimentos reformistas religiosos, e estavam normalmente associados a uma excessiva austeridade, a uma expectativa de um final catastrófico para a sociedade existente, e coincidindo, com freqüência, com períodos de intensa convulsão econômica e social.
□ [N. Cohn, Na senda do Milênio, Lisboa, Presença, 1981; H. Franco Junior, As utopias medievais, S. Paulo, Brasiliense, 1990]

Mirandola, Pico della (1463-94) Filho do príncipe de Mirandola, perto de Ferrara, este filósofo italiano distinguiu-se de outros platônicos florentinos por seu interesse na síntese da teologia cristã e diversas filosofias, especialmente o cabalismo judaico e as doutrinas árabes de Averróis. Em 1486, Mirandola defendeu 900 condusiones de vários filósofos, mas algumas delas foram condenadas pelo Papado e ele fugiu para a França. Por intervenção de Lorenzo de Medici, foi-lhe permitido regressar e permaneceu em Florença até sua morte prematura aos 31 anos de idade. Sua famosa Oratio de Dignitate Hominis exaltou a dignidade do homem e sua liberdade para influenciar seu próprio desenvolvimento espiritual.
□ E. Garin, Giovanni Pico della Mirandola (1937)

missi dominici Termo usado para designar os funcionários oficiais empregados por reis e imperadores francos para fiscalizar a administração provincial. Inicialmente, eram nomeados para comissões ad hoc mas tornaram-se uma característica regular e integral da máquina administrativa. Investidos de plena autoridade para corrigir injustiças e receber preitos de vassalagem, eles propiciaram um considerável grau de controle centralizado e flexibilidade ao sistema de administração; o Império foi dividido em missatica ou inspetorias itinerantes, tendo cada região dois funcionários, usualmente de categoria episcopal e judicial, para investigar queixas. Essa inovação estava em declínio no final do século IX, refletindo o declínio do poder centralizado no Império.
□ EL. Ganshof, Frankish Institutions under Charlemagne (1968)

mistérios A própria liturgia cristã contém elementos teatrais de primeira ordem, e a partir do século XI existem provas evidentes de elaboração da história cristã, interpretada na forma de mistérios ou autos de milagres nos adros das igrejas. Nos séculos seguintes, essas pequenas encenações receberam uma forma mais sistemática, tanto na dimensão religiosa quanto na corporativa urbana. As convenções variavam de área para área, mas entre os temas de maior popularidade estavam as representações inspiradas no Antigo e no Novo Testamento: a história da Criação e o Jardim do Éden, o Dilúvio e a Arca de Noé, o nascimento de Cristo, a história da Páscoa e da Paixão, os tormentos do Inferno. Com o desenvolvimento das cidades e a maior influência exercida pelas guildas, a representação de ciclos de mistérios passou a estar associada ao ano litúrgico e urbano. Na Inglaterra de fins da Idade Média, a criação de autos como os de York, Beverley, Towneley ou Coventry oferece eloqüente testemunho da importância de representações teatrais regulares, freqüentemente incorporando elementos de natureza terrena, imoral e satírica, da vida social da época.

□ R. Woolf, The English Mystery Plays (1972); R.P. Axton, European Drama of the Early Middle Ages (1974); W. Tydeman, The Theatre in the Middle Ages (1978)

misticismo Filosofia espiritual que defende a fé como sua própria justificação e afirma a validade suprema da experiência íntima, tentando apreender a essência divina ou realidade última das coisas e, por conseguinte, consumar a comunhão com o Altíssimo.

O misticismo não estava limitado ao Catolicismo, ingressando na tradição muçulmana através de Algazel (c. 1058-1111) e contribuindo para o Quietismo, mas seu desenvolvimento medieval estava predominantemente associado à doutrina cristã. Embora elementos místicos ocorram nas primeiras obras (Pseudo-Dionísio, Santo Agostinho), São Bernardo de Claraval (1091-1153) é considerado o fundador do misticismo medieval. O crescimento do misticismo a partir do século XII foi, em grande parte, uma resposta ao crescimento da razão (racionalização da fé por meios objetivos, como a dialética). O misticismo tentou cada vez mais utilizar a razão para os fins específicos da fé, e não evitá-la. No século XII, o misticismo tinha dois centros: as abadias cistercienses e a abadia escolástica de Saint-Victor, em Paris. Os principais místicos foram São Bernardo de Claraval, Guilherme de Saint-Thierry (m. 1148) e Isaac de Stella (1147-69). A filosofia de São Bernardo era "conhecer Jesus e Jesus crucificado". Pela graça, uma pessoa ia da humildade ao êxtase (contato imediato com Deus), passando pela compaixão (caridade), abominação dos próprios pecados e contemplação. A teologia mística de São Bernardo (a prática e teoria da vida mística) era intensamente pessoal; expoentes subseqüentes

ocuparam-se mais do misticismo especulativo (reflexões sobre a vida mística e suas implicações filosóficas).

Os vitorinos, especialmente Hugo de Saint-Victor (1096-1141) e Ricardo de Saint-Victor (m. 1173), tentaram incorporar a razão num processo que a transcende. Hugo elaborou uma exposição lógica do misticismo na qual tudo o que está acessível à experiência é pertinente para o conhecimento de Deus através da contemplação. São Boaventura e Santa Gertrudes deram continuidade a essa tradição durante o século XIII.

O florescimento da literatura mística (séculos XIV-XV) foi, por sua vez, uma resposta parcial ao nominalismo. Embora ela fosse geralmente especulativa, tratava da intensificação prática da vida religiosa, refletida no uso do vernáculo. Os principais místicos desse período foram Eckhart, Tauler, Suso, Ruysbroeck, Santa Catarina de Siena, Ricardo Rolle, Gerson, Dinis, o Cartuxo (1402-71), e Santa Catarina de Bolonha (1413-63). As contribuições deles consistiram na racionalização especulativa da experiência religiosa e numa concepção da relação da alma e da Criação com Deus. Ver Groote, Gerhard; João Escoto Erígena MB

□ G. Leff, Medieval Thought (1958); D. Knowles, The English Mystical Tradition (1961); F. Copleston, A History of Philosophy (1963)

moçárabes Após o triunfo muçulmano na Península Ibérica em meados do século VIII, esse termo foi aplicado àqueles cristãos e judeus que continuaram vivendo sob o domínio muçulmano sem se converterem ao Islã. Gradualmente, a descrição foi ficando limitada aos cristãos, porquanto os moçárabes foram cada vez mais identificados como guardiões da herança do Catolicismo visigótico. De 850 em diante enfrentaram perseguições esporádicas, às quais resistiram bravamente. Estavam concentrados em grande número nos centros urbanos, com destaque para Toledo, Córdova e Sevilha.

□ [RS. Simonet, Historia de los mozárabes de Esparta, Madri, Viuda de M. Tello, 1897]

moinhos A moagem do trigo em moinhos manuais era um trabalho lento e laborioso que foi gradualmente substituído no começo da Idade Média por azenhas, moinhos movidos por queda-d'água, ou, em alguns lugares, por atafonas, moinhos acionados por força animal. A moagem podia ser uma operação técnica complexa e os moinhos mais elaborados estavam normalmente associados ao desenvolvimento de uma economia senhorial, na qual os direitos do senhor sobre a moagem tornaram-se uma condição prévia sumamente valiosa. Nos países mais secos do mundo muçulmano, onde a energia hidráulica não era acessível, um importante avanço técnico foi obtido a partir do século X com a evolução do moinho de vento. As primeiras referências ao uso de moinhos de vento na Cristandade

ocidental são do terceiro quartel do século XII, e em fins do século XIII tinham-se tornado familiares nas terras aráveis melhor desenvolvidas da Europa. Ver agricultura

□ E.J. Kealey, Harvesting the Air (1987) [J. Gimpel, A revolução industrial na Idade Média, Rio, Zahar, 1977]

monasticismo A palavra "monge" deriva do grego monos, que significa "solitário"; o monasticismo cristão, em sua mais antiga forma, era um modo de vida adotado por ascetas solitários ou anacoretas. Na Europa ocidental e no Oriente bizantino, o monasticismo medieval teve sua origem em duas formas distintas de vida ascética que se manifestaram no Egito no começo do século IV. Uma delas era a vida eremítica (do grego eremos, "deserto") dos anacoretas do deserto, cujo pioneiro e líder foi Santo Antão (c. 251-356). A outra foi a vida cenobítica (do grego koinon, "comum") de monges que seguem um regime comum em comunidades organizadas, que se diz ter sido iniciada por São Pacômio (c. 292-346), ao estabelecer comunidades de homens e mulheres na região da Tebas egípcia por volta de 320. A vida cenobítica obteve a aprovação de São Basílio de Cesaréia, que promoveu o ideal das Igrejas orientais, onde suas Regras para monges o levaram a ser considerado o pai do monasticismo ortodoxo. A tradição monástica do Egito foi transmitida ao Ocidente no final do século IV, através da disseminação da literatura acerca dos padres do deserto e da migração de ascetas como João Cassiano, que se instalou na Gália meridional. Os escritos de Cassiano contribuíram muito para formar uma tradição monástica ocidental.

Durante os séculos V e VI, os mosteiros multiplicaram-se na Itália, Gália, Espanha e Irlanda. Na Gália e na Inglaterra anglo-saxônica, as fundações monásticas vieram na esteira das missões cristãs aos povos germânicos. O monasticismo celta da Irlanda foi importado na Europa pela missão de São Columbano, que fundou os famosos centros de Luxeuil e Bobbio. Uma das instituições da Gália do século VII, reproduzida na Inglaterra, foi o mosteiro duplo — um estabelecimento para monges e monjas, vivendo em aposentos separados, sob a direção de uma abadessa, usualmente uma pessoa de sangue real. Nesse período inicial, a observância variava. As Regras para monges foram compostas por Columbano, Cesário de Aries e outros, mas nenhuma Regra obteve aceitação geral com exclusão das demais. A Regra composta pelo abade italiano São Bento de Núrsia (c. 480-c. 550) só gradualmente se tornou conhecida no norte da Europa.

São Bento, que adquiriu experiência como guia de sua própria instituição, fundada em Monte Cassino, considerou um mosteiro uma comunidade isolada e auto-suficiente, dirigida por um paterfamilias eleito — o abade — e unida pelas virtudes monásticas de obediência, pobreza pessoal e humildade. O dia do monge seria preenchido com uma série equilibrada

de preces vocais (o ofício divino), trabalho manual e leitura espiritual. Sua combinação de conselhos espirituais judiciosos e de atenção a detalhes práticos recomendou a adoção da Regra de São Bento por muitos fundadores monásticos dos séculos VII e VIII na Gália e na Inglaterra; mas foi no século IX que passou a ser considerada o modelo para a observância monástica no Ocidente, em grande parte através da promoção ativa de Carlos Magno e Luís, o Piedoso, que impuseram a Regra Beneditina às abadias existentes em seus domínios.

Beneficiadas por generosas doações dos governantes seculares, as abadias beneditinas da era Carolíngia converteram-se em centros de erudição clássica e patrística, e abades sábios como Rábano Mauro de Fulda e Walafrid Strabo de Reichenau contribuíram de forma significativa para a Renascença Carolíngia. Mas a guerra civil no Império e os crescentes ataques dos vikings tornaram os últimos anos do século IX pouco propícios para monges. Muitas abadias foram destruídas, comunidades foram dispersas e a observância regular declinou. O ressurgimento da vida beneditina regular no século X promanou principalmente de dois centros: Cluny, fundado pelo duque Guilherme de Aquitânia em 909, e a abadia lotaríngia de Gorze, restaurada em 933. Graças a um raro grau de autonomia, ao legado de seu fundador e a uma sucessão de notáveis abades, a observância de Cluny expandiu-se rapidamente; pela época do abade Hugo de Semur (1049-1109), a Ordem já adquirira um império de várias centenas de abadias e priorados subordinados em muitas partes da Europa. Os costumes de Gorze foram adotados por numerosas abadias alemãs. Cluny e Gorze herdaram a tradição Carolíngia de observância, com seus grandemente ampliados ofícios corais, devoção ao ritual litúrgico e erudição. Embora o ressurgimento monástico inglês do século X não fosse diretamente patrocinado por Cluny, a regulamentação comum dos monges ingleses, compilada em 970 (Regularis Concordia), apoiou-se substancialmente nos costumes de Cluny e Gorze.

Os dois séculos seguintes à fundação de Cluny foram o apogeu do monasticismo beneditino. As abadias tinham um claro papel social como corporações fundiárias, como centros de cultura e de estudo, de produção de livros, de mecenato das artes e da arquitetura, e como guardiães de famosos relicários e túmulos de santos, focos de peregrinação e de religião popular. A propriedade de latifúndios envolvia muitos monges em tarefas gerenciais. Também envolvia as abadias em obrigações públicas associadas ao senhorio de terras numa sociedade feudal — jurisdição senhorial sobre os locatários ou rendeiros, comparecimento aos conselhos reais e o[1] requisito de fornecimento de um determinado contingente de cavaleiros para os exércitos reais.

No século XI, o descontentamento com a riqueza e o envolvimento secular das

abadias mais antigas e de sua elaborada observância litúrgica começou se expressando numa busca de formas novas e mais simples de vida ascética. Alimentada por um crescente sentimento histórico, a busca foi procurar sua inspiração nos modelos oferecidos pela Antigüidade cristã: as Vidas dos padres do deserto; a Vida da Irmandade Apostólica (vita apostolica) descrita em Atos dos Apóstolos, V:42-44; e a própria Regra Beneditina. Dessa crise resultaram diversas novas Ordens. Um movimento eremítico na Itália central cristalizou-se na Ordem de Camaldoli, fundada por São Romualdo (c. 1020). Um movimento semelhante na Bretanha e no Maine, liderado pelo pregador itinerante Roberto de Arbrissel, deu origem à Ordem de Fontevrault (c. 1100), que combinou monjas e cônegos em. mosteiros duplos; isso, por sua vez, forneceu um modelo para os mosteiros duplos da puramente inglesa Ordem de Sempringham. O mais duradouro plano para institucionalizar a vida anacorética foi o elaborado pela Ordem Cartuxa, que nasceu do eremitério misto de solidão e vida em grupo nos Alpes, fundado por volta de 1082 por Bruno de Colônia, e depois transferido para o local da Grande Cartuxa.

Uma antiquíssima crença segundo a qual os apóstolos eram monges e o monasticismo era a expressão autêntica da vita apostolica, inspirou os argumentos dos reformadores eclesiásticos de que o clero secular devia renunciar ao casamento e à propriedade, e viver em comunidade como monges. Em resposta a essa propaganda, começaram a surgir em meados do século XI casas de cônegos regulares, monges clericais. Mais adiante, ainda nesse século, eles adotaram geralmente a Regra de Santo Agostinho mas, no âmbito dessa constituição muito genérica, suas observâncias variaram consideravelmente. Algumas Ordens adotaram uma vida austera de estrita clausura, tomando por modelo os cistercienses (por exemplo, os cônegos de Arrouaise e os premonstratenses); outros optaram por um regime mais moderado e viveram numa variedade de instituições: priorados grandes e pequenos, capítulos de algumas catedrais, hospitais, capelas de castelos, e lado a lado com comunidades de monjas.

Das muitas Ordens que procuraram restaurar a primitiva observância da Regra Beneditina, a maior e mais dinâmica foi a Ordem de Cister — os cistercienses. Originária de uma secessão da abadia de Molesme liderada pelo abade Roberto em 1098, ela expandiu-se com extraordinária rapidez após a chegada de São Bernardo em 1112. A essência da reforma Cisterciense era a estrita observância da Regra, o restabelecimento do trabalho manual, voltando a dar-lhe o lugar que ocupava na vida do monge, e, primeiro que tudo, a rejeição de fontes habituais de renda como servos, arrendamentos e igrejas. Para cultivar suas terras, os cistercienses usavam conversi ou irmãos leigos iletrados, recrutados no campesinato numa escala sem precedentes. A mais distinta característica da Ordem era sua forte organização federal, baseada num sistema de filiação e supervisão

por um Capítulo Geral, ao qual compareciam anualmente todos os abades em Cister (Cîteaux). Essas disposições estavam exaradas na Carta Caritatis cuja primeira versão, composta por Estêvão Harding antes de 1118, foi posteriormente ampliada à luz da experiência.

A proliferação de Ordens nos cem anos anteriores levaram o Quarto Concílio de Latrão a proibir mais inovações (1215): no futuro, os candidatos a fundadores deveriam escolher uma Regra existente. Por essa altura, a grande época da vocação monástica chegara ao fim. O número de monges em muitos mosteiros beneditinos declinou, devido em parte ao fato de ter caído em desuso a prática (autorizada por São Bento) de doar crianças para serem educadas como monges e, em parte, à proliferação de formas alternativas de vida religiosa, especialmente a de frades. A recusa de algumas abadias alemãs, como Reichenau, em aceitar postulantes que não fossem de estirpe nobre deixou-as, em fins da Idade Média, com poucos monges. Apesar do surgimento de algumas congregações de estrita observância, como os olivetanos na Itália e a congregação de Melk na Áustria, de um modo geral preponderou uma forma de vida beneditina mais branda no último quartel da Idade Média, a qual recebeu o reconhecimento formal nas Constituições do papa Bento XII em 1336. Monges passaram a freqüentar universidades e o estilo de vida de muitas abadias pouco se distinguia do de um colégio do clero secular. Ver agostinianos, cônegos; Beguinas; carmelitas; Cartuxa, Ordem; Domingos, São; Francisco de Assis, São; Norberto de Xanten, São; Regularis Concórdia
CHL

□ Western Asceticism, org. por O. Chadwick (1958); C.N.L. Brooke, The Monastic World 1000-1300(1974); L.K. Little, Voluntary Poverty and the Profit Motive in Medieval Europe (1978); C.H. Lawrence, Medieval Monasticism (1984) [D. Knowles, El monacato Cristiano, Madri, Guadarrama, 1969, B. Bolton, A reforma na Idade Média, Lisboa, Edições 70, 1986]

mongóis Povo nômade da Ásia Central cuja ascensão ao poder deve ser atribuída a Gêngis Khan (n. c. 1154), que uniu as tribos turcas e mongólicas e foi eleito seu chefe supremo em 1206. À data de sua morte (1227), a influência dos mongóis estendia-se do Adriático ao Pacífico. Expandiram-se numa larga faixa que atravessou a China setentrional (1211-15), tomando Pequim e todas as terras ao norte do Huang-Ho (rio Amarelo). Voltaram-se depois na direção oeste (1220-21), atravessaram a Pérsia numa investida irresistível e derrotaram em 1223 os príncipes russos que tentavam detê-los no rio Kalka. Esses avanços foram depois consolidados: em 1237-38, os principados russos foram devastados e em 1240 Kiev era saqueada. Os mongóis marcharam para oeste, rumo à Polônia e à Hungria, destruindo Cracóvia e um numeroso exército germano-polonês em

Legnica (1241). Ocuparam Bagdá em 1258 mas essa expansão desenfreada foi finalmente sustada pela vitória mameluca de Ayn Jalud.

Com a morte de Mongke (1258), a frágil unidade dos mongóis foi dividida em quatro principais Canatos: o Grã-canato, o canato de Changatai, a Horda de Ouro e o Il-khanato.

Sua organização social, baseada no pastoreio e numa estrutura tribal descentralizada, facilitara a expansão mongol; novos territórios tinham sido assimilados na estrutura preexistente. Dependiam essencialmente do poder militar, de seu talento para impor o terror e de sua habilidade para extorquir tributos das populações subjugadas. Entretanto, o costume de dividir heranças criou excessiva fragmentação e conseqüentes conflitos internos. Os efeitos mais completos disso ocorreram simultaneamente à ascensão de novos e poderosos rivais. O canato de Changatai caiu em poder de Tamerlão (1379). A Horda de Ouro, desmantelada por Timur, foi derrotada e contida pelos ressurgentes príncipes russos.

Dentro da Cristandade, foram esboçadas tentativas de coalizão com os mongóis contra os turcos. Vários emissários foram enviados para tratar com os cãs, mormente o franciscano Guilherme de Rubrouck, mas sem êxito. Entretanto, o comércio funcionava e artigos de luxo orientais foram um importante estímulo para viagens, comércio e trocas europeus. Ver Kublai Khan

□ M. Prawdin, The Mongol Empire (1940); G. Vernadsky, The Mongols and Russia (1933); C.J. Halperin, Russia and the Golden Horde (1985)

monofisismo Movimento cismático e, em última instância, herético, que se propagou do Egito ao Oriente, tendo por origem a exagerada insistência em uma só natureza do Cristo. Essa abordagem levou Diodoro de Tarso a referir-se a Maria como Christokos ("portadora do Cristo"), um ponto de vista esposado por Nestório. Para defender a ortodoxia, São Cirilo tinha empregado uma fórmula apolinarista, a de uma natureza do Deus encarnado. Seu uso da frase era rigorosamente não-herético, mas havia um problema no uso da palavra "natureza" (physis). Quando os teólogos do Concílio de Calcedônia (451) e, antes deles, Nestório, falaram de duas naturezas, empregaram uma interpretação tradicional da palavra physis em que ela é inteiramente distinta da hipostasis (substância), tal como é usada na teologia da Trindade para as pessoas. Os monofisistas rejeitaram a doutrina de Calcedônia e o argumento de Cirilo por razões mais semânticas do que doutrinárias. Teólogos como Severo de Antioquia apresentaram uma sólida base teológica para o movimento. Eles não eram heréticos formais porquanto mantiveram totalmente a integridade das duas naturezas, sem se confundirem, no Cristo depois da Encarnação. Apenas alguns grupos dispersos sustentaram a posição herética de que a divindade do Cristo absorvia a

humanidade, ou vice-versa. Tentativas imperiais foram feitas para acomodar os dissidentes, com pouco êxito. Finalmente, o Concílio de Constantinopla (553) restringiu severamente a posição teológica do monofisismo; isso foi parcialmente bem-sucedido, mas deu oportunidade para o surgimento de novas heresias.
□ W.H.C. Frend, The Rise of the Monophysite Movement (1972)

monotelismo Heresia cristológica do século VII que se originou nas tentativas dos ortodoxos, muitas vezes por motivos políticos, de fazer os monofisistas regressarem à ortodoxia. Usaram fórmulas que expressaram existir em Cristo somente uma operação (energeia) proveniente de uma única vontade (mono thelema). Embora o mono-energismo pudesse denotar uma única operação coordenando as vontades divina e humana em Cristo, isso foi popularmente entendido como uma única fonte que destruía o livre-arbítrio do Cristo. Essa tendência para uma acomodação com os monofisistas refletiu-se no Ato de União (633) do imperador Heráclio, um documento fortemente influenciado pelas idéias de Sérgio I, patriarca de Constantinopla. O monge Sofrônio de Jerusalém deixou isso bem claro a Sérgio e, ao ser elevado ao Patriarcado de Jerusalém em 634, remeteu a Roma sua Epístola Synodica, expondo os perigos.

Seus temores concretizaram-se na imperial Ecthesis de Heráclio (638), que João IV (640-42) condenou num sínodo romano. Em 647, o papa Teodora I excomungou Paulo, patriarca de Constantinopla, por não ter condenado o monotelismo, e quando o imperador Constante II promulgou um typos (regra para a fé), o novo papa Martinho I viu-se forçado a condenar formalmente o monotelismo no sínodo. O imperador reagiu capturando o papa, levando-o para Constantinopla, torturando-o e finalmente exilando-o. Em 680-81, o sucessor de Constante II, Constantino IV, autorizou o Concílio de Constantinopla, convocado pelo papa Agatão. Isso eliminou os mal-entendidos afirmando que as duas atividades naturais e as duas vontades naturais existiam, embora mantendo o livre-arbítrio do Cristo. Sublinhava a inseparabilidade, distinção e harmonia dessas duas vontades em Cristo, desse modo refutando claramente os princípios básicos do monotelismo.
□ J. Meyendorff, Christ in Eastern Christian Thought (1975)

Montpellier Uma das principais escolas de medicina da Europa, Montpellier foi reconhecida como universidade em 1220. A própria sociedade, no Languedoc, tinha florescido no século XII e desempenhado um papel importante no ressurgimento comercial que acompanhou o movimento das Cruzadas e a vitalidade geral do comércio mediterrâneo. Mantinha estreitos vínculos com o reino de Aragão e contava também com uma influente população judia que se mostrou ativa no estudo de medicina e na fundação

da universidade.

□ A.R. Lewis, "The Development of Town Government in Twelfth-Century Montpellier", Speculum, 22 (1947)

mosaico A Idade Média foi a grande época da produção de mosaico. Embora os mosaicos tivessem sido largamente usados no mundo antigo, seria no período cristão primitivo que os mosaicistas começariam a cobrir vastas superfícies murais e abóbodas com "pinturas" em pequenos cubos de mármore e vidro. No século XIV, os mosaicos foram gradualmente suplantados por afrescos, que ofereciam uma alternativa mais rápida e menos dispendiosa aos clientes e artistas da época. Tal como no buon ou verdadeiro afresco, a parede ou abóboda era primeiro coberta com uma camada média ou fina de gesso, a qual servia de base para as camadas finais de gesso fresco. Os mosaicistas ocidentais e bizantinos, segundo parece, delineavam então a composição na camada seguinte de gesso. Em Bizâncio, os mosaicistas pintavam, por vezes, uma versão completa da cena em afresco, para guiar o artista na seleção e distribuição de cor, fase usualmente dispensada no Ocidente. Finalmente, os cubos de vidro e mármore eram inseridos numa fina camada de gesso, e o mosaicista trabalhava em pequenas seções conhecidas como giornate, ou a quantidade de parede que pode ser coberta num dia de trabalho. Numerosos ciclos completos de mosaico existem ainda hoje, como na catedral de Monreale, Sicília, ou no batistério de Florença. [343]

□ O. Demus, Byzantine Mosaic Decoration (1947); H.P. L'Orange e P.J. Nordhagen, Mosaics from Antiquity to the Early Middle Ages (1966)

Moscou Localizada junto às vias navegáveis que ligavam Vladimir a Riazan e aos caminhos terrestres que evitavam as florestas impenetráveis, Moscou surgiu no século XII como uma comunidade comercial. Em 1156, Yuri Dolgoruki, príncipe de Suzdal, edificou uma cidadela de madeira — o Kremlin — para ajudar a proteger os mercadores. A atitude dos tártaros em relação a Moscou ajudou a cidade a adquirir posição de destaque entre os povos eslavos orientais. A tolerância tártara para com a Igreja e sua disposição de manter abertas as rotas comerciais do Ocidente foi correspondida pelos príncipes moscovitas que atuaram como cobradores de impostos para os mongóis. Embora devastada pela Horda Mongol em 1238 e 1293, Moscou emergiu nesse clima rude como foco de um novo movimento centralizado para substituir Kiev. O declínio simultâneo de Vladimir, saqueada e arrasada pelos tártaros, e a mudança do metropolita russo (1341) daí para Moscou, estimularam ainda mais a evolução desta última.

A progressiva desintegração da Horda e a adoção pela Lituânia do Catolicismo

romano (1386-87), propiciaram a Moscou a oportunidade de estabelecer-se como líder dos eslavos ortodoxos. Em 1380, Dimitri Donskoi derrotou fragorosamente os tártaros em Kulikova-sobre-o-Don mas, dois anos depois, a Horda revidou, ocupando e arrasando Moscou. Uma nova cidade de pedra foi construída, a qual repeliu os tártaros em 1408. Os governantes moscovitas prosseguiram em sua política de ataque quando os tártaros sucumbiram diante da irresistível ofensiva de Tamerlão, embora a expansão territorial fosse lenta até Ivã III conquistar Novgorod em 1478.

A riqueza de Moscou dependia do comércio, especialmente em peles e indústrias manufatureiras de artesãos especializados, cuja produção revelava uma profunda influência bizantina. Quando o governo do czar, sua corte, conselho e assembléia aí se instalaram, Moscou tornou-se a protocapital de um Estado em expansão. a J. Fennell, The Crisis of Medieval Russia (1983); H. Paskiewicz, The Rise of Moscow's Power (1984)

Murad II (1404-51) Sucedeu a seu pai, Maomé I, como sultão dos turcos otomanos em 1421 e em 1425 forçou Constantinopla a pagar um tributo anual. Em 1430 tomou Tessalônica, que um filho do imperador bizantino vendera aos venezianos em 1423. Três anos após sua vitória, Murad casou com a princesa sérvia Mara para consolidar seus avanços europeus. Sua constante progressão nos Balcãs foi sustada em 1443 por uma contra-ofensiva húngara comandada por János Hunyadi, que retomou Sófia e Filipolis (Plovdiv). Murad deteve os cristãos com sua esmagadora vitória em Varna, em 1444. Afastou-se dos assuntos políticos, deixando-os sob a responsabilidade de seu filho, Maomé II, cujo sultanato terminou em caos (1444-46). Murad retomou então o controle e quando os húngaros, sob o comando de Hunyadi, desencadearam uma nova ofensiva, ele infligiu-lhes um golpe arrasador na segunda batalha de Kosovo (1448). Antes que Murad pudesse tirar todo o proveito dessa vitória, ele faleceu em Adrianopla, mas seus avanços forneceram a base para futuras vitórias.

□ H.J. Magoulias, Decline and Fall of Byzantium to the Ottoman Turks (1975)

mulheres Elas emergem das fontes medievais com múltiplas aparências. Uma imagem duradoura é a grande dame adorada à distância por seu cavaleiro, conforme descrita do século XII em diante nas novelas de cavalaria. Sua antítese é a imagem das mulheres em pactos matrimoniais, como mercadorias a serem avaliadas de acordo com a herança ou o dote que traziam com elas. O culto da Virgem Maria, popular em toda a sociedade desde o século XI, era um equivalente eclesiástico do amor cortesão, o qual destacava a mãe do Cristo como figura simultaneamente divina e maternal. Seu oposto era a forte tradição misógina herdada de São Paulo e dos escritos patrísticos, que retratavam a mulher como

Eva, a suprema tentadora e obstáculo para a salvação; era melhor casar do que se consumir — mas não muito melhor — e um homem decidido a levar uma vida santa deveria ingressar numa ordem religiosa. Essas idéias variáveis e freqüentemente contraditórias sobre as mulheres são sintomáticas da natureza complexa e multiforme de seu status e funções na sociedade medieval.

A grande maioria das mulheres vivia e morria totalmente sem história, quando trabalhava no campo, na lavoura e no lar. E provável que, no início da Idade Média, em grande parte da Europa ocidental, a expectativa de vida para mulheres fosse muito inferior à dos homens, e as mulheres como trabalhadoras e geradoras de filhos podiam ser, portanto, uma valiosa mercadoria. No século XI, entretanto, o desequilíbrio inverteu-se. Movimentos religiosos populares foram uma saída para os excedentes femininos, mas a maioria das mulheres trabalhava para sustentar-se. Muitas delas na Idade Média eram trabalhadoras agrícolas e a rudeza de suas vidas é captada no Piers Plowman, de Langland. O trabalho doméstico podia ser um fardo igualmente opressivo para as mulheres pobres, no entanto para a poetisa francesa do século XV, Cristina de Pisa, a vida de camponesas prostradas de cansaço podia dar-lhes "maior suficiência do que algumas que são de elevado status". Outras mulheres trabalhavam em comércios como a venda de víveres e bebidas, confecção de roupas ou em artesanatos. As esposas de mercadores e comerciantes estavam freqüentemente envolvidas nos negócios dos maridos, e podiam optar por prosseguir neles quando viúvas. As mulheres de burgueses ricos, de cavaleiros e da nobreza eram responsáveis pela organização não só do funcionamento de suas casas mas também da economia doméstica, o que podia ser uma pesada responsabilidade.

Na nobreza, o casamento era um fator crítico na transmissão de terra e de feudos, e era combinado pelas famílias com grande cuidado, quase sempre com escassa consideração pelas preferências das duas pessoas mais diretamente envolvidas, uma das quais poderia ser ainda criança, quando não ambas. Somente em períodos e lugares onde mulheres tinham direitos pessoais sobre terras, elas tinham independência. O direito romano mais recente tinha colocado a mulher não-casada em regime de tutela, mas as repressões caíram gradualmente e, no século X, na Espanha e no sul da França, as mulheres herdavam terras em igualdade de condições com os homens. Em contraste, na Alemanha do século XIII, a herança feminina de terras, embora comum, ainda era vista mais como um privilégio do que um direito. Os costumes feudais eram propensos a rejeitar as mulheres como demasiado fracas para executar serviços militares, e normalmente tutores executavam-nos em seu lugar; poderiam ser maridos ou suseranos, e estes últimos tinham controle sobre os casamentos de suas tuteladas. Nas sociedades onde a primogenitura masculina era um padrão comumente aceito de herança, as mulheres

eram indesejáveis como herdeiras, noção levada ao extremo na França do século XIV, onde, pela elaboração da chamada lei sálica, elas foram excluídas da sucessão ao trono.

No topo da sociedade, porém, algumas mulheres lograram exercer enorme poder e umas poucas tornaram-se imperatrizes ou rainhas por suas prerrogativas legítimas. Como foi descoberto por Urraca, que se tornou rainha de Castela em 1109, e pela imperatriz Matilde, herdeira de Henrique I (1100-35) da Inglaterra e Normandia, o governo de uma mulher gerava freqüentemente oposição e rebelião. Melisanda, rainha de Jerusalém por direito próprio, foi bem-sucedida, no entanto, em defender sua coroa e seu reino, e atuou como co-governante com seu filho, Balduíno III, na década de 1140. Deve-se também levar em conta as rainhas-regentes. Duas rainhas merovíngias do final do século VI e do século VII, Brunilde e Batilde, atuaram efetivamente nessa condição em nome de seus filhos e asseguraram a sucessão de suas dinastias sem quebra de continuidade. No século XIII, Branca de Castela foi regente em nome de seu jovem filho Luís IX da França, e reteve o controle do reino diante de uma oposição obstinada. Um século antes disso, Leonor, duquesa da Aquitânia, levou suas terras a dois sucessivos maridos, os reis francês e inglês, desse modo alterando dramaticamente o equilíbrio de poder entre eles. Muitas rainhas consortes exerceram considerável autoridade; algumas, como Isabel da França, esposa de Eduardo II da Inglaterra, contribuíram de forma decisiva para a deposição de seus maridos. Ocasionalmente, mulheres comandaram exércitos ou, como Joana d'Arc, forneceram inspiração e direção. O resultado foi terem sido descritas por autores contemporâneos em termos nada lisongeiros, como "mulheres-machos" e "Jezebel"; e Joana d'Arc foi condenada à morte na fogueira por heresia e bruxaria.

A vida religiosa propiciava uma vocação ou um respeitável refúgio do mundo tanto para homens quanto para mulheres, porém muito mais oportunidades eram oferecidas aos homens. Antes do século XII, o monasticismo feminino estava circunscrito a meia dúzia de ricos e aristocráticos conventos para freiras, como Whitby na Nortúmbria ou Quedlimburg na Saxônia. Aí, as abadessas gozavam de muita independência e autoridade mas suas comunidades eram uma minoria; na Inglaterra pré-conquista, por exemplo, havia apenas um convento de freiras para cada quatro mosteiros de monges. Os movimentos de reforma monástica dos séculos XI e XII pouco resultado trouxeram para as mulheres religiosas: as freiras cistercienses eram mantidas à distância, e firmemente confinadas por seus irmãos. No século XIII, os franciscanos também imporiam a suas monjas uma rigorosa clausura. A tradição de ricas fundações reais e aristocráticas, das quais a Ordem de Fontevrault é um destacado exemplo, manteve-se durante toda a Idade Média; mas havia crescente pressão por parte de mulheres em todas as camadas da sociedade para

serem aceitas na vida religiosa. O resultado foi a fundação de muitos conventos pequenos no final do século XII e durante o século XIII, o crescimento do movimento das Beguinas e a criação de outras ordens femininas, como as brigidinas. As heresias que permitiram às mulheres desempenhar um papel significativo (com o valdensismo e, mais tarde, o lolardismo) também foram comprovadamente populares. Mulheres místicas e eremitas, como Cristina de Markyate, no século XV, retornaram, em sua existência solitária, às mais antigas raízes da vida monástica no deserto. Seu rigor e ascetismo contrasta com o modo de vida bastante confortável em muitos conventos do final da Idade Média, simbolizado pela prioresa de Chaucer, mas ambas as formas de vida religiosa ofereceram às mulheres um refúgio igualmente respeitável do mundo. EMH

□ Medieval Women... Dedicated to Professor Rosalind M.T. Hill, org. por D. Baker (1978); P. Stafford, Queens, Dowagers and Concubines (1983); M.W. Labarge, Women in Medieval Life (1986); S.M. Stuard, Women in medieval history and historiography (1987) [E. Power, Les femmes au Moyen Age, Paris, Aubier, 1979; J.R. Macedo, A mulher na Idade Média, S. Paulo, Contexto, 1990]

música O quadro de atividade musical na Idade Média depende substancialmente da natureza e extensão das provas que existem para documentá-lo. Os sistemas de notação, fornecendo indicação de altura de som e ritmo, só entraram em uso geral no século XI e, mesmo então, careciam da precisão posteriormente alcançada. Além disso, provêm basicamente dos círculos letrados da Igreja, e a maior parte da atividade musical fora desses círculos — e, na verdade, muito da que decorria no interior dos mesmos — não deixou qualquer prova direta. A música era essencialmente criada e transmitida no âmbito de uma cultura oral, mesmo quando essa cultura era refinada e, sob outros aspectos, culta. Na falta de sistemas generalizados e inequívocos de notação, devem ser usadas outras provas para avaliar esse rico e variado período da história musical. A informação pode ser coligida com base em fontes literárias e pictóricas, e as descobertas arqueológicas revestem-se de especial valor na indicação do uso de instrumentos musicais, o que está quase inteiramente ausente da música anotada até os séculos finais desse período. Também é possível que, nas músicas "populares" ou "primitivas" existentes, nas quais as mudanças são comparativamente lentas, estejam preservados elementos de prática medieval.

A liturgia da Igreja cristã, com seu núcleo relativamente estável, fornece a maior parte das nossas fontes. A música era usada na Igreja apostólica; nos primeiros três séculos, o repertório estava razoavelmente unificado, derivando da música de sinagoga. A forma sob a qual se apresenta na Europa na mais antiga notação existente, dos séculos

VIII a X, é a de um repertório desenvolvido que varia no estilo entre a “fala impostada” da recitação de salmos e os cânticos antifônicos e responsoriais extensa e melodicamente elaborados da missa e do ofício. A diversidade é, em parte, um reflexo das influências que devem ter sido exercidas sobre a música litúrgica nos primórdios da Idade Média, destacando-se entre elas as práticas extra-eclesiásticas e os desenvolvimentos locais. Muitas características do cantochão possuem amplos paralelos em formas primitivas que teriam sido comuns na prática secular ao longo do período. A seqüência altamente desenvolvida, por exemplo, gênero requintado no texto e na música de meados do século IX, pode muito bem ter tido sua origem na prática secular dos músicos cantarem diferentes canções alternadamente. As práticas locais resultaram em diversidade nos repertórios e nos métodos de execução e desempenho. Tudo isso foi motivo de glosas e comentários, e foram realizadas tentativas no sentido de remediar a situação, sendo um importante exemplo o trabalho da Ordem Cisterciense.

A introdução por Carlos Magno da observância litúrgica romana no norte da Europa é uma das primeiras tentativas documentadas para impor uma prática unificada, emanando de uma autoridade competente, na música litúrgica. A autoridade central procurou continuamente influenciar o ritual cristão e sua música, muitas vezes para fins políticos mais amplos, mas provavelmente nunca chegou a conhecer mais do que um limitado êxito. O emprego de notação pode ser visto como o exercício de uma espécie de autoridade, dando à música uma existência objetiva e uma forma verificável. Algumas tendências que se depararam inicialmente com resistência por parte do clero conservador acabaram se tornando prática aceita; estas incluem o uso da polifonia (música para várias vozes simultâneas) e o emprego de um método afetado e expressivo de interpretação. Este último estava associado aos trovadores e intérpretes de poemas e canções chamados jograis, cujas atividades e estilo de vida eram vigorosamente criticados pelo clero; o modo sumamente atraente de performance jogralesca foi explorado, entretanto, pelas novas Ordens predicantes do começo do século XIII (franciscanos e dominicanos). Do mesmo modo, o uso de instrumentos musicais pelos jograis fez com que fossem considerados inaceitáveis nas igrejas, com exceção do órgão, aureolado por uma longa associação com o cerimonial real, imperial e litúrgico. Aos mais antigos exemplos de polifonia era dado, por vezes, o nome de organum, o que pode indicar como o instrumento era principalmente usado. Por volta do ano 1000, a polifonia vocal era empregada liturgicamente na catedral de Winchester, e nos 250 anos seguintes registrou-se um número crescente de fontes notadas oriundas de outros centros, incluindo um vasto repertório associado à Notre-Dame de Paris. A função da polifonia era adicionar particular importância cerimonial a momentos específicos na liturgia; nisso, é uma descendente direta da prática, muito comum nos

séculos X-XII, do tropo, que consiste na ampliação do canto litúrgico mediante acréscimos ou substituições de palavras e/ou música. Foi essa prática do tropo, aplicada à liturgia da manhã de Páscoa, que deu origem ao fenômeno do teatro litúrgico. Nos últimos dois séculos desse período há extensas fontes para a polifonia litúrgica, que, depois de meados do século XIII, apresenta regularmente uma clara comunhão de técnicas e estilos com a "arte" musical secular do tempo.

O nosso conhecimento de composição musical extra-eclesiástica é seriamente afetado pela pequena quantidade e parcialidade das fontes. As notações anteriores a cerca de 1200 provêm primordialmente de meios letrados, quase sempre ligados à Igreja. Se o testemunho dos textos literários sobreviventes aponta para um gigantesco acervo de poesia secular cantada, misturando elementos eruditos, clássicos e bíblicos com os dos gêneros vernáculo e popular (a balada medieval seria um exemplo), então o testemunho estritamente musical desse tesouro desapareceu. Recordemos de novo a natureza oral da tradição musical medieval. As canções dos trovadores, que nada tinham de rudimentares ou "populares", parecem ter existido em forma oral até dois séculos antes do surgimento da forma escrita, no século XIII. As coletâneas de música "artística" são, entretanto, cada vez mais freqüentes a partir desse período e refletem o estabelecimento do papel do poeta-compositor cortesão, bem como de um ambiente secular que favoreceu a perpetuação de sua obra no que eram, por vezes, manuscritos suntuosamente produzidos. A dependência de tais provas do seu contexto cultural pode ser apreciada comparando-as com as fornecidas pela Inglaterra. Aí, o estabelecimento de músicos seculares "domésticos" funcionou predominantemente no âmbito de um sistema fechado de corporação ou guilda, a qual não fez uso de notação e cuja obra, por conseguinte, se perdeu.

Além da prática cotidiana de composição musical, seus aspectos teóricos e especulativos eram parte importante do Quadrivium dos estatutos universitários, e foram desenvolvidos ao longo do período de acordo com as diretrizes estabelecidas por Boécio. DC

□ J. Chailley, Histoire Musicale du Moyen Age (1950); Pelican History of Music, vol. I, org. por A. Robertson e D. Stevens (1960); A. Harman, Man and his Music (1962); R.H. Hoppin, Medieval Music (1978)

N

Nápoles, reino de Freqüentemente englobando também a Sicília, dominou a Itália meridional desde a Idade Média até 1860. Do ponto de vista geográfico, formou uma ponte estratégica entre o Oriente e o Ocidente, com o cruzamento de culturas produzindo muitos desenvolvimentos interessantes (a arquitetura italiana meridional do século XII; o humanismo da corte de Frederico II; a poesia italiana, sobretudo a obra de Boccaccio na corte de Roberto, o Sábio, 1309-43).

Sua sorte esteve intimamente ligada à da Sicília, tendo sido a região unificada por Rogério II da grande família Hauteville, proclamado rei da Sicília e Apúlia (1130) e de Nápoles (1139). Os normandos herdaram províncias bizantinas, emirados árabes, principados lombardos e cidades-Estado livres, com o que erigiram um novo reino com base feudal. Evoluiu aí a concepção de uma elaborada monarquia secular e esclarecida, com o rei como chefe da Igreja (daí um influente elemento de tolerância religiosa e freqüente oposição papal).

Finalmente, os Hohenstaufen sucederam aos Hautevilles, e Frederico II (rei da Sicília, 1198-1250) assumiu a autoridade em Nápoles em 1220. Em 1224, fundou a Universidade de Nápoles, primordialmente como instituição estatal para fornecer administradores treinados. Em 1231, ele promulgou o Liber Augustalis, uma constituição e um código de leis para o país, baseado nos códigos romanos imperiais. O Estado persistiu sob o domínio angevino (1268-1442) no estilo francês. Em 1282, as Vésperas Sicilianas resultaram na perda da Sicília para Aragão, ficando o reino de Nápoles propriamente dito com as terras entre Bari, Gaeta e Catona. Durante quase um século ele tentou sem êxito recuperar a Sicília, situação contrastante com sua anterior vitalidade e expansão.

O reino ressurgiu com os aragoneses (1442-1504) e, no reinado de Afonso V, o Magnânimo (1442-58), Nápoles e Sicília foram temporariamente reunidas. No século XV, o reino de Nápoles era a única monarquia na Itália. Sua preservação foi devida, em grande parte, a uma série de hábeis monarcas e conselheiros que reconheceram e contribuíram para a sua forma ímpar de governo, freqüentemente colocada à testa do progresso governamental europeu. O reino manteve uma forte política externa, e sua reputação de riqueza e poderio granjeou para Ferrante I (1458-94) o título de “árbitro da Itália”. No final do século XV, a Academia Napolitana tornou-se um florescente centro de humanismo. Em 1495, Carlos VIII da França invadiu o reino e em 1500 ele foi dividido entre a França e a Espanha. Um conflito não tardou em destruir esse arranjo e resultou numa vitória espanhola, tornando o reino de Nápoles um vice-reino espanhol (1504-1713). Ver Pontanus,

Jovianus MB

□ B. Croce, History of the Kingdom of Naples (1970); A. Ryder, The Kingdom of Naples Under Alfonso the Magnanimous (1976)

navios e navegação Grandes progressos foram realizados nas artes náuticas durante a Idade Média, quando o transporte por água, através dos mares ou ao longo dos rios, constituía geralmente o meio de comunicação mais simples, mais eficiente e, com freqüência, mais seguro. A herança clássica manteve-se virtualmente ininterrupta em Bizâncio, e as tradições navais de construção de embarcações e armamentos contribuíram para a sobrevivência de Constantinopla. Os árabes levaram suas próprias tradições para águas mediterrâneas, mas também adotaram os estaleiros de construção naval e a experiência marítima de Alexandria e Cartago.

Na experiência européia específica, as mais notáveis realizações do começo da Idade Média ocorreram em águas nórdicas. Os arqueólogos traçam uma seqüência de crescente competência técnica desde o barco de Nydam do período de migração até os soberbos barcos de Gokstad e Oseberg do século IX, a qual levou à criação de barcos capazes de navegar até nas mais tempestuosas condições oceânicas com um nível aceitável de risco. Gokstad representa o aspecto sensacional das técnicas de construção naval, a evolução de uma formidável e quase irresistível arma de guerra; mas de igual ou ainda maior importância foi a evolução de todo um complexo de embarcações comerciais com excelentes condições de navegabilidade em alto-mar, desde as pequenas e robustas naus frísias até as substanciais galeras comerciais descobertas em Skuldelev. As realizações técnicas do período de cerca de 600-900 possibilitaram a expansão viking que culminou no estabelecimento de centros comerciais fortificados na Europa setentrional desde a Groenlândia e a Islândia até as vias navegáveis russas, Novgorod, Smolensk e Kiev.

Novos progressos em relação aos modelos clássicos ocorreram na Idade Média Central no Mediterrâneo, estimulados pela experiência árabe e pelas necessidades dos cruzados. Abundantes conhecimentos de navegação eram acumulados e transmitidos oralmente. Parece que os vikings usavam uma pedra-imã como guia, mas a primeira referência clara a uma bússola de marinheiro ocorre na obra de Alexandre de Neckam, no século XII, e a compreensão de suas qualidades magnéticas ampliou-se ainda mais no período final da Idade Média. O uso da bússola coincidiu com o desenvolvimento de embarcações maiores e resultou em maior confiança para enfrentar a navegação em alto-mar. No século XV, construtores navais, geômetras, cartógrafos e navegadores, especialmente os reunidos na Escola de Sagres, em Portugal, no litoral do sudoeste europeu, estavam preparados para iniciar as grandes viagens de exploração em busca de

novas rotas para as riquezas da África e do Oriente. HRL

□ R.J. Lefebvre, De la marine antique à la marine moderne (1935); A.W. Brögger e H. Shetelig, The Viking ships (1951); B. Greenhill, Archaeology of the Boat (1975); R.W. Unger, The Ship in the Medieval Economy 600-1600 (1980); A.R. Lewis e T.J.
Runyan, European Naval and Maritime History 300-1500 (1985)

neoplatonismo Filosofia que surgiu no século III, principalmente entre os gregos de Alexandria (Plotino, Amélio, Porfírio). Do século V até 529, o seu desenvolvimento prosseguiu em Atenas (Proclo). Embora pagã, considerava o conhecimento e o materialismo insuficientes e introduziu a metafísica, colocando assim o platonismo mais próximo do Cristianismo. O neoplatonismo desenvolveu a hierarquia de formas de Platão, traduzindo o seu "Bem" por "Uno", do qual emanou a primeira inteligência {Logos, verbo, palavra), a qual contém as idéias imateriais (as formas platônicas) de todos os seres. O Logos iniciou uma segunda inteligência (Alma do Mundo), da qual derivou a inteligência individual, descendo numa escala hierárquica de seres espirituais, com a alma humana por último.

Quatro conceitos neoplatônicos influenciaram o pensamento cristão desde o começo: a hierarquia de seres espirituais; a natureza espiritual da realidade; o retorno da alma ao Uno através da contemplação; a bondade e a plenitude do ser. Entretanto, as semelhanças superficiais ocultaram dicotomias essenciais: o neoplatonismo percebeu uma involuntária e eterna procissão da inteligência do Uno para o mundo material, negando a Criação voluntária de Deus; a tríade neoplatônica (o Uno, o Espírito, a Alma do Mundo) não era uma Trindade e a onipresença do mundo permitiu que o panteísmo florescesse. O neoplatonismo baseava-se essencialmente na investigação filosófica, ao passo que o Cristianismo tinha que reconciliar a natureza com Deus. Santo Agostinho (354-430) foi o primeiro a fundir conceitos neoplatônicos e cristãos; e Boécio (c. 480-524) também se inclinou para o neoplatonismo, traduzindo algumas obras. Enquanto que Santo Agostinho deu ao neoplatonismo um fundamento cristão, João Erígena (c. 810-77) tentou discutivelmente colocar o Cristianismo numa base neoplatônica.

Apesar dessas tentativas, a divisão do Império tinha distanciado o Ocidente das filosofias gregas. O conhecimento direto do neoplatonismo só foi obtido após sua reintrodução via filosofia árabe (Al-farabi, Avicena) e filosofia judaica (Avicebrol), as quais chegaram ao Ocidente a partir do final do século XII, combinando os sistemas físico (aristotélico) e espiritual (neoplatônico) para explicar o universo. As traduções de Guilherme de Moerbeke (1215-86) destrinçaram o neoplatonismo e o aristotelismo, dando

um novo impulso ao neoplatonismo. Durante o século XIII, influenciou o pensamento agostiniano, o tomismo (Santo Tomás de Aquino, Egídio Romano) e os dominicanos de Colônia (Alberto Magno, Hugo de Estrasburgo, Dietrich de Freiburg), encorajou o misticismo (Eckhart) e ajudou a ciência através de sua metafísica leve (Witelo). MB

□ G. Leff, Medieval Thought (1958); F. Copleston, A History of Philosophy (1963) [P. Boehner e E. Gilson, História da filosofia cristã, Petrópolis, Vozes, 1970]

Nestoriana, Controvérsia Cisma cristológico provocado pela culminação da escola antioquiana de teologia nas obras de Nestor (c. 381-451), patriarca de Constantinopla em 428-31. Considerou ele que Cristo tinha duas naturezas (duo physeis) mas isso não fazia dele dois Filhos, porquanto as naturezas distintas estavam unidas numa conjunção voluntária. Essa concepção forçou Nestor a argüir contra a atribuição a Maria do título de "Mãe de Deus" (Theotokos, portadora de Deus); o termo era impróprio porque ela tinha gerado apenas um homem a quem o verbo de Deus estava unido.

Eusébio de Doryleum, um leigo, liderou inicialmente o ataque contra Nestor, que teve continuidade com São Cirilo de Alexandria, que em 430 persuadiu um sínodo romano a denunciar as idéias de Nestor, o que obrigou o imperador Teodósio II a convocar um sínodo para resolver a questão. Esse concílio reuniu-se em Éfeso em 431, mas Nestor recusou-se a comparecer quando São Cirilo assumiu a presidência como legado do papa Clemente I. O concílio estabeleceu que o ser (physis) do Verbo não tinha sofrido qualquer mudança ao fazer-se carne; as duas naturezas estavam juntas numa verdadeira união; suas diferenças não foram suprimidas mas o encontro de divindade e humanidade produziu um único Cristo; o Verbo não estava unido à pessoa de um homem, mas convertera-se em carne. O concílio declarou Nestor herético e ele foi demitido de seu cargo por Teodósio, que decretou ainda a queima de todas as obras nestorianas.

Enquanto esteve banido, Nestor escreveu sua apologia, o Bazar de Heráclides, esclarecendo sua posição e retrocedendo na direção da ortodoxia. Outros desenvolveram e ampliaram seus pontos de vista, ajudando a produzir o cisma da Igreja nestoriana. Sua base popular nas estratégicas Síria e Pérsia, que obtiveram um êxito apenas marginal, garantiram numerosas tentativas para acomodar a posição de seus adeptos. Os nestorianos floresceram e expandiram-se, e resistiram mais tarde a muitas e implacáveis perseguições dos mongóis e dos turcos. Algumas Igrejas nestorianas retornaram à comunhão romana no século XV, enquanto outras persistem até hoje.

□ A.R. Vine, The Nestorian Churches (1937)

Nibelungenlied Uma das maiores obras da literatura medieval alemã, o Nibelungenlied (ou Canção dos Nibelungos) exerceu poderosa influência sobre a subseqüente vida cultural alemã em poesia, prosa e também na música. Em sua versão literária sobrevivente, narra no refinado alto-alemão do começo do século XIII, lendas populares da época das migrações germânicas, muito difundidas e comuns a grande parte daquele mundo e especialmente conhecidas no norte com a poesia norueguesa arcaica. Conta a história do herói Siegfried, seu matador Hagen, sua mulher Kriemhild (irmã de Gunther, rei dos borguinhões), da rainha Brunhilda e do tesouro dos Nibelungos. A épica baseia-se profundamente em tradições preservadas que se associam à história dos borguinhões e sua derrota para Átila, no segundo quartel do século V.

□ N. Thorp, The Study of the Nibelungen (1940) [Cantar de los Nibelungos, E. Lorenzo, Madri, Swan, 1980]

Nicéia, Concílio de (325) Após sua vitória sobre Licínio em 323, Constantino encontrou a província oriental dividida pelos ensinamentos de Ario, um sacerdote de Alexandria que argumentava não ser o Verbo co-eterno com o Pai, e ser o Cristo, na melhor das hipóteses, um filho adotivo de Deus. Em concordância com seu mestre Luciano de Antioquia, postulou que o Verbo encarnado não tinha uma alma humana. As tentativas locais para sufocar o Arianismo fracassaram, assim como as intervenções pessoais de Constantino.

Finalmente, de acordo com a tradição romana, o imperador convocou um sínodo geral, um Concílio, inaugurado em Nicéia em 325. Foi presidido diretamente pelo legado do papa Silvestre, Hòsio de Córdova, e assistido por quase 300 bispos. Os debates foram acrimoniosos e demorados. Uma fórmula ariana de fé foi proposta e rejeitada; mas o credo opcional de Eusébio de Cesaréia foi apresentado e recebeu aprovação geral. Com aditamentos posteriores, feitos especificamente para excluir e denunciar interpretações arianas, esse passou a ser o Credo Niceno. O Arianismo continuou dividindo a Igreja oriental mas sua influência foi cerceada.

O Concílio também decidiu a muito debatida questão da data da celebração da Páscoa, a qual devia ser sempre num domingo e (de acordo com a tradição ocidental) no primeiro domingo depois da primeira lua cheia a seguir ao equinócio da primavera. Ver Atanásio, Santo

□ V.C. de Clerq, Ossius of Cordova (1954); N.D. Kelly, Early Christian Creeds (1960)

Nicéia, Império de Após a captura de Constantinopla (1204), o poder grego repartiu-se por três novos estados bizantinos centrados em Trebizonda, Epiro e Nicéia. Em Nicéia, o

genro do imperador Aleixo III, Teodoro I Láscaris (1204-22), subiu ao trono e foi coroado imperador em 1206 pelo recém-eleito patriarca. Teodoro chegou a um acordo com os governantes latinos de Constantinopla, os estados francos, restringiu os czares búlgaros e estabeleceu relações comerciais com os venezianos. Sucedeu-lhe seu genro João III Doukas Vatatzes (1222-54), que expulsou os latinos da Ásia Menor e conquistou os reinos de Tessalônica e Epiro. Sua expansão foi restringida depois de 1242 pela pressão dos mongóis. A acerba oposição teológica de Gregório IX bloqueou qualquer tentativa de reaproximação e, finalmente, o patriarca excomungou o papa. O filho de João III, Teodoro II Láscaris (1254-58), foi o seu sucessor mas faltava-lhe a envergadura de estadista do pai. Com a morte de Teodoro, Miguel Paleólogo obteve as rédeas do poder como regente em nome de João IV (1258-61). Em 1261, Miguel deu um golpe de Estado que o colocou no poder e, tirando partido da política lascárida, capturou Constantinopla. Foi coroado imperador Miguel VIII, criando assim a dinastia que sobreviveu até 1433. Ver Paleólogo
□ D.M.Nicol, The End of the Byzantine Empire (1979)

Niccoli, Niccolò (1364-1437) Influente humanista florentino, que escreveu pouco mas foi um colecionador apaixonado de manuscritos clássicos, antigüidades, obras de arte e moedas, assim como um esmerado copista. Sua extensa coleção de livros formou a base da biblioteca pública de São Marcos, em Florença, e a sensível elegância de suas transcrições ajudou a assegurar que sua refinada versão da minúscula Carolina se convertesse na caligrafia humanista corrente.
□ G. Zippel, Niccolò Niccoli (1890)

Nicolau II papa 1059-61 (n. c. 980) Seu breve pontificado produziu numerosas medidas altamente significativas, prenunciando o movimento reformista gregoriano. Após a morte do papa Estêvão IX, houve um cisma, com o partido romano nomeando Bento X, ao passo que os reformistas elegeram Nicolau II, um borgonhês e ex-bispo de Florença. Para impedir tais divisões no futuro, Nicolau promulgou em abril de 1059 um decreto papal pelo qual os pontífices seriam eleitos por um colégio de cardeais e por iniciativa dos cardeais-bispos, reduzindo assim a influência da aristocracia romana e a interferência imperial em eleições papais. Nicolau hostilizou ainda mais o imperador ao estabelecer relações amistosas com a França e com os patarinos em Milão. No Concílio de Melfi (agosto de 1059), Nicolau formou uma aliança com os normandos da Itália meridional, e seu reconhecimento da posição normanda foi uma clara rejeição das pretensões imperiais na Itália. Em resposta, um sínodo na Alemanha condenou Nicolau e declarou nulos seus atos. Assim, o seu pontificado prenunciou o acerbo conflito entre o Império e o Papado. Com

sua morte, novo cisma ocorreu, com a eleição de dois papas, Alexandre II e Honório II.

Nicolas Breakspear Ver Adriano IV

Nicolau de Cusa (m. 1464) Um dos mais eminentes sábios do século XV, o cardeal Nicolau é principalmente lembrado por seu pensamento metafísico e seu excelente critério como colecionador de manuscritos em grego e latim. Nascido na diocese de Trier, de família alemã, ele foi educado em Pádua e destacou-se como defensor do papa no Concílio de Basiléia (1440). Elevado ao cardinalato em 1448, serviu depois como legado papal na Alemanha. Foi um matemático de certa autoridade e sustentou sobre a reforma do calendário opiniões muito adiantadas para o seu tempo. Também acreditou na revolução da Terra em torno do Sol.

□ H. Bett, Nicholas of Cusa (1932); K. Jaspers, Anselm and Nicholas of Cusa (1966)

Nilo da Calábria (c. 910-1005) Nascido na Calábria de família grega, foi inspirado pela Vida de Santo Antônio e dedicou-se a uma vida de devoção, penitência e auto-sacrifício. Uma série de visões granjeou-lhe adeptos, mas suas tentativas para reconciliar mosteiros beneditinos e bizantinos fracassaram. Perto do fim da vida, impressionou o jovem imperador Oto III, e a influência de sua severa vida ascética em Grotaferrata contribuiu muito para fortalecer o monasticismo ocidental.

□ J. Décarreaux, Normands, Papes et Moines en Italie Méridionale (1974)

Nithard (m. 844) Filho de Bertha, filha de Carlos Magno, e de Angilberto, chefe da chancelaria do imperador. Em 841, Carlos, o Calvo, pediu a Nithard que escrevesse um relato dos acontecimentos de seu tempo, e a resultante História das Querelas entre os Filhos de Luís, o Piedoso, é de um valor inestimável como praticamente a única fonte para as guerras do período, embora especialmente tendenciosa contra Lotário I. Em 843, Nithard foi feito abade laico de Saint-Riquier por Carlos mas apenas alguns meses depois era morto durante uma batalha.

□ O. Lauer, Nithard. Histoire des fils de Louis le Pieux (1926)

noble Moeda de ouro inglesa introduzida por Eduardo III em 1344 com um valor inicial de seis xelins e oito pence (isto é, metade de um marco). De 1351 a 1412, pesou 120 grãos (7,78 gramas). Em 1412, o peso foi reduzido para 108 grãos (7,60 gramas). Em 1465 foi restabelecido o antigo peso de 120 grãos para o noble rosa ou ryal (royal), com um valor de 10 xelins, enquanto que uma nova moeda, o angel, de 80 grãos (5,18 gramas), adquiriu o valor de 6 xelins e 8 pence.

Nogaret, Guilherme de (c. 1265-1313) Professor de direito em Montpellier, Nogaret era de origem plebéia e um vigoroso defensor do poder real. Em 1303, Filipe IV da França enviou Nogaret, membro de seu conselho privado, a fim de prender o papa Bonifácio VIII. Ajudado pela família Colonna e outros inimigos de Bonifácio, Nogaret entrou em Agnani; a residência papal foi atacada e o papa capturado. Revoltado com a violência dos Colonna, o povo de Agnani libertou Bonifácio e Nogaret teve que fugir de volta à França. Em 1307, ele foi nomeado chanceler e esteve seriamente envolvido no julgamento dos Templários. Excomungado em 1304 por Bento XI, Nogaret foi absolvido por Clemente V. É lembrado por sua crueldade, desumanidade e obstinada devoção à monarquia francesa.

□ T.S.R. Boase, Boniface VIII (1933); C.T. Wood, Philip the Fair and Boniface VIII (1967)

Norberto de Xanten, São (c. 1080-1134) Fundador da ordem Premonstratense, Norberto era um cônego de Xanten, na Renânia. Foi ordenado sacerdote em 1115, mas não tendo conseguido reformar os cônegos seus colegas, tornou-se um pregador errante. Condenou a frouxidão de costumes de clérigos e leigos, e dedicou-se à vida apostólica com adeptos de ambos os sexos. Em 1120, entretanto, solicitou a seu patrono, o bispo de Laon, que lhe permitisse fundar uma comunidade religiosa em Prémontré, perto de Laon, para o que obteve apoio papal. Amigo de São Bernardo de Claraval, Norberto adotou muitas das constituições cistercienses em Prémontré, mas seus cônegos premonstratenses diferiam dos monges comuns na medida em que eram encorajados a exercer um papel ativo na sociedade, no campo missionário e também na vida paroquial. Em 1126 tornou-se arcebispo de Magdeburgo e organizou trabalho missionário na Alemanha oriental. Foi canonizado em 1582.

□ E. Maire, St. Norbert (1932); P. Lefebvre, La Liturgie de Prémontré (1957)

normandos O grande povo conquistador do século XI que, no transcurso de 50 anos (1050-1100), submeteu ao seu domínio a Inglaterra, a parte meridional da península itálica e a Sicília. Onde quer que estivesse ocorrendo uma guerra de agressão, os normandos pareciam estar presentes: nas fronteiras galesas e escocesas, na Reconquista hispânica e na Primeira Cruzada, nas lutas em torno da Questão das Investiduras. A maioria dos estudiosos, entretanto, concorda em que essas atividades não tiveram a coerência de um empreendimento singular e unificado. A Inglaterra foi a vítima de uma conquista política controlada pelo duque reinante da Normandia, Guilherme, o Conquistador. A Itália meridional, que era frouxamente controlada pelo Império Bizantino, e a Sicília islâmica, foram lentamente infiltradas por bandos de guerreiros do final do século X em diante; a participação mercenária inicial nas guerras da região, nas quais os normandos lutaram

freqüentemente em lados opostos, uns contra outros, foi transformada a partir da década de 1040 numa guerra de conquista dominada por homens do quilate de Roberto Guiscard e de seu irmão Rogério I, "o Grande Conde". A Itália meridional só foi subjugada na década de 1070 e a Sicília não antes de 1091; a unificação das duas regiões no reino da Sicília só ocorreria na década de 1130.

As origens dessas realizações devem ser localizadas na história do ducado da Normandia, que se organizara a partir de um território em torno de Rouen, concedido ao chefe viking Rollon em 911. Apesar de suas origens e da considerável imigração escandinava até cerca de 950, o ducado da Normandia revelado por documentos do século XI possui preponderantemente o caráter de um principado territorial francês dessa época. A sobrevivência de instituições governamentais carolíngias e a continuidade de fronteiras territoriais durante todo o período de colonização escandinava são causas daquela situação segundo os historiadores; está claro que os primeiros governantes da província adotaram resolutamente instituições existentes. O renascimento da Igreja normanda demonstra a aceitação do Cristianismo. O importante reinado do duque Ricardo II (996-1026) foi geralmente reconhecido como um período de paz na província e o próprio duque celebrizou-se por seu patrocínio da Igreja. Por essa época, a língua escandinava tinha virtualmente deixado de ser falada no ducado, enquanto que a decisão de Ricardo de conceder abrigo ao jovem Eduardo, o Confessor, além de suas conseqüências a longo prazo, foi um revés para as ambições de Canuto e dos exércitos dinamarqueses envolvidos na conquista da Inglaterra. Os casamentos entre diferentes estirpes e povos, várias décadas de relativa estabilidade social e a considerável imigração franca na Normandia tinham contribuído muito para assimilar os colonizadores escandinavos originais em seu novo meio.

A expansão normanda do século XI não foi, portanto, uma simples continuação das incursões vikings. Até certo ponto, os normandos estavam apenas à testa de um movimento de conquista muito mais vasto: havia flamengos, bretões, poitevinos e outros povos francos no exército que venceu em Hastings; no sul, tem sido sugerida uma imigração não-normanda na proporção de um para quatro, e sabe-se que os invasores recrutaram naturais do sul para a sua causa. Maior mobilidade social era uma característica da sociedade francesa do século XI. A preponderância de normandos nesse movimento derivou, em grande parte, do fato de que, desde cerca de 1025, a Normandia estava convulsionada por uma guerra entre suas classes dominantes. Isso, típico de uma espécie de "revolução feudal", associado como em outras regiões da França à construção de castelos e à submissão de arrendatários de terras anteriormente livres, foi uma fase particularmente perturbada que alimentou, sem dúvida, o êxodo para o sul. A pacificação do ducado por Guilherme, o Conquistador, depois de 1050, parece ter-se baseado numa

política bélica contra as potências vizinhas; o ano de 1066 forneceu uma oportunidade que foi habilmente aproveitada. Depois, as chances foram abundantes para engrandecimento pessoal de normandos, através do serviço a reis normandos ou através de ligações familiares no sul. Para os mais ousados e mais afeitos à aventura, havia agora fronteiras a dilatar, colocando-as sob firme domínio normando.

Para as suas novas terras, os normandos levaram métodos militares baseados na cavalaria e nos castelos, métodos esses que tinham sido aprendidos na dura escola da França setentrional da época, e que eram acentuadamente superiores aos dos povos que estavam combatendo. Por toda parte os normandos levaram consigo as instituições vassálicas, o que deu coesão aos grupos de guerreiros que levavam a cabo as conquistas. A aquisição de terras por um senhor era sempre seguida pela transferência de boa parte dela do senhor para os seus vassalos. Assim, por exemplo, homens da região de Montgomery, na Normandia central, aparecem no Domesday Book como detentores de terras, no Shropshire, de seu senhor Roger de Montgomery. O resultado geral foi o mesmo na Itália meridional, embora aí as relações senhor-vassalo tenham sido freqüentemente criadas no decorrer da ocupação.

Em suas conquistas, os normandos encontraram dois dos mais altamente desenvolvidos sistemas administrativos da Europa ocidental. As instituições anglo-saxônicas, como o edito (writ), o tributo dos proprietários de terras à Coroa (geld) e o tribunal dos cem, foram plenamente exploradas pelos recém-chegados; o mesmo ocorreu em relação às administrações bizantina e siciliana. Apesar do declarado respeito pela lei inglesa, a Inglaterra normanda tornou-se, em muitos aspectos, uma sociedade colonial, com as novas catedrais e os novos e maciços castelos como símbolos do poderio dos intrusos, e o Domesday Book como símbolo de seu caráter implacável. No governo, precisamente porque chegaram como conquistadores e porque ocuparam todas as posições administrativas importantes, os normandos acrescentaram um elemento de exploração e de centralização que estimulou de forma notável os desenvolvimentos registrados no século XII, como o Erário Público (Exchequer) e as reformas legais de Henrique II.

Também no século XII, os objetivos políticos dos governantes normandos e de seus sucessores angevinos tornaram-se cada vez mais defensivos; o fluxo de emigrantes declinou depois de cerca de 1120. No sul, onde a entrada de normandos na Igreja e no governo tinha sido menos brutal, desenvolveu-se uma mistura variada de formas culturais e políticas francas, bizantinas, islâmicas e italianas, à medida que se dissipava a ligação com a Normandia. A existência independente do ducado da Normandia chegou ao fim quando foi conquistado pelo rei francês em 1204. Os monarcas ingleses continuaram

reivindicando a posse do ducado normando, sobretudo no decorrer da Guerra dos Cem Anos, e governadores e guarnições ingleses exerceram autoridade no ducado com maior ou menor êxito desde 1415 até o final da guerra na década de 1450. Ver Rogério II; Guilherme de Volpiano DB

□ CG. Haskins, The Normans in European History (1915); J.J. Norwich, The Normans in the South (1967); J. le Patourel, The Norman Empire (1976); D. Bates, Normandy before 1066 (1982)

Noruega A história política da Noruega na Idade Média é sumamente complicada, porquanto está intimamente ligada aos seus empreendimentos colonizadores e comerciais e é afetada, de maneira profunda, por suas relações com as outras comunidades escandinavas: a Dinamarca e a Suécia. Durante a Idade Viking (c. 800-1100), os marinheiros, mercadores, piratas e povoadores noruegueses estabeleceram colônias permanentes nas ilhas em torno da Bretanha (especialmente, e desde muito cedo, nas Shetland e nas Órcades); desempenharam um papel destacado no estabelecimento de centros urbanos na Irlanda e formaram uma extensa cadeia de povoadores predominantemente noruegueses através do Atlântico, nas ilhas Faroe, Islândia (c. 860-930) e Groenlândia. Tocaram até no litoral americano, certamente a Terra-Nova (Newfoundland) e, possivelmente, a costa oeste do continente em fins do século X.

Foi no contexto dessa era de mobilidade e fermentação que ganhou forma um reino unido da Noruega. Até esse ponto, a tendência parece ter sido o poder político assentar em famílias agrupadas em torno das três regiões distintas mais tarde associadas a Trondheim, no norte, os fiordes ocidentais e Bergen, e o fiorde Vik ou de Oslo no sul. Foi Haraldo I, o Louro, quem, após a batalha decisiva de Hafrsfjord (c. 890), unificou pela primeira vez a maior parte da Noruega; daí em diante, a idéia de um Estado norueguês nunca desapareceu completamente, muito embora a Noruega, de tempos em tempos, fosse virtualmente governada como província dependente por um ou outro dos seus vizinhos.

No final do século X e começos do seguinte, a adoção do Cristianismo fortaleceu o sentimento de unidade e também o poder potencial da realeza com Olavo Tryggvason (995-1000) e Olavo Haraldsson (1016-30). Olavo Haraldsson foi derrotado por Canuto, o Grande, e morto na batalha de Stiklestad quando tentava recuperar sua posição. Lendas propagaram-se rapidamente a respeito de sua morte e ele foi reconhecido como um santo, perpetuus rex Norvegiae. Canuto (m. 1035) tentou incorporar a Noruega firmemente ao seu império mas uma série de hábeis governantes, Magnus, o filho de Olavo (m. 1047), Haraldo Hardrada (1047-66), que morreu em Stamford Bridge, e o filho de Haraldo, Olavo, o

Pacífico (1066-93), restabeleceram a tradição monárquica nacional.

No século XII, o estabelecimento de um arcebispado em Trondheim marca um importante estágio na plena aceitação do reino setentrional no seio da comunidade cristã ocidental. Manter a autoridade real numa área tão extensa quanto a Noruega exigia um esforço constante e um estreito acordo com as comunidades locais regidas por suas próprias leis; e a violência nunca andou muito longe da cena política norueguesa. No reinado de Sverre (1184-1202), eclodiu um acerbo conflito entre a Igreja e o Estado, com o rei sustentando vigorosamente suas pretensões a controlar a nomeação para os bispados como forma de garantir um certo grau de disciplina real na sociedade norueguesa. Com Haakon IV (1217-63), a consolidação da autoridade política real atingiu um elevado ponto quando a Islândia e a Groenlândia se submeteram ao monarca norueguês, embora o domínio sobre as ilhas escocesas diminuísse, passando o grupo meridional à autoridade do rei escocês.

O final da Idade Média provou ser um período de declínio, em parte por causa de uma deterioração do clima e em parte por causa das severas devastações da Peste Negra. A união com a Suécia, no reinado de Magnus VII (1319-43), foi um fracasso, mas a Noruega, governada pela temível Margarida, esposa e depois viúva de Haakon VI (1343-80), foi a instigadora da criação da União de Calmar (1397), pela qual os países escandinavos estariam "eternamente" unidos sob o mando de seu sobrinho-neto e seus sucessores. A preocupação com a riqueza e a influência de mercadores alemães (Bergen entre um dos quatro principais "entrepostos" — com Londres, Bruges e Novgorod — da Liga Hanseática) continuou sendo um forte elemento na política norueguesa do período. A Suécia não tardou em mostrar descontentamento com os acordos de Calmar, embora só se retirasse formalmente da União em 1523. A Noruega manteve-se estreitamente vinculada e subordinada aos seus mais ricos vizinhos do sul, e foi um rei dinamarquês quem negociou a transmissão das Órcades e das Shetland para a Coroa escocesa no final da década de 1460.

□ T.K. Derry, A Short History of Norway (1957)

Notker (Balbulus), o Gago (c. 840-912) Bibliotecário e depois mestre na escola do mosteiro beneditino de St. Gallen, na Suíça. Sua fama repousa, em parte, em sua elegante e agradável composição de hinos e seqüências, e também em sua Vida de Carlos Magno, escrita em 883 ou 884, a qual contém muito material biográfico pouco conhecido, assim como sólido material histórico acerca do grande imperador.

□ Two Lives of Charlemagne, org. por L. Thorpe (1969)

Novgorod Fundada por mercadores escandinavos no início do século IX perto das nascentes dos rios que ligam o Báltico ao Mar Negro, Novgorod tornou-se o centro do novo reino da Rússia, sob a liderança do rei Rurik (862). Seu sucessor, Oleg, capturou a poderosa cidade de Kiev em 882, e o centro do poder entre os principados escandinavos-eslavos deslocou-se para ao sul. Novgorod, embora ainda fosse poderosa, aceitou a suserania dos príncipes de Kiev e tornou-se cada vez mais eslava em população, língua e vida institucional. Em 1019, o príncipe Yaroslav concedeu à cidade um estatuto que lhe permitia um considerável grau de autonomia. Quando o poder de Kiev declinou, os príncipes de Novgorod ampliaram sua autoridade e influência comercial. Com Alexandre Nevsky, a cidade derrotou os suecos no Neva (1240) e, dois anos depois, venceu a grande batalha sobre o gelo no Lago Paipus contra os cavaleiros teutônicos. A cidade pagou tributo aos tártaros mas, de um modo geral, sofreu menos do que outros Estados russos com os ataques mongóis e tártaros.

A riqueza da cidade tinha sólidas raízes no comércio. O fácil acesso ao eixo Báltico-Bizâncio através dos rios Volkhov, Lovat e Dnieper, e ao Mar Cáspio via Volga, testemunhou a ascensão da cidade que se tornou uma das principais pontes no comércio Oriente-Ocidente. Os mais importantes artigos de exportação eram peles, âmbar, mel e cera, assim como escravos, em troca de ouro, prata e sedas. A cidade tinha estreitos vínculos com o lucrativo comércio de especiarias e com a progressiva Liga Hanseática, que estabeleceu um dos seus principais entrepostos em Novgorod.

Durante o século XIV, guerras dinásticas locais envolveram a cidade, perturbando suas rotas comerciais. O progresso de Moscou como rival comercial favoreceu ainda mais o declínio da cidade como importante entreposto. A supremacia comercial de Moscou foi enfaticamente afirmada com a ajuda de duas esmagadoras derrotas militares em 1456 e 1471, e a superioridade moscovita completou-se com a anexação de Novgorod em 1478.

□ M.W. Thompson, Novgorod the Great (1967)

Nur ad-Din (1118-74) Líder muçulmano da Síria, cujo nome significa "Luz da Fé". Sucedeu a seu pai Zengi como senhor de Alepo em 1146. Recapturou rapidamente Edessa e, aproveitando-se das oportunidades políticas oferecidas pela Segunda Cruzada, ampliou cautelosamente sua autoridade. Em 1154 anexou Damasco, que passou a ser o centro do seu reino. Conquistou Trípoli (1167) e em 1168 colocou o Egito sob o seu controle. A desunião que tinha permitido aos cristãos avançar, estava agora então terminando, graças à criação por Nur ad-Din de um Estado muçulmano unido, embora às custas dos xiitas. Seu êxito popularizou a Guerra Santa contra os cruzados e seu uso de alianças temporárias e sistemática exploração das deficiências cristãs e suas discórdias internas geraram

contínuo sucesso. □ V. Eliséeff, Nur ad-Din (1966)

O

Odilon, Santo (962-1048) Nomeado quinto abade de Cluny em 994 por seu predecessor, Mayeul, Odilon fez parte de uma série de abades que primaram pela longevidade. Foi uma figura européia eminente, que se relacionou amistosamente com o imperador, o rei da França e o Papado. Envolveu Cluny mais intimamente nos problemas do mundo feudal ao atuar como árbitro em litígios seculares e ao apoiar as tentativas para limitar as guerras através da Paz e Trégua de Deus. Foi no abaciado de Odilon que Cluny recebeu a confirmação papal de seus extraordinários privilégios e ingressou em seu período de maior expansão, completando-se a formação da Ordem Cluniacense. Aludindo ao seu programa de edificação do próprio mosteiro, Odilon disse que o tinha encontrado de madeira e o deixava de mármore. Seu sucessor foi Hugo, escolhido não só por Odilon mas também pela irmandade.

□ L. Coté, St. Odilon, un Moine de l'An Mille (1969)

Odo (c. 1030-97) Bispo de Bayeux. Meio-irmão de Guilherme, o Conquistador, de quem recebeu o bispado de Bayeux em 1049, ele foi um patrono das artes e provavelmente quem encomendou as tapeçarias de Bayeux para a consagração de sua catedral em 1077. Desempenhou um papel ativo na batalha de Hastings e foi-lhe concedido o condado de Kent e vastas propriedades na Inglaterra, cujos lucros fizeram dele um dos homens mais ricos da Europa. Durante a ausência do rei na Normandia em 1067, Odo governou a Inglaterra junto com William FitzOsbern. Continuou sendo personalidade de destaque no conselho real e na administração pública até o momento em que caiu em desgraça e foi encarcerado (segundo parece, por conduta inepta em relação à política papal) em 1082. Após a morte de Guilherme (1087), foi solto mas banido da Inglaterra no ano seguinte pelo papel que desempenhou na fracassada revolta contra Guilherme II. Instalou-se na Normandia mas faleceu em Palermo, a caminho da Primeira Cruzada.

□ D.R. Bates, 'The character and career of Odo, Bishop of Bayeux", Speculum, I (1975)

Odo, Santo (879-942) Abade de Cluny. Após ter recebido formação militar, Odo converteu-se à vida religiosa, mas sua popularidade como eremita obrigou-o a ir a Paris, onde estudou as artes liberais e a dialética. Atraído pela fama de São Berno, Odo juntou-se-lhe e foi nomeado diretor da escola de Baume. Em 927, foi nomeado por São Berno o segundo abade de Cluny. Desfrutava de uma considerável reputação de santidade pessoal e foi o responsável, em grande parte, pelo estabelecimento de Cluny como o centro da reforma beneditina e pelo alicerçamento de sua futura grandesa. Mas, não se limitou a

Cluny: com o respaldo do Papado, também esteve ativo na reforma de numerosos mosteiros, incluindo Fleury e Monte Cassino.

□ E. Amman, Odon de Cluny (1931)

Offa, dique de Formando a fronteira tradicional entre a Inglaterra e o País de Gales, esse impressionante aterro corre, embora não continuamente, do estuário do Dec no norte até o rio Wye no sul. Construído pelo rei Offa de Mércia (757-96), é um tributo à autoridade que ele exercia desde o Humber até o Canal da Mancha. A antiga opinião de que se tratava de uma fronteira negociada é insustentável; o dique constitui claramente uma formidável barreira e proteção contra o roubo de gado.

□ C. Fox, Offa's Dyke (1955); D. Hill, An Atlas of Anglo-Saxon England (1981)

Olavo II Haraldsson, Santo rei da Noruega 1016-30 (n. c. 995) Descendente de Haraldo, o Louro, Olavo viveu como um viking até seu batismo em Rouen (c. 1013). Em 1015, reivindicou seu direito ao trono norueguês e no ano seguinte era proclamado rei da Noruega. Consolidou e ampliou a obra de seu predecessor, Olavo I Tryggvason (c. 995-1000), a fim de promover o Cristianismo por todo o país, mas sua severidade e zelo geraram grande hostilidade. Em 1028, Canuto encontrou escassa oposição quando chegou a Trondheim, onde foi proclamado rei. Olavo fugiu para a Rússia mas voltou para tentar recuperar seu reino com um exército pagão e predominantemente estrangeiro; foi morto na batalha de Stiklestad. Apesar de sua impopularidade, um importante culto cresceu rapidamente depois que começaram a circular notícias de milagres após a sua morte; e em 1164 Olavo foi declarado o santo padroeiro da Noruega. Em 1035, seu filho Magnus foi universalmente aceito como rei da Noruega.

□ G. Jones, The Vikings (1968)

Omar Khayyam (c. 1050-1123) Natural de Nishapur, na Pérsia, Ornar Khayyam foi astrônomo, matemático e poeta. Em conseqüência de sua obra e reputação em álgebra, foi convidado pelo sultão seljúcida Malik Shah para realizar as observações astronômicas que resultaram numa reforma do calendário. Ficou mais conhecido, porém, como o poeta de Rubaiyat, uma coletânea de quadras ou rubais.

□ The Rubaiyat of Ornar Khayyam, trad. E. FitzGerald(1859) [Ornar Khayyam, Rubaiyat, trad. O. Tarquínio de Sousa, Rio, José Olympio, 14ª ed., 1969]

Omíada, dinastia Baseados em Damasco, os omíadas tornaram-se a família governante que dominou o mundo muçulmano de 660 a 750, quando importantes revoltas culminaram em sua queda e no surgimento dos abássidas. Um sobrevivente , Abd el-Rahman, fugiu

para a Espanha e aí estabeleceu uma dinastia muçulmana com seu centro em Córdova, a qual floresceu nos séculos IX e X. Ver Abd el-Malik
□ [B. Lewis, Os árabes na História, Lisboa, Estampa, 1982]

Ordem Terceira de São Francisco Fundada originalmente pelo santo como a Ordem da Penitência, com o objetivo de habilitar leigos devotos de ambos os sexos a participarem na vida religiosa dos franciscanos, embora permanecendo em seus próprios lares e famílias, e ganhando seu próprio sustento. Organizados de acordo com sua própria Regra, a qual lhes foi inicialmente dada por Ugolino (c. 1221) e depois ampliada e autorizada pelo papa Nicolau IV, os Terciários realizaram capítulos, compartilharam devoções e praticaram obras de caridade. No século XIV, a Ordem dividiu-se em dois grupos: os 'Terciários seculares" e uma nova Ordem Terceira Regular com clausura. Muito ativos na Itália, os Terciários atraíram principalmente os membros da classe artesanal. Entre os Terciários notáveis figuram Santa Isabel da Hungria, Raimundo Lúlio e (possivelmente) Cristóvão Colombo.
□ J.R.H. Moorman, A History of the Franciscan Order (1968)

Ordericus Vitalis (c 1075-1143) Nasceu perto de Shrewsbury de pais anglo-normandos e foi educado em Saint-Evroul, na Normandia, onde passou grande parte da vida ocupado em escrever sua História Eclesiástica desde 1109 até a data de sua morte. A maior parte dessa obra trata de eventos seus contemporâneos ou quase contemporâneos, e fornece uma soberba visão da história geral do mundo anglo-normando, a par da história local da abadia de Saint-Evroul.
□ M. Chibnall, The World of Ordericus Vitalis (1982) [Historiae Ecclesiasticae, org. por Le Prevost, 5 vols, Paris, Renouard, 1838-1855]

Oresme, Nicolau de (c. 1320-82) Bispo de Lisieux. Enquanto mestre na Universidade de Paris, Oresme associou-se a Jean Buridan, reitor da Universidade, numa séria tentativa de exame e modificação da ciência aristotélica. Concentrando-se na mecânica dos corpos em movimento, a obra de ambos assinalou um importante passo em direção aos futuros progressos de Da Vinci, Copérnico e Galileu. Oresme também escreveu um tratado sobre moeda, que teve grande influência sobre a teoria econômica do final da Idade Média. Exonerou-se da Universidade para tornar-se cônego e depois deão de Rouen, antes de ser nomeado capelão de Carlos V. Em 1377 foi nomeado bispo de Lisieux.
□ Nicholas d'Oresme, De Moneta, org. por C. Johnson (1956)

Orígenes (c. 185-c. 254) Um dos maiores teólogos e exegetas orientais da Igreja cristã,

Orígenes lecionou em Alexandria até ser banido em 232. Fundou uma outra escola em Cesaréia mas, em 250, durante as perseguições do imperador Décio, foi detido e torturado, indo morrer em Tiro. Suas numerosas obras teológicas incluem a Hexapla, uma sinopse crítica do Antigo Testamento, e Contra Celso (c. 248), uma apologia do Cristianismo em resposta à Verdadeira Doutrina (c. 168), do pagão Celso. Rigoroso asceta de raiz ortodoxa, Orígenes foi acusado de heresia devido ao seu enfoque filosófico da doutrina cristã em De Principiis (Sobre os Primeiros Princípios). Sua influência como teólogo persistiu muito além de sua denúncia por Justiniano I em 543.

□ G.W. Butterworth, Origen on first principies, org. por H. de Lubac (1966); H. Chadwick, Early Christian Thought and the Classical Tradition (1966)

Orléans, Concílio de (10 de julho de 511) Assembléia de 32 bispos gauleses (representando predominantemente o recém-conquistado sul), convocada pelo rei merovíngio Clóvis. Ratificou a sua nova criação da Francônia, elaborando uma declaração das relações do rei com a Igreja. Os primeiros 10 cânones tratavam de assuntos pertinentes à autoridade real: o direito de asilo; a permissão régia para ordenações; usos aceitáveis de magnanimidade real para com as igrejas; freqüência de clérigos na corte real em busca de favores; ordenação de escravos; apropriação de Igrejas arianas tomadas aos godos e emprego de seus ministros. Ali foi delineado o âmbito da intervenção real, não excessiva, e tacitamente aceito o direito romano da Igreja (apoiando-se no Código Teodosiano). Os cânones também promoveram o envolvimento do rei no patrocínio da Igreja.

□ J.M. Wallace-Hadrill, The Long-haired Kings (1962)

Orósio Sacerdote espanhol que fugiu para Hipona em 414 a fim de escapar às invasões bárbaras. Sob a orientação de seu mentor, Santo Agostinho, produziu numerosas obras em defesa da ortodoxia. A primeira, sobre a origem da alma humana, fez sua reputação. Foi enviado em 415 para debater com Pelágio perante o bispo João de Jerusalém, mas o resultado foi inconclusivo. O relatório episcopal enviado a Roma pôs em dúvida a ortodoxia de Orósio e provocou a sua famosa refutação das acusações, bem como dos argumentos pelagianos, no Liber Apologeticus Arbitrii Libertate. Finalmente, Agostinho pediu-lhe que produzisse um suplemento histórico da sua própria Cidade de Deus.

Essa obra, concluída em 418, propôs-se combater o argumento muito popular na época segundo o qual a queda de Roma foi diretamente causada por sua conversão ao Cristianismo. Conforme o título indica, a Historiarum adversus Paganos Libri Septem foi dividida em sete livros, uma estrutura que sugeriu paralelos bíblicos. O tema do

Cristianismo perseguido e triunfante que domina a obra explica a sua popularidade. [Paulo Orósio nasceu em 390 na antiga província romana de Portus Cale, muito provavelmente em Braga, de cuja sé primaz foi presbítero, e faleceu em 431. Não é lícito considerá-lo espanhol mas hispânico, uma vez que ao conceito de territorialidade estava ainda longe de corresponder um de nacionalidade. NT]
□ Seven Books of History against the Pagans, org. por I.W. Raymond (1936); B. Lacroix, Orose et ses idées (1965)

Orsini, família Importante família nobre de Roma. O lendário fundador dos Orsini, chamado Orso ("urso"), teria sido criado por um urso doméstico e chegado a Roma por volta de 425. Aquela família também reivindica como seus ancestrais dois papas, Estêvão II e Paulo I, e vários outros santos e bem-aventurados, como São Bento e sua irmã, Santa Escolástica. A família adquiriu proeminência no século XII, simultaneamente com seus inimigos, os Colonna, outra importante família em Roma. Grandes latifundiários ao norte de Roma, os mais famosos membros da família foram os papas Celestino III (1191-98) e Nicolau III (1277-80).
□ G.B Colonna, Gli Orsini (1955); J.A.F. Thompson, Popes and Princes 1417-1517 (1980)

Oseberg, barco de Barco viking encontrado em 1903 em Oseberg, a oeste do fiorde de Oslo. Tem 21,5 metros de comprimento, com 15 pares de remos, e está construído em madeira de carvalho (c. 800), mas não foi projetado para viagens de alto-mar. Sobrevivem muitos artigos tumulares, incluindo martelos e uma carroça, com belas obras de talha representando animais, como na cabeça de serpente da proa. Os restos de duas mulheres foram encontrados no barco, sustentando-se geralmente que se tratava da rainha Asa, avó de Haraldo, o Louro, e de uma serva. A provável data do sepultamento é o final do século IX. Ver Gokstad, barco de
□ A.W. Brögger e H. Shetelig, The Viking Ships (1951)

ostrogodos (godos do Leste) Um dos dois principais ramos dos godos que foram forçados a deslocar-se para oeste sob a pressão dos hunos. Seu império estendia-se do Don ao Dniester, confinando com o litoral do Mar Negro. Subjugados pelos hunos por volta de 370, reapareceram em 487 marchando sobre Constantinopla. O imperador Zenão, para afastar o perigo, encarregou Teodorico, o chefe ostrogodo, de invadir a Itália e subjugar Odoacro, líder dos confederados germânicos que estavam governando a Itália, em nome do imperador.

Em 493, Teodorico já tinha obtido o completo controle da Itália, governando com competência a península desde Ravena e ampliando sua influência a oeste, na Provença e

na Espanha visigótica. A administração imperial sobreviveu sob o seu governo, e o Senado romano reconheceu Teodorico como representante imperial. Os ostrogodos eram cristãos arianos, mas tolerantes, e conseguiram, de um modo geral, dar à Itália uma geração de paz, graças à sua prática de governar os ostrogodos e os romanos separadamente, tendo feito muito poucos esforços no sentido da fusão ou da assimilação. No final do reinado de Teodorico, a chamada "conciliação ostrogoda" estava diluindo-se e houve uma série de perseguições, no decorrer das quais foi morto o grande filósofo Boécio.

Em 553, os ostrogodos estavam divididos, em virtude da política desastrosa dos sucessores de Teodorico, e Justiniano, o imperador do Oriente, aproveitou a oportunidade para restabelecer a autoridade imperial. Em 533, após uma luta implacável e prolongada, o reino ostrogodo desmoronou. Não deixou marcas permanentes nas instituições ou na cultura peninsulares, mas desempenhou um papel crucial na transmissão das estruturas anteriores. Ver Totila [168]

□ W. Goffart, Barbarians and Romans 418-584: The Techniques of Accomodation (1980); T.S. Burns, A History of the Ostrogoths (1984)

Osvaldo, Santo rei da Nortúmbria c. 633-41 (n. c. 605) Enquanto Eduíno foi rei da Nortúmbria (616-32), Osvaldo, filho de Etelfrith, predecessor de Eduíno, viveu exilado em Iona, onde se converteu ao Cristianismo. Em 632, Eduíno foi morto por Cadvalon, que por sua vez foi assassinado por Osvaldo no ano seguinte. Osvaldo foi aceito como rei por Deira e Bernícia, as duas antigas divisões da Nortúmbria, e durante a maior parte do seu reinado foi suserano da Inglaterra ao sul do Humber. Um dos grandes reis cristãos, Osvaldo promoveu a expansão do Cristianismo ao introduzir no reino missionários celtas vindos de Iona, dirigidos por Santo Aidan. Em 641, foi morto em combate pelo rei pagão Penda de Mércia, e seu culto como santo e mártir propagou-se rapidamente.

□ EM. Stenton, Anglo-Saxon England (1971)

Oto I, o Grande rei da Alemanha 936-73 (n. 912) Coroado imperador do Sacro Império Romano em 2 de fevereiro de 962 em Roma, Oto é lembrado como o fundador do primeiro Reich, que uniu a Alemanha e a maior parte da Itália num só Império, e também como virtual fundador do reino da Alemanha. Seu pai, Henrique I (919-36), tinha preparado o caminho com o desenvolvimento de um forte e sólido ducado na Saxônia, salvaguardando a fronteira setentrional contra os dinamarqueses; assumira a liderança na resistência militar contra os eslavos no leste e, sobretudo, contra os magiares, que estavam no auge de seus ataques devastadores na Europa ocidental. Em 926, a Lorena tinha entrado decisivamente na órbita alemã, com o duque prestando vassalagem ao monarca alemão; e Oto I subiu ao

trono de um reino que cobria nominalmente os cincos grandes ducados dos primórdios da Alemanha medieval: a sua saxônia natal, a Francônia, a Lorena e os ducados meridionais da Suábia e da Baviera. Em sua coroação, Oto enfatizou a posição subordinada dos duques, que receberam funções de dignitários reais durante a cerimônia.

Suas tentativas iniciais para controlar os ducados nomeando parentes seus para o exercício da função ducal só obtiveram um êxito parcial. A primeira tentativa de Oto de intervenção nos assuntos italianos (950-51) foi provocada, em parte, pela necessidade de impedir que seu irmão Henrique, duque da Baviera, e seu filho Lindolfo, duque da Suábia, exercessem uma política independente em relação à Borgonha e ao norte da Itália. A intervenção provou ser um êxito sob vários aspectos: fortaleceu a autoridade real alemã no antigo Reino Central (Lorena, Borgonha e Lombardia), atraiu o apoio papal e, no campo pessoal, permitiu que Oto (um viúvo) esposasse Adelaide, uma descendente da casa Carolíngia, ligando assim seus destinos à tradição de Carlos Magno. Nova reorganização dos cargos ducais teve lugar após a rebelião de Lindolfo em 953, e o prestígio de Oto atingiu seu ponto culminante em 955 com a devastadora derrota que inflingiu aos magiares na batalha do rio Lech, perto de Augsburgo. O talento militar, associado a uma forte política de fronteiras, garantiu a Oto firmar-se claramente como líder de todo o povo alemão; os soldados aclamaram-no como imperator após a vitória do Lech.

No tocante à administração, ele confiou cada vez mais em clérigos que lhe eram leais e cujas terras não estavam sujeitas à posse hereditária. A criação de uma forte igreja alemã (a Igreja Otoniana) foi ditada pela necessidade. Campanhas vitoriosas contra os eslavos (nas quais teve papel destacado Herman Billung, nomeado para o ducado saxônico) foram acompanhadas de intensos esforços missionários. As inquietações em torno da criação de um novo arcebispado em Magdeburgo contribuíram para a segunda e decisiva intervenção de Oto na Itália (961-62). Um apelo papal de ajuda contra inimigos particulares foi atendido e Oto marchou sobre Roma, onde foi coroado imperador. A um breve período de harmonia papal-imperial seguiu-se drástica ação por parte do novo imperador: a deposição do papa João XII e a eleição de papas favoráveis à causa imperial. Oto consumiu muito tempo e energia estabilizando a sua posição na Itália, no decorrer do que ajustou um casamento entre seu filho Oto II, o Vermelho, e uma princesa bizantina, Teófane.

O âmbito e a natureza de suas atividades colocaram a Alemanha e a Itália em duradoura associação, e também cimentaram as estreitas relações entre a nova realeza alemã e a Igreja. Um renascimento cultural, de inspiração primordialmente latina e Carolíngia, algumas vezes chamada de Renascença Otoniana, gerou uma nova manifestação de vida cultural ocidental, sobretudo nos domínios da arquitetura, escultura e

artes pictóricas. HRL

□ K. Leyser, Rule and Conflict in a Early Medieval Society: Ottonian Saxony(1979), Medieval Germany and its neighbours, 900-1250 (1982)

Oto III imperador do Sacro Império Romano 983-1002 (n. 980) Neto de Oto, o Grande, e filho de Oto II (973-83), o terceiro rei-imperador desse nome sucedeu no trono quando era ainda criança. Duas regências competentes, a primeira sob o controle de sua mãe Teófane (983-89) e depois de sua avó Adelaide (990-94), testemunharam a força intrínseca do sistema otoniano. O jovem príncipe foi criado sob forte influência imperial e, em sua curta vida, mostrou ser um dos mais romanos dos governantes germânicos. Seus candidatos ao Papado, Gregório VI (996-99) e o muito hábil e erudito Gerberto d'AuriIlac, Silvestre II, encorajaram suas idéias imperiais, mas a intransigência romana e o ressurgimento da política eslava, sobretudo na Polônia, impediram a realização de seus mais ambiciosos planos. Seu ativo encorajamento de intelectuais e artistas levou o renascimento cultural do período otoniano a novas conquistas.

□ [R. Folz, L'idée d'Empire en Occident du V au XV siècle, Paris, Aubier, 1953]

otomanos, turcos A palavra "Otomano" deriva do nome do fundador da dinastia, Otman I (m. 1326), que concentrou o poder do Estado turco em suas próprias mãos e utilizou os ghãzis (guerreiros muçulmanos fanáticos que realizavam incursões predatórias, razzia, para cumprir a jihăd ou guerra santa contra os cristãos) com a finalidade de empreender uma coerente política de expansão. Inicialmente o sucesso foi lento, mas com o sucessor de Otman, Orkhan (1326-62), essa política prosseguiu: Nicéia caiu em 1331, Nicomédia em 1337 e Gallipoli em 1354, assim dotando os otomanos de uma base permanente na Europa. Divisões cristãs internas facilitaram a tarefa dos otomanos e, sob o comando de Murad I (1362-80), o avanço foi acelerado: Adrianópoles caiu em 1363 e em 1371, na batalha de Cirnomen, os Estados sérvios meridionais foram desbaratados. Nis e Sófia foram capturadas em 1386, e a oposição dos Estados sérvios setentrionais foi vencida em Kosovo, em 1389. No reinado de Bajazet I (1389-1403), Constantinopla foi colocada sob bloqueio perpétuo e a ofensiva cristã para defendê-la foi destruída em Nicópoles (1396).

A administração muçulmana estava sobrecarregada pela rapidez e escala dos ganhos obtidos e, numa tentativa de manutenção de sua identidade cultural nas novas terras, os muçulmanos iniciaram uma série de guerras locais na Turquia contra outros Estados muçulmanos. Entretanto, em 1402, Bajazet foi capturado e suas forças sofreram pesada derrota em Ankara, infligida por Tamerlão. O Estado Otomano foi temporariamente fragmentado por herança até voltar a ser reunificado por Maomé I (1413-21) que, com o

seu sucessor Murad II, restabeleceu o ideal da ghãzi e da jihãd. Em Varna (1444) e Kosovo (1448), contra-ofensivas húngaras foram desbaratadas e Constantinopla em 1453 caiu em poder das forças de Maomé II. Este (1451-81) continuou avançando na Europa: Belgrado foi sitiada em vão em 1456, mas Atenas seria capturada em 1458. Vastas áreas da Ásia Menor e da costa do Mar Negro caíram em poder dos otomanos, assim como a Sérvia (1459) e a Bósnia (1463-64). As dimensões das conquistas restringiram novos avanços e o fervor por vitórias abrandou de forma considerável. Ver Bajazet I HRL

□ P. Sugar, South-Eastem Europe under Ottoman Rule 1354-1804 (1977)

Ottobono Fieschi Papa em 1276. Natural de Gênova, era sobrinho do papa Inocêncio IV (1243-54), que o elevou ao cardinalato. No pontificado de demente IV (1265-68), Ottobono foi enviado à Inglaterra para atuar como mediador entre o rei Henrique III e seus barões rebeldes. A paciência, perseverança e talento político de Ottobono ajudaram na elaboração do Acordo de Kenilworth (1266), que levou os rebeldes baroniais à obediência e os conselheiros reais à razão, pondo fim à guerra civil. O novo acordo foi reforçado pelo Estatuto de Marlborough. Ottobono também pregou uma Cruzada numa campanha bem planejada que usou a energia, o zelo e a habilidade dos frades mendicantes. Seu programa de reforma eclesiástica culminou em suas Constituições, promulgadas no Concílio de Londres em 1268. Em 1276, Ottobono foi eleito papa como Adriano V mas faleceu cinco semanas depois.

□ F.M. Powicke, The Thirteenth Century 1216-1307(1953)

Owain Gwynedd príncipe de Gwynedd 1137-70 (n. c. 1109) Em 1137, sucedeu a seu pai Gruffydd ap Cynan (1081-1137) no trono de Gwynedd, cujo território abrangia a maior parte da Gales do Norte. Enquanto a Inglaterra estava envolvida em guerra civil, Owain usou sua habilidade como político e militar para ampliar as fronteiras do reino. Em 1157, Henrique II comandou a sua primeira campanha contra Owain, que terminou numa trégua. Seis anos depois, o Conselho de Woodstock tentou reduzir os príncipes galeses do status de clientes ao de vassalos, e a sublevação resultante foi liderada por Owain Gwynedd e Rhys ap Gruffydd da Gales do Sul. A segunda tentativa de Henrique de subjugar o País de Gales fracassou de maneira ignominiosa e deixou Owain livre para conquistar os castelos de Basingweirk e Rhunddlan (1166-67). Tendo desafiado abertamente Henrique em 1168, ao oferecer ajuda a Luís VII de França, Owain manteve sua posição independente até a morte. Deixou uma reputação de magnanimidade e sabedoria.

□ R.R. Davies, Conquest, Coexistence and change: Wales 1063-1415 (1987)

Oxford Cidade situada na bacia do Tâmisa Superior, na confluência do Tâmisa com o Cherwell, local de passagem para ambos os rios, de boas comunicações e defesa. Era uma povoação Saxônica, mencionada pela primeira vez em 912 (Crônica Anglo-Saxônica) quando Eduardo, o Velho, tomou posse dela e provavelmente a fortificou. Aparece no Domesday Book como uma cidade de mercado que ficou sob a jurisdição da família d'Oilli, a qual construiu seu castelo, três pontes e o priorado de Oseney (1129). Seu desenvolvimento como um próspero burgo foi complicado no final de século XII pelo surgimento da Universidade, mencionada pela primeira vez em 1184, embora Oxford já fosse provavelmente um centro acadêmico. A fundação da Universidade pode ter sido parcialmente devida à dificuldade de acesso à Universidade de Paris durante o conflito de Henrique II com Becket (1164-69). Foi ampliada pelos frades e estudantes parisienses na década de 1220 e os primeiros colégios (Balliol, Merton e Universidade) foram fundados na segunda metade do século. A cidade não acolheu com bons olhos essa nova e turbulenta comunidade. A Idade Média testemunhou a luta da Universidade em prol de autonomia, maior autoridade e resistência cívica, ocasionando muitos encontros sangrentos (sobretudo em 1209, 1248, 1263, 1298, e o massacre de Santa Escolástica em 1355). O apoio real e papal asseguraram o triunfo da Universidade em meados do século XV.

Em contraste com Paris, Oxford favoreceu o Quadrivium, tornando-se um centro de estudos científicos e matemáticos. Mas também mostrou conservadorismo, ao promover o platonismo e o agostinianismo. Dentre os notáveis intelectuais e humanistas de Oxford estavam Edmund Risch, Roberto Grosseteste, Roger Bacon, Duns Scotus, Ockham e Wycliffe.

□ CE. Mallet, A History of the University of Oxford, vol. I (1968)

Oxford, Provisões de (1258) Documento constitucional que os barões forçaram Henrique III a aceitar após uma turbulenta reunião em Oxford. Os barões estavam alarmados e eram hostis aos privilégios concedidos a favoritos estrangeiros, aos pedidos de pesados tributos e à evidente degradação dos grandes cargos públicos do Estado, em favor de administradores da casa real. Nos dois anos subseqüentes, a Inglaterra foi governada pelo que era virtualmente um conselho oligárquico de barões, destacando-se entre eles Simão de Monfort, cunhado do rei, e Richard de Clare, conde de Gloucester. As detalhadas Provisões, corretamente descritas como uma tentativa de dirigir uma monarquia sem um rei, provaram ser, em última instância, inviáveis; mas, em sua invocação do espírito da Magna Carta e em sua obtenção geral de moderado apoio, ajudaram a afirmar o princípio de constitucionalismo na monarquia inglesa que sobreviveu à subseqüente guerra civil e à ascensão ao poder supremo, seguida pela derrota, de Monfort.

□ R.F. Treharne, The Baronial Plan of Reform (1932); Documents of the Baronial Movement of Reform and Rebellion 1258-67, org. por I.J. Sanders (1973)

paganismo (do latim paganus, aldeão, homem do campo) Termo geralmente aplicado às religiões politeístas, se bem que, durante a Idade Média, referia-se também, com freqüência, a religiões monoteístas não-cristãs (Islamismo e Judaísmo).

O paganismo clássico persistiu até o século VI e outros importantes cultos pagãos incluíram os deuses teutônicos dos povos germânicos e o Aesir dos vikings. O avanço do Cristianismo flutuou em toda a Europa, com ocasionais recaídas e incursões pagãs; a Lituânia foi o último baluarte pagão, convertido em 1386. A magia e o ocultismo, freqüentemente associados a religiões pré-cristãs, persistiram, porém, durante toda a Idade Média, mesmo num contexto cristão, e o Cristianismo absorveu e adaptou freqüentemente locais, festividades e práticas pagãos para facilitar a conversão; a fusão inicial produziu amiúde interessantes culturas híbridas.

A introdução humanista medieval das obras de autores pagãos clássicos (Platão e Aristóteles) e de escritos judaicos e islâmicos provocou muita polêmica, sobretudo durante o século XIII, e contribuiu de forma significativa para o pensamento medieval.

□ The Conflict between Paganism and Christianity in the Fourth Century, org. por A.D. Momigliano (1963); P. Brown, the World of Late Antiquity (1971)

Países Baixos Estritamente falando, os "Países Baixos" compreendem as áreas ao redor dos estuários do Reno, Mosa e Escalda, terras hoje divididas politicamente entre a Holanda, a Bélgica, o Luxemburgo e pequenas seções da França e da Alemanha. Durante a maior parte da Idade Média, os Países Baixos estiveram divididos em numerosos condados, ducados e principados, cuja característica principal, depois do século XI, foi uma próspera vida urbana. As persistentes divisões lingüísticas entre populações de fala românica (valões) e de fala germânica (holandeses, frisões e flamengos) refletiram e exageraram a complexidade das estruturas políticas.

Nos começos da Idade Média, os frisões forneceram um importante elemento comercial, conservando sua religião pagã até fins do século VIII, quando foram absorvidos no Império Franco de Carlos Magno. Após a partilha do Império Carolíngio em 843, os Países Baixos foram incorporados ao Reino Central da Baixa Lorena de Lotário; mas, nesse período, havia muita devastação causada pelas incursões vikings. Em 926, o grão-ducado da Lorena tornou-se parte do reino da Alemanha, embora a fronteira entre a Alemanha e a França dos Capeto permanecesse tensa e incerta. Com o tempo, os condados da Flandres e do Artois passaram para a França, enquanto que a Alemanha e o Império revivido

(depois de 962) receberam a vassalagem dos três príncipes-bispos de Utrecht, Liège e Cambrai, dos condados de Frislândia, Holanda/Zelândia (e os territórios que constituem agora a moderna Holanda), Luxemburgo, o condado de Namur e os ducados de Brabante e Limburgo.

No século XII, a vida comercial e industrial da área era próspera, desenvolvendo-se ao longo de uma das principais artérias de comunicação da Europa ocidental, ligando o sul à Inglaterra e ao Báltico através da bacia hidrográfica, com destaque para o Reno. Bruges tornou-se uma das feitorias para a Liga Hanseática. O comércio de panos era especialmente poderoso na Flandres e no Brabante, ao passo que Liège era universalmente reconhecida como um importante centro metalúrgico. O crescimento urbano em Bruges, Ypres, Gand, Liège e Dinant precipitou a turbulência social e lutas violentas entre senhores feudais e cidades, e entre guildas organizadas dentro das cidades, situação análoga à das grandes cidades italianas. A falta de unidade política foi em certa medida contornada, após um período de grande desordem social, pela casa borgonhesa no final do século XIV. Em 1384, Filipe II, o Temerário, duque de Borgonha, tornou-se o governante da Flandres, Artois, Nevers, Franco-Condado, Antuérpia e Malines. Seus sucessores ampliaram a herança, que em 1433 incluía a Holanda e a Zelândia. O crescimento urbano intensificou-se também em Dordrecht, Middelburg, Kampen, Zwolle e Deventer.

No século XV, surgiu uma indústria de construção naval e centros comerciais floresceram em Amsterdã, Haarlem, Haia, Delft e Roterdã. Desenvolveu-se uma vida cultural e religiosa sumamente rica, buscando inspiração em fontes francesas e alemãs. A fundação da Universidade de Louvain em 1423, a obra da Irmandade da Vida Comum e a tradição mística (Jan van Ruysbroeck), e sobretudo o surgimento da importante escola de arte flamenga do século XV forneceram notáveis exemplos da vitalidade da sociedade dos Países Baixos no final da Idade Média. Ver Flandres; Artevelde, Jacques van HRL

□ The Netherlands, org. por B. Landheer (1943); F.E. Huggett, The Modern Netherlands (1971)

Paleólogo Família bizantina latifundiária, proeminente na época dos Comneno. Em 1258, Miguel VIII Paleólogo (1258-82) fez-se co-imperador do Império de Nicéia na menoridade de João IV. Em 1259, derrotou uma coalizão latina em Pelagônia e em 1261 ocupou Constantinopla, instalando seu filho Andrônico II como co-imperador. O Império Bizantino era restaurado após 57 anos de domínio latino.

Miguel VIII enfrentou três problemas principais: os planos ocidentais de Reconquista, o desafio dos governantes gregos do Epiro e as incursões turcas em Nicéia. A diplomacia, incluindo o acordo para a reconciliação das Igrejas (o que acabou por tornar a dinastia

imensamente impopular) e a conivência nas Vésperas Sicilianas (1282), superou amplamente as primeiras duas ameaças, mas o problema turco era mais difícil. Andrônico II teve um longo e desastroso reinado, exceto por sua Renascença cultural. A união da Igreja foi dissolvida, as finanças atolaram-se, as incursões turcas aumentaram e os mercenários catalães contratados entregavam-se à pilhagem desenfreada. Seu neto Andrônico III (1328-41) instigou a guerra civil, forçando-o a abdicar. A Ásia Menor foi perdida para os turcos na década de 1330 e optou-se por uma nova política de consolidação européia.

A guerra civil seguiu-se à morte de Andrônico III e arrastou-se até 1347, quando seu filho João V (1354-91) e João Cantacuzeno se tornaram co-imperadores. Eclodiu a peste, a ameaça otomana avolumou-se e João V foi forçado a reconhecer-se vassalo do sultão. Seu filho Manuel II (1391-1425) procurou ajuda ocidental contra os turcos, mas essa Cruzada foi derrotada (1396) e foi o chefe mongol Tamerlão quem os deteve em 1402. Essa pausa foi seguida de um tratado entre bizantinos, turcos, Gênova e Veneza. Manuel II interferiu na política otomana mas não pôde proporcionar uma segurança concreta ao Império, que com sua morte voltou a estar submetido aos turcos. Seu sucessor, João VIII (1425-48), procurou auxílio ocidental e, portanto, solução para o cisma (1439). Em 1443 começou uma Cruzada abortada, que logo terminou numa trégua. O irmão de João VIII, Constantino XI (1448-53), morreu combatendo quando Constantinopla caiu em poder dos turcos, em 1453. Em 1454, Escolários foi ordenado patriarca sob o domínio turco: não havia mais imperadores. MB

□ D.J. Geanakoplos, Emperor Michael Paleologus and the West (1959); D.M. Nicol, The Last Centuries of Byzantium (1972); R. Browning, The Byzantine Empire (1980)

Papado As pretensões do Papado, o bispado de Roma, à chefia suprema da Igreja Católica estão profundamente enraizadas na crença em que o bispo de Roma é o sucessor de São Pedro, o principal dos Apóstolos, a quem o Cristo teria confiado o governo de Sua Igreja na terra. O trocadilho implícito no texto super hanc petram (sobre esta pedra fundei a minha igreja) teria muita força na Idade Média, quando a configuração política do mundo mediterrâneo serviu para incrementar a autoridade papal. Havia cinco patriarcados na Igreja primitiva, e quatro deles (Constantinopla, Antioquia, Jerusalém e Alexandria) permaneceram na órbita dos mundos bizantino e muçulmano. Somente Roma sobreviveu no Ocidente, e o prestígio da antiga capital foi transmitido à sociedade medieval pelo bispo de Roma, herdeiro das tradições imperiais e cristãs. O papel desempenhado pelo papa Leão I ao persuadir Átila a deixar a Itália no começo da década de 450 passou para o domínio da lenda.

Foi São Gregório Magno quem estabeleceu firmemente a primazia do Papado, sobretudo em questões legais. Sua proteção do povo romano, seu constante encorajamento e exortação a outros bispos e arcebispos no Ocidente, e o início da conversão dos ingleses, alicerçaram a esfera efetiva de autoridade do Papado medieval. Os perigos de que o Papado degenerasse em mero episcopado lombardo foram superados no século VIII pela intervenção dos francos; e a coroação de Carlos Magno como imperador pelo papa Leão III, em Roma, no dia de Natal de 800, simbolizou o novo quadro político do mundo ocidental. Reivindicações teóricas de primazia continuaram sendo comuns nos séculos seguintes, especialmente no pontificado de Nicolau I (858-67), embora na maioria dos casos os imperadores teocráticos das dinastias Carolíngia e Otoniana tendessem a ser dominantes.

A grande crise do século XI, conhecida como Questão das Investiduras, provocou dramática mudança. Sob a direção do imperador Henrique III, o Papado pôde libertar-se do controle exercido sobre ele pelas facções aristocráticas de Roma. Durante a menoridade de seu filho Henrique IV (1056-1106), o Papado encontrou um aliado nos normandos do sul da Itália para contrabalançar o poderio militar alemão. A afirmação dos princípios de eleição cardinalícia deu equilíbrio à sua própria posição constitucional interna. O papa Gregório VII (Hildebrando), no decorrer de seu turbulento pontificado, colocou o Papado reformado em novo e dinâmico rumo. Humilhou Henrique IV, forçando-o à submissão em Canossa. Por sua intensa atividade no seio da Igreja e em relação aos governantes seculares da Europa, ele colocou o Papado na posição centralizada e centralizadora de força que iria conservar ao longo dos dois séculos seguintes. O papa Urbano II pregou a Primeira Cruzada em 1095, e o século XII viu a influência e o poder papais aproximarem-se de seu auge. Um século depois de Canossa, o imperador Frederico Barba-Ruiva submeteu-se ao papa Alexandre III em Veneza (1177), e o papa Inocêncio III levou o Papado ao apogeu, influenciando eleições imperiais, atuando como árbitro universal no Ocidente, encorajando as Cruzadas e a ação contra os hereges, e colocando-se na vanguarda do movimento em prol da reforma moral no grande Quarto Concílio de Latrão, realizado em 1215.

O próprio êxito do Papado acarretou sérias complicações; o envolvimento excessivo na política e nas finanças gerou ressentimento. O papa Bonifácio VIII formulou pretensões extremas de supremacia na bula Unam Sanctam durante as celebrações do jubileu de 1300, mas sua humilhação por agentes do monarca francês em Agnani, em 1303, mostrou onde estava, de fato, o verdadeiro poder. O exílio em Avignon (1309-78) e o Grande Cisma entre Roma e Avignon (1378-1417) dominaram a política papal no final da Idade Média. O

conflito foi resolvido com a eleição de Martinho V no Concílio de Constança em 1417, mas a reforma foi deixada (com apenas moderado êxito) nas mãos dos novos papas e, em fins do século XV, os papas ostentavam muitos dos atributos de autênticos príncipes da Renascença. Ver conciliar, movimento; Decretais Forjadas; Doação de Constantino; Gelasiana, doutrina; indulgências; Inquisição; Investiduras, Questão das; ver também concílios e papas individualmente registrados

□ W. Ullmann, The Growth of Papal Government in the Middle Ages (1962); B. Tierney, The Crisis of Church and State 1030-1300 (1966); B. Tierney, The Origins of Papal Infallibility (1972); W. Ullmann, A Short History of the Papacy (1972); J. Richards, The Popes and the Papacy in the Early Middle Ages (1979) [G. Barraclough, Os papas na Idade Média, Lisboa, Verbo, 1972; M. Pacaut, Histoire de Ia Papauté, Paris, Fayard, 1976]

Paris Cidade que ocupa uma importante posição geográfica numa fértil planície vizinha da confluência dos rios Oise, Marne e Yonne com o Sena, e na junção de estradas provenientes do Mediterrâneo, da Aquitânia e da Espanha. Seu núcleo, a Ile de la Cité, foi estabelecido pela tribo céltica dos Parisii e recebeu o nome de Lutetia quando caiu sob domínio romano em 52 a.C. O Cristianismo foi introduzido por St. Dinis no final do século III e propagado por São Martinho no século IV. A ameaça de ataque por Átila (451) foi evitada pelas orações de Santa Genoveva e as ações do general romano Aécio.

Paris foi capturada pelo rei merovíngio Clóvis, tornando-se sua capital em 508; mas depois da transferência da capital ordenada por Chilperico (567), Paris caiu na obscuridade. Em 845 foi saqueada pelos vikings e em 885, sob a liderança do bispo Gozlin e do conde Eudes, sustentou galhardamente prolongado cerco viking. Em 987, Hugo Capeto, duque de Paris, tornou-se rei e, com ele e seus sucessores, Paris passou a ser a capital permanente da França.

Os séculos XI e XII presenciaram um comércio florescente, o desenvolvimento de negócios em artigos de luxo e muita atividade de construção, sobretudo nos reinados de Luís VI (1108-37), Filipe Augusto e São Luís IX.

Um importante fator no desenvolvimento da Paris medieval foi a Universidade, originada das escolas da catedral e que veio a ser reconhecida em 1200 por Filipe Augusto. Tornou-se o grande centro transalpino do ensino teológico ortodoxo e do tomismo. A partir da década de 1220, as Ordens Mendicantes ampliaram seu ensino e, durante os séculos XIII e XIV, a Universidade de Paris foi o mais famoso centro de saber da Cristandade, tendo entre seus professores Alexandre de Hales, São Boaventura, Alberto Magno e Tomás de Aquino. A Paris medieval foi importante pela combinação das funções de capital política, de centro mercantil e de maior centro intelectual e artístico da Europa

setentrional.

A segunda metade do século XIV e a primeira metade do século XV testemunharam uma radical mudança na sorte de Paris. A partir de 1346 esteve sujeita às invasões inglesas e, apesar da recuperação parcial com Carlos V, foi abalada pela disputa borgonheses/armagnacs, que se arrastou de 1410 até cerca de 1429. Foi finalmente reconquistada aos ingleses (1436-41) e desfrutou de um período de calma, seguido de sua restauração como centro das artes e letras no reinado de Francisco I (1515-47). MB

□ M. Druon, The History of Paris (1969); M. Mollat, Histoire de I'lle de France et de Paris (1971)

Paris, Matthew (c. 1200-59) Monge beneditino que ingressou no mosteiro de St. Albans por volta de 1217, onde o grande Scriptorium forneceu o necessário para satisfazer seus interesses literários. Suas primeiras obras foram hagiográficas, mas seu profundo interesse pela história contemporânea refletiu-se na ajuda que prestou ao primeiro grande cronista da abadia, Roger de Wendover, a quem substituiu por volta de 1236. Em 1248, foi à Noruega para reformar a casa beneditina da ilha de Nidarholm, regressando em 1249 ou 1250. O resto de sua vida foi dedicado às suas composições históricas.

Personalidades de seu tempo, como Henrique III ou Haakon IV da Noruega, buscaram sua companhia na esperança de que a posteridade recebesse descrições favoráveis a seu respeito. Como historiador crítico, Paris carecia da percepção aguda de Beda, da análise judiciosa de Guilherme de Newburgh ou do poder de síntese de Guilherme de Malmesbury. Entretanto, essas deficiências ajudam a explicar, em parte, sua popularidade. Sua compilação indiscriminada de informação apresentada em estilo fluente é de uma riqueza a ser explorada pelos historiadores. Seus preconceitos, franca e veementemente expressos, incutem colorido à sua escrita, quer esteja contra a autoridade tirânica, contra os frades (a quem detestava) ou contra os tributos papais. Era um artista de mérito que se deleitava iluminando seus manuscritos, histórias e itinerários, com desenhos e esboços brilhantes, especialmente valiosos por seus detalhes arquiteturais e topográficos, e pela informação dada sobre heráldica e vestuário. Ele aparece como um indivíduo egoísta cujos julgamentos nem sempre são confiáveis. O seu melhor biógrafo moderno fala dele como um "tagarela impertinente". Seu acesso a lugares importantes, sua curiosidade e, sobretudo, sua diligência e habilidade como comunicador asseguram-lhe um lugar entre os mais notáveis historiadores da Idade Média. [233, 319]

□ R. Vaughan, Matthew Paris (1958)

Paris, Paz de (4 de dezembro de 1259) Acordada entre Henrique III da Inglaterra (1216-72) e Luís IX da França (1226-70). Embora ambos os monarcas estivessem comprometidos pela trégua de Chinon (1214), o conflito a respeito das possessões inglesas na França não tinha sido solucionado e surtos bélicos esporádicos prosseguiram até a abertura de negociações em 1257, por insistência do papa Alexandre IV. Henrique III foi seduzido pela oferta papal da Coroa da Sicília para seu filho Edmundo, e da Coroa imperial para seu irmão Ricardo da Cornualha. As negociações também foram estimuladas por pressão dos barões de Henrique e sua necessidade de resolver o problema do dote de Eleanor, esposa de Simon de Montfort.

Pelo tratado, Henrique renunciava às suas pretensões sobre a Normandia, Maine, Anjou e Poitou, e sobre as dioceses de Limoges, Périgueux e Cahors; Luís reconheceu sua suserania na Gasconha, desde que Henrique se tornasse seu vassalo e par de França. As outras contra-concessões de Luís eram, em sua maioria, promessas (entrega do Agenais e de Quercy a Henrique, após a morte de Afonso), e quase tudo era impreciso e passível de obstrução jurídica. Luís também se comprometeu a pagar o custo de 500 cavaleiros durante dois anos, e Henrique concordou em que Luís depositasse 15.000 marcos esterlinos, dedutíveis da soma total pagável a Henrique pela Paz (o dote de Eleanor). A Paz foi um arranjo dinástico e um bom exemplo da diplomacia ocidental, mas também um complicado instrumento feudal que culminaria numa série de arbitragens e, finalmente, em guerra. Não obstante, ofereceu 35 anos de paz imperturbada a Henrique III e Eduardo I, permitindo a solução de muitos conflitos internos.

□ R.F. Treharne, The Baronial Plan of Reform 1258-63(1932); F.M. Powicke, The Thirteenth Century (1953); J. Le Patourel, "The Origin of the War", em The Hundred Years' War, org. por K. Fowler (1971)

Parlamento A partir da década de 1230, tornou-se comum na Inglaterra descrever certas importantes assembléias como parlamentos. A palavra significava simplesmente "entrar em negociações, conferenciar": era uma reunião entre o rei, seus ministros, os magnatas e os prelados para discutir importantes questões de Estado — judiciais, políticas e financeiras — e para receber e responder a petições. O Parlamento era o instrumento de governo do rei; ele o convocava e dissolvia, e determinava sua agenda. Salvo em circunstâncias extraordinárias, o rei assim continuou procedendo até finais da Idade Média. Entretanto, as repetidas disputas entre a Coroa e os magnatas, e os efeitos da guerra intermitente com a França e a Escócia, para não mencionar vastas mudanças sociais, influenciaram profundamente o modo como o Parlamento se desenvolveu.

Sua composição passou por algumas mudanças significativas. Embora o número de

magnatas leigos variasse muito no começo, um grupo fixo ou pariato parlamentar foi criado no século XV. Representantes do clero inferior foram convocados no final do século XIII e no século XIV, mas sua importância declinou após a separação de convocação por iniciativa do Parlamento, depois de 1340. Além disso, a prática de convocação de representantes dos condados e burgos para o Parlamento, especialmente quando estava sendo estudada e discutida a tributação, tornou-se mais freqüente em fins do século XIII e habitual a partir de meados do século XIV. Simultaneamente, o Parlamento foi transformado de uma reunião ocasional na qual eram feitos negócios, numa instituição com sua própria organização e procedimentos distintos, e um lugar reconhecido na maquinaria governamental. A partir da década de 1330, dividiu-se gradualmente em duas casas, com os nobres e os prelados (a câmara alta) deliberando separadamente dos representantes dos condados e burgos (a câmara baixa ou Comuns) que, depois de 1376, passaram a ter seu próprio porta-voz ou líder. No século XV, o Parlamento converteu-se numa grande assembléia nacional cujos estatutos eram superiores ao direito consuetudinário e sem cujo acordo nenhum imposto válido podia ser criado.
CHK

□ Historical Studies of the English Parliament, org. por E.B. Fryde e E. Miller (1970); G.O. Sayles, The King's Parliament of England (1975); The English Parliament in the Middle Ages, org. por R.G. Davies e J.H. Denton (1981)

Páscoa, data da O Concílio de Nicéia (325) fixou a Páscoa no domingo seguinte à primeira lua cheia depois do equinócio da primavera, e aprovou o método alexandrino de cálculo, para essa ocorrência. Os alexandrinos adotaram 21 de março como o dia do equinócio vernal, e usaram um "ciclo pascal" de 19 anos para lidar com o fato conhecido de que o ano solar consistia em 365 dias e uma fração indeterminada. Do século V em diante, esse sistema foi cada vez mais adotado no Ocidente, substituindo os que eram favorecidos pelas Igrejas romana, franca e céltica.

□ M. O'Connell e A. Adam, The Liturgical Year (1981)

Patrício, São (c. 390461) O Patrício histórico está escondido em lendas hagiográficas, muitas vezes inventadas para consolidar as pretensões do primaz de Armagh. Alguma informação idônea pode ser obtida em sua própria obra: Confessio é uma descrição autobiográfica de seu desenvolvimento espiritual e de sua missão; a Epístola a Coroticus atacou o tráfico de escravos britânico e aqueles clérigos que o toleravam, enquanto que Lorica (loriga ou cota de malha) é um tratado devocional. Patrício era filho de um decurião (chefe de pessoal do palácio) britânico e, na juventude, foi capturado por traficantes de

escravos e vendido na Irlanda. Foi usado como pastor e, em seu isolamento, passou por uma profunda conversão espiritual.

Escapou para o continente com a intenção de voltar como missionário, e recebeu algum treinamento para o sacerdócio antes de ser enviado de volta à Irlanda para suceder ao bispo Paládio por volta de 434. Sua atividade missionária limitou-se ao norte e oeste da Irlanda; estabeleceu sua sé em Armagh, perto da residência do rei mais poderoso da época, além de outras sés. Seus escritos são deselegantes mas impregnados de profunda sinceridade. Usou a escrita de um modo pessoal para atacar o paganismo e o culto do sol de seu tempo. Estudos recentes diminuíram os elementos mais fabulosos que passaram a estar associados a Patrício, revelando um missionário devoto e humilde que provavelmente desempenhou um papel decisivo, ainda que limitado, na introdução do Cristianismo na Irlanda. Ver Igreja irlandesa [201]

□ K. Hughes, Church in Early Irish Society (1966); R.P.C. Hanson, St. Patrick: His Origins and Career (1968)

Paulo, o Diácono (730-99) Educado na corte lombarda do rei Rachis de Pavia, produziu uma célebre cronologia poética da história mundial e uma importante edição do Breviarum ab Urbe Condita, a história romana de Eutrópio. Quando os reinos lombardos caíram em poder de Carlos Magno, Paulo foi para Monte Cassino mas acabou sendo atraído para Aix-la-Chapelle, onde permaneceu em 782-86.

Seu conhecimento de Virgílio, Ovídio e Lucano asseguraram o alto apreço em que era tido, confirmado por sua edição de De Verborum Signifícatione, importante fonte de latim arcaico e direito. Sua fama repousa na incompleta Historia Langobardorum, uma vivida história dos lombardos no período 688-744. Seu principal objetivo era enfatizar o triunfo do Cristianismo sobre o paganismo. O uso magistral de antigos esboços históricos, documentos eclesiásticos e de sua própria memória, fizeram dessa obra uma fonte essencial de informação sobre a cultura lombarda.

□ C. Wickham, Early Medieval Italy 400-1000 [1981)

Pedro III, o Grande rei de Aragão 1276-85 (n. 1239) Filho de Jaime I (1213-76), auxiliou seu pai na Reconquista, mas seu casamento com Constança, filha de Manfredo Hohenstaufen, em 1262, desviou gradualmente suas atenções para o Mediterrâneo oriental. Manfredo tinha sido substituído como rei da Sicília pelo aliado papal Carlos de Anjou, mas o brutal governo deste último assegurou a formação de bolsões de descontentamento que procuravam obter apoio em alguma parte. A pretensão de Pedro, através da esposa, assegurou seu interesse e ele passou a apoiar os rebeldes em sua luta, a qual culminou

com as Vésperas Sicilianas (1282), quando os angevinos foram expulsos. Pedro viajou para a Sicília, sendo proclamado rei ao desembarcar, ignorando a vigorosa oposição papal. O papa Martinho IV (1281-85) respondeu excomungando Pedro e entregando o trono da Sicília ao filho do rei francês. Martinho encorajou uma Cruzada contra os aragoneses, comandada por Filipe III, mas o seu avanço foi sustado por uma epidemia e ainda mais debilitado pelas mortes, na mesma época, de Filipe III e de Carlos de Anjou. Quando Pedro faleceu em fins de 1285, seu reino estava assegurado e a separação da Sicília em relação à Itália meridional tornara-se uma característica da cena política européia.
□ J.N. Hillgarth, The Spanish Kingdoms, vol. I (1976-78) [S. Runciman, Vísperas Sicilianas, Madri, Alianza, 1979]

Pedro Damião, São (c. 1007-72) Estudante em Parma, Modena e Faenza, ensinou por breve período antes de ingressar na vida religiosa em Fonte Avellana, em 1035. Oito anos depois era eleito prior de uma congregação de eremitas e aí elaborou, para seu uso, uma Regra eremítico-cenobítica. Com o ativo encorajamento do papa Leão IX e da Cúria, escreveu duas obras de grande influência: o Liber Gratissimus, que defende a validade das ordens conferidas gratuitamente por simoníacos, e o Liber Gonorrhianus, que atacou a decadência moral do clero no século XI.

Estêvão IX fê-lo cardeal em 1057 mas, ao invés de Humberto da Silva Candida e de Gregório VII, Pedro Damião acreditava que o movimento de Reforma devia envolver também o imperador. Não obstante, provou ser um vigoroso papista no apoio a Alexandre II contra o antipapa, e foi largamente usado como embaixador romano em casos delicados. Em 1059, solucionou o conflito entre o arcebispo de Milão e os patarinos. Em 1063 defendeu a isenção de Cluny em sua disputa com o bispo Hugo de Mâcon, enquanto que em 1069 estava em Mogúncia tentando resolver as dificuldades conjugais de Henrique IV e sua esposa Bertha. Morreu tentando reconciliar Ravena com o papa.

Foi um escritor prolífico; sua obra sobrevivente consiste em mais de 170 cartas, 53 sermões e 7 biografias. Seus escritos teológicos enfatizam a prática, mais do que a teoria, preferindo ensinar mais pelo anedótico do que pela apresentação metódica.
□ A. Fliche, La Réforme Grégoríenne, vol I (1924); J.P. Whitney, "Peter Damian", Cambridge Historical Journal, I (1925); B. Tierney, The Crisis of Church and State 1050-1300 (1964)

Pedro de Castelnau (m. 1208) Nomeado pelo papa Inocêncio III em 1199 como legado papal no Languedoc para ocupar-se da heresia albigense, Pedro obteve a retratação do conde Raimundo VI de Toulouse e ingressou depois na Ordem Cisterciense em Fontfroide, por volta de 1202. Novas tentativas para combater a heresia inicialmente fracassaram; e

alguns êxitos posteriores também foram limitados, mesmo quando tiveram o apoio de Domingos (fundador da Ordem Dominicana) e uma forte presença Cisterciense, em grande parte por causa da não-cooperação do conde Raimundo. Em 1207, Pedro excomungou o conde e decretou a interdição de suas terras. Um partidário fanático de Raimundo assassinou Pedro, aparentemente sem a cumplicidade do conde; a reação papal, instigada pelo assassinato, levou à deflagração da Cruzada Albigense.

□ B. Hamilton, The Albigensian Crusade (1974)

Pedro Lombardo (m. 1160) Treinado nas escolas de direito do norte da Itália, Pedro foi por volta de 1140 para Paris estudar teologia, orientado por São Bernardo. Durante quase 20 anos aí ensinou teologia, tornando-se bispo de Paris em 1159. O seu Liber Sententiarum (quatro livros de Sentenças, por volta de 1150) foi durante séculos o compêndio clássico de teologia. Apresenta uma engenhosa exposição da organização eclesiástica e uma síntese dos argumentos teológicos conflitantes, mas seu plano é claramente influenciado por Sic et Non de Abelardo. Suas Sentenças eram para a teologia o que o Decretum de Graciano era para o direito Canônico. Ambas as obras, ou Summae, desempenharam um papel decisivo na preocupação do século XII em consolidar o saber passado na base de novos debates. Ver Renascença do século XII

□ Renaissance and Renewal in the Twelfth Century, org. por R.L. Benson e G. Constable (1982)

Pedro, o Eremita (c. 1050-1115) Granjeou fama como pregador carismático da Primeira Cruzada no norte da França. Em 1096, sua eloqüência ajudou a reunir uma numerosa, mal treinada e inadequadamente equipada força que foi aniquilada pelos turcos a caminho da Terra Santa; os sobreviventes escaparam para Constantinopla.

Pedro juntou-se aos principais exércitos cruzados no ano seguinte mas desempenhou um papel vergonhoso na batalha de Antioquia (1098). Após a captura de Jerusalém pelos cruzados em 1099, ele regressou à Europa e tornou-se prior dos cônegos regulares de Santo Agostinho em Neufmontier (Bélgica).

□ [S. Runciman, Historia de las Cruzadas, 3 vols., Madri, Alianza, 1973, vol. 3]

Pedro, o Venerável (c. 1092-1156) Abade de Cluny e figura influente na Renascença monástica e literária do século XII, Pedro sucedeu a Pons como chefe espiritual da Ordem em 1122, resistindo a poderosas tentativas para declarar inválida a sua sucessão. A turbulência de seus primeiros anos provocou vigorosos ataques contra a Ordem, levando Pedro a defender o ethos cluniacense e a iniciar uma série de reformas. Em 1132, os dirigentes dos estabelecimentos filiados foram convocados à casa-mãe para ouvir um

programa de austeras regulamentações. Em 1147, seus estatutos, rivalizando com os cistercienses, reduziram ainda mais o fausto em alimentação, vestuário e ostentação.

Fora do mosteiro, o tom da maior parte do trabalho de Pedro foi a paz e a cordura. Em 1140, obteve a reconciliação para Abelardo, após sua condenação em Sens. Pedro almejava desviar as energias ortodoxas de seu tempo, canalizada contra os sarracenos, para o diálogo fecundo e a conversão — encomendou a primeira tradução latina do Alcorão — em vez da guerra e da conquista. Entretanto, ele próprio esperou promover uma aliança contra o Império Bizantino. Embora eclipsado nas esferas monástica e eclesiástica por Bernardo de Claraval, Pedro foi um conselheiro muito apreciado e correspondeu-se com as mais destacadas figuras da Cristandade. Foi chamado "Venerável" por São Bernardo e por Frederico Barba-Ruiva.

□ J. Kritzeck, Peter the Venerable and Islam (1964); G. Constable, The Letters of Peter the Venerable (1967)

Pedro, Vinténs de Nome dado a uma taxa paga ao Papado por muitas comunidades européias. Parece ter tido origem na Inglaterra, onde era conhecida pelo nome de Peter's Bence e onde sua imposição (inicialmente associada à criação de uma Escola Inglesa em Roma por Ine de Wessex e reforçada por Offa de Mércia) teria sido regularizada por Alfredo e seus sucessores. Calculou-se mais tarde que consistia na coleta de um denário de cada lar "donde se evolasse fumaça". Em Roma, o pagamento passou a estar associado a idéias de tributo e submissão à suserania papal, mas Guilherme, o Conquistador, embora sancionasse a taxação dos Peter's Pence, negou expressamente o pagamento de vassalagem a Roma em 1080. Apesar das dificuldades na avaliação e coleta, os Vinténs de Pedro continuaram sendo pagos na Inglaterra durante toda a Idade Média e até a época da Reforma.

□ W.E. Lunt, Papal Revenues in the Middle Ages (1934)

Pelágio Provavelmente de origem britânica, chegou por volta de 380 a Roma, onde começou lecionando. Em 410 tinha-se mudado para a África, onde suas idéias tiveram a oposição de Aurélio, bispo de Cartago (411). Segundo Pelágio, a vontade humana é completamente livre, capaz do bem e do mal. A graça divina é extremamente concedida de acordo com os méritos de cada um, sendo seu propósito facilitar meramente aquilo que o livre-arbítrio pode fazer por si mesmo; assim, o pecado de Adão foi puramente pessoal e não teve qualquer efeito sobre o resto da humanidade. Para Pelágio, a morte não é uma punição por pecados mas uma necessidade da natureza humana. Suas idéias levaram-no a atacar certas práticas: como nascemos todos sem pecado, não há necessidade de batismo

de crianças pequenas; além disso, a oração pela conversão de outros é inútil, visto que não pode ajudá-los; a redenção do Cristo só tem efeito como exemplo.

A argumentação de Pelágio suscitou uma torrente de oposição ortodoxa. O bispo de Cartago (411), Santo Agostinho (412), Orósio (415) e São Jerônimo (415) produziram obras de refutação. Em 417, uma conferência de bispos africanos persuadiu o papa Inocêncio I a excomungar Pelágio e a denunciar suas idéias como heréticas, embora mais tarde, nesse mesmo ano, o papa Zózimo I o aceitasse de volta ao seio da Igreja. Entretanto, o imperador Honório, com apoio papal, exilou Pelágio de Roma em 418 por causa de sua insistência em ensinamentos heréticos; e no XVI Concílio de Cartago, 214 bispos africanos condenaram sua doutrina. Um Concílio de Antioquia expulsou-o da Palestina no ano seguinte, e um vigoroso ataque desencadeado pela grande figura de Santo Agostinho de Hipona reduziu ainda mais a influência das idéias de Pelágio.

□ J. Ferguson, Pelagius: A historical and theological study (1956); J.N.L. Myres, "Pelagius and the end of Roman rule in Britain", Journal of Roman Studies, 50 (1960)

Pelavicini, Oberto (1197-1269) Poderoso latifundiário da fronteira Parma-Piacenza e, desde a década de 1230, partidário imperial que exerceu importante influência no desenvolvimento da Signoria italiana. Foi nomeado vigário imperial de Versilia, Lunigiana e Garfagna (1243) e, com a morte de Frederico II, tornou-se líder dos partidos locais que buscavam proteção contra as vitórias eclesiásticas. Em 1251, o rei Conrado nomeou-o capitão-geral e vigário do Império na Lombardia, "abaixo do Lambro". O centro de seu poder era Cremona, onde foi nomeado podestà em 1249 e "senhor perpétuo e podestà" em 1254. Sua influência ampliou-se durante a década de 1250, quando se tornou podestà vitalício de Piacenza, Pavia e Vercelli (1254). Seu poder declinou em 1257-58 diante da ameaça da Cruzada no norte da Itália. Foi expulso de Pavia e Piacenza mas logrou manipular a Cruzada para construir um domínio mais forte (fins da década de 1250). Tomou posse de Bréscia (1259-64), esteve associado ao governo da família Della Torre em Milão (1259-64) e regressou a Piacenza em 1261. Gozou de breve supremacia no Piemonte (1260-62). Entretanto, apesar do apoio do popolo, o seu poder assentou em alianças pró-imperiais e dissipou-se com o declínio dos Hohenstaufen. Oberto perdeu Milão e Bréscia (1264), Cremona (1266) e Piacenza (1267). Seu poder foi esporadicamente muito forte mas instável, porquanto não tinha uma estrutura unificadora, exceto o próprio Pelavicini. Deixou as instituições inalteradas mas exerceu influência decisiva ao decidir que o governo devia assentar não em ditaduras temporárias mas num governante vitalício, rompendo decisivamente com o conceito de comunas e estabelecendo o da futura Signoria.

□ J. Larner, Italy in the Age of Dante and Petrarch (1980)

pensamento político A Idade Média só produziu livros sobre o pensamento político a partir do século XIV, embora as idéias políticas fossem discutidas em escritos sobre grande número de outros assuntos. Isso resultou, em parte, da estrutura do syllabus nas escolas, e nas universidades, que começaram a se desenvolver a partir das escolas em fins do século XII. As sete artes liberais do Trivium e, em menor grau, do Quadrivium, eram ensinadas como base para estudos mais avançados em direito, medicina ou teologia. Mas, embora fossem elaboradas tabelas das "divisões da filosofia" e a política aí tivesse lugar como ramo da ética, não existia um compêndio conveniente a partir do qual a política pudesse ser ensinada; e assim, a par de um certo número de outras matérias em idêntica desvantagem, a política não se tornou uma disciplina escolar ou universitária.

Quando a Política de Aristóteles chegou ao Ocidente numa tradução latina no século XIII, essa situação começou a mudar. O assunto tornou-se interessante como nova disciplina, e desde logo apresentou uma dificuldade: deveria ser classificada como teórica e, por conseguinte, uma das ciências superiores, ou como uma ciência prática, inferior? A tentativa de caracterizar a política para fins de ensino está clara em dois dos primeiros empreendimentos em que se procurou escrever sobre pensamento político: a Monarquia de Dante e Defensor Pacis de Marsílio de Pádua. Dante tentou imitar Euclides e derivou seus argumentos inteiramente de três princípios primeiros, óbvios. Marsílio dividiu seu livro em Discursos; no primeiro, baseou seus argumentos na razão, ao passo que no segundo assentou seus pontos de vista na autoridade da Bíblia, pois acreditava que os aspectos seculares da política eram melhor analisados racionalmente; o lugar da Igreja no Estado só podia ser entendido a partir do que Deus tinha revelado sobre suas intenções em relação ao Estado.

Esses primeiros exemplos de escrita sobre pensamento político preocupavam-se, em parte, com as questões fundamentais acerca da natureza da sociedade a que Aristóteles tentara responder na Política. O homem é um animal social? Qual é a unidade natural da sociedade? Como começou a sociedade? Eles também se sentiram estimulados por uma preocupação com as questões de seu tempo e, em especial, o problema do relacionamento entre a Igreja e o Estado, com o que Marsílio se ocupa no seu segundo Discurso. São Bernardo tinha sintetizado a questão no começo da década de 1150 em sua extensa carta (formando um total de cinco livros) ao papa Eugênio III sobre os deveres de um pontífice, a De Consideratione libri quinque. Ele adaptou uma imagem usada em tempos patrísticos e baseada no texto de Lucas XXII, v. 38: "Senhor, eis aqui duas espadas." As duas espadas eram oferecidas a Jesus pelos discípulos que queriam salvá-lo da prisão. Sua resposta foi: "Basta" (Satis est). Considerou-se que essas "duas espadas" representam os poderes

secular e espiritual, respectivamente. Permaneceu em aberto a discussão sobre se Deus tinha dado ambas as espadas ao papa, que então emprestou uma ao imperador, ou se o poder temporal pertencia legitimamente ao imperador. A opinião de Bernardo era que o imperador estava subordinado ao papa.

Havia também a discussão de problemas e questões políticas ligadas ao estudo do direito. Os estudos jurídicos tinham florescido durante o século XII com glosas sobre os códigos de direito romano que tinham sobrevivido, e novas codificações do direito Canônico. A maior parte dessa atividade estava dirigida para detalhes das próprias leis, mas algumas questões gerais foram suscitadas, e a natureza da própria lei foi definida. Santo Tomás de Aquino, no século XIII, discutiu extensamente a lei em seu compêndio de toda a teologia, a Summa Theologica. Seu principal interesse era demonstrar o relacionamento entre o direito e a graça de Deus que transcende e completa a lei; mas, ao considerar a própria lei, Aquino postula uma divisão entre lei natural e lei divina, e ainda uma outra divisão entre lei natural e lei humana. A lei divina é imutável e eterna; as leis naturais durarão enquanto o mundo natural perdurar, mas as leis humanas devem mudar com as vicissitudes das necessidades humanas, e serão diferentes de sociedade para sociedade.

Sobretudo, as discussões de teóricos políticos do final da Idade Média, e de seus predecessores (que tinham escrito sobre uma variedade de assuntos envolvendo algumas reflexões acerca de tais matérias), assentavam em determinados pressupostos. Estes são claramente vistos na Cidade de Deus, de Santo Agostinho, escrito nas décadas seguintes à queda de Roma (410). Numerosos refugiados de Roma chegaram ao norte da África, onde Agostinho era bispo, e disseram ser impossível acreditar num Deus que deixava perecer um Império Cristão. Agostinho respondeu com uma série de livros sobre o funcionamento da divina providência e uma miríade de outros temas, nos quais distinguiu entre a cidade terrena e a cidade celestial. A cidade terrena pertence àqueles, vivos ou mortos, que não são bons cristãos. A cidade celestial é composta de todos os bons cristãos, neste mundo e no próximo, e de todos os anjos bons — de fato, todos os cidadãos do Céu. Essa dimensão extraterrena, transcendente e sobrenatural, está presente em todo o pensamento político do milênio seguinte. Quando um autor medieval considera o propósito do Estado, ele pode responder como Marsílio, falando em termos de paz, ou descrevendo a felicidade a usufruir numa comunidade que fornece uma "vida suficiente". Mas tais noções nunca são meramente aristotélicas, nunca estão limitadas à paz ou à felicidade só nesta vida. Há sempre algo mais; o Estado contempla um futuro para os seus cidadãos em que o bem-estar de suas almas será mais importante do que o seu atual conforto material.

O mundo da política real intrometeu-se relativamente pouco nos escritos dos

primeiros séculos medievais nessa área. João de Salisbury escreveu Policraticus na década de 1160, no qual ele não faz quase nenhuma referência ao Estado feudal onde viveu e trabalhou, e prefere falar de uma res publica imaginária, de tirania e de uma forma de cidadania que ele nunca conheceu mas a cujo respeito leu em Cícero e em outros autores romanos. Somente com a ascensão das cidades-Estado a um novo nível de refinamento e com o crescimento das cidades em toda a Europa, é que a idéia de cidadania tornou-se uma realidade para grande número de pessoas. Dante e Marsílio escreveram dentro de um mundo urbano. Desse mundo surgiram pensamentos sobre os direitos dos cidadãos e seu poder para escolher e demitir seus líderes, o que iria dar ao pensamento político um timbre mais moderno após o final da Idade Média. Ver Guilherme de Ockham; Jean (Quidort) de Paris; Lucas de Penna; Petit, Jean
GE

□ A.P. d'Entrèves, The Medieval Contribution to Political Thought (1939); Trends in Medieval Political Thought, org. por B. Smalley (1965); W. Ullmann, A History of Political Thought: The Middle Ages (1965); Q. Skinner, The Foundations of Modern Political Thought, vol. I (1978) [W. Ullmann, Princípios de gobierno y política en la Edad Media, Madri, Revista de Occidente, 1971]

Pepino III, o Breve rei dos francos 751-68 (n. 714 ou 715) Filho de Carlos Martel, ele e seu irmão Carlomano colocaram o merovíngio Childerico III no trono dos francos ocidentais, embora continuando a exercer o poder efetivo como prefeitos do palácio. Em 747, Carlomano renunciou, retirando-se para o mosteiro de Monte Cassino. Pepino, influenciado pelo duplo ataque de São Bonifácio às discórdias internas e à ameaça bárbara, procurou e recebeu a ajuda do papa Zacarias (741-52) na remoção de Childerico, que foi forçado a abdicar. Pepino foi ungido como rei, possivelmente por Bonifácio, desse modo introduzindo na Gália ecos das tradições bíblicas e das unções da Espanha visigótica. Em 754, o papa Estêvão II (752-57), sob pressão dos avanços militares das forças do rei Astolfo, fugiu para a corte de Pepino, onde realizou um memorável acordo. O papa Estêvão concedeu a Pepino o título imperial de patricius romanorum, ungiu-o de novo e a seus dois filhos, Carlos e Carlomano, e obrigou os francos a escolherem seus futuros reis somente entre os descendentes de Pepino. Este, em troca, prometeu ajudar a restaurar, para o papa, as terras imperiais ligadas ao exarcado de Ravena e ao ducado de Roma. Duas campanhas (754 e 756) cumpriram essas obrigações e forneceram a base dos Estados pontifícios. Nesse meio tempo, Pepino desempenhou vários papéis imperiais: expulsou os muçulmanos de Septimânia e repeliu as ameaças dos frísios e saxões na Renânia. Estavam criadas as bases para a expansão de Carlos Magno e para a idéia de um reino

explicitamente cristão estabelecido com firmeza no reino franco.
□ J.M. Wallace-Hadrill, The Long-Haired Kings 1962; E. James, The Origins of France: from Clovis to the Capetians 500-1000 (1982)

Pérsia Os acontecimentos na Pérsia (o moderno Irã) tinham repercussões na história da Europa medieval, sobretudo de uma forma indireta. A dinastia nativa Sassânida, esgotada por sua longa luta com Bizâncio, desmoronou em 641 sob o impacto da primeira grande ofensiva muçulmana, e a Pérsia só veio a recuperar uma identidade política própria com a ascensão da dinastia Safávida ao poder, no início do século XVI. Os persas eram adeptos de uma forma xiita militante da religião muçulmana, diferenciando sua comunidade da massa de observância muçulmana sunita. Reduzida ao status de província, a Pérsia aceitou o domínio muçulmano e a conversão ao Islã. Sua história política foi infeliz e, por vezes, desastrosa sob os domínios de Damasco, Bagdá ou dos mongóis, mas substancial contribuição foi oferecida à civilização mundial por intelectuais, filósofos e cientistas como Avicena e Albiruni que, na língua árabe, transmitiram alguns dos produtos da herança persa e do mundo helênico.
□ Cambridge History of Islam, org. por P.M. Holt, A.K.S. Lambton e B. Lewis (1970); The World of Islam, org. por B. Lewis (1976)

Peruzzi, família Uma das mais antigas famílias florentinas, os Peruzzi desempenharam um papel decisivo na vida política e econômica da cidade de Florença de meados do século XIII até meados do século XIV. Na segunda metade do século XIII, uma companhia mercantil dedicada a uma extensa variedade de empreendimentos comerciais foi formada por Filippo di Amideo Peruzzi. A influência da companhia, sobretudo nos negócios bancários, não tardou em ser sentida em toda a Itália e logo em outras partes da Europa, como a França e a Inglaterra (por exemplo, forneceram os recursos financeiros para muitas das iniciativas de Eduardo III). A ascensão da poderosa família Medici em Florença e a falência da companhia Peruzzi na década de 1340 foram as principais responsáveis pela sua perda de prestígio em anos subseqüentes.
□ A. Sapori, The Italian Merchant in the Middle Ages (1970)

pesos e medidas Até a criação e adoção geral do sistema métrico, os pesos e medidas variaram muito, uma vez que foram padronizados de modo diferente em cada país ou região, e alguns quase em cada aldeia. Têm, não obstante, uma forte semelhança de família, uma vez que em sua grande maioria se baseavam em unidades naturais (polegada, isto é, medida do dedo polegar; pé) ou em unidades romanas e germânicas (onça, libra, grão, marco); essas categorias, é claro, não se excluíam mutuamente, visto que unidades

"naturais" estão subentendidas, com freqüência, nas unidades romanas e germânicas. Havia, inclusive, algumas sobrevivências pré-romanas, como a légua e a arpent francesas.

As unidades oriundas dessas várias fontes não tinham inicialmente qualquer relação natural recíproca, e as modificações ocorreram quando alguma autoridade pública adotou uma delas como padrão e definiu outras como múltiplos ou frações desse padrão, fazendo, por exemplo, o pé ter precisamente 12 polegadas, embora o pé humano médio fique aquém disso. Mesmo as que, à primeira vista, parecem ser unidades excêntricas e muito arbitrárias, como a vara de 16,5 pés e a stone de 7 libras, têm usualmente alguma explicação racional. Muita confusão foi causada pela aplicação de termos latinos a medidas que podiam ser da mesma natureza e ordem de grandeza de suas congêneres romanas, mas não derivavam delas nem lhes eram, de fato, idênticas.

Os padrões foram inicialmente obtidos por avaliação da média — era esse o princípio subjacente nas várias espécies de "grão" e foi usado, com freqüência, para estabelecer um "pé" local — ou através da preferência arbitrária de alguma autoridade pública. Os próprios padrões (ou estalões), de pedra ou metal, eram usualmente guardados a sete chaves em alguma repartição do governo, enquanto que cópias certificadas eram postas à disposição do público nos mercados ou afixados nas paredes de igrejas ou municipalidades. As medidas de agrimensor nas cartas salernitanas do século IX são expressas, por vezes, em termos de um padrão metálico fixado na parede da catedral de Nápoles, e a medida conhecida como "pé de São Paulo", largamente usada na Inglaterra em fins da Idade Média, estava gravada num pilar da catedral de São Paulo.

A primeira distribuição documentada de padrões metálicos na Inglaterra data de 1196-97, mas os mais antigos que sobreviveram (em Winchester) datam de uma distribuição executada em 1357; somente a partir do século XVI estão disponíveis conjuntos completos das unidades de comprimento, volume e peso. O mesmo ocorreu, de um modo geral, em toda a Europa. Mesmo quando existia um padrão, havia uma tendência constante para desconsiderá-lo em favor de alguma medida local tradicional, ou para modificá-lo no uso através da operação do que pode ser chamado o princípio da "dúzia do padeiro". O pano seria vendido com pollicibus, sendo colocado um polegar na extremidade da jarda metálica, e recomeçando a medição pelo outro lado; consentia-se, por tradição, que o prato da balança contendo artigos vendidos a peso descesse um pouco mais, em vez dos dois pratos ficarem exatamente equilibrados. Tais descontos assim introduzidos viriam finalmente a ser incorporados aos próprios padrões, resultando na jarda escocesa de 37 polegadas e no quintal de 112 libras.

Os equivalentes métricos dados em obras modernas de referência para unidades

medievais não se baseiam usualmente em padrões medievais sobreviventes mas nos usados em cada localidade no início do século XIX. As dimensões desses foram apuradas com grande precisão quando diferentes partes da Europa passaram a adotar o sistema métrico e os metrologistas supuseram, um tanto confiantes, que os padrões não tinham mudado, pelo menos de forma apreciável, desde a Idade Média. Existe somente um conjunto extenso de números antigos, os estabelecidos na década de 1760 por Mathieu Tillet por solicitação da Academia de Ciências francesa, embora muita informação possa ser obtida através dos manuais de comerciantes do século XVIII. Os muitos números apresentados nos equivalentes medievais desses manuais, sobretudo em La Pratica della Mercatura (c. 1340), de Pegolotti, têm que ser tratados com cautela, pois tais números nem sempre são coerentes e a possibilidade de erros dos copistas deve ser levada em conta.

A lista seguinte inclui as unidades mais comuns, com explicações sobre como se chegou a elas, quando isso é conhecido ou pode ser plausivelmente conjeturado. Onde são dados equivalentes métricos, são mencionadas unidades inglesas, exceto quando houver indicação em contrário. Comprimento. Inch (polegada — 2,54cm): uncia, de unguis, a medida da unha do dedo polegar; daí o seu nome de tom me (thumb) etc, na Escócia, Holanda e Escandinávia. Foot (pé = 12 polegadas, 30,48cm): pes romano (29,45cm), pied francês (32,48cm). Ell (vara), francês aune, ambos de ulna, medida de dimensões inteiramente imprevisíveis, por vezes igualada a 2 pés (c. 60cm) mas, com freqüência, muito maior, eqüivalendo a vara inglesa do século XV para pano a 45 polegadas (114cm). Yard (jarda = 3 pés, 91,44cm): do inglês arcaico gerd, cognata com verga, "vara", introduzida por Henrique I como medida de pano; segundo Guilherme de Malmesbury, era a distância desde o nariz até a extremidade do braço estendido — o modo tradicional de medir pano. Fathom (braça - 6 pés, l,82m): o comprimento do braço esticado, como o francês toise, do latim tensa, "estendido". Perch: do latim pertica, também "vara" (rod ou pole), a medida usada na prática; padronizada para terras aráveis em 16,50 pés, provavelmente 20 pés "naturais" de 10 polegadas, mas também 25 pés para matas e com muitas variantes locais. Furlong (furrow lertgth, o comprimento de uma leira), equivalente a 40 perches ou 220 jardas, 201,6m. Mile (milha, padronizada como 1.760 jardas ou 8 furlongs, l,61km); originalmente imprecisa e chegando até cerca de 2.200 jardas na Idade Média; o termo deriva de mille pasuum, embora a milha romana de 1.000 passos ou 5.000 pés tivesse apenas l,47km. League (légua), do gaulês leuga; tal como o germânico rasta, é basicamente imprecisa, sendo a distância que uma pessoa pode percorrer caminhando até sentir a necessidade de parar e repousar; padronizada pelos romanos como 1,5 milha mas muito mais longa na Idade Média (2 ou 3 milhas inglesas; na França, a lieue tem um valor

de 4km; na Península Ibérica, a légua varia entre 6.000 e 6.600 metros). Área. Importante principalmente para a agrimensura; uma vez que os campos e bosques são usualmente de formatos irregulares, as unidades tendem a ser formadas a partir de outras unidades. O acre inglês, do latim ager, "campo" não era uma unidade precisa (4.840 jardas quadradas ou 40,46 ares) e definia-se em termos de um furlong mas originou-se provavelmente da quantidade de terra que podia ser arada numa manhã, como a alemã Morgen (30-40 ares). Outras unidades para a terra cultivável derivavam da quantidade de semente requerida para a semeadura, por exemplo, o francês setier (cerca de 34 ares), derivado do latim sextarius, em torno de 30 litros. A mais comumente usada, arpent (de arepenna), era uma sobrevivente gaulesa, equivalente ao acre, porém mais extensa quando usada para matas (cerca de 50 ares).

Volume. Tal como a área, o volume é difícil de medir diretamente, e as unidades são usualmente formadas a partir de pesos, mais facilmente apuráveis. A unidade básica na Inglaterra era o pint (0,57 litro), tendo como seus múltiplos o quart (quartilho, padronizado como 2 pints), gallon (galão ou 8 pints), peck (celamim ou 2 galões) e bushel (alqueire ou 8 galões ou 36,35 litros; maior do que o antigo bushel de Winchester de 35,24 litros). As unidades menores eram principalmente medidas para líquidos e as maiores para secos, se bem que acima do bushel (alqueire) havia medidas ainda maiores para líquidos (por exemplo, para vinho, o tun [tonei inglês] = 2 pipes [pipas] = 4 hogs-heads [barris] = 252 galões). O pund anglo-saxônico era um pound e um pint de água, como é sabido graças ao manual médico conhecido como o Leechdoms. O posterior e muito menor pint, que passou a ser o padrão, derivou evidentemente do peso de uma libra de grão (trigo ou ervilhas). No que se refere ao grão, havia problemas constantes pelo fato de que a medida "empilhada", distinta da medida "estendida", variava de acordo com o formato do receptáculo que fosse empregado como padrão.

Pesos. Os pesos são fáceis de comparar entre si, dado que o equilíbrio simplifica as operações de duplicar e reduzir à metade, mas as grandes unidades estão obviamente ausentes. A maior parte da terminologia medieval foi adotada de Roma. Os grãos (grains) usados originalmente para pesar ouro valem em toda a Europa por volta de 0,05g (usualmente 0,048g mas o grão parisiense é de 0,052g) ou 0,065g (a onça "troy" inglesa para metais preciosos), isto é, um grão de trigo e um grão de cevada padronizados, respectivamente, os quais, com exceção de alguns lugares (como Veneza) substituíram o quilate (carat) clássico de 0,189g. Essas unidades, como os textos metrológicos medievais regularmente assinalam, estavam convenientemente relacionados entre si, pois 1 carat (quilate) = 3 barleycorns (grãos de cevada) = 4 wheatgrains (grãos de trigo). A onça

remontava à uncia romana de 27,29g e valia em toda a parte entre cerca de 28g e 32g, estando relacionada de vários modos com o grão. A onça "troy" inglesa (Troy ounce), no valor de 31,10g, equivalia a 20 pennyweights de 24 grãos cada. O marco, uma antiga unidade germânica, foi desde muito cedo igualada a 8 onças (oz), e a libra-peso equivalia por vezes a 12 onças, como no sistema romano, que foi mantido para a pesagem de ouro e prata na libra "troy". A libra-peso da vida cotidiana equivalia a 15 ou (mais usualmente) 16 onças (libra "avoir-dupois" ou duplo marco), mas ocorriam outros números, variando os múltiplos de acordo com a prática local e a mercadoria que estivesse sendo pesada.

Pesos superiores, requeridos para a produção agrícola, metais etc, ou eram peculiares para o material (fothers de chumbo, chaldrons de carvão) ou eram frações ou múltiplos do hundredweight (quintal inglês), originalmente100lbs ou, para alguns artigos, 1201bs (long hundred). As unidades inglesas de 104Ibs (para especiarias) e 1121bs (lã e a maioria das outras mercadorias) foram fixadas após uma disputa violenta entre Eduardo I e a Companhia dos Merceeiros sobre os procedimentos de pesagem, a fim de permitir a inclusão na medida, da tolerância tradicionalmente feita ao comprador, com base no princípio da "dúzia do padeiro". O quintal (cwt) de 1121bs possibilitou a substituição dos inconvenientes 16 avos de 6^1/4-lb, chamados um nail (prego) ou clove (cravo), pela unidade mais conveniente de 7-lb que permaneceu em uso no comércio de lã até o final do século XVIII. Ver marco; pound; quilate PG

□ H. Duursther, Dictionnaire universel des poids et mesures anciens et modernes (1840); P. Grierson, English linear measures: a study in Origins (1972); R.D. Connor, The weights and measures of England (1987)

Peste Negra Epidêmica nos séculos VI e XIV, a Peste Negra divide demograficamente a Idade Média em três partes. O período de 450-540 tinha estado singularmente livre de graves pestilências, e a peste bubônica desapareceria de novo do Ocidente em 750. Retornou um pouco antes de 1350 e permaneceu endêmica até depois de 1650.

A primeira pandemia propagou-se a partir da Etiópia e atingiu as Ilhas Britânicas em 541-46. As ondas do século VI datam de cerca de 542, 558, 572, 581, 590 e 600. No século VII, os centros urbanos, como Constantinopla e Antioquia, tinham sido parcialmente despovoados, e os árabes consideraram Damasco, uma cidade próxima do deserto, conveniente para a sua capital; os califas iam para seus palácios no deserto durante a estação da peste (verão), enquanto que seus exércitos eram transferidos para as montanhas ou os desertos. Assim, a elite árabe sofreu menos do que os bizantinos. A maioria das ondas do século VII (cerca de 618, 628, 640, 655) afetou o Mediterrâneo oriental mas as pragas mais severas de 655-700 propagaram-se extensamente nos países

islâmicos e na Europa ocidental (a Inglaterra setentrional foi afetada em 664, 675-76 e cerca de 687). Na Irlanda, as duas últimas ondas foram conhecidas como pragas das Crianças, porquanto afetaram especialmente as nascidas desde a epidemia precedente. A onda do final da década de 680 ficou conhecida como a Terceira Praga na Irlanda e em Basra! Na primeira metade do século VIII, novas ondas afetaram o sudeste europeu e o Oriente Médio, mas o noroeste da Europa ficou livre da peste.

Na década de 1340, a peste propagou-se de novo, desta vez proveniente da Ásia Central, conforme é indicado por uma taxa anormal de mortalidade registrada com base nas datas das sepulturas nestorianas aí existentes em 1339. Em 1346, a praga surgiu em Kaffa, na Criméia, e se espalhou por mar e por terra à maior parte da Europa. Em 1348, tinha atingido Constantinopla, a Itália e a França; a Inglaterra foi afetada no inverno de 1348-49 e em 1350 varria toda a Alemanha, Polônia e Escandinávia. Essa pandemia passa então a ser conhecida como a Morte Negra. Uma vez mais, houve sucessivas ondas de grande gravidade que se propagaram por todo o Ocidente. Na Europa, as primeiras seis ocorreram por volta de 1348, 1362, 1374, 1383, 1389 e 1400. Repetiram-se freqüentemente os surtos durante toda a Idade Média, continuando na Inglaterra, por exemplo, até a Grande Peste de 1665.

A causa da periodicidade de cerca de 11 anos é desconhecida. Os fatores predisponentes parecem ser de natureza meteorológica. Os padrões climáticos mundiais tinham sido profundamente perturbados pela escuridão vulcânica durante 15 meses em 536-37, de modo que, por volta de 539, a fome afetou Constantinopla, apesar da prosperidade do Império greco-romano de Justiniano até 535. As análises dendrocronológicas confirmam que os verões na década de 540, assim como na de 1340, foram anormalmente frios na Escandinávia. Do mesmo modo, na década de 1340, até a Itália estava sofrendo economicamente, ao passo que no noroeste europeu as estações úmidas teriam levado, em todo o caso, a uma crise demográfica, mesmo que a mortalidade pela peste não interviesse. No noroeste da Europa, as pragas urbanas posteriores estavam, não obstante, associadas usualmente a invernos rigorosos, primaveras secas e verões secos e quentes, e assim com boas colheitas.

O declínio populacional pode ter precedido a chegada da peste; existiu, sem dúvida, uma grave crise demográfica no final da década de 1310. Entretanto, estimativas plausíveis de mudanças populacionais indicam sistematicamente que a população da Inglaterra em 1400 era cerca de metade da que tinha sido em 1300.

O bacilo da própria peste foi descoberto em 1894: sabe-se que os vetores do bacilo, pulgas pretas que transmitem a doença ao homem, são transportados por ratos. Violentas

flutuações das populações de ratos em tempo de praga foram registradas, por exemplo, na Espanha e na China, em 600-750. A pulga preta é agora um inseto tropical e supõe-se que atacou seres humanos quando já contaminada por um rato e ficou incapaz de encontrar ratos vivos para morder. Sem dúvida, o limite setentrional da peste retrocedeu gradualmente na direção sudeste no decorrer da pandemia; alguma variedade extinta da pulga pode ter estado envolvida nas mais antigas ondas. A peste tem duas formas: bubônica e pneumônica. A primeira caracteriza-se por inchações, ou ínguas, nas axilas ou virilhas, levando freqüentemente à morte em seis dias. A forma pneumônica é mais incomum, sendo diretamente transmitida de pessoa a pessoa; leva geralmente à morte em três dias e foi essa a forma que ocorreu no inverno, na década de 1340.

Os judeus, que eram responsabilizados pela transmissão da doença, foram perseguidos e massacrados — sobretudo na Alemanha — enquanto que o medo da morte também propiciou o crescimento de grupos religiosos fanáticos, como os Flagelantes. O efeito da Peste Negra sobre a sociedade agrária foi turbulento e complexo, levando inicialmente a tentativas para voltar a impor direitos e serviços feudais, e contribuindo para explosões de violência, por exemplo, os motins da Jacquérie na França e a Revolta dos Camponeses na Inglaterra. Quase não existem representações da peste na arte antes de 1400, mas as histórias do Decameron representam uma resposta literária, Pestschriften eram publicados regularmente com conselhos sobre o tratamento, mas cometas, auroras boreais e conjunções planetárias eram freqüentemente responsabilizados pela deflagração de uma epidemia. DJS

□ P. Ziegler, The Black Death (1969); J.F. Shrewsbury, The History of Bubonic Plague in the British Isles (1970); W.H. McNeill, Plagues and Peoples (1976); The Black Death. The Impact of the 14th-Century Plague, org por D. Williman (1982); R.S. Gottfried, The Black Death: Nature and Disaster in Medieval Europe (1983) [J-N. Biraben, Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens, 2 vols., Paris, Mouton, 1975-1976]

Petit, Jean (c. 1360-1411) Natural da Normandia, foi doutor de teologia na Universidade de Paris. No começo de sua carreira parece ter produzido sermões e numerosos poemas. Defendeu os privilégios da Universidade e desempenhou um papel destacado na promoção da unidade da Igreja durante o cisma de 1393-1407, atuando como um dos emissários de Carlos VI a Roma (1407). Após seu regresso, tornou-se um dependente do duque de Borgonha e arruinou sua carreira ao defendê-lo no assassinato do duque de Orléans (1407), usando como argumento a legitimidade do tiranicídio. Em sua Justification du Duc de

Bourgogne (1408), advogou perante os conselheiros do rei que era legítimo, e na verdade meritório, que qualquer súdito, por sua própria vontade, matasse um tirano. As autoridades que ele citou — e de que fez mau uso — incluíram Aristóteles, Cícero, João de Salisbury, Santo Tomás de Aquino, Boccaccio, o direito civil e as Escrituras. Fez uma defesa medíocre e a sua defeituosa aplicação de uma doutrina reconhecida causou enorme celeuma, com Gerson denunciando seus erros em nome da Universidade. Petit retirou-se em desgraça para Hesdin, onde morreu; mas a questão do assassinato político sobreviveu-lhe. Gerson obteve a condenação de Petit (Conselho da Fé, 1414; parlamento e universidade, 1416), ao passo que os borgonheses continuaram defendendo sua posição e impediram uma outra condenação de Petit no Concílio de Constança.

□ A. Coville, Jean Petit (1932); O. Jászi e J.D. Lewis, Against the Tyrant (1957)

Petrarca (1304-74) A fama de Petrarca repousa em sua reintrodução de textos perdidos ou negligenciados da Antigüidade na cultura européia, e em sua síntese de temas vernáculos existentes. Natural de Arezzo, filho de um notário que tinha sido banido de Florença, Petrarca foi para Montpellier em 1316 estudar direito; aí produziu suas Epistolae Metricae (1318), uma coleção de 66 epístolas em hexâmetros. Em 1320 mudou-se para Bolonha a fim de continuar seus estudos de direito, mas em 1326 abandonou as leis e ingressou no ambiente humanista da Avignon papal. No ano seguinte teve seu dramático encontro com Laura, uma mulher que personificou seus conceitos de beleza e de verdade, e cuja inspiração impregnou grande parte de sua obra. Em 1330, tomou ordens menores.

Foi protegido pelos Colonna em 1330-47, e atuou como diplomata, visitando a França, a Flandres, o Brabante e a Renânia. Usou essas oportunidades para colecionar velhos manuscritos, rever obras anteriores e iniciar novos empreendimentos literários. Em 1338-39, produziu um poema épico, África, baseado na Segunda Guerra Púnica e inspirado por uma visita a Roma em 1337. Em 1341 tornou-se poeta laureado e continuou suas viagens; descobriu as cartas perdidas de Cícero (Ad Aticum, Ad Quintum e Ad Brutum) em 1345, e no ano seguinte reviu o seu De Vita Solitaria, um tratado sobre as vantagens da vida solitária.

Em 1347 desfez sua ligação com os Colonna mas terminou De Otio Religiosa, onde enfatiza os benefícios da vida monástica. A peste de 1348 (em conseqüência da qual Laura morreu) forçou Petrarca a trocar Roma por Florença, onde conheceu Boccaccio. Embora estivesse presente em Roma para o jubileu de 1350, surgiram agudas divergências com a Cúria e Petrarca fugiu para a Milão dos Visconti, depois para Pádua e Veneza.

Em 1366, Boccaccio enviou-lhe uma muito desejada tradução latina de poemas homéricos, a qual o ajudou na produção de duas importantes obras: a primeira, Familiarum

Rerum Libri XXIV, é uma meditação sobre o mundo da Antigüidade; a segunda, Rerum Vulgarium Fragmenta, é uma obra definitiva em vernáculo, composta de 366 peças em forma lírica inspirada em modelos clássicos e no ethos dos trovadores. Em 1370, Urbano V chamou Petrarca a Roma, onde reviu muitos dos seus escritos desses anos. Ao morrer, deixou obras de profunda meditação espiritual como testemunho de seu humanismo.
□ G.H. Wilkins, The Life of Petrarch (1961)

Piacenza, Sínodo de Em março de 1095, teve lugar em Piacenza um concílio convocado pelo papa Urbano II como parte da consolidação de sua posição contra o imperador e o antipapa. Aprovou decretos que deram continuidade ao programa gregoriano de reformas, condenaram os "cismáticos" e discutiram os problemas conjugais dos reis Filipe da França e Henrique IV da Inglaterra, atuando como suprema corte da Cristandade ocidental. De acordo com as relações cordiais recém-estabelecidas com Bizâncio, estavam presentes embaixadores do imperador Aleixo Comneno. Este desejava obter reforços mercenários para a sua campanha contra os turcos. Como Urbano se mostrasse favorável, os embaixadores reiteraram os pedidos anteriores de Aleixo, porém levando mais longe o apelo, enfatizando a ameaça que o avanço pagão representava para toda a Cristandade. Eles convenceram a tal ponto Urbano e a assembléia, que embora o pontífice reagisse de imediato exortando apenas a que se prestasse a ajuda requerida, ficou semeado o conceito de uma Guerra Santa (a qual poderia, a propósito, concretizar o seu objetivo de unir as Igrejas oriental e ocidental) e, alguns meses depois, em Clermont, Urbano II já estava pregando a Primeira Cruzada.
□ A History of the Crusades, org. por K.M. Setton, vol. I (1969); C. Erdmann, The Origin of the Idea of Crusade (1977)

pictos Povo que apareceu pela primeira vez nas obras de escritores romanos do século III, onde o termo é usado de forma genérica, para descrever os povos da Escócia. Os pictos meridionais falavam uma língua britônica, relacionada com o galês, mas a dos setentrionais não está esclarecida. Até a instalação dos escandinavos no extremo norte e nas ilhas, durante os séculos IX e X, os pictos controlavam, segundo parece, toda a Escócia ao norte do Forth e do Clyde, com exceção da costa oeste; o foco de seu poder estava nas ricas terras agrícolas de Fife. Pode ter havido um único reino píctico, por vezes contestado, durante os séculos VI e VII, ou um super-reino com poderes de suserania sobre vários reinos vassalos. Entretanto, um único reino píctico consolidado parece ter emergido em fins do século VIII, o qual desenvolveu logo instituições governamentais e exerceu considerável poder em toda a Escócia. Nesse período, a família real píctica iniciou

uma política de alianças matrimoniais com a dinastia irlandesa da costa oeste, resultando numa série de reis com pretensões sobre ambos os reinos e, finalmente, na união dos dois. A historiografia escocesa apresenta isso como o eclipse dos pictos, mas há boas razões para pensar que ambos os povos contribuíram para o recém-formado reino da Escócia e não que um deles teria sido obliterado.

Embora se saiba pouco sobre suas sociedades, existem dois atributos distintos dos pictos. A família real reconheceu um princípio de sucessão matrilinear (os reis eram selecionados entre os filhos de mulheres da realeza, não dos homens); um sobrinho ou irmão do rei suceder-lhe-ia, portanto, em vez de seu próprio filho. Em segundo lugar, as terras pícticas distinguem-se pela presença de muitas pedras simbólicas, monumentos curiosa e intricadamente esculpidos cujos desenhos fornecem pouquíssimas pistas para o seu significado. Tais pedras concentram-se sobretudo no leste mas podem ser encontradas até em Caithness, já bem ao norte; pertencem claramente a uma cultura cristã e aos séculos VI a IX.

□ The Problem of Picts, org. por RT. Wainwright (1955); I. Henderson, The Picts (1967); A.A.M. Duncan, Scotland, the Making of a Kingdom (1975)

Piero della Vigna (c. 1200-49) Um dos mais competentes servidores do imperador Frederico II, della Vigna, de nascimento humilde, assumiu boa parte da responsabilidade pela reforma da administração imperial na Sicília e no sul da Itália. Proeminente também nos assuntos da Universidade de Nápoles, foi reconhecido como um dos maiores estilistas literários da época, sendo suas cartas e manifestos usados como modelos por várias gerações vindouras. Era também poeta de certo mérito, um verdadeiro precursor dos humanistas da Renascença. Seu poder era imenso na década de 1240, mas quando foi considerado culpado de corrupção, foi tratado selvaticamente, cegaram-no e, enquanto aguardava sua execução, cometeu suicídio em São Miniato, Florença. Ver Liber Augustalis

□ [E. Kantarowicz, Frédéric II, Paris, Gallimard, 1988]

pintura e artes menores Para o analfabeto, que durante a Idade Média constituía a grande maioria da população, as imagens pintadas nas paredes das igrejas eram tão importantes quanto o sermão proferido do púlpito, pois aí estavam claramente representados o Céu e o Inferno, Cristo e os Apóstolos, a Virgem Maria e os Santos. As vastas paredes das igrejas medievais forneciam ampla oportunidade para grandes ciclos de murais ou de mosaicos, e somente no período gótico é que as grandes janelas com vitrais reduziram ao mínimo a superfície da parede.

Desde os mais recuados tempos, a abside de uma igreja era reservada para as mais

importantes figuras, Cristo em Majestade ou a Virgem Maria, por vezes ladeados por Apóstolos ou Santos. Cenas bíblicas do Antigo e do Novo Testamento encontravam-se usualmente nas paredes da nave. Desenvolveu-se em Bizâncio um sistema iconográfico muito completo, quase rígido, no qual a decoração das cúpulas simbolizava o Céu, as abóbadas e paredes superiores eram dedicadas à vida de Cristo, enquanto que a zona inferior era reservada para Santos.

No Ocidente, onde as igrejas eram predominantemente do tipo basílica, os arranjos não eram tão complexos. Entretanto, a influência da pintura bizantina revestiu-se de considerável importância na Europa ocidental, sobretudo durante o período românico. Por exemplo, considera-se que os afrescos de Santo Angelo in Formis, perto de Cápua, concluídos por volta de 1085, refletem o estilo dos hoje destruídos mosaicos do vizinho mosteiro de Monte Cassino, decorado na década de 1060 por artistas provenientes de Constantinopla. Uma espécie muito diferente de influência bizantina é encontrada nos afrescos de uma capela cluniacense em Berzé-la-Ville, na Borgonha, na qual figuras angulosas e gesticulantes expressam violentas emoções; seus corpos são modelados por meio de dobras da roupagem lembrando veias ou nervuras, reforçando assim o sentimento de agitação e tensão. Esse método de modelagem é, em última instância, de origem bizantina, mas foi transmitido a Berzé através da Itália. É encontrado em muitas regiões e muitas formas de arte, pois os artistas medievais eram, com freqüência, mestres em várias técnicas. Um certo Hugo é um caso típico: ele pintou a Bíblia para Bury St. Edmunds e, para a mesma abadia, fundiu as portas de bronze com cenas bíblicas e esculpiu estátuas de madeira. Em sua Bíblia, que ainda existe e é uma das obras-primas da arte românica, Hugo também usa um método, derivado do bizantino, de modelagem da figura humana por meio das chamadas pregas úmidas.

A pintura mural era uma espécie de bíblia pauperum, assim como o livro para o clero, os humanistas e uma pequena minoria letrada em geral. No livro, as ilustrações eram freqüentemente feitas a elevado custo, com o emprego de ouro e do precioso lápis-lazúli, simplesmente para tornar a obra mais bela. Os primeiros livros cristãos ainda existentes são do começo do século V. Por essa época, a iconografia bíblica básica já tinha sido estabelecida, ao passo que o estilo empregado baseava-se na arte antiga tardia. Muitos desses primeiros livros cristãos foram levados para a Inglaterra e a Irlanda por Santo Agostinho e seus sucessores. Eram freqüentemente copiados e, nesse processo, suas pinturas eram modificadas pela inclusão de ornamentos anglo-saxônicos e célticos. O naturalismo do estilo de figura dos originais enviados da Itália foi gradualmente transformado, de modo que o corpo humano perdeu todo o volume e as roupagens tornaram-se um padrão ornamental (por exemplo, os Lindisfarne Gospels, do final do

século VII).

A Renascença Carolíngia estimulou a produção de livros da mais alta qualidade. Os textos eram atentamente examinados por eruditos como Alcuíno, e a decoração executada em numerosos centros, como na Escola do Palácio da corte de Carlos Magno em Aix-la-Chapelle, com a ajuda de artistas gregos. Nesses centros carolíngios foram também produzidos numerosos objetos em marfim e em metais preciosos. A maioria dos livros eram Bíblias, e deve-se aos artistas otonianos dos séculos X e XI que grandes ciclos da vida de Cristo tivessem sido pintados. Uma vez mais, pintores gregos foram empregados na Alemanha, e não causa surpresa que a pintura Otoniana tenha uma dívida para com o naturalismo da arte antiga, transmitida através de intermediários bizantinos. Também na Inglaterra houve uma grande renovação na exuberante decoração de livros durante os séculos X e XI, tendo como principais centros os mosteiros beneditinos reformados de Winchester, Canterbury, Glastonbury e alguns outros, enquanto que, ao mesmo tempo, no norte da Espanha, iluminuras de aspecto algo exótico do Apocalipse e da Bíblia eram produzidas por artistas moçárabes.

Durante o período românico, houve uma vasta produção de livros iluminados, sagrados e seculares, por toda a Europa e até mesmo nos reinos cruzados; combinada com ela estava a produção de capas para livros e outros objetos esculpidos em marfim e metais preciosos. O trabalho antes executado em mosteiros passou gradualmente para oficinas leigas e até para artistas itinerantes. A Inglaterra foi excelente na pintura de manuscritos, e pinturas murais feitas por artistas ingleses encontram-se na Normandia e até na distante Espanha. Os ingleses também eram famosos por seus bordados, sendo a tapeçaria de Bayeux um bom testemunho de sua habilidade e talento artístico nesse campo. Os artistas alemães eram célebres pelo trabalho em metal de todas as espécies; o ourives Roger de Helmarshausen, de quem sobrevivem dois espécimes de altar portátil, empregou um estilo semelhante ao das pinturas murais de Berzé. Na região que bordeja o rio Mosa, um estilo muito diferente de pintura, escultura em marfim e trabalho em metal foi empregado por sucessivas gerações de artistas excepcionalmente talentosos; era um estilo mais naturalista e em débito com a arte clássica. Teve uma profunda influência na escultura monumental da Ile-de-France, dando assim início ao chamado estilo de transição. O maior artista na região do Mosa foi Nicolau de Verdun, ourives e trabalhador de esmalte cujo estilo classicizante influenciou muito as artes na virada do século XII na França, Alemanha e Inglaterra.

A pintura, o trabalho em metal e a escultura em marfim foram dominados pela arte palaciana de Paris. Por essa altura, o artista leigo profissional estava bem estabelecido e

alguns obtiveram grande reputação, como, por exemplo, Maître Honoré, mencionado pela primeira vez em 1288, e Jean Pucelle, ativo na primeira metade do século XIV. Foram os primeiros pintores góticos franceses a ser influenciados por concepções italianas de espaço e perspectiva pictóricos. A arte inglesa do período gótico ficou devendo muito às modas de Paris. Na pintura de manuscritos, os ingleses distinguiram-se em drôleries, as quais emolduravam freqüentemente as páginas de livros. No segundo quartel do século XIV, os elementos italianos tornaram-se muito pronunciados na pintura inglesa como, por exemplo, no Saltério de Gorleston, no qual a cena da crucificação revela algum conhecimento da arte de Duccio. Na corte boêmia do imperador Carlos IV, todas as formas de pintura floresceram, especialmente murais e retábulos, com alguma participação de artistas italianos.

O desenvolvimento artístico na Itália, sobretudo a partir da época de Giotto, forma um capítulo separado, que leva diretamente ao surgimento da Renascença. O palaciano estilo gótico internacional de cerca de 1400 afetou somente a Itália setentrional, tendo Milão por seu principal centro e, daí em diante, os desenvolvimentos artísticos na Itália e ao norte dos Alpes seguiram caminhos separados pelo resto da Idade Média. Ver afresco; manuscritos, iluminação de; mosaico; vitral GZ

□ C.R. Dodwell, Painting in Europe 800-1200 (1971); M.M. Gautier, Emaux du Moyen-Age (1972); P. Lasko, Ars Sacra 800-1200(1972); G. Zarnecki, Art of the Medieval World (1975); D. Gaborit-Chopin, Ivoires du Moyen-Age (1978); D.M. Wilson, Anglo-Saxon Art (1984); J. Beckwith, Early Medieval Art (1985) [E. Gunther Grimme, Pintura medieval, Lisboa, Verbo, 1968]

Pio II papa 1458-64 (n. Eneias Sílvio Piccolomini em 1405, em Corsignano, atual Pienza) Graduado pela Universidade de Siena e notável humanista, compareceu ao Concílio de Basiléia (1431) como secretário de Amadeu VIII de Sabóia (depois antipapa Félix V). Numerosas obras poéticas e dois tratados favoráveis ao conciliarismo aumentaram sua reputação literária e foi recompensado com a posição de poeta laureado por Frederico III em 1442. Ingressou no serviço imperial e produziu sua frívola Historia de Eurialo et Lucretia. Em 1445 reconciliou-se com Eugênio IV e no ano seguinte recebeu ordens sacras. Em 1447, com Nicolau de Cusa, negociou a reconciliação do papa e do imperador e mais tarde, nesse mesmo ano, foi elevado ao bispado de Trieste. Produziu mais duas obras humanistas, De Viris Claris e De Rebus Basileae Gestis, antes de ser transferido para Siena em 1450. Calixto III fê-lo cardeal em 1456 e dois anos depois era eleito pontífice.

Como papa, não esqueceu o seu passado: em 1462 foi proibida a destruição de monumentos antigos. Seu Papado teve a sombreá-lo, porém, a queda de Constantinopla

(1453). Pio II convocou um concílio em 1460, mas foi um fiasco, e ele escreveu então ao sultão sua famosa Epístola ad Mahumetan, que visava converter os muçulmanos pela argumentação. Numa tentativa de unir a Europa, promulgou a bula Exearabilis, que reafirmou prerrogativas papais ao condenar os recursos a futuros concílios. A resposta européia foi de indiferença e, finalmente, em 1464, Pio II apanhou o crucifixo e partiu para o Oriente, mas faleceu em Ancona. Durante seu período como papa, também escreveu os Comentários — um ato do seu próprio pontificado. [287]

□ Memoirs of a Renaissance Pope: the Commentaries of Pius II, org. por F.A. Gragg (1959); RJ. Mitchell, The Laurels and the Tiara (1962)

pipe rolls Nome dado aos grandes registros financeiros do Tesouro inglês e à maior série de documentos públicos existente na Inglaterra. Existe um roll isolado para 1129-30 e os demais estendem-se quase continuamente de 1156 a 1832. Registram as contas reais por condado e são, pois, em grande parte, as contas prestadas pelos respectivos xerifes, embora também contenham várias receitas ocasionais, como as oriundas de terras episcopais que pudessem cair em mãos régias sede vacante. Não registram todas as fontes de rendimentos reais, porquanto nem todos eles passavam pelo Tesouro. A natureza e a forma dos pipe rolls forneceram um modelo para os novos ramos da administração, quando se tornou necessária a organização de arquivos públicos.

Pisa, Concílio de (março-agosto de 1409) Concílio geral da Igreja convocado pelos cardeais com o objetivo de pôr fim ao Grande Cisma que prevalecia desde a morte de Gregório XI (1378), quando se apresentaram dois papas rivais. Compareceram representantes da maior parte da Cristandade ocidental (incluindo embaixadores régios e representantes das universidades, assim como a hierarquia da Igreja). O Concílio depôs ambos os papas existentes (Gregório XII, 1406-15, e Bento XIII, 1394-1423) e elegeu Alexandre V (1409-10), uma solução que fracassou, porque nem um nem outro de seus predecessores aceitou essa decisão. Somente no Concílio de Constança (1414-18) foram dados os primeiros passos no sentido de uma solução efetiva do Cisma. A autoridade do Concílio de Pisa foi posta em dúvida, uma vez que não era representativo de toda a Igreja (muitos partidários dos dois papas preexistentes recusaram-se a participar) nem tinha sido convocado por um papa. Preparou o caminho, entretanto, para reuniões regulares, ao ser estipulado que um outro concílio seria convocado a fim de discutir a reforma da Igreja (1412). [216]

□ Courtois and Assemblies, org. por G.J. Cumming e D. Baker (1971)

Pisanello (c. 1395-c. 1455) Medalhista e pintor, Antonio Pisano nasceu em Pisa, daí seu

nome. Inventou virtualmente a medalha renascentista, da qual ele foi o maior expoente em meados do século XV. Suas obras-primas incluem medalhas de Giovanni Gonzaga, Francesco Sforza, João VIII Paleólogo e o rei Afonso de Aragão. Foi também um destacado pintor, do estilo gótico internacional, enquanto que seus desenhos sensíveis refletem o naturalismo do início da Renascença.
□ G. Paccagnini, Pisanello (1973)

Pisano, Nicola (c. 1220-c. 1278) Escultor e arquiteto italiano. Pisano é considerado o fundador da escultura moderna. Suas obras incluem os púlpitos no batistério de Pisa (1259) e na catedral de Siena (1268), os quais revelam uma combinação de influência gótica e modelos clássicos para temas cristãos. Na fonte de Perugia colaborou com seu filho Giovanni (c. 1250-1314), cuja obra deu continuidade a esse renascimento da escultura.
□ J. Pope-Hennessy, Italian Gothic Sculpture (1970)

Plantageneta A casa real da Inglaterra em 1154-1485 é comumente mencionada pelo nome da família, Plantageneta. Este nome teve sua origem no apelido posto ao conde Godofredo de Anjou, pai de Henrique II, pelo fato dele usar um raminho de giesta (planta genista) em seu chapéu ou, outra hipótese, por plantar giesta como cobertura para a caça. O nome só viria a ser usado pelos descendentes de Godofredo depois de cerca de 1448, quando Ricardo, duque de York, o reviveu a fim de enfatizar a superioridade de suas pretensões ao trono contra as da casa de Lancaster.

Plotino (c. 204-70) Fundador do sistema neoplatônico, Plotino nasceu no Egito mas residiu em Roma a partir de 244. Seu biógrafo, Porfírio, publicou suas lições e, nas seis Eneadas. Plotino sintetizou a filosofia de Platão com outras filosofias. Sua principal preocupação era o progresso espiritual do homem para o "Uno", o "Bem". Plotino era conhecido indiretamente na Idade Média através daqueles a quem tinha influenciado, incluindo Santo Agostinho, São Basílio e o Pseudo-Dioniso. Em 1492, Marsílio Ficino traduziu as Eneadas do original grego para o latim, e daí em diante a obra de Plotino deu importante contribuição para o neoplatonismo renascentista.
□ A.H. Armstrong, Plotinus (1953)

Polônia Ingressou tarde na era histórica, em grande parte por causa de fatores geográficos: as florestas isolavam-na até dos seus parentes eslavos, que formaram tampões contra a expansão germânica e asiática. A partir de cerca de 800, sujeições internas levaram à hegemonia dos poloneses (polanii) e seus príncipes, os Piast. Seu território em torno de Gniezno, a primeira capital, e de Poznan, o primeiro bispado, formou

o núcleo do Estado polonês, a Grande Polônia. A região do Alto Vístula e Cracóvia foi anexada, formando a Pequena Polônia. A influência cristã apareceu, provavelmente, no final do século IX mas o contato político foi protelado até o século X.

A Polônia medieval produziu duas grandes dinastias, a Piast e a Jagiello. Seu primeiro representante destacado, Mieszko I (c. 960-92), reconheceu a suserania do imperador Oto I (963) e acelerou a conversão da Polônia ao casar com uma princesa boêmia cristã (965). Seu filho, Boleslau I, o Valente (992-1025), promoveu a política de Mieszko, favorecendo a Polônia como centro missionário para os eslavos e assumindo o título de rei já no último ano de seu reinado.

A ausência de um princípio sucessório regulador entre os Piast gerou conflitos durante o século XI, o que deu oportunidade à intervenção imperial e à ascensão do poder aristocrático. Assim, os territórios poloneses foram divididos em quatro ducados hereditários: Silésia, Masóvia, Grande Polônia e a região de Sandomierz; o trono de Cracóvia, a nova capital, passou para o Piast mais velho. As permanentes disputas permitiram uma crescente colonização alemã, especialmente depois da introdução da Ordem Teutônica (1230). O promissor reinado de Henrique n, o Piedoso (1238-41), terminou com sua morte em Lignica, quando tentava sustar uma investida mongol. Apesar das dificuldades desse período, a integridade polonesa foi preservada. A Polônia continuou sendo uma só província eclesiástica, desenvolvendo uma forte consciência nacional intensificada pelo sentimento antialemão.

O século XIV assistiu às invasões alemãs, mormente em 1331 e 1332, as quais foram rechaçadas por Casimiro III, o Grande, que isolou os Cavaleiros Teutônicos e, embora incapaz de recuperar todo o território polonês ocidental, ampliou consideravelmente as fronteiras orientais da Polônia, tornando importante para a Cristandade a influência polonesa na Europa oriental. Casimiro era um grande e tolerante legislador, que fundou a Universidade de Cracóvia (1364) e desfrutou de considerável prestígio entre os monarcas seus contemporâneos.

Casimiro foi o último Piast. A Coroa passou, através de seu sobrinho Luís da Hungria (em cujo reinado as cartas de privilégios concedidas à nobreza tornaram a monarquia eletiva), para Edwiges de Anjou (1384-99). Edwiges casou com Ladislau II Jagiello (ou Jagelão) da Lituânia (1386) e, com Vitoldo da Lituânia, primo de Ladislau, estabeleceram a dinastia Jagiello e consumaram uma união polacolituana (formalizada em 1413 pela União de Haroldo). As hostilidades teutônicas prosseguiram, apesar da vitória de Jagiello na batalha de Grünwald (Tannunburgo) em 1410.

A guerra civil foi desencadeada após as mortes de Vitoldo (1430) e Ladislau II (1434). Coube ao cardeal-regente Olesnicki sufocá-la; colocou Ladislau, filho de Jagiello, no

trono da Hungria, com a intenção de iniciar uma Cruzada contra os turcos. Tudo correu bem até a morte de Ladislau durante a derrota de Varna (1444). Casimiro III Jagiello (1147-92) saiu vitorioso da Guerra dos Treze Anos contra a Ordem Teutônica (1454-66); esse fato e suas pretensões na Boêmia e Hungria permitiram a formação de uma imensa federação jagelona que se estendia de Moscou ao Adriático. Ameaças negligenciadas de Moscou e dos turcos couberam em herança aos filhos de Casimiro, Ladislau (Hungria), João Alberto (Polônia) e Alexandre (Lituânia), e à Dieta polonesa, uma entidade constitucional composta pela pequena nobreza rural (criada por volta de 1493). Agressões de leste e de oeste causaram a contração da fronteira mas isso não era irreparável, e um outro filho, Sigismundo I (1506-48), conduziu a Polônia para o seu "século dourado".

O papel do Cristianismo na história da Polônia deve ser assinalado. A política polonesa de aliança com o Papado, a fim de excluir a influência imperial e bizantina, ajudou a preservar a independência do país. Uma forte identidade religiosa unia a Polônia, e sua posição geográfica tornava-a guardiã de uma parte estratégica da fronteira da Europa cristã, não só avançada, através da conversão de territórios fronteiriços como a Pomerânia e a Lituânia, mas também defensiva. MB

□ The Cambridge History of Poland (1950); O. Halwecki, A History of Poland (1978); P. Jasienica, Jagiellordan Poland (1978); N. Davies, God's Playground: a History of Poland, vol. I (1982)

Pontanus, Jovianus (c. 1422-1503) Giovanni Pontano era um humanista e líder político italiano do reino de Nápoles. Nasceu em Cereto, no Spoletano, ingressou no serviço de Afonso I de Nápoles e tornou-se secretário régio (1447). Até 1495 serviu os reis aragoneses de Nápoles, exercendo funções de secretário, preceptor, embaixador e conselheiro. Sua aceitação da vitória francesa, após a invasão pelas tropas de Carlos VIII (1495), acarretou sua queda com a chegada de Fernando II. Foi escritor prolífico de prosa e verso em latim, ilustrando a diversidade da cena renascentista com a diversidade de suas próprias obras. Estas incluíram ensaios filosóficos, história humanista (De Bello Napoletano), diálogos e histórias (Asinus) e poesia sobre a natureza do amor e sobre astrologia (Urania). Grande parte de sua obra apoiou-se em experiência pessoal e ele foi proeminente no estabelecimento da poesia latina renascentista como gênero de rico potencial. Adotou o nome latinizado, Jovianus Pontanus, e reviveu e formalizou a Academia Napolitana (Academia Pontaniana).

□ J.A. Symonds, The Renaissance in Italy (1909)

Portugal Teve sua origem na parte meridional da Galícia, uma região dependente do reino

das Astúrias. No início do século X, tinha o status de condado e em 1096-97 foi outorgado a Henrique de Borgonha, quando casou com Teresa, filha ilegítima de Afonso VI de Leão e Castela. Nessa época, a fronteira entre território cristão e muçulmano passava logo ao sul de Coimbra — ou seja, a meio caminho entre os rios Douro e Tejo. Quase simultaneamente, Braga, restabelecida como diocese em 1070, teve seu status metropolitano reconhecido pelo papa; continuaria sendo a capital eclesiástica de Portugal medieval.

Afonso Henrique (Afonso I), filho de Henrique e Teresa, tinha apenas cinco anos em 1112 quando seu pai faleceu; em 1127 estava governando por seu legítimo direito de herdeiro do trono, com a capital em Coimbra. Em 1139, tendo derrotado os desafios de sua mãe (que governara como regente), dos galegos e dos almorávidas, passou a usar o título de rei, embora ainda submetido em alguns aspectos a Afonso VII, imperador de Leão. Não conseguiu incorporar a Galícia a Portugal mas rechaçou a invasão de Afonso VII e, num tratado de paz de 1143 [tratado de Zamora], seu reino foi finalmente reconhecido. Afonso Henriques concentrou então seus esforços na Reconquista e em 1147, com a ajuda de cruzados ingleses e alemães, conquistou Lisboa. Os portugueses começaram então povoando as terras ao sul do Tejo, com os Templários defendendo pontos estratégicos; a região ao norte do rio foi confiada aos cistercienses, cujo centro era a grande abadia de Alcobaça. Explorando as guerras entre almorávidas e almôadas, Afonso Henriques avançou para o sul e tentou expandir-se a leste na direção de Badajoz (1170); mas foi longe demais, e uma coalizão almôadaleonesa repeliu-o para a linha do Tejo. Essa linha agüentou firme; Lisboa foi defendida contra o exército e a esquadra almôada, e quando o longo reinado de Afonso terminou em 1185, seu reino abrangia dois terços do Portugal moderno.

A Reconquista recomeçou na década de 1220 e em 1249 estava completa, quando a última parte do Algarve se rendeu a Afonso III. O século XIII foi um período de conflito entre a autoridade real e a papal, resolvido a favor da Coroa por uma concordata em 1289. Isso, tal como a fundação da primeira Universidade de Portugal (Lisboa, 1288), foi obra de Dinis (1279-1325), que também desenvolveu o comércio externo. Poeta e patrono de poetas, Dinis presidiu ao último grande florescimento da lírica palaciana galaico-portuguesa, que tinha sido dominante por cerca de um século tanto em Castela quanto em Portugal. A última tentativa séria de invadir a península a partir do Marrocos foi desbaratada às margens do rio Salado, na Andaluzia, por exércitos portugueses e castelhanos combinados (1340); mas esse foi um êxito no bojo de uma crise em formação. A Peste Negra, que atingiu Lisboa em 1348 e se propagou rapidamente, causou um colapso demográfico: a população de Portugal, que tinha alcançado um milhão, só voltou a atingir esse nível por volta de 1450. Os últimos anos de Afonso IV (1325-57), o

vencedor de Salado, foram conturbados pelas lutas com seu filho, mais tarde Pedro I (1357-67); Afonso tinha providenciado para que a amante de Pedro, Inês de Castro, fosse assassinada em 1355, e o novo rei, ao subir ao trono, vingou-se nos ministros de seu pai. Em 1383, Fernando I morreu sem herdeiro varão; sua filha Beatriz casara recentemente com João I de Castela e a rainha-mãe, Leonor, como regente, favorecia a causa castelhana. Em dezembro de 1383, uma revolução burguesa e popular eclodiu em Lisboa, e o filho bastardo de Pedro I, João, Mestre da Ordem de Aviz, assumiu a liderança, sendo proclamado rei em 1385 como João I. A antiga nobreza tomou em sua grande maioria o partido dos castelhanos invasores, e foi varrida com estes. Com ajuda inglesa (João I casou com Filipa de Lancaster, filha de João de Gaunt), o novo regime assegurou sua posição após a decisiva batalha de Aljubarrota (14 de agosto de 1385), ganha pelo condestável Nuno Álvares Pereira, embora a guerra ainda se arrastasse até 1403, causando privações à população e desvalorização da moeda. O longo reinado de João I (até 1433) recuperou a estabilidade política, que seria mais tarde abalada só temporariamente pela batalha de Alfarrobeira (1449), na qual a linha ilegítima dos duques de Bragança estabeleceu sua predominante influência.

A história de Portugal no século XV é, preponderantemente, uma saga de descoberta e conquista na África e no Atlântico. O porto marroquino de Ceuta foi tomado em 1415 e quatro anos mais tarde eram empreendidas as primeiras viagens de exploração para as ilhas atlânticas (Madeira, por volta de 1419, Açores descobertos em torno de 1439) e descendo a costa noroeste africana (o Cabo Bojador, por largo tempo considerado uma barreira aparentemente inultrapassável, foi dobrado em 1434). O fracasso na primeira tentativa de conquista de Tanger em 1437, onde o infante Fernando, irmão do rei Duarte (1391-1438), foi capturado pelos mouros, desencorajou por algum tempo novas expedições militares e fortaleceu a política de exploração marítima. O infante Henrique, o Navegador (1394-1460), que tinha instado com o rei para atacar Tanger, concentrava agora suas energias na promoção das viagens à África ocidental. Seus verdadeiros motivos são muito debatidos: era Henrique instigado principalmente pelo dever de propagar a fé cristã ou pelo desejo de se apoderar do ouro da Guiné?

O comércio de escravos também era, desde cerca de 1440, uma atração econômica para os exploradores. A primeira feitoria (um entreposto fortificado) foi estabelecida em Arguim, por volta de 1445. Ás descobertas prosseguiram após a morte de Henrique, o Navegador, e receberam novo impulso graças ao entusiasmo de João II, o Príncipe Perfeito (1481-95), cujo desejo de estabelecer contato com o lendário Prestes João (desse modo atacando os muçulmanos pela retaguarda) e de assegurar o comércio das especiarias

asiáticas levou à exploração da África oriental, depois que Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança em 1487. O Tratado de Tordesilhas (1494) dividiu o mundo não-europeu em esferas de influência espanhola e portuguesa, com o território que viria a ser o Brasil ficando do lado português da linha. De momento, porém, as viagens asiáticas prevaleciam; Vasco da Gama zarpou em 1497 e regressou em triunfo dois anos depois. O império mundial de Portugal já estava adquirindo forma. ADD

□ CR. Boxar The Portuguese Seaborne Empire (1969); H.V. Livermore, The Origins of Spain and Portugal (1971); [A.H. de Oliveira Marques, History of Portugal (1976); História de Portugal, Lisboa, Palas, 1972; J. Mattoso, Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325, 2 vols., Lisboa, Estampa, 1985]

pound (do latim pondus; também livre, lira etc, do latim libra, donde a abreviatura lb) Era inicialmente uma unidade de peso — o peso romano de 12 onças (327,45 gramas) — mas aplicou-se posteriormente a muitas unidades locais contendo um número variável de onças e pesando usualmente entre 300 e 450 onças. Como unidade monetária, é uma moeda de conta correspondente a 240 pennies (20 xelins de 12 pennies cada). Foi cunhada inicialmente como moeda na forma do florim de ouro em 1252.

Praga, Universidade de A Universidade de Praga foi importante na história tchecoslovaca, tanto nos domínios políticos e religiosos quanto nos culturais. Foi fundada pelo imperador Carlos IV como a primeira universidade centro-européia. Carlos IV publicou seu Edito de Ouro da fundação duas vezes, como rei da Boêmia (1348) e como imperador (1349), constituindo-a como instituição nacional e imperial. Tomou por modelo suas principais precursoras, Paris, Bolonha e Oxford, adotando a constituição parisiense, o que implicava a divisão em quatro "nações", com o que passou a ter uma controvertida maioria alemã. O cisma interno (1372) resultou no desligamento da faculdade de direito, que até 1419 se manteve como entidade separada.

O gradual desvio alemão para universidades rivais (Viena, Heidelberg, Colônia, Erfurt) tornou sua maioria ainda mais anacrônica, e o conflito resultante foi intensificado pelo Grande Cisma. Finalmente, em 1409 (Decreto de Kutná Hora), o rei Venceslau da Boêmia transferiu três dos votos "nacionais" para os tchecos, causando uma importante secessão alemã e a nacionalização da Universidade. A afirmação tcheca provocou uma mudança do questionamento filosófico e teológico para o moral e eclesiástico, sendo os tchecos favoráveis ao realismo de Wycliffe contra o nominalismo alemão. Em 1409, João Huss é nomeado reitor da Universidade e, até a sua queda (1620), a Boêmia tornou-se o centro militante do hussitismo, dedicando-se a Universidade a servir a nação tcheca em sua luta

para reformar a Igreja. No conflito que se seguiu em torno dos universais e da reforma, Huss liderou os realistas e reformadores, com o apoio de "wicliffistas" como Jerônimo de Praga, ao passo que o arcebispo Zbynek liderou a oposição conservadora tcheca. Quando Praga ficou sem rei (1419-52), a Universidade governou virtualmente a nação através do consistório utraquista.

□ Prague Essays, org. por R.W. Seton-Watson (1949)

predestinação Lato sensu, predestinação refere-se à ordenação de todos os acontecimentos por Deus, desde a eternidade. Teologicamente, com alguma autoridade bíblica, engloba o decreto divino de felicidade para os eleitos e a divina reprovação para os destinados ao Inferno. No âmbito do dogma católico, a graça é um requisito prévio da salvação, mas não é arbitrariamente concedida e tem que ser merecida. A predestinação para o Inferno deve-se a que Deus prevê o pecado, não o predetermina. A natureza exata da predestinação foi discutida por muitos autores medievais. A heresia do predestinarianismo surgiu no Ocidente, atribuindo a salvação e a reprovação somente à vontade de Deus, o que excluía a cooperação e o livre-arbítrio humanos. Assim, os réprobos são impelidos para o pecado e os eleitos para a retidão através do suprimento de graças eficazes que destroem seu livre-arbítrio. Os heréticos citaram Santo Agostinho, interpretando erroneamente suas idéias expressas no De Dono perseverantiae (possivelmente como refutação ao pelagianismo e ao semipelagianismo, que considerou as obras naturalmente boas do homem como a única determinante da predestinação). O anônimo Praedestinatus do século V foi provavelmente da autoria de um pelagiano, combatendo Agostinho ao atribuir-lhe falsamente parte da obra.

Em meados do século V surgiu um rígido predestinarianismo, defendido pelo sacerdote gaulês Lucidus, que se submeteu a Fausto de Riez e ao Concílio de Aries (c. 473). O conflito foi reatado no século IX, quando o predestinatário Gottschalk de Orbais foi refutado por Rábano Mauro (c. 840); Gottschalk foi forçado a retratar-se e aprisionado por ordem de Hincmar, arcebispo de Reims, no Sínodo de Quierzy (849). Uma nova refutação por João Escoto Erígena serviu meramente para intensificar a controvérsia; no reinado de Carlos, o Calvo, o Império Franco do Ocidente viu-se envolvido na disputa, até que a paz foi restabelecida pelo Sínodo de Toussy (860). Daí em diante, o ensino medieval concentrou-se no repúdio da reprovação para o Inferno e na afirmação da predestinação divina dos eleitos para o Céu e da cooperação do livre-arbítrio. Esse ensino foi temporariamente desafiado por Thomas Bradwardine (c. 1290-1349) e pelos precursores da Reforma (Wycliffe, Huss, Jerônimo de Praga e Johann Wessel). O predestinarianismo recebeu um vigoroso impulso na Reforma; a intransigente negação por Lutero do livre-

arbítrio nos réprobos e do mérito, foi sistematizada por Calvino e modificada de várias maneiras. MB

□ J. Farrelly, Predestination, Grace and Free-will (1964)

prefeitos do palácio O cargo de major palatii foi o sucessor, com os monarcas merovíngios, do major domus como governante efetivo do reino franco, por trás dos chamados rois fainéants, ou "reis preguiçosos". O conflito entre Pepino II, prefeito de Austrásia, e Ebroin, prefeito de Nêustria e Borgonha, terminou com o assassinato de Ebroin (680) e a vitória de Pepino sobre os neustrianos em 687. Daí em diante, Pepino foi o governante de facto dos três reinos e foi sucedido por seu filho, Carlos Martel. Após a deposição do rei Childerico III em 751, o prefeito do palácio, Pepino III, foi eleito rei dos francos.

□ J.M. Wallace-Hadrill, The Long-haired Kings (1962); A.R. Lewis, "The 'Dukes' in the Regnum Francorum, AD 550-751", Speculum, 51 (1976)

Premonstratense, Ordem Em 1120, Norberto de Xanten fundou uma comunidade religiosa em Prémontré, perto de Laon, que foi aprovada como Ordem em 1126. Os premonstratenses, ou cônegos brancos, eram agostinianos reformados, mas sua organização geral foi consideravelmente influenciada pelos cistercienses. Originalmente, a Ordem caracterizou-se por seu forte elemento de pregação e trabalho pastoral, e por suas prescrições para mulheres em mosteiros duplos. Entretanto, a Ordem acabou por suprimir seus mosteiros duplos, em resposta à opinião pública religiosa, e surgiram conflitos internos a respeito da interpretação da Regra de Santo Agostinho. Gradualmente, um modo mais contemplativo e monástico de vida ganhou precedência sobre as funções apostólicas, que iriam ser desempenhadas pelos frades do século seguinte; as constituições dominicanas apoiaram-se substancialmente nas de Prémontré.

Procópio de Cesaréia (m. 562) O mais ilustre dos historiadores bizantinos do século VI, que escreveu história contemporânea na tradição de Tucídides. Era secretário de Belisário, general de Justiniano, a quem acompanhou em numerosas campanhas, e suas Histórias da Guerra fornecem uma inestimável descrição das guerras pérsicas, vândalas e góticas. Em Construções, Procópio descreve as principais obras públicas executadas no governo de Justiniano, enquanto que sua História Secreta é um famoso relato crítico do reinado de Justiniano.

□ The Secret History, trad. G.A. Williamson (1966)

Prússia A Prússia que alcançou a fama com Frederico, o Grande, e Bismarck tem uma

relação muito limitada com a Prússia medieval. O Estado prussiano nasceu da fusão, no início do século XVII, das terras fronteiriças de Brandenburgo, da dinastia Hohenzollern (burgraves de Nuremberg e eleitores de Brandenburgo) e dos Estados bálticos fundados pela Ordem Teutônica, dos quais derivou o nome “Prússia”.

“Prússia” referia-se originalmente a um pequeno povo báltico pagão que vivia em torno do estuário do Vístula. A Polônia tentara sem êxito sua conversão, mas esta veio a ser conseguida pelos Cavaleiros da Ordem Teutônica (fundada na Palestina em 1198), que desviaram seu espírito cruzado para essa região em 1226 quando o Edito de Ouro de Rimini, concedido por Frederico II, deu ao grão-mestre Herman de Salza poderes para governá-la como parte integrante do Império. De 1226 a 1236, a Ordem empenhou-se numa brutal conquista e conversão. A região foi subjugada até eclodir a grande rebelião prussiana (1260), da qual resultaram 15 anos de guerra, durante os quais grande parte da população original foi exterminada. Os remanescentes foram totalmente absorvidos pelos povoadores germânicos e eslavos a quem a Ordem transplantou, designados como prussianos orientais ou ocidentais segundo a margem do Vístula onde se instalaram.

Durante o século XIV, a Prússia floresceu como uma república monástica administrada pela Ordem (seu celibato e proibição de bens pessoais impediam o governo feudal), à sombra da qual viviam uma aristocracia econômica e um campesinato próspero. Com a prosperidade dos Estados, a Ordem passou a ser vista cada vez mais como uma entidade estrangeira, sobretudo pelo fato de ser reabastecida pelo Império. Em seu apogeu, no século XIV, o território da Ordem estendia-se desde a fronteira da Polônia até a Estônia. Cidades como Danzig (residência do grão-mestre) e Königsberg cresceram e tornaram-se importantes potências mercantis bálticas.

Durante o século XV, a Ordem envolveu-se em guerras com a Polônia e a Lituânia, aliando-se os Estados prussianos ao inimigo. Em 1466 (a Segunda Paz de Thorn), a Prússia ocidental tornou-se totalmente polonesa, e a Ordem manteve a Prússia oriental como um feudo vassalo da Polônia. A Prússia deixava de ser parte do Império.

Em 1525, o último grão-mestre, Albrecht von Brandenburg-Ansbach, usou a Reforma para dissolver o Estado da Ordem, tornando-se duque temporal da Prússia sob a suserania da Polônia. Ele pertencia à família Hohenzollern e através dele a Prússia tornou-se finalmente aliada de Brandenburgo.

MB

□ F.L. Carsten, The Origins of Prussia (1954); S. Haffner, The Rise and Fall of Prussia (1980)

Psellus, Miguel Natural de Constantinopla, Psellus é mais conhecido por sua realista,

ainda que exagerada, história dos imperadores bizantinos e da decadência política do período de 1025-71. Era célebre por sua vaidade, embora isso fosse convencional, segundo parece, entre os escritores bizantinos. Foi um favorito do imperador Constantino IX (1042-55), a quem ensinou retórica, e que estava sinceramente interessado na literatura e filosofia clássicas, em especial a obra de Platão. Influente e inescrupuloso político palaciano, esteve estreitamente envolvido na trama que resultou na detenção e prisão do imperador Romanus, após sua derrota em Manzikert (1072)

Ptolomeu de Lucca (c. 1236-1326) Bartolommeo Fiadoni era membro da proeminente família Fiadoni de Lucca e um importante historiador civil e eclesiástico. Era colaborador dominicano de Tomás de Aquino, tendo entrado em contato pela primeira vez com o grande filósofo na década de 1270; assim, pôde continuar o livro de Aquino, Do Governo dos Príncipes (c. 1302). Talvez tenha ficado mais conhecido por sua defesa da teoria hierocrática do poder papal, mas sua obra também é notável por sua ponderada e compreensiva análise dos tipos de estrutura de poder existentes na Itália no começo do século XIV. Antes do advento de Marsílio de Pádua, a teoria comunal italiana recebeu considerável apoio de Ptolomeu de Lucca.

□ B. Schmeidler, Studien zu Tholomeus von Lucca (1908)

Quadrivium As sete artes liberais que constituíam a base para a educação na Idade Média estavam divididas em dois elementos: o Trivium e os estudos mais avançados do Quadrivium (aritmética, geometria, astronomia e música). Nas mãos de hábeis professores com acesso à obra de Boécio e seus sucessores, uma significativa herança de cultura clássica foi transmitida ao mundo medieval do Ocidente. Para Boécio, todos os quatro ramos do Quadrivium representavam diferentes aspectos da matemática, mas ocorreram desenvolvimentos significativos, sobretudo no século XII, quando distinções mais nítidas foram feitas entre a prática e a teoria das ciências. A estrutura do Quadrivium sobreviveu — se bem que precariamente — quando novos conhecimentos foram se acumulando. Ver educação

□ [A.C. Crombie, Historia de la ciencia: de San Agustín a Galileo, 2 vols., Madri, Alianza, 1974; R.A. Costa Nunes, História da Educação na Idade Média, S. Paulo, EPU-EDUSP, 1979]

quilate (também, como peso, siliqua) Inicialmente, um peso (0,189/g) derivado da vagem da alfarrobeira (Ceratonia siliqua), mas usado geralmente na Idade Média como termo para expressar a pureza do ouro (1/24ª parte), uma vez que o solidus constantiniano, de ouro puro, pesava 24 quilates. [A palavra "quilate", derivada do árabe quirat, tem sua origem no grego kerátion, que significa "pequeno chifre", lembrando o formato da vagem ou casca

(siliqua) de várias leguminosas, NT]

R

Rábano Mauro (c. 780-856) Preceptor Germaniae, foi educado em Fulda e estudou mais tarde com Alcuíno em Tours. Regressou a Fulda e tornou-se diretor da escola aí existente, convertendo-a num dos mais influentes centros de cultura e erudição da Europa. Serviu como abade de Fulda durante 20 anos, exonerando-se em 842 para se tornar arcebispo de Mainz em 847. Suas obras escolásticas, como De Clericorum Institutione, não revelam originalidade filosófica ou teológica, mas a profundidade de sua erudição granjeou o respeito geral para o autor.

□ E.F. Duckett, Carolingian Portraits (1964)

Ragnar Lothbrok (Ragnar "Calções de Couro") Herói viking que aparece freqüentemente como figura genealógica nas sagas. A evidência histórica é escassa, mas parece ter sido um importante chefe dos vikings em meados do século IX e pai de Ivar, o Desossado, e de Hubba, irmãos escandinavos que desfecharam uma série de penetrantes incursões na Inglaterra contra o reino de Alfredo. Também foi identificado com o viking que subiu o Sena e saqueou Paris em 845. Acreditava-se que ele teria morrido ao ser lançado num ninho de serpentes em Nortúmbria, pressagiando nas suas últimas palavras a vingança filial: "Como grunhirão os porquinhos quando souberem da morte do velho javali!"

□ A.P. Smyth, Scandinavian Kings in the British Isles 850-880 (1977)

Raimundo IV (c. 1041-1105) Conde de Toulouse. Segundo filho de Pons e Almodis, com a morte de seu irmão mais velho, Guilherme (1093), sucedeu-lhe na posse de todo o condado de Toulouse. Dois anos depois, foi o primeiro príncipe a responder à convocação de Urbano II para uma Cruzada à Terra Santa. Deixou a França em 1096 e, quando chegou a Constantinopla, recusou-se a render preito de vassalagem ao imperador Aleixo. Chegou-se a uma solução de compromisso pela qual Raimundo concordava em respeitar os direitos territoriais do imperador, e gradualmente Raimundo acabou favorecendo e advogando uma aliança greco-latina para fortalecer os objetivos da Cruzada. Estava presente no cerco e tomada de Antioquia e argumentou que a cidade deveria ser entregue ao imperador. Entretanto, Boemundo I reclamou-a para si e expulsou a guarnição de Raimundo. Apesar disso, Raimundo aparece como o verdadeiro líder da Cruzada, organizando a marcha sobre Jerusalém e desempenhando um papel decisivo no assalto à cidade em 1099. Raimundo não aceitou a dignidade real (Godofredo de Bulhão tornou-se o Defensor do Santo Sepulcro) e em 1101 fundou o condado de Trípoli, embora se mantivesse em campanha até o dia de sua morte.

□ J.H. Hill e L.L. Hill, Raymond IV of St. Gilles (1959)

Ranulfo de Glanvill (m. 1190) Natural de Stratford, Suffolk, era membro das categorias inferiores das classes fundiárias da Inglaterra. Ingressou na administração real, ascendendo à posição de xerife. Sua lealdade a Henrique II foi provada por sua enérgica defesa do norte durante a rebelião de 1173-74, na qual Ranulfo capturou o rei Guilherme da Escócia em Alnwick. Sucedeu a Ricardo de Lucy como magistrado judicial em 1180, um cargo que exerceu até 1189, quando Ricardo I o exonerou e mandou prender. Foi solto contra o pagamento de um resgate de £ .15.000 e acompanhou Ricardo na Terceira Cruzada, morrendo em Acre em 1190.

Sua fama repousa na obra que lhe é comumente atribuída, o Tractatus de Legibus et Consuetudinibus Regni Angliae (c. 1188), mas possivelmente escrita por seu sobrinho e secretário, Hubert Walter. Tal obra é uma lúcida descrição comentada da prática, procedimentos e princípios dos tribunais régios. O livro está estruturado em torno das formas de mandados reais e seus procedimentos, especialmente os inquéritos possessórios recentemente introduzidos para servir de base a ações ajuizadas nos tribunais condais de apelação. O objetivo era fazer respeitar com eficácia as ordens reais específicas, com a autoridade régia usada para superar jurisdições conflitantes e assegurar a eficiente manutenção da paz do reino. A popularidade do Tratado nos círculos judiciais ajudou a consolidar a posição do direito consuetudinário contra os sistemas jurídicos feudal, Canônico e romano que vinham se desenvolvendo rapidamente.
□ G.D.G. Hall, Glanvill (1965)

Ranulfo Flambard (m. 1128) Bispo de Durham e um dos principais ministros de Guilherme II, o Ruivo (1087-1100). Ordericus Vitalis descreve-o como indivíduo de origem humilde, oriundo da região normanda de Bessin. Entre 1083 e 1085, ingressou na Chancelaria como escriturário e guardião do selo real, ascendendo a uma posição de destaque com Guilherme, o Conquistador, por volta de 1087. Continuou servindo a Guilherme II, o Ruivo, tornando-se seu capelão, magistrado judicial e um dos chefes da administração. Era extremamente impopular entre os cronistas e ganhou a reputação de "advogado do feudalismo". Pouco se sabe do seu verdadeiro papel, mas foi geralmente descrito como agente fiscal, e certas provas evidenciam sua ligação com o aspecto judicial das finanças. Parece ter tido uma intervenção decisiva na expansão da autoridade real a toda a Inglaterra, ao ampliar as relações régias para além da mera suserania, convertendo-se em senhorio efetivo, aumentando a interferência em questões locais, tornando mais complexos os cargos administrativos e ajudando a criar o Tesouro. Ampliou

as possessões do rei, muitas vezes à custa da Igreja.

Em 1099, tornou-se bispo de Durnham, embora continuasse no exercício de suas funções administrativas e por isso causasse protestos gerais. Quando Henrique I subiu ao trono (1100), Ranulfo foi preso mas fugiu para a Normandia, onde encorajou a invasão da Inglaterra por Roberto. Reconciliou-se com Henrique por volta de 1101 mas não teve qualquer papel em sua administração, concentrando-se em Durham, onde quase completou a catedral, fortificou a cidade e edificou o castelo de Norham.

□ R.W. Southern, "Ranulf Flambard and early Anglo-Norman Administration", Transactions of the Royal Historical Society, 16 (1933)

Ravena Em 402-03, o imperador Honório e sua corte deixaram Milão para ir estabelecer residência permanente em Ravena, uma cidade que proporcionava melhor proteção contra as tribos bárbaras invasoras, vindas do norte. A cidade desempenhou um papel decisivo na história da Europa medieval durante cerca de 350 anos, primeiro como capital do Império Romano do Ocidente e, depois, da Itália ostrogoda e bizantina. O chefe bárbaro Odoacro aí residiu depois de 476, entregando-a ao ostrogodo Teodorico em 493. A cidade desempenhou então um importante papel nas campanhas de Justiniano para reconquistar a Itália aos godos; o general bizantino Belisário conquistou Ravena em 540, e a cidade tornou-se a capital da Itália. Foi posteriormente transformada num exarcado imperial (c. 584-c. 751), convertendo-se assim no centro de toda a atividade administrativa na Itália, além de ser o principal porto de entrada para os bizantinos. A cidade foi tomada pelos lombardos em meados do século VIII, mas em 757 estava sob o controle do papa, depois que o rei franco Pepino expulsou os lombardos.

No final da Idade Média, Veneza suplantou Ravena como o principal porto do Adriático. Os numerosos e belos edifícios e obras de arte executados em Ravena entre os séculos V e VIII resumem as fortes ligações artísticas entre os impérios romanos do Ocidente e do Oriente nos primórdios da Idade Média.

□ E. Hutton, Ravenna: A Study (1913); A. Torre, Ravenna: Storia di 3000 Anni (1967)

realeza Forma de monarquia muito comum no Ocidente latino medieval e reproduzida na Palestina após a Primeira Cruzada. Ao invés do imperialismo romano, não comportava qualquer implicação de universalidade, e as realezas eram muitas e variadas. Conceitos de função régia e de governo real (regale ministerium, regimen) eram familiares entre as pessoas de educação latina do período. A realeza era uma combinação de autoridade militar, civil e religiosa, variando em proporção e poderio de acordo com as qualidades e a sorte de cada rei. Usualmente qualificado como membro de uma estirpe real (stirps regia),

um rei governava sobre o povo ou povos concebidos como um grupo em grande escala de pessoas ligadas por um parentesco ou antepassado comum (gens); essas conotações são claras na palavra germânica arcaica para "rei", kuning, associada com freqüência a thiudans (povo). Embora o domínio sobre o território fosse cada vez mais acentuado a partir do século X, o poder do rei era exercido — no modelo básico de todas as relações políticas medievais — como uma suserania sobre varões a ele vinculados por lealdade pessoal. Os poderes potencialmente arbitrários da realeza eram restringidos, na prática, pelo subdesenvolvimento econômico, o qual dificultava a institucionalização e obrigava à divisão de poder com a aristocracia e, em teoria, pelas ideologias aristocrática e eclesiástica que submetiam a responsabilidade real a elas.

A realeza formou-se nos Estados sucessores do Império Romano no Ocidente durante os séculos V e VI, em parte em resposta à necessidade de imigrantes bárbaros para os comandos militares e à alocação de recursos escassos, mas, sobretudo, em conseqüência dos interesses próprios das elites provinciais romanas, que se asseguraram do poder dotando generais bárbaros como Clóvis e Teodorico de autoridade territorial, posse de terras e rendas tributárias. Denominando-os "reis" {rex, reges), Sidônio, Cassiodoro, Gregório Magno e Isidoro investiram os novos governantes de uma legitimidade baseada em idéias políticas romanas e cristãs. Embora Deus pudesse permitir que maus governantes punissem homens pecaminosos, a própria realeza e, sobretudo, a realeza cristã, tinha por modelo supremo a realeza cósmica de Deus e, por conseguinte, era boa. As Escrituras ofereciam exemplos como Davi e Salomão, e indicavam a preferência divina pela sucessão hereditária. A imagem do imperador romano cristão como representante de Deus na manutenção da ordem social através da paz, da lei e da justiça foi transferida para o rei. Beda e os intelectuais carolíngios transmitiram essa ideologia no período final da Idade Média; ela foi compartilhada por Hincmar de Reims, João de Salisbury e Tomás de Aquino. A Igreja intermediou-a, através da liturgia, para um público mais vasto; rituais de sagração real foram elaborados do século VIII em diante e, ao ungir os reis, a Igreja promoveu a autoridade sacra da realeza e a identidade sacra do povo cristão.

A realeza também era vista como um cargo condicional, já que, embora fosse usualmente hereditária, os reis tinham que ser escolhidos pelos varões mais importantes do reino. Um rei tinha que subordinar suas decisões de mando à lei ou afundava na tirania; tinha que escutar o parecer daqueles homens que eram seus leais conselheiros, insistiu Hincmar; tinha que lhes respeitar os sentimentos de equanimidade e que legislar para o bem comum, caso contrário a fidelidade poderia ser-lhe retirada. O juramento de coroação destacava os deveres do rei; em Aragão de fins da Idade Média, a nobreza só se propunha

ser obediente ao rei se este lhe respeitasse as leis e privilégios: "e se não, não."

A prática da realeza mostra igualmente continuidade durante todo o período medieval. O palácio era o coração político do reino; era daí que o rei distribuía o tesouro; que distraía seus nobres companheiros e saía com eles em caçadas que política e economicamente sustentavam o regime; para aí convocava as assembléias aristocráticas onde o rei ouvia opiniões e obtinha colaboração. Em tais ocasiões, o papel central do rei nos rituais, fossem torneios, adubamentos de cavaleiros ou procissões litúrgicas, aumentava o prestígio da realeza e punha em foco o grupo aristocrático participante. Boas comunicações e um mecenato sagaz eram indispensáveis para uma realeza bem-sucedida. Como juiz, o rei demonstrava e reforçava o seu poder: os perdedores podiam aceitar a decisão régia sem vergonha por causa do prestígio ímpar da realeza, ao passo que os ganhadores estavam dispostos a pagar por decisões competentes. O controle sobre as herdeiras aristocráticas fornecia receitas, ao mesmo tempo que reforçava o papel do rei como protetor dos fracos.

As viagens reais difundiam o poder e a aura da realeza, Iter, "percurso" ou "viagem", também significava campanha militar, e a "máquina de guerra" era o motor político da realeza nos primórdios da Idade Média; os reis vitoriosos reabasteciam os tesouros através de saques e tributos, e adquiriam territórios a fim de recompensar seguidores fiéis. A realeza expansiva, entretanto, era divisível, dado que a partilha entre herdeiros gerava reinos separados (como em 843, quando o império de Carlos Magno foi dividido entre seus três netos). A partir do século XI, com a crescente prática da progenitura e a cristalização dos reinos como unidades territoriais, as partilhas deixaram de causar a proliferação de reinos.

Com a crescente monetarização da sociedade e dos custos da guerra, os reis recorreram à tributação, promovendo instituições representativas no período final da Idade Média, como instrumentos de taxação e coleta de impostos, e empregando técnicas conhecidas de administração, inclusive ritualísticas, a fim de manter essas assembléias centradas na Coroa. O arrendamento de impostos possibilitou novos ganhos, e a corte aumentou suas vantagens tanto para os nobres quanto para os burgueses ambiciosos. A realeza medieval nunca foi verdadeiramente burocratizada, embora reis medievais viessem mais adiante a recrutar em número cada vez maior letrados e servidores saídos de universidades patrocinadas por eles.

O mais constante e duradouro apoio da realeza era a Igreja. Em cada reino, o clero era sempre proeminente no pessoal do governo e da administração. Contingentes recrutados entre os habitantes de terras da Igreja eram essenciais à formação dos

exércitos reais no começo da Idade Média e, mais tarde, a Igreja contribuiu com impostos, enquanto que, em retribuição, a realeza protegia as riquezas acumuladas pela Igreja. Poucos eclesiásticos criticavam esse relacionamento mutuamente benéfico, e os reis continuaram nomeando bispos depois da Questão das Investiduras, tal como faziam antes. A Igreja também sustentava a realeza pela formação da opinião leiga através de sermões e rituais.

A realeza sobreviveu a reinados fracos. Príncipes, não ungidos, reivindicavam origem divina de seu poder através do rei; a comunidade aristocrática do reino mantinha-se em torno da Coroa; rebeldes camponeses atacavam conselheiros perversos em nome da realeza; o "toque real", inventado por funcionários palacianos (o qual se supunha curar enfermidades), era buscado pelos humildes. No final da Idade Média, os Estados nascentes da França, Inglaterra e Espanha extraíam sua força da preponderante ideologia da realeza. JLN □ F. Kern, Kingship and Law (1939); M.L. Wilks, The Problem of Sovereignty in the Later Middle Ages (1963); W. Ullmann, A History of Political Thought: the Middle Ages (1965); S. Reynolds, Kingdoms and Communities in Western Europe 900-1300 (1984); J.L. Nelson, Politics and Ritual in Early Medieval Europe (1987) [M. Bloch, Les rois thaumaturges, Paris, Armand Colin, 1961; E. Kantorowicz, Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teologia política medieval, Madri, Alianza, 1985; W. Ullmann, Princípios de gobierno y política en la Edad Media, Madri, Revista de Occidente, 1971]

Realismo Ver escolástica

Recaredo I rei dos visigodos 586-601 (c. 560-602) Principal responsável pela conversão da dinastia visigoda do Arianismo ao Cristianismo, Recaredo fortaleceu deliberadamente os vínculos religiosos entre rei e Igreja, ao aceitar o costume do Antigo Testamento de ser ungido pelos bispos quando de sua entronização, ao cooperar com os bispos nos grandes concílios e ao trabalhar estreitamente com o papa Gregório I. Não conseguiu obter completo êxito em face da diversidade de populações e interesses na Península Ibérica, separatismo basco, independência sueva, diferença hebraica e persistência ariana, mas fez muito para estabilizar e fortalecer o que viria a ser uma monarquia cristã ortodoxa.
□ [E.A. Thompson, Los godos en Espanã Madri, Alianza, 1985; P.D. King, Derecho y sociedad en el reino visigodo, Madri, Alianza, 1981]

Reconquista Nome dado ao processo pelo qual, a partir do século XI, as comunidades cristãs da Espanha reconquistaram os territórios perdidos para os muçulmanos nas décadas imediatamente seguintes a 711. As principais datas decisivas são: a recuperação de Toledo em 1085; a formação do reino de Portugal e a conquista de Lisboa (1148); a

batalha de Navas de Tolosa (1212) e a subseqüente extensão da autoridade cristã a Sevilha e Córdova. No final do século XIII, somente o reino de Granada ainda estava em mãos muçulmanas, assim permanecendo até 1492. As fontes literárias tendem a romancear e simplificar excessivamente a Reconquista em sua interpretação da história hispânica, vendo-a como uma longa Cruzada desde o reinado de Carlos Magno até o final da Idade Média. A realidade, porém, era muito diferente, e a Reconquista deve ser interpretada no contexto de uma interação complexa de povos — cristãos, muçulmanos e judeus — que fez da Espanha uma das mais importantes fontes de vida intelectual e cultural na Idade Média central. [139]

□ [A. MacKay, La España de la Edad Media. Desde la frontera hasta el imperio (1000-1350), Madri, Catedra, 1980; D.W. Lomax, La Reconquista, Barcelona, Critica, 1984]

Regino (m. 915) Cronista franco de descendência nobre, foi sucessivamente monge e abade (eleito em 892) de Prüm, Alemanha ocidental. Sua Crônica, que vai até 906, foi escrita por volta de 908 e torna-o o historiador e moralista das lutas internas que ocorreram no Império Franco após a morte de Carlos III (888). Sua preocupação é com o apogeu alcançado pelo Império Carolíngio, sua queda e decadência. A Crônica teve continuidade (Continuatio Reginonsis) com Adalberto, arcebispo de Magdeburgo, depois de meados do século X, e descreve a recuperação do Império com os otonianos. Regino faleceu em St. Maximin, perto de Trier.

□ J. Fleckenstein, Early Medieval Germany (1978)

Regularis Concordia Tratado sobre costumes monásticos, possivelmente escrito por Santo Etelvold por volta de 970, o qual pretendia estabelecer uma forma comum de observância para os monges ingleses. A obra está dividida num prólogo e 12 capítulos abrangendo a vida religiosa ao longo do ano. No prólogo, o autor informa-nos que o rei Edgar convocou um Conselho em Winchester e convidou monges dos estabelecimentos reformistas de Fleury (cluniacenses) e Gand (lotaríngios) para sugerir as Regras nas quais a obra se basearia. Fornece detalhes íntimos da vida monástica; por exemplo, é o único documento do período que menciona a comunhão diária. A importância do tratado é o lugar que ocupa nas reformas eclesiásticas do século X, realçando aspectos católicos e locais. Ao estabelecerem uma estreita aliança com o poder real, os reformadores tentaram enfraquecer o domínio dos interesses seculares e locais. Além disso, fortaleceram a posição do monarca, permitindo-lhe cumprir o papel que lhe era atribuído de vigário de Cristo na Terra. A adoção geral dessa Regra levou à melhoria da vida monástica na Inglaterra.

□ Regularis Concordia, org. por D.T. Symons (1958)

Reims, Concílio de (outubro de 1049) Convocado pelo papa Leão IX. Esse pontífice recorria a numerosos concílios provinciais para assegurar o controle e aumentar substancialmente o poder e o prestígio papais, sendo ele o iniciador do movimento de Reforma do Papado. O Concílio de Reims (seguido pelo de Mainz) delineou a sua Reforma do clero secular e pode ser considerado o ponto de partida da Reforma papal. Os abusos eram coisa comum na França, de modo que Leão IX utilizou a consagração da nova igreja abacial de Saint-Rémy para a sua visita.

O Concílio condenou a simonia, o casamento clerical e a venda de ordens, salvaguardou as taxas por serviços prestados pelos clérigos mas proibiu a cobrança de emolumentos para funerais, Eucaristia e serviços a doentes; e declarou que bispos e abades só seriam nomeados após sua eleição pelo clero e pelo povo. Era uma expressão da vida corporativa da Igreja e enfatizava a responsabilidade individual. Henrique I da França, receoso devido à origem alemã de Leão IX e temeroso da autoridade papal, procurou criar obstáculos ao Concílio ao exigir de seus bispos a prestação de serviço feudal. Aqueles que obedeceram ao monarca foram excomungados (foi o caso do arcebispo de Sens e dos bispos de Beauvais e de Amiens), enquanto que o arcebispo de Reims e outros foram julgados por simonia; um bispo foi deposto e o bispo de Langres fugiu.

Reinaldo de Dassel (c. 1118-67) Chanceler imperial de Frederico I Barba-Ruiva e eminência parda de sua política de supremacia imperial. Era um competente administrador, diplomata e general, e um apaixonado defensor do Império.

Reinaldo estudou em Paris na década de 1140 e tornou-se preboste das catedrais de Hildesheim (1147) e Münster. Suas ambições políticas levaram-no a freqüentar o círculo imperial e em 1156 era nomeado chanceler. Reinaldo foi decisivo na concepção da campanha de Frederico para reivindicar soberania sobre toda a Cristandade e sobre Roma, em particular, provocando um cisma papal. Reinaldo dirigiu uma vigorosa campanha de propaganda contra o papa Adriano IV e em 1158-64 comandou tropas que invadiram a Itália por diversas vezes. Em 1159 foi eleito arcebispo de Colônia e, após a morte de Adriano IV nesse mesmo ano, patrocinou a eleição do antipapa Vitor IV contra Alexandre III. O cisma poderia ter terminado com a morte de Vitor IV em 1164, se Reinaldo não tivesse garantido seu prosseguimento mediante a instalação de um novo antipapa, Pascoal III. Reinaldo negociou cuidadosamente alianças durante o cisma, uma delas com Henrique II da Inglaterra (desde 1165), que foi inicialmente induzido a apoiar Pascoal. Reinaldo também obteve de Pascoal a canonização de Carlos Magno como propaganda imperial.

Em 1167, durante uma campanha italiana de grande envergadura, uma vitória decisiva sobre os romanos converteu-se em desastre quando o exército de Frederico foi dizimado pela malária; Reinaldo foi um dos muitos que morreram.
□ P. Münz, Frederick Barbarossa (1969)

relógios No início da Idade Média, o tempo e seus intervalos eram medidos por meio de relógios de sol, clepsidras, ampulhetas e relógios de vela, todos já existentes no mundo antigo. Os primeiros relógios mecânicos acionados por pesos datam do século XIV; alguns, como os de Milão (1335), Salisbury (1386) e Rouen (1389), tinham uma engrenagem de carrilhão, mas outros simplesmente ativavam um sistema de despertador que alertava um zelador que fazia então soar um sino. Esses primeiros relógios eram muito grandes e não tinham ponteiros nem mostradores, embora uma versão doméstica menor não tardasse em ser inventada. Os primeiros relógios portáteis foram inventados em torno de 1500 por Peter Henlein de Nuremberg, e eram acionados por mola. Tinham um ponteiro para as horas mas nenhum para os minutos, surgindo este último pela primeira vez em 1672.
□ D.S. Landes, Revolution in Time: Clocks and the Making of the Modern World (1984)

Renart, a Raposa Figura popular numa série de fábulas moralistas que teve grande voga na Europa ocidental dos séculos XIII e XIV; o herói era representado por uma astuciosa raposa, Renart ou Reinhart. Os compositores do que é por vezes chamado o ciclo Renart inspiraram-se essencialmente em Esopo, considerando o artifício antropomórfico um meio muito eficiente de comentários satíricos sobre a vida social.
□ J. Flinn, Le Roman de Renart (1964) [R. Bossuat, Le roman de Renard, Paris, Hatier, 1967]

Renascença Ver Carolíngia, Renascença; Renascença italiana, nortumbriana, do século XII

Renascença do século XII Em sabedoria e criatividade artística, assim como na ordem política e nos confortos da vida, os séculos entre a queda do Império Romano do Ocidente (século V) e o início da recuperação econômica e cultural nos séculos X e XI têm sido freqüentemente considerados a Idade das 'Trevas". Seja o rótulo apropriado ou não, o fato é que não se pode duvidar do poder de renovação que se lhe seguiu: entre os séculos XI e XIII transformou a face da Europa ocidental e, em saber e cultura, constituiu um decisivo avanço entre as pequenas revivescências dos séculos VIII a X e a Renascença italiana do século XV. A essa renovação cultural passou a estar associada a frase "Renascença do século XII". Embora R.W. Southern tenha aclamado sua "sublime futilidade", ele e muitos

outros tentaram, não obstante, definir seu conteúdo: ela abrangeu as artes, a arquitetura e a literatura vernácula, mas seu caráter especial foi dado pela inspiração eclesiástica, nas escolas, onde eram ensinados gramática e lógica, teologia e direito Canônico, e em organizações religiosas. Tais movimentos não podem ser estreitamente confinados em limites de tempo, mas a Renascença do século XII deve, em qualquer avaliação que se faça, incluir no mínimo o período de c. 1050-c. 1250.

A palavra "renascença" é comumente entendida na acepção de um renascimento deliberado da cultura antiga. Os humanistas do século XII estavam, de fato, com os olhos voltados para o passado: reverenciavam autoridades antigas; na célebre frase atribuída por João de Salisbury a Bernardo de Chartres, consideravam-se anões empoleirados nos ombros de gigantes. Ressurgiu o saber clássico e, com ele, o "humanismo" em, pelo menos, dois sentidos do termo: devoção à literatura latina e interesse pela individualidade e emoção humanas. Mas as atitudes para com a Roma antiga eram ambivalentes e muitos pensadores achavam que todo o saber devia subordinar-se ao estudo da Bíblia e da teologia. Isso ajuda a explicar o ritmo da "renascença" no norte da Europa, onde o acentuado ressurgimento do estudo do latim e da retórica, e da criativa literatura latina em prosa e verso, desmoronou no século XIII para dar lugar a um dessecado mas finamente harmônico latim escolástico que forneceu o veículo para as impressionantes e altamente especializadas estruturas teológicas dos pensadores escolásticos.

Essa especialização foi também um produto do crescimento das escolas. Uma característica acentuada dos séculos XI e XII era o gosto pelas viagens, resultando em peregrinações e Cruzadas, e o vaivém de estudantes e estudiosos em busca de mestres distantes. Foi isso, em parte, o que possibilitou o succès fou de um punhado de grandes mestres e centros de saber — e o que, por sua vez, habilitou esses centros a desenvolverem suas proezas e reputação acadêmicas, até se converterem em universidades. No norte da Europa, Paris era o centro indiscutível, e sua maior atração no começo do século XII era o brilhante professor, filósofo, teólogo e amante Pedro Abelardo. O estímulo intelectual de seu ensino e o brilhantismo de sua técnica na aplicação da lógica (dialética no uso medieval) à teologia, constituíram uma poderosa força no pensamento do século XII. Mas Abelardo era apenas um dos muitos professores em Paris; seu discípulo, João de Salisbury, enumera mais de uma dúzia de importantes mestres com quem estudou gramática, retórica, dialética, outras formas de filosofia e, sobretudo, teologia.

Dessa época em diante, Paris foi o mais destacado centro de estudo teológico na Europa e o principal centro intelectual do norte da Europa; no decorrer do século XII, adquiriu uma estrutura de instituições que a converteram numa "universidade" formal, e por volta de 1250 havia universidades em Oxford, Cambridge e Montpellier, e várias na

Itália. As duas universidades inglesas eram, porém, modestas competidoras de Paris como centros de estudo teológico.

Como disciplina intelectual importante, a principal alternativa para a teologia era o direito, romano e Canônico. O século XII testemunhou uma radical transformação no estudo e prática do direito Canônico, cujo foco central foi a produção da Concordantia Discordantium Canonum (Concordância de Cânones Discordantes) ou Decretum de Graciano, em Bolonha (c. 1140). Não foi por mero acaso que a obra foi escrita em Bolonha, a cidade que por duas gerações tinha sido o centro do ressurgimento do direito romano e o lugar onde seu estudo e sua prática floresceram. O próprio Graciano não foi, comprovadamente, professor nem advogado praticante e tinha escassa simpatia pessoal pelo direito romano. Mas seu livro foi um catalizador e, quando ele e seus discípulos o terminaram, era simultaneamente um corpus de autoridade no tocante à lei da Igreja (Corpus juris Canonici) e um estimulante compêndio, que se tornaria o vade-mécum dos estudos de direito Canônico dos séculos XII a XX. A tentativa de reconciliar autoridades discordantes está na base de muito do ensino e do saber do século XII, desde o bispo Ivo de Chartres, o canonista (m. 1115), passando por Abelardo, o teólogo, até Graciano, o jurista, e Pedro Lombardo, o teólogo que se tornou professor e bispo em Paris e forneceu, em suas Sentenças (c. 1150), um compêndio de autoridades teológicas tão fundamental quanto o de Graciano para o direito. Foi sobre tais alicerces que se construíram as faculdades de estudos superiores mais características das universidades medievais: teologia e direito. Uma destacada faceta do século XII foi o ressurgimento do interesse pela ciência, muito influenciado pelos conhecimentos islâmicos e hebraicos, e disso os principais centros na Europa cristã estavam em Montpellier e Salerno.

Nos séculos X e XI, os mosteiros estiveram no centro do saber e das atividades artísticas na Europa ocidental. À primeira vista é um paradoxo verificar que, no século XII, quando as ordens religiosas cresceram em tamanho e variedade, esse predomínio cessou, mas em essência é uma ilustração da crescente riqueza e variedade da cultura do século XII. Os centros do saber passaram a situar-se em escolas não-monásticas, como as de Paris e Bolonha; as artes passaram cada vez mais a ser obra de profissionais leigos — nunca de um modo exclusivo mas certamente predominante. Contudo, os mosteiros continuaram sendo, a par das catedrais e de outras igrejas importantes, os principais canais do mecenato artístico. Foi uma grande idade de construção, a qual presenciou o apogeu da arquitetura românica e o nascimento da arquitetura gótica. O gótico propagou-se desde Saint-Denis (Paris), através do norte da França até a Inglaterra e a maior parte da Europa ocidental; o século XII viu florescerem escolas de escultura, sobretudo na

França e no norte da Itália, e escolas locais de iluminação de livros; e as artes menores disseminaram-se por toda a Cristandade.

As ordens religiosas e a arte e o saber cristãos impuseram seu cunho e seu caráter à "renascença" do século XII; entretanto, sua qualidade só pode ser saboreada através da apreciação da rica literatura vernácula, especialmente francesa e alemã, tão característica dos séculos XI a XIII. Na origem uma literatura oral, as épicas das Cruzadas dos séculos XI-XII, a Canção de Rolando e as outras chansons de geste, fizeram do derramamento de sangue e da guerra o tema típico da literatura francesa e alemã até cerca de 1150; daí em diante, o romance arturiano, a proeza cavaleiresca e o amor cortesão subiram ao primeiro plano, culminando no rico e sofisticado Parzival de Wolfram von Eschenbach, pouco depois de 1200. O Parzival é a versão de um leigo devoto da história do Santo Graal; uma ramificação de uma variada e extremamente fértil cultura vernácula, na qual homens de saber como Chrétien de Troyes e Gottfried von Strassburg (autor da mais conhecida versão da lenda de Tristão) se misturam com poetas, menestréis e trovadores de um espírito menos refinado. A literatura vernácula mostra como a cultura desse período se propagou amplamente tanto entre as populações incultas quanto nas escolas, e desenvolveu temas tanto seculares quanto espirituais. Ver Adelardo de Bath; Alain de Lille; Thierry de Chartres; vitorinos CB

□ C.H. Haskings, The Renaissance of the Twelfth Century (1927); R.W. Southern, Medieval Humanism and other Studies (1970); CR. Dodwell, Painting in Europe 800-1200(1971); C. Morris, The Discovery of the Individual (1972); The Flowering of the Middle Ages, org. por J. Evans (1966) [C. Brooke, O Renascimento do Século XII, Lisboa, Verbo, 1972]

Renascença italiana O termo "Renascença", usado para descrever o período de cerca de 1330-1530, foi empregado primeiramente por escritores italianos dos séculos XIV e XV que se aperceberam da ocorrência de uma mudança fundamental nesse período. Os humanistas, a elite intelectual do período, acreditavam que os estudos clássicos, perdidos numa era de trevas após a queda do Império Romano, aguardavam então um renascimento através deles. Esses homens fomentaram uma preocupação crescente com a vida cívica, em parte como resultado de uma nova visão do homem como um ser compreensível colocado a meio caminho entre Deus e as ordens inferiores da natureza. Na opinião deles, os estudos clássicos forneceram inúmeros exemplos e métodos que podiam ser de comprovada utilidade para as necessidades da sociedade em que viviam; todas as áreas da vida, sem exceção, da arte à política, acabaram sentindo o impacto desses estudos.

□ P. Burke, Tradition and Innovation in Renaissance Italy (1972) [Dicionário do Renascimento Italiano, org. por J.R. Hale, Rio, Jorge Zahar, 1988; J. Delumeau, A civilização

do Renascimento, 2 vols., Lisboa, Estampa, 1984]

Renascença nortumbriana Durante a segunda metade do século VII e a primeira metade do século VIII, a Nortúmbria anglo-saxônica (a área ao norte do Humber) produziu uma cultura extraordinariamente rica, denominada Renascença nortumbriana. Foi uma renascença no sentido amplo de um renascer da erudição e da arte, com especial referência ao passado clássico, mas foi muito além disso, fundindo elementos recém-descobertos da Antigüidade tardia, da cultura cristã/bizantina e continental primitiva, com as mais familiares tradições célticas e germânicas, para fundar uma cultura britânica que ganhou o título de "insular", como um dos poucos movimentos dessa natureza a ter evoluído totalmente no interior das Ilhas Britânicas.

Esse vigoroso e estimulante ambiente literário, artístico e religioso foi um produto da posição geográfica e do desenvolvimento político da Nortúmbria. No século VII, a Nortúmbria pagã estava entre dois poderosos centros do Cristianismo. A noroeste situava-se a Dalriada irlandesa e o mosteiro de Iona, fundado por Columba por volta de 563. (A Irlanda tinha desenvolvido sua própria cultura cristã em comparativo isolamento do resto da Europa.) Ao sul estava o campo de conversão da missão romana, chefiada por Agostinho em Canterbury e instigada pelo papa Gregório Magno (597). A conversão inicial da Nortúmbria é atribuída ao romano Paulinus, que em 625 acompanhou a princesa cristã Etelberga de Kent à Nortúmbria, onde casou com o rei pagão Eduíno (616-32). Este foi batizado (627), mas após sua morte no campo de batalha, seus sucessores Osvaldo (633-41) e Osvy (632-71), que tinham estado exilados em Iona durante o reinado de Eduíno, introduziram monges celtas liderados pelo abade Aidan de Iona (634), que instalaram um mosteiro em Lindisfarne.

O monasticismo e a pregação ascéticos irlandeses eram ideais nessa fase, mas a unidade eclesiástica e uma estrutura diocesana formal eram necessárias para assegurar solidez e eficácia, de modo que em 664, no Sínodo de Whitby, Osvy decidiu em favor da observância romana em seu reino. Aqueles que não aquiesceram deixaram a Nortúmbria, mas foram muitos os que permaneceram; e desses partiu a tentativa de fundir as duas tradições e que seria predominantemente responsável pela Renascença nortumbriana.

Houve muitas figuras eminentes nesse movimento. Hilda (614-80), abadessa de Whitby, a quem se atribui a descoberta do poeta nortumbriano Caedmon, aderiu depois de 664 e teve como suas sucessoras a esposa e a filha de Osvy, Eanfled e Elfled. Cuteberto (434-87), de quem sobrevivem três Vidas Nortumbrianas, foi o bispo de Lindisfarne que, embora de formação céltica, ajudou a reconciliar com Roma os irmãos renitentes. Wilfrid (634-709), celebrado por Eddius Stephanus numa Life of Wilfrid (c. 709), era um romanófilo

de formação céltica que em 653 acompanhou Biscop a Roma. Wilfrid era abade de Rippom, bispo de York, fundador de Hexham e o principal clérigo nórdico (669-78), embora deposto pior duas vezes em conseqüência de divergências com Osvy e seu sucessor Egfrith (671-85). Foi responsável por grande parte da atividade de construção e da atividade artística associadas às suas igrejas e pela introdução de novos estilos e técnicas. Teve como seu aliado nessa tarefa Benedito Biscop (c. 627-89), um nobre nortumbriano educado em Lérins e abade de São Pedro, em Canterbury, que realizou cinco viagens a Roma, trazendo na volta numerosos manuscritos, pinturas e outros objetos para as suas fundações nortumbrianas gêmeas de Wearmouth (673-74) e Jarrow (c. 681). Biscop gozou do patrocínio do sábio rei nortumbriano Aldfrith (685-705). Ceolfrith (c. 642-716) juntou-se a Biscop na administração de Jarrow e acompanhou-o a Roma. Após a morte de Biscop, coube-lhe governar Wearmouth e Jarrow.

O esplêndido Scriptorium produziu, entre outras coisas, três Bíblias para Ceolfrith (c. 700), uma das quais ele ofertou a São Pedro em sua viagem a Roma, onde pretendia morrer (716). Esse manuscrito, o Codex Amiatinus, representa o mais completamente classicizante dos manuscritos nortum-brianos, com sua escrita uncial e pintura impressionística. Ao tempo de Ceolfrith, o monge Beda (c. 672-735) foi o mais notável dos eruditos nortum-brianos. Suas obras, produzidas durante sua estada em Jarrow, incluem mais de 40 comentários bíblicos, duas Vidas de São Cuteberto, uma história dos abades de Wearmouth e Jarrow, obras científicas sobre o tempo, The Nature of Things, Six Ages of the World, tratados gramaticais e a magistral Ecclesiastical History of England (concluída c. 731), que representa a primeira tentativa medieval bem-sucedida de narrativa histórica contínua e de correlação entre os vários acontecimentos.

Talvez o mais impressionante exemplo visual da cultura nortumbriana sejam os Lindisfarne Gospels, provavelmente produzidos em Lindisfarne (c. 698) para o traslado das relíquias de São Cuteberto. Essa notável obra incorpora espirais célticas, entrelaçamentos germânicos e decoração zoomórfica, e elementos de provável derivação cristã primitiva, como retratos dos evangelistas, os quais, entretanto, são submetidos a um tratamento linear, caligráfico, que difere da técnica pictórica clássica do Codex Amiatinus.

Monumentos de outros tipos incluem as cruzes esculpidas humanísticas em Hexham, Bewcastle e Ruthwell, o esquife em madeira talhada e a cruz peitoral com jóias de São Cuteberto, a taça de Ormside com suas formas clássicas de plantas, e o escrínio franco em barba de baleia com cenas inspiradas pelas tradições populares cristãs, romanas e germânicas. MB

□ P. Hunter Blair, The World of Bede (1970); H. Mayr-Harting, The Corning of Christianity

to England (1972); D. Wilson, Anglo-Saxon Art (1984)

renovatio monetae (mutatio monetae) Costume de mudar o tipo de penny em circulação e de o substituir por um outro, freqüentemente em intervalos de três anos. Essa renovação da moeda era largamente praticada na Alemanha setentrional, onde era explorada para fins de tributação, e na Inglaterra entre o final do século X e meados do século XII.

Ricardo Coração de Leão rei da Inglaterra 1189-99 (n. 1157) Terceiro filho de Henrique II, recebeu o ducado da Aquitânia aos 11 anos de idade. Tal como seus irmãos, não tinha a menor lealdade filial e aliou-se ao rei francês contra seu pai em 1173-74 e 1188-89. Numa série de acirradas campanhas, estabeleceu sua autoridade sobre os refratados barões do Poitou.

Com a morte de seu pai (1189), herdou todas as terras de Henrique e começou a se preparar para uma Cruzada. Partiu em 1190, capturando Messina e Chipre, antes de juntar-se aos demais cruzados em Acre (1191). A cidade caiu em menos de um mês, e mais tarde, ainda nesse ano, a brilhante vitória de Ricardo em Arsuf resultou na conquista cristã de Joppa. Os cristãos estavam divididos e negociaram uma trégua honrosa com Saladino (1192), a qual permitiu aos cristãos terem acesso aos lugares santos e continuarem na posse de Acre.

Em sua viagem de regresso, Ricardo foi capturado por seguidores do imperador Henrique VI e só seria libertado após o pagamento de um resgate de 100.000 marcos. A Inglaterra foi surpreendentemente bem governada durante a ausência do monarca na Cruzada e no cativeiro. A reputação de Ricardo como rei foi elevada entre seus contemporâneos, e está hoje sendo de novo favoravelmente julgada após um período em que foi moda criticá-lo como negligente. Passou a maior parte de seus últimos anos em suas possessões francesas, construindo a grande fortaleza de Château-Gaillard, às margens do Sena, e foi morto no cerco de Chaluz, em 1199.
□ J. Gillingham, The Life and Times of Richard I (1978)

Richard de Clare (m. 1176) Conhecido como "Strongbow" [arco ou arqueiro poderoso NT], Richard FitzGilbert de Clare foi uma destacada figura na invasão anglo-normanda da Irlanda. Era um barão da fronteira galesa, conde de Striguil e conde de Pembroke desde 1148 (até o título ser revogado por Henrique II como criação do seu antecessor, Estêvão). Em 1167, Strongbow concordou em reempossar Dermot MacMurrough, rei de Leinster (expulso pelo rei supremo Rory O'Conor), em troca da mão de Eva, filha de Dermot, e da sucessão de Leinster. Strongbow comandou uma força maciça que invadiu a Irlanda em

1170, apesar da desaprovação de Henrique II. Tomou Waterford e Dublin, mas Henrique ordenou-lhe que regressasse. Strongbow acalmou os temores do monarca a respeito de súditos excessivamente poderosos, oferecendo-se para manter suas terras irlandesas vassalas da Coroa inglesa. Henrique recusou mas, nesse meio tempo, Dermot morreu (1171); a sucessão de Strongbow foi repudiada em Leinster e ele organizou uma campanha para subjugar a resistência.

Henrique II preparou-se para visitar a Irlanda. Strongbow procurou-o e garantiu-lhe a vassalagem de Dublin e seu hinterland, Waterford, Wexford e os Wicklows. Henrique desembarcou [1171) e sua suserania foi efetivamente reconhecida. A Strongbow e Hugh de Lacy foram concedidos poderes de feudo em Meath e Leinster e, embora temporariamente suspenso por causa de sua conduta ilegal, Strongbow não demorou em voltar como vice-rei (1173-76). Um acordo anglo-normando foi realizado e ratificado pelo Tratado de Windsor (1175), por cujos termos Rory O'Conor tornou-se vassalo de Henrique II, permanecendo irlandeses três quintos de suas terras, com Leinster e Meath tornando-se anglo-normandas. Com a morte de Strdngbow, seus filhos Gilbert e Isabella (que casou com Guilherme Marshal) eram menores, e o condado,de Leinster passou temporariamente para a Coroa.

□ R.H.M. Dolley, Anglo-Normand Ireland (1972)

Rienzo, Cola di (c. 1313-54) Notário romano de origem humilde, Rienzo liderou em 1347 o Partido Popular contra a aristocracia romana e o Papado ausente, então sediado em Avignon. Foi coroado como tribuno e, sonhando restaurar a antiga república romana, declarou que todo o cidadão italiano teria cidadania romana. Planejou unir a Itália numa federação sob a obediência a um imperador eleito em Roma. Em dezembro de 1347, Rienzo foi derrubado e fugiu de Roma. Foi excomungado e passou vários anos preso antes de ser absolvido em 1352. Foi morto pela populaça em outubro de 1354, apenas alguns meses depois de ter readquirido o controle de Roma.

□ I. Origo, Tribune of Rome (1938); Life of Cola di Rienzo, trad. J. Wright (1975)

Robert le Bougre (m. antes de 1263) Robert le Petit adquiriu o nome de "le Bougre" (o búlgaro), por ter sido um cátaro. Converteu-se em 1232, tornando-se dominicano. Matthew Paris (Chronica Majora) descreve-o como pregador bem educado e eloqüente. Seu íntimo conhecimento do catarismo tornou-o valioso em sua averiguação, motivo pelo qual foi recrutado pelo fundador da Inquisição medieval, o papa Gregório IX, passando a ser seu principal representante na França setentrional (onde a heresia era persistente, embora não tão generalizada quanto no sul).

Em 1233, Gregório IX deu poderes aos dominicanos de Besançon, liderados por Robert, para procederem a uma investigação em Charité-sur-Loire. O descomedido zelo do ex-cátaro provocou indignação geral e sua licença foi cancelada em 1234. Não obstante, em 1235, Robert le Bougre é nomeado inquisidor-geral da França. Esteve particularmente ativo no nordeste e, em 1239, conseguiu a execução em massa de 183 cátaros em Mont-Aimé (Champagne). Finalmente, seu fanatismo e falsas convicções levaram à sua queda (c. 1245) e prisão perpétua. Parece ter comprado uma dispensa papal, deixando os dominicanos e ingressando em várias outras Ordens antes de morrer. a C.H. Haskins, Studies in Medieval Culture (1929); B. Hamilton, The Medieval Inquisition (1981)

Roberto I Bruce rei da Escócia 1303-29 (n. 1274) Membro da família anglo-normanda Bruce, que estava entre os pretendentes ao trono escocês após a morte de Alexandre III (1286). Eduardo I interveio, anexando a Escócia (12%) e iniciando as guerras anglo-escocesas de independência. Em 1304, Roberto Bruce tornou-se o sexto lorde de Annandale e o cabeça da família. Apoiou inicialmente Eduardo I em vez de seus próprios pretendentes rivais (Balliol e os Comyns) mas, esporadicamente, apoiou os escoceses rebeldes liderados por Wallace. Em 1306, matou John Comyn e deflagrou decisivamente a revolta, sendo coroado rei em Scone. Foi mobilizada uma força inglesa/Comyn maciça. Roberto foi derrotado em Mathven e Dalry (1306) e retirou-se para os Highlands ocidentais, reaparecendo em 1307 para desencadear uma campanha de guerrilhas, quando derrotou os ingleses em Glen Trool e Loudon Hill. A morte de Eduardo (1307) melhorou a posição de Roberto Bruce e, a partir de 1309, governou efetivamente a maior parte da Escócia. As vitórias obtidas em Bannockburn (1314) e Berwick (1318) estenderam finalmente seu domínio a toda a Escócia.

As hostilidades, incluindo incursões escocesas na Inglaterra, presseguiram até o Tratado de Northampton (ou Edimburgo) em 1328, o qual ratificou a liberdade da Escócia e a sucessão de Bruce, selada pelo casamento de Joan, irmã de Eduardo III, com David, filho e sucessor de Roberto Bruce. Ver John Balliol

□ G.W.S. Barrow, Robert Bruce (1965)

Roberto de Arbrissel, São (m. 1117) Fundador da Ordem de Fontevrault, uma ordem dupla para monges e freiras, Roberto tinha deixado a casa do bispo Marbod de Rennes para tornar-se um pregador itinerante. Em 1096, foi licenciado pelo papa Urbano II para pregar a Primeira Cruzada no vale do Loire. Também procurou levar uma vida de pobreza, imitando Cristo, e atraiu numerosos seguidores, sobretudo mulheres. No final de 1100, Roberto foi convocado para comparecer ao Sínodo de Poitiers, no qual concordou provavelmente em

dividir seus adeptos em conventos separados, assim fundando Fontevrault, que rapidamente se tornou um dos mais célebres e aristocráticos mosteiros do norte da França.

Roberto da Sorbon (1201-74) Fundador de Sorbonne. De origem humilde, nasceu em Sorbon (Ardenas) e estudou na Universidade de Paris, nas faculdades de artes e teologia, onde veio a ser professor. Escreveu numerosos sermões e por volta de 1250 tornou-se cônego em Cambrai. Escreveu subseqüentemente os tratados De Conscientia e De Confessione, e em 1256 tornara-se o Confessor de Luís IX. A preocupação com as condições estudantis incentivou-o a fundar o mais famoso colégio parisiense, a Sorbonne (sua fundação oficial data provavelmente de 1257), para estudantes de teologia. O papel do colégio no ataque da universidade às Ordens Mendicantes e na defesa do galicanismo teve muito pouco a ver com Roberto. Este assegurou para Sorbonne numerosos benfeitores, incluindo o rei e Gérard d'Abeville (que doou sua biblioteca em 1272), e continuou como professor, mecenas, sacerdote, pregador e homem da Corte até sua morte.
□ P. Glorieux, Aux Origines de la Sorbonne, vol. I (1966); R.H. Rouse, 'The Early Library of the Sorbonne", Scriptorium, 21 (1967)

Roberto Guiscard (m. 1085) Famoso por sua argúcia, tanto quanto por sua bravura (seu apelido é cognato do inglês "wizard" = mago), no decorrer de uma longa e movimentada carreira, Roberto estabeleceu a família normanda de Hauteville como uma dinastia de importância européia. Juntou-se a seus irmãos e outros aventureiros normandos no sul da Itália na década de 1140, desbaratou o exército papal de Leão IX na épica batalha de Civitate (1153), mas surgiu no final da década como defensor dos interesses papais no sul e como uma barreira aos objetivos alemães. Pelo Tratado de Melfi (1059), o papa reconheceu-o como duque feudal da Apúlia e senhor potencial da Sicília, ainda nessa altura em mãos muçulmanas. Seu igualmente fascinante irmão caçula, Rogério I, assumiu a liderança, com o apoio de Roberto, na conquista da Sicília, que só se completaria em 1092. Roberto concentrou-se pessoalmente na política do continente.

Suas relações com o Papado foram freqüentemente tempestuosas, mas quando ocorreu a crise política final do pontificado de Hildebrando, Roberto interveio a favor dele contra o imperador Henrique IV, uma intervenção que resultou num selvático ataque a Roma por tropas normandas em 1084, e na retirada forçada do papa para Salerno (onde faleceu em 1085) sob proteção normanda. Roberto também esteve ativo na política do Mediterrâneo oriental, derrotando planos imperiais tanto orientais como ocidentais. Ele definiu a situação no sul da Itália, removendo os últimos baluartes bizantinos em Bari

(1071) e lançando as bases para o forte principado feudal da Apúlia e Sicília, que iria florescer como reino em 1130.
□ J.J. Norwich, The Normans in the South (1967)

Roberto, São (1027-1111) Abade de Molesme. Durante os 20 anos em que Roberto foi abade de Molesme, na Borgonha, o mosteiro granjeou uma elevada reputação por sua santidade, e atraiu consideráveis doações. Esse êxito acarretou o descontentamento de uma parcela da comunidade que desejava o retorno a uma vida mais simples, mais de acordo com a Regra beneditina. Em 1098, Roberto deixou Molesme para instalar esses monges, em circunstâncias de extremas privações, num novo mosteiro. Primeiro abade do novum monasterium, que mais tarde se tornou Cîteaux (Cister), Roberto foi obrigado a regressar a Molesme, deixando sua nova casa lutando pela sobrevivência. Não obstante, ele é corretamente considerado o fundador do movimento Cisterciense.
□ D. Knowles, Cistercians and Cluniacs (1955); G. Constable, Religious Life and Thought (1979)

Robin Hood Embora tivesse provavelmente alguma base histórica, não foi o personagem da imaginação popular; quer dizer, alguém que roubava os ricos para dar aos pobres. A primeira referência a "rymes of Robyn Hood" aparece em Piers Plowman (c. 1377). As lendas medievais sobreviventes consistem em baladas como Robin Hood and the Monk (c. 1450), o poema do final do século XV, A Gest of Robyn Hode (provavelmente de uma fonte mais antiga), e Robin Hood and the Potter (c. 1503); fragmentos de uma peça teatral também sobreviveram num manuscrito de cerca de 1475. Nessas narrativas, Robin é um pequeno proprietário rural que leva uma existência de fora-da-lei, mostra grande mestria nas armas e é um talento nato para os estratagemas e os disfarces. Não é um rebelde social, reverencia o rei em todos os aspectos, salvo na propriedade exclusiva da caça; e suas ações contra a autoridade visam mais o castigo de abusos do que sua estrutura fundamental. Revela escassa afinidade com os camponeses e nenhum intuito definido de redistribuição da riqueza. É devoto da Virgem mas não confia nos clérigos. Pode ser de uma violência extraordinária mas sempre o é heroicamente.

A mais provável figura histórica seria Robert Hode, rendeiro do arcebispo de York, que fugiu da justiça em 1225. Durante o século XIII, apareceu uma família Hood nos arredores de Wakefield; as lendas eram freqüentemente localizadas em Barnsdale, perto de Wakefield. Por volta de 1296, sobrenomes Robynhood apareceram no Sussex e em Londres, provavelmente por causa de conexões com Barnsdale suscitadas pelo casamento Lancaster-Lacy (c. 1294). Posteriormente muitos fora-de-lei assumiram o nome de "Robin

Hood", possivelmente justificando associações com florestas, como Sherwood.

Em fins do século XV, Robin era conhecido na Escócia: ele e seus homens apresentavam-se nos jogos e representações das festividades de maio. Uma peça francesa do século XIII, Robin et Marion, acerca de personagens totalmente separadas, parece ter levado à identificação de Robin com o rei de Maio, tendo Marion como sua rainha. Frei Tuck pode ter-se baseado em Robert Stafford, "Frere Tuk", um clérigo fora-da-lei no Sussex, por volta de 1417-29. A lenda parece ter sido inspirada, e mais tarde confundida com romances da vida real (Hereward the Wake, Eustace the Monk, Fulk Fitzwarin) e outras histórias (Adam Bell, Gamelyn). E isso juntamente com associações do povo de Robin com proprietários rurais e depois com nobres ou com camponeses, provavelmente levou aos posteriores acréscimos à lenda, e também contribuiu para a sua durabilidade. Ver floresta, lei da MB

□ J.C. Holt, Robin Hood (1982); J. Bellamy, Robin Hood: an historical enquiry (1985)

Rodes Principal ilha do Dodecaneso, com o porto de Rodes localizado em sua extremidade nordeste. Seus habitantes gregos possuíam uma grande herança clássica e continuavam súditos de Bizâncio. No início do século XIV, desenvolveram-se planos para converter a Ordem dos Cavaleiros Hospitalários numa potência marítima, a fim de garantir sua independência. Rodes e suas dependências tornaram-se o alvo. Em 1306, Rodes tinha um governador bizantino mas era, de fato, um Estado pirata e vulnerável a ataques. As forças da Ordem desembarcaram em 1307 e a posse foi confirmada pelo papa Clemente V, mas a ilha só foi realmente dominada em 1309, diante da resistência oposta aos ocupantes pelos ródios e seus aliados muçulmanos. A Ordem obteve diversas posições seguras nas ilhas circundantes e no continente, e durante dois séculos permaneceu numa das principais rotas marítimas do Mediterrâneo oriental. Estabeleceu uma república feudal e religiosa independente, com sua própria administração e legislação. Seus súditos incluíam europeus laicos, além dos ródios que, paradoxalmente, formavam uma comunidade ortodoxa grega sob domínio romano, embora sem cisma evidente.

Essa potência representava uma ameaça ao Islã e a partir de 1400 os ataques passaram a ser dirigidos contra ela. Em 1453, Constantinopla caiu e o sultão turco, Mehmed, o Conquistador, exigiu tributo à Ordem. Apesar de sua recusa, nenhum ataque islâmico de envergadura foi desencadeado até 1479. Ao tempo do grão-mestre Pierre d'Aubusson, Rodes sustentou um severo cerco e obteve uma vitória (1480) que foi comemorada em toda a Cristandade. Seguiu-se um período de distenção, durante o qual a Ordem protegeu o pretendente turco, Djem. Em 1500, as incursões turcas na Itália provocaram uma Cruzada que coube à Ordem implementar. Seguiram-se conflitos

esporádicos até que Solimão II, o Magnífico, decidiu remover esse espinho cravado em seu flanco e enviou uma esquadra para conquistar Rodes (1522). Apesar de sofisticadas fortificações e da heróica defesa sob o comando do grão-mestre Philippe de Villiers de l'Isle-Adam, a cidade de Rodes foi forçada a uma rendição honrosa. Permitiu-se que a Ordem deixasse a ilha (1523) e fosse instalar-se finalmente em Malta. Muitos súditos também deixaram Rodes e providenciou-se a entrada de colonos. Os otomanos concederam uma certa tolerância religiosa aos súditos gregos remanescentes. MB

□ E. Brockman, The Two Sieges of Rhodes 1480-1522 (1969)

Rodolfo I de Habsburgo sacro imperador romano 1273-91 (n. 1218) Lembrado principalmente como o fundador da grandeza dos Habsburgos, Rodolfo sucedeu a seu pai, Alberto IV, conde de Habsburgo, como paterfamilias em 1239 e, gradualmente, adquiriu supremacia entre os príncipes alemães, o que culminou em sua eleição como rei dos alemães. Seu reinado pôs fim ao Interregno e ajudou a restaurar a paz na Europa. Na Dieta de Nuremberg (1274), Rodolfo iniciou uma política "reivindicatória", pela qual todas as propriedades e direitos controlados pelo Império ao tempo de Frederico II tinham que ser recuperados. Isso resultou em conflito com Ottokar II da Boêmia, que foi morto na batalha de Marchfeld (1278). Rodolfo I investiu seus filhos, Alberto e Rodolfo, com os ducados da Áustria e da Estíria (1282), arrebatados a Ottokar, estabelecendo assim uma herança Habsburgo na Alemanha meridional.

Como rei dos romanos, Rodolfo foi apoiado pelo papa Gregório X, que planejou uma Cruzada aproveitando o fato do Império ter sido restaurado. Contudo, em virtude da instável política italiana, Rodolfo não foi coroado imperador e defrontou-se com uma crescente expansão francesa. Em 1291, ele tinha fortalecido o Império o máximo possível e, embora Adolfo de Nassau fosse eleito seu sucessor, o filho de Rodolfo, Alberto I, recuperou o trono em 1298.

□ E. Kleinschmidt, Herrscherdarstellung (1974); J. Leuschner, Germany in the late Middle Ages (1980)

Rodolfo de Rheinfelden (m. 1080) Nomeado para o ducado da Suábia durante a menoridade de Henrique IV, Rodolfo — inicialmente um firme partidário do jovem rei em suas campanhas saxônicas — tornou-se uma das principais figuras entre os magnatas que, em 1076, ameaçaram retirar seus preitos de vassalagem se o rei não fosse absolvido de sua excomunhão pelo papa Gregório VII. Apesar de Henrique ter obtido a absolvição em Canossa (janeiro de 1077), Rodolfo é que foi eleito rei em Forchheim, em março de 1077,

embora só no Sínodo da Quaresma de 1080 o papa viesse finalmente a reconhecer a eleição, profetizando em público que Henrique estaria morto ou deposto em fins de junho. De fato, por uma das ironias da história, foi Rodolfo quem foi morto em outubro desse ano.

□ G. Barraclough, Medieval Germany (1938)

Rodrigo (ou Roderico) rei dos visigodos 710-11 Figura maior na lenda do que na história, Rodrigo, duque da Andaluzia, foi eleito rei em 710 mas foi esmagadoramente derrotado pelos muçulmanos comandados por Tariq (Gibraltar = Geb-el-Tariq, ou rochedo de Tarique) em 19 de julho de 711. Esse acontecimento assinalou o começo de uma conquista relativamente rápida e coroada de êxito, quando a Península Ibérica ficou, em sua maior parte, em poder dos muçulmanos.

□ [R. Collins, España en la Alta Edad Media, Barcelona, Critica, 1986]

Roger de Salisbury (m. 1139) Anteriormente escriturário em Avranches, Roger foi o mais brilhante administrador de Henrique I. Depois de exercer o cargo de chanceler por cerca de um ano, demitiu-se em 1102 ao ser nomeado bispo de Salisbury. Introduziu novos refinamentos nas finanças do rei e Credita-se-lhe a organização do Tesouro (Exchequer). Proteção e vínculos de família fortaleceram seu controle da administração, com seu filho, Roger le Poer, como chanceler e seu sobrinho Nigel, bispo de Eli, como tesoureiro. O único título oficial registrado de Roger é regni Angliae procurator, visto que governou o país na ausência do rei. Sua queda ocorreu em 1139, quando foi atacado e desonrado por motivos de insídia e traição, e com sua morte nesse mesmo ano, sua imensa fortuna foi confiscada pelo rei Estêvão.

□ E.J. Kealey, Roger of Salisbury (1972);]. Green, The Government of England under Henry I (1986)

Rogério I (m. 1101) Grã-conde da Sicília e Calábria em 1072-1101. Filho mais moço de Tancredo de Hauteville, Rogério foi juntar-se a seu irmão Roberto Guiscard no sul da Itália em 1057. Bravo guerreiro, ajudou muito na conquista da Calábria por Guiscard e pôde capturar Reggio em 1060. Com a conquista dessa região virtualmente concluída, os irmãos voltaram suas atenções para a Sicília. A discórdia entre os vários chefes muçulmanos propiciou-lhes a oportunidade perfeita para capturar a ilha, embora fossem precisos quase 20 anos para completar a operação.

Rogério rebelou-se abertamente contra o irmão em muitas ocasiões: em 1062, forçou-o a concordar com um governo conjunto na Calábria, e em 1072 foi-lhe concedido o título de conde da Sicília e Calábria, embora Guiscard reservasse para si o controle de

Palermo, metade de Messina e metade de Val Demone. Rogério tomou Noto, o último baluarte importante dos muçulmanos, em 1091.

Depois da morte de Roberto Guiscard em 1085, suas terras na Sicília foram concedidas a Rogério que, na oportunidade, adotou o título de grão-conde da Sicília e Calábria. Deu liberdade religiosa aos cristãos gregos, judeus e muçulmanos; e, desejando preservar a máquina administrativa, continuou empregando servidores públicos e contadores muçulmanos. Em 1099, o papa Urbano II concedeu-lhe o título e as funções de legado apostólico para a Sicília. □ J.J. Norwich, The Normans in the South (1967); D.M. Smith, Medieval Sicily (1968)

Rogério II rei da Sicília 1130-54 (n. 1095) Filho do conde Rogério I e de Adelaide, obstinou-se durante a maior parte do seu reinado em estabelecer um poderoso império mediterrâneo tendo a Sicília como centro. Esteve ocupado por alguns anos com os territórios normandos do continente. O papa Honório II temendo sua crescente força, organizou uma liga de cidades e barões em rebelião contra ele. Rogério, entretanto, derrotou as forças do papa e foi investido como duque de Salerno em 1128.

A morte de Honório II em 1130 foi seguida de um cisma no Papado: Rogério apoiou o antipapa Anacleto II contra Inocêncio II, sendo coroado rei da Sicília, Apúlia e Calábria em Palermo, em 1130. Mas a morte de Anacleto em 1138 deu a Inocêncio II maior poder, e uma aliança foi formada entre o papa e o imperador Lotário II. Uma vez mais, Rogério conseguiu esmagar a oposição e Inocêncio acabou reconhecendo-o como rei em 1139. Tratou então de subjugar Nápoles e Cápua. Não satisfeito com o domínio desses territórios, Rogério começou organizando ataques e incursões contra Bizâncio, e fundou um efêmero império na Tunísia.

Sua contribuição para a construção do Estado siciliano foi enorme. Em 1140, introduziu um novo código de lei, centralizou as finanças e instalou agentes do governo em todos os distritos do continente. Sua corte era célebre pela integração racial e cultural. Governante excepcional sob muitos aspectos, Rogério também granjeou renome por seu mecenato das artes, ciência e filosofia.

□ E. Curtis, Roger of Sicily (1912); H. Wieruszowski, "Roger of Sicily, Rex Tyrannus", Twelfth-Century Political Thought, Speculum, 38 (1963); J.J. Norwick, The Kingdom of the Sun (1970)

Rogério Loria (c. 1250-c 1305) Natural de Loria, sul da Itália. Sua mãe criou Constança, rainha de Aragão, e isso fê-lo entrar no serviço aragonês. Pedro III nomeou-o almirante-mor em 1283. Sua carreira centrou-se no conflito siciliano que se seguiu às Vésperas

(1282), no qual ele veio a ser uma figura-chave. Suas realizações incluem a derrota infligida aos angevinos (Malta, 1283), a captura do futuro Carlos II (Nápoles, 1284), o ataque a Jerba (1284) e o aniquilamento da esquadra francesa (Las Formigas, 1285). Continuou servindo a Jaime, filho de Pedro III, a quem acompanhou a Roma para efetuar um acordo (1297) e recebeu nessa oportunidade o título de conde de Jerba, concedido pelo papa. Opôs-se posteriormente aos rebeldes sicilianos (Cabo Orlando, 1299; Ponza, 1300). O Tratado de Caltabellotta (1302) pôs termo à sua carreira e Loria morreu aposentado.
□ [S. Runciman, Vísperas Sicilianas, Madri, Alianza, 1979]

Rolando Marquês da Bretanha. Em 778, Carlos Magno, que tinha estado em campanha contra os sarracenos na Espanha, foi forçado por persistentes incursões saxônicas a regressar à Alemanha. Deixou uma retaguarda sob o comando de Rolando, que foi atacado e morto por bascos, um incidente que proporcionou o fundamento para as lendas que se desenvolveram no norte da Espanha e no sul da França. Parte dessa tradição foi condensada no poema épico Canção de Rolando (La Chanson de Roland), que reflete os valores feudais do período, concentrando-se nas relações entre o senhor e o vassalo, em suas exigências e recompensas.

Rolle, Richard (1295-1349) Humanista e teólogo em Oxford, retirou-se como eremita para Hampole, perto de Doncaster, onde escreveu obras místicas de grande vigor em latim e inglês; também traduziu os Salmos para o vernáculo. Sua obra é considerada importante pelo conteúdo e pela forma: o conteúdo ilustra uma forte reação no mundo intelectual contra a escolástica da época; a forma, prosa e verso em bom vernáculo, prenuncia o triunfo do inglês e seu uso por Wycliffe e seus seguidores no final do século.
□ D. Knowles, The English Mystical Tradition (1961)

Rollon (m.c. 930) Duque da Normandia. De acordo com as sagas islandesas, o viking Rof Gangr, cujo nome foi mais tarde afrancesado para Rollon, era de nobre ancestralidade norueguesa. Após anos de sucessivas incursões na França, seu exército foi derrotado nos arredores de Chartres em 911. Graças a um acordo firmado em Saint-Clair-sur-Epte, Rollon prestou vassalagem a Carlos III, o Simples, rei dos francos ocidentais, e foi batizado em 912. Em contrapartida, foram cedidas a Rollon terras de importância estratégica em ambas as margens do Sena, correspondentes à Alta Normandia e marcando o início da Normandia medieval.
□ D. Bates, Normandy before 1066 (1982)

Roma Embora não tivesse importância industrial ou comercial intrínseca, Roma continuou

sendo a principal cidade da Europa medieval, tanto por causa de seu passado clássico quanto por ter-se tornado o centro do Cristianismo no Ocidente e a sede do Papado. Desastres políticos no século V (o saque da cidade por Alarico, rei dos visigodos, em 410, e pelos vândalos em 455) levaram o poder imperial a transferir-se para Ravena, mas o Papado manteve-se em Roma como fonte de poder e influência, com os papas sustentados pela tradição de serem sucessores de São Pedro. O papa Leão I (440-61) teve um papel decisivo no afastamento dos hunos (comandados por Átila) de Roma, e as igrejas cristãs tornaram-se cada vez mais os centros da vida social. O último imperador do Ocidente, Rômulo Augústulo, foi deposto em 476, mas Teodorico, o Grande, governou a Itália com firmeza e em relativa paz desde Ravena por mais de 30 anos (493-526), em nome do imperador. A política de Justiniano de reconquista do Ocidente levou seus generais a fazerem debilitantes cercos godos de Roma (536-52), embora a posterior administração militar bizantina propiciasse uma recuperação parcial. A partir de 568, os lombardos ocuparam a Itália setentrional e estabeleceram poderosos ducados no sul.

Durante todo esse conturbado período — existem registros que documentam fomes, epidemias e inundações — o poder temporal do Papado persistiu e desenvolveu-se, atingindo o ponto culminante no pontificado de Gregório Magno (590-604). Sua afirmação da primazia de Roma sobre toda a Cristandade teve um imenso impacto na futura história da cidade. De importância mais imediata, porém, foi sua habilidade como latifundiário na Itália central (e na Sicília), formando suas terras a base permanente para o chamado "patrimônio de São Pedro", os futuros Estados pontifícios. A atividade missionária na Inglaterra no século VII e na Alemanha no século VIII ampliou a importância de Roma como centro de peregrinação. Havia muita construção de igrejas e instalações de residências para clérigos de várias nacionalidades, como a "escola" Saxônica de Roma.

Quando os vínculos com Bizâncio afrouxaram, a defesa passou a depender de milícias locais e a ameaça lombarda à independência papal aumentou. A fim de assegurar proteção, os papas recorreram à monarquia franca, primeiro no reinado de Pepino, o Breve (753), e depois, decisivamente, no de Carlos Magno (773). Em troca, os governantes francos assumiram o título de patricius Romanorum e, no dia de Natal de 800, Carlos Magno foi coroado imperador em Roma pelo papa Leão III.

Nos séculos seguintes, imperadores e papas tiveram interesses vitais no governo da cidade. Entretanto, o poder real caiu freqüentemente nas mãos de clãs e famílias aristocráticas rivais. Alberico, "senador de Roma", impôs uma forte administração do patrimônio em meados do século X, e o revigoramento do império com Oto I (962) restaurou a disciplina imperial. Durante um breve período, por volta do ano 1000, Oto III e seu papa, Silvestre II, pareciam realizar o ideal de governo do Império do Ocidente.

Contudo, após a morte de Oto em 1002, as facções voltaram a dominar, e o século seguinte foi, no plano político, um dos mais turbulentos da história de Roma, com a Reforma imperial imposta ao Papado em 1046; as derrotas papais iniciais, infligidas pela nova força na política italiana, os normandos do sul (1053), e seguidas pela aliança normanda de 1059; a formulação de procedimentos adequados para a eleição papal (1059); e a traumática violência da Questão das Investiduras entre o papa e o imperador (1075-1122), no decorrer da qual a própria Roma foi selvaticamente saqueada pelos aliados normandos do papa (1084).

O êxito do papa Gregório VII (1073-85) e dos seus sucessores na afirmação da supremacia papal teve grandes conseqüências para a cidade de Roma. Ela se tornou um importante centro financeiro; os banqueiros curiais Pierleoni e Frangipani eram romanos e só perderam o domínio das finanças quando foram suplantados pelas casas de Siena e Florença no século XIII. Ocorreu um revivescimento artístico que ainda pode ser admirado, por exemplo, nas igrejas de San Clemente e de Quattro Coronati. Politicamente, a cidade continuou turbulenta, com poderosas facções papais, imperiais e republicanas. Arnaldo de Bréscia tentou restaurar a república em meados do século XII mas fracassou em face da oposição do papa Adriano IV, apoiado pelo governante alemão Frederico Barba-Ruiva (coroado imperador em Roma em 1155). Conflitos virulentos no final do reinado de Frederico resultaram no exílio do papa Alexandre III por largos períodos, se bem que, finalmente, o imperador fosse forçado a submeter-se ao papa em Veneza, em 1177. Dentro da própria Roma, a ausência papal levou a uma intensificação do sentimento comunal; uma solução de compromissos foi encontrada em 1188, pela qual Roma retinha o status de uma Comuna, embora com pleno reconhecimento da suserania papal, firmemente estabelecida na chamada "urbe leonina" em torno de São Pedro.

O papa Inocêncio III (1198-1216), com quem a monarquia papal atingiu seu ponto culminante, consolidou essa posição. Expressando temas adequados à sua teologia do primado papal, restaurou a abside de São Pedro e protegeu o Confessio com uma grade de bronze dourado. Criou duas sés papais co-iguais, em São Pedro e em Latrão, onde desenvolveu um eficiente centro administrativo. Estabeleceu Roma como verdadeira caput mundi, adornando suas igrejas para o Quarto Concílio de Latrão como um cenário condigno do maior concílio da Igreja desde o final da Antigüidade.

A preocupação papal com a administração e a tributação gerou períodos de reação no século XIII: Brancaleone di Andalo (1252-58) fortaleceu a Comuna, e Carlos de Anjou exerceu uma poderosa influência francesa sobre a cidade e o Papado, sobretudo no período de 1266-77. No final do século, Bonifácio VIII proclamou 1300 como Ano Santo e Roma

beneficiou-se muito com o revigoramento de suas finanças e a elevação de seu prestígio, resultantes da massa de peregrinos que aí afluíram. O pontificado de Bonifácio terminou, porém, de forma desastrosa às mãos do rei francês, e em 1308 o Papado mudou-se para Avignon. Roma sofreu seriamente com a inimizade entre as famílias aristocráticas (os Colonna e os Orsini). Cola di Rienzo tentou restaurar a virtude republicana na cidade mas foi derrubado e morto em 1378. A autoridade papal foi eficazmente restaurada pelo cardeal Albornoz e Gregório XI regressou a Roma em 1378.

Seguiu-se um período de profunda divisão conhecido como o Grande Cisma, que só terminaria em 1417, quando Martinho V, da família Colonna, foi eleito papa no Concílio de Constança. Roma ficara muito atrás das outras grandes cidades italianas, Florença, Veneza e Milão, em conseqüência de sua conturbada história no século XIV; mas o século XV presenciou um certo avanço, inicialmente no pontificado de Martinho e depois, de maneira mais acentuada, com Nicolau V (1447-55). Mesmo assim, Roma, no final da Idade Média, apesar de todo o seu prestígio e renome, apresentava um espetáculo nada edificante; suas instituições eram precárias em comparação com outras cidades italianas, e estava sendo governada por um dos mais inescrupulosos papas, um Bórgia, Alexandre VI. Ver Estados pontifícios HRL

□ F. Gregorovius, History of Rome in the Middle Ages (1909); D.P. Waley, The Ripai State in the Thirteenth Century (1961); P. Llewellyn, Rome in the Dark Ages (1971); P. Partner, The Lands of St. Peter (1972); R. Brentano, Rome before Avignon (1974); R. Krautheimer, Rome: Profile of a city 312-1308 (1980) [A. Graf, Roma nella memoria e nelle immaginazioni del Medio Evo, Turim, 1924]

Roman de la Rose (Romance da Rosa) Com mais de 23.000 versos de extensão, esse poema é considerado o maior dos romances franceses. É obra de dois poetas, Guilherme de Lorris (c. 1240) e, na maior parte, Jean de Meun (c. 1275). Rico em alegoria, reúne as principais características da Renascença dos séculos XII e XIII, pelo menos em suas manifestações vernáculas: idéias de amor cortesão e, no entanto, também de um amor que é acessível; reflexões sobre vícios e virtudes; sobre a ociosidade, o prazer e o deleite; sobre o perigo, a vergonha e o ciúme. Também contém elementos de sátira social, condenando o abuso de poder e argumentando contra o celibato clerical.

O poema desfrutou de imensa popularidade e sobrevivem mais de 200 manuscritos. Chaucer traduziu-o para o inglês, se bem que apenas uma parte da versão em inglês medievo ainda existente pareça ser de sua autoria. A crítica moderna tem estabelecido um contraste no tom dos dois poetas, a delicada alegoria de Lorris e a sátira de Meun, em termos que sugerem uma analogia com poetas ingleses modernos, Spens de um lado e

Pope do outro. [21]

□ CS. Lewis, The Allegory of Love (1950); Le Roman de la Rose, org. por C.W. Dunn (1962) [org. por A. Lanly, 4 vols., Paris, Honoré Champion, 1973-1976; trad. C. Alvar e J. Muela, Madri, Siruela, 1986]

romances de aventura Os romances medievais formam um gênero solto, capaz de sutis distinções internas (como o roman courtois, romance cortesão, distinguível por seu tom palaciano e polido), mas a grande maioria pode ser designada como romans d'aventur (romances de aventura ou de cavalaria), visto que seu principal componente é a ocorrência de eventos inesperados e perigosos.

O romance era predominantemente um gênero francês e inglês nos séculos XII a XV. "Romance" denotava originalmente o vernáculo francês mas seu significado logo abrangeu todas as obras em francês e, aos poucos, aplicou-se especificamente às histórias que surgiram na França a respeito de nobres cavaleiros e suas damas. Os romances eram inicialmente em verso mas também surgiram versões em prosa (como o ciclo arturiano em vernáculo francês). Os romances consistiam tipicamente num enredo principal com ampliações episódicas, envolvendo de um modo geral as aventuras de homens e mulheres da nobreza agindo sob o impulso do amor, da fé religiosa ou da simples sede de aventura; terminavam usualmente numa união feliz ou na realização de justiça (salvo quando o modelo original era famoso demais para ser alterado, como na Morte Arthure). Os combates e o "maravilhoso" eram comuns, e o amor desempenhava um papel maior nas obras francesas e inglesas. São quase totalmente um produto de ficção (se bem que, com freqüência, se baseiem num núcleo histórico) mas entrelaçados com uma elevada dose de realismo local (detalhes sobre banquetes, vestuário etc. da época); essa combinação do familiar e do imaginativo contribuiu para a popularidade do gênero. O material do romance podia derivar de quaisquer fontes, mormente clássicas (The Lify of Alisaunder), orientais (Floris and Blauncheflur) e européias (The Lay of Havelock e Morte Arthure).

O romance teve certos precedentes na chanson épica e no lai, compartilhando muitas vezes o assunto, mas distinguia-se deles por sua amplitude de visão, consubstanciada na obra de Chrétien de Troyes, cujo Erecé considerado o primeiro romance propriamente dito. Chrétien transformou a aventura de mero incidente em significação humana (como em Yvain), o que levou a enfatizar a interdependência de virtudes cavaleirescas (como St Gawain) e de temas morais freqüentemente ocasionais. A abordagem de Chrétien foi totalmente absorvida na França e na Inglaterra, onde o maior dos primeiros romances foi King Horn. O gênero foi ainda experimentado mas não seriamente empregado por Chaucer. Ver literatura MB

□ D. Everett, Essays on Middle English Literature (1964); E. Vinaver, The Rise of Romance (1971) [E. Baumgartner, Histoire de la littérature française. Moyen Age 1050-1486, Paris, Bordas, 1988]

românico Termo usado pela primeira vez no começo do século XIX para descrever um estilo derivado, segundo se acreditava, da arte românica. As fontes da arte românica são, entretanto, não só romanas, mas bizantinas, islâmicas e até célticas e bárbaras. Suas origens estão intimamente ligadas à Reforma da vida religiosa nos séculos X e XI, e não surpreende, portanto, que essa arte fosse predominantemente o resultado de patrocínios monásticos e, em alguns casos, obra de monges. A cópia de textos litúrgicos e outros para o culto e a leitura foi certamente executada em mosteiros, embora a decoração de livros com miniaturas passasse gradualmente para as mãos de iluminadores seculares profissionais. A arte românica desenvolveu-se no século XI e alcançou o apogeu no século XII. Durante esse período, existem semelhanças estilísticas entre a iluminação de livros, a ourivesaria, os trabalhos em marfim e a escultura em madeira e pedra. Isso deve-se ao fato de que os artesãos eram treinados em múltiplos veículos de expressão artística. O célebre manual dos artistas, De Diversis Artibus, escrito por volta de 1100, demonstra muito claramente a proficiência dos artistas da época em muitos campos diferentes.

É natural que existam diferenças acentuadas entre a arte românica, por exemplo, na Espanha e Noruega, pois cada país tinha uma tradição artística diferente; contudo, havia um elemento comum a toda arte românica: o amor à simplificação das formas e dos padrões decorativos, o que afetava inclusive a figura humana. A arte românica era profundamente religiosa, mas também se mostrava com freqüência imbuída de humor rude e de predileção por criaturas fantásticas e grotescas. Foi esse aspecto, tão inventivo e fulgurante, que levou o austero São Bernardo de Claraval a exclamar, quando escreveu sobre os capitéis esculpidos em claustros românicos: "...tantas e tão maravilhosas são as variedades de formas em cada artista, que nos sentimos mais tentados a ler no mármore do que em nossos livros". Ver arquitetura GZ

□ J. Beckwith, Early Medieval Art (1964); G. Zarnecki, Romanesque Art (1971) [G. Duby, O tempo das catedrais, Lisboa, Estampa, 1978; M. Durliat, L'art roman, Paris, Mazenod, 1982; F. Conti, Como reconocer el arte románico, Barcelona, Ed. Medica y Tecnica, 1980]

Rômulo Augústulo imperador romano 475-76 Conhecido como o último dos imperadores romanos do Ocidente, Rômulo foi elevado ao trono por seu pai Orestes, depois de derrubar Júlio Nepos. Orestes governou em nome do filho, que ainda era menor (daí "Augustulus", o

diminutivo de Augustus). Em agosto de 476, Orestes foi morto por suas tropas, que proclamaram rei seu general, Odoacro. Rômulo foi poupado e passou a viver na Campânia. O ano de 476 assinala convencionalmente o fim do Império Romano do Ocidente.
□ C. Wickham, Early Medieval Italy 400-1000 (1981)

Rory O'Conor supremo rei de Connaught 1156-98 (n. 1116) Filho de Turlough O'Conor, sucedeu ao pai como rei de Connaught e chefe da tribo Sil Muireadhaigh. Em 1166 foi reconhecido em Dublin como rei de toda a Irlanda, teve parte ativa no apoio aos esforços reformadores do arcebispo primaz de Armagh, e convocou uma grande assembléia judicial pública para toda a Irlanda em Telltown (1168). A intervenção política normanda foi desastrosa e, embora ele obtivesse ocasionais vitórias contra os normandos e tivesse até resistido ao próprio Henrique II, a década de 1180 foi um período de contínua luta e declínio no prestígio, poder e saúde de Rory. Em 1191 recolheu-se à abadia de Cong, onde morreu.
□ F. Byre, Irish Kings and High Kings (1973)

Roscelino (c 1050-c. 1122) Filósofo e teólogo. Natural de Compiègne, onde se tomou cônego depois de estudar em Soissons e Reims, Roscelino é considerado o criador do nominalismo, tendo participado na controvérsia nominalista/realista em torno dos universais (a relação de gêneros e espécies com o indivíduo). Suas idéias sobrevivem em referências feitas por Abelardo e Anselmo, sendo a sua única obra existente uma carta para Abelardo a respeito da Trindade. Teria descrito os universais como sons (flatus vocis), meras palavras, e só o indivíduo como real. A aplicação de suas teorias à Trindade envolvia o triteísmo, pelo qual foi condenado no Concílio de Soissons (1092). Retratou-se e foi para a Inglaterra, que deixou após atacar as doutrinas de Anselmo. Reconciliou-se com a Igreja em Roma e regressou à França, lecionando em Tours e Loches, onde Abelardo foi seu aluno. Morreu cônego em Besançon.
□ F. Picavet, Roscelin, Philosophe et Théologien (1896); G. Leff, Medieval Thought (1958)

Rupert de Wittelsbach rei da Alemanha 1400-10 (n. 1352) Sucedeu a seu pai, Rupert II, como eleitor palatino em 1398. Em agosto de 1400, uma assembléia de príncipes e estados dispôs o rei Venceslau. Rupert foi eleito seu sucessor como rei da Alemanha e coroado em Colônia (1401). Venceslau não reconheceu sua deposição e considerou-se até morrer (1419) rei da Boêmia e da Alemanha. Rupert foi incapaz de solucionar os problemas que herdou. A campanha italiana, apesar da ajuda florentina, não logrou garantir a Coroa imperial para Rupert. Ele foi derrotado nos arredores de Bréscia e retirou-se para a Alemanha (1402). Nada fez para terminar com o cisma papal e não conseguiu consolidar o poder no norte. O

restante de seu reinado foi ocupado com a oposição interna. A Liga de Marbach (Baden, Württemberg e as cidades suábias sob o controle do arcebispo Johann de Mogúncia) foi formada contra ele em 1405 com o propósito de liquidar o cisma; Rupert viu-se isolado e foi sucedido, finalmente, por Sigismundo da Hungria (1411).

A principal realização de Rupert foi sua contribuição para uma administração real, surgindo uma burocracia especializada a serviço da monarquia e não do príncipe. Notáveis conselheiros (como Job Vener) e a fidelidade da Universidade de Heidelberg contribuíram para a ascensão de uma elite profissional.

□ F.R.H. du Boulay, Germany in the Later Middle Ages (1983)

Rurik Chefe dos escandinavos, sobretudo suecos, conhecidos como Rus, que estabeleceu uma vaga suserania sobre as comunidades mercantis ao longo das vias navegáveis russas por volta de 862. Sua principal residência era em Novgorod, sobre o Iago Ladoga. As lendas atribuem a Rurik e a seus companheiros a fundação da Rússia histórica.

Rússia As origens dos russos ou eslavos orientais são obscuras. Antes da chegada dos varegos escandinavos no século IX, eles tinham-se espalhado por todo o território da atual União Soviética, com sua organização política centrando-se provavelmente em cidades comerciais fortificadas (Novgorod, Smolensk, Kiev). Os conquistadores varegos eslavizaram-se, e a dinastia Rurikovitch fundou o primeiro Estado russo em torno de Kiev. Durante o século IX, surgiu a palavra "russo" (rus, ros) para denotar os eslavos orientais como um todo. O Estado de Kiev expandiu-se durante o século X e ligações vitais foram estabelecidas com Bizâncio através do comércio. Os Cristianismos romano e bizantino eram conhecidos em Kiev desde o século IX, mas a tradição bizantina foi oficialmente adotada por Vladimir I (980-1015). A ortodoxia persistiu em toda a Rússia, com Moscou substituindo Constantinopla como o centro da ortodoxia depois de 1453. Kiev atingiu o apogeu em meados do século XI mas, durante o século XII, esteve exposta às invasões por asiáticos das estepes (pechenegues, polovtsianos e mongóis).

Nesse meio tempo, tinha surgido um principado nas colônias setentrionais em redor de Suzdal, Rostov, Vladimir e Moscou. Andrei Bogoliubsky (1157-74), príncipe de Suzdal, saqueou a enfraquecida Kiev. Parecia que o centro comercial de Novgorod tinha fortes possibilidades de suceder a Kiev, preservando Alexandre Nevsky (1246-63) sua independência contra alemães e suecos, mas a posição geográfica superior e a força militar asseguraram a supremacia do principado de Vladimir-Suzdal.

Durante o século XIII, o sudoeste da Rússia foi assolado pelos mongóis e os príncipes de Vladimir submetidos à Horda de Ouro; mas isso parece ter proporcionado

condições benéficas ao crescimento do Estado. A Rússia estava agora separada do Ocidente, e ficaram definidos os três ramos eslavos orientais: bielo-russos, sob domínio lituano; grandes russos (Novgorod e Vladimir-Suzdal), sob a Horda de Ouro; e pequenos russos (ucranianos), no sul, entre os lituanos e os mongóis.

Moscou, sob a dinastia Usevolod, surgiu como capital do novo Estado Vladimir-Suzdal, onde Ivan I Kalita (m. 1341) e grão-príncipes posteriores implementaram uma política de centralização. Dmitri Donskoi (1359-89) iniciou a resistência contra os mongóis, derrotando-os em Kulikovo (1380). Em fins do século XV, estava completa a unificação da Rússia central sob a égide do grão-príncipe de Moscou, graças em grande parte à ação de Ivan III, o Grande (1462-1505), auxiliado por uma nova artistocracia de pequenos proprietários rurais ligados à autoridade central que ele impôs à antiga nobreza (boiardos). O código administrativo e judicial (Sudebnik) de 1497 atesta o nível de centralização alcançado.

Após o declínio de Kiev, o foco da civilização russa transferiu-se para as cidades do noroeste. A influência artística bizantina fundiu-se com a tradição nativa, produzindo Novgorod uma arquitetura tipicamente russa. Em fins do século XIV, Moscou assistiu a um florescimento da arte e literatura, e acusou a influência da Renascença italiana durante o século XV. De particular destaque foram os pintores de ícones Teófanes, o Grego, Rublev e Denis. Ver Cirilo, São; Yaroslav MB

□ G. Vernadsky, The Origins of Russia (1959); N.V. Riasonovsky, A History of Russia (1963); D. MacKenzie e M.W. Curran, A History of Russia and the Soviet Union (1982); J. Fennell, The Crisis of Medieval Russia 1200-1304 (1983); R.O. Crummey, The Formation of Muscovy 1304-1613 (1987); N.S. Kollmann, Kingship and Politics: the making of the Muscovite political System 1345-1547(1987) [R. Portal, Os eslavos, povos e nações, Lisboa, Cosmos, 1968]

Ruysbroeck, Jan van (1293-1381) Um dos maiores escritores místicos da Idade Média, ele nasceu em Ruysbroeck, perto de Bruxelas, e abraçou o sacerdócio. Em 1343 fundou uma pequena comunidade agostiniana em Groenendael. Seus escritos, inteiramente em flamengo, exerceram profunda influência e suas críticas aos abusos da Igreja prenunciaram a devotio moderna. Com efeito, Gerhard Groote, fundador da Irmandade da Vida Comum, foi um dos discípulos de Ruysbroeck.

□ R. Kieckhefer, Unquiet Souls: Fourteenth-Century Souls and their Religious Milieu (1984)

S

Sacro Império Romano O conceito de Império foi transmitido, em tempos cristãos, de Roma para Constantinopla, recuperado para o Ocidente (dos gregos de volta aos latinos) por Carlos Magno em 800, e passado desde 962 por governantes alemães, através de sucessivas dinastias, até os Habsburgos dos séculos XV e XVI. Era um conceito que tinha muita força na Idade Média e, na verdade, já em tempos modernos entre os historiadores que analisam a experiência medieval. A expressão "Sacro Império Romano" está mais ou menos próxima da realidade e significou claramente diferentes coisas em diferentes épocas para diferentes pessoas.

Para Carlos Magno e os humanistas agrupados à sua volta em Aix-la-Chapelle, alguma coisa na noção de imperium Christianum comportava o direito de mandar em outros povos além do próprio, de acordo com o modelo romano. Oto, o Grande, reviveu o Império com sua coroação em Roma pelo papa em 962, mas, para ele e seus sucessores, Império significou essencialmente a dominação política da Alemanha e do Reino Central, em especial a Itália. Saxões, sálios e, sobretudo, os Hohenstaufen (1138-1254) refinaram a idéia imperial: com Frederico Barba-Ruiva, o epíteto sacrum (sagrado ou sacro) passou a ser usado oficialmente, numa resposta evidente às reivindicações e pretensões papais resultantes dos êxitos de Gregório VII na Questão das Investiduras. O ressurgimento do direito romano também incentivou a criação de vínculos conscientes com o Império Romano dos tempos clássicos.

Após o Grande Interregno (1254-73), havia poucas probabilidades de um Império poderoso, unificado e aglutinante, capaz de governar a maior parte do Ocidente. De fato, a esperança efetiva de controlar as antigas áreas centrais, política e estrategicamente cruciais, da Alemanha e da Itália diminuíram, e ambas as dinastias dominantes no final da Idade Média foram buscar a maior parte de seu poderio em fontes não-germânicas: a casa de Luxemburgo na Boêmia, e os Habsburgos em suas possessões danubianas. Foi então, porém, que a palavra sanctum passou a ser usada em relação ao Império; foram hábeis pensadores políticos, como Dante e Marsílio de Pádua, que apresentaram as teorias mais avançadas de autoridade imperial, baseadas nos modelos clássico e cristão. O dito espirituoso de Lorde Bryce [na verdade da autoria de Voltaire], de que o Sacro Império Romano "não era Sacro, nem Romano, nem Império", possui substanciais elementos de verdade e, não obstante, não pode ser negada a importância da teoria imperial como força modeladora, especialmente na história alemã. HRL

□ F. Heer, The Holy Roman Empire (1968); R. Folz, The Concept of Empire in Western Europe from the Fifth to the Fourteenth Century (1969) [G. Barraclough, Império medieval: idéia e realidade, em Europa, uma revisão histórica, Rio, Zahar, 1964, p. 135/64]

sagas nórdicas Boa parte da maior literatura vernácula da Idade Média foi produzida na Escandinávia nos séculos XII e XIII, mormente na Islândia. O nome dado a esses escritos, saga ("coisas ditas, histórias contadas"), revela a base oral a partir da qual a literatura se desenvolveu. Os contadores de histórias da Era Viking e do período posterior narravam em prosa ou em verso as tradições sociais do Norte. A literatura de saga está dividida em dois grupos principais: as sagas históricas e as sagas de família. O grupo histórico trata do período de expansão escandinava (c. 800-1050), com a colonização da Islândia e as expedições à Groenlândia e à Vinlândia; ocupa-se também dos séculos subseqüentes na forma de relatos biográficos dos reis e (depois da chegada do Cristianismo através do norte no decorrer do século XI) dos bispos. Os mais notáveis autores foram Ari, o Sábio (Thorgilsson), que morreu em 1148, e Snorri Sturluson (m. 1241), cujas Eda em Prosa e Heimskringla representam o ponto supremo de realização literária em norueguês antigo. As sagas de família atingiram sua mais bela expressão na obra do sobrinho de Snorri, Sturla Thordsson (m. 1284) e dos compiladores seus contemporâneos. A maioria das grandes sagas é acessível ao leitor atual em traduções modernas e idôneas, incluindo Njálssaga, Laxdaelasaga, Egilssaga, sagas que tratam das Órcades e das Faroes, e a Saga de Eric, o Vermelho, que se refere ao povoamento da Groenlândia e às expedições à Vinlândia, na costa americana. Ver Edas
□ C. Clover, The Medieval Saga (1982) [J. Brönsted, Os vikings, Lisboa, Ulisséia, s/d]

Saladino (Salah al-Din Yusuf Ibn-Ayub) sultão do Egito e da Síria 1175-93 (n. 1138) Participou das campanhas de seu tio Shirkuh no Egito (1164-68) e, com a morte deste último em 1169, assumiu o controle do Cairo. Consciente da atração dos francos pelo Egito, Saladino concentrou-se na estruturação e desenvolvimento econômicos e militares do país. Entre 1174 e 1186, logrou colocar numerosas cidades sírias importantes sob seu controle, o que lhe permitiu apresentar aos francos uma frente muçulmana unida. Após uma violação da paz pelos francos, em 1187, Saladino derrotou-lhes o exército em Hattin; estimulado por essa vitória, invadiu então a Palestina e conquistou Jerusalém. Os príncipes da Europa sentiram-se provocados por tais perdas e organizaram a Terceira Cruzada, dirigindo todo o seu poderio contra Acre. O cerco de Acre durou dois anos (1189-91), com os cruzados obtendo finalmente a vitória. Ricardo Coração de Leão derrotou as forças de Saladino em Arsuf (1191) mas foi incapaz de recuperar Jerusalém e em 1192 negociou a

paz com Saladino. Um ano depois, o líder muçulmano morria em Damasco.
□ M.C. Lyons e D.E.P. Jackson, Saladin: The Politics of the Holy Wars (1982); RH. Newby, Saladin in his time (1983)

Saladino, Dízimo de Imposto criado na Inglaterra e na França a fim de angariar fundos para financiar a Terceira Cruzada. O "Dízimo de Saladino" (1188) equivalia a 10% dos rendimentos e bens móveis de cada homem. Apesar do entusiasmo geral com essa Cruzada, o imposto provocou forte irritação, porquanto muitos temiam que isso constituísse precedente para uma nova forma de tributação. A coleta na Inglaterra prosseguiu com agentes fiscais de Henrique II, mas na França Filipe Augusto foi obrigado a suspender o imposto e até a pedir desculpas por tê-lo proposto.

Salerno, Universidade de O Studium ou Escola de Salerno foi uma das primeiras universidades da Europa. Dedicada por muito tempo ao estudo exclusivo de medicina, a Escola já era célebre no século X mas sua fama cresceu, especialmente no século XI, quando teve o renomado físico Constantino Africano como professor. Alguns dos melhores textos médicos da Idade Média, derivados em grande parte de autores antigos, árabes e hebreus, foram produzidos em Salerno.
□ J. Décarreaux, Lombards, Moines et Normands en Italie Méridionale (1974)

Samo (m. 639) Mercador franco que criou uma poderosa, ainda que transitória unidade política das tribos eslavas baseadas na Morávia e que se estendeu profundamente aos territórios das margens do Elba. Foi derrotado e morto por um exército recrutado entre francos e turíngios. Samo foi importante pela tradição que estabeleceu entre os morávios, de uma organização política ainda que rudimentar e também de contatos comerciais regulares, sobretudo em escravos, com o mundo ocidental.
□ J.M. Wallace-Hadrill, The Barbarian West (1965)

Samuel czar dos búlgaros (c. 980-1014) Depois da morte do czar Simeão em 927, o Império Búlgaro entrou em declínio e grande parte do território passou para o domínio bizantino. Samuel, filho de Chicheman, assumiu o título de "czar" e, subindo ao poder na Macedônia, logo invadiu a Sérvia e a Bulgária setentrional. Grande parte do seu reinado foi consumido em conflitos com o imperador Basílio II. No começo, as tropas imperiais foram desbaratadas mas em 1014 obtiveram uma vitória decisiva. Basílio infligiu então uma terrível punição aos prisioneiros: cerca de 15.000 prisioneiros foram devolvidos cegos a Samuel, guiados por um homem em cada grupo de 100 a quem deixaram um olho para conduzir seus companheiros de volta para casa. Diz-se que Samuel caiu morto, fulminado

por um ataque apoplético, diante de tal horror. O Estado por ele criado desmoronou em 1018, e a Bulgária permaneceu sujeita a Bizâncio até 1185.
□ S. Runciman, A History of the First Bulgarian Empire (1930)

San Germano, Tratado de (1230) Este acordo assinalou uma trégua temporária nas hostilidades entre o papa Gregório IX e Frederico II. Pelo tratado, Frederico concordava em respeitar os territórios pontifícios e em conceder liberdade de eleição e outros privilégios ao clero siciliano; em troca, era levantada a excomunhão. Esse ato vital de reconciliação com o Papado deu a Frederico liberdade de ação na organização posterior do Império.

San Giorgio, Banco de O tremendo crescimento da atividade mercantil em Gênova durante o final da Idade Média levou ao desenvolvimento de complexos procedimentos comerciais e financeiros. Em 1407, a Casa di San Giorgio, um grupo de credores do Estado, reuniu-se para formar um banco municipal em Gênova. Certas características da moderna sociedade anônima podem ser vistas nessa organização. Foi dissolvida em 1444 mas restabelecida mais tarde como o Banco de San Giorgio (1586).
□ [J. Heers, Gênes au XV siècle, Paris, Flammarion, 1971]

Sanção Pragmática de Bourges Em 7 de julho de 1438, foi promulgado em Bourges um estatuto da Igreja francesa na forma de uma "pragmática", um termo adotado dos antigos decretos imperiais e usado agora num sentido especializado para indicar a solução de assuntos eclesiásticos pelo governo civil. Instigada por Carlos VII da França, pôs fim aos acordos provisórios franco-papais que se seguiram ao Cisma e resultaram do galicanismo generalizado que o Cisma e os abusos fiscais do Papado tinham permitido. De acordo com a Sanção, a Igreja francesa adotou a maioria dos decretos do Concílio de Basiléia, emendando alguns deles. A maior parte das fontes de renda papal na França foram abolidas e a monarquia estabeleceu, sob sua égide, uma Igreja galicana. A Pragmática foi a primeira afirmação dos direitos das igrejas nacionais de organizarem a si próprias, mas representou uma política separatista mais preocupada com interesses locais do que com os da Cristandade em seu todo. Foi revogada por Luís XI (1461) e esporadicamente revivida até ser finalmente substituída pela Concordata de Bolonha (1516).
□ N. Valois, La Pragmatique Sanction de Bourges sous Caries VII (1906)

Sancho III, o Grande rei de Navarra 1000-35 (n. c. 992) Filho do rei García Sánchez II, sucedeu-lhe no trono quando tinha cerca de oito anos de idade. Teve a boa sorte de iniciar seu reinado efetivo quando o califado de Córdova estava se desintegrando, após um longo período de hegemonia durante o qual enfraquecera os Estados cristãos do norte; e teve a

inteligência e a vontade suficientes para preencher o vazio político. Estabelecendo suas pretensões a Castela mediante o casamento com Múnia, filha do conde de Castela, garantiu o território fronteiriço de La Rioja em 1016, e nos três anos seguintes voltou suas atenções para leste, quando incorporou os condados de Sobrarba e Ribagorza. Isso proporcionou uma base, e as dissensões internas a oportunidade, para Sancho III intervir na política Catalã; simultaneamente, no início da década de 1020, sua suserania foi reconhecida na Gasconha, e começou a intervir cada vez mais na política castelhana. Quando o jovem conde de Castela, cunhado de Sancho, foi assassinado em 1029, Sancho ocupou o país em nome de sua esposa, e desencadeou uma guerra vitoriosa contra Leão, ocupando a capital em 1034 e cunhando moeda com o título de imperador.

A concentração do esforço de Sancho III no estabelecimento da hegemonia de Navarra no norte, às custas do prosseguimento da Reconquista contra uma Córdova em rápido declínio, igualou-se às suas atitudes ideológicas e culturais: introduziu a reforma cluniacense em alguns dos principais mosteiros, incentivou as peregrinações a Santiago de Compostela e adotou idéias feudais francesas. É com boas razões que um historiador espanhol o qualificou como o primeiro europeizador da Espanha. Entretanto, essa base ideológica do sucesso político de Sancho provou ser, em última instância, uma fraqueza fatal; considerando Navarra seu maior patrimônio feudal, deixou-a, em franca expansão, ao seu primogênito; Castela a um outro; Sobrarba e Ribagorza a um terceiro; o condado — que se converteria agora em reino — de Aragão a um quarto filho, enquanto que Leão readquiria sua independência. A unidade da Espanha cristã, uma revivescência do velho ideal visigodo, foi criação pessoal de Sancho e morreu com ele.

□ J. Pérez de Urbel , Sancho el Mayor de Navarra (1950)

Santiago de Compostela Um dos grandes centros de peregrinação da Idade Média. A igreja de Santiago em Compostela, no extremo noroeste da Espanha, era venerada desde o século X como suposto lugar de sepultamento de Tiago Maior, o primo-irmão humano de Jesus Cristo. As rotas para Santiago, ligadas nos séculos XI e XII por uma rede de hospedadas e casas religiosas, foram decisivas na disseminação de idéias culturais, religiosas e arquiteturais por toda a Europa cristã, na época das Cruzadas e da Reconquista da Espanha aos muçulmanos. Uma Ordem Militar, a dos Cavaleiros de Santiago, foi fundada em 1170 e desempenhou um papel preponderante nas guerras contra o Islã a oeste da Península Ibérica. Santiago veio a ser reconhecido como o santo padroeiro da Espanha.

□ G.Hamilton, The Routes to Compostela (1961); J. Sumption, Pilgrimage: an image of medieval religion (1975) [L. Vazquez de Parga, J.M. Lacarra e J. Uria Uriu, Las

peregrinaciones a Santiago de Compostela, 3 vols., Madri, CSIC, 1948-1949]

Santiago, Ordem dos Cavaleiros de A Ordem foi fundada em 1170, não só para combater os invasores almôadas, mas também para proteger e prestar assistência aos peregrinos que afluíam a Santiago de Compostela. Suas funções militares e hospitalares deram-lhe um caráter distinto das outras Ordens Militares da península, e não seguia a Regra e os costumes de Calatrava, cuja primazia disputava. Pouco depois de sua fundação, a Ordem obteve uma sede permanente em Uclés e, com o passar dos anos, adquiriu extensas terras. Seu desenvolvimento ulterior foi semelhante ao de Calatrava e em 1493 seria finalmente anexada à Coroa. [5]
□ D.W. Lomax, 'The Order of Santiago and the Kings of Leon", Hispania (Madri), 18 (1958)

Santo Graal Um dos mais poderosos símbolos da lenda medieval, o Graal aparece pela primeira vez no Perceval (c. 1180), de Chrétien de Troyes, onde é descrito como um prato de servir cravejado de jóias. Foi ligado ao dysgyl ou "prato de fartura" da lenda galesa. Passou rapidamente a ser identificado com o cálice da Última Ceia que ficara em poder de José de Arimatéia. A busca do Santo Graal na literatura medieval converte-se em sinônimo da busca de perfeição pelo cavaleiro, e seu desenvolvimento através da Estoire dou Graal (c. 1200), de Roberto de Boron, até, finalmente, a Morte d'Arthur (1469-70), de Malory, mostra a progressiva espiritualização do romance secular. Cavaleiros que se esforçaram por atingir a perfeição — Percival, Galaad, Lancelote — tiveram seus nomes associados à busca do Santo Graal, o qual, nas mãos dos poetas, passou a ser o símbolo de um exame profundo da própria alma de cada um. [33]
□ La Queste del Saint Graal, org. por A. Pauphilet (1949); J. Marx, La Légende Arthurienne et le Graal (1952) [J.R. Resina, La búsqueda del Grial, Barcelona, Anthropos, 1988]

sarracenos Termo criado por autores clássicos dos séculos I-III para descrever uma tribo árabe localizada na região do Sinai. O nome passou gradualmente entre os cristãos a designar os árabes em geral, e, após a ascensão do Islã, os muçulmanos. Entre os séculos XI e XIII, o termo era usado pelos cruzados latinos para descrever os povos muçulmanos mobilizados contra eles. Durante o século IX, os sarracenos assolaram a Sicília e o sul da Itália, garantindo finalmente uma base siciliana. Também invadiram e colonizaram partes da Espanha, onde estabeleceram uma brilhante civilização.

saxões Nome dado em tempos clássicos ao povo germânico que habitava a região noroeste da moderna Alemanha, desde a planície costeira do Mar do Norte até o Weser e Holstein. Nos séculos V e VI, a migração levou-os para a Gália, onde as provas de

colonização persistem em topônimos dos arredores de Boulogne e na Normandia, e também em grande número na Inglaterra. Beda colocou os saxões entre as três poderosas nações germânicas que se instalaram na Inglaterra — saxões, anglos e jutos. Os saxões que ficaram no continente (os chamados antigos saxões, para distingui-los dos anglo-saxões) mantiveram-se em forte independência pagã até a época de Carlos Magno. Entretanto, após a conquista franca (775-803) e a conversão forçada ao Cristianismo, eles passaram a formar o cerne do novo Império Otoniano no século X, com o ducado da Saxônia estendendo-se do Ems a oeste até o Elba a leste, e incluindo os principais componentes territoriais da Westfália, Estfália, Engern e Holstein.

□ K.J. Leyser, Rule and Conflict in an Early Medieval Society (1979) [L. Musset, Las invasiones. Las oleadas germánicas, Barcelona, Labor, 1967]

Scone, Pedra de A Pedra de Scone, ou Pedra do Destino, foi levada para Scone [povoação do condado de Perth, na Escócia] por Kenneth MacAlpin, que tomou posse do trono píctico em 843. Ele colocou a pedra real de sua raça na igreja edificada na colina de Scone; nos 500 anos seguintes, cada novo rei da Escócia aí se dirigia a fim de "ser entronizado sobre a pedra". A Pedra de Scone foi uma parte importante dos ritos de coroação escocesa até 1296, quando foi escondida para impedir que caísse em mãos de Eduardo I da Inglaterra ou, segundo a lenda, foi levada para Westminster.

Segarelli, Gerardo (m. 1300) Líder da seita herética dos "Falsos Apóstolos" (pseudo-apostolici). Natural de Parma, Segarelli sentiu-se atraído por uma vida de pureza exemplar. Vendeu todos os seus bens (c. 1260) e começou pregando a penitência e a pobreza apostólica. Não tardou em atrair uma legião de seguidores. A seita foi condenada duas vezes pelo Papado, por Honório IV (1286) e por Nicolau IV (1290). Segarelli foi finalmente preso pelo bispo de Parma, que o entregou às autoridades seculares para ser queimado em 1300.

□ G. Leff, Heresy in the Late Middle Ages (1967)

seljúcidas, turcos Os seljúcidas vieram com bandos de nômades turcos desde as estepes da Ásia Central, abrindo caminho até a Anatólia, norte da Síria e do Iraque e empurrando gradualmente os bizantinos para fora da Ásia Menor. Ocuparam Jerusalém em 1071, esmagaram o exército bizantino na batalha de Manzikert e capturaram mais tarde Antioquia (1085); isso ocasionou a Primeira Cruzada (1096-97), com os cruzados procurando libertar a Terra Santa dos infiéis. Ver Alp Arslan; Tugril Beg

□ Cambridge History of Islam, org. por P.M. Holt (1970)

Sérvia No século VII, vários grupos de eslavos, os ancestrais do povo sérvio, fixaram-se nos Balcãs. Cada tribo tinha seu próprio líder ou zupan até fins da década de 1100, quando o grande guerreiro Estêvão Nemanja formou o primeiro Estado sérvio unido. Vários séculos depois, o rei Estêvão Dusan conduziu uma série de guerras vitoriosas contra o Império Bizantino; entretanto, o Império Sérvio começou a declinar depois de sua morte em 1355.

Sérgio I (m. 638) Patriarca de Constantinopla desde 610. Natural da Síria, Sérgio tornou-se o conselheiro de confiança do imperador Heráclio. Em resposta à cisão entre crentes ortodoxos e monofisistas, Sérgio formulou a doutrina do monotelismo, propondo que Cristo possuía duas naturezas mas uma só vontade. A nova fórmula foi promulgada pelo imperador em 638, mas lamentavelmente rejeitada pelos monofisistas e pela Igreja latina, e condenada no Concílio de Constantinopla em 681.

Sforza, família Família nobre do norte da Itália. Os descendentes do condottiere Muzio Attendolo (1369-1424) adotaram seu apelido, Sforza. Entre os mais famosos membros da família estavam Francesco, senhor de Milão em 1459-66, que procurou manter a paz e a ordem em seus territórios; seu filho Galeazzo Maria (assassinado em 1476); e Caterina (c. 1462-1509) que ficou famosa por seu envolvimento nos assuntos políticos e militares. Um outro Sforza, Ludovico (1451-1508), pode ter sido parcialmente responsável pela invasão francesa da Itália em 1494. O governo Sforza de Milão representou um grande crescimento econômico e um esclarecido mecenato artístico.
□ CM. Ady, Milan under the Sforza (1907); J. Law, The Lords of Renaissance Italy (1981)

Siágrio, Afrânio (464-86) General galo-romano que exerceu controle sobre diversas cidades entre o Somme e o Loire, até ser derrotado por Clóvis em Soisson (486). Siágrio tinha herdado seu direito de proteger as cidades de seu pai Egídio, um antigo magister militum do Império Romano. Com a queda da metade ocidental do Império em 476, Siágrio adotou uma posição de autoridade independente: com efeito, Gregório de Tours descreve-o como rex Romanorum (rei dos romanos), o que sugere ter ele governado à maneira de um rei bárbaro. Após sua derrota no campo de batalha, foi entregue a Clóvis, que o mandou matar em segredo.
□ J.M. Wallace-Hadrill, The Barbariam West 400-1000(1952); A.H.M. Jones, The Later Roman Empire 284-602 (1964)

Sicília Durante toda a Idade Média a Sicília foi cobiçada por potências estrangeiras por suas riquezas e importante posição estratégica no Mediterrâneo. Assolada por vândalos e ostrogodos no século V, a ilha foi depois conquistada por Belisário por volta de 535. O

domínio do Império Bizantino foi gradualmente debilitado no século IX com a chegada dos árabes e, no final desse século, os bizantinos tinham-se retirado quase por completo. Nesse tempo, Palermo era um dos mais destacados centros de erudição e de artes visuais no mundo ocidental.

Os normandos iniciaram a conquista da Sicília em 1060; por volta de 1091 Rogério I de Hauteville tinha o controle de toda a ilha. Os normandos deram uma nova eficiência à administração da Sicília, e adotaram muitas tradições árabes, hebraicas e gregas. Com o advento dos Hohenstaufen (final do século XII-século XIII), a corte de Palermo tornou-se famosa no mundo por sua erudição e luxo. Em 1268, começou a dominação angevina da Sicília; eles foram finalmente derrubados nas Vésperas Sicilianas (1282), quando a casa de Anjou foi apenas substituída por outro ocupante estrangeiro, os aragoneses.

No século XVI, a ilha deixou de ocupar uma posição de grande importância, porquanto o equilíbrio de poderes tinha-se transferido para o Mediterrâneo ocidental. Ver Carlos I de Anjou; Pedro III, o Grande; Roberto Guiscard; Rogério II; Vésperas Sicilianas

□ D.M. Smith, Medieval Sicily (1969); D.C. Douglas, The Norman Achievement (1969)

Siegfried Arcebispo de Mainz (Mogúncia) em 1060-84. Foi nomeado para a poderosa sé de Mogúncia pela imperatriz Inês. Parece ter sido um homem fraco e de pouco caráter, que envolvido na luta pela investidura laica entre Henrique IV e Gregório VII, sempre apoiou o lado perdedor no conflito. Foi responsável pela coroação de Rodolfo da Suábia em 1077.

□ Church and State in the Middle Ages, org. por B.D. Hill (1970)

Siger de Brabante (c. 1235-82) Filósofo averroísta. Professor de filosofia na Universidade de Paris, Siger ensinou um aristotelismo influenciado por Averróis. Seu ensino foi condenado em 1270 pelo bispo de Paris. Seis anos depois, foi intimado a comparecer perante o Inquisidor da França, Simon du Val, para defender-se das acusações de heresia, e em 1277 foi condenado de novo pelo bispo parisiense. No caminho para Orvieto, a fim de solicitar a absolvição papal, Siger foi assassinado por seu secretário. Embora aceitando a verdade da fé católica, ele insistiu no direito do homem de obedecer à razão humana, mesmo que, em seu entender, ela contradissesse às vezes a revelação divina.

□ G. Leff, Medieval Thought from St. Augustine to Ockham (1958)

Sigismundo de Luxemburgo imperador do Sacro Império Romano Germânico 1410-37 (n. 1368) Governante da Hungria, Alemanha e Boêmia. Filho de Carlos IV, Sigismundo recebeu a Coroa da Hungria em 1387. Obteve depois o controle da Alemanha após a morte de Rupert em 1430 e da abdicação de seu incompetente meio-irmão Venceslau. Decidido a acabar com o Grande Cisma da Igreja latina (1378-1417), forçou João XXIII a convocar um

concílio ecumênico que teve lugar em Constança (1414-18). Uma das questões essenciais a solucionar em Constança era a extirpação da heresia, sobretudo a heresia hussita. Huss aceitou uma oferta de salvo-conduto feita por Sigismundo e viajou para Constança (1415), onde foi aprisionado, submetido a julgamento e queimado (6 de julho), inflamando assim o nacionalismo boêmio e originando as guerras hussitas. Apesar de seu desinteresse pela Boêmia e de sua incapacidade para reorganizar as relações políticas com a Alemanha, Sigismundo desfrutou de certa popularidade em vida por causa de sua personalidade cavaleiresca e sua iniciativa em promover o Concílio de Constança. [103]

□ F.R.H. du Boulay, Germany in the Later Middle Ages (1983)

Silvestre II (Gerbert d'Aurillac, n. na Auvergne c. 940) papa 999-1003 De origem humilde, foi educado no mosteiro beneditino de Aurillac. Um encontro em Roma (970) com o imperador Oto I foi decisivo, pois Gerbert iria passar grande parte de sua vida na órbita do Império Germânico. Por volta de 972 foi estudar em Reims, onde ficaria depois lecionando por muitos anos. Em 997 trocou a França pela corte de Oto III.

O imperador acolheu-o como um velho partidário da família imperial, e não tardou em conseguir sua nomeação para o arcebispado de Ravena (998). Um ano depois, Gerbert era eleito papa. Primeiro francês a exercer o cargo, credita-se geralmente a Gerbert (como papa Silvestre II) ter encorajado a gloriosa visão de Oto de um Império Romano restaurado. Também se opôs à simonia e defendeu intransigentemente o celibato clerical, fazendo muito por fortalecer a Igreja na Europa oriental. Além de eminente estadista, Gerbert foi um erudito completo. Os métodos de ensino por ele criados foram extremamente influentes na Europa setentrional. Ampliou o âmbito do estudo da lógica e levou a matemática a uma nova posição de importância. Foi também um devotado colecionador de antigos manuscritos.

□ J. Leflon, Gerbert: Humanisme et Chrétienté au Xe siècle (1946) [P. Riché, Gerbert d'Aurillac, le pape de Van mil, Paris, Fayard, 1987]

Simão de Montfort, o Moço (c. 1208-65) Chegou à Inglaterra em 1230 a fim de insistir numa pretensão da família ao condado de Leicester. Garantiu sua herança e impressionou tanto Henrique III que ganhou rapidamente o favor real e casou em 1238 com a irmã do rei, Leonor. Mais hábil e tenaz na defesa de seus direitos do que outros favoritos reais, não tardou em indispor-se com o monarca e, durante as duas décadas seguintes, suas relações foram tempestuosas, sobretudo depois do controverso período de Simão corno governador de Gasconha (1248-52). Entretanto, não foi ele o instigador do bem estruturado movimento que forçou Henrique a submeter-se ao controle baronial nas Provisões de

Oxford (1258).

Somente após a desintegração do governo baronial é que Simão se tornou o ponto focal de oposição ao rei. No início de 1264, rejeitou a Mise d'Amiens, a arbitragem de Luís IX da França na disputa, e fez Henrique e seu filho (o futuro Eduardo I) prisioneiros na batalha de Lewes em 14 de maio de 1264. Foi traçado então um novo esquema de governo, com Simão como principal membro de um triunvirato dotado de poderes para controlar o rei. Embora buscasse vivamente uma reconciliação com Henrique e em 1265 convocasse até um parlamento que, pela primeira vez, continha representantes dos condados e burgos, na esperança de conseguir uma paz duradoura, o rei recusou-se a aceitar qualquer compromisso que restringisse a autoridade régia. Quando Montfort brigou com o seu principal colega, Gilberto de Clare, conde de Gloucester, e Eduardo escapou da prisão, sua posição desmoronou e Simão foi derrotado e morto em Evesham.

□ M.W. Labarge, Simon de Montfort (1962); C.H. Knowles, Simon de Montfort 1265-1965 (1965)

Simão de Montfort, o Velho (c. 1153-1218) Quarto conde de Leicester, Simão juntou-se à Quarta Cruzada em 1199 e opôs-se a que ela fosse desviada da Palestina para Zara e Constantinopla (1204); preferiu zarpar para a Terra Santa. Herdou o condado do seu tio materno em 1204, mas suas terras foram confiscadas pelo rei João Sem Terra e só devolvidas em 1215. Em 1207, Inocêncio III tinha começado a pregar a Cruzada Albigense, esperando que Filipe Augusto assumisse a liderança e impedisse quaisquer excessos de conduta. O envolvimento do monarca na guerra com a Inglaterra impediu-o de empunhar a cruz, mas permitiu que seus barões o fizessem; Simão de Montfort foi eleito para chefiá-los.

Soldado de grande coragem, era também um hábil diplomata. Derrotou Raimundo VI, conde de Toulouse, em 1212, e o aliado de Raimundo, Pedro II de Aragão, no ano seguinte. Pareceu a muitos que Montfort e seus aliados estavam dispostos a esbulhar a nobreza meridional, confiscando-lhes suas propriedades. A Provença ergueu-se em revolta contra os cruzados e Toulouse foi retomada em 1217 pelo filho de Raimundo, quando Montfort se encontrava em Paris; este sitiou a cidade em 1217-18 mas foi morto numa escaramuça com o inimigo.

□ B. Hamilton, The Albigensian Crusade (1974)

Simeão I czar da Bulgária 893-927 (n. c. 863) Filho de Bóris I, foi o primeiro governante búlgaro a assumir o título de "czar". Durante seu reinado o Império Búlgaro esteve no auge do poder. Simeão foi educado em Constantinopla como um monge; assim, estava

profundamente impregnado de civilização grega e fez muito por encorajar uma atmosfera de cultura e saber em sua corte. Entretanto, estava muito preocupado com as guerras contra o Império Bizantino, guerras que se originaram nos litígios a respeito de direitos de comércio e redundaram, por fim, numa disputa pela posse do trono imperial. Simeão não conseguiu ocupar Constantinopla em 913 e 924; em 925, proclamou-se imperador dos romanos e búlgaros, provocando protestos do imperador bizantino, Romanus Lecapenus, embora o título fosse reconhecido pelo papa. Após sua morte, a dissensão interna contribuiu muito para enfraquecer o Estado búlgaro, atenuando-se desse modo o perigo com que Constantinopla se defrontava.

□ S. Runciman, A History of the First Bulgarian Empire (1930)

Simeão Estilita, São (c. 390-59) O primeiro dos ascetas da "coluna", Simeão nasceu perto da fronteira síria da Cilícia. Após alguns anos como monge no mosteiro de Eusebona, perto de Antioquia, retirou-se para uma cela em Telanissos, onde começou a viver uma vida de extrema austeridade. Para fugir às multidões que se aglomeravam à sua volta, Simeão acabou por subir ao topo de uma coluna, para que pudesse ter uma vida de tranqüila contemplação. Sua mais alta coluna, sobre a qual passou mais de 20 anos, tinha cerca de 15 metros de altura, com uma balaustrada à volta do ábaco. Passou a maior parte de sua vida entregue à oração, de pé sobre a coluna exposto às intempéries e praticamente nada comendo. Essa nova austeridade atraiu para ele uma corrente constante de peregrinos e teve numerosos imitadores.

sínodos Nos primórdios da história da Igreja, as palavras "sínodo" e "concílio" foram freqüentemente intercambiáveis. Entretanto, no início do século IV, as grandes reuniões ecumênicas como Nicéia (325) passaram a ser denominadas concílios, e uma assembléia de bispos de uma província ou região, bem como a do bispo e do clero de uma diocese, eram usualmente referidas como sínodos.

Skanderbeg (m. 1468) Líder da revolta albanesa contra os turcos, George Castriota, que tinha estado a serviço dos turcos como comandante de Janízaros sob o nome de Skanderbeg, revoltou-se contra eles, tomou a fortaleza de Kroja em 1443 e declarou-se cristão. Os turcos acabaram triunfando em 1468, após a morte de Skanderbeg, mas sua resistência heróica, que rechaçou os exércitos de dois formidáveis sultões, Murad II e o próprio Maomé II (conquistador de Constantinopla, 1451-81), ajudou a consolidar um sentimento de unidade entre os turbulentos albaneses, descendentes de um antigo povo ilírio.

□ C. Chekrezi, Albania, Past and Present (1919); H. Inalcik, The Ottoman Empire: the

Classical Age (1973)

Snorri Sturluson (1179-1241) Geralmente considerado o maior dos autores de sagas, Snorri Sturluson, embora nascido na Noruega, passou toda a sua vida política e literária na Islândia. Suas maiores obras incluem a Edda em Prosa, que, numa requintada forma literária, expõe os elementos essenciais da antiga mitologia nórdica, e o Heimskringla [O Círculo do Mundo], onde se narra a história dos reis da Noruega da dinastia Ynglinga desde os tempos mitológicos. Reputadamente o homem mais rico da Islândia e profundamente envolvido na política da ilha, Snorri encontrou a morte no que pode ser considerado um assassinato político. Ver sagas nórdicas

□ The Prose Edda, org. por J. Young (1954); D.M. Wilson e P. Foote, The Viking Achievement (1968) [Snorri Sturluson, Saga de Egil Skalla-Grimsson, trad. E. Bernardez, Madri, Nacional, 1983]

solidus (italiano e português, soldo; francês, sou) Originalmente, uma moeda romana de ouro introduzida por Constantino em 309 e pesando 4,55 gramas. Como termo para designar a moeda-padrão de ouro, o nome foi transferido no século VII para o tremissis de peso reduzido que correspondia ao xelim germânico, de modo que o soldo e termos cognatos nas línguas românicas tornaram-se o equivalente de 12 pennies em moeda de conta. A primeira moeda de prata a ser cunhada com o valor de um sou foi o gros tournois em 1266.

St. Andrews, Universidade de Fundada em 1410, foi a terceira universidade a ser fundada na Grã-Bretanha e a primeira na Escócia. Um grupo de professores e humanistas que tinham sido expulsos da França durante o Grande Cisma chegou a St. Andrews; o mais conhecido deles era Laurence de Lindores, cujas aulas sobre Aristóteles foram influentes na Europa. Em fevereiro de 1411 (ou, possivelmente, 1412), o bispo Wardlaw de St. Andrews concedeu carta-patente ao grupo, enquanto que o status pleno de universidade seria conferido em 1413 pelo papa Bento XIII.

Stilicão, Flávio (c. 365-408) Meio vândalo e meio romano pelo nascimento, foi o comandante supremo do Império Romano do Ocidente em 395-408. Repeliu a invasão visigoda da Itália (401-02) comandada por Alarico e mais tarde destruiu um outro grande contingente de invasores, liderado por Radagaisus, que ameaçava assolar a Itália (405). Sempre alimentara a esperança de ampliar seu controle à prefeitura da Ilíria, e em 407 preparou sua anexação. Seus planos fracassaram e Stilicão foi obrigado a pagar a Alarico, um aliado na campanha, uma indenização de 4.000 libras em ouro. Sua boa estrela

abandonou-o em 408: uma revolução palaciana culminou em sua prisão e execução.
□ S. Mazzarino, Stilicone: La crisi imperiale dopo Teodosio (1942)

Subiaco Importante centro monástico no século VI, localizado perto de Roma, que proporcionou educação religiosa, entre outros, ao grande papa Gregório I. É Gregório quem fala do significado de Subiaco na Vida de São Bento de Núrsia, de quem se diz ter passado muito tempo como eremita solitário em sua gruta nesse local, antes de criar as bases para uma ordem cenobítica.
□ D.C. Butler, Benedictine Monachism (1927)

Suécia O reino sueco medieval adquiriu pela primeira vez uma forma reconhecível no século IV nas circunvizinhanças do Lago Malar, mas sua história política contínua só se tornou possível no século IX, quando o seu principal centro se fixou em Uppsala. A parte meridional da Suécia moderna, a Scania, estava então sob controle dinamarquês. Os ricos artigos tumulares descobertos nos cemitérios aristocráticos de Valsgarde e Vendei dão uma certa idéia da riqueza e do potencial da sociedade escandinava, mesmo antes da dramática eclosão da Era Viking. Os suecos desempenharam um papel destacado nas expedições vikings, sendo dominantes na expansão para leste mas também com uma presença clara no movimento ultramarino a oeste.

No plano interno, porém, eles foram lentos na consolidação da autoridade real e na aceitação da total conversão ao Cristianismo. O resultado foi um certo sentido de subordinação aos interesses da Dinamarca e dos mercadores hanseáticos que, a partir do século XIII, se instalaram firmemente na ilha de Gotland. Houve certa colonização sueca na Finlândia no século XIV, mas em 1397, pela União de Calmar, a Suécia aceitou a suserania da rainha Margarida da Dinamarca, que inaugurou um período de difícil domínio sobre os reinos escandinavos unificados.
□ L. Musset, Les peuples scandinaves au Moyen-Age (1951); M. Stenburger, Sweden (1962); D.M. Wilson, The Vikings and their Origins: Scandinavia in the First Millennium (1970)

Suger (c. 1085-1151) Abade de Saint-Denis. Importante mecenas das artes, leal amigo e conselheiro de dois monarcas franceses, Luís VI e Luís VII. De origem humilde, foi dado como oblato à abadia real de Saint-Denis com 10 anos de idade, e em 1094-1104 foi educado no priorado de l'Estrée com o futuro rei Luís VI. Em 1107 já estava dando provas de ser um hábil advogado e diplomata. A pedido de Luís VI foi por duas vezes enviado a Roma (1122, 1123) em missões especiais; continuou sendo pelo resto de sua vida um íntimo da família real. Em 1123 foi eleito abade de Saint-Denis, onde instituiu mais tarde um programa de reforma, influenciado por seu amigo Bernardo de Claraval. Suger parece

ter tido duas ambições principais na vida: além do seu desejo de engrandecer a abadia de Saint-Denis, também procurou fortalecer o poder da Coroa francesa. Quando Luís VII partiu na Segunda Cruzada (1147), nomeou Suger regente da França. A excelente administração das finanças do país realizada pelo abade durante esse período ajudou a fazer de Luís VII o mais poderoso governante da França.

Suger começou reconstruindo Saint-Denis no final da década de 1130 e o resultado é tradicionalmente considerado um dos primeiros exemplos do estilo gótico na arte e na arquitetura. Seus numerosos escritos, como a Vida de Luís VI, revelam seu talento como historiador. Suger morreu na abadia em janeiro de 1151. Seu epitáfio diz: "Pequeno de corpo e de família, cerceado por uma dupla pequenez/Ele recusou-se, em sua pequenez, a ser um homem pequeno."

□ M. Aubert, Suger (1950); Abbot Suger: On the Abbey Church of Saint-Denis and its Art Treasures, org. por E. Panofsky (1970); S. Crosby, The Royal Abbey of Saint-Denis from its Beginnings to the Death of Suger (1987)

Suíça As origens da Suíça como unidade política remontam a 1291, quando os três cantões de língua alemã, Uri, Schwyz e Unterwalden, se uniram para enfrentar a pressão da dinastia Habsburgo. Seu êxito estava associado à lenda de Guilherme Tell de Uri, obrigado a pôr em risco a vida de seu próprio filho acertando com uma flecha uma maçã colocada sobre a cabeça do rapaz, por mero capricho de um tirânico funcionário Habsburgo. O crédito histórico deve ser dado principalmente à tenacidade e bravura dos montanheses, às dificuldades do terreno e aos esforços algo tíbios de repressão. Novos cantões aderiram à federação no século XIV, Lucerna, Zurique, Berna e Zug, e os acréscimos no final da Idade Média incluíram Freiburg e Soleure. Basiléia só seria membro pleno nos começos do século XVI e, na verdade, somente nos tempos napoleônicos é que a confederação adquiriu sua forma definitiva. O interesse especial da Suíça na Idade Média vem do seu êxito em estabelecer uma comunidade política permanente, organizada numa base não-monárquica.

□ E. Bonjour, H. Offler e G.R. Potter, Short History of Switzerland (1952); J. Steinberg, Why Switzerland? (1976)

Suso, Henrique (c. 1296-1336) Pregador e místico dominicano. Suso estudou em Colônia (c. 1322 e 1325) com Mestre Eckhart, a quem admirava profundamente. Sua principal obra, Büchlein der Ewigen Weisheit [O Pequeno Livro da Sabedoria Eterna] (c. 1328), é um dos clássicos do misticismo alemão. Foi muito lido nos séculos XIV e XV, e teve Tomás de Kempis entre seus admiradores. Suso também pregou ampla e eficientemente na Suíça e

na região do Alto Reno.
□ J.M. Clark, The Great German Mystics (1949)

Sutri, Sínodo de (1046) Diante de uma situação intolerável em Roma, onde nada menos de três homens (Bento IX, Silvestre III e o respeitável Gregório VI) tinham pretensões ao Papado, o imperador Henrique III convocou um sínodo para Sutri e depois para Roma, onde os três pretendentes foram depostos e o título papal passou para o bispo alemão de Bamberg, Clemente II, que então coroou Henrique como imperador romano-germânico (Natal de 1046).
□ Hildebrandine Essays, org. por J.P. Whitney (1932)

T

Tamerlão (1336-1403) Cã mongol desde 1370, também conhecido como Timur-i Lang ou Timur, o Manco. De nobre origem turca, embora pretendendo ser descendente de Gêngis Khan, conseguiu com sua ambição reconstruir o Império mongol do século XIII. Com Samarcanda como sua capital, Tamerlão tinha em 1400 controlado todos os territórios sob domínio mongol na Ásia Central, invadido a Pérsia, a Mesopotâmia e a Síria, e imposto sua autoridade desde Moscou, ao norte, até à Índia setentrional, ao sul. O caráter selvático de suas campanhas não impedia que o Ocidente e Bizâncio considerassem Tamerlão um possível aliado contra os otomanos, e tanto cristãos quanto turcos morreram na grande batalha de Ankara (1402), na qual Tamerlão derrotou e capturou Bajazet I, o sultão Otomano. Completando sua conquista da Anatólia, ele cercou vitoriosamente a última cidade cristã da Ásia Menor, Esmirna, nesse mesmo ano.

Com sua morte, ocorrida quando Tamerlão estava avançando sobre a China, seu império desintegrou-se, sendo a dinastia preservada apenas pelos grandes senhores de Delhi. O Império Bizantino decadente nunca foi suficientemente forte para tirar partido da decomposição do poder Otomano na Ásia, embora a intervenção de Tamerlão tivesse lhe permitido mais 50 anos de vida.

□ H. Hookhmam, Tamburlaine the Conqueror (1962); D.M. Nicol, The Last Centuries of Byzantium (1972)

Tancredo de Hauteville Baronete normando das vizinhanças de Coutances, célebre unicamente pelas carreiras de seus numerosos filhos que viajaram para o sul da Itália em meados do século XI em busca de fortuna. Dos cinco filhos nascidos da primeira mulher de Tancredo, Muriella — Guilherme (m. 1046), Drogo (m. 1051), Onfredo (m. 1057), Godofredo e Serlon — os primeiros três foram, sucessivamente, condes da Apúlia. O seu segundo casamento com Fredesende gerou sete filhos — Roberto Guiscard (m. 1085), Mauger, Guilherme, Alberico, Tancredo, Humberto e Rogério (m. 1101) — e tanto o mais velho quanto o mais novo desta prole tiveram carreiras espetaculares; estiveram envolvidos na conquista da Sicília (concluída em 1091), que Rogério governou como grã-conde. Roberto Guiscard, após o reconhecimento pelo papa como duque da Apúlia e da Calábria (1059), envolveu-se na política papal e bizantina, e foi responsável em 1084 pelo saque de Roma. Ver Roberto Guiscard; Rogério I

□ J.J. Norwich, The Normans in the South (1967); D.C. Douglas, The Norman Achievement (1969)

Tannenberg, batalha de (1410) Esta batalha marcou o término da influência e do prestígio dos Cavaleiros Teutônicos, em confronto com o nacionalismo crescente da Polônia. O conflito centrou-se na província de Samogícia, na costa do Báltico, que separava as colônias teutônicas da Prússia e da Livônia, e que a Polônia e a Lituânia (unidas desde 1386) tinham cedido à Ordem em 1404 em troca da província de Dobrzyn. Em 1410, suspeitando de cumplicidade lituana em revoltas que estavam ocorrendo em Samogícia, os Cavaleiros Teutônicos invadiram Dobrzyn e foram derrotados em Tannenberg pela nobreza polonesa. A Paz de Thorn (1411) propiciou um acordo, mas a guerra eclodiu de novo e os Cavaleiros Teutônicos foram compelidos a renunciar à Samogícia em 1422.

tarí (pl. tarís ou tareni) De uma palavra árabe que significa "novo", na acepção de recém-cunhado. Foi o nome originalmente dado ao quarto de dinar (1,06 grama) dos árabes na Sicília e às imitações dos mesmos cunhadas em Amalfi e Salerno (séculos XI a XIII) e na Sicília pelos normandos e seus sucessores até 1278. A partir de meados do século XII, as moedas, embora mantendo a mesma pureza, deixaram de ser cunhadas com um peso uniforme, se bem que o trappeso (tarí-peso) continuasse sendo, como peso, equivalente a 1/30° de onça.

Tarique (Tariq ibn Ziyad) Comandante berbere do norte da África que iniciou a conquista muçulmana da Península Ibérica. Em 711 atacou a costa hispânica com uma força de 7.000 berberes nas proximidades de Gibraltar (topônimo que deriva de Geb-el-Tariq, "Rochedo de Tarique") e em seguida penetrou até um lugar vizinho de Sidônia onde, no mesmo ano, reforçado com um novo contingente de 5.000 homens enviados por seu superior, Musa, derrotou o usurpador Rodrigo, último rei da Espanha visigoda. Tarique e Musa continuaram juntos a conquista, ocupando a maior parte da península, que permaneceu em mãos muçulmanas durante toda a Idade Média. Em 713, os dois chefes brigaram, possivelmente a respeito da divisão dos despojos, e foram chamados de volta a Damasco, onde Musa foi acusado de deslealdade e a lealdade de Tarique foi posta em dúvida. Ambos morreram pouco depois na obscuridade.

□ H.V. Livermore, The Origins of Spain and Portugal (1971)

Tassilo duque da Baviera 748-88 (n. c. 742) Após uma conturbada menoridade, foi reposto no trono ducal aos 15 anos de idade por Pepino, o Breve, rei dos francos, a quem se submeteu como vassalo em 757. Os Annales Regni Francorum do século VIII relatam a solenidade do evento, a primeira menção conhecida do juramento de vassalagem e submissão feito com as mãos (per manus). No reinado de Carlos Magno, Tassilo por duas

vezes ab-jurou seu juramento, submetendo-se finalmente e oferecendo seu filho Teodo como refém quando foi militarmente atacado em 787. No ano seguinte, após a sentença de morte pedida pela assembléia geral em Ingelheim ter sido comutada por Carlos Magno para prisão perpétua, ele ingressou num mosteiro. Em 794, por ordem de Carlos Magno, ele reapareceu a fim de renunciar publicamente aos seus direitos de família, na Baviera, e o controle da província passou para os francos.

□ D. Bullough, The Age of Charlemagne (1965); Carolingian Chronides, org. por B.W. Scholz e B. Rogers (1970)

Tauler, João (c. 1300-61) Com Eckhart e Suso, um dos três grandes místicos renanos do século XIV. Natural de Estrasburgo, onde passou a maior parte de sua vida ativa, tornou-se frade dominicano desde muito cedo e dedicou-se à pregação. Seu tema central era o método pelo qual a alma pode ser preparada para sua união com Deus, e foi expresso em termos místicos e simples, apropriados às freiras dominicanas e aos leigos devotos a quem se dirigia. Suas obras sobreviventes consistem em sermões em vernáculo e uma carta, e foram largamente lidos durante sua vida. Lutero conhecia e admirava as obras de Tauler, embora os teólogos católicos do século XVI o suspeitassem do quietismo. O interesse por Tauler foi reavivado no século XIX por teólogos católicos e protestantes.

□ J.M. Clark, The Great German Mystics (1949)

Teodora (m. 548) Esposa de Justiniano I. A bela filha do guardador dos ursos no anfiteatro de Constantinopla, Teodora, casou com Justiniano depois que ele a elevou ao patriciado e persuadiu seu tio, Justino I, a revogar a lei que proibia o casamento de senadores com atrizes. Ela tornou-se imperatriz com a subida de Justiniano ao trono em 527, embora fosse desprezada por parte da aristocracia por causa de seus antecedentes pouco decorosos.

Ela foi atraída para a heresia monofisista, ao contrário de seu marido intensamente ortodoxo, e usou sua influência para proteger os adeptos dessa doutrina, instalando um mosteiro monofisista no palácio de Hormisdas, protegendo bispos refugiados e tendo um papel decisivo na deposição do papa Silvério e em sua substituição pelo mais dócil Vigílio. A influência de Teodora, no entanto, era limitada; ela foi incapaz de afetar a política religiosa de Justiniano e, apesar de sua forte aversão pessoal a João da Capadócia (prefeito pretoriano de Justiniano no leste), precisou de dez anos para maquinar a sua queda.

Muito do que se sabe a respeito de Teodora está colorido pelos tons escandalosos e tendenciosos da obra de Procópio, embora ele próprio reconheça a força de caráter da

imperatriz. Isso ficou demonstrado com extrema clareza por ocasião da revolta de Nike (532), quando as facções circenses normalmente inimigas, os Verdes e os Azuis, uniram suas forças numa tentativa de depor Justiniano. Procópio relata as palavras de Teodora: "Que um imperador se converta num fugitivo é algo insuportável... O manto púrpura faz uma excelente mortalha." Essas palavras despertaram os brios do medroso Justiniano, que estava a ponto de fugir, e estimularam-no a ficar e esmagar a revolta.

□ Procópio, The Secret History, trad. G.A. Williamson (1966); C. Diehl, Theodora of Byzantium (1972)

Teodorico, o Grande rei dos ostrogodos 490-526 (n. c. 455) Teodorico, o Amal, chamado Dietrich de Berna na Canção dos Nibelungos, governou sobre a grande parte do Império Romano do Ocidente, incluindo a Itália, Sicília, Dalmácia, Nórica e Récia; também era senhor, em nome de seu neto, do reino visigodo da Espanha e Septimânia. Passou sua infância e juventude em Constantinopla; foi em nome do imperador Zenão que invadiu a Itália e em 493 derrotou Odoacro (que em 476 depusera o último imperador ocidental, Rômulo Augústulo). Teodorico não fez reivindicações imperiais e contentou-se em governar como rei, uma posição tacitamente reconhecida pelos imperadores orientais ao devolverem-lhe os privilégios reais que Odoacro tinha entregue a Zenão.

Teodorico admirava a civilização romana e cita-se o seu comentário: "um godo competente quer ser como um romano; somente um romano medíocre quer ser como um godo." Na Itália, adotou uma política conciliatória, respeitando o Senado e as instituições romanas, e permitindo a seus súditos romanos e godos que conservassem suas próprias leis e funcionários. Em sua corte de Ravena, empregou romanos como seus funcionários civis, reservando as posições militares para os godos. Até mesmo a distribuição de terras feita em benefício de seus seguidores, depois da conquista, parece ter sido realizada sem incidentes.

Embora Teodorico fosse um ariano, manteve-se em bons termos com a Igreja Católica e atuou ocasionalmente como árbitro em assuntos eclesiásticos, como no caso do cisma laurentino de 498, quando dois papas foram eleitos simultaneamente. Entretanto, em 523, Justiniano, o imperador oriental, proscreveu o Arianismo em todo o Império, um evento que abalou a autoridade de Teodorico na Itália e resultou em conspirações senatoriais contra ele. Suas represálias foram severas, sendo o filósofo Boécio a mais notável vítima. Teodorico faleceu antes que suas medidas contra os católicos pudessem ser totalmente implementadas. A luta que se seguiu pela sucessão acabou desencadeando a campanha de Justiniano de Reconquista da Itália.

□ W. Ensslin, Theodorich der Grosse (1947); A.H.M. Jones, The Later Roman Empire 284-

602 (1964); C. Wickham, Early Medieval Italy (1981)

Teodoro de Tarso (602-90) Arcebispo de Canterbury desde 668. Embora com 66 anos de idade na data de sua nomeação e precisando conhecer os procedimentos da Igreja inglesa, Teodoro provou ser um grande político eclesiástico, responsável pela organização de um episcopado diocesano regular. Considerado por Beda "o primeiro arcebispo a quem toda a Igreja da Inglaterra obedeceu", presidiu a dois importantes concílios (Hertford, em 672, e Hatfield, em 679). Durante seu arcebispado, Canterbury tornou-se um centro de erudição latina e grega. Suas Poenitentiale, compiladas após sua morte, tiveram grande influência sobre a futura disciplina penitencial nas igrejas da Inglaterra e Alemanha.
□ H. Mayr-Harting, The Corning of Christianity to Anglo-Saxon England (1972)

Teodosiano, Código (438) Compilação de todas as constituições imperiais promulgadas desde o reinado de Constantino em diante e publicadas nos nomes de Teodósio II e Valentiniano III, imperadores do Oriente e do Ocidente. Essa publicação oficial substituiu duas coletâneas particulares anteriores, os Códigos Gregoriano e Hermogeniano. Os membros da comissão de Teodósio, sob a presidência de Antíoco, o prefeito pretoriano, consumiram oito anos na tarefa, pesquisando arquivos provinciais e coleções de direito privado a fim de produzir um registro permanente da legislação imperial. O Código é de grande valor como fonte de material para um período escassamente documentado da história romana, e com o aditamento de novos decretos publicados após o Código (Novellae), influenciou o conjunto de disposições legais dos visigodos e constituiu a base para o Código de Justiniano (529).
□ The Theodosian Code and Novels, and the Sirmondian Constitutions, trad. C. Pharr (1952)

Teodulfo (c. 750-821) Bispo de Orléans e abade de Fleury. Visigodo hispânico pelo nascimento, tornou-se uma destacada figura teológica e literária na corte de Carlos Magno, servindo como legado real no sul da França (798) e participando no julgamento do papa Leão III em Roma (800). Suspeito de cumplicidade na revolta (817) de Bernardo da Itália contra o sucessor de Carlos Magno, Luís, o Piedoso, Teodulfo foi deposto em 818 e exilado em Angers.

Acredita-se hoje, de um modo geral, ter sido ele o autor dos Libri Carolini, uma douta exposição da posição Carolíngia oficial a respeito da controvérsia iconoclasta que então dividia as Igrejas oriental e ocidental. Suas obras incluem uma versão da Vulgata, o poema Adjudices, no qual dá conselhos aos juizes baseados em sua experiência pessoal e outros poemas, alguns satíricos, que fornecem um quadro fascinante da vida na corte. Seus estatutos episcopais, contendo conselhos para clérigos e leigos, foram populares e

influentes durante sua própria vida.

□ A. Freeman, "Theodulf of Orleans and the Libri Carolini", Speculum, 32 (1957), 40 (1965) e 46 (1971); H. Liebeschütz, "Theodulf of Orleans and the problem of the Carolingian Renaissance", Fritz Saxl 1890-1948, org. por D.J. Gordon (1957)

Teófane (m. 991) Esposa de Oto II. Enérgica princesa grega, parente do imperador bizantino João I Tzimiskes (969-76). Seu casamento com o imperador germânico Oto II em 972 implicou o reconhecimento da dinastia Saxônica como imperadores do Ocidente. Com Adelaide, sua sogra, ela tornou-se co-regente em nome de seu filho Oto III, após a morte de Oto II em 983. Ambas as mulheres adotaram o título de Augusta, mas Teófane provou ser a parceira dominante, usando ocasionalmente o título masculino de imperator augustus. Sua presença, embora não afetasse sensivelmente as relações entre os dois Impérios, abriu novos caminhos para a influência bizantina na Alemanha. Oto III introduziu cerimoniais e cargos gregos em sua Corte, mas faleceu antes que se concretizasse o seu planejado casamento com uma princesa grega.

□ K. Hampe, Germany under the Saxon and Salian Kings (1973)

testamento Instrumento legal mediante o qual um proprietário toma disposições quanto à transmissão e distribuição de suas terras e outros bens patrimoniais após sua morte. Tais transações eram comuns entre as classes mais ricas do mundo romano, mas na Europa ocidental nos primórdios da Idade Média, foram geralmente impedidas pela prática de repartir as terras e demais bens patrimoniais entre os membros da família, e pelo direito feudal e consuetudinário. A partir do século XI, os testamentos começaram a aparecer com maior freqüência quando clérigos familiarizados com o direito romano encorajaram a livre transmissão de terras e estabeleceram controles eclesiásticos sobre os processos legais envolvidos.

□ Anglo-Saxon Wills, org. por D. Whitelock (1930); S. Epstein, Wills and Wealth in Medieval Genoa 1150-1250 (1984)

Teutônicos, Cavaleiros (Cavaleiros da Espada) Fundada em 1198 como Ordem Religiosa e Militar à semelhança dos Hospitalários, os Cavaleiros Teutônicos logo adquiriram terras na Alemanha e na Síria. Apoiaram a Cruzada de Frederico II, que em 1226 lhes concedeu a Prússia oriental. Desse ano em diante, inicialmente como auxiliares do duque polonês de Masóvia, eles começaram a submeter e converter os prussianos, e construíram seu primeiro centro fortificado em Thorn, em 1231. Gradualmente, suas possessões bálticas (as quais, no século XIV, chegavam até o golfo da Finlândia)

dominaram suas atividades e, após a queda de Acre (1291), que eles ajudaram a defender, os Cavaleiros Teutônicos deram por terminada sua associação com as Cruzadas. Em 1283, a Prússia estava implacavelmente subjugada; populações locais foram exterminadas para dar lugar aos novos povoadores alemães, revoltas foram drasticamente sufocadas e grande parte da população nativa foi reduzida à servidão. Em 1410, a Ordem tinha estabelecido 1.400 aldeias e 93 novas cidades em suas terras prussianas e entrara em conflito com a Polônia, que a derrotou na batalha de Tannenberg. A Prússia tornou-se então um feudo da Coroa polonesa, nos termos da Segunda Paz de Thorn (1466). Em 1525, o grão-mestre dos Cavaleiros Teutônicos aceitou a doutrina de Lutero; a Ordem secularizou-se e o grão-mestre tornou-se o primeiro duque da Prússia.
□ G. Barraclough, The Origins of Modern Germany (1966); O. Halecki, A History of Poland (1978) [S. Runciman, Historia de Ias Cruzadas, Madri, Alianza, 1973, vol. 3]

Thierry de Chartres (m. 1151) Um dos mais poderosos intelectuais e professores do século XII, irmão de Bernardo de Chartres, lecionou em Paris e seus subúrbios na década de 1130 e possivelmente mais cedo. Tornou-se chanceler e arcediago de Chartres em 1142. Escreveu copiosamente, desde comentários sobre Cícero, a Gênese, a cosmologia, até, e principalmente, sobre Boécio. Desempenhou um papel especial na transmissão do pensamento platônico no Ocidente, e seu Heptateuchon tornou-se reconhecidamente o compêndio clássico sobre as artes liberais.
□ [C.N.L. Brooke, O Renascimento do Século XII, Lisboa, Verbo, 1972]

Thomas, conde de Lancaster (c. 1278-1322) Senhor de cinco condados, conselheiro real e poderoso defensor das controversas Ordenações de 1311, ganhou o ódio de Eduardo II por seu envolvimento no assassinato de Piers Gaveston, o favorito do rei. A derrota de Eduardo na batalha de Bannockburn (1314) aumentou a influência de Lancaster, que no entanto não soube organizar um partido que se mantivesse unido à sua volta. Incapaz de entrar em acordo com os magnatas "moderados" ou o partido da Corte, foi em aliança com os lordes fronteiriços — irritados com o comportamento de Hugo Despenser, o novo favorito de Eduardo II — que Thomas foi derrotado pelas forças reais em Boroughbridge (1322). Foi executado após um julgamento sumário.
□ J.R. Maddicott, Thomas of Lancaster (1970)

Tiro Florescente porto industrial e comercial na costa síria, passou para as mãos dos cruzados em 1124 após um cerco de cinco meses. Fortemente defendido por seu istmo amuralhado, foi um dos poucos territórios na posse dos latinos que sobreviveu às campanhas de Saladino; a ponto de render-se em 1188, recobrou as forças e o ânimo sob

o decidido comando de Conrado de Montferrat. Conrado foi morto pela seita dos assassinos pouco depois de ter sido escolhido para ser o próximo rei de Jerusalém, e o controle de Tiro tornou-se um motivo de disputa entre vários príncipes latinos até ser abandonado sem luta ao sultão Al-Ashraf em 1291, quando o domínio latino na Síria chegou ao fim.

Toledo, Concílios de Esses concílios gerais da Igreja Católica espanhola dos séculos VI e VII aumentaram de importância quando o rei visigodo Recaredo I se converteu do Arianismo ao Catolicismo. Ele anunciou sua conversão no Terceiro Concílio de Toledo (589) e daí em diante foi realizada uma série de importantes concílios gerais até o final do reino visigodo da Espanha em 711.

Além de se ocuparem de negócios eclesiásticos, os concílios envolviam os bispos na administração secular do reino, embora pareça que o papel deles não fosse o de legislar, mas apenas de discutir e depois confirmar medidas que lhes eram apresentadas pelo monarca. A partir do Oitavo Concílio (653), funcionários reais também teriam participado, segundo parece. Os cânones promulgados pelos concílios abrangiam matérias tais como a disciplina do clero, a observância da uniformidade da prática religiosa, a punição da heresia e a extirpação do paganismo. Quase todos os concílios promulgaram severas medidas anti-semíticas, proibindo regularmente o casamento entre judeus e cristãos, e a participação em ritos religiosos judaicos, com pesadas penas nos casos de desobediência. Os concílios só eram convocados por ordem do rei e estavam predominantemente sob seu controle. O 75° Cânone do Quarto Concílio (633), considerado por E.A. Thompson "o mais famoso cânone de quantos foram acordados pela Igreja espanhola", decreta que a sucessão real deve ser determinada pelos barões e bispos do reino, reunidos em conselho comum; impõe anátema a quem quer que viole seu juramento de vassalagem ou tente usurpar o trono, e intima o rei a governar moderada e piedosamente.
□ [R. Collins, España en la Alta Edad Media, Barcelona, Critica, 1986]

Totila rei dos ostrogodos 541-52 Último grande rei ostrogodo, Totila reanimou a resistência gótica à Reconquista da Itália por Justiniano. Recrutando escravos e camponeses para aumentar sua força de 5.000 godos, reconquistou o sul da Itália e desbaratou as limitadas e insubordinadas tropas de Belisário, general de Justiniano. Em 550 capturou Roma e avançou sobre a Sicília. Finalmente, foi derrotado pelo substituto de Belisário, Narses, que chegou com reforços e fundos suficientes para pagar os soldos devidos às tropas imperiais. Totila foi morto na batalha de Busta Gallorum, e poucos meses depois seu sucessor, Teias, foi igualmente derrotado por Narses, assim acabando o

reino ostrogodo da Itália.
□ T. Hodgkin, Italy and her Invaders, vol. 5 (1916)

Trebizonda, Império de (1204-1461) Fundado na costa sudeste do Mar Negro pelos irmãos Aleixo e Davi, netos do imperador bizantino Andrônico I, o Império sobreviveu como Estado cristão independente até sua conquista por Maomé II em 1461, sendo o último dos Estados gregos a resistir-lhe. Seus governantes, oriundos da família Comneno, usaram o título de "Imperadores de todo o Oriente", e o Império ficou famoso por suas riquezas e pela beleza de suas princesas; seu metropolita foi alvo de grande reverência e honrarias no Concílio de Florença (1439).

A posição geográfica do Império nas rotas comerciais entre o Oriente e o Ocidente atraiu mercadores genoveses e venezianos, que tinham bairros separados na cidade; os genoveses, em especial, mostraram ser hóspedes muito turbulentos. Mas a situação isolada do Império — uma estreita faixa costeira cercada por Estados muçulmanos que a separavam do Império Grego — tornou impossível a independência completa, e os imperadores de Trebizonda protegiam-se submetendo-se, em várias épocas, ao Império Latino de Constantinopla (1204-61), ou aos emires muçulmanos locais, ou aos otomanos e mongóis. Alianças matrimoniais com a casa imperial grega e com os emires circundantes também faziam parte do esquema.

A família Comneno sobreviveu às guerras dinásticas e às revoluções palacianas, sobretudo durante o século XIV, e o Império manteve seu caráter grego apesar dos casamentos mistos e de uma população heterogênea. Muitas fundações religiosas foram feitas por seus governantes, incluindo o mosteiro de Dionysion no Monte Atos; a mais bem preservada, hoje em dia, é a igreja monacal de Santa Sófia, datada do século XIII e rica em decoração escultórica e pinturas murais. A queda de Constantinopla em poder dos otomanos, em 1453, tornou inevitável o colapso de Trebizonda. Depois que seus aliados dos emirados circundantes caíram, um por um, o Império rendeu-se em 1461 e o último imperador foi executado por ordem de Maomé II em 1463.
□ W. Miller, Trebizond, the Lest Greek Empire (1926); A.A.M. Bryer, The Empire of Trebizond and the Pontos (1980)

Três Capítulos A controvérsia em torno dos Três Capítulos, como acabaram sendo chamados certos escritos suspeitos de nestorianismo, estava ligada à divisão maior entre cristãos monofisistas e calcedonianos. Esperando, talvez, conseguir reconciliar os dois grupos, o imperador Justiniano denunciou os Três Capítulos em 544 e forçou o relutante papa Vigílio e o Quinto Concílio Ecumênico a fazerem o mesmo. Nenhuma reconciliação

resultou disso; pelo contrário, embora a Igreja oriental aceitasse a decisão, o Ocidente sentiu-se afrontado (sobretudo na África), houve cisma entre o sucessor de Vigílio, Pelágio I, e algumas das igrejas italianas, e considerável dano foi causado ao prestígio papal.

Triboniano (m. 542) Nomeado questor por Justiniano em 529, Triboniano foi o grande responsável pelo vasto conjunto de codificação legal que ficou associado ao reinado. Ele serviu numa comissão de oito membros que prepararam o primeiro Codex Justinianus, uma coleção de editos imperiais válidos desde o tempo de Adriano; e com Doroteus, professor em Berytus, e três eminentes juristas, Triboniano foi responsável pela revisão do Código publicada em 534. Esteve a seu cargo a preparação do Digesto (Pandectas) de 533, a primeira tentativa de apresentar num sistema ordenado as decisões e os pareceres de juristas romanos, fazendo uso de excertos de 200-300 tratados por cerca de 40 autores, com predomínio de Ulpiano e Paulo. Também lhe foi encomendada a produção de um manual para estudantes, o Instituições (Institutas), publicado também em 533. Embora grande erudito e administrador, Triboniano adquiriu fama de venal e foi um dos funcionários de Justiniano cuja demissão foi exigida pelas multidões durante a rebelião de Nike em 532. Voltou a ser nomeado questor em 535 e conservou o cargo até sua morte.
□ A.M. Honore, Tribonian (1978); C. Mango, Byzantium: The Empire of New Rome (1981)

Tribur, Dieta de (1076) Convocada durante a Questão das Investiduras, numa época em que o imperador Henrique IV e o papa Gregório VII se excomungavam mutuamente. Henrique defrontava-se com uma oposição alemã unida que o intimava a livrar-se da excomunhão no prazo de quatro meses ou a aceitar sua deposição e viver como um cidadão comum até que fosse anunciada a decisão do papa sobre o assunto. Programou-se uma segunda reunião a ser realizada em Augsburgo e presidida pelo papa, mas antes disso o imperador realizou sua famosa viagem secreta a Canossa, onde se reconciliou temporariamente com Gregório. Isso foi considerado uma violação do acordo de Tribur por ambas as partes, na opinião de muitos dos príncipes alemães decididos a depor Henrique, o que os levou no ano seguinte, em Forchheim, a eleger Rodolfo da Suábia como o seu novo rei, precipitando assim muitos anos de guerra civil.
□ G. Barraclough, The Origins of Modern Germany (1966)

Tristão e Isolda Uma das grandes histórias de amor da Idade Média. O romance de Tristão e Isolda, arraigado em tradições que provavelmente remontam ao período de dominação viking na Irlanda, no século X, recebeu forma artística completa no mundo anglo-normando no século XII.

Foi escrito em francês, traduzido para o alemão pelo grande poeta Gottfried von

Strassburg (c. 1210) e com versões também em inglês e norueguês arcaico. Uma extensa versão em prosa incorpora muito material arturiano, comparando os talentos e reputações de Tristão e Lancelote como cavaleiros e como amantes. A Cornualha e, em especial, Tintagel fornecem a localização central da história, a qual gravita em torno do mundo celta desde Cúmbria até a Irlanda e a Bretanha. Os principais personagens são o próprio Tristão, o rei Marcos da Cornualha (tio de Tristão), Isolda da Irlanda e Isolda da Bretanha. Os ingredientes da história, diversamente combinados nas diferentes versões, constituem a quintessência do romance medieval: um sobrinho perdido, um esposo nobre e confiante cuja confiança é traída, poções de amor forçando um amor sem esperança em circunstâncias impossíveis, taças envenenadas, armas envenenadas, remédios milagrosos, dragões e desastres, morte trágica inevitável e também tramada, e a sobrevivência do amor após a morte.

□ R. Curtis, Tristan Studies (1969) [O romance de Tristão e Isolda, org. por J. Bédier, S. Paulo, Martins Pontes, 1988]

Trivium As sete artes liberais formaram a base da educação na Idade Média e estavam divididas, desde o período carolíngio, aproximadamente, em Trivium e Quadrivium. As três artes do Trivium — gramática latina, retórica e dialética — foram assim definidas por Hugo de Saint-Victor: "A gramática é o conhecimento de como falar sem cometer erro; a dialética é a discussão perspicaz e solidamente argumentada por meio da qual o verdadeiro se separa do falso; e a retórica é a disciplina da persuasão para toda e qualquer coisa apropriada e conveniente."

No século XII, uma ênfase maior foi atribuída à dialética (lógica), e houve considerável controvérsia entre os defensores da antiga lógica e os proponentes da nova lógica, criada pela redescoberta de Aristóteles. A dialética, com sua ênfase racional e especulativa, foi considerada inicialmente perigosa quando aplicada à teologia; mas cresceu em importância quando o Trivium começou a perder algum terreno, embora a gramática continuasse sendo uma base necessária da educação medieval e a retórica conservasse um lugar importante nas universidades italianas. Ver educação

□ A. Piltz, The World of Medieval Learning (1981)

trovadores Começando com as canções de Guilherme IX da Aquitânia (1071-1127), que vão do obsceno através do sensual até o requintado, e terminando com Guiraut Riquier (m. 1292), que rejeita o amor profano e canta em louvor da Virgem Maria, os trovadores, poetas-músicos das cortes do sul da França, deixaram uma rica e variada herança literária. Outros expoentes muito conhecidos incluem Marcabru, Jaufre Rudel, Bernart de

Ventadorn, Arnaut Daniel, Bertran de Born, Peire Cardenal e Guiraut de Bornelh. Celebravam a doutrina do fín' amors, a glorificação ritual do sexo feminino e o culto do verdadeiro amor, terreno e celeste. Suas canções — algumas das melodias sobreviveram — eram compostas numa variedade de estilos, desde o "claro" (leu) ao "obscuro" (clus), e abrangeram uma vasta gama de formas de variável grau de complexidade técnica {canso, tenso, planh, sirventes etc). Os trovadores exerceram uma profunda influência não só na poesia lírica da Europa ocidental mas também, de um modo geral, em sua literatura e, em última análise, talvez até nas atitudes sociais. Ver amor cortesão

□ A. Jeanroy, Histoire Sommaire de la Poésie Occitane (1945); C. Camproux, Histoire de Ia Littérature Occitane (1953); L.T. Topsfield, Troubadours and Love (1975)

Tugril Beg (c. 993-1063) Neto do semilendário Seljuc, chefe da tribo Ghuzz, nas vizinhanças do mar de Aral, Tugril Beg é considerado o fundador da dinastia Seljúcida turca. Com seu irmão, Cha-gri Beg, suas conquistas levaram-no através da Pérsia até Bagdá, onde derrotou o general bujida Basasiri após prolongada luta e foi investido como sultão pelo califa abássida em 1058. Morreu sem filhos e foi sucedido por Alp Arslan, filho de Cha-gri, sob cujo comando os seljúcidas e seus indisciplinados seguidores, os turcomanos, continuaram avançando de forma irresistível. Na batalha de Manzikert (1071) infligiram uma esmagadora derrota ao Império Bizantino, um evento que levou indiretamente à pregação da Primeira Cruzada.

□ J.J. Saunders, A History of Medieval Islam (1965)

turcos Ver otomanos, turcos; seljúcidas, turcos

tutela A tutela era exercida sobre um feudo quando o herdeiro era menor de idade. O rei, senhor feudal ou parente, administrava as propriedades em nome do herdeiro até que este atingisse a maioridade, cumprindo os serviços devidos e, com freqüência, auferindo consideráveis lucros das terras a seu cargo.

Tyler, Wat Um dos principais líderes da Revolta dos Camponeses de 1381. Wat Tyler, um soldado que tinha servido na França, comandou a revolta dos homens do Kent e do Essex que invadiram a cidade de Londres. Os dramáticos eventos incluíram a execução do arcebispo Sudbury em Tower Hill e a destruição pelo fogo do grande palácio de João de Gaunt no Savoy. No que mostrou ser um confronto decisivo em Smithfield, Tyler foi derrubado e morto por William Walworth, prefeito de Londres, na presença do jovem rei Ricardo II.

□ R.H. Hilton, The English Rising of 1381 (1985)

Uccello, Paolo (1397-1475) Em sua longa carreira, Uccello destacou-se como um dos mestres da escola florentina de pintura. Seus afrescos e painéis sobreviventes ilustram um nítido progresso técnico, dos atributos mais puramente decorativos da arte gótica para uma atitude cada vez mais científica em relação à perspectiva e ao naturalismo.
□ J. Pope-Hennessy, Paolo Uccello (1969)

Ugolino Ver Gregório IX

Ulfila (c. 311-c. 383) Apóstolo dos godos. Missionário cristão ariano em atividade entre os visigodos, para quem inventou um alfabeto gótico e traduziu a Bíblia. Construiu o seu alfabeto a partir de uma mistura de letras gregas e latinas, e sua obra mostrou-se decisiva na transmissão da herança do mundo culto mediterrâneo aos povos germânicos na época das grandes migrações.
□ G.W.S. Friedrichsen, the Gothic Version of the Gospels (1926), The Gothic Version of the Epistles (1939); The Conflict between Paganism and Christianity in the Fourth Century, org. por A.D. Momigliano (1963)

universidades Como instituições, as universidades são uma criação medieval. A palavra universitas, significando "instituição autônoma", aplicava-se regularmente às guildas e até as Comunas, e é indicativo do caráter original das universidades que elas tenham adotado primeiro esse nome e depois apropriado-se dele. As primeiras universidades foram, com efeito, guildas, comunidades de mestres responsáveis pela concessão de graus e admissão de homens em profissões, ou comunidades de estudantes. Gradualmente, a totalidade do que seria agora chamado universidade — o studium, como era denominado — passou a estar sob controle externo; mas o impulso inicial foi independente.

Os primeiros sinais de que a educação superior estava ficando institucionalizada aparecem no século XII. C.H. Haskins observou que "em 1100 a escola seguia o professor; por volta de 1200, o professor seguia a escola". Em Paris, a fama de Abelardo, Hugo de Saint-Victor e outros tinha atraído um crescente número de estudantes, e quando eram mais do que a escola da catedral poderia comportar, escolas rivais foram criadas na Rive Gauche. Os mestres reuniam-se numa tentativa de controle da qualidade e tipo de ensino, e nisso se defrontaram com o primeiro adversário, o chanceler da catedral de Notre-Dame, tradicional concedente da licença para lecionar. Essa luta refletiu-se nas relações entre estudantes universitários e culminou nos motins do Carnaval do ano letivo de 1228-29,

quando a universidade acabou sendo fechada por dois anos.

Os professores saíram desse episódio com muito maior controle sobre a licença; um importante passo tinha sido dado ao alijarem os bispos da noção de que detinham o monopólio do controle sobre a educação. Mas seguiu-se uma outra controvérsia que dominaria o século XIII (e impeliria a universidade para uma base constitucional mais sólida), com a chegada a Paris dos frades mendicantes, e suas tentativas para isentar os estudantes do curso "básico" de artes. A razão disso era, pelo menos em parte, a desconfiança dos frades em relação a um curso de artes de orientação aristotélica; e assim, a controvérsia em torno da estrutura das universidades foi paralela à controvérsia sobre a absorção de Aristóteles no sistema cristão.

A estrutura parisiense tornou-se rapidamente o modelo para outras universidades do norte da Europa. Uma importante variante foi Oxford e, pouco depois, Cambridge; aí, a fundação de colégios residenciais onde tinha lugar a instrução encorajou o desenvolvimento do sistema preceptorial que se mantém até hoje (a maioria dos colégios europeus eram, basicamente, pensionatos).

Em Bolonha, a organização era muito diferente. A reputação de Bolonha como um centro de direito (Irnério, Graciano, Acúrcio etc.) cresceu ao mesmo tempo que a de Paris em relação à teologia, e atraiu estudantes mais velhos, leigos e, em sua maioria, mais ricos, que estavam menos inclinados a aceitar o controle dos mestres. O clima político conturbado da Itália, com seus conflitos urbanos endêmicos, colocava também os cidadãos estrangeiros em desvantagem e, antes de 1200, aí se desenvolveram associações de estudantes por áreas de estudo e, dentro de cada uma delas, por nações, que usaram seu poder coletivo de barganha para obter um extenso controle sobre seus empregados, os professores. Os estatutos dessas "universidades estudantis" indicam que os estudantes exerciam o controle do programa de ensino, multando aqueles que não lecionassem de acordo com o desejado, ou com um mínimo requerido de ouvintes, e exigindo um juramento de obediência dos doutores, assim como dos fornecedores de livros e até mesmo dos senhorios.

Numerosas pressões levaram a que esse sistema não durasse muito. Em seu crescimento e no estabelecimento de suas constituições e direitos, Paris e Bolonha tinham-se beneficiado consideravelmente com o apoio papal e imperial. O imperador, empenhado em proteger o desenvolvimento do direito romano, concedera importantes privilégios em Authentica Habita (1155), enquanto que o papa, que tradicionalmente se via como guardião da educação, apoiou a autonomia de ambas universidades (e, em especial, a regulamentação dos graus). Quando o número de universidades recrudesceu e a influência constitucional de Paris e Bolonha se espalhou, o sistema foi gradual mas

fundamentalmente transformado. Foi então a vez das forças locais. Na Itália, as universidades fundadas por Comunas tinham professores na folha de pagamentos destas; Bolonha em breve seguiu esse exemplo. O "poder estudantil", privado de boa parte de sua raison d'être, declinou e, em muitos lugares, subsistiu apenas como uma formalidade. Também em outras cidades e países as universidades foram fundadas através da iniciativa local, quase sempre da Coroa, e organizadas como ramos da administração local. De cerca de 70 Universidades existentes por volta de 1500, somente as mais antigas e mais poderosas retinham considerável independência. O sistema universitário já estava largamente "domado", 200 anos após sua criação.

As universidades passaram a desempenhar um papel crucial na vida intelectual, política e social da Europa. Sua influência política é evidente no modo como o crescimento da Universidade de Paris e o da cidade como capital, no século XIII, estão estreitamente correlacionados; no modo como as universidades eram assiduamente consultadas sobre opiniões jurídicas durante o Grande Cisma; e no modo como a Universidade de Praga atuou como centro do nascente movimento boêmio de reforma no tempo de Huss. Isso era natural, uma vez que as universidades dominavam muitos campos profissionais. O treinamento administrativo era preponderantemente vocacional: um grau em artes era preliminar para a obtenção de um grau superior em teologia, direito ou medicina, e o syllabus refletia isso. Por exemplo, havia um predomínio de lógica em Paris, onde o curso de artes era mais freqüentemente um preliminar para a teologia, ao passo que em Bolonha, a "filosofia" um preliminar para a medicina, consistia principalmente em textos médicos de Aristóteles. A influência intelectual da universidade estendia-se, é claro, além do ensino formal; o mito de que as universidades se colocaram em oposição ao movimento humanista do início da Renascença, por exemplo, está sendo demolido na medida em que os historiadores se dão conta de quantos humanistas receberam treinamento universitário, quantos lecionaram nelas e como seus interesses se insinuaram e gradualmente alteraram o âmbito dos cursos oferecidos e o modo como as matérias tradicionais eram ensinadas.

Os maiores contrastes com o sistema moderno relacionam-se com o caráter das universidades medievais como corporações para treinamento profissional. Um grau era, pelo menos no início, uma licença para ensinar, e esse fato reflete-se na espécie de treinamento que as universidades forneciam — com o debate público e o ensino de aprendizes desempenhando papéis proeminentes — e na extensão dos cursos de graduação (16 anos para um doutorado em teologia, além do grau preliminar em artes). Isso significava que comparativamente poucos estudantes levavam seus estudos até a fase

final de graduação. Uma conseqüência era a grande flexibilidade no tocante à freqüência e a grande mobilidade entre universidades. Quando a importância da graduação como qualificação profissional aumentou, essa mobilidade foi mantida pela intensa competição entre universidades. A velha tradição do estudante errante recebeu assim um novo estímulo. O conceito de comunidade de saber combinou-se com as tradições locais de cerimonial e ritual universitários para criar um poderoso mito acerca das tradições e liberdades acadêmicas, o que forneceu uma certa compensação para o controle e a orientação profissional cada vez mais rígidos das universidades. Ver educação; Roberto de Sorbon PD

□ H. Rashdal, The Universities of Europe in the Middle Ages (1936); L. Thorndike, University Records and Life in the Middle Ages (1944); G. Leff, Paris and Oxford Universities in the 13th and 14th Centuries (1968); A.B. Cobban, The Medieval Universities: their Development and Organization (1975); The University in Society, vol. I, org. por L. Stone (1975) [J. Verger, Les universités au Moyen Age, Paris, PUF, 1973; J. Le Goff, Os intelectuais na Idade Média, S. Paulo, Brasiliense, 1988]

Urbano II papa 1088-99 (n. Odo de Lagery em Châtillon-sur-Marne, c. 1040) Ex-prior cluniacense e adepto do papa Gregório VII, Urbano deu prosseguimento ao programa reformador de Gregório, embora evitando extremos de confronto com os poderes seculares. Mesmo assim, ocorreram de tempos em tempos grandes atritos com o imperador Henrique IV a respeito do contínuo reconhecimento por este último do antipapa Clemente II, e com o rei francês Filipe I em torno de problemas matrimoniais. O arcebispo Anselmo, exilado em conseqüência de seu conflito com Guilherme, o Ruivo, procurou o apoio de Urbano e esteve presente em seus concílios quando foram reiterados os decretos pontificais contra a investidura leiga (1098). Entretanto, o pontificado de Urbano II é principalmente lembrado por suas medidas positivas no sentido da reforma moral e por ter pregado a Primeira Cruzada em Clermont (1095). Francês pelo sangue e um orador por temperamento, ele inflamou o povo da Europa ocidental, sobretudo a comunidade de língua francesa, para que se tentasse recuperar Jerusalém, mas faleceu antes que esse objetivo fosse concretizado.

□ H.G.J. Cowdrey, The Age of Abbot Desiderius (1983)

Urbano VI papa 1378-89 (n. Bartolomeo Prignano em Nápoles, c. 1318) Urbano foi eleito papa com a morte de Gregório XI para satisfazer em parte a forte corrente de opinião pública que exigia um pontífice italiano após o longo exílio de Avignon. Seu temperamento autocrático e o freqüente recurso à violência provocaram uma reação quase imediata, em

conseqüência da qual os cardeais franceses, apoiados por alguns italianos, elegeram um antipapa (Clemente VII), e retiraram-se de novo de Roma para Avignon. O cisma resultante causou sérios danos à Igreja, e as energias de Urbano foram quase completamente absorvidas em lutas políticas contra Clemente.

□ W. Ullmann, The Origins of the Great Schism (1948)

Vacário, o Glosador (c. 1120-c 1200) Versado em direito romano e ativo nessa área, Vacário graduou-se em Bolonha e passou boa parte das décadas de 1140 e 1150 na Inglaterra. Foi aí que produziu sua mais importante obra, o Liber Pauperum, que foi descrito como um guia dos pobres para o Código e o Digesto de Justiniano. Através dessa obra e de escritos subseqüentes, Vacário exerceu uma poderosa influência sobre o ensino de direito na Inglaterra em fins do século XII e durante o século XIII, embora a versão que o apontava como o primeiro professor conhecido de direito em Oxford não seja mais sustentada. Entre outras importantes obras que lhe são atribuídas contam-se um opúsculo sobre o matrimônio e estudos teológicos sustentando o ponto de vista ortodoxo da natureza humana do Cristo.
□ The Liber Pauperum of Vacarius, org. por F. de Zulueta (1927)

vagantes Os intelectuais, poetas, clérigos, estudantes e "discípulos" errantes foram característicos da Idade Média Central e, em particular, do elemento urbano na época da expansão populacional (séculos XII e XIII). A maior parte da informação desabonadora sobre eles provém do lado mais estável do mundo letrado. Os vagantes deixaram um considerável acervo de sua típica poesia, coincidente com a goliárdica, tendo sua melhor representação em Carmina Burana.
□ H. Waddell, The Wandering Scholars (1961)

Valdemar I, o Grande rei da Dinamarca 1157-82 (n. 1131) Guerreiro de renome, pôs fim à guerra civil em seu país, esmagou o poder dos vênedos e transformou a Dinamarca na potência dominante da Escandinávia. Seu meio-irmão, Absalão, bispo de Roskilde, foi seu mais íntimo auxiliar e ajudou a consolidar a sua dinastia no trono dinamarquês.

valdenses Os adeptos de Valdo, mais tarde erroneamente conhecido como Pedro Valdes (m. c. 1216), um rico mercador de Lyon que renunciou à sua fortuna e posição na década de 1170 para tornar-se pregador errante e levar uma vida de pobreza apostólica. Ele e seus seguidores foram examinados pelo papa Alexandre III no Terceiro Concílio de Latrão (1179) e, embora o modo de vida deles merecesse aprovação, foram proibidos de pregar sem autorização do episcopado local. Como não obedecessem a tal decisão, foram excomungados em 1182 e expulsos de Lyon. Em 1184 foram apontados como hereges na bula papal Ad Abolendam e tornaram-se vítimas de perseguições.

Os valdenses, ou Homens Pobres de Lyon, apresentavam muitas semelhanças com

os franciscanos, a quem o papa Inocêncio III aceitaria e usaria em prol da Igreja. Em fins do século XII, entretanto, o sul da França era a pátria da crescente heresia dos cátaros, e a poderosa mensagem valdense, baseada na pobreza apostólica, pregando e ensinando as Escrituras em vernáculo, alarmou as autoridades, apesar do seu êxito contra os cátaros. A conseqüente proscrição e perseguição da seita não levou ao seu desaparecimento. Os pregadores valdenses e os adeptos ou "amigos" que os sustentavam com esmolas, espalharam-se pela Lombardia, Espanha, Alemanha e Áustria, e mais tarde chegaram à Boêmia, Polônia e Hungria.

Suas congregações eram recrutadas principalmente entre o campesinato e habitavam áreas rurais isoladas. Dos dois grupos mais antigos, os que viviam na França mantiveram-se relativamente próximos das crenças ortodoxas, alguns voltando à Igreja Católica, outros sobrevivendo às perseguições que acompanharam a Cruzada Albigense e levando uma existência precária até a Reforma. O segundo grupo, os valdenses do norte da Itália, separaram-se do grupo de Lyon em 1205 e adotaram uma forma muito mais radical e agressiva de heresia, fortemente influenciada pelas crenças donatistas. Nos vales isolados do Piemonte, sobreviveram a perseguições esporádicas e a uma Cruzada desencadeada contra eles em 1497. Em 1532, a maioria deles reuniu-se aos seus confrades da Saxônia e do Delfinado, que eram profundamente influenciados pelos ensinamentos de Lutero e Zwínglio, e acabaram atraídos para a corrente principal da Reforma.

□ W.L. Wakefield, Heresy, Crusade and Inquisition in Southern France 1100-1250 (1974)

Valfredo Estrabão (c. 808-49) Monge de Reichenau. Discípulo de Rábano Mauro e reputado teólogo e poeta de seu tempo, Estrabão foi preceptor do jovem Carlos, o Calvo, em 829-38. À parte dois anos em exílio (840-42), passou o resto de sua vida como abade de Reichenau. Seu comentário sobre as Escrituras, a Glossa Ordinaria, sobreviveu como texto duradouro e influente ao longo de toda a Idade Média. Ele foi também responsável pela revisão da biografia de Carlos Magno por Eginhard.

□ E.S. Duckett, Carolingian Portraits (1969)

Valia, Lourenço (1407-57) Célebre por sua aplicação dos novos padrões humanistas de crítica a documentos usados pelo Papado em apoio de seu poder temporal. Em 1440, publicou seu panfleto contra a Doação de Constantino, que provou efetivamente que o famoso documento, pelo qual a autoridade imperial teria sido transmitida ao Papado, era espúrio. Valia foi também um filósofo de prestígio, e preocupado, com sua mestria lingüística, em que não se perpetuassem antigos erros decorrentes de traduções defeituosas de Aristóteles ou da Bíblia.

□ S.I. Camporeale, Lorenzo Valia, umanesimo e teologia (1972)

vândalos Um dos mais destacados grupos de bárbaros germânicos orientais que invadiram o Império Romano do Ocidente nos séculos V e VI. Notórios por sua crueldade, eles eram, contudo, substancialmente cristãos, embora adeptos da crença ariana. Depois de 406, cruzaram a fronteira do Reno e atravessaram como avalancha a Gália para assolar a Península Ibérica onde, em aliança com os alanos, se instalaram temporariamente na Andaluzia. Em 429, cruzaram para o norte da África e, no decorrer dos dez anos seguintes, subjugaram toda a próspera província da Numídia, capturando Hipona em 431 e Cartago em 439. O rei vândalo Genserico (428-77) foi uma das grandes figuras da era da migração. Um dos poucos chefes germânicos a preocupar-se com o poderio naval, ocupou as Baleares, passando a controlar todo o Mediterrâneo ocidental, e em 455 saqueou a própria Roma.

Os vândalos preservaram sua integridade como grupo governante minoritário numa província romana, através de um rigoroso processo de segregação religiosa. Intermitentes perseguições da população católica nativa enfatizaram a dicotomia no interior do reino e, numa breve e contundente campanha em 533, Belisário, o principal general do imperador Justiniano, derrotou os vândalos e liquidou literalmente com o reino de Genserico. O norte da África, embora assolado por mouros e berberes, retornou às mãos imperiais até a captura de Cartago pelos maometanos em 698.

Embora relativamente efêmero (pouco mais de um século), o reino vândalo provou ser de grande importância na história do declínio do Império do Ocidente, por causa da decisiva ruptura que provocou nas comunicações marítimas entre Roma, o norte da África e o Mediterrâneo ocidental, de um modo geral.

□ J.M. Wallace-Hadrill, The Barbarian West 400-1000 (1952); [L. Musset, Las invasiones. Las oleadas germanicas, Barcelona, Labor, 1967]

Vaticano O palácio do Vaticano em Roma foi a residência dos papas depois do seu regresso de Avignon em 1377. Em tempos mais antigos, tinha sido um palácio papal edificado na colina do Vaticano, logo ao norte da basílica de São Pedro, embora o palácio de Latrão fosse a principal residência papal. Partes do palácio existente datam do século XIII, mas o imenso complexo é o resultado das atividades de construção dos papas renascentistas. Contém os arquivos papais, um dos maiores repositórios de documentação histórica do mundo. Ver Estados pontifícios

□ A.A. de Marco, The Tomb of St. Peter (1964); J.A.F. Thomson, Popes and Princes 1417-1517(1980)

Venceslau, São (c. 907-29) Duque da Boêmia. Contribuiu decisivamente para a expansão do Cristianismo em suas terras. Assassinado por seu irmão Boleslau I, não tardou em ser venerado como mártir e tornou-se o santo padroeiro do seu país no começo do século XI. Seu assassinato foi resultado direto de sua política pró-alemã, uma curiosa ironia à luz da história tcheca subseqüente.

□ F. Dvornik, Life of St. Wenceslas (1929)

Veneza Cidade criada no século VI como um refúgio às guerras ostrogóticas nas ilhas ao norte do estuário do Pó, no nordeste da Itália. No século X já se tornara um importante elemento comercial no Adriático, preservando um precioso elo entre o Império Oriental e o mundo Ocidental. Forte controle estatal da construção naval e da organização básica do comércio levou a uma grande expansão da prosperidade e do poder nos séculos XI e XII. Veneza obteve importantes vantagens comerciais em Constantinopla em 1081, ampliou sua autoridade territorial à Istria e partes da Dalmácia, e beneficiou-se muito com o sucesso das Cruzadas, quando adquiriu privilégios especialmente em Tiro e Acre. Seu rompimento com o Império do Oriente, no final do século XII, teve efeitos desastrosos sobre a política de todo o Oriente Próximo. Veneza dirigiu a Quarta Cruzada para seus próprios fins, capturando Zara na Dalmácia em 1202 e a própria Constantinopla em 1204.

Durante a primeira metade do século XIII, Veneza foi virtualmente suprema no Mediterrâneo oriental, mas a rivalidade com Gênova, sobretudo após a recuperação grega de Constantinopla em 1261, produziu uma situação mais equilibrada, com o poder e a influência de Veneza ainda imensamente importantes em todas as ilhas gregas. Gênova entrou por fim em declínio, após as pesadas derrotas navais do final do século XIV, e a república veneziana esteve daí em diante envolvida principalmente na construção de um sólido principado no nordeste da Itália e na preservação, até onde lhe fosse possível, de suas possessões gregas (Creta, as ilhas Jônicas e Naxos) diante das irresistíveis pressões otomanas nos Balcãs.

A constituição de Veneza era muito complexa, com um duque eleito (doge), um conselho e um esmerado sistema de tribunais e governos provinciais interligados. O poder efetivo permanecia nas mãos de um grupo de famílias aristocráticas detentoras de grandes fortunas, as quais exerciam o poder supremo (depois de 1310) através de um secreto e muito temido Conselho dos Dez. Em parte por causa de sua riqueza e experiência nos negócios e na administração, Veneza evitou o destino de outras grandes cidades italianas e não caiu nas mãos de tiranos. No século XV, Veneza tornou-se famosa como centro de uma nova indústria de impressão. Ver Contarini; Foscari, Francisco

□ D.S. Chambers, The Imperial Age of Venice 1380-1580(1970); F.C. Lane, Venice, a

maritime republic(1973); Studiesin Venetian social and economic history, org. por B.G. Kohl e R.C. Müller (1987). [P. Braunstein e R. Delort, Venise,portrait historique d'une cité, Paris, Seuil, 1971; C. Diehl, Una república de patrícios; Venecia, Madri, Espasa-Calpe, 1961]

Verdun, Tratado de (843) Redigido para pôr fim à guerra civil dinástica que tinha eclodido entre os netos de Carlos Magno. De acordo com os seus termos, o Império era dividido em três reinos. A Carlos, o Calvo, era concedido o reino dos francos ocidentais, a Nêustria, a Aquitânia e as terras em disputa na fronteira hispânica, com sua fronteira oriental correndo ao longo do Escalda, do Saône e do Ródano; esse território era predominantemente de fala românica e tornar-se-ia o reino histórico da França. Luís, o Germânico, obteve o reino dos francos orientais, o qual consistia essencialmente dos quatro ducados da Francônia, Saxônia, Baviera e Suábia, o núcleo do reino histórico da Alemanha. Lotário, o mais velho dos netos, reteve o título imperial e o território conhecido como o Reino do Meio, um longo e incoerente bloco de terra que ia desde o Mar do Norte até o sul de Roma, contendo a Lorena (como passou a ser conhecido), a Borgonha e a maior parte da Itália. Apesar da natureza artificial desses arranjos, o Tratado estabeleceu a base para o futuro padrão político dos territórios contidos no Império Carolíngio.
□ R. McKitterick, The Frankish Kingdoms under the Carolingians 751-987(1983)

Vésperas Sicilianas (Segunda-Feira de Páscoa de 1282) Sublevação popular contra o governo de Carlos I de Anjou, rei de Nápoles e da Sicília. O monarca tinha lançado sobre os sicilianos um pesado imposto que se destinaria a cobrir os gastos com a pretendida conquista de Constantinopla, aumentando assim a irritação contra o domínio francês. Eclodiu um motim em Palermo, em 30 de março de 1282, à hora das Vésperas, quando uma mulher siciliana foi insultada por um soldado francês e vários milhares de franceses foram mortos em poucas horas. A luta logo se propagou ao resto da ilha.

Embora a sublevação possa ter começado como rebelião patriótica, converteu-se em seguida num movimento republicano em prol da autonomia municipal. Foi convocado um parlamento em Palermo e proclamou-se uma república independente. As cidades da Sicília ocidental decidiram formar uma confederação, alimentando a esperança de que o papa aceitasse ser o seu suserano feudal. Mas o papa Martinho IV, francês, não aceitou esses planos e, em vez disso, excomungou os rebeldes. Os barões Hohenstaufen da Sicília pediram a ajuda de Pedro III de Aragão, que reclamava a ilha como herança de sua esposa Constança Hohenstaufen, filha de Manfredo, o rei da Sicília derrotado e morto por Carlos de Anjou. Em 2 de setembro, Pedro foi coroado rei em Palermo e a guerra contra os angevinos começou verdadeiramente; o conflito durou duas décadas. A dominação

estrangeira da Sicília não pode ter sido a razão primordial subjacente na revolta das Vésperas, já que os sicilianos haviam aceitado o domínio de outra potência estrangeira, os aragoneses.

□ H. Wieruszowski, Politics and Culture in Medieval Spain and Italy (1971) [S. Runciman, Vísperas Sicilianas, Madri, Alianza, 1979]

Vicente de Beauvais (c. 1190-c. 1264) Notável humanista e quase certamente um dos mais antigos membros da casa dominicana de Paris e Beauvais, Vicente adquiriu sua reputação em Paris no estreito contato com membros da dinastia Capetíngia durante o reinado de Luís IX. É principalmente lembrado por sua obra enciclopédica, o Speculum Maius, na qual tentou reunir todo o conhecimento de história natural, doutrina (incluindo filosofia, humanidades, direito, matemática e medicina) e história (sagrada e secular), até o tempo da Primeira Cruzada de São Luís em 1250.

□ A.L. Gabriel, The Educational in Ideas of Vincent of Beauvais (1962)

Vienne, Concílio de (1311-12) Convocado pelo primeiro dos papas de Avignon, Clemente V, esse Concílio, realizado em Vienne, no vale do Ródano, foi fortemente influenciado pelo rei francês Filipe, o Belo. O concílio aboliu a Ordem dos Templários mas resistiu às tentativas de condenação póstuma de Bonifácio VIII, o velho adversário de Filipe, baseada em acusações de, blasfêmia.

vikings Termo provavelmente derivado de Vik (fiorde de Oslo) e usado indiscriminadamente para descrever os habitantes da Escandinávia. A Era Viking (c. 800-c. 1100) representa um período de grande irrupção do norte nas terras mais povoadas do sudoeste e do sudeste. Para os habitantes da Europa, os vikings apresentaram-se como uma permanente atribulação, mesmo quando esporádica, durante quase três séculos. De fato, houve duas Eras Vikings separadas, com acentuadas subdivisões regionais e cronológicas.

Primeira Era Viking: As incursões hostis, os ataques de surpresa, iniciaram-se seriamente no começo do século IX, e povoações foram criadas nas ilhas setentrionais das Órcades e das Shetlands, na Irlanda e ao largo da costa da França. Em 851, um exército viking fez a primeira tentativa de invernar na Inglaterra, em Kent. Um ponto culminante foi atingido por volta de 860, quando no espaço de poucos anos ocorreram as primeiras incursões vikings no Mediterrâneo (859), os primórdios da colonização da Islândia (860), o estabelecimento do poderoso principado de Kiev com Rurik (862) e as investidas maciças contra a Inglaterra sob o comando dos filhos de Ragnar Lothbrok em 865. Os 60 anos seguintes fixaram os limites à efetiva e permanente colonização viking —

a intensificação era uma outra questão muito diferente — com a instalação de povoações fortificadas ao longo das rotas comerciais nos rios russos, o estabelecimento na Inglaterra do território da Danelaw (na década de 880) e a colonização da Normandia (911). A conclusão da colonização das ilhas atlânticas e da Islândia (930); a intrusão do elemento irlandês/norueguês no noroeste da Inglaterra; a absorção dos dinamarqueses na política da Saxônia ocidental e sua expulsão da Bretanha, puseram fim à primeira Era Viking.

Segunda Era Viking: O êxito viking estava limitado, em certa medida, à pura e simples escassez de potencial humano e de recursos. Na Europa ocidental, as comunidades nativas aprenderam a lidar com os ataques vikings, e o crescente poderio da realeza cristã e a consolidação da ordem feudal, no século X, muito ficaram devendo ao êxito obtido na luta contra a agressão bárbara e pagã. Dentro da própria Escandinávia, o estabelecimento de dinastias permanentes e a lenta aceitação do Cristianismo dominavam a cena. A Dinamarca é fértil em remanescentes arqueológicos do período, e esmeradas povoações fortificadas, como as de Trelleborg e Fyrkat, testemunham o poder de organização da dinastia de Gorme, o Velho, até Sweyn Barba Forqueada e seu filho Canuto, conquistadores da Inglaterra. Canuto foi rei da Inglaterra (1016-35), da Dinamarca (desde 1019) e, intermitentemente, rei da Noruega (firmemente só a partir de 1019).

Ocorreu um certo enraizamento da ocupação e os mercadores escandinavos continuaram afetando todo o processo de urbanização européia. Para oeste, houve até uma colonização mais intensa das áreas limítrofes, quando foi atingida a Groenlândia e temporariamente (c. 1000) acosta norte-americana, na Vinlândia, "a boa". Para leste, a Rússia tornou-se cada vez mais solidamente eslava. Vladimir, o Grande, senhor de Kiev, adotou o Cristianismo da Igreja Ortodoxa Grega em 988, decretando que a língua da nova Igreja seria o eslavônico — nem o grego nem o escandinavo. Sua conversão coincidiu com iniciativas semelhantes em outras partes dos mundos eslavo e húngaro, e em fins do século X a própria Escandinávia começou sendo atraída para a rede da Cristandade. Olavo Tryggvason (998-1000) e Olavo Haraldsson (Santo Olavo, o Forte, 1016-30), defrontando-se com alguma hostilidade, impuseram a conversão aos noruegueses, enquanto que a Islândia aceitava o Cristianismo por volta de 1000. As características vikings permaneceram fortes: coragem, bravura física, rigoroso senso comum, laconismo. O meio-irmão de Santo Olavo, Haraldo Hardrada, teve uma carreira viking arquetípica: serviu como capitão na guarda vareque em Constantinopla, acumulou grande fortuna, competiu com êxito pelo trono da Noruega em 1047, e morreu em Stamford Bridge, em combate contra Haroldo II da Inglaterra em 1066. Entretanto, suas façanhas adquiriram um aspecto norueguês, tanto quanto viking. Não é inteiramente descabida a opinião de que um escandinavo deixava de

ser um viking quando se tornava cristão. Ver Gokstad, barco de; Oseberg, barco de HRL

□ G. Jones, The Vikings (1968); D.M. Wilson, The Vikings and their Origins (1970); P.G. Foote e D.M. Wilson, The Viking Achievement (1970); RH. Sawyer, The Age of the Vikings (1971); H.R. Loyn, The Vikings in Britain (1977) [J. Brondsted, Os vikings, Lisboa, Ulisséia, s/d; H. Arbman, Os vikings, Lisboa, Verbo, 1967]

Villani, Giovanni (c. 1275-1348) Lembrado principalmente por sua História de Florença, Villani era também mercador, administrador e soldado. Após uma longa carreira pública que envolveu viagens ao exterior e o cargo de supervisor de fortificações, sofreu um pesado prejuízo financeiro em sua velhice em conseqüência da bancarrota das grandes casas bancárias dos Bardi e dos Peruzzi, e faleceu vítima da peste. Sua História, que teve continuidade com outros membros da família, tentou abranger desde os tempos bíblicos. Escrita em latim claro e direto, a obra permanece como uma das principais fontes para a história de Florença nos dias de Dante.

□ L. Green, Chronicle into History (1972)

Villon, François (1431-depois de 1463) Recordado por suas ballades e rondeaux, e sobretudo por seu Grand Testament, uma série de irônicas e satíricas disposições testamentárias, Villon representa uma tentativa de expressão de um novo e intensamente pessoal sentimento em poesia vernácula francesa. Após graduar-se na Universidade de Paris, seu nome converteu-se em sinônimo de violência e deboche, e os fatos conhecidos de sua vida envolvem, pelo menos, um homicídio, numerosos roubos e uma prisão. Inversamente, sua expressão de remorso, de pena por uma vida desperdiçada e oportunidades perdidas, e de espanto e terror diante da brevidade da vida, produziram sua mais bela poesia: Où sont les neiges d'antan? (Onde estão as neves de antanho?).

□ The Complete Works of François Villon, trad. A. Bonner (1960) [J. Favier, François Villon, Verviers, Marabout, 1982]

vinho, comércio de Os romanos levaram o cultivo da vinha com eles para o norte da Itália, Gália, Renânia e Inglaterra, mas o vinho nunca foi produzido em larga escala nas margens setentrionais do Império, e continuou sendo uma bebida dispendiosa e aristocrática. Seu consumo pela aristocracia prosseguiu na Idade Média, mas seu uso pela Igreja cristã na Eucaristia fez dele uma necessidade universal. Em conseqüência disso, muito vinho, freqüentemente de qualidade inferior, era produzido localmente; o Domesday Book menciona a existência de 38 vinhas na Inglaterra. Há provas de que o comércio vinícola a grande distância também se estabeleceu desde cedo. No começo do século VII

havia uma feira de vinho realizada anualmente em Saint-Denis; e no tempo de Carlos Magno, Rouen era um movimentado centro de exportação de vinhos da Ile de France, Borgonha e vale do Loire para a Inglaterra. O vinho alemão do Reno e do Mosela também era enviado para a Inglaterra, provavelmente pela mesma rota. A conquista normanda fortaleceu ainda mais esses elos, e o processo era lucrativo para o rei, que cobrava prisage, uma taxa em espécie, sobre os vinhos importados.

Foi provavelmente a melhoria de condições climáticas nos séculos XI e XII que provocou a expansão no número de vinhedos no norte da Europa. O comércio a grande distância, cada vez mais sujeito a regulamentação de preços e impostos, ainda estava centrado em Rouen no século XII, mas quando em 1152 o rei Henrique II esposou Leonor, duquesa da Aquitânia, linhas diretas de comércio foram estabelecidas com as terras dela, e navios cargueiros de vinho começaram a efetuar viagens diretas entre Bordéus, La Rochelle e o Loire, e Londres, Bristol e Sandwich. O vinho de Bordéus — o "Bordeaux" — era considerado um artigo de qualidade superior, e a perda inglesa da Normandia, Anjou e partes do Poitou para os franceses no início do século XIII acarretou uma redução das importações de vinho francês do e através do norte da França, e redundou assim no crescimento do comércio gascão.

A Alta Renânia e o Mosela também parece terem sido exportadores de vinho no período final da Idade Média, mas estão muito menos documentados do que a região de Bordéus, que dominou o mercado desde o século XIII até meados do século XIV. Mais de metade da produção dos vinhos "Bordeaux" ia para a Bretanha e os Países Baixos, mas a Inglaterra também recebia um considerável quinhão e a maior parte desse comércio estava nas mãos de mercadores ingleses. Num ano típico do século XIV, a Inglaterra importou cerca de 30.000 a 40.000 tonéis da Gasconha e as importações de outras fontes (Grécia, Portugal, Mosela e Lorena) representavam mera fração do total. A Guerra dos Cem Anos e a Peste Negra interromperam, porém, as exportações da Gasconha e a tomada de Bordéus pelos franceses em 1453 infligiu novo e sério golpe à região. A insuficiência de demanda na Europa setentrional foi compensada por vinhos da Itália, da Península Ibérica e de várias regiões da França.

Um novo rival para os "Bordeaux" surgiu no final do século XIV na forma dos mais doces, mais encorpados e mais duradouros vinhos do Levante, como o malvasia de Creta e o "romeney" das ilhas Jônicas. Eram importados primeiro pelos genoveses e venezianos mas, desde o início do século XV, os mercadores ingleses também passaram a importá-los. Os espanhóis e portugueses, já produtores e exportadores tradicionais, começaram também a fazer vinhos semelhantes no século XV. As quantidades eram, porém,

relativamente pequenas, e o grosso do comércio nesse período dava preferência aos vinhos mais ácidos e de vida curta. EMH

□ A.D. Francis, The Wine Trade (1972); M.K. James, Studies in the Medieval Wine Trade, org. por E.M. Veale (1972) [R. Dion, Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIX siècle, Paris, Doullens, 1959; Y. Renouard, O grande comércio de vinho na Idade Média, Revista de História, 6, 1953, p. 301-14]

Vinlândia Região situada em alguma parte na costa leste da América, possivelmente a Terra Nova ou a costa do Maine, explorada por vikings que saíam da Groenlândia em fins do século X e começos do século XI. Tentativas frustradas foram feitas por Leif e Thorvald, os filhos de Eric, o Vermelho, para estabelecer uma povoação, e a tentativa ligeiramente posterior de Thorfinn Karlsefni também fracassou. A hostilidade dos nativos parece ter sido a principal causa imediata do insucesso, embora se deva reconhecer também que a Groenlândia já representava uma espantosa extensão da colonização do que, no fim de contas, eram os limitados recursos humanos da Escandinávia na Era Viking.

□ G. Jones, The Norse Atlantic Saga (1964)

Visconti, família A mais proeminente família de Milão em 1277-1447. Remontando seus antecedentes aos partidários da causa imperial durante a Questão das Investiduras, os Visconti mantiveram com êxito uma postura pró-imperial e antipapal durante todo o século XIV. O poderoso Giangaleazzo comprou o título de duque ao imperador Venceslau IV do Luxemburgo no final do século, e no auge de seu poder estava governando a maior parte do norte da Itália e ameaçando a própria Florença. Divisões dinásticas e virulentas rivalidades urbanas impediram a consolidação de um permanente ducado lombardo, e com a morte de Filippo Maria, em 1447, Milão passou para o controle de seu genro, o grande capitão mercenário Francesco Sforza.

□ D. Muir, Milan under the Visconti (1924); H. Baron, The Crisis of the Early Italian Renaissance (1955)

visigodos (godos ocidentais) Entre os germanos orientais, os visigodos constituíam uma parte significativa e coesa dos povos góticos. Convertidos ao Cristianismo ariano no século IV, desempenharam um papel preponderante no movimento que, sob pressão dos hunos, redundou na travessia da fronteira do Danúbio em 376 e na subseqüente derrota imperial de Adrianópolis em agosto de 378, no decorrer da qual o imperador Flávio Valente foi morto. Os visigodos fixaram-se então nos Balcãs como irrequietas tropas federadas, mas sob o comando de seu poderoso líder Alarico, voltaram suas atenções para a Itália.

Após uma longa série de gestões diplomáticas e de campanhas militares, eles acabaram saqueando Roma (23-27 de agosto de 410), embora o próprio Alarico morresse nesse mesmo ano.

Os efeitos psicológicos do saque de Roma foram universais, mas as conseqüências políticas imediatas tiveram relativamente pouca importância. Os visigodos continuaram exercendo uma curiosa dualidade como federados e, ocasionalmente, como saqueadores da população romana. Penetraram na Gália e combateram como aliados dos romanos na grande batalha de Châlons (451) contra Átila e seus hunos. No reinado de Eurico (466-84), consolidaram seu domínio na Gália ao sul do Loire e avançaram sua esfera de influência no sul, penetrando firmemente na Península Ibérica. O Arianismo visigótico criou desconfiança e permanente desarmonia com a população romana e, na primeira década do século VI, eles perderam o controle da maior parte da Gália, exceto das províncias ao longo da costa mediterrânea, para os francos, católicos recém-convertidos.

O reino visigodo na Espanha foi mais duradouro. A dissenção religiosa assolava a vida política do reino, mas em 589 Recaredo I convocou um concílio em Toledo, onde foi tomada a decisão de aceitar o Catolicismo. Uma dissidente minoria ariana entre os visigodos e a perseguição aos judeus no século VII debilitaram a estrutura da sociedade hispânica, preparando o terreno para a conquista árabe das primeiras décadas do século VIII. Contudo, o reino visigodo durou mais do que qualquer outra estrutura política germânica oriental e deixou um legado permanente para o Ocidente em sua arte, cultura e influência sobre as teorias de realeza e de direito eclesiástico. Ver Rodrigo; Ulfila [168] HRL

□ Visigothic Spain: New Approaches, org. por E. James (1980) [E.A. Thompson, Los godos em España, Madri, Alianza, 1985; L. Musset, Las invasiones. Las oleadas germanicas, Barcelona, Labor, 1967; P.D. King, Derecho y sociedad en el reino visigodo, Madri, Alianza, 1981]

Vitoldo rei da Polônia 1386-1434 Sobrinho de Jagiello, fundador da grande dinastia polonesa, Vitoldo obteve o reconhecimento como grão-duque de uma Lituânia territorialmente mais extensa em 1401 e construiu um formidável principado que, em seu apogeu, ia do Báltico ao Mar Negro. É principalmente lembrado por sua liderança na batalha decisiva de Tannenberg em 1410, quando aliados lituanos e poloneses esmagaram os Cavaleiros Teutônicos e puseram temporariamente fim à expansão germânica no leste. Não teve o mesmo êxito contra os mongóis mas conservou um principado lituano poderoso e virtualmente independente, celebrado sobretudo por sua tolerância das várias raças (principalmente eslavos mas com um elemento lituano dominante) e religiões (católicos e

ortodoxos).
□ G. Vernadsky, The Mongols and Russia (1953)

vitorinos Membros de uma escola teológica [sediada na abadia de Saint-Victor, nos arredores de Paris NT] que representava um importante aspecto do florescimento monástico do século XII. Fundada em 1106 por Guilherme de Champeaux, eles adotaram uma modificação da Regra agostiniana, o que lhes permitiu concentrarem-se como cônegos regulares no trabalho intelectual, conjugado com alguma atividade pastoral. Estiveram intimamente associados ao ensino teológico da Notre-Dame de Paris durante um de seus mais influentes períodos no século XII. Profundamente ortodoxos, os vitorinos deram nova vida aos esforços para reconciliar o misticismo com a escolástica racional, e sua obra exerceria grande influência na teologia medieval subseqüente, mormente entre alguns dos franciscanos.
□ G. Constable, Religious Life and Thought (1979) [B. Bolton, A Reforma na Idade Média, Lisboa, Ed. 70, 1986]

vitral Durante toda a Idade Média, o vidro pintado foi a principal forma de decoração de igrejas, especialmente na Europa ao norte dos Alpes, onde o desenvolvimento de grandes janelas góticas rendilhadas deu particular destaque ao veículo.

Embora os romanos tivessem usado vidro para preenchimento de janelas, este, provavelmente, não tinha qualquer decoração pintada. Na Gália, esse uso do vidro sobreviveu no período pós-romano, pois em 674 foi na Gália que o abade Benedict Biscop mandou buscar artífices para envidraçar suas igrejas em Monkwearmouth e Jarrow. Escavações em Jarrow puseram a descoberto fragmentos de vidro colorido não-pintado, feito com elevado conteúdo sódico, típico do vidro romano. O mais antigo vidro pintado sobrevivente provém da Alemanha Carolíngia e Otoniana — um broquel de Lorsch (Hessen) e uma impressionante cabeça do Cristo, oriunda de Wissemburgo. As figuras de profetas na catedral de Augsburgo, datando do início do século XII, mostram uma tal segurança técnica que se pode admitir ser, por essa data, a pintura de vidro uma tradição artesanal bem estabelecida. Teófilo, escrevendo por essa mesma época, certamente reconheceu realizações francesas nesse campo.

Entretanto, foi nas grandes catedrais góticas francesas do século XIII que o vitral atingiu a maioridade. É particularmente apropriado que na catedral de Chartres, na qual a janela rendilhada é de tanta importância arquitetural, sobreviva uma das mais extensas séries de janelas datada do século XIII. Ao contrário do coro da catedral de Canterbury (envidraçada por volta de 1180-1220), onde as verbas provenientes do trânsito de

peregrinos eram tão grandes que os monges puderam envidraçar sua igreja sem recorrer a patrocinadores externos, as janelas de Chartres refletem a participação de uma grande variedade de mecenas seculares, incluindo comerciantes como peleiros e açougueiros. O envolvimento da comunidade laica nas doações e, portanto, na composição dos vitrais, aumentou no século XIV. O desenvolvimento das janelas rendilhadas e a exigência estética de interiores mais leves resultaram na evolução de um novo layout, em que figuras e cenas eram colocadas sob dosséis que imitavam os estilos arquitetônicos da época. Seções horizontais de cor alternavam agora com seções de grisaille, vidro branco decorado com desenho de folhagens — uma acentuada mudança em relação às janelas profundamente coloridas dos séculos XII e XIII. A gama de cores também mudou, afastando-se de um predomínio do vermelho e do azul em favor de castanhos terrosos e verdes. Entretanto, o mais revolucionário de todos os desenvolvimentos foi a descoberta do corante amarelo, um composto de prata que quando pintado no vidro e levado ao fogo, produzia um colorido que variava do laranja forte ao amarelo pálido. Essa simples descoberta libertou o vitralista da necessidade de recortar e introduzir perfis de chumbo em certos detalhes, como cabelos, barbas e itens decorativos que podiam agora ser apresentados em amarelo numa única peça de vidro branco. As janelas algo acadêmicas do século XIII perderam em popularidade para figuras de santos, que usualmente apresentam um atributo associado ao seu martírio como forma de identificação. Esse tipo de tema era favorecido pelo patrocinador secular, que podia escolher o seu próprio santo onomástico; o livro que constituía a fonte mais popular para essas figuras era, sem dúvida, a coletânea de hagiografias Legenda Áurea, da autoria de Jacopo de Voragine. Um outro tema popular do século XIV, sobretudo na Inglaterra, era a Árvore de Jessé, apresentando em forma pictórica a genealogia de Jesus e prestando especial homenagem à Virgem Maria.

O tipo de janela de figura-e-dossel persistiu até o século XV, mas a partir de cerca de 1350, pode distinguir-se uma importante transformação na paleta do pintor de vitral. Um dos primeiros exemplos pode ser apreciado na janela leste da catedral de Gloucester: figuras em vidro branco, pesadamente modeladas para dar uma aparência quase cavernosa, são realçadas contra fundos vermelhos e azuis que, com exceção da coloração amarela prateada, oferecem quase a única cor. A pintura em vidro tampouco podia deixar de ser afetada pelos valores do estilo gótico internacional. Por volta de 1400, um novo "estilo suave" de pintura tinha substituído a elegância linear e requintada do século anterior por um estilo mais denso no uso de volumes e cores, maior interesse nos efeitos espaciais e um alto grau de caracterização facial. Em cidades como York, Coventry, Bourges, Estrasburgo e Nuremberg, esse novo estilo mais naturalista foi favorecido pelas classes mercantis de base urbana que proporcionavam agora grande parte do patrocínio e

financiamento dos vitrais. Assim, na janela Reiter do século XV em São Lourenço, Nuremberg, os personagens bíblicos assemelhavam-se fortemente a abastados burgueses alemães. Mesmo numa suntuosa e palaciana peça como a doação de Jacques Coeur do vitral Anunciação para a catedral de Bourges, a observação do mundo real é aguda, refletindo-se no surpreendente realismo das plumas de Gabriel.

Na Itália do Quattrocento, esse veículo de importância menor adquiriu nova significação com a necessidade de envidraçar estruturas como a catedral de Florença e o gótico flamejante da catedral de Milão. Parece que, em Milão, Cristoforo de Mottis teria sido originalmente treinado como vitralista, mas, em Florença, o desafio das janelas atraiu artistas mais conhecidos em outros veículos plásticos, como Ghiberti, Donatello e Uccello, juntamente com vitralistas estrangeiros do norte dos Alpes. A surpreendente realidade espacial encontrada no vidro italiano quatrocentista tinha, no final do século, começado a ser importante para o vitral do norte da Europa. Assim como os artistas dos Países-Baixos tinham sido catalisadores no desenvolvimento do gótico internacional, também desempenhavam agora um importante papel na introdução de idéias renascentistas. Galyon Hone, um flamengo empregado por Henrique VII da Inglaterra para envidraçar as janelas da capela do King's College, em Cambridge, dirigia uma oficina muito versada nas inovações da Renascença; em Rouen, Arnoult de Nimègue, natural de Tournai, iria revitalizar o vitral em sua terra adotiva. Mesmo numa obra tão notável como o vitral do King's College, a adoção de motivos renascentistas não foi total, pois a arquitetura da Renascença não se coaduna com uma estrutura gótica tradicional. Somente na janela de Carlos V da catedral de Bruxelas, por Bernard van Orley, por exemplo, vemos um vitral inteiramente renascentista em todos os seus detalhes.

Talvez mais prejudicial para a tradição gótica em vitrais tenha sido o começo de um novo enfoque para o corte e a perfilagem de chumbo do vidro. O uso de grandes áreas de vidro branco, pesadamente modelado imitando a pintura de cavalete, levou os vitralistas (no King's College, por exemplo) a empregar grandes seções retangulares que atravessam os contornos de seus desenhos de um modo que seria execrado para seus antecessores. Isso, somado à introdução de cores esmaltadas, o que eliminou a necessidade de cortar o vidro e perfilar o chumbo derretido, foi a semente da decadência, muito antes da Reforma e da guerra religiosa na Europa destruírem para sempre o mundo tradicional dos vitralistas medievais. SB

□ L. Grodecki e C. Brisac, Gothic Stained Glass: 1200-1300 (1985); C. Brisac, A Thousand Years of Stained Glass (1986); S. Crewe, Stained Glass in England 1180-1540 (1987)

Vlad, o Empalador príncipe da Valáquia 1456-62 e 1476-77 Figura maior na lenda do que

na história, ganhou seu epíteto por causa da ferocidade com que ordenou a execução de literalmente milhares de turcos e búlgaros em 1461. Dentro da Valáquia, ele figura como um defensor dos húngaros e um inimigo dos turcos, embora estivesse preso durante 12 anos na capital húngara por ordem de Matias Corvino. Seu irmão, que lhe sucedeu, foi completamente subserviente aos turcos, e a esperança de independência romena transferiu-se para a manutenção da dinastia moldava.

□ R.W. Seton-Watson, A History of the Roumanians (1934); H. Inalcik, The Ottoman Empire: the Classical Age 1300-1500 (1973)

Vladimir I, o Grande, São príncipe de Kiev 980-1015 (n. 955) Deixou uma reputação de ferocidade e ambição ilimitada. Sua principal importância reside num firme acordo celebrado com o imperador bizantino Basílio II em 988-89, pelo qual esposou a irmã do imperador, recebeu o batismo e comprometeu-se a apoiar os missionários gregos ativos na Rússia kievana. Impôs o Cristianismo a boa parte de seu povo e estabeleceu vínculos duradouros entre o Império Bizantino e os povos russos em matéria religiosa, cultural e social.

□ G. Vernadsky, Kievan Russia (1948)

Vulgata Aceita pelo Concílio de Trento (1546) como o único texto latino autêntico das Escrituras, a Vulgata — assim chamada por ser a versão em uso mais comum (vulgus) no Ocidente durante toda a Idade Média — baseou-se essencialmente na obra de São Jerônimo (c. 342-420). Jerônimo foi instruído em 383 pelo papa Dâmaso para rever o Novo Testamento latino usando os modelos gregos. No final da década de 380, ele retirou-se para uma caverna perto de Belém e traduziu a maior parte do Antigo Testamento diretamente do hebraico. No decorrer do século VI, sua obra, em conjunto com o Saltério galicano, foi reunida num só livro, a Vulgata. Foram feitas revisões, sobretudo por Alcuíno e Teodulfo de Orléans, no século VIII e começos do século IX, na corte de Carlos Magno. Humanistas da Universidade de Paris tentaram uma padronização maior do texto nos séculos XII e XIII. A força da latinidade e a integridade do texto ajudaram a garantir o contínuo vigor do latim como língua erudita mais ou menos universal em todo o Ocidente durante a Idade Média. Ver Anselmo de Laon

□ B. Smalley, The Study of the Bible in the Middle Ages (1952); The Gospels in the Schools (1985); The Bible in the Medieval World, org. por K. Walsh e D. Wood (1985)

Wace Anglo-normando, natural de Jersey, que veio a ser cônego em Bayeux. Master Wace (somente o seu prenome sobreviveu) foi autor de três textos hagiográficos em vernáculo e, o que é mais importante, de duas extensas crônicas rimadas em francês: o Roman de Brut (1155) e o Roman de Rou, que não foi concluído (c. 1170-75). O Roman de Brut é uma reelaboração imaginativa da Historia Regum Britanniae, de Godofredo de Monmouth, e pode ter contribuído de forma decisiva para a popularização das lendas arturianas por toda a Europa. O Roman de Rou é uma história dos duques da Normandia baseada principalmente em fontes latinas. Wace possuía, sem dúvida, talento literário, que se percebe em seu melhor ângulo nas vigorosas passagens descritivas dos dois "romances".
□ Le Roman de Rou, org. por A.J. Holden (1970-73)

Waiblingen Ver gibelinos

Wallace, William (c. 1270-1305) Líder da resistência escocesa a Eduardo I da Inglaterra. Escolhido guardião do reino em 1297 pelo rei aprisionado, John Balliol, Wallace foi derrotado pelo rei inglês em Falkirk em 1298. Em 1305 foi capturado e enforcado pelos ingleses. Embora sua carreira fosse manchada pela violência e seu êxito político imediato fosse limitado, Wallace conserva sua importância como símbolo de resistência e como herói nacional escocês.
□ A. Fisher, William Wallace (1986)

Walsingham, Thomas (c. 1360-c. 1422) Historiador e monge em St. Albans durante toda sua carreira (com exceção de um período como prior na casa filiada de Wymondham), Thomas escreveu a Chronica Majora, uma continuação da obra de Matthew Paris, uma Gesta Abbatum e também, em seus últimos dias, a Chronica Sancti Albani, que narra a história da abadia de St. Albans até 1419. Sua obra é uma fonte original de particular importância para os reinados de Ricardo II e Henrique IV, e caracteriza-se por um acentuado grau de azedume contra John Wycliffe, repudiado em uma de suas mais insultuosas passagens como "esse braço de Satã, ídolo de hereges, espelho de hipócritas e fabricante de mentiras".
□ The St. Albans Chronicle, org. por V.H. Galbraith (1937)

Walworth, William (m. 1385) Abastado mercador londrino que foi eleito prefeito de Londres pela primeira vez em 1374. Novamente prefeito em 1381, organizou um exército

para defender a cidade e o rei Ricardo II contra Wat Tyler e suas forças. Estava presente com seus homens no confronto entre o rei e o exército de camponeses em Smithfield, em 15 de junho de 1381, quando participou do assassinato de Wat Tyler e foi armado cavaleiro pelo rei, como recompensa. [348]
□ R.B. Dobson, The Peasants' Revolt of 1381 (1983)

Warwick, conde de (Richard Neville) (1428-71) Depois conhecido como o "Fazedor de reis", era um homem de grande ambição, cuja busca de poder dominou a política inglesa durante quase duas décadas e ajudou a alimentar o conflito na Guerra das Duas Rosas. Chegou ao título de Warwick através de sua esposa em 1449, e na década de 1450 tornou-se partidário de Ricardo, duque de York, cujas tentativas de usurpar e reter o poder de Henrique VI foram por ele fortemente apoiadas. Em 1461 sucedeu no condado de Salisbury e ajudou o herdeiro de Ricardo de York, Eduardo IV, a apoderar-se do trono. Nos anos seguintes, Warwick e o jovem rei afastaram-se gradualmente e, após várias tentativas abortadas de rebelião, Warwick fugiu para o estrangeiro a fim de juntar-se aos lancastrenses. Em 1470, voltou à Inglaterra e repôs Henrique VI no trono; mas seria, por sua vez, derrotado e morto por Eduardo IV na batalha de Barnet (1471).
□ R.A. Griffiths, The Reign of Henry VI (1981)

Wazo (c. 980-1048) Nomeado bispo de Liège em 1042, foi desde cedo um defensor da independência da Igreja de todo e qualquer controle laico, e censurou o imperador Henrique III por interferência nas eleições eclesiásticas. Embora criado nas tradições episcopais conservadoras e imperiais, representa as primeiras fases dos movimentos de Reforma da Igreja que culminariam na Questão das Investiduras.
□ E. Hörschelmann, Bischof Wazo von Lüttich (1955)

wendes (ou vênedos) Nome dado pelos escandinavos e germanos aos povos eslavos ocidentais que ocupavam a costa báltica entre Kiel e o Vístula. Parentes dos boêmios e dos poloneses, os vênedos migraram do sudeste entre os séculos I e VI e, por volta de 900, tinham estabelecido fronteiras razoavelmente estáveis. Havia um certo número de diferentes tribos vênedas: a leste, os pomerânios, a oeste os vagrianos, polabianos e abotrites; e, entre eles, nas terras situadas entre os rios Warnow e Oder, um grupo de tribos conhecidas como os liutizianos; ao norte destes, na costa, estavam os rugianos. As tribos ocidentais e centrais falavam as línguas léxicas ocidentais, mas a língua pomerânia era o léxico oriental, um parente lingüístico do polonês. A estrutura social vêneda tinha muitas semelhanças com a da Escandinávia, com príncipes poderosos e uma pequena elite militar governando uma sociedade predominantemente camponesa. Na costa, um certo

número de comunidades urbanas dedicadas ao comércio e à pesca, como Szczecin e Oldenburgo, floresceram do século XI em diante em enseadas protegidas. Esses novos portos eram excelentes bases tanto para o comércio quanto para a pirataria, e as frotas que daí zarpavam formavam com os exércitos de cavalaria ligeira dos príncipes uma poderosa combinação em tempo de guerra.

No começo do século XII, os vênedos eram em sua grande maioria povos pagãos e adoradores de ídolos. Seu paganismo era parte intrínseca de sua organização social, e os sacerdotes estavam investidos de formidáveis poderes. A conquista e conversão dos vênedos tinha sido tentada pela primeira vez no século X com o estabelecimento de bispados como o de Oldenburgo, mas seguira-se uma reação pagã e por volta de 1100 restavam apenas algumas diminutas comunidades cristãs em algumas povoações costeiras. A continuação dos esforços missionários resultou na conversão de alguns dos príncipes pomerânios e abotrites na década de 1120 e na destruição de templos em suas terras por sacerdotes alemães. No começo da década de 1140, além disso, os saxões desalojaram alguns dos governantes vênedos da Vagria ocidental.

Finalmente, em 1147, a nobreza Saxônica, com o incentivo de São Bernardo de Clairvaux e do papa Eugênio III, desencadeou uma Cruzada contra os vênedos. Dois exércitos saxões, em combinação com duas frotas dinamarquesas, atacaram os abotrites com êxito apenas moderado; mas embora alguns dos súditos do príncipe Nyklot aceitassem o batismo, e o príncipe se tornasse um tributário dos saxões, tudo não passou de uma rendição simbólica, sem a tomada de terras vênedas. No meio século seguinte, o episcopado e as ordens monásticas começaram colonizando a região e, em conjunto com governantes locais, organizaram a guerra contra os vênedos pagãos e a campanha de conversão. Berna, um monge Cisterciense de Amelungsborg, converteu o príncipe abotrite Pribislau de Mecklemburgo; e em 1169 o rei Valdemar I da Dinamarca e seu meio irmão Absalão, bispo de Roskilde, quebraram o poder dos rugianos, cuja pirataria andava assolando a costa dinamarquesa. Nas décadas de 1160 e 1170, Valdemar aliou-se a Henrique, o Leão, duque de Saxônia, mas a rivalidade entre dinamarqueses e saxões tornou-se intensa, visto que ambos cobiçavam territórios e tributos. (A obra de Valdemar teve continuidade com Canuto e Valdemar II, mas ainda não estava completa à época da morte do segundo em 1241.) Apesar da benção papal para as guerras, a conversão dos vênedos e sua absorção na sociedade ocidental deveram-se tanto à cobiça territorial quanto aos ideais das Cruzadas.

EMH

□ A.P. Vlasto, The Entry of the Slaves into Christendom (1970); E. Christiansen, The

Northern Crusades (1980)

Wessel, Johann (c. 1420-89) Também conhecido como Wessel Gansfort, teólogo holandês que trabalhou em Paris e na Itália, e cujas opiniões sobre o Papado e a autoridade eclesiástica prenunciaram as de Lutero. Seu conhecimento do hebraico e de estudos sobre o Antigo Testamento ilustram um aspecto das atividades humanistas no final da Idade Média, conservadoras por se concentrarem sobre a Bíblia e a patrística, mas potencialmente revolucionárias em comparação com os gostos escolásticos da época.
□ C. Ullmann, Reformers before de Reformation (1854)

Wessex De acordo com a posterior tradição Saxônica ocidental, o reino do Wessex foi fundado por chefes germânicos que desembarcaram perto de Southampton e depois avançaram para o norte através da planície de Salisbury, entre fins do século V e começos do século VI. Essa versão, entretanto, não leva em conta os jutos que, de acordo com o testemunho de Beda, já tinham ocupado a ilha de Wight e as terras costeiras circunvizinhas. Uma série de vitórias alcançadas pelos saxões ocidentais sobre os britânicos culminou na captura pelo rei Ceawlin, de Aylesbury e do vale do Tâmisa Superior (571), de Gloucester, Cirencester e Bath (577). Assim, ele ampliou sua autoridade desde a costa meridional até o Canal de Bristol e a leste até a floresta de Selwood. O primeiro bispado saxão ocidental foi estabelecido por Birino, um missionário, em Dorchester-sobre-o-Tâmisa (635), mas em 662 foi suplantado como o centro eclesiástico de Wessex por Winchester, que se tornou também a capital política.

Os dois séculos seguintes assistiram a uma flutuação nas fortunas do reino. Embora, a partir da década de 650, os reis ampliassem gradualmente seu domínio a Devon e à Cornualha, o Tâmisa Superior caiu em poder de Ulfere e dos mercianos em 661. O reinado de Ine no Wessex (688-726) assistiu à conquista da Cornualha até o rio Hayle e à reconstrução do poder saxão ocidental na costa meridional. Após sua morte, o controle real voltou a ser débil até o governo de Egberto (802-39), que subjugou toda a Cornualha (825) e invadiu Mércia (829). Embora seu reino se estendesse da Cornualha ao Kent, era provavelmente muito menos forte do que cronistas posteriores sugeriram, e sua coesão não tardaria em ser severamente testada pelas incursões e, mais tarde, invasões escandinavas.

Em 870, os dinamarqueses baseados em Reading organizaram sua primeira campanha de envergadura contra o Wessex mas foram repelidos pelo rei Etelred (m. 871) e seu irmão e sucessor, Alfredo, homem de visão e sabedoria, além de ser um grande líder. Mais dois ataques foram desencadeados em 876 e 878, e Alfredo foi obrigado a recuar para

Athelney (Somerset) a fim de consolidar suas forças. Mais tarde nesse ano, numa espetacular reviravolta, Alfredo, o Grande, derrotou decisivamente os dinamarqueses em Edington (Wiltshire) e obrigou seu comandante, Guthrum, a aceitar o batismo e a retirar-se para East Anglia. Daí em diante, ele construiu as defesas de seu reino por terra e por mar, e em 880 ocupou Londres, que se converteu, por acordo com Guthrum, no posto avançado nas fronteiras do Wessex e do Danelaw. O filho de Alfredo, Eduardo, o Velho (899-925), e seus netos Athelstan (925-39), Edmundo (939-46) e Eadredo (946-55), ampliaram gradualmente o domínio saxão ocidental capturando aos dinamarqueses seus baluartes a oeste de Watling Street e levando a cabo vitoriosas campanhas na Nortúmbria e na Escócia. Em Brunanburh, numa batalha travada pelos saxões ocidentais e seus aliados mercianos em 937, o rei Athelstan derrotou seus adversários escandinavos, britânicos e escoceses, e preparou o caminho para a expulsão dos reis dinamarqueses de York por Eadredo e para a coroação de Edgar como rei de toda a Inglaterra em Bath (973). As façanhas militares e o apoio da Igreja inglesa tinham colocado a dinastia Saxônica ocidental em posição preeminente no reino inglês. EMH

□ EM. Stenton, Anglo-Saxon England (1970); H.R. Loyn, Anglo-Saxon England and the Norman Conquest (1962)

Westminster, abadia de Local com comunidades monásticas que remontam ao início do século VII. Foi reinaugurada para 12 monges beneditinos por São Dunstan por volta de 959, e depois, numa escala muito mais vasta, por Eduardo, o Confessor, que reconstruiu a igreja em magnífico estilo normando a partir de 1045. Em 1161, o Confessor, cujo túmulo aí estava, foi canonizado e, a partir de 1245, Henrique III, em sinal de devoção ao seu crescente culto, financiou as fases iniciais de mais uma reconstrução da igreja, agora em estilo gótico. O projeto nunca obteve apoio popular e foi engavetado após a morte do monarca, para só ser reatado em 1376. A igreja foi completada no início do século XVI com a capela de Henrique VII.

Como igreja da coroação dos reis ingleses desde 1066 e principal mausoléu real desde o século XIII, a abadia de Westminster fomentou suas ligações com os monarcas ingleses. O palácio real vizinho tornou-se a sede do Tesouro no reinado de Henrique II e manteve-se como centro das operações financeiras e judiciais do governo durante toda a Idade Média. A casa do cabido da abadia converteu-se num depósito para as jóias e arquivos reais. Os monges patrocinaram uma escola florescente, mas a abadia nunca se tornou um centro importante de historiografia do reino, à maneira de Saint-Denis na França. A abadia possuía substanciais propriedades rurais, com uma renda de quase £ 3.500 anuais na época da Dissolução; suas terras estavam concentradas no Middlesex e no

Essex mas englobavam 22 condados no total. As dependências de Westminster incluíam o Priorado de Great Malvern e um hospital em Knightsbridge. Sua riqueza e ligações com a Coroa deram à abadia um lugar preponderante entre as casas religiosas da Inglaterra medieval.

□ R.A. Brown, H.M. Colvin e A.J. Taylor, The History of the King's Works: The Middle Ages, HMSO (1963); B. Harvey, Westminster Abbey and its Estates in the Middle Ages (1977)

Whitby, Sínodo de Convocado em 664 para reconciliar o clero de duas tradições diferentes, as quais tinham ajudado a converter a Nortúmbria: a Igreja céltica, representada por Colman e Cedd, e a Igreja romana, representada por Wilfrid. As diferenças em suas práticas incluíam os métodos de tonsura e os procedimentos no batismo, mas o ponto principal de discussão era o método de calcular a data da Páscoa. A decisão do rei Oswy em favor de Roma provocou certa hostilidade céltica mas preparou o terreno para a unificação da Igreja céltica sob a liderança do arcebispo Teodoro de Tarso.

□ H. Mayr-Harting, The Corning of Christianity to Anglo-Saxon England (1972)

Widukind (m. depois de 785) Liderou a resistência às tentativas de Carlos Magno para conquistar e dominar a Saxônia desde meados da década de 770. Após renhida luta, foi subjugado e aceitou o batismo em 785. Embora não participasse das revoltas saxônicas seguintes contra Carlos Magno, as lendas acumularam-se em torno dele e converteram Widukind num herói popular saxão.

Widukind (m. c. 1004) Monge de Corvey. Autor da crônica Res Gestae Saxonicae, valiosa fonte histórica para os feitos e a vida na corte do imperador Oto I da Saxônia.

□ Sächsische Geschichten, trad. P. Hirsch (1931)

Wilfrid, São (634-709) Bispo de York e uma das eminentes figuras da Igreja inglesa. Homem vigoroso e de visão, desempenhou um importante papel como bispo, construtor de igrejas e missionário nos reinos ingleses, especialmente o Sussex. Sua estada em Roma (653-58) influenciara-o fortemente a favor dos costumes da Igreja romana, que ele representou no Sínodo de Whitby (664). Seus apelos a Roma em torno da divisão de sua sé de York (677 e 704) puseram-no em conflito com sucessivos arcebispos e com a casa reinante nortumbriana; passou longos períodos exilado de sua Nortúmbria natal. Documentos da época retratam-no como um bispo politicamente autoritário.

□ The Life of Bishop Wilfrid by Eddius Stephanus, org. por B. Colgrave (1927)

Winchester Bíblia de Em dois esplêndidos volumes (hoje reencadernados em quatro), a

Bíblia de Winchester, embora incompleta, representa alguns dos mais belos produtos da arte do iluminador de livros do século XII. É possível discernir o trabalho de cinco artistas diferentes, todos de primeira classe: o Mestre das Figuras Saltitantes, o Mestre dos Desenhos Apócrifos, o Mestre da Folha de Morgan (todos ativos em 1155-60), o Mestre da Inicial do Gênesis e o Mestre da Majestade Gótica (ambos ativos por volta de 1170-85). A Bíblia proporciona uma fonte de deleite e informação tanto para o historiador geral quanto para o historiador da arte. Nela está presente a influência de Bizâncio e do mundo mediterrâneo, mas a ênfase recai cada vez mais sobre elementos naturalistas, nas expressões faciais e movimentos de homens e mulheres, e na representação de animais, vestuários e folhagens.

□ W.F. Oakeshott, The Artists of the Winchester Bible (1945); CM. Kaufmann, Romanesque Manuscrits 1066-1190 (1975)

Winfrith Ver Bonifácio, São

Wolfram von Eschenbach (m. depois de 1220) O mais célebre poeta alemão da Idade Média. Oriundo da pequena nobreza da Baviera, esteve a serviço, segundo parece, de vários senhores francônios. Sua obra sobrevivente consiste em oito belos poemas líricos que, em sua maioria, são Tagelieder, ou canções do amanhecer, os fragmentos de um poema épico, Titurel, e os textos completos de outros dois. Parzifal é um vasto ciclo épico, baseado em parte em romances mais antigos, como as obras de Chrétien de Troyes; basicamente, gira em torno de Percival, rei Artur e o Santo Graal. O posterior Willehalm é uma épica religiosa acerca do cruzado Guilherme de Toulouse, escrito para instruir os cavaleiros cristãos na virtude e no dever.

□ M. Wynn, Wolfram's "Parzifal" (1984) [Parsifal, trad. A.R.S. Patier, Brasília, Thot, 1989]

Worms, Concordata de (1122) Na cidade episcopal alemã de Worms, na margem esquerda do Reno, o imperador Henrique V firmou um acordo com o papa Calisto II que pôs tecnicamente um fim à Questão das Investiduras. A Concordata expressou-se por meio de uma carta imperial, conferida a Deus e a São Pedro, e de uma bula papal, conferida ao imperador. Henrique V cedia a escolha para o cargo espiritual à hierarquia eclesiástica, prometendo seu apoio à eleição canônica para bispados e abadias, e renunciando à investidura com anel e báculo.

Em contrapartida, o papa concedia ao imperador o direito de estar presente nas eleições e de investir os prelados alemães com suas insígnias pelo cetro laico antes da consagração ao cargo espiritual. Isso assegurou o controle imperial dos tributos devidos à Coroa pelos bispos e abades, que eram também, na sociedade do tempo, poderosos barões

feudais. Uma exceção foi feita no acordo, tendo por base a geografia e senso comum, para os prelados italianos e borgonheses, que estavam autorizados a ser investidos pelo cetro e a pagar seus tributos no prazo de seis meses a contar de sua sagração. Na prática, o imperador manteve grande influência, equivalente na maioria dos casos ao controle da nomeação de seus prelados; mas a Igreja também obteve uma vitória significativa ao ficar estabelecido, sem a menor sombra de dúvida, o seu direito a investir no cargo espiritual.

□ Sources for the History of Medieval Europe, org. por B. Pullan (1971)

Worms, Sínodo de (24 de janeiro de 1076) Concílio de bispos alemães convocado às pressas pelo imperador Henrique IV em resposta à proibição do papa Gregório VII de se realizar investidura laica, e à conseqüente disputa a respeito da eleição para o arcebispado de Milão. Dois arcebispos e 24 bispos acusaram Gregório VII de imoralidade, perjúrio e abuso de seus poderes na Alemanha, além de usurpação de seu cargo; o imperador apoiou essa severa censura e intimou o papa a renunciar. Em resposta, Gregório VII excomungou Henrique IV e declarou-o deposto; sentindo que perdia rapidamente apoio, o imperador submeteu-se ao papa em Canossa, em 1077.

□ The Correspondence of Gregory VII, org. por E. Emerton (1945)

Wulfstan (m. 1023) Arcebispo de York desde 1002. Ficou famoso por suas homílias, em especial o Sermo Lupi ad Anglos (1014), um apelo aos ingleses para o arrependimento e a Reforma. Também redigiu os códigos de leis para Etelred, o Irresoluto, e Canuto, e produziu tratados sobre o governo e a Reforma da Igreja. No plano político, provou ser uma figura-chave para garantir a sucessão de Canuto como rei cristão da Inglaterra.

□ D. Whitelock, "Archbishop Wulfstan, Homilist and Statesman", Transactions of the Royal Historical Society (1942)

Wycliffe, John (c. 1330-84) Emérito pensador acadêmico que influenciou um importante movimento popular herético. Na década de 1370, Wycliffe tornou-se o principal filósofo da Universidade de Oxford, destacando-se por seus tratados em defesa dos universais. Funcionário régio em 1371-72, esteve envolvido na política até 1378 como parte do movimento anticlerical de João de Gaunt e, durante esse período, seus interesses voltaram-se para a doutrina da Igreja. Em On the Church (1378), rejeitou a hierarquia eclesiástica e expôs a idéia da verdadeira Igreja como uma comunidade de crentes; em On the Eucharist (1379), negou radicalmente a doutrina da transubstanciação. Condenado pelo papa em 1377, Wycliffe teve que deixar Oxford (1381) e retirou-se para a sua

paróquia em Lutterworth, onde, sob a proteção de João de Gaunt, continuou divulgando numerosos tratados abertamente heterodoxos. Seus escritos foram de vital influência na formação do movimento lolardo.

□ K.B. MacFarlane, John Wycliffe and the Beginnings of English Non-Conformity (1952); Wyclif in his times, org. por A. Kenny (1986)

xelim (aport. do inglês shilling, derivado do norueguês primitivo sciljan = "cortar, tesourar") Originalmente, um primitivo peso germânico para ouro, subentendendo uma peça cortada de um anel ou fio metálico e com o peso de 20 grãos (1, 30g). Como moeda de conta valia 12 pennies, uma vez que o penny mais antigo (século VII) tinha o mesmo peso da moeda de ouro ou "xelim" do dia, e a proporção ouro:prata era 1:12.

Yaroslav, o Sábio Grão-príncipe da Rússia em 1035-54. Filho de Vladimir, o Grande (m. 1015), Yaroslav travou longa luta com Sviatopolk, seu irmão mais velho, antes de se tornar, finalmente, grão-príncipe de Kiev (1019). Só em 1035 e com a morte de seu outro irmão, Mastilav, sem deixar descendência, é que Yaroslav obteve o controle exclusivo dos domínios de seu pai. Isso inaugurou um florescente período para a Rússia kievana, muito encorajado pelos fortes laços com Bizâncio, apesar da guerra russo-bizantina (1043-46). O Cristianismo fortaleceu-lhe o poder; a posição da Igreja foi regularizada e Ilarião tornou-se o primeiro metropolita nativo de Kiev. A atividade de construção floresceu, culminando na catedral de Santa Sófia (1037), e as leis foram organizadas. À prosperidade interna somou-se o progresso externo: as fronteiras russas foram ampliadas e consolidadas, especialmente na região báltica, enquanto que as relações com o Ocidente eram mantidas, muitas vezes através de casamentos dinásticos. Após a morte de Yaroslav, quando a autoridade foi de novo distribuída entre os membros da família, iniciou-se o declínio de Kiev.

□ G. Vernadsky, The Origins of Russia (1959)

Zabarella, Francisco (1360-1417) Canonista italiano que defendeu uma solução conciliarista para o Grande Cisma. Estudou direito Canônico na Universidade de Bolonha, ensinou em Florença e depois em Pádua, e serviu a três papas como jurisconsulto. Sua reputação entre os contemporâneos foi elevada. Em 1410 foi eleito bispo de Florença e no ano seguinte cardeal-diácono. Atuou como um dos negociadores para o papa João XXIII em conversações com o imperador Sigismundo a respeito de um concílio ecumênico, e participou no resultante Concílio de Constança (1414-18). Foi durante as sessões desse concílio que ele faleceu. Em seu Tractatus de Schismate, as propostas de Zabarella para resolver o Grande Cisma tornaram-se uma síntese do enfoque conciliar do governo eclesiástico. Com freqüência ele buscou e encontrou no pensamento canonístico anterior justificação para essa abordagem. Ver conciliar, movimento

□ W. Ullmann, The Origins of the Great Schism (1948); B. Tierney, Foundations of

Conciliar Theory (1955)

Zacarias, São papa em 741-52. Grego de nascimento, cuja tradução dos Diálogos de Gregório, o Grande, foi amplamente lida no Oriente. Seus dotes diplomáticos restringiram a expansão lombarda por quase 10 anos. Fortaleceu os vínculos papais com a Francônia ao concordar que a Coroa dos francos pertencia à pessoa que exercia na realidade sua autoridade (751). Após a subseqüente deposição de Childerico III, sancionou a unção do novo rei, Pepino. Essa decisão foi tomada numa época em que os lombardos estavam causando novas dificuldades, sem encontrar a oposição do imperador iconoclasta bizantino. O papel de Zacarias na transferência do poder real franco foi depois citado com freqüência pelos defensores da supremacia papal.

□ H.K. Mann, The Lives of the Popes in the Early Middle Ages (1902)

Nota bibliográfica

Ainda não existe, recomendável, uma obra geral de referência sobre a Idade Média facilmente acessível. Quando concluído, o Dictionary of the Middle Ages da Scribner (org. J.R. Strayer, 1982-), planejado para 12 volumes, fornecerá esse guia. Para informação atualizada sobre a produção especializada, consulte-se o Annual Bulletin of Historical Literature, publicado pela Historical Association de Londres.

As seguintes enciclopédias e obras de referência especializadas são particularmente úteis e idôneas:

Cambridge Medieval History, org. J.B. Bury, 8 volumes (1911-36); Shorter Cambridge Medieval History, org. C.W. Previté-Orton, 2 volumes (1952).

Lexicon des Mittelalters, org. L. Lutz e outros, planejado em 5 volumes (1977-).

Reallexicon der germanischen Altertumskunde, org. J. Hoops, 4 volumes (1911-19); nova edição, org. R. Wenskus, planejado para 20 volumes (1968-).

A. Potthast, Bibliotheca Historica Medii Aevi, 2 volumes (1896; edição revista, 1962-68).

L.J. Paetow, A Guide to the Study of Medieval History (1931; edição revista, 1980).

R.C. van Caenegem, Guide to the Sources of Medieval History, 2 volumes (1978).

Oxford History of the Christian Church, planejada para 20 volumes (1976-); em especial, J.M. Wallace-Hadrill, The Frankish Church (1983).

Oxford Dictionary of the Christian Church, org. F.L. Cross e E.A. Livingstone (1974).

New Catholic Encyclopaedia, org. W.J. McDonald, 17 volumes (1967-79). Cambridge History of the Bible, vol. II, org. G.W.H. Lampe (1969). Encyclopaedia Judaica, org. J. Klatzkin, 16 volumes (1928-).

New Standard Jewish Encyclopaedia, org. C. Roth e G. Wigoder (1970; edição revista, 1975).

Encyclopaedia of Islam (1913-38); nova edição em 5 volumes, org. H.A.R. Gibb e outros (1960-86).

Encyclopaedia of World Art, org. M. Pallottino, 16 volumes (1959-83).

New Oxford History of Music, vols. 1 e 2, org. J.A. Westrup e outros, planejado para 10 volumes (1954-).

A History of Technology, vol. II, org. C. Singer e outros (1956).

Em português, podem-se consultar como obras gerais sobre a Idade Média:

J. Batista Neto, História da Baixa Idade Média, S. Paulo, Ática, 1989.

H. Franco Junior, A Idade Média: nascimento do Ocidente, S. Paulo, Brasiliense, 3ª ed. 1989.

L. Genicot, As linhas de rumo da Idade Média, Porto, Apostolado da Imprensa, 1963.

J. Le Goff, A civilização do Ocidente medieval, 2 vols., Lisboa, Estampa, 1983. R.S. Lopez, O nascimento da Europa, Lisboa, Cosmos, 1965.

O objetivo deste dicionário é fornecer, tanto ao iniciante quanto ao especialista, uma apresentação atualizada dos protagonistas, eventos e temas capitais relacionados com a história da Europa — desde a Escandinávia até o Oriente Médio — entre os anos de 400 e 1500, aproximadamente. Estabelecendo um equilíbrio entre verbetes concisos sobre batalhas, tratados, indivíduos e localizações principais e um tratamento mais discursivo de tópicos de maior interesse, serve para estudantes e estudiosos como um *aide-mémoire*, além de ser um guia estimulante para leitores com interesse mais genérico pelo assunto.

A fim de habilitar o leitor a seguir uma linha criativa de investigação de verbete para verbete, as remissões foram especialmente organizadas para auxiliar a liberdade de movimento dentro do texto, sem prejudicar a legibilidade. A Nota Bibliográfica sugere obras gerais de referência, porém títulos mais específicos foram fornecidos em praticamente todos os verbetes a fim de proporcionar uma completa e atualizada bibliografia, com a preocupação de indicar títulos recentes e de fácil acesso, salvo quando publicações mais antigas continuam representando o tratamento clássico de determinado assunto.

Enriquecida por ilustrações selecionadas por seu interesse documental, por mapas e quadros genealógicos, pela brilhante tradução e notas sobre o Medievo português de Álvaro Cabral, pela acurada revisão geral de Hilário Franco Júnior, professor de história medieval na USP, e, finalmente, pela esclarecedora apresentação de Franklin de Oliveira, esta edição brasileira do *Dicionário da Idade Média* não deve faltar em nenhuma biblioteca.

ISBN 85-7110-151-5





Jorge Zahar Editor